

André Luiz Santos

**Do Mar ao Morro: a geografia histórica da
pobreza urbana em Florianópolis**

Tese de doutorado em Geografia
apresentada ao programa de pós-graduação em
Geografia do Departamento de Geociências da
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: Professor Dr. Élon Manoel Pereira.

Florianópolis, março de 2009

André Luiz Santos

Do Mar ao Morro: a geografia histórica da
pobreza urbana em Florianópolis

Tese de doutorado em Geografia
apresentada ao programa de pós-graduação em
Geografia do Departamento de Geociências da
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: Professor Dr. Élon Manoel Pereira.

Florianópolis, março de 2009

Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis

Dedico este trabalho ao meu avô Miranda que me inspirou a gostar de histórias, aos meus queridos filhos Bruna e Vinícius e a minha querida amiga, esposa e companheira Solange.

Agradecimentos:

Agradeço a: João Ferreira de Souza (seu Teco do Monte Serrat); Dona Silvia da Silva Melo (Dona Santa) e Dona Alcionê Melo Vasconcelos do Monte Serrat. Oscar Paulo de Souza (provedor da Irmandade do Rosário), Irmã Edivirgens Hofer e Dona Lucimar Bittencourte do Mocotó; Ademimo Carlos da Costa (seu Mimo); Érico Hélio dos Santos (do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis); Neusa Damianni (do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina); Patrícia Régis (do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina); Andréia Maragno e André Luis da Silva (do Centro de Memória do Hospital de Caridade); Norberto Depizzolatti (da Casa da Memória); Cristina Cintra (do Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense); aos professores: Leila Christina Dias; Ivo Sostisso; Nazareno Campos Filho; Ewerton Vieira Machado; José Carlos Espíndola e Pedro de Almeida Vasconcelos.

Agradeço a Solange Mascarenhas Santos e Dalva Miranda Klettemberg pela revisão do texto. Aos professores, funcionários, estudantes, pesquisadores e colegas do curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, do qual tive o privilégio de fazer parte. Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de doutorado que recebi durante quatro anos, o que possibilitou a realização desta pesquisa;

Agradeço aos colegas e amigos Eduardo Guidi, Fernando Ribeiro e Samuel dos Santos, com os quais estudei e trabalhei durante esses anos do doutorado. A todos os colegas, amigos do Laboratório Cidade e Sociedade, e a querida Alessandra que nos deixou cedo. Ao geógrafo e amigo Marcelo Machado que elaborou os mapas da tese.

Muito especialmente, agradeço ao professor, doutor e avaião Élson Manoel Pereira, que mais do que orientador foi um amigo que tive durante a construção desta tese e para o futuro, com quem tive o privilégio de conviver e desfrutar de generosidade e amizade.

Agradeço de forma muito especial e carinhosa a minha querida Tia Lena, que cuidou de minha família e minha casa para que eu pudesse me dedicar sem preocupações a esta pesquisa, que também é dela.

Apresentação

Meu interesse por Geografia e História começou na infância, nos mapas de atlas escolares que copiava em papel de pão e com as histórias que meu avô Miranda contava.

A primeira experiência de estudo de geografia histórica com a pesquisa do desenvolvimento da telefonia sobre o território catarinense aumentou ainda mais meu interesse por geografia histórica. A vontade de investigar a pobreza no espaço urbano se fortaleceu com minha formação de Geógrafo. A primeira experiência com o tema foi em trabalhos de campo em favelas de Florianópolis como professor substituto do Departamento de Geografia da UFSC e favelas de Criciúma como professor na UNESC. O desafio da pesquisa em Geografia para mim é uma motivação profissional e pessoal. Meu ingresso no curso de Pós-Graduação em Geografia da UFSC na área do Desenvolvimento Regional e Urbano, integrado ao Laboratório Cidade e Sociedade possibilitou-me realizar outros estudos sobre o tema da pobreza urbana que foram fundamentais para a conclusão desta tese.

Sumário

Lista de mapas	xii
Lista de tabelas	xii
Lista de figuras	xiii
Lista de abreviaturas	xvii
<u>Resumo</u>	xviii
<u>Abstract</u>	xix
<u>INTRODUÇÃO</u>	35
<u>PARTE I</u>	
 <u>NO TEMPO DO DESTERRO DO POVO POBRE</u>	 35
Introdução	35
<u>Capítulo I</u>	
 <u>Desterro: a pobreza incluída</u>	 38
Degradados, desertores, criminosos e militares	38
A imigração açoriano-madeirense e a consolidação da vila dos desterrados, pescadores e militares	43
Miséria depois da invasão espanhola de 1777	50
Desterro: relatos da pobreza	55
Lestadas, furacões, terremotos e mais miséria	59
Casa, sobrados e cortiços: a cidade inteira	62
As casas refletiam a sociedade	66
Moradinhas de casas	67
Os cortiços	71
<u>Capítulo II</u>	
 <u>As áreas mais pobres</u>	 77
A pobreza na cidade durante o século XIX	78
A Toca	79
A Figueira	83
Fonte Grande	87
Pedreira	91
Tronqueira	94
José Jacques	97
Beco Irmão Joaquim	97
Pobres nas casas dos ricos?	100
Nomes de ruas	101
<u>Capítulo III</u>	
 <u>O povo pobre de Nossa Senhora do Desterro</u>	 113
O povo pobre e seu refúgio: o Hospital de Caridade	115
Mestiços, vadios, livres e libertos	136
Marinheiros	142
A vida pobre de soldado	145
Os expostos	152
Meninos vadios	155

Capítulo IV

<u>Desterro do povo pobre de origem africana</u>	163
Escravos na vila	163
Origem	168
Mais negros do que se conta	171
Os escravos dos colonos	173
Os negros viviam em toda Desterro	179
Os negros, o trabalho e a cidade	183
As casas em que viviam	190
Estratégias para sobreviver	199
As Irmandades de negros	201
Escravos em liberdade	205
Resistência à pobreza e opressão	209
As fugas e o início da ocupação dos Morros	212
Esconderijos na cidade e refúgios nos Morros	217
Conclusão da parte I	224

PARTE II

<u>DESTERRO: RIQUEZA E POBREZA, A CIDADE DIVIDIDA</u>	228
Introdução	228

Capítulo V

<u>A vida simples do mar</u>	233
A importância do Porto	233
O contrabando	239
Os pobres do monopólio da pesca da baleia	242
A navegação	245
Os escravos marinheiros e os primeiros navegantes ricos	258

Capítulo VI

<u>O comércio: mais sobrados e mais cortiços</u>	268
O comércio e mudanças na cidade	271
O comércio escravo	283
Os sobrados do comércio no lugar das casinhas	292
Mais comércio, mais sobrados	295

Capítulo VII

<u>Mudanças nas relações e divisão social</u>	309
O contexto da expulsão dos pobres	309
Instrumento para idéias modernizadoras: a Imprensa	312
A condição de viver na cidade	316
O código de postura de 1845	317
Leis, códigos, resoluções, posturas e decretos	326
Conclusão da parte II	339

PARTE III

SANIDADE URBANA E HUMANA: IMPLICAÇÕES SOBRE A POBREZA

Introdução	345
------------	-----

Capítulo VIII

<u>O medo da pobreza</u>	345
Médicos, sanitaristas, geógrafos e engenheiros da pobreza	347
Epidemia de pobreza	352
A epidemia de 1882	373
Higienismo e implicações à moradia dos pobres	385

Capítulo IX

<u>Os pobres não cabem nos asilos</u>	397
Órfãos, lunáticos, doentes, mendigos e meliantes	397
À mendicidade: caridade	404
Fé nos asilos	409
Conclusão da Parte III	422

PARTE IV

<u>MODERNIZAÇÃO E SANITARISMO: O FIM DA POBREZA?</u>	426
Introdução	426

Capítulo X

<u>Modernidade e pobreza</u>	430
Arquitetura contra pobreza	430
A quem não for pobre: novas infra-estruturas e serviços urbanos	441
Gente viva e morta no caminho dos automóveis e da modernidade	452
Problemas para a modernização	461
No trilho da riqueza: o exemplo das linhas de Bondes	466

Capítulo XI

<u>As condições sanitárias da cidade antiga</u>	475
Das fontes e córregos aos despejos e tigres	475
As obras sanitárias alcançam à pobreza	486
Água: o primeiro fator de divisão territorial entre pobres e ricos	496
Fonte Grande, Rio da Bulha, Avenida do Saneamento: a cidade não era para todos	504
Conclusão da parte IV	514

PARTE V

<u>OS POBRES SÃO EXPULSOS: A NOVA DESTERRO NOS MORROS</u>	519
Introdução	519

Capítulo XII

<u>As demolições</u>	521
A república demolidora	521
As demolições dos bairros pobres	526
Isenção de imposto aos pobres	556
Falta de moradias para os pobres	562

Capítulo XIII

<u>O território dos pobres</u>	568
A nova cidade pobre	568

Morros: o novo Desterro	574
No Morro dos avós: o Morro da Caixa (Monte Serrat)	586
Mocotó no Morro do Governo	599
Morros sem fim	605
Conclusões da parte V	608
<u>CONCLUSÕES GERAIS</u>	611
Referências bibliográficas	621

Lista de mapas

ÁREA CENTRAL DE DESTERRO - 1876	112
LOCALIDADES DE FLORIANÓPOLIS – INÍCIO DO SÉC. XX	517
FLORIANÓPOLIS: DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO POBRE	609

Lista de tabelas

1	Nome de ruas, travessas, becos, largos e praças	101
2	Pacientes do Hospital de Caridade, registrados entre 1801 e 1810	119
3	Pacientes do Hospital de Caridade registrados entre 1841 e 1851	121
4	Pacientes internados no Hospital de Caridade em 1872	122
	Estrangeiros registrados no Hospital de Caridade entre 1841 a 1851	123
6	Total de escravos no Brasil, século XIX	124
7	Escravos e homens livres e libertos no Brasil, século XIX	124
8	Movimento de passageiros do Porto de Desterro em 1883	125
9	Livres e libertos migrantes atendidos no Hospital de Caridade entre 1841 e 1851	131
10	Movimento de pessoas nos portos da província de Santa Catarina em 1863	132
11	População da Ilha de Santa Catarina em 1872	133
12	População, 1876	134
13	População do município da capital em 1872	135
14	Origem dos escravos comercializados em Desterro entre 13 de setembro 1809 e 6 de março de 1813	168
15	Batismo de escravos	171
16	Escravos registrados na província de Santa Catarina em 1885	175
17	Valor médio (em réis) dos escravos na capital em 1885	176
18	População escrava em Desterro	177
19	População de origem africana na Ilha de Santa Catarina em 1863	178
20	População de Desterro em 1872	178
21	Trabalho escravo e trabalho livre em Desterro em 1872	187
22	Endereços dos anúncios do comércio de escravo entre janeiro de 1856 e setembro de 1857	197
23	Irmãos da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos entre 1728 e 1899	204
24	Distribuição de cotas para manumissão de escravos em fevereiro de 1883	206
25	Pesca da baleia em Santa Catarina entre 1816 a 1819	243
26	Movimento de embarcações no porto de Desterro entre 13 de novembro de 1850 e 20 de junho de 1851	254

27	Movimento do Porto de Desterro em 1883	255
28	Escravos marítimos internados no Hospital de caridade entre 1841 e 1851	263
29	Edificações em Desterro, século XIX	297
30	Prédios de Desterro (1873 e 1876)	297
31	Tabela de cobrança da taxa sanitária em 1920	336
32	Registro de óbitos da paróquia do Desterro – pessoas livres	353
33	Mortalidade em Florianópolis em 1903	362
34	Sepultamentos no cemitério público, vítimas de tuberculose	363
35	Nascimentos e óbitos em Florianópolis entre 1912 a 1915	370
36	Mortos por doenças contagiosas em Florianópolis em 1915	370
37	Contribuições para a construção inicial do Asilo de Mendicidade	413
38	População de Desterro (Florianópolis)	521
39	Gastos (em réis) com saneamento e desapropriações pela superintendência municipal entre 1918 e 1928	536
40	Isenção de dívidas ou impostos municipais entre 1919 e 1927	536

Lista de figuras

Iconografia, representando o povo no Mercado de Peixe de Desterro	38
Mapa da Ilha de Santa Catarina com as Fortalezas da Barra Norte (1760)	41
Imagem parcial do “Plano da Villa de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina” (1754)	49
Desterro, Largo da Matriz, século XIX	65
Casa de porta e janela	69
Imagem parcial da <i>Veduta dell’Isola di Sta. Catterina</i>	70
Imagem parcial de <i>Veduta della citta di Nuestra Senhora del Desterro nell’Isola di S. Caterina</i>	71
O Cortiço Cidade Nova, na Rua Arcipreste Paiva, final do século XIX	75
Cortiços entre a Fonte Grande e o Campo do Manejo, década de 1910	76
Iconografia, a Toca dos pescadores	80
Toca, Bairro dos pescadores, final do século XIX	82
A Rua da Toca, final do século XIX	83
Casinhas de porta e janela da Toca, início do século XX	83
Figueira, bairro dos marítimos, o cais sendo aterrado, século XIX	86
Vista da cidade, início do século XX	87
Fonte Grande canalizada, década de 1910	91
Casinhas e cortiços entre a Tronqueira e o Campo do Manejo, início do século XX	91
Rua da Pedreira, trecho com a Praça XV de Novembro, início do século XX	93
Vista parcial do Bairro da Pedreira, década de 1910	93
Quintais de casinhas na Fonte Grande, início do século XX	96
Caminho do José Jacques, início do século XX	97
Casinhas do Beco Irmão Joaquim, década de 1910	99
Beco Irmão Joaquim, na esquina com o Menino Deus, década de 1910	99
O Campo do Manejo, início do século XX	99
Oratório no prédio da antiga Escola Normal, início do século XX	106
O povo na Praia do Antigo Mercado, final do século XIX	114
<i>Costume of St. Catherine’s off the Brazil</i>	120
O Hospital de Caridade, início do século XX	135
Soldados do Exército no Quartel do Campo do Manejo, início do século XX	151
O Irmão Joaquim Francisco do Livramento	154
Meninos brincando no aterro da Praia do Menino Deus, início do século XX	162

Meninos aprendizes marinhos, na Rua do Menino Deus, início do século XX	162
Parte da litografia de Luiz Choris (1819)	164
A farinhada	167
Um escravo de ganho	186
Meninos barbeiros	190
Escravos aprendizes de sapateiro	190
Negros em uma choupana junto a uma casa de dois pavimentos (Rugendas)	192
Enterro de uma negra	205
Anúncio de fuga de escravo	212
Recompensa por captura de escravo	219
Embarcações no Porto de Desterro, século XIX	238
A linha do Porto, início do século XX	238
Anúncio, venda de iate	248
Pequenas embarcações no Porto de Desterro, início do século XX	250
Bergatim	254
Patacho	254
Porto de Desterro, século XIX	256
Vapor e Patacho no Mole do Cais da Prainha, início do século XX	256
Patacho no trapiche da Prainha, início do século XX	256
Enseada da Rita Maria, século XIX	257
Cais Liberdade, século XIX	257
Construção de armazém no Cais da Figueira, início do século XX	257
O povo sobre o aterro da praia do antigo Mercado de Peixe, final do século XIX	258
O novo Trapiche Municipal, em frente a Praça XV de Novembro, início do século XX	258
Anúncio da chegada do brigue Minerva no Porto em 14 de janeiro de 1856	260
Movimento do Porto	260
O comerciante, dono de barcos e escravos Martinho José Callado	262
O Mercado de Peixe, final do século XIX	270
Botes, baleeiras e canoas no cais do Mercado Público, início do século XX	272
Cerâmicas no cais do Desterro, início do século XX	273
Comércio de cerâmica no Cais Igualdade, na Figueira.	273
O Cais do Mercado com pequenas embarcações à vela, início do século XX	274
Canoas e baleeiras à vela na Praia do Mercado, início do século XX	274
Marítimos e carregadores no cais do Mercado, início do século XX	275
O povo no novo Mercado, início do século XX	275
Bancas do Mercado Público, início do século XX	275
O povo e o peixe, Mercado Público, início do século XX.	279
A Alfândega do Porto de Desterro	282
Anúncio de venda de escravo	291
Sobrado português do século XIX	298
Vapor em frente ao Porto de Desterro, século XIX	301
Embarcações à vela e vapores na Baía Sul, início do século XX	301
O Vapor Diamantino, no Porto de Desterro	302
O navio Carl Hoepcke	302
Cais Rita Maria, início do século XX.	302
O vapor Anna da empresa Hoepcke, no estaleiro Arataca, início do século XX	303
Sobrados da Rua do Comércio, século XIX	305
Sobrados tomando a Rua do Comércio, século XIX	305
Grandes sobrados do comércio na Praça XV de Novembro, final do século XIX	305
Rua do Senado, século XIX	306
Sobrados na esquina da Rua do Ouvidor com a Rua do Comércio, início do século XX	306
Rua Augusta, final do século XIX	306
Sobrados, Rua do Comércio, esquina com a Rua do Livramento, final do século	

XIX	307
Sobrados da Rua do Livramento, século XIX	307
Sobrados, depósitos e armazéns, Cais Liberdade, final do século XIX	307
Hercílio Pedro da Luz	349
Homens carregando um enfermo no pátio do Hospital de Caridade	371
Hospital de Caridade, início do século XX	371
Ala dos tuberculosos, Hospital de Caridade, 1928	371
Anúncios no A Regeneração	383
Chefia de Polícia, construída em 1896	402
Prédio do Quartel de Polícia no Largo 17 de Novembro, década de 1910	402
O Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, inaugurado em 27 de março de 1910	420
Asilo de Órfãos São Vicente de Paula	420
Casinhas de porta e janela com e sem platibanda	435
Casa térrea portuguesa e casa reformada com platibanda, década de 1910	436
Câmara municipal, em reforma, década de 1910	436
Quartel de artigos bélicos, início do século XX	436
A casa do governador, final do século XIX	437
Palácio do governo, início do século XX	437
Congresso representativo, construído em 1909 em estilo eclético.	437
Casas térreas na Rua do Desterro, início da década de 1920	438
Casas térreas com fachadas embelezadas na Rua do Vigário, década de 1920	438
Rua do Vigário, década de 1920	439
Rua Augusta, início da década de 1920	439
Arrendatários de serviços urbanos	444
Incinerador de lixo	444
A Rua do Comércio, década de 1910	447
Clubes de remo do Cais Liberdade, década de 1920	447
<i>Football</i> no Campo da Liga, década de 1930	448
Implantação da rede de abastecimento de água, 1909	448
Construção da rede de água e esgoto na Rua dos Ilhéus, 1908.	449
Cais Liberdade, luzes e linhas da modernidade, década de 1920	449
A cidade moderna, final da década de 1920	450
Automóveis no Largo da Matriz, final da década de 1920	450
Vista parcial de Florianópolis, início da década de 1920	451
Carros e carroças na Praça Fernando Machado, início do século XX	455
O estreito entre a Ilha e o continente, década de 1910	456
Transporte de pessoas entre a Ilha e o Continente, início do século XX	456
O Trapiche Municipal, início do século XX	457
O Miramar	457
Parada de ônibus da empresa Florianópolis, década 1940	457
Cais Liberdade	458
Trabalhadores no canteiro da obra, Ponte Independência, Continente (1923)	458
Início da construção da Ponte Independência (1922 – 1926)	458
Trabalhadores na construção do viaduto continental da Ponte Independência (1922 – 1926)	459
Fases da construção da Ponte Independência	459
Ponte Hercílio Luz (Independência), comboio de “omnibus”, década de 1930	460
Planta da rede de esgoto de Florianópolis em 1913	463
Trilhos da linha de bonde na Rua do Iguape, início do século XX	471
Trilhos atravessando a Fonte Grande, início de da década de 1920	471
Trilhos da linha de bonde na Rua dos Ilhéus, década de 1920	472
Bonde subindo a Rua dos Ilhéus, início do século XX	472
Trilhos da linha de bonde na Praça 17 de Novembro no Mato Grosso, início do século XX	472
Trilhos da linha de bonde na Praia de Fora, início século XX	473

Ramal da linha de bonde na Rua do Passeio, início do século XX	473
Trilhos da linha de bonde na Rua das Carreiras, início do século XX	473
Imagem parcial da “Planta Topographica da Cidade do Desterro” (1876)	475
Escravo - Tigre – com máscara de flandres	480
Desterro vista do pátio do Hospital de Caridade no Morro da Boa Vista	484
Desterro vista do pátio do Hospital de Caridade, início do século XX	484
Aterro da Praia do Menino Deus, início do século XX	485
Lavadeiras quarando roupas no Cais do Menino Deus	492
Lavadeiras, início do século XX	493
Canalização do Córrego São Luís, início do século XX	493
Fonte Grande canalizada, entre casinhas e bananeiras, década de 1910	493
Canalização da Fonte Grande, início do século XX	494
Canalização de córrego, início do século XX.	494
Aterro de várzea e canalização de córrego próximo ao Morro do Antão, início do século XX	494
Imagem parcial da “Planta da Villa Capital de Santa Catharina” (1774)	496
Largo do Fagundes, início do século XX	501
Rua dos Ilhéus, final do século XIX	502
Carroça com pipa para o abastecimento de água, final do século XIX	502
Carroça com pipa para o abastecimento de água, em frente à Catedral, final do século XIX	502
Praia de Fora, início do século XX	502
Praia de Fora (2), início do século XX	503
Canalização da Fonte Grande em frente à Rua Emilio Blum, década de 1910	509
Canalização da Fonte Grande, início do século XX	509
Fonte Grande canalizada, década de 1910	510
Fonte Grande canalizada, início do século XX	510
Fonte Grande canalizada, início do século XX	510
Fonte Grande, 1922	511
Avenida do Saneamento, 1922	511
Trabalhadores na Ponte do Vinagre, início do século XX	511
Avenida do Saneamento, com os postes de iluminação instalados, 1922	512
Avenida do Saneamento, década de 1920	512
Morro do Antão (Morro da Cruz, Maciço Central), entre o final da década de 1920 e início da década de 1930.	512
O coronel Pereira Oliveira	523
Área da Praça do Congresso, década de 1910	524
Prédio do congresso representativo construído entre 1908 e 1909	524
Rua Saldanha Marinho, início do século XX	533
Vista de Desterro do adro da Igreja do Rosário, pintura de Victor Meirelles, 1847	538
Rua da Lapa, 1938.	542
Jardim São Luis, década de 1920	543
Rainha da Moda e confecção de Chapéus	549
Demolição de casa na esquina da Rua do Vigário com a da Conceição, década de 1910	549
Alargamento da Rua República, entre 1915 e 1919	550
Alargamento da Rua República, entre 1915 e 1919	550
Casas do Bairro da Pedreira, década de 1910	551
Casas sendo demolidas na Pedreira, 1919	551
Pedreira com as casas demolidas, 1921	551
Construção do Instituto Politécnico, década de 1920	552
Beco Irmão Joaquim, final da década de 1910	552
Beco Irmão Joaquim com material das casas demolidas, 1919	552
Fonte Grande, década de 1920	553

Rua do Ouvidor, início do século XX	553
Demolição de casa na Rua José Jacques, início do século XX	553
Rua do Rosário, início do século XX	554
Rua da Conceição, início da década de 1920	554
Casinhas da Rua da Praia do Menino Deus, início do século XX	554
Casinhas da Toca, início do século XX, e as casas já demolidas, década de 1970	555
Casinhas na ponta insular do estreito entre a Ilha e o Continente, década de 1910	555
Homem carregando lenha na encosta sul do Morro da Boa Vista	568
Imagem parcial da “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876	576
Circo no Campo do Manejo em frente à Nova Descoberta, década de 1930	578
Circo no Campo do Manejo	578
Casa no Morro da Caixa, construída em 1932	580
Morro da Boa Vista, parte Sul do Maciço, final do século XIX	584
Morro a Leste da cidade, início da década de 1920	584
Morro do Antão com a base das encostas desmatadas, final da década de 1920	585
Anastácia	585
Caminho que cruza o Antão, na base do Morro da Caixa, início do século XX	596
Casas no Morro da Caixa, início do século XX	596
Casinhas no início do Morro da Caixa, década de 1920	597
Morro da Caixa, final da década de 1920	597
Estrada Vieira da Rosa no Morro da Caixa	598
Antiga casinha de porta e janela do século XIX, modificada	598
Morro da Boa Vista, início do século XX	603
O Mocotó, década de 1950	603
A cidade subindo as encostas dos Morros, década de 1960	606
A cidade nos Morros, década de 1960	606
Nova Descoberta, década de 1970	606

Lista de abreviaturas

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	APESC
Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina	CMAPALSC
Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina	BPESC
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina	IHGSC
Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis	IPUF
Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	IBNSRSB

Resumo

A geografia histórica da pobreza urbana de Florianópolis, de sua formação, do século XVIII, à ocupação dos Morros na década de 1920, pode ser dividida em quatro tipos e fases. A primeira de uma pobreza em relação ao isolamento; uma pobreza relacionada a uma forte separação social decorrente da escravidão, que passou a ser reforçada com a constante compra de escravos a partir de 1750; a pobreza em virtude de uma separação maior entre classes a partir do desenvolvimento da navegação e do comércio, em que a pobreza passou a ser expressa no espaço da cidade; e uma pobreza que foi acentuada em virtude das dificuldades impostas à permanência da população pobre no perímetro urbano e expulsão de parte dessa população para os morros e exclusão dos equipamentos e serviços urbanos que estavam sendo implantados na cidade no início do século XX. O espaço organizado em Desterro pela elite comercial e política ao longo do século XIX, havia forçado um movimento da população pobre do porto em direção a áreas mais afastadas do centro comercial. Durante as primeiras décadas do século XX, as relações comandadas pela elite política e econômica se expressaram na forma do sanitarismo, higienismo urbano, modernização de infraestruturas e serviços urbanos acompanhadas de políticas e determinações legais que modificaram a organização social na cidade que passaram a dificultar a permanência do pobre no espaço urbano, a reprodução de seu modo de vida, e exigindo uma constante adaptação as novas regras impostas ao trabalho e a subsistência no espaço urbano, que demandavam cada vez mais renda para permanecer na cidade. Na década de 1920, a segregação da população pobre ocorreu com a expulsão dos pobres para fora do perímetro urbano e formação de uma cidade paralela nas vertentes dos Morros. Essa nova configuração material e de relações expressava uma outra organização do espaço diferente daquela do século XIX, e que condicionava novas relações de trabalho e do cotidiano, para longe do Porto e das áreas do centro. Condicionados por esta nova configuração espacial urbana, os novos fluxos de migrantes pobres que tinha Florianópolis como destino, foram dirigidos para as novas áreas pobres nos Morros, e não mais no perímetro urbano histórico.

Abstract

The historical geography of urban poverty in Florianopolis, from its establishment in the eighteenth century to the hills settlement in the twenties, can be divided into four types and stages. At first, a poverty related to isolation; Second, a poverty linked to a strongly social separation caused by the slavery, which had been reinforced by a constant purchase of slaves since 1750; Third, a poverty brought due to a bigger separation between social classes since trade and navigation development, as poverty had begun to be expressed in the town; At last, a poverty which had expanded by impediments imposed on poor people fixedness at urban perimeter, followed by a part of this people expulsion to the hills and a exclusion from urban services and facilities which had been implemented at the beginning of twentieth century. The space organized in Desterro by political and commercial elite during the nineteenth century, had induced a poor people movement from the port in direction to further areas of downtown. During the first decades of twentieth century, the relations commanded by economical and political elites appear into sanitariat and higienist ways, as well as through infrastructure and urban services modernization which were combined with legal determinations and policies that had changed town's social organization, what became poor people fixedness and lifestyle maintenance in the city harder. It required a constant adaption by new rules imposed to labor and subsistence in urban space, so it's worth a gradually rise income to stay in the town. In the twenties, poor people segregation occurred through the expulsion to urban outskirts and by a parallel town establishment in the hills' sides. That's new relationship and material configuration expressed another space organization in comparison by those found in the previous century, and had an effect on new working relations and daily lives, away from the port and downtown areas. Conditioned by this new urban space configuration, new poor migrant flows that had Florianopolis as a destiny were directed to new poor areas in the hills, and no longer in the historical urban perimeter.

INTRODUÇÃO

Oswaldo Rodrigues Cabral foi o único autor que se dedicou a pesquisar a história da pobreza na antiga Desterro (Florianópolis). Sobre a geografia dessa pobreza escreveu que: *“a encosta do morro foi sendo ocupada, paulatinamente. Afinal, a população pobre foi, aos poucos, deixando as ruas centrais, caminhando para a periferia da cidade, num passo bastante lento, mas constante, ininterrupto”* (1971, vol. I; p. 239). Porém não foi seu objetivo direto investigar, descrever, nem analisar esse processo. É o que tentei fazer nessa pesquisa.

“Do Mar ao Morro”: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis, está dividida em cinco partes. A primeira, sobre a cidade pobre, contém quatro capítulos: a pobreza incluída na cidade de origem colonial; as áreas mais pobres; o povo pobre e o povo de origem africana. A segunda parte, sobre a cidade dividida entre riqueza e pobreza, em três capítulos: a navegação e a origem de uma classe abastada; o comércio e o início das divisões espaciais entre riqueza e pobreza e os processos de mudança relacionados ao contexto legal. A terceira parte, sobre os principais processos sociais que resultaram em mudanças no modo de vida e da pobreza no espaço urbano, está dividida em três capítulos: o higienismo durante o século XIX e suas implicações sociais que influenciaram a cidade; o “sanitarismo espacial” e suas consequências sobre a pobreza no espaço urbano e o “sanitarismo social” referente ao processo de isolamento e exclusão social da pobreza em geral. A quarta parte é sobre os processos de modernização urbana do início do século XX e suas consequências sobre a pobreza, em dois capítulos: sobre as modernizações urbanas e suas consequências sobre a pobreza e o processo de demolição de casas e bairros que expulsou a população pobre do perímetro urbano tradicional. A quinta parte é sobre a origem da ocupação dos Morros próximos a cidade antiga, em dois capítulos: a origem da ocupação e “Morros mais antigos”.

A pesquisa geográfica histórica da pobreza urbana no Brasil

O estudo dos problemas sociais nas áreas urbanas brasileiras iniciou na década de 1930 por influência da geografia tradicional européia. Esses estudos se desenvolveram nas décadas seguintes principalmente na Universidade de São Paulo e na Escola Livre de Sociologia e Política. Mais tarde nas décadas de 1960 e 1970, esse campo foi ampliado para inúmeras vertentes de análise das ciências humanas (MARQUES, 2000). Os estudos urbanos iniciaram com análises abrangentes, gerais dos macro-processos econômicos com base nas teorias marxistas. Na década de 1980, parte das pesquisas passou a investigar os temas até então menos estudados, o das particulares, detalhes da complexidade da realidade urbana e da ação dos atores sociais. Segundo Marques (2000), essa literatura mais fragmentada e dispersa privilegiou o papel dos movimentos sociais, a construção de identidades coletivas e sua relação com formas de organização social.

A geografia histórica urbana tem se consolidado como um campo importante do conhecimento geográfico no Brasil. A pobreza, estudada de forma direta, não foi um tema central das pesquisas sobre a cidade nas últimas décadas. Somente nos últimos anos têm sido publicados estudos que trazem o tema pobreza urbana como central da análise.¹ Essa lacuna é ainda maior no campo da geografia histórica da pobreza urbana.

O campo da pesquisa em Geografia histórica urbana no Brasil tem se desenvolvido nas últimas décadas, aparecendo como tema integrante nos principais eventos científicos da Geografia. Nesta área do conhecimento, o tema da pobreza vem tendo um destaque crescente e apresenta um amplo campo de pesquisas a ser desenvolvido no Brasil. Pode-se afirmar que apenas Salvador e Rio de Janeiro foram investigados de forma ampla quanto à

¹ As teorias sobre urbanização se concentraram sobre a desestruturação do processo produtivo e as relações sociais, a concentração da população, as novas formas de divisão social e territorial do trabalho sobre a produção, circulação, consumo e as ações dos agentes que comandam esses processos. Temas que tratam a parte formal, legal e oficial das cidades das classes médias e ricas, que concentraram a ação do Estado e do capital. Sobre estudos urbanos no campo geral das ciências sociais, Lefebvre (1991) escreveu: “as tendências dos estudos privilegiaram as necessidades individuais e as motivações da sociedade burocrática de consumo dirigido”. No campo específico da Geografia, segundo afirmou Lobato Corrêa (1989) “até a década de 1990, os estudos eram focados e dirigidos basicamente para as relações entre Estado e capital e a organização espacial decorrente.

geografia histórica da pobreza urbana. Estas cidades são respectivamente um dos objetos de pesquisa de Pedro de Almeida Vasconcelos e Mauricio de Almeida Abreu, que são os principais pesquisadores sobre geografia histórica urbana no Brasil. São desses autores o maior número de pesquisas, artigos livros e orientação de teses e dissertações sobre o assunto.

Pedro de Almeida Vasconcelos escreveu uma série de artigos e livros sobre metodologia de pesquisa geográfica histórica, como estudar a cidade na longa duração - a noção do tempo na Geografia - e sobre diversos objetos de pesquisa relacionados à pobreza urbana. Formulou categoria e conceitos para a compreensão das cidades brasileiras no período escravista; estudou a pobreza urbana e a formação de bairros populares e as transformações espaciais em Salvador; analisou a aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro e novas formas de periodização, rupturas e eventos importantes à geografia histórica (períodos de longa duração); estudou os agentes modeladores de Salvador no período colonial. Escreve sobre outros assuntos relacionados à geografia histórica da pobreza urbana: a desigualdades sociais e espaciais no Brasil e os agentes modeladores; o trabalho irregular urbano, escravidão e a república; escreveu sobre questões espaciais do setor informal urbano; publicou livros a respeito das transformações espaciais em Salvador e o pensamento sobre a cidade nos dois últimos séculos.

Mauricio de Almeida Abreu escreveu sobre o estudo geográfico da cidade no Brasil em relação à ciência e ao pensamento geográfico; sobre a evolução e avaliação da geografia do passado e sobre memória das cidades. Publicou a evolução urbana do Rio de Janeiro. Estudou seu porto, a questão da habitação popular e sua evolução, a origem, expansão inicial das favelas e o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro. Orientou teses e dissertações de temas relacionados à geografia histórica da pobreza no espaço urbano, os territórios da prostituição, temas higienistas e sanitaristas com implicações sobre o espaço urbano do Rio de Janeiro no século XIX e análise do processo de produção da moradia em favelas.²

² Alguns pesquisadores com dissertações sobre o tema que estudaram Salvador e Rio de Janeiro: Luís Antonio Fernandes Cardoso (1991, Universidade Federal da Bahia - UFB) estudou habitação proletária em Salvador na primeira república; Ana de Lourdes

Entre os trabalhos mais recentes no campo da pós-graduação sobre geografia histórica da pobreza urbana, Cristovão Fernandes Duarte apresentou um estudo de história dos problemas de desigualdades sociais em Belém, no início do século XX. Pesquisa sobre os conflitos políticos e sociais em torno da mendicância que geraram a proibição da mendicância nas ruas, em 1899, e a construção do Asilo da Mendicância em 1902, em um contexto de liberalismo e desenvolvimento econômico do ciclo da borracha e da influência francesa de modernidade urbana.³ Grete Pfluerger estudou o tema da decadência econômica e social que configuraram um urbanismo de exclusão pelo isolamento e desconexão da rede urbana, e o processo de “arruinamento” de

R. da Costa (1989, UFB) estudou o trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano de Salvador no século XIX; Jan Carlos da Silva (2000, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) estudou os territórios da prostituição na cidade do Rio de Janeiro entre 1841 e 1925; Lilian Fessler Vaz (1985, UFRJ) estudou a produção e transformação do espaço das habitações populares coletivas do Rio de Janeiro antigo; Joaquim Justino Moura dos Santos (1987, UFRJ) estudou a história do subúrbio do Rio de Janeiro; Maria Paula L. de Albernaz (1985, UFRJ) estudou história da arquitetura popular no Rio de Janeiro através do estudo do espaço urbano. Pesquisadores que escreveram teses sobre o tema: Marcos Paragussu de Arruda Câmara (1995, Universidade de São Paulo - USP) estudou cidades e vilas da escravidão, o espaços dos excluídos. Maria Laís Pereira da Silva (2003, UFRJ) estudou as favelas cariocas no período de 1930 a 1964; outros autores estudaram as transformações urbanas do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do século XX, processo com profundas implicações sobre a pobreza urbana durante o período do prefeito Pereira Passos, como a tese de Sonia Gomes Pereira (1992, UFRJ) e a dissertação de Jaime Larry Benchimol (1982, UFRJ).

³ Pesquisa apresentada no XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional realizado entre 21 e 25 de maio de 2007, em Belém, no Pará. Nesse encontro científico, das sete (7) sessões temáticas de apresentação e debate, uma tratava de História: cidade e urbanismo. Nessa sessão a maior parte das pesquisas sobre história geográfica da cidade tratava do tema geral da produção do espaço, em inúmeros temas relacionados: projetos; planejamentos; reforma urbana; transformações; produção; infra-estrutura e técnica. O segundo maior grupo de pesquisas tratava de temas subjetivos da história urbana: identidades; ideologias e idéias, seguido pelo grupo de pesquisa sobre: arquitetura e patrimônio. Com o mesmo número de pesquisas apresentadas, deste último, o tema história geográfica da pobreza no espaço urbano com quatro (4) pesquisas. Outros temas apresentados sobre história da cidade foram: formação e economia urbana. No VII encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia realizado em Niterói de 24 a 27 de setembro de 2007, entre 19 temas de apresentações de pesquisas, um tratava de Geografia Histórica composto por 23 trabalhos selecionados, destes três (3) tratavam de pobreza no espaço urbano. Apesar de que a geografia histórica urbana tem sido mais pesquisada e objeto de interesse de novos autores, o tema da pobreza ainda é um dos menos investigados. No X Simpósio Nacional de Geografia Urbana realizado em Florianópolis na Universidade Federal de Santa Catarina entre 29 de outubro e 2 de novembro de 2007, na sessão temática sobre memória e história nenhuma das pesquisas apresentadas tratava do tema da pobreza.

Alcântara no Maranhão em 1904. ⁴ Fernando Accioly Moreira fez um estudo sobre memória urbana sobre áreas suburbanas à margem da história oficial, tomando como exemplo o Morro do Querosene (Vila Pirajussara) na cidade de São Paulo. ⁵

O espaço urbano como problemática geográfica.

Para definir uma posição de análise que tomamos sobre o estudo da formação da pobreza no espaço urbano de Florianópolis, achamos importante argumentar sobre um posicionamento quanto ao debate da teoria do espaço. As posições vão dos abrangentes macro-processos econômicos que privilegiam análises gerais com base nas teorias marxistas, às análises subjetivas com forte determinação da cultura na formação do espaço geográfico.

O livro de Manuel Castells *A questão urbana* (1ª edição de 1972) é uma obra clássica sobre as bases dos conceitos fundamentais do materialismo histórico marxista para formar uma teoria do espaço. Utilizei esta posição de análise para comparação com um posicionamento teórico que oriente minha análise da geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis.

No debate sobre o espaço, Castells (2000, p. 181) ao considerar “a cidade como uma projeção da sociedade” alerta que as ações dos diversos agentes sociais encontram obstáculos deixados pelas gerações passadas, “o molde da cultura” numa concepção de natureza totalmente moldada pelo homem. Na visão do materialismo que Castells representa, o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais, o homem também é considerado um desses elementos (2000, p. 181) – a visão materialista da história. Nessa concepção, os homens que entram em relações sociais determinadas, dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social. Nos argumentos de Castells, as ações do homem são determinadas pelo conjunto histórico material no qual a sociedade se especifica - um determinismo do desenvolvimento material. “O espaço é estruturado, não é organizado ao acaso e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao

⁴ *Loco citado.*

⁵ *Loco citado.*

especificá-lo, os determinismos de cada período da organização social” (2000, p. 181 e 182) – as diferenças surgiriam apenas dos modos de produzir.

Essa concepção marxista do espaço estuda a estrutura urbana na perspectiva de uma totalidade, elaborando uma teoria para apreender “o *concreto real*”, ou seja, a estrutura urbana é explicada de forma geral. A partir dessa teoria é que são formuladas as análises particulares dos fenômenos históricos.⁶

Por essa concepção marxista, Castells considera que na base das análises espaciais há uma teoria geral da organização social dirigida pelo “princípio da interdependência entre os indivíduos” e o “princípio da função central”. Em todo sistema de relações com o ambiente a coordenação seria feita por um pequeno número de funções centrais – as do modo de produção – e a posição de cada indivíduo com relação a essa função determinaria sua posição no sistema e suas relações de domínio. Assim, a definição de sociedade de Castells é compreendida, principalmente, como uma comunidade definida como um sistema de relações entre partes funcionalmente diferenciadas e localizadas territorialmente (2000, p. 185). A organização urbana em Castells é explicada por um conjunto de processos que moldam, distribuem e correlacionam as “unidades ecológicas”, que seria toda expressão espacial que apresentaria “uma certa especificidade” com relação ao ambiente imediato.⁷

A posição de Castells é de crítica a organização do espaço determinada essencialmente pela ação dos homens. Esta ação seria guiada por orientações culturais, que considere o espaço moldado por valores e comportamentos, condições da cultura e afinidades simbólicas de diferentes grupos sociais, do papel que desempenham na sociedade e pelas diversas formas espaciais que organizam. Para ele, por esse caminho não se chegaria a uma teoria geral sobre a estrutura urbana. Em sua crítica, a posição cultural surge das falhas e da falta de tentativas de teorizar as relações sociais – a posição que se contrapõe à cultural é a do espaço relacionado às condições materiais de

⁶ Uma dessas teorias gerais para explicar a organização da estrutura urbana foi a da “ecologia humana” da Escola da Chicago (CASTELLS, 2000, p. 182).

⁷ Os principais “processos ecológicos” de Castells seriam: a concentração; centralização; descentralização; segregação e invasão-sucessão (2000, p. 185 e 186).

produção e de existência de cada sociedade – como exemplo, a *tradição ecológica* (2000, p. 187 a 189).

Segundo Castells a problemática própria a toda teoria do espaço, consiste em descobrir leis estruturais e estabelecer hipóteses sobre o fator dominante de uma estrutura na qual incide o conjunto dos elementos da vida social. Em seu pensamento, há busca fundamental de uma lei geral e um fator material do qual deriva a vida social e a organização do espaço. Ele orienta: ultrapassar posições ideológicas entre “determinações do espaço pela natureza” ou a pela “modelagem da cultura” para unir estes dois termos numa problemática. Mas seus alertas revelam que as posições alternativas a materialista, que reconhecem a especificidade social e humana, seriam carregadas de “criações gratuitas inexplicáveis segundo leis”. Propõe, então, opor ao “ideológico do culturalismo” e do historicismo o *front* teórico que integra a problemática ecológica – materialista. “Uma análise sociológica que estude a maneira pela qual uma formação social trabalha a natureza, o modo de repartição e gestão e as contradições decorrentes” (2000, p. 190). O pensamento de Castells defende formar uma teoria e descobrir leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais estudadas. Para ele, a oposição entre determinação natural e cultural do espaço deveria ser ultrapassada a partir da análise da estrutura social como processo dialético das práticas sociais determinadas por suas características históricas. A diferenciação de um espaço, a distinção entre funções e processos relacionando às diversas unidades não teriam significado se não referidos a elementos teóricos que situam o conteúdo do espaço no conjunto da estrutura social. Para Castells não existe uma teoria específica do espaço, mas sim desdobramentos e especificações da teoria da estrutura social.

Dessa posição teórica, expressa aqui pelo pensamento de Manuel Castells, basearam-se estudos e metodologias de estudos do espaço. Para citar um exemplo reconhecido que avança a partir dessa posição: a influente metodologia de estudo do espaço de Milton Santos, intitulada, *Categoria de formação econômica e social* (1979). Cabe uma rápida análise dessa categoria como exemplo de outra metodologia para alcançar uma teoria urbana através do estudo do espaço. Nessa metodologia de Milton Santos, formação econômica e formação social têm a mesma importância e se complementam no

estudo do espaço – diferente da posição marxista em que formação econômica determina as relações sociais.

O método do professor Milton Santos se preocupa com as dinâmicas sociais que criam e transformam os objetos, através de uma análise histórica. Diz respeito à *“evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas”*.⁸ O professor Santos sugere um cuidado com o contexto histórico de cada sociedade analisada, *“... a sociedade existe sempre sob um invólucro histórico determinado. Cada sociedade veste a roupa de seu tempo”*. Essa categoria de análise permite o conhecimento de uma sociedade ou de suas frações na tentativa de entender sua totalidade num dado momento de sua evolução. Relacionando o que há de geral e o que a de específico em sua formação, a natureza da diversidade e especificidade das relações econômicas e sociais de uma sociedade em uma época. Assim, os processos de formação do modo de produção seriam histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto através de uma formação social. A formação social compreenderia uma estrutura que se expressa geograficamente por uma certa distribuição, que pressupõe o espaço. Na formação social, o lugar, o local, a sociedade, expressariam uma ordem econômica que o professor Santos chamava de “força externa”, de acordo com suas especificidades determinadas historicamente. A localização dos homens, das atividades e das coisas explica-se pelas necessidades externas e pela formação social, que Santos chama de “forças internas”. Ou seja, “o modo de produção não se realizaria plenamente em parte alguma, pois sempre encontra nos lugares o modelo passado, numa seletividade espacial atribuída pela história”. Para ele, o conjunto de relações que caracteriza uma sociedade, tem um significado particular para cada lugar, que só pode ser apreendido ao nível da totalidade das relações – não apenas ou fundamentalmente as econômicas. Assim a dinâmica das formações econômica e social dependeria dos atributos do espaço. Ou seja, o espaço tem um papel dinâmico, e não neutro, na evolução das formações econômicas e sociais.⁹

⁸ Milton Santos. 1979, página 10.

⁹ Em sua obra e principalmente com a publicação de *A natureza do espaço* (1996), Milton Santos se dedicou a pensar sobre o espaço geográfico como objeto e método para entender a sociedade e o mundo.

Para firmar nosso posicionamento, vejamos a crítica que pode ser feita a posição da análise marxista. Uma primeira oposição à posição teórica apresentada por Castells é a de não aceitar o materialismo como fundamento de todas as relações sociais, e de enquadrá-lo em diversos graus de influência ao de determinações. Uma crítica pode ser feita sobre os princípios que dirigem a organização social: sobre a “interdependência entre os indivíduos” utilizarei, mais à frente, a posição oposta de Karel Kosik (1976); sobre o “princípio da função central”, a posição de cada indivíduo dá apenas possibilidades de poder, esse princípio pode ser aceito para a economia formal, mas não responde ao poder dos movimentos sociais, do crime e da economia da periferia física e social.

A crítica a exclusividade da teoria marxista como a única possibilidade de responder ao objetivo de formulação de leis gerais para uma teoria sobre o espaço, é a de que, o espaço reduzido à materialidade econômica possibilita, também de forma limitada, a formulação de uma teoria geral sobre o espaço. Esta oposição surge de não se aceitar a redução das relações sociais e do espaço à materialidade, e sobre a própria definição de espaço. Uma questão sobre isso é: se o materialismo é a única forma de alcançar leis gerais sobre o espaço, mas se as relações humanas, sociais desse espaço são complexas e em transformação, como poderíamos estar seguros que as leis ou teorias gerais apenas com bases marxistas não estariam reduzindo, simplificando a sociedade e o espaço? Um modo para essa simplificação seria reduzir o espaço às formas, retirando a importância das relações sociais, para supostamente entendê-lo e à sociedade. Isso é o que aparece em Castells na argumentação sobre a fusão entre as posições natural e cultural formando a historicidade: “os *grupos sociais criariam as formas, entre as quais o espaço*” - mas espaço é só forma? – “*através da produção dos valores que orientariam as instituições, moldariam a natureza*” – outra questão: cultura é só valor? E o conhecimento e as escolhas?

Não é preciso dizer que leis gerais e teorias espaciais devem servir ao objetivo de entender a sociedade. Minha posição é a de que uma teoria geral sobre a urbanização formulada apenas sobre uma análise materialista marxista do espaço reduz a complexidade que é a urbanização. A argumentação de Castells leva a uma preocupação com a teoria anterior a do objeto ou

fenômeno. Mas como aferir que a teoria Marxista não “age como uma camisa de força?” Porque deixa a impressão da afirmação de uma teoria pela teoria e não uma teoria para entender a realidade? O que guia a ciência é o interesse pelo conhecimento do objeto. Sobre as leis gerais da materialidade produzida pela sociedade, me posiciono: considero que auxiliam a entender alguns aspectos fundamentais, mas não todos com os quais nos deparamos na experiência cotidiana do espaço e da sociedade. Sobre isso, a posição que adoto é a de Milton Santos do espaço não apenas como forma, “*mas também conteúdo*” (1979), o que dá sentido as formas, é o conteúdo social estabelecido pelos homens.

Adotarei a posição crítica à da materialidade como fundamento de todas as relações sociais. São os homens que estabelecem as relações que fundam a materialidade, que apenas abre possibilidades e influencia a organização do espaço.

Outra questão crítica à posição materialista marxista sobre considerar apenas leis de uma teoria geral sobre a urbanização é a de considerar todo o processo de urbanização em uma única escala que seria geral a toda a complexidade da urbanização, desconsiderando, ao estudar o espaço, um fundamento geográfico fundamental: a escala. Do ponto de vista da análise marxista, já haveria uma teoria pré-estabelecida para explicar a pobreza em Florianópolis, uma teoria geral em escala pequena, mundial, em que Florianópolis seria inserida. Na teoria marxista, como Castells apresenta, “cada estudo específico se encaixaria numa definição pelo menos mínima da estrutura espacial no seu conjunto. As pesquisas parciais e suas descobertas teriam que ser teorizadas em conceitos que pudessem ser ligados aos fundamentos teóricos gerais”. E quando não podem ser ligadas? E quanto à possibilidade de outras teorias sobre escalas diferentes do tema urbano? Sobre isso, nesse momento da formulação da problemática posso dizer, que o caminho exclusivo da teoria marxista para orientar a análise da pobreza urbana em Florianópolis não satisfaz meu interesse por este estudo. Isso não significa maior pretensão, apenas uma tentativa de ser coerente com questões que considero, a ver: como uma teoria sobre um aspecto do espaço, a materialidade econômica, poderia explicar todo o espaço, se este contém muitas outras relações e implicações? Se através da Geografia, do estudo do

espaço, temos um meio de entender a sociedade, como ampliar esse conhecimento se limitarmos o entendimento do espaço a uma dimensão apenas materialista?

O pensamento Marxista aqui apresentado pelas formulações de Castells sobre uma teoria geral para o espaço urbano se fundamenta na concepção de uma totalidade, que permite uma teoria geral. Em oposição a isto, apresentarei os argumentos de Karel Kosik (1976, p. 34), de que a concepção de uma totalidade se fundamenta e se reduz a duas banalidades: *que tudo está em conexão com tudo* (que fundamenta o princípio de Castells sobre o que dirige a organização social - a *interdependência entre os indivíduos*); e que *o todo é mais que as partes*, o que avaliaria, como principal, a busca de uma teoria geral para o espaço urbano. Segundo Kosik, a questão: como se pode conhecer a realidade (?) é sempre precedida por uma questão mais fundamental: que é a realidade? ¹⁰ Para a filosofia materialista a categoria da totalidade concreta é, sobretudo e em primeiro lugar, a resposta à pergunta: o que é a realidade? A questão, como conhecer o espaço urbano da pobreza em Florianópolis (?), teria que ser precedida de: o que é o espaço urbano da pobreza? Na teoria marxista esta resposta está reduzida à dimensão da materialidade, segundo Kosik, isso é a redução da totalidade como princípio metodológico, a uma única dimensão: a relação da parte com o todo (1976, p. 34). O espaço urbano tratado como uma totalidade mais importante do que suas partes tornar-se-ia uma realidade impossível de se conhecer. ¹¹

A realidade não é formada apenas pelo que é material, não poderiam as idéias ser consideradas numa análise do espaço? Para Kosik a realidade é entendida como o conjunto de todos os fatos. Como o conhecimento humano não pode, por princípio, abranger todos os fatos, do passado, por exemplo, e

¹⁰ Segundo Kosik a categoria da realidade foi renunciada na filosofia moderna pela primeira vez por Spinoza. É um dos conceitos centrais que distingue a dialética da metafísica (1976, p. 33).

¹¹ Kosik cita Popper para argumentar a respeito da “incognoscidade da realidade na sua concreticidade, pois seria possível acrescentar, a cada fenômeno ulteriores, facetas e aspectos, fatos esquecidos ou ainda não descobertos e mediante este infinito acrescentamento é possível demonstrar a abstratividade e a não concreticidade do conhecimento. Todo conhecimento, seja intuitivo, seja discursivo - escreve um dos princípios opostos contemporâneos da filosofia da totalidade concreta – é necessariamente conhecimento de aspectos abstratos e não poderemos jamais compreender a estrutura concreta da realidade social em si mesma” (1976, p. 35).

os aspectos ulteriores – a tese da concreticidade ou da totalidade é considerada "uma mística" (1976, p. 35). Na totalidade de Kosik, a realidade é estruturada por fatos que podem vir a ser racionalmente compreendidos, mesmo assim, acumular todos os fatos não significa conhecer a realidade. "Os fatos são conhecimentos da realidade, reunir todos os fatos não implica em conhecer a totalidade, seria necessário conhecer, ter a compreensão significativa de todos os fatos, sem o que, o conhecimento da realidade concreta não passa de mística incognoscível" (1976, p. 36). Isso torna impossível uma teoria geral marxista do espaço urbano, em que os estudos particulares vão se unindo, encaixando na teoria geral, a princípio a teoria geral é que teria que ser fruto dessas partes.

A oposição à teoria materialista marxista sobre o espaço urbano e sua relação com a composição de uma teoria geral, ou seja, de um conhecimento da "totalidade" não significa aqui defender sua antítese, a posição do empirismo que não considera ser possível atingir a compreensão de processos evolutivos da realidade. Nossa problemática sobre o tema da pobreza urbana surge do interesse por entender o possível sobre os processos de uma geografia histórica da pobreza, contudo, sem ter como base para análise as leis gerais materialistas, ao mesmo tempo em que não quer ser apenas empirista.¹² Me posiciono distante de adotar conceitos teóricos que precisam se encaixar em modelos rígidos, tentarei utilizar conceitos e métodos teóricos como os de formação econômica e social como instrumentos para uma análise histórica.

Outro argumento, que a tese demonstrará é que o movimento da pobreza em Florianópolis no período estudado, que compreende a formação da cidade até a expulsão da população pobre para os Morros é um processo que se explica diretamente, por arranjos sociais locais – da formação social específica – ou seja, é muito mais importante entender os efeitos diretos das formas legais e jurídicas internas da cidade oriundas do sanitarismo urbano, como exemplo, do que estudar os efeitos do modo de produção sobre o processo de expulsão dos pobres da cidade.

¹² Sobre o tema do particular e da totalidade no pensamento marxista ver, de György Lukács *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

Em cada contexto histórico existe uma determinada problemática urbana. A pobreza no espaço urbano, como tema, como uma “questão” a ser estudada, passou a ser mais evidente exatamente quando os pobres passaram a ser expulsos das áreas centrais, tradicionais das cidades brasileiras para áreas “ilegais”, sem infra-estrutura e serviços urbanos e os mecanismos de segregação acentuados e estabelecidos.

O gradativo aumento da navegação e do interesse e desenvolvimento do comércio ligado ao porto durante o século XIX e as medidas sanitárias do início do século XX, culminaram na expulsão da população pobre. Como única opção restou o refúgio e a ocupação da vertente Oeste do Maciço Central, voltada para o perímetro urbano do sítio entre o Estreito, as duas baías e o Maciço. A população rica se limitava ao perímetro onde se desenvolviam as novas infra-estruturas e renovação urbana delimitado pela construção da Avenida do Saneamento - atual Avenida Hercílio Luz. A avenida formava um cinturão desde a parte sul do porto ao Norte da Praia de Fora - atual Avenida Beira Mar Norte – no qual os pobres não podiam mais viver. Além dessa fronteira urbana, restaram as vertentes a Oeste do Morro do Antão. Os morros de difícil acesso e áreas desprezadas pelos ricos possibilitaram a fixação de populações pobres próximo do centro e do trabalho nas quitandas, nas fontes, nos barcos de pesca, nos estaleiros, nas estivas, nas antigas olarias, no mercado, no porto, na construção civil.

É difícil estabelecer ou escolher critérios para definir a pobreza no espaço urbano, principalmente em estudos de história do espaço urbano. As formas e significados de pobreza variam ao longo do tempo histórico e dos lugares por suas especificidades físicas, materiais e sociais que são históricas. A pobreza urbana em Florianópolis apresentou diferentes características ao longo do tempo, teve diversas formas e sentidos em relação a diversos fluxos migratórios (açorianos, africanos, brasileiros de outras regiões) classes, tipos de moradia e localização e relação com a cidade. O texto de Milton Santos em *O espaço dividido* (2004) mesmo escrito na década de 1970, época de forte tendência às análises gerais sobre o espaço urbano, demonstra uma realidade complexa em transformação tanto em cada contexto nacional como na organização interna de cada cidade. Citando outros autores, Santos ressalta que “no interior de uma mesma cidade pode-se encontrar tipos diferentes de

cortiços em função de sua localização, sua aparência, a proveniência e a atividade de sua população. A favela não reúne todos os pobres de uma mesma cidade e nem todos que nela vivem podem ser definidos segundo o mesmo critério de pobreza. Pode reunir biscateiros com rendas ocasionais, como assalariados e até pequenos empresários” (LAQUIAN, PORTES, ORLOVE *apud* SANTOS 2004 p. 75). Estas referências que Santos faz, dos cortiços e favelas ilustram a realidade complexa da pobreza, da origem e do debate sobre as diferentes classificações, mapeamentos e critérios para definições de áreas urbanas pobres. Os trabalhos para definição e delimitação da pobreza nas cidades, geralmente baseiam-se nos estudos sobre renda. Porém, esse é um critério que fica cada vez menos útil para períodos históricos remotos, dos quais não se têm dados ou mesmo porque a renda – mensurada por quantia de dinheiro - não tem a mesma importância para diferentes estruturas sociais e tempos históricos distintos. Para Santos (2004, p. 76) os estudos sobre pobreza deveriam considerar muitos outros fatores, segundo ele, o mais importante seria o modo de integração e inserção encontradas pelas camadas pobres diante das condições impostas pela sociedade urbana principalmente em relação às condições de habitação.

Estudos de geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis.

Não há nenhuma pesquisa ampla sobre geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Este é um fato para a maioria das cidades no Brasil. Não só na Geografia, mas em outros campos de investigação histórica, o estudo da pobreza ainda está se consolidando. Flávio Villaça (2001, p. 26) escreveu que seria “quase impossível” apresentar uma história dos “bairros populares” das cidades, da forma como é possível às áreas em que vivem as classes ricas, pelo fato de não haver pesquisas. *“Apresentar uma história dos bairros populares, análoga a que foi apresentada para os bairros mais ricos, é tarefa quase impossível. É enorme o abismo que separa a produção de histórias dos bairros de alta renda da produção de histórias dos bairros populares. E impressionante é o esforço e o empenho da sociedade em fazer a história dos bairros mais ricos, em chocante contraste com a total negligência e pouco caso para com a história dos bairros pobres”*. Um exemplo é o próprio livro em que Villaça faz essa crítica *Espaço intra urbano no Brasil*, ele mesmo

dedica nesse livro apenas 11 páginas, de um total de 373 da segunda edição, aos “bairros residenciais das camadas populares” - o capítulo 9. Já, sobre os “bairros residenciais das camadas de alta renda” - capítulo 8 - Villaça escreveu 67 páginas.

Entre os historiadores, os estudos da pobreza urbana de Florianópolis foram restritos quanto ao tempo histórico e espaço considerado. Consideram a pobreza em determinadas lugares da cidade e da Ilha em períodos históricos específicos. Entre os autores mais reconhecidos, o estudo que contempla um período abrangente sobre os antigos bairros pobres na cidade é o de Oswaldo Rodrigues Cabral (1971), *Nossa Senhora do Desterro*,¹³ que descreve os bairros e traz relatos do seu cotidiano durante o século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, com importantes fontes históricas e documentação de diversos arquivos públicos e particulares. João Batista Bitencourt escreveu um artigo em 1999 “Cidades em movimento” que relaciona os processos sanitaristas e de modernização urbana em Florianópolis no início do século XX com a expulsão da população pobre e negra da cidade e derrubada de seu casebres – exatamente o processo espacial investigado nessa pesquisa. No campo da Geografia histórica, o professor Antônio Peluso Junior (1991, p. 317 e 342 a 344), escreveu em seu *Estudo de Geografia Urbana de Santa Catarina* no capítulo sobre Florianópolis, referências sobre os antigos bairros pobres da cidade e da ocupação dos Morros próximos ao centro. Wilmar Dias (1947) em um ensaio de geografia urbana indicou a localização das populações pobres nos Morros da cidade nos anos da década de quarenta. Lago (1996) e Vaz (1990), que elaboraram trabalhos de reconhecida importância sobre o distrito central da cidade, não incluíram as comunidades e bairros pobres como objetos centrais de suas pesquisas. Estes autores apenas citam e deixam de fora a análise da ocupação dos morros próximos ao centro urbano por populações pobres. Araújo (1989) fez o mais completo estudo das áreas empobrecidas de Florianópolis durante as três primeiras décadas do século XX analisando a instalação de novas infra-estruturas e reformas urbanas e as implicações sociais do contexto sanitarista da época.

¹³ Volume: *Notícias I*. Nossa Senhora do Desterro era o nome da cidade até 1894.

Realizei um levantamento dos estudos sobre diferentes temas a respeito da urbanização de Florianópolis com o objetivo de verificar se a pobreza na cidade foi considerada, analisada ou citada nas pesquisas. Há uma série de estudos, teses e livros que até mesmo sem tratar do tema urbano apresentam introduções ou capítulos iniciais sobre a história da cidade. Encontramos capítulos introdutórios alheios ao tema de investigação, os quais, praticamente, narram um resumo geral, detalhado conforme o tipo de pesquisa e interesse do autor sobre o desenvolvimento da cidade que raramente se referem à pobreza urbana. Nas pesquisas sobre Florianópolis chama atenção - porém não surpreende - a quase total inexistência de referências, descrições, análise ou mesmo pequenas citações sobre a pobreza na cidade. Estudos que se referem de forma geral ao espaço urbano negligenciam quase completamente os espaços pobres.

Questionamentos, objetivos e hipóteses de pesquisa.

Essa pesquisa tentou revelar o processo geográfico histórico de formação da pobreza no espaço urbano em Florianópolis e como fatores geográficos se relacionaram nesse processo ao longo do tempo. A questão central da pesquisa foi descobrir o modo de integração e inserção encontradas pelas camadas pobres ao longo do tempo diante das condições impostas pela sociedade urbana em relação às condições de localização, de habitar na cidade e utilização do espaço urbano. O estudo da pobreza ao longo de períodos delimitados por rupturas sociais e espaciais que modificaram as características, a forma e a localização da pobreza na cidade.

Dessa questão central derivaram questões sobre o modo de vida e da formação dos territórios das populações pobres ao longo tempo. Quem eram os pobres? Qual era o tipo de moradia e onde viviam os pobres na cidade? Como eram as antigas áreas pobres da cidade, as configurações e mudanças ao longo do tempo? Quais os conflitos relacionados à formação do espaço urbano pobre em Florianópolis? Quais foram os agentes importantes relacionados às mudanças na configuração da pobreza urbana? Como a população pobre foi expulsa da área central da cidade? Quais são as principais relações específicas da cidade e os principais contextos históricos que explicam a dinâmica da pobreza em Florianópolis? Como foi a inserção dos

pobres, diante das condições impostas pelos processos de mudanças sociais e urbanas? Quais as condições históricas de vida na cidade? Como foi o processo de integração dos pobres com a cidade ao longo do tempo? Quais as consequências territoriais da pobreza da marginalização, da exclusão e da segregação da cidade?

O objetivo principal é refletir e conhecer o que ordenou historicamente e explica o movimento da pobreza no espaço urbano de Florianópolis. Para isso foi necessário alcançar outro objetivo: estabelecer a relação entre fatores sociais e econômicos, históricos e espaciais da pobreza na cidade.

Uma hipótese de pesquisa para guiar a investigação é a de que a população pobre de Florianópolis não se beneficiava nos processos de mudança urbana que foram empreendidos na cidade. Ao contrário, as mudanças empreendidas pelo Estado e as classes dominantes impuseram deslocamentos e pioraram as condições gerais da vida dos mais pobres no momento imediato a cada mudança.

Outra hipótese é a de que houve um processo específico de separação social e espacial da pobreza de Florianópolis, a partir das relações das atividades de navegação na formação da cidade e do comércio e da formação da república durante o século XIX. Esses processos implicaram diretamente sobre o modo de vida, condições de moradia e localização dos pobres na cidade. O que desencadeou um processo de mudança na configuração da pobreza no espaço urbano, que implicou numa mudança de contexto social, antes refletido mais por diferenças de habitação do que de localização, para uma configuração de separação da pobreza em áreas específicas da cidade. Esse processo social e movimento de mudanças urbanas foi acelerado pelos processos de modernização de infra-estrutura e serviços urbanos direcionados para áreas e classes específicas, que teve consequências sobre um movimento contínuo dos pobres na cidade, um caminho, das áreas próximas ao Mar, ao Porto até os Morros.

Uma terceira hipótese é a de que uma divisão clara entre uma economia dos pobres e outra dos ricos passou a se definir no final do século XIX, quando o comércio estava desenvolvido no centro e quando as primeiras áreas pobres foram claramente segregadas. As elites passaram a impedir o modo de vida dos pobres no perímetro urbanizado e posteriormente os projetos sanitaristas

para a cidade incluíram a exclusão dos pobres e possibilitaram os primeiros processos de exploração e especulação imobiliária com a expropriação e o parcelamento das áreas de demolição. Depois disso, houve um direcionamento dos novos fluxos migratórios e do crescimento da população para as áreas pobres segregadas dos Morros.

Período estudado.

Este estudo da pobreza começa na vila de Desterro em meados do século XVIII, com militares, colonos açorianos e escravos. Como marco, tomei o ano de 1777, o da invasão espanhola da Ilha fato que desencadeou um período de desorganização política, social e espacial que acentuou o estágio geral de pobreza da população ao de miséria. A invasão espanhola da Ilha obrigou a coroa Portuguesa abrir mão do interesse e ambição de consolidar a província de Sacramento (Uruguai), que ficaria com a Espanha pela devolução da Ilha ao controle português. A Invasão Espanhola modificou definitivamente as estratégias políticas que a coroa portuguesa implantou durante o século XVIII. Todo o conjunto de fortalezas construídos a partir de 1738 tinha o objetivo de manter o porto natural da Ilha sob domínio português, garantir a posse da terra e possibilitar a expansão da colônia para o Sul em direção as margens do Rio da Prata. Todo esforço empreendido para promover a colonização das terras por açorianos e madeirenses entre 1748 a 1756 respondia a essa estratégia. O colono estabelecido também era um soldado, para garantir a posse. A póvoa crescera com a chegada dos militares e escravos para construir os fortes e fortalezas, depois com a imigração açoriana e de novos escravos para a cidade e armações baleeiras. Tropas em trânsito e estacionadas na Ilha movimentavam a vida de Desterro.

Com a invasão espanhola da Ilha, os objetivos da coroa portuguesa dessa expansão foram frustrados e ameaçou a posse do que já estava conquistado. Depois que os espanhóis deixaram a Ilha, todo o sistema militar que havia sido organizado e que mantinha o crescimento de Desterro caiu em descrédito. O investimento em manter tropas quase desapareceu. As tropas não recebiam mais soldos e os chefes militares confiscavam a produção dos colonos. O crescimento da cidade como porto estratégico não servia mais aos interesses de expansão portuguesa, apenas aos de manutenção da posse,

drasticamente abalada. Após a invasão o quadro era de destruição, desconfiança, estagnação e miséria para a população.

Consideramos as referências sobre a pobreza na cidade a partir do final do século XVIII por ser a pobreza a condição de formação da cidade estabelecida sua base populacional de colonos açorianos e negros escravos, o período de uma pobreza incluída, comum. O período de formação de uma cidade pobre, de uma vida isolada para a maioria do povo mesmo em torno de um porto, de uma pobreza incluída em seus limites. Tempo de formação de diferentes territórios da pobreza a beira do mar e entorno do porto.

O estudo inclui todo o século XIX, período em que a pobreza começa a ser isolada em diferentes áreas dentro do perímetro tradicional da cidade a medida que o comércio e a classe de comerciantes se forma e se estabelece, o que movimenta os pobres para áreas afastadas do porto e do mar.¹⁴ O último período é o das mudanças impostas pelos processos de modernização urbana e dos projetos sanitaristas que implicaram num contexto social de expulsão dos pobres da área do perímetro tradicional áreas para os Morros, num movimento final, do início do século XX até a década de 1930.¹⁵ Buscando na história da cidade o que explica a formação e o movimento da pobreza, relacionamos esses períodos com os diferentes tipos, formas da pobreza propostas e definidas por Milton Santos. Dessa relação definimos o longo período a ser estudado entre a década de 1770 e 1930. Nessa proposta a pesquisa trata de períodos referentes aos dois primeiros tipos de pobreza definidos por Milton Santos, dos três formas que o professor propunha, referentes: à “pobreza incluída; à marginalidade e à pobreza estrutural globalizada”.

¹⁴ O perímetro urbano tradicional de Florianópolis no início do século XX, era delimitado pelo porto, a Praia de Fora (atual Avenida Beira Mar Norte) e a Avenida do Saneamento (atual Avenida Hercílio Luz) construída ao longo da Fonte Grande, formando um perímetro que encerrava as modernizações urbanas daquela época.

¹⁵ Heráclito de Éfeso (cerca de 540-470 aC), um dos primeiros filósofos gregos, anteriores a Sócrates (comumente designados de pré-socráticos) que começaram a buscar na razão (o *Lógos*) os princípios para explicar o mundo, um dos fragmentos do seu pensamento que conhecemos interpreta o tempo na concepção mais antiga e difundida, o tempo como a forma mensurável do movimento. A concepção de tempo como movimento vincula-se, na antiguidade, ao conceito cíclico do mundo e da vida do homem. Platão definia o tempo como “a imagem móvel da eternidade.” Para Aristóteles, “o tempo é o número do movimento conforme o antes e o depois” (*apud*. ABBAGNANO, 1982, p. 909). O famoso filósofo grego escreveu sobre o tempo em seu livro *a Metafísica*.

Durante os séculos XVIII e primeiras décadas do século XIX, de uma pobreza ligada a subsistência da antiga póvoa de pescadores, desterrados e índios agregados e escravos, do povo de vida simples que construiu as fortalezas, da cidade dos emigrantes açorianos e dos escravos de origem africana, a cidade passou de uma pobreza incluída em seu perímetro, a uma pobreza marcada pela marginalidade, pela segregação crescente no espaço urbano. Esse processo teria ocorrido paralelo ao crescimento do comércio ligado ao desenvolvimento da navegação e do porto, que possibilitou a classe dos comerciantes ter um poder econômico e político cada vez maior e uma cidade voltada cada vez mais para os seus interesses e para servi-los. Passou de uma pobreza do modo geral de vida da população a uma pobreza ligada a marginalidade. Até o século XIX a pobreza era a de uma realidade quase sem consumo ou dinheiro. Como se refere Santos, a pobreza era uma “desadaptação local aos processos mais gerais de mudança e entre condições naturais e condições sociais. Uma pobreza que se produzia e existia isolada no lugar. As soluções eram privadas, assistencialistas e locais, a pobreza era freqüentemente apresentada como um acidente natural ou social, em um mundo onde o consumo e o dinheiro ainda não eram tão difundidos, uma pobreza menos discriminatória”.

Durante o século XX, com a transformação de uma economia escravista em uma economia capitalista em desenvolvimento, Florianópolis passou a uma pobreza marcada pela marginalidade. Como define Milton Santos (2001, p. 70 a 74) “o momento em que a pobreza passa a ser identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanharia o próprio processo econômico”. O consumo se impõe como um dado importante e que passa a medir as diferenças. Ampliam-se as possibilidades de circulação e difusão das inovações e da informação que passa a ser um dado importante para as revoluções nas relações sociais. Além da pobreza absoluta, uma pobreza relativa, que leva a classificar o indivíduo pelo poder de consumo, os pobres eram os marginais. Esse tipo de pobreza se consolida durante as primeiras décadas do século XX com a instalação das primeiras redes de infra-estruturas urbanas e as medidas sanitárias, concomitante ao processo de expulsão dos

pobres da área central do perímetro urbano.¹⁶ Mudanças impostas ao modo de vida e de relações sociais urbanas que culminaram num processo de crescente segregação urbana e social que implicou em profundas transformações no espaço urbano, com a destruição da antiga cidade colonial e dos bairros em que viviam os pobres. A “modernização”, reformulação e reconstrução de um espaço urbano exclusivo para a elite econômica e política, implicou a expulsão dos pobres para novas áreas, primeiro para as várzeas dos cursos de água e depois para os Morros de Florianópolis.

Esses períodos, de diferentes tipos de pobreza do cotidiano e da cidade, estão separados por outros mais curtos que concentram eventos, movimentos urbanos, introduzindo mudanças que estabelecem novas possibilidades de arranjos sociais, que passam a se estabelecer e a modificar o cotidiano e a cidade a partir de então. São processos que formam um período de curta duração, que Pedro de Almeida Vasconcelos (1999, p. 191) propõe como “períodos densos”, de grande intensidade de importantes transformações que extrapolam o cotidiano, mas, que não seriam momentos de ruptura de uma nova realidade ou nova ordem. Arrisco-me a dizer que esses momentos curtos, densos, de ruptura transformam a realidade e a ordem da vida e do cotidiano não só de forma, mas em intensidade diferente para cada classe ou grupo social num mesmo tempo e lugar. Os mais pobres são os mais sensíveis e mais afetados por esses períodos de mudança. Esses períodos de transformações modificam seu cotidiano do trabalho, da subsistência, da localização, uso e permanência na cidade. Identificamos dois períodos densos de transformações em Florianópolis que impuseram períodos seguintes de ruptura e transformação das condições de pobreza na cidade. Um na primeira metade do século XIX, o período em que a navegação, o tráfico, o trabalho

¹⁶ A última forma de pobreza definida pelo professor Milton Santos verifica-se durante as últimas décadas, período de uma nova pobreza: estrutural e globalizada. “Nesse processo, o desemprego é gerado e a remuneração tende a diminuir ao mesmo tempo em que o poder público se retira da proteção social, a pobreza passa a ser gerada de forma científica, globalizada e voluntária, diferente das duas formas anteriores”. A pobreza atual surgiria como algo racional, necessário aos processos atuais de acumulação de riqueza, inevitável e até natural. “Uma naturalização da pobreza promovida por agentes globais com a colaboração consciente de governos nacionais”. Segundo Santos, nessa última fase, os pobres não são incluídos nem marginais, são excluídos. “A divisão atual do trabalho obedece a parâmetros científicos, movidos por mecanismos que disseminam a pobreza numa escala global. Um processo racional, que comanda ações hegemônicas e arrasta as demais ações”

escravo, a produção dos sítios e a chegada de migrantes europeus de diferentes origens que possibilitou a formação de uma cidade comercial que passou a comandar as relações políticas, a cidade e a ocupar seu perímetro mais antigo e tradicional. Esse período denso impôs muito mais mudanças aos pobres e transformou a pobreza incluída, comum da cidade, em uma pobreza paralela, territorializada, separada e sob novas formas de controle e imposições. O segundo período denso, compreende as duas primeiras décadas do século XX que concentraram as mudanças dos novos contextos sociais sanitaristas e republicanos, que novamente impuseram as maiores rupturas e transformações à parte mais pobre da população, o que incluiu sua expulsão da cidade e uma nova condição de pobreza, de localização e de trabalho e de sobrevivência, uma nova pobreza, fora da cidade tradicional.

Ao longo da tese sobre o movimento da população pobre pelos bairros e mudanças dos lugares de moradia, optamos por seguir uma ordem cronológica. Tentei perseguir a ordem cronológica em cada uma das partes da tese e no seu conjunto formando a tese. Assim na parte que descrevemos o quadro da população pobre, tentamos definir suas características, composição e crescimento ao longo do tempo. Mas o critério cronológico também se relaciona às teses que defendo, por isso o tema da navegação foi colocado antes do tema do comércio, mesmo existindo paralelos na cronologia da história da cidade.

A divisão das partes da tese responde a um movimento de 16 décadas da população da área do Porto aos Morros e aos processos sociais que elegemos, pelos argumentos da tese, como fundamentais para explicar esse movimento. Por isso há um capítulo final sobre os Morros e o fim do deslocamento dos pobres deste nosso recorte temporal. Por isso também há uma parte sobre os processos sociais higienistas e sanitaristas que ajudam a explicar esse movimento final. Os processos, como: os de modernização; de mudanças políticas ou legais, tentamos sempre considerá-los do ponto de vista das implicações espaciais referentes à pobreza, considerando nosso objetivo de uma análise geográfica da história urbana da pobreza em Florianópolis.

O espaço como método de estudo da pobreza urbana.

“Curioso é que a primeira qualidade exigida em um livro de estudo, é a sua perfeita, completa clareza, que só pode ser obtida com a máxima simplicidade de escrever, além de um encadeamento naturalmente lógico de suas partes, evitando-se tudo o que distraia a atenção do leitor daquilo que se quer ensinar” (Harakashy e as escolas de Java. Lima Barreto).

Tratamos de geografia histórica urbana de um período em que a pobreza era a condição geral da cidade, da vila e da póvoa de Desterro. Porém no último período estudei a transformação da pobreza urbana no perímetro tradicional da cidade, a demolição de áreas marginais que foram construídas ao longo do tempo de formação das classes urbanas dominantes que ocuparam a área mais antiga e tradicional da cidade. E a expulsão e exclusão da cidade aos pobres. Os processos de marginalidade e exclusão em Desterro significaram o fim da pobreza urbana no perímetro tradicional e a formação de um novo espaço e de uma nova pobreza urbana nos Morros.

Cabe tentar delimitar uma definição de pobreza urbana e de que forma é estudada pela geografia. A definição de pobreza é relativa no tempo e no espaço. São comuns análises das diferentes definições de pobreza em relação a condição de estabelecer e manter relações na sociedade, mas não é comum encontrar definições de pobreza do espaço urbano e sim de pobreza no espaço urbano. Por outro lado o espaço urbano reflete essa condição social.

O professor Vasconcelos (2006, p. 20 e 21) apresenta exemplos da variedade conceitual nas análises de uma série de autores. Essa variação de definições refere-se uma lista de diferentes situações sociais de pobreza e outra referente a definições de espaço de pobreza. Vasconcelos lista definições de diversos autores referentes a pobreza de diferentes espaços e épocas. Quanto a primeira lista, a pobreza da idade média: da pobreza virtuosa, por renúncia; da miséria verdadeira, dos velhos, fracos e doentes e dos que poderiam sair da pobreza, mas nessa condição mantinham-se, bandidos, vagabundos e criminosos. A pobreza como: uma condição causada pela destruição de ordem social pré-existente; a pobreza integrada de sociedades pré-industriais e a indigência em sociedades pós-revolução industrial; a da impossibilidade de obter bens de primeira necessidade; a definição de pobreza levada à noção de marginalidade e exclusão quando a impossibilita de

participar da vida social. Quanto a lista de definições de pobreza urbana: a pobreza urbana ligada a noção de marginalidade e exclusão: das relações entre centro e periferia de cidades ou países centrais e periféricos, quanto a espaços organizados por relações da produção capitalista.¹⁷

Do pensamento de Milton Santos (1999, p. 257) temos um ponto de partida sobre o desafio de uma pesquisa geográfica sobre o tema: “o geógrafo é obrigado a trabalhar com todos os objetos e todas as ações”. Partindo do espaço geográfico de todos os objetos e de todas as ações, a tarefa de uma pesquisa que seja operacional requer um claro recorte do tema, do tempo e do espaço considerados. No caso de um estudo de geografia histórica existem impossibilidades de pesquisa por não ser possível investigar todos os objetos, muitos objetos e formas simplesmente não existem mais, e de ações que se perdem para sempre a condição de investigar as intencionalidades que as produziram ou transformaram. Essas impossibilidades ocultam parcialmente o conteúdo do espaço geográfico do passado histórico.

O estudo da organização espacial é um dos caminhos importantes de análise da realidade da pobreza. Esta importância está no fato de que a pobreza não é formada apenas pelas relações socioeconômicas, mas também pelos modelos espaciais implantados. Essa é uma idéia de Milton Santos. “*A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial*” (2001b, p. 10). Para Milton Santos a pobreza, como os outros fenômenos urbanos, existe a partir dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como da técnica e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. E como sugere: “*recortado o fenômeno a ser estudado, identificada sua especificidade, definida a problemática, então é preciso buscar uma interpretação abrangente*” (SANTOS, 2001, p. 10).

¹⁷ Outras definições apresentadas por Vasconcelos tratam da cultura da pobreza: um modo de vida caracterizado por falta de integração às instituições sociais; mínima organização social; ausência ou curta duração da infância e forte sentimento de marginalidade – abandono, dependência e inferioridade.

Quais as possibilidades explicativas, relacionados às questões formuladas? Em relação ao método, me posiciono baseado em Feyerabend, que não considerava o saber científico superior a outros conhecimentos e defendia um pluralismo teórico metodológico. Além dessa posição me aproximo de idéias de alguns autores, que passo a expor, sobre as que guiaram a operacionalização desta pesquisa.

Como há uma série de possibilidades e caminhos sobre como pesquisar a geografia histórica da pobreza no espaço urbana de Florianópolis, assim como o conhecimento de algo está sempre pronto a ser modificado ou superado, e se os espaços pobres são complexos, os métodos para estudar o conteúdo de sua geografia histórica também o são, porém, não pré-determinados. Os métodos se multiplicam conforme as questões e com os caminhos que se abrem para respondê-las. O método em ciência social se relaciona a complexidade da sociedade. Oliveira (1998) lembra que na investigação científica o método assinala um percurso escolhido entre outros possíveis. *“Não um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, que permita interpretar com maior coerência e correção possíveis às questões propostas”*. Porém, se para cada pergunta há diversos caminhos para a resposta, não é necessário que deva haver muitas regras: *“Pesquisar não se restringe a absorver técnicas e pô-las em prática”*. Tentei ao longo desta tese adotar a seguinte posição sobre a idéia de método: muito mais do que à regra, o método deve estar ligado à criatividade. *“O cultivo da capacidade imaginadora promove a associação de coisas, que não poderíamos se quer intentar pudessem um dia se compor, num dado cenário social”* (OLIVEIRA, 1998, p. 18). A pesquisa, a tese, é fruto disso. O método como um conjunto de técnicas significaria uma redução sobre o que ele poderia representar. Para Oliveira método envolve técnica, mas principalmente diz respeito a fundamentos e processos, nos quais se apóia a reflexão. *“O método existe para ajudar a construir uma representação adequada das questões estudadas”* (OLIVEIRA, 1998, p. 17 a 22). Entre as escolhas de parâmetros para um método de pesquisa, essa me pareceu coerente, tomei-a como caminho de pesquisa a seguir.

Oliveira (1998), Cardoso (1986), Gaskell (2003) recomendam alguns passos metodológicos que, longe de um instrumental, convergem para uma

atuação do pesquisador principalmente como artesão livre de processos sistemáticos. Tentei adotar alguns parâmetros que foram: a leitura e o estudo do tema é o passo inicial; busquei interpretar as idéias dos autores sempre com uma disposição de questionamento e não de aceitação ou conformação direta; busquei conhecer os fundamentos teóricos do tema; tentei estar alerta às reiteraões mecânicas de experiências que podem levar ao conformismo, à reprodução diante de situações completamente diversas, principalmente em relação ao passado que nunca será totalmente descoberto; tentei não ceder à verdades cristalizadas, à fórmulas simples, à esquemas reducionistas, mesmo que didáticos; procurei adotar critérios honestos ao produzir dados utilizados nas tabelas, mapas e descrições; tive como preocupação sempre presente, tentar ir além das regras dos manuais; usar uma linguagem clara e simples, procurei não tratar de forma reducionista o tema, mas tentei formular idéias que facilitassem entender sua complexidade; tentei manter como hábito de pesquisa questionar a natureza dos dados; tentei me manter atento a não conceber dados como formas objetivas, com existência própria e independente dos atores; tentei coletar material não apenas para acúmulo de informações, mas para reformular idéias já cristalizadas sobre o tema que me pareceram insuficientes ou incompletas, para tentar pensar sobre novas hipóteses e rumos para pesquisa e principalmente coletei o maior número de dados de fontes primárias, antigas e confiáveis para ser a base, os argumentos, não indutivos, mas dedutivos de minhas idéias; tentei estar atento a não abolir a subjetividade; tentei analisar documentos e textos em relação aos atores que os produziram. As entrevistas seguiram um roteiro baseado no estudo prévio do tema e foram dirigidas para encontrar evidências da memória ainda existente do tema e para fortalecer os argumentos construídos dos documentos históricos. Sobre a produção do conhecimento, tentei me guiar sobre a idéia de que a pesquisa em ciências humanas é um processo social, que envolve interação, cooperação, idéias e significados; que o método para realizá-la deve ser aberto para envolver possibilidades. Essa experiência de pesquisa me confirmou que mesmo partindo de métodos iniciais o método também se desenvolve e se apreende ao longo do o próprio fazer.

Sobre os limites da análise de processos de diferentes escalas, mundial, nacional, regional, estadual e local que devem ser consideradas numa

pesquisa sobre geografia histórica, tentei considerar os processos que comprovadamente estão ligados aos espaços estudados e que ajudam a responder as questões formuladas. Concluindo esses cuidados da maneira como pesquisei o tema da pobreza, cito novamente Feyerabend: *“o que contribuiu para o avanço da ciência não foi rigidez de método, mas historicamente, os momentos em que regras e os métodos foram transgredidos”*.

Operacionalização da pesquisa.

A pesquisa de geografia histórica sobre a pobreza na cidade de Florianópolis implicou a utilização de diversas fontes históricas primárias entre mapas, livros, fotografias antigas, códices e caixas de documentos, correspondências e relatórios de diversas bibliotecas, arquivos, centros de memória, institutos de pesquisa e de instituições públicas e particulares.

Códices de correspondências da capitania de Santa Catarina entre 1752 e 1808 do Arquivo Nacional; livros, revistas e jornais antigos, coleção de leis e mensagens do governo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina; livros antigos, fotografias e anais legislativos do setor de documentos raros da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina; fotografias antigas, livros de ofícios do governo da província entre 1830 e 1889, relatórios de governo entre 1872 e 1888, caixas de relatórios de engenheiros, de chefias de polícia, de inspetorias e diretorias de saúde e de higiene pública, das secretarias e diretorias de obras públicas, além de transcrições paleográficas de caixas de documentos do governo da capitania entre 1748 e 1804 e de manuscritos do século XIX do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina: livros de registros de pacientes do Hospital de Caridade entre 1801 e 1822 do Centro de Memória Professor Henrique da Silva Fontes; fotografias antigas, códices de relatórios e documentos do governo da província entre 1864 e 1883 e revistas do Instituto Histórico e Geográfico publicadas entre 1902 e 1916 do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; códices de documentos sobre comércio escravista entre 1809 e 1813, de emancipação de escravos entre 1875 e 1886, códices de ofícios do governo da província entre 1854 e 1903, códices de documentos de terras do município entre 1855 e 1880, códices de registros de sessões, atos, leis, decretos, portarias, editais e

resoluções da câmara e da superintendência municipal entre 1884 e 1930 e transcrições paleográficas do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis; pastas de documentos de 1742 a 1865, livros de anuidades e registros entre 1861 e 1889 e transcrições paleográficas do Arquivo da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito; livros de registros de batismos de escravos do Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis; caixas de códices de coleção de leis do Centro de Memória e Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; caixas de processos de inventários e tutorias do Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; caixas de processos de inventários e testamentos do Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense; fotografias do acervo da Casa da Memória da Fundação Franklin Cascaes e mapas antigos da Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

As fotografias antigas, assim como os mapas antigos, antes de ilustração, serviram como fonte de pesquisa. Entre fotografias que retratam imagens do cotidiano do povo, da importância do Porto de Desterro, da implantação das infra-estruturas urbanas e das obras sanitárias, encontrei algumas fotografias sobre o processo de demolição de casas da população pobre e do início da ocupação dos Morros.

Os mapas antigos descrevem a evolução da vila, à cidade colonial e da “moderna” Florianópolis. Revelaram a localização e o nome de ruas demolidas, modificadas e destruídas no sítio urbano. Assim como revelaram a localização de marcos urbanos como as antigas fontes, a configuração de córregos e infra-estruturas antigas.

Como método de investigação em História, utilizei o proposto por Braudel (1978, p. 53), que considera a história a soma de todas as histórias possíveis – *“uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje e de amanhã.”* Esse princípio tenta relacionar o tempo de eventos com os “tempos de longa duração”. Tentei manter o cuidado de me deter aos eventos que se relacionam aos processos geográficos. O tempo dos eventos é o tempo curto de todas as formas de vida, econômica, social, literária, institucional, religiosa, política e geográfica (uma, migração, uma construção, uma tempestade), por exemplo: o do crescimento e da expansão da pobreza no

espaço urbano.¹⁸ Na medida do possível tentei relacionar a formação e o movimento da pobreza urbana de Florianópolis com as conjunturas de um tempo mais longo - o tempo das conjunturas econômicas e políticas de Santa Catarina com as de maior tempo de duração e escala, como as do Brasil e do mundo - um tempo histórico de longa duração. Considero, portanto, que a história da pobreza urbana em Florianópolis não é apenas a história singular dos eventos de sua formação.¹⁹ Essa consideração não é um critério para divisão das partes da pesquisa, mas está presente ao longo das análises de cada parte.

Pedro de Almeida Vasconcelos (1999 p. 199 e 200) sugere um caminho metodológico, uma contribuição às pesquisas de geografia histórica urbana que tentamos adotar e seguir ao longo desse trabalho. Sugere quatro exames sobre: a periodização; o contexto; os agentes e o desenvolvimento espacial. “Estabelecer uma periodização das longas durações examinando as continuidades e as grandes rupturas, de acordo com os eventos históricos mais importantes para a cidade; examinar o contexto de cada período buscando nas fontes primárias e secundárias o que ocorreu de mais importante para a cidade, influências de escala internacional, nacional, regional e local, considerar as questões relevantes de ordem ideológica, política, econômica, social, cultural e espacial; examinar os agentes importantes que modelam a cidade, os diferentes estratos da população e seus papéis em cada período”. E o que Almeida considera o mais importante: “examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período”. Almeida ressalta que para isso, as referências principais são: a cartografia original e a iconografia, complementadas pelos documentos e estatísticas de fontes primárias.

Estudamos o movimento espacial da pobreza em Florianópolis a partir de determinados períodos e contextos históricos que produziram deslocamentos da população pobre da área do porto e central para a periferia e para fora do perímetro tradicional da cidade e por fim aos Morros. Esse é o

¹⁸ Braudel defende a posição filosófica de que o “evento” pode carregar-se de significados e familiaridades relacionados a movimentos profundos, anexo a um tempo muito superior a sua própria duração, e considera o evento como o tempo curto “a medida dos indivíduos, da vida cotidiana...” (1978, p. 45).

¹⁹ Já utilizei esse método em minha pesquisa de mestrado sobre o passado das configurações geográficas das linhas e das redes telefonia em Santa Catarina (SANTOS, 1999).

caráter geográfico mais importante que queremos demonstrar. Essa preocupação geográfica prioritária à histórica, porém, não possibilita uma dissertação linear no tempo de forma contínua. As investigações específicas de temas relevantes para explicar esse movimento espacial também apresentam suas próprias linhas temporais, referente ao tema destacado. Assim por exemplo, o estudo do contexto higienista em Desterro, que forma parte do contexto social que vai explicar os últimos movimentos da pobreza dentro do perímetro urbano, tem sua própria linha temporal. Nos diferentes temas das partes da tese as linhas temporais se sobrepõem, mas formam um conjunto temporal maior: desde a pobreza contida na cidade à pobreza fora da cidade tradicional, passando por diferentes formas e conteúdos.

O estudo da formação e do movimento da pobreza no espaço urbano de Florianópolis também foi realizado a partir de outros passos metodológicos, considerando: a formação da pobreza relacionada ao espaço do passado da cidade; o conjunto de sistemas de objetos e relações que formaram esses espaços; o tempo de desenvolvimento desses espaços como tempo histórico, tempo social, tempo de movimento contínuo, em um estudo sem a pretensão de resgatar todo o passado; a contextualização do crescimento da pobreza urbana com o desenvolvimento das infra-estruturas e serviços urbanos ao longo do tempo; uma reflexão teórica dos autores que já tinham estudado o tema; o estudo de formas imateriais, como as formas jurídicas, políticas e do cotidiano; tentei considerar os mesmos critérios, regras ou variáveis para as periodizações; tentei verificar o maior número possível de documentos, fontes históricas e dados existentes, assim como a correção, validade e coerência analisando a origem, a autoria e os interesses dos que formularam os documentos pesquisados.

Ao longo da tese apresento pinturas e trechos de clássicos da literatura brasileira dos séculos XIX e XX que auxiliam a descrição de paisagens urbanas, contextos e situações da vida e do cotidiano comuns da população, principalmente de imagens relacionadas à pobreza em Florianópolis e nas cidades brasileiras do período estudado. Um critério foi o de escolher autores, que além de terem se dedicado à temas da paisagem urbana da pobreza e de personagens comuns, tenham escrito suas obras e vivido em algum dos

períodos que tratamos. A literatura e a pintura, se nem sempre podem ser fontes científicas, possibilitam a uma ciência como a Geografia, que lida com a paisagem e o contexto social, uma aproximação mais compreensível da vida e da pobreza de cada época. Auxiliam e humanizam a montagem do quadro das descrições que os documentos e outras fontes históricas, em muito do passado, não suprem. Se não podem fornecer fatos, podem ajudar a entender o palco e a maneira como teriam ocorrido. Escritores antigos revelam paisagens urbanas e o cotidiano do passado em suas histórias. A imaginação livre na literatura, porém, se origina na realidade que conheceram e viveram e que nós apenas lemos ou ouvimos falar. Pintores e fotógrafos produziram quadros e fotos que revelam paisagens do passado das cidades que auxiliam a cartografia antiga.

Por fim, busquei fazer uma análise crítica da pesquisa, seus limites e possibilidades. Tentei refletir sobre os limites da pesquisa, algumas conclusões e novos questionamentos e hipóteses sobre a formação e o movimento da pobreza no espaço urbano em Florianópolis. Uma etapa de análises do todo da pesquisa, tentando relacionar o território e as relações sociais que formaram o espaço da pobreza urbana em Florianópolis ao longo do tempo, os processos históricos específicos de sua formação, os atores sociais envolvidos, as mudanças no padrão de pobreza e segregação de populações e das áreas pobres da cidade. Finalmente, procurei relacionar o que foi possível respondendo a problemática e as questões propostas e o que possa contribuir para formulação de novas hipóteses e questionamentos para novas pesquisas.

Procedimentos para as entrevistas.

Para o capítulo sobre a população pobre de origem africana realizei duas entrevistas: com Seu Oscar Paulo de Souza, nascido em 1934, curador da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, sobre a antiga Irmandade dos “homens pretos”; outra com Seu Ademimo Carlos da Costa (68 anos), neto de Lela, um escravo que foi da casa de família de colonos de origem açoriana. Para a última parte, realizamos entrevistas com alguns moradores das comunidades mais antigas: a do Monte Serrat, no antigo caminho que atravessava o Morro que ligava Desterro a freguesia da

Santíssima Trindade e do Mocotó - antigo Morro do Governo. No Monte Serrat entrevistei Seu João Ferreira de Souza - o Seu Teco - nascido em 1936 e Dona Silvia da Silva Melo (Dona Santa), nascida em 1906, com 102 anos. No Mocotó entrevistei a Irmã Edvirgens Hofer, 76 anos, a 30 anos morando no Morro e Dona Lucimar Bitencourtte, 84 anos, que nasceu e vive no Morro. Para estas entrevistas utilizamos como norteador, uma proposta de George Gaskell (2003). Ele propõe e considera uma entrevista como “um processo de interação, cooperação, uma troca de idéias e de significados em que diferentes realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas para a produção do conhecimento”. As entrevistas foram a última etapa do levantamento de dados e informações para a pesquisa. Foi realizada posteriormente ao estudo teórico que orientou a investigação. Primeiro, identificamos e estabelecemos alguns conceitos e temas que deveriam ser explorados nas entrevistas. As questões formuladas foram guiadas pelo interesse direto dos temas da pesquisa e pelo interesse e rumo dado pelos entrevistados.

O objetivo dessa etapa foi o de estabelecer um laço, ainda possível, da memória de pessoas que viveram às décadas de 1920 e 1930 nesses lugares. Escolhi pessoas que tinham lembranças, histórias ou informações de antepassados que fizeram o deslocamento da cidade para os Morros. Uma memória do processo de expulsão que os pobres sofreram do perímetro urbano como parte e consequência do processo sanitário, que a cidade sofreu na década de 1920. Portanto o padrão para as entrevistas selecionadas foi o de conter informações sobre antigos moradores que se estabeleceram nos morros vindas do perímetro tradicional da cidade. O método para escolher as pessoas entrevistadas foi por sondagens e informações com moradores e pessoas que conhecem moradores dessas comunidades que recomendaram ou indicaram pessoas com mais de oitenta anos que poderiam oferecer seus relatos. Estabelecemos um roteiro, um guia, que orientou cada entrevista e que funcionou como um esquema preliminar para análise das transcrições. Entretanto, tentamos ficar atento para incluir novos temas importantes mesmo que modificasse o guia das entrevistas seguintes. Registramos a mudança nos roteiros das entrevistas e suas razões para justificar nas análises. Após explicar como as entrevistas seriam usadas, iniciamos com perguntas simples,

tentamos construir perguntas como um convite a cada entrevistado a falar livremente, com tempo para refletir cada assunto. Tentamos deixar o entrevistado a vontade e esclarecemos qualquer informação sobre esta pesquisa para estabelecer uma relação de confiança e segurança. Tentamos permanecer atentos para que a interpretação estivesse enraizada nas entrevistas para justificar qualquer conclusão. Nessa última etapa consideramos as possibilidades e tentamos um trabalho também intuitivo e criativo na medida de nossas limitações, o que consideramos como parte essencial para análise das entrevistas, assim como de toda a pesquisa.

Problemas e limitações desta pesquisa.

Entre os processos atuais de mudanças nas cidades, estão, novas formas de desigualdade, novas formas de acumulação de riqueza, novas formas de exclusão e segregação, novas formas de domínio e de formação de territórios. Os novos processos geram novos estudos e tentativas de formar novos campos teóricos. Se para o espaço geográfico do presente a dificuldade é a de uma realidade social que se apresentar cada vez mais complexa, para a geografia histórica urbana o maior problema é o da impossibilidade de investigar todas as faces relevantes de uma realidade, que mesmo menos complexa, porém, não existe mais. Parte do passado geográfico urbano jamais poderá ser resgatado, essa é a maior dificuldade nesse campo de pesquisa.

Um problema que se perceberá no texto é a falta de documentação, de fontes primárias de alguns períodos. Principalmente sobre o mais remoto, entre as décadas de 1770 e 1800. É um período de documentação e fontes históricas mais esparsas. É um problema previsto e comum em geografia urbana histórica a inexistência e perda de documentos históricos. Esse problema causa uma descontinuidade temporal, lacunas, intervalos de tempo sem informações comprometendo a análise. Autores citam mapas, crônicas e documentos que não são mais encontrados nos arquivos e bibliotecas. A maior parte dos códices da câmara do Desterro foi destruída na enchente de 1995, quando ainda estavam sob responsabilidade da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. Parte dos mapas, documentos e livros

citados por autores que escreveram sobre a cidade, também não são mais encontrados, alguns estão perdidos, outros seqüestrados por burocratas.

Outro problema comum em geografia histórica é a descontinuidade de dados estatísticos, uma grande variedade de periodicidade, precisão e confiabilidade e mesmo a falta completa de dados para alguns períodos. Sobre as fontes primárias, não conseguimos encontrar todas das que tivemos notícias que existiram. Alguns documentos citados por historiadores desapareceram até mesmo dos arquivos em que deveriam estar mais protegidos, como o da Biblioteca Pública do Estado.

Sobre alguns temas pesquisados, mas que não eram centrais à tese, como o da invasão espanhola da Ilha em 1777, nos reportamos apenas sobre as pesquisas de historiadores de reconhecido trabalho e que o fizeram sobre fontes primárias. De outras fontes tivemos notícias, mas não tivemos tempo de consultá-las. E sabemos que de outras estivemos perto, mas não as vimos e de outras não estivemos a procura, o que esperamos, ainda seja feito.

Olhai para as aves do céu, que nem semeiam, nem segam, nem ajuntam em celeiros, e vosso pai celestial as alimenta. Não tendes vós muito mais valor do que elas?
(São Mateus, 6 – 26)

PARTE I

NO TEMPO DO DESTERRO DO POVO POBRE

Introdução

Nossa Senhora do Desterro século XVIII.²⁰ A população da pequena póvoa foi formada por portugueses e outros europeus náufragos, desertores, fugitivos ou desterrados condenados ou abandonados, outros eram colonos bandeirantes vicentistas com seus índios escravos ou agregados e os escravos africanos e filhos nascidos aqui.²¹ Todos esses povoadores se misturaram e expulsaram os índios guaranis que viveram livres na Ilha até o início do século XVIII. Essa população vivia da subsistência da terra, da criação de animais, da caça e da pesca.²² Sem a comparação à vida de uma minoria nas grandes cidades da colônia portuguesa, das elites escravistas ou da corte lusitana, nada do necessário a vida faltava. Havia madeira, boa água, fartura de peixes e distância das leis, o que deixava o povo mais livre do controle da coroa, mas também mais inseguro quanto ao confronto e saque de estrangeiros e corsários.

A pequena póvoa desconhecia a riqueza e não havia forma de enriquecer, a pobreza geral era por conta do isolamento, não havia caminhos seguros que atravessassem as serras ou percorressem a costa, apenas

²⁰ Nome da cidade de Florianópolis até 1894.

²¹ Segundo o antropólogo Silvio Coelho dos Santos (1998, p. 63) durante as primeiras tentativas de povoamento da costa catarinense o número de escravos índios era maior do que o de escravos negros, visto que foram realizadas por paulistas, que formavam escravaturas basicamente índias.

²² “... o seu excellente porto era muito freqüentado naquelles tempos, mormente pelos navios Hespanhoes que hião para o rio da Prata e para o mar Pacífico, dos quaes ficavam sempre algumas pessoas na Ilha; segundo escreve Prevost, bastantes ficarão da Esquadra comandada por Diogo Valdez, que alli esteve em 1580.” Por Paulo Jose Miguel de Brito em 1816, *Memória política sobre a Capitania de Santa Catharina*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, número 2, volume 1, 1902 (IHGSC).

picadas, conhecidas pelos índios hostis aos invasores do litoral. A única comunicação era a marítima, mas somente médias e grandes embarcações podiam romper o isolamento com Laguna ou São Francisco, pequenas póvoas como Desterro. Na Ilha e no litoral não havia condições tão boas para plantação de cana, nem clima, nem empresa, nem quem pudesse e quisesse plantar, como havia nas regiões do litoral ao Norte. Também não havia pastagens como nas regiões vizinhas ao Sul e a Oeste e também não havia ouro. Essa era a riqueza da colônia, açúcar, ouro, gado e o comércio de escravos, se bem que muito contrabando se fez por aqui. Havia as restrições de um lugar em conquista e em construção. A Pobreza do desterro na Desterro do século XVIII era como a classificada por Milton Santos (2001): “a pobreza da des-adaptação local aos processos gerais de mudança, ou como uma inadaptação entre condições naturais e condições sociais, uma pobreza isolada no lugar”.²³ As soluções eram locais, a pobreza era freqüentemente apresentada como um acidente natural ou social, em um mundo onde o consumo e o dinheiro praticamente não importavam, uma pobreza menos discriminatória, sem base no consumo pela moeda. Pobreza de uma época de poucas possibilidades de circulação, comunicação, difusão de inovações e informações.²⁴ Eram essas as condições da Ilha de Santa Catharina e da vila de Nossa Senhora do Desterro, apesar de servir como um porto natural a navegação, havia a proibição e o controle da coroa sobre o comércio.²⁵ Havia o

²³ Milton Santos classificou a pobreza nos países subcapitalistas em três formas e momentos: uma pobreza incluída, a da marginalidade e a pobreza estrutural globalizada. A da marginalidade seria a do momento em que a pobreza é produzida e acompanharia o processo econômico, uma pobreza absoluta, ou relativa, medida e classificada pelo poder de consumo, a pobreza do subdesenvolvimento e das teorias para combatê-lo. A pobreza estrutural e globalizada em que a pobreza passa a ser gerada de forma científica, globalizada e voluntária, como algo racional, necessário aos processos atuais, inevitável e até natural. “Uma naturalização da pobreza promovida por agentes globais com a colaboração de governos nacionais”. Nessa última fase, os pobres não seriam incluídos nem marginais, mas, excluídos. Uma divisão do trabalho, sob parâmetros científicos, movidos por mecanismos que disseminam a pobreza numa escala global. Um processo racional comandando ações hegemônicas (2001, p. 70 a 74).

²⁴ Milton Santos, 2001, páginas 70 a 74.

²⁵ De acordo com Almeida Colho (1877, p. 14) a póvoa passou a vila pelo ouvidor de Paranaguá Antônio Alves Lanha Peixoto no dia 26 de Março de 1726. Antônio esqueceu de rubricar o livro dos termos de criação da vila, o que foi feito por seu sucessor Manoel dos Santos Lobato. Em 1732, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Desterro, por alvará de 5 de março e em 17 de julho de 1748, o conselho ultramarino mandou o governador José da Silva Paes edificar o templo (p. 96). A Vila

isolamento do centro da colônia, essa, dê-adaptação local ao movimento da economia colonial que girava em torno da mineração e das monoculturas de exportação, a Ilha era uma parte da fronteira da colônia. A importância da Ilha era a de um entreposto natural para a navegação na região, sua ocupação estava ligada aos interesses expansionistas da coroa portuguesa às terras meridionais em direção à foz do Rio da Prata, da região do gado, couro e do fluxo da prata.

As descrições de navegadores que estiveram na Ilha durante o século XVIII, apesar dos olhares carregados das referências européias, guardam um retrato do longo tempo de vidas simples e isoladas em que a navegação, o comércio e o trabalho escravo foram lentamente tendo importância dentro de um mundo de subsistência.

Essa parte da tese trata da cidade em que viviam os pobres, tenta representar um quadro, não do espaço – o que só vai ser possível ao longo da tese - mas apenas da paisagem da pobreza. Uma cidade que começa a existir sem divisões profundas porque o povo era todo pobre exceto alguns militares e navegadores.

Nos capítulos sobre o povo pobre da cidade, através da pesquisa em diversos documentos como: registros de pacientes em hospitais; registros de membros de irmandades religiosas; registros de venda de escravos; relatos de expedições; artigos e anúncios de jornais; censos do governo; relatórios de departamentos de polícia e de saúde; registros do porto; processos judiciais de tutorias e inventários e correspondências de governo, as diversas informações dessas fontes históricas permitiram recuperar fragmentos da vida: a origem; o trabalho; as formas de relação e de solidariedade; as estratégias para sobreviver de crianças, escravos, marinheiros, soldados, prostitutas em diversas condições sociais de pobreza por: violência; expropriação; cárcere; abandono; viuvez; doença; loucura; vício. Uma demografia histórica que permite conhecer um pouco das populações menos estudadas da história de Florianópolis, os mais pobres materialmente em relação à pobreza histórica urbana, as condições e onde viviam: locais de trabalho; de moradia; de convivência e de refugio.

foi elevada à categoria de cidade e de capital da província pela carta de lei do imperador em 20 de março de 1823 (p. 104).



Iconografia, representando o povo no Mercado de Peixe de Desterro. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Capítulo I

Desterro: a pobreza incluída

Degradados, desertores, criminosos e militares

A princípio, a pobreza era a condição geral do povo, portanto da cidade. Quanto mais ao passado, mais comum era a condição de pobreza de toda a cidade, Villa, e póvoa de Desterro. Uma pobreza em relação a outros lugares, diferença acentuada pela distância e pelo desterro. Assim Como Pedro Vasconcelos (2006, p. 22) constatou para Salvador, a pobreza urbana em Desterro antecede a formação de bairros pobres, “populares”.

Depois que a tentativa de povoamento de Monteiro Dias Velho durante a segunda metade do século XVII fracassou tragicamente destruída por piratas, a Ilha continuou como vinha sendo desde o século anterior, um lugar de desterrados, naufragos e fugitivos.

Em 1711, Gonçalves de Aguiar encontrou Desterro formada apenas de alguns ranchos de pau a pique cobertos de palha a beira da praia que abrigavam pescadores e canoieiros.²⁶ O navegador militar francês Amédée François Frézier visitou a Ilha um ano depois e fez uma das primeiras descrições do povo e do lugar.²⁷ Segundo Frézier, havia sítios dispersos a

²⁶ Oswaldo Cabral. Nossa Senhora do Desterro: casas, sobrados, chácaras. In: *Douro Litoral*. Página 5.

²⁷ A expedição de Frezier partiu de Saint Malo na França nos navios Saint Joseph e Marie. Boiteux, 1913, página 123.

beira mar, alguns com belas habitações em que vivia o povo. As pessoas que Frézier encontrou foram índios, escravos, europeus e descendentes de europeus, principalmente espanhóis e portugueses que se fixaram na costa catarinenses. Desertores ou degradados das expedições marítimas que passaram pela Ilha e das tentativas de colonização empregadas por bandeirantes a partir de São Vicente.²⁸ Na povoação, Frézier encontrou 147 brancos alguns índios e negros libertos. À vista do europeu, os catarinenses viviam em “grande carência de comodidades da vida. A eles um pedaço de pano importava mais que dinheiro”. Frézier cita um comércio de peixe que os moradores das baías entre a Ilha e o continente mantinham com Laguna e com o Rio de Janeiro.

Para o padrão europeu do navegador Frézier, os catarinenses pareciam miseráveis, porém mais felizes, ignorando as curiosidades e as comodidades supérfluas da Europa. Viviam tranquilos, a terra oferecia tudo que precisavam.²⁹ Outro navegador, o inglês George Shelvocke, que esteve na Ilha sete anos depois, escreveu não ter visto nenhuma das “excelentes” casas mencionadas por Frézier. Que ainda não havia nenhum local que se pudesse chamar de cidade, mas concordava com a descrição do capitão quanto aos homens que encontrou.

*“Quanto ao caráter dos portugueses dessa ilha, pode-se levar em conta a carta que recebi daquele capitão, pois está absolutamente certo que são uma malta de bandidos, que aqui chegam como refugiados das outras colônias mais estritamente governadas do Brasil”.*³⁰

O que excedia à subsistência dessa gente servia à troca, ao escambo de lenha, peixe e frutos, por pólvora, chumbo e roupas. Paralelo às trocas havia o contrabando. Manoel Manso de Avelar era o capitão de ordenanças do lugar no

²⁸ Os primeiros europeus na Ilha foram os da frota de João Dias Solis em 1515, da qual, uma das três embarcações naufragou ao Sul da Ilha onde alguns dos naufragos se estabeleceram. Em 1525, foram alguns desertores do único navio da frota de Francisco Garcia de Loyola que naufragou no Estreito de Magalhães. A expedição de Sebastião Caboto de 1526 deixou alguns desterrados e outros que desertaram. Assim como da expedição de Alonso Cabrera de 1538 e a de Cabeza de Vaca de 1541. Sobre estas expedições os artigos de Lucas Alexandre Boiteux na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, número 4, páginas 51 a 64 de 1916.

²⁹ Martim Afonso Palma de Haro (organizador). *Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, 1996, página 21.

³⁰ *Ibidem*, página 47.

início do século XVIII, foi quem Frézier encontrou em sua estada na Ilha, citado como uma espécie de governador. Cabral o considera um segundo fundador da póvoa, depois que o povo de Dias Velho, no século XVII, abandonou a Ilha com a tragédia do massacre por vingança de corsários. Segundo Cabral (1979), Avelar também foi um dos maiores contrabandistas de ouro, couro e escravos que atuou na Ilha.

Em 1720, a Ilha tinha 27 casais e 130 “pessoas de confissão” de acordo com o levantamento feito para o conselho ultramarino. O primeiro vigário Estevão Simões Manco, provido em 1732, deu conta a coroa que a freguesia continha em torno de trinta casas e era muito pobre.³¹ Em 1725, o governador de São Paulo recomendou a Manoel Manso, que as casas dos moradores fossem cobertas com telhas, uma primeira providência para que fosse criada a vila.³² Em 1726 foi criada a vila no mesmo sítio que o povoado foi fundado por Velho Monteiro, onde havia a maior concentração de fogos (casas) e periodicamente era enviado de São Paulo um oficial para comandar a Ilha.

Aos poucos, desterrados que ocupavam esparsos sítios na Ilha e na terra firme em torno das duas baías, foram incorporados contingentes militares que vinham garantir a posse portuguesa. Os serviços e o povo que serviria de suporte a esses militares melhoraram e engrossaram o povoamento. O conde de Sarzedas mandou a primeira tropa de linha de Santos sob o comando do capitão Antônio de Oliveira Bastos em 1737 - o primeiro incremento militar de contingente à vila. A importância do porto natural fez com que Dom João V ordenasse a formação de uma capitania da Ilha e da terra firme, com um governo separado de São Paulo.³³ Em 1739, o primeiro governador, o brigadeiro José da Silva Paes tinha a missão de consolidar a posse de seu porto e iniciar um projeto militar de fortificação.³⁴ Em 1740, quando o inglês,

³¹ Almeida Coelho (escrito em 1854). *Memória Histórica da Província de Santa Catharina*, 1877, páginas. 13 e 102,

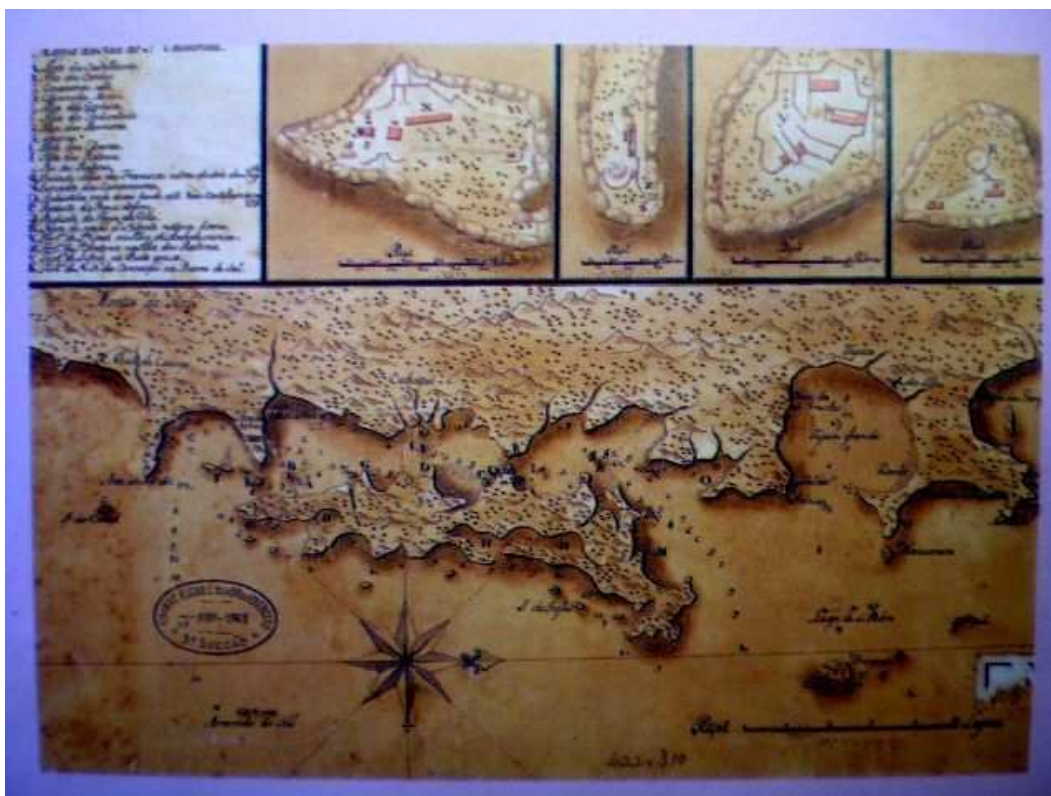
³² Oswaldo Rodrigues Cabral, em *Douro Litoral*, página 6.

³³ Paulo José Manoel de Brito, *Memória política sobre a Capitania de Santa Catharina. escrito em 1816*. Revista trimestral do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina, número 2, volume 1, página 18, Livraria Moderna, 1902.

³⁴ José da Silva Paes foi o segundo governador da província, era brigadeiro dos reais exércitos de Portugal, cavaleiro da Ordem de Cristo, tomou posse em 7 de março de 1739, mas já a partir de 1737, trabalhava planejando o sistema de defesa por fortalezas. Paes foi o responsável pela construção das Fortalezas de Santa Cruz na Ilhota de Anhatomirim (iniciada em 1739); São José da Ponta Grossa, no costão da

George Anson aportou com uma esquadra na Ilha para reabastecer os navios e tratar centenas de marinheiros adoecidos no mar, as fortificações estavam sendo erguidas e já havia um contingente militar maior. A única descrição que Anson fez do povo foi citar a que Frézier e Shelvocke tinham feito.

“Na época de Frézier e Shelvocke, esta ilha se prestava ao refugio de vagabundos e de bandidos que fugiam de diferentes lugares do Brasil”.³⁵



Mapa da Ilha de Santa Catarina com as Fortalezas da Barra Norte (1760). Autor não identificado. Original no Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, 1760. *Apud*, Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Nestor Goulart Reis, *et al.* São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo; IOE; Fapesp, 2000, página 226.

Praia de Ponta Grossa (1740), a de Santo Antônio na Ilhota de Ratonas (1740) - na Barra do Norte. E a de Nossa Senhora da Conceição na Ilhota de Araçatuba (1742) na Barra do Sul. De acordo com Almeida Coelho (1877, p. 16), nos registros das câmaras de Desterro e Laguna, em 1737, o brigadeiro José da Silva Paes começou a intervenção e domínio nos negócios da província. Em 7 de março de 1739, Paes tomou posse como governador e passou a comandar tropas e empregados vindos do Rio de Janeiro para povoar e organizar a defesa do território. Paes projetou e construiu o sistema de fortalezas para garantir o domínio do porto de Desterro.

³⁵ Martim Afonso Palma de Haro. *Ibidem*, página 65. Os escritos da expedição de George Anson foram feitos por Richard Wagner e revisados por Benjamin Robins. No relato há trechos narrados por Anson e outros em que ele aparece como um personagem do relato.

Os militares impulsionavam o crescimento da vila, além daquele antigo de refugiados, e degradados. Uma ocupação que seria reforçada com a imigração açoriana poucos anos depois.

Um manuscrito do arquivo do conselho ultramarino redigido na época do governador José de Mello Manoel, que governou entre 1753 e 1762, continha informações sobre Santa Catharina e era endereçado ao então governador Francisco de Souza de Menezes, fidalgo, tenente de cavalaria da corte de Lisboa, que governou a capitania de 1765 a 1775. Esse manuscrito trazia uma descrição detalhada das fortalezas das povoações e do povo de Desterro. A descrição do povo - a mais crítica entre as que encontrei - apesar de feita na época de Mello Manoel, quando acabara a imigração açoriana e madeirense, indica uma diferença do povo da Ilha e o da terra firme. No continente, basicamente colonos Ilhéus imigrantes dos Açores e os da vila do Desterro, basicamente desterrados e degradados.

*“Já disse a V. Sa. Nesta informação que os Povos da dita Ilha e terra adjacentes, eram quazi todos Ilheos, sem préstimo, e costumes: falta sómente agora fazer a V. Sa. huma anatomia mais necessária, que he a casta de gente de que se compoem o Povo da Villa de Nossa Senhora do Desterro, Capital do mesmo Governo: e buscando-lhe a raiz esquadra, acharemos que a maior parte do dito Povo, são huns poucos de homens foragidos do Rio de Janeiro, e outras partes fugindo de execuçoens, e velhacarias, que lá exercitarão, e vierão ácoutar-se áquela Ilha, receptáculo destes paralvilhos vagabundos, e por isso gente péssima, malévolas, mordazes, intrigantes, e que se não satisfazem de nenhuma forma do governo; e deve V. Sa. Ter hum grande cuidado, e huma grande desconfiança de todos os moradores da dita Villa, e ainda daquelles que na opinião de todos parecem muito bons e afetão parecel-os”.*³⁶

Nesse manuscrito há também uma descrição da Vila do Desterro, então com cerca de 200 casas.

*“Na dita Capital haverá duzentos fogos porem tem capacidade para crescer a hua grande povoação, e ate ao presente não tem mais que duas cazas de sobrado, além das do Governo, que são nobres e [ilegível], e estão na Praça; sendo todas as ruas da mesma Povoação largas e direitas”.*³⁷

³⁶ “Um Manuscrito”. Manuscrito do arquivo do conselho ultramarino escrito entre 1753 e 1762, publicado na Revista trimensal do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina, número 2, volume 1, páginas 32 e 33. Livraria Moderna, 1902.

³⁷ *Ibidem*, página 25.

A imigração açoriano-madeirense e a consolidação da vila dos desterrados, pescadores e militares

Em vinte de fevereiro de 1748, o governador da capitania de Santa Catarina, o brigadeiro Silva Paes escreveu ao rei sobre a chegada dos primeiros colonos. Eram 461 pessoas da primeira de muitas levas que chegariam até 1756. No início, antes de receberem as ferramentas, armas, sementes e terra sofreram com a adaptação, a doença de muitos que caíram enfermos durante a viagem ou assim que desembarcavam. Também o governador, por sua conta, teve que recorrer ao Rio de Janeiro, enviando um bergatim em busca de farinha, paga pela real fazenda, para sustento e cura dos colonos, nos primeiros tempos. Esta situação dos imigrantes somava-se à pobreza do povo já existente.

“Faço saber a vos Governador da Ilha de Sta. Catharina, que se vio a vossa carta (...) em que expúnheis a pobreza desses moradores e novos povoadores, os quaes se faziam dignos da minha real piedade para ordenar que sejam curados no Hospital a custa da minha real Fazenda (...) os povoadores que forem pobres, se curem no Hospital athé o terceiro anno de sua residência nesse Paiz”.³⁸

Por todo o litoral de São Francisco até Laguna foram escolhidos sítios considerados mais apropriados para se fundar as povoações dos colonos açorianos e madeirenses, delineando-se as ruas, praças e logradouros públicos. Com todos os percalços, a pobreza do povo que veio e do início da vida na nova terra foi somada a pobreza geral do povo que já havia. Porém a distribuição de terras aos imigrantes açorianos e madeirenses, que chegaram entre 1748 a 1756, e o mundo novo que organizaram multiplicou a vida e aos

³⁸ “Documento para estudo da historia catharinense”. *Revista Trimensal* do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina, volume II, 1913, página 57. Não temos notícia de nenhum Hospital na vila nesse tempo. Porém, Em 1744, a pedido da Câmara chegou a vila Frei Alexandre de Santa Cruz, que fundou no ano seguinte a Ordem Terceira da Penitência para cuidar de pobres enfermos. De acordo com Henrique da Silva Fontes em *A Irmandade do Senhor do Passos e o seu Hospital e aqueles que o fundaram*. 1965, página 62 e 63. O Hospital de Caridade foi fundado somente em 1789, pelo franciscano Irmão Joaquim – referido no capítulo sobre o povo. Em: *Resumo Histórico dos bens pertencentes à Ordem Terceira de São Francisco*, assinado por Sérgio Nolasco de Oliveira Paes, havia nessa época um hospício mantido pelos jesuítas que ficava no largo da Igreja próximo do prédio da câmara, que talvez tenha sido usado como hospital. *Revista Trimensal* do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina, *Ibidem*, páginas 88 a 90.

poucos transformaria toda a região do litoral e da Ilha, influenciando a vila de Desterro que passou a crescer em nova forma e maior ritmo.

Os colonos açorianos e madeirenses serviriam à estratégia da coroa portuguesa de povoar e proteger a posse do litoral catarinense, o colono soldado. De acordo com D'Almeida Coelho (1877, p. 18) cada nova povoação fundada localizaria uma média de 60 casais. A cada um seria dado um quarto de légua em quadro para cultivar, duas vacas, e uma égua tiradas das estâncias reais e a cada povoação, em comum, quatro touros e dois cavalos para a reprodução. A cada casal, dois alqueires de semente, uma foice roçadeira, ferramentas e uma espingarda. Nem todas as promessas foram cumpridas, mas os colonos povoaram a terra, formaram as milícias e fixaram a estrutura das pequenas propriedades estreitas, do caminho ou praia, lado a lado até as linhas de cumeeiras. Nem todas essas providências eram tomadas de acordo com a necessidade. No final do ano de 1750, ainda não havia chegado nenhum gado que seria fornecido do Rio Grande.³⁹

O historiador Walter Piazza (1992, p. 371), que fez uma das mais completas pesquisas sobre a imigração açoriana e madeirense para Santa Catarina, descreve que o brigadeiro José da Silva Paes assentou os casais açorianos da primeira leva de imigrantes que chegaram em janeiro de 1748, na própria vila de Desterro, principalmente ao longo da rua que passou a se chamar de Ilhéus, a rua que iniciava no canto do Largo da Igreja em direção ao caminho do São Luis.

A população de vida muito simples vivia em casas modestas por toda a cidade a partir da praça onde ficavam os prédios da coroa e do povo. De acordo com a descrição de Cabral, sobre o processo de posse de terrenos no início do povoamento, não foi à compra ou o pagamentos de impostos anuais o que dirigiu a posse dos terrenos e localização dos habitantes no povoamento. Outros critérios e mecanismos valeram para isso. Geralmente a coroa

³⁹ Em fevereiro de 1749, o governador da capitania da Ilha mandou pedido de 600 reses, 100 éguas e 30 cavalos - uma primeira remessa para o sustento dos casais compatível com as primeiras levas de imigrantes até então. Até janeiro de 1750, nenhum rebanho havia sido remetido. Em outubro, o rei mandou que o governador do Rio Grande repreendesse o comandante pela "desordem da falta de socorro" e ordenou enviar tudo o que fosse solicitado pela provedoria da Ilha - que até o final de 1750, ainda não tinha recebido nada. *Documento para estudo da história catarinense*. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina, volume II, 1913, página 65.

portuguesa repassava uma área de um povoamento à câmara ao qual concedia o foro de Vila, para que arruasse e vendesse terrenos aos habitantes, provendo rendas para atender as despesas da comunidade. O “rocio” doado a câmara deveria ser demarcado para tanto. Segundo Cabral, a câmara de Desterro nunca implantou por completo esse processo. A maioria dos proprietários jamais pagou foro à câmara. Encontramos um exemplo de requerimento de terra na cidade em 1855 quando Polidoro do Amaral e Silva requereu à câmara um terreno de cinco braças no “canto” da Rua da Carioca com a do Ouvidor. O requerimento foi aceito pelo tenente coronel Amaro José Pereira, presidente do conselho da câmara, que pedia deferimento ao requerimento de Polidoro, pois o dito se enquadrava na lei provincial 380, de 28 de junho do ano anterior, “terreno caído em confisco e em estado devoluto”. O requerimento não estipulava nem citava nenhum tipo de pagamento pelo requerente.⁴⁰

Entre 1801 e 1803, o governador coronel Joaquim Xavier Curado distribuiu, a revelia da câmara, terras e xoins de casas dentro da área de seu patrimônio. Para Almeida Coelho (1877, p. 70) memorialista do século XIX, Curado foi um “distribuidor de justiça, que protegia e era caridoso com os pobres”. Para Cabral (1950, p. 162) estas ações tinham outro sentido, Curado distribuía o patrimônio da câmara a seus “apaniguados, afilhados, partidários e a leais companheiros de armas”. E a vila ia sendo formada.

É difícil definir o quanto o pagamento de foros à câmara limitou ou provocou a expulsão de pessoas mais pobres da área principal da vila e depois da cidade ou fez parte das estratégias de poder político de benefícios e dificuldades. Em 1850, a venda de um terreno com cinco braças de frente na Rua do Rosário com fundos para a Rua do Alecrim entre as casas do cirurgião Mello e do cidadão Domingos Dias de Souza Medeiros indicava que o terreno não pagava foro.⁴¹ Em maio de 1857, o procurador da câmara municipal Anastácio Silveira de Souza publicou anúncio no jornal Argos alertando que os

⁴⁰ Termo de aforamento de cinco braças de terreno a Polidoro do Amaral e Silva, de 10 de abril de 1855, página 2. Livro de Registros das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal, sancionados pelo Superintendente e todos os actos e resoluções decretados pelo poder executivo. 1899 – 1903. Códice 323. Caixa 58. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis (AHMF).

⁴¹ O Novo Íris, 16 de agosto de 1850, número 45. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

contribuintes possuidores de terrenos foreiros dentro de meia légua pertencentes a câmara, deveriam fazer o pagamento dos foros vencidos do ano anterior.⁴² Governadores concederam terrenos dentro do rocio da vila sem que a câmara se importasse ou se quer soubesse, mesmo implicando em perda de receitas sempre escassas. Os problemas de habitação, tanto dos açorianos imigrantes quanto os decorrentes do crescimento da vila, foram resolvidos com distribuição das terras devolutas. (CABRAL, 1971, p. 31 a 33). Assim, os terrenos foram sendo ocupados e as casas construídas dentro do rocio da Vila desde o século XVIII sem que o critério fosse o da compra. Isso possibilitou uma fixação da população de forma mais homogênea. Influência, esperteza, ou simples requerimentos era o que valia no início do povoamento. Os locais mais procurados e habitados foram às áreas ao Sul da praça em direção ao Morro da Boa Vista, onde estavam as principais fontes de água e onde a enseada era mais protegida, de mar mais calmo. A localização das casas seguia os caminhos que levavam às fontes, aos fortins, às praias e que cruzavam os morros. O sítio ocupado pela vila na angra mais protegida da Baía Sul forma um triângulo de terra e um estreito com o continente protegido a Leste por um maciço de Morros. As casas construídas neste sítio eram pequenas e simples. O cadastro de proprietários da Rua da Pedreira e o cadastro de proprietários de imóveis do Largo do Campo do Manejo de 1817 e 1818, mostram que a maioria das casas eram os simples “Xoins”, casas de porta e janela poucos terrenos tinham mais de 5 braças de frente (11 metros).⁴³ A maioria dos terrenos nas ruas próximas a praça tinham menos de duas braças (4,4 metros).

Durante o século XVIII, a população era dividida principalmente pela origem étnica, não havia divisões sociais de classe que pudessem reunir mais de uma origem: índios; os de origem européia e africana. Durante décadas de miscigenação, a população de Desterro da primeira metade do século XIX foi descrita, principalmente por viajantes estrangeiros, contendo uma nova classe, os mestiços. A população aparece dividida entre brancos, negros e mestiços. Essa divisão étnica representava também a divisão social. Entre os brancos

⁴² O Argos, 22 de maio de 1857, número 142 (BPESC).

⁴³ Mastella, Silva, Zimmermann, *et al*, 1999, página 14 e Blum e Folster, 1999, páginas 31 e 50. Transcrições paleográficas, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

havia desde os mais pobres até donos de barcos e pequenos comércios, eram os proprietários do que havia na cidade. Entre os mestiços prevalecia a pobreza geral, livres, porém, sem propriedades ou herança na cidade e com poucas perspectivas numa sociedade de trabalho escravo. A base mais pobre era a dos de origem africana, a condição escrava era a de maior pobreza na cidade, os negros libertos assim como os mestiços viviam na pobreza em condição até pior do que a de escravos domésticos. Em 1822, um ano antes da vila ser elevada a categoria de cidade, o viajante René Lesson estimou a população de Desterro em cerca de 6.000 almas.⁴⁴ Segundo Gabert, um dos oficiais da expedição de Lesson, havia “três classe de habitantes em Desterro, os brancos, os mulatos e os negros”, estes quase todos escravos. Um pequeno número de negros libertos pela alforria ou arrependimento do branco, geralmente a beira da morte temendo a “justiça divina”. Na observação desse viajante a população era de maioria mestiça. “*A classe media (mulatos) é a mais numerosa, e, pela sua côr, parece se confundir com a primeira*” (brancos).⁴⁵ A divisão étnica representava uma divisão também social, porém essas divisões ainda não se expressavam na pequena dimensão urbana da cidade. Ainda não havia divisões de bairros pobres e outros bairros. Essa mesma condição de uma cidade sem divisões de bairros pobres e outras áreas é descrita por Vasconcelos (2006, p. 22) em Salvador durante o século XVI. A vida dos moradores de Desterro era a vida do mar. Não havia divisões profundas na vila, apenas locais que concentravam pescadores, outros dos marítimos do porto, outros que concentravam casas nos caminhos em direção ao interior da Ilha. As pessoas viviam próximas, a maioria nas casas geminadas portuguesas. Aos poucos, durante a maior parte do século XIX, as casas dos poucos abastados de Desterro eram diferenciadas mais pela forma e tamanho do que pela localização na cidade.

Assim, nos primeiros tempos, Desterro era uma cidade homogênea onde a maioria da população mantinha uma vida muito simples. Não havia ainda os

⁴⁴ Haro, 1996, página 274.

⁴⁵ *Florianópolis em 1822*. Descrição de M. Gabert da obra *Voyage autour du monde*, por P. Lesson Tomo 1, capítulo II, *Sé jour à Sainte-Catherine du Bresil, du 16 au 30 octobre 1822*. Tradução de Laércio C. de Andrade. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina. Volume IV, 1915, página 33 e 34.

bairros dos pobres, parte dessa população, os escravos, ainda não vivia em locais segregados da cidade. Os escravos de ganho, que sustentavam seus senhores com o trabalho diário e os livres e libertos, que se não tinham subsistência, viviam do trabalho esporádico no Porto, procuravam viver dentro da cidade. À medida que a população de livres e libertos iria aumentar durante o século XIX, as áreas próximas ao porto passariam a concentrar cortiços, estalagens e habitações coletivas.

Quando o navegador francês Dom Pernetty esteve na pequena Vila em 1763 (HARO, 1979; 83), ainda não havia um porto equipado. Pernetty e seus companheiros desceram na praia em frente à vila, que lhe pareceu ter cento e cinquenta casas. Não havia senão um princípio de comércio. Pernetty vira poucas tendas de mercador e contou apenas uma marcenaria e um boticário. A subsistência ainda prevalecia e todo o trabalho nas casas e os serviços mais pesados eram realizados pelos negros. Sua descrição também é de uma vila de construção bem homogênea, não havia sobrados, todas as casas ao rés do chão, mas estavam divididas. Uma parte delas ocupadas pela guarnição militar, outra pelos brancos e outra pelos negros e mulatos, estes últimos em maior número e mais pobres. A área em que viviam estes negros e mulatos também era a mais pobre, mas certamente não muito diferente do restante da vila. Pernetty foi o único viajante que fez um relato em que a cidade apareceu dividida entre militares, brancos e escravos.

Os colonos soldados açorianos não encontraram nas planícies arenosas do litoral condição de plantar o trigo que cultivavam nos Açores. Nos primeiros tempos logo após a imigração, começaram a adaptar sua cultura de agricultor ao cultivo da mandioca que apreenderam da cultura indígena do litoral. Durante a segunda metade do século XVIII a produção de mandioca cresceu na costa catarinense, assim como o número de engenhos para produzir a farinha.⁴⁶ Na Ilha, a farinha abastecia as tropas das fortalezas, as estacionadas na cidade e as que estavam em trânsito para o Sul, abastecia a “escravaria” e começava a ser exportada para o litoral, do Prata até Pernambuco. Porém, parte dos agricultores açorianos vendeu ou deixou a terra e se estabeleceu em Desterro

⁴⁶ No século XIX, a exportação de farinha pelo porto de Desterro alcançava principalmente as províncias do Prata, o Rio Grande, Rio de Janeiro e Pernambuco (HÜBENER, 1981, p. 29).

aumentando a póvoa. Uma parte dos homens sempre era requisitada para as tropas, outros para o trabalho nos barcos, outros tornaram-se mascates e estabeleceram os primeiros ofícios urbanos, nos curtumes, olarias, estaleiros e oficinas. Outros se dedicaram a pesca para abastecer os moradores da póvoa, abriram quitandas e os pombeiros uniam os arrabaldes próximos. A póvoa tornara-se diferente depois da imigração açoriana, o cotidiano pacato e isolamento das primeiras décadas do século XVIII passou a ser modificado. Mas quando Desterro iniciara esse crescimento, quando as contingências do isolamento começavam a dar lugar a uma vida de cidade e o Porto a ser cada vez mais movimentado, aconteceu a invasão espanhola de 1777.⁴⁷ Como consequência dessa invasão, Desterro afundou numa decadência que teve profundas consequências sobre a pobreza na cidade durante décadas.



Imagem parcial do “Plano da Villa de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina” (1754). José Custódio de Sá e Faria. Original na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo (Apud REIS, 2000, p. 382).

⁴⁷ Segundo Oswaldo Cabral em Composição do complexo social de Santa Catarina, p. 28 In: *Povo e Tradição em Santa Catarina*. (organizador) Silvio Coelho dos Santos. Et. al. Edeme, [ano].

O Plano da vila de Desterro de 1754 está dominado pela Igreja de Nossa Senhora, restrito entre dois córregos que a supriam, a Fonte Grande e o da Palhoça e protegida a Leste pelo Maciço granítico em frente à Baía Sul. Na Planta estão representados e em destaque: a Igreja Matriz que estava em construção na época e um rancho que estava servindo de Igreja; a casa do governador e “o trem da marinha” - equipamentos de marinha.⁴⁸

Miséria depois da invasão espanhola de 1777

A invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina em 1777 é um marco na ruptura entre o isolamento que determinava a pobreza de Desterro e a importância estratégica da Ilha à navegação, que se torna evidente com a disputa entre as coroas de Portugal e Espanha por sua posse. A importância do porto natural de Desterro, da Ilha, vai possibilitar o desenvolvimento de uma classe de contrabandistas, traficantes e comerciantes ligados à navegação. Mas seu efeito imediato foi o descrédito e decadência do sistema de defesa iniciado por Silva Paes 40 anos antes e acentuou por décadas a pobreza do povo.

Assim como a Ilha era estratégica para as posses portuguesas, um entreposto entre o Rio de Janeiro e a colônia de Sacramento, os espanhóis também tinham como objetivo dominá-la, diminuindo as chances de uma outra potência invadir as terras espanholas ao Sul do Rio da Prata. Segundo Mosimann (2003) a posse da Ilha deu aos espanhóis um trunfo para barganhar por seus interesses no Tratado de Santo Ildefonso.⁴⁹ A disputa envolvia o domínio da região ao Norte do Rio da Prata por espanhóis e portugueses para controlar os rebanhos de gado. A região fornecia carne e couro roubados,

⁴⁸ “Plano da Villa de N. S. do Desterro da Ilha de S. Catharina. A. Igreja matriz por acabar; B. rancho que serve de Matriz; C. residência do governador; D. trem da marinha; E. Reducto em projecto; F. casa de armas; G. reduto do Estreito”; H. reduto da Praia de Fora; J. Menino Deus; L. Boa Vista; M. Ponte”.

⁴⁹ Segundo Piazza e Hubener (1987, p. 45), as negociações de um novo tratado iniciaram após a Morte de Don José I e ascensão de Dona Maria I no mesmo ano da invasão, 1777. Pelo tratado, Portugal recebeu de volta a Ilha de Santa Catarina e ficou com quase todo o território do atual Rio Grande do Sul. Portugal se comprometia a não utilizar a Ilha como base naval nem por embarcações de guerra ou de comércio estrangeiro. A Espanha ficou com a posse da Colônia do Sacramento e a área correspondente aos Sete Povos das Missões. As tropas espanholas deixaram a Ilha em 1778.

contrabandeados e comercializados, principalmente para abastecer a região mineradora do centro da colônia portuguesa e os mercados do litoral.⁵⁰

Antônio Luiz Miranda (2004, p. 105), escreveu que segundo relatos posteriores a saída dos espanhóis da Ilha – que permaneceram entre fevereiro de 1777 a junho de 1778 – os ilhéus teriam considerado boa a convivência e que alguns teriam chegado a acumular riquezas, por serem os castelhanos bons pagadores. Miranda, porém, não cita quais são e quais as fontes desses relatos. Não é nosso objetivo escrever sobre o episódio histórico da invasão da Ilha de Santa Catarina pela Armada espanhola, mas de suas conseqüências para Desterro, ao contrário do que escreve Miranda, da consequente pobreza legada ao povo. O pouco que resta dos documentos e do que os memorialistas antigos e historiadores relatam é que a pobreza se transformou em miséria depois da invasão.⁵¹

Frente à decisão dos oficiais portugueses de rendição, a invasão provocou a fuga da população, alguns abandonaram filhos em Igrejas, outros jamais regressaram.⁵²

*“Nos paizanos manifestava-se incrível horror ao julgo espanhol; desatinados embrenhavam-se pelos matos, onde muitos perecerão extenuados de fadigas e de fome!”*⁵³

Soldados que não aceitaram se render embrenharam-se pelas picadas mato a dentro. Segundo Almeida Coelho (1877, p. 30 e 33), os oficiais foram enviados para o Rio de Janeiro e dos cerca de dois mil soldados das forças

⁵⁰ No início do século XVIII, a Colônia do Sacramento, localizada entre o estuário do Prata e os campos selvagens de São Pedro, era disputada por portugueses e espanhóis. Segundo Teixeira Soares (1973, p. 280 e 282) a colônia cresceu ameaçando Buenos Aires, com 140 canhões de bronze e ferro, 1.000 soldados e 2.600 habitantes. A colônia tinha o objetivo de conter a expansão espanhola em direção ao Uruguai e Rio Grande.

⁵¹ A esquadra espanhola, em três divisões, partiu do Porto de Cádiz, no dia 13 de novembro de 1776, composta de 6 náos, 6 fragatas, 7 corvetas e 96 embarcações de transporte somando 9.383 praças. Em 20 de fevereiro de 1777, fundearam na enseada de Canasvieiras junto a Ponta do Norte (A. COELHO, 1877, p. 26 e 29).

⁵² Pedro de Cevallos, o comandante espanhol, já havia invadido a vila de São Pedro do Rio Grande em 1763, muitos açorianos que lá tinham sido estabelecido fugiram para o litoral catarinense. Para Antônio Miranda, as notícias que chegaram até a Ilha de Santa Catarina sobre Cevallos eram aterrorizadoras, o que deve ter contribuído para a fuga da população (2004, p. 101)

⁵³ Almeida Coelho, 1877, página 32.

portuguesas estacionadas e em trânsito na Ilha, 532 foram transportados como prisioneiros para a vice-realeza do Rio da Prata – foram duramente tratados a bordo dos navios. Os demais soldados desertaram com a rendição.⁵⁴

Com a invasão de 1777, a produção da farinha de mandioca diminuiu a tal ponto que a miséria se abateu sobre a população. Porém, para a corte portuguesa o motivo do lastimável estado da produção e da miséria do povo era a “malandragem”.⁵⁵

A invasão forçou a coroa portuguesa a ceder a colônia de Sacramento em troca da devolução da Ilha um ano depois – o que demonstra a importância estratégica que a Ilha tinha à navegação e manutenção das demais possessões portuguesas do Brasil meridional. Com o tratado, a Ilha voltou às mãos dos portugueses. De acordo com as cartas que Cabral consultou (1950, p. 147 e 148) entre os governadores e da câmara aos vice-reis da colônia no Rio de Janeiro, o governador Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara informou ao vice-rei, marquês do Lavradio, o “triste estado” que os dominadores deixaram à cidade, mas também o descuido por aqueles que à governaram antes da invasão, e que deixaram o povo no mais completo abandono. O marquês indicava que se reanimasse o comércio e que considerava a capitania como “uma nova conquista em que era preciso se estabelecer desde os primeiros alicerces”.

Num artigo de 1919, apresentado na revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, intitulado “Contra os maus”, é citado que em 1780, o governador Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira Homem fez uma representação ao vice-rei, o marquês do lavradio Luiz de Almeida Portugal. Homem condenava e pedia que parasse o desterro de homens e mulheres na Ilha de Santa Catarina, “pela má conduta que praticavam no Rio de Janeiro”. Teixeira argumentava que cada terra deveria “agüentar com seus malandros” e que não se adotasse a praxe de enviar para

⁵⁴ A guarnição da Ilha tinha um regimento de Pernambuco, quatro companhias de um regimento do Porto, duas companhias de artilharia do Rio de Janeiro, o regimento de Santa Catarina (com 700 homens) e os corpos auxiliares de cavalaria e infantaria, somando a tropa de linha (regular) cerca de 2.000 homens (COELHO, 1877, p. 30).

⁵⁵ Oswaldo Rodrigues Cabral, página 29. *Ibidem*.

a Ilha “um verdadeiro presente de grego”. Para a Ilha, vinham desterrados civis e soldados dos regimentos do Rio de Janeiro.⁵⁶

Para continuar o povoamento das terras ao sul da América, os contingentes populacionais mudaram depois da invasão. De acordo com Paschoal Pítsica (1993, p. 42 e 43) a partir de 1778 passaram a chegar todo tipo de degradados: criminosos; desordeiros; vagabundos e vadios. As autoridades portuguesas passaram a manter o povoamento com criminosos de outras partes da colônia, do Rio de Janeiro, Bahia e de outras províncias, e até da africana Angola. Estes desterrados se somavam aos “desocupados e vadios” que povoavam Desterro depois da invasão espanhola. Segundo Pítsica uma população parasitária que teria elevado o número de mendigos e pedintes, e o número de crimes. A cidade passava a ter locais “malfadados em que se agrupavam meretrizes e degradados”. Desterro sempre foi destino de fugitivos, degradados e criminosos, mas segundo Pítsica, depois da invasão esse tipo de fluxo aumentou. Talvez porque depois da invasão a expectativa da eficiência da proteção da terra tenha caído e os investimentos em uma povoação com migrantes colonos soldados, como a que havia sido promovida trinta anos antes era cara e não garantia eficiência do domínio. Por outro lado era do interesse da coroa continuar povoando a terra, mas com degradados, o que sairia mais barato. Cabral (1950, p. 162) também confirmou esses fatos: que aportavam na Ilha “sinistras” caravanas de desterrados. No início vieram cumprir pena em Desterro homens importantes, como conselheiros da corte, e outros que acabavam assumindo cargos como oficiais da câmara e tabeliões, mas depois da invasão, em 1778, o marquês do Lavradio resolveu repovoar a capitania com “degradados, desordeiros, vadios e marafonas”.

⁵⁶ “Contra os maus”. Artigo que apresenta referências sobre um manuscrito transcrito na Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina, volume VIII, 1919, páginas 84 e 85. Segundo a nota da transcrição publicada na revista, o manuscrito fora encontrado dentro de um livro da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, que se supõe, pela letra, fora escrito pelo historiador João Capistrano Honório de Abreu (1853 – 1927). O artigo da revista do Instituto Histórico foi assinado por autor com iniciais: C. P. que podem ser do escritor Carlos da Costa Pereira que nasceu em 1890 e estudou temas do final do século XVIII, como o da invasão espanhola e era ligado ao Instituto Histórico de Santa Catarina, do qual foi diretor da revista do Instituto por volta de 1950. Outras fontes também relatam que depois da invasão espanhola, houve uma crise de confiança e cuidado com a posse da Ilha o que envolveu o tradicional envio de criminosos e vadios para cumprir pena ou viver desterrado.

Almeida Coelho (1877, p. 177) cita um decreto de 20 de novembro de 1797 que proibiu a vinda de degradados pela razão do melhor clima da Ilha. E que réus degradados para o Brasil não fossem enviados para a Ilha, e sim mandados para a capitania de Mato Grosso e aos Rios Branco, Negro e Madeira, que precisavam ser povoados.

Almeida Coelho (1877, p. 65 e 66) ao destacar a atuação do governador Francisco Homem, o segundo depois da invasão espanhola, de julho de 1779 a junho de 1786, afirma que “procurou os meios de reparar as ruínas da província”. Providenciou amparo às viúvas e órfão pobres, zelou pelos pagamentos dos soldos dos soldados e que os liberou para emprego no trabalho rural, incentivou a lavoura e comércio. Segundo Coelho, em seu tempo foram construídos novos edifícios, engenhos de açúcar e a população cresceu. Fez com que se atendesse junto aos militares, também os enfermos pobres, e foi durante o seu governo que o Irmão Joaquim Francisco da Costa ergueu o Hospital de Caridade junto a Capela do Menino Deus, onde a beata Joana de Gusmão tinha acolhido e abrigado refugiados pela invasão. Homem foi um dos que concorreu com o Irmão Joaquim para a construção do Hospital. As ações de Homem, além de revelarem a sua preocupação e prioridade humanitária, também descrevem a situação de necessidade de parte da população. A maior prova de que parte da população da Ilha vivia em estado de pobreza e degrado depois da invasão espanhola foi a construção de um Hospital de Caridade, que como os demais da época atendia aos pobres e degradados.

Porém, mesmo depois do período de Homem, em 1790, ainda perdurava “a miséria e o atraso era geral em toda a capitania”, tanto que o conde de Resende, vice-rei da época pediu a câmara uma explicação sólida das origens e motivos da decadência. No final do século XVIII, parte do povo pobre de Desterro era composta por militares. Depois da invasão espanhola a situação dos militares piorou. Além do abandono crescente do sistema de fortalezas construído por Silva Paes, que ficou em descrédito, as tropas sofriam com falta de oficiais para comandá-las e atrasos no pagamento dos soldos. A cidade por sua vez, sofria com a pobreza dos militares que requisitavam produtos no comércio sem efetuar o pagamento. Casas eram requisitadas para acomodar mantimentos, armas e os soldados em trânsito e estacionados na cidade. Como antes da Invasão espanhola, entre 1775 e 1777, quando a “Real

Fazenda” da capitania alugava “várias moradas de casas” para o aquartelamento dos oficiais das tropas dos regimentos de Pernambuco, Porto e artilharia do Rio de Janeiro que estiveram de guarnição na Ilha. Outras casas requisitadas serviam de hospital e armazém de pólvora.⁵⁷

Desterro: relatos da pobreza

Para outro navegador francês, La Pérouse, em 1785 a vila pareceu bem agradável. “Tinha no máximo três mil almas e aproximadamente quatrocentas casas”, mas do que o dobro que Pernetty vira duas décadas antes. A vila se estendia a beira mar, por onde a vida e os outros lugares estavam ligados. Aos olhos desse europeu a “região era muito pobre, com os camponeses quase nus ou com andrajos e não suficientemente ricos para comprar a quantidade de escravos necessária à grande produção do açúcar”. Mas Pérouse comparava Desterro às outras províncias da produção canavieira de ricos senhores de escravos e com a Europa onde se desenvolvia um período industrial. Os maiores empreendimentos no litoral sul eram as armações baleeiras, mas que nada rendia aos colonos. A caça às baleias era uma atividade de concessão da coroa a uma companhia portuguesa, mantida com trabalho escravo.

À década de 1780, Desterro era lugar de uma população pobre em uma vida isolada. O historiador Eric Hobsbawn (1977) tem uma frase que definia muito bem um aspecto importante do mundo daquela década, “*o mundo era muito maior e muito menor do que o nosso atual*”. Maior pelas dificuldades de comunicação, pela precariedade de transporte e pelo longo tempo das viagens. Menor porque era pouco conhecido. Os europeus mal conheciam o interior da América e África. A grande maioria das pessoas vivia e morria no local em que nascia. Mesmo com toda a exploração econômica da colônia brasileira durante o século XVIII, uma comunicação periódica do correio português com o Brasil só foi estabelecida em 1798. Paquetes faziam o correio marítimo, estabelecido numa rota de navegação que a cada dois meses trazia as cartas do reino para

⁵⁷ “Despesas com aquartelamento de tropas. Correspondência com o governador da Ilha de Santa Catarina”. Entre 11 e 30 de abril de 1779. Correspondência sobre contas e receitas da Provedoria da Fazenda de Santa Catarina para o Real Erário. Códice 109; 1763 – 1806. Arquivo Nacional.

as diferentes capitanias, governos e portos do Brasil e recebia as enviadas para a Europa que não deveriam ultrapassar quinze dias de “demora”.⁵⁸

No contexto econômico da época a capitania de Santa Catarina estava à margem da mineração de ouro e da produção de açúcar exportada para a Europa, base da economia da colônia. Desterro, com seu porto natural, tinha a possibilidade de ser um dos pontos articulados pelo que de melhor havia em comunicação e transporte do século XVIII, a navegação. Estar num porto era estar mais próximo do mundo. As notícias chegavam primeiro, e por vezes, somente às cidades portuárias.

*“P. S. Hontem chegou ao porto desta Capital o vapor Itibiré com escala pelos portos intermediários; erão quase 5 horas quando recebemos alguns maços de jornaes, mas estando esta folha já paginada e não nos sobrando tempo para vel-os pouco podemos dizer a respeito do que vai por esse mundo”.*⁵⁹

Durante o século XIX, a navegação forneceria a possibilidade de desenvolvimento do comércio em Desterro. Nos últimos anos do século XVIII o isolamento, a subsistência e a escravidão ainda formavam o contexto principal da vida. Porém o comércio, em função da navegação, continuou a fazer cada vez mais parte do cotidiano em Desterro. De acordo com Cabral (1979, p. 8 e 9) os anos de 1790 a 1795 foram de grande penúria. O povo ficara sem ter o que comer. Cabral não descobriu os motivos, supôs que o imposto criado pela coroa portuguesa para a reedificação de Lisboa deve ter tido alguma influência. Como referi sobre as conseqüências da invasão espanhola, as conseqüências negativas perduraram até a década de 1790, tanto que o conde de Resende, vice-rei da época pedia explicação a câmara motivos do estado de decadência da capitania. A miséria desse período pode ter sido acentuada por epidemias. Uma região que sofresse de alguma peste era evitada e o povo podia até mesmo abandonar lugares de moradia, trabalho e de produção. Numa lista do registro de óbitos da Paróquia do Desterro, apresentada por Lucas Boiteux (1950, p. 462), em 1794 ocorreram 94 óbitos, no ano seguinte foram 135, um aumento de 44%. Em 1797, foram 80 óbitos e no ano seguinte, outro aumento considerável, foram 141 óbitos, mais 76% (ver tabela 32). Esses números são

⁵⁸ Documentos para o estudo da história catarinense, de Henrique Fontes em: revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Volume II, 1913, página 156.

⁵⁹ O Argos, 19 de setembro de 1856, número 74. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

referentes apenas aos não escravos. Portanto o aumento de óbitos em caso de epidemias pode ter sido bem maior, pois os escravos eram mais vulneráveis as epidemias pelas condições de miséria em que viviam.

Em 1796, havia 3.757 habitantes na cidade dos quais 1.027 militares e 666 casas, a maioria ao Sul da Praça. Havia 44 tabernas de secos e molhados localizadas mais a esquerda na vila rumo ao Forte Santa Bárbara e no lado oposto a zona das 18 casas de fazenda. Na rua até a colina do Menino Deus 21 Tabernas; na Rua do Forte Santa Bárbara 10; na da Cadeia 6; na travessa dos quartéis 2 e uma na Tronqueira. Para o lado direito da cidade: 6 na Rua do Livramento; 7 na da Figueira e uma na Rua Nova (que Cabral acreditava ser a atual Esteves Júnior). As tabernas eram freqüentadas por pessoas pobres, marinheiros e os escravos, em geral os de ganho que viviam pelas ruas e só retornavam a casa do dono para lhe entregar o jornal, tabernas de uma cidade de Porto.⁶⁰ Nessa época o povo já não andava descalço, exceto os escravos. Havia 6 curtumes, 19 sapateiros, 8 alfaiates, 4 barbeiros, duas boticas, artífices e operários especializados: 2 marceneiros; um serralheiro, tanoeiro, funileiro, entalhador e pintor.

O inglês Simple Lesle, em 1797, cita a compra de gado feita com o Rio Grande, um exemplo do comércio mais regular e de que alguns viviam além da subsistência. Nesse final de século XVIII, navios de três mastros, corvetas, bergantins, sumacas e lanchas aportavam na vila movimentando o incipiente comércio. Algumas lojas mais sortidas como as de José Antônio da Costa e José Luis de Magalhães passavam a ter um movimento maior.⁶¹ Enquanto a navegação propiciava a formação de um entreposto comercial em Desterro, formava-se uma sociedade que levava à desclassificação todos que não encontrassem lugar na rígida e seletiva ordem escravocrata.

A elite colonial brasileira era a dos senhores proprietários de grandes fazendas, dos militares de alta patente e dos funcionários da coroa. Mantendo toda essa elite, o trabalho da população escrava. E entre as elites e os escravos uma população mestiça de livres e libertos pobres. Na Desterro colonial, antes do desenvolvimento da navegação e do comércio, havia a elite

⁶⁰ Jornal: a quantidade em dinheiro que tinha que pagar ao senhor pela sua jornada de trabalho nas ruas, como quitandeiras, carregadores, lavadeiras, entre outros.

⁶¹ Oswaldo Cabral. *Nossa Senhora do Desterro: notícias* I. 1971, páginas 8 e 9.

militar que cuidava de todos os interesses da coroa. Não havia nem o senhor grande proprietário nem o agregado, a terra fora dividida entre colonos portugueses - muitos com escravos – e na cidade uma crescente população de escravos, libertos e mestiços pobres.

Segundo Kowaric, no final do século XVIII, metade da sociedade brasileira era de livres e libertos de várias origens sociais, a margem da grande propriedade de monocultura exportadora. No contexto geral do Brasil colonial, boa parte dos mestiços livres e pobres vivia de rudimentares atividades de subsistência sem contato com a produção de grandes fazendas. Sendo mínimas as necessidades dos pobres, não precisavam se alugar para outros de forma contínua, bastava uma jornada conforme a necessidade. De resto, disponibilidade para caçar, pescar, plantar e criar seus animais, o que permitisse a sobrevivência na subsistência e pobreza da época. O pobre podia usar sua liberdade para sobreviver em vez de transforma-se em mercadoria para a empresa colonial. Havia os mendigos, vagabundos, indivíduos que lutavam pela sobrevivência diária, sem local fixo de moradia, que não encontravam lugar na rígida e excludente divisão do trabalho da ordem senhorial-escravocrata (1994, p. 13, 21, 27, 28 e 103).⁶²

Quem não fosse senhor de escravo era escravo, ou pobre, degradado, “*nacional, vadio, uma gente à toa*”.⁶³

O sistema colonial da exploração das minas, das monoculturas do açúcar e do café baseado na mão-de-obra escrava e na política de controle das riquezas e do comércio interno colocavam a produção de Santa Catharina numa posição secundária. No caso de Desterro, assim como no litoral Sul da colônia, não foi o sistema colonial criado pelo mercantilismo das grandes propriedades, mas a navegação e o comércio interno que contribuiriam para a formação de uma classe comerciante urbana.

⁶² Lúcio Kowarick escreveu um livro original sobre o trabalho livre no Brasil durante o século XIX. *Trabalho e Vadiagem: a ordem do trabalho escravo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

⁶³ De acordo com Kowarick (1994, p. 28 e 29), mesmo mais dinâmico do que o sistema colonial do açúcar, durante o Império, a economia do café reproduzia o sistema senhorial e escravista e excluía todos os outros.

Lestadas, furacões, terremotos e mais miséria

Nas condições de pobreza de Desterro, durante os séculos XVIII e XIX, os desastres naturais transformavam as condições de pobreza dos atingidos em miséria. Além da pobreza em virtude do isolamento, de estar à margem das economias de exportação, da organização social escravista que produzia escravos e marginais, das enfermidades epidêmicas, desastres naturais causavam destruição na cidade, a destruição de casas, embarcações e de lavouras transformava pobreza em miséria “da noite para o dia”.

Almeida Coelho (1877, p. 179 a 181) descreveu uma série de desastres naturais que assolaram Desterro e a costa durante a primeira metade do século XIX. Na quarta-feira de cinzas de 1811 a Ilha e quase toda a costa da capitania foi atingida por “um temporal de chuva e ventos de Leste” que arrasou a lavoura destruiu pontes e causou muitos estragos. Na madrugada de 15 de abril de 1830 um “furacão de vento de Sul” atingiu Desterro e o continente fronteiro, tão forte que lançou a praia todas as embarcações que estavam atracadas no Porto.

*“o mar cresceu de maneira que, impellido do vento, fez chover, ainda nos lugares mais elevados, agoa salgada: houve quem atribuisse a um terremoto, durou, porem, poucos minutos (...) a lavoura da Ilha e seus suburbios na terra firme, ressentiu-se tanto, que, desde então, assim crêem muitos habitantes appareceram diversas enfermidades nas árvores e outras plantas. É a este temporal porque se atribue a escacez de fructas e outros [ilegível] na lavoura”.*⁶⁴

Uma lestada atingiu a Ilha e a Costa durante os dias 9, 10 e 11 de março de 1838, a intensidade, provocou “rasgões” (escorregamento de solo) “quase toda a lavoura ficou raze”. Em Desterro “rebentaram olhos d’água” mesmo em terrenos mais elevados, algumas casas foram arrasadas e arrastadas ao mar pela força das águas, outras foram destruídas em diversas freguesias. A lestada deixou vítimas por toda a província. Embarcações no Porto “ficaram de quilha pra cima” e montes de ruínas deram à costa, principalmente da capital. Pontes foram destruídas. Segundo Lucas Alexandre

⁶⁴ Almeida Coelho, 1877, página 179.

Boiteux (1919), o temporal e as ondas destruíram a Ponte do Vinagre que tinha sido construída em 1764.⁶⁵

*“O mar tornou-se, em grande distancia da terra, vermelho de muito barro que recebeo, e mal se vio boiar n’algumas partes animaes ou a fortuna de muitos lavradores. Muitas famílias ficarão reduzidas a penúria e miséria”.*⁶⁶

Henrique Boitex (1927, p. 60 a 62) também encontrou referências sobre a lestadade de 1838. Escreveu que, o presidente da província à época, João Carlos Pardal, informou ao governo da regência sobre o temporal e da destruição da Ponte do Vinagre e de casas próximas da Fonte Grande na Rua do Menino Deus ao longo da praia:

“Huma terrível tempestade acaba de ter lugar, a qual pôz em consternação os habitantes desta cidade, se não os de toda a província, desde o dia 7 até o dia 11 do corrente uma copiosíssima chuva agitada por continuados e fortes tufões de leste, ameaçava a cada momento de submergir a capital. Todas as casas adjacentes á ponte do vinagre, do lado do Menino Deos, foram demolidas, a mesma ponte abriu quase pelo meio, ameaçando próxima total destruição; na rua da Tronqueira igualmente forão demolidas muitas casas, e o foi também huma ponte que communicava o lado do Oeste com o de Leste desta cidade”.

Segundo Almeida Coelho (1877, p. 180 e 181) não se pode calcular todos os prejuízos e o valor das terras que se tornaram inúteis. A assembléia legislativa decretou a câmara, em abril daquele ano um suprimento para reparar os estragos mais sensíveis. O governo imperial mandou repartir entre os habitantes a quem o temporal reduzira a penúria, a quantia de 40 mil réis. Porém só 20 mil réis chegaram a cada um “e que estes mesmos tiveram outras aplicações distintas das que foram destinadas”.

A região das escarpas do Planalto, dos vales do leste e da costa catarinense foi sempre assolada por fenômenos naturais que só encontram periodicidade em longo tempo, mas quando ocorrem, causam destruição ao que o homem constrói. Há muito o que pesquisar sobre esses fenômenos na história catarinense e o quanto produziram de destruição e miséria para o povo.

⁶⁵ A ponte foi reconstruída e destruída novamente em 1920, não por outra tempestade de chuva e vento, mas, por uma tempestade de obras sanitárias, de demolição e embelezamento urbano.

⁶⁶ Almeida Coelho, 1877, página 180.

É certo que não são exclusividades do nosso tempo. Encontrei registros de um desses fenômenos naturais, que para os homens se transformou em catástrofe em Santa Catarina, em 1880. Em outubro daquele ano, uma precipitação fenomenal ocorreu na região norte da bacia do Rio Itajaí-açu, no tributário Rio Luis Alves, próximo ao litoral. As chuvas destruíram a colônia de italianos de Luis Alves, recém estabelecida em 1870. O escriturário da alfândega Julio Augusto Silveira de Souza e o alferes Artur Cavalcanti do Livramento enviados com uma comissão à região descreveram ao presidente da província o que encontraram. Depois de dois dias de viagem, a comissão chegou em Luis Alves em 9 de outubro. Superaram vários obstáculos entre entulhos e o nível elevado dos rios, que destruiu a colônia em sua várzea.

“principiou-se hoje a distribuição dos gêneros aos moradores deste lugar reduzidos a extrema miséria por terem as águas em aluvião repentino destruído todos os seus haveres”.⁶⁷

A comissão tinha socorrido 29 famílias e atendido 85 pessoas. A enchente foi maior e fizera maiores estragos na região do Salto, 25 pessoas morreram. A comissão enfrentava dificuldade, com apenas 4 canoas para transportar os gêneros de socorros e os praças enviados para os resgates. Apenas parte da carga pode ser transportada porque o leito do rio estava tomado de entulhos de madeira e grande quantidade de árvores arrancadas, caminhos interrompidos e pontes derrubadas, que dificultavam o transporte.

As chuvas constantes e intensas saturaram o solo até a rocha provocaram escorregamentos de solo nos morros, interrompendo os caminhos.

“É digno de lastima o estado dos caminhos que segundo nos informaram desapareceram completamente com o desabamento de morros e a destruição das pontes”.⁶⁸

⁶⁷ A Regeneração, 17 de outubro de 1880, ano XII, número 76 (BPESC).

⁶⁸ *Ibidem*. Fenômeno que lembra o que ocorreu na mesma época de ano, em outubro e novembro de 2008, nas regiões dos Vales, do Litoral e Nordeste de Santa Catarina. Assim, como hoje naquela época, os socorros tinham base na solidariedade. Em novembro de 1880, o corpo cênico da Sociedade Fraternal Beneficente encenou um drama e uma comédia de Camilo Castello Branco em benefício das vítimas das inundações na província. Do Rio grande do Sul foram enviados donativos para as vítimas, a comissão de senhoras havia conseguido 980\$500 réis. A Regeneração, 11 de novembro de 1880, ano XII, número 83 (BPESC).

Casa, sobrados e cortiços: a cidade inteira

Até o final do século XVIII, o que determinava a localização na cidade eram os aspectos naturais do sítio físico. A proximidade das fontes e dos córregos para obter água, a proximidade das praias ou o abrigo do Morro da Boa Vista protegendo do Vento Sul, formando a enseada calma do Menino Deus, protegendo as pequenas embarcações dos pescadores. A proximidade de áreas com lenha, madeira ou para pequenos cultivos, criação de animais, e extração de argila.⁶⁹

A impressão do navegador russo Adão João de Krusenstern, que passou pela Ilha entre 1803 e 1804 e de George Langsdorff que fazia parte de sua expedição, a vila tinha de duas a três mil pessoas: portugueses pobres e escravos; alguns abastados de unhas grandes que as mantinham para indicar que não realizavam trabalhos pesados, mas nenhum rico ao olhar do europeu. A cidade ainda era bem homogênea, com ruas regulares e repletas de crianças, a casa do governador e o Quartel do Campo do Manejo recém construído eram os únicos prédios que se destacavam.⁷⁰ A cidade tinha de 400 a 500 casas de pedra e de barro batido. Pouco mais do que as estimativas feitas por La Pérouse duas décadas antes.⁷¹ Além da Casa do governador e do Quartel, havia apenas as Igrejas em destaque. Em 1807, o navegador inglês John Mawe avistaria *“linda a Catedral”* sendo construída pelos escravos. Na verdade era a Igreja São Francisco que foi iniciada no tempo do coronel

⁶⁹ A Leste da cidade, o maciço granítico forma uma barreira contínua, a parte Sul era designada de Morro da Boa Vista, o maciço como um todo teve várias designações: na “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876 (Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), o maciço é designado de “Morro do Signal”, segundo Silva (1999, p. 106) esse nome foi devido a um mastro com bandeira que comunicava a entrada de navios nas baías e o nome de “Morro do Antão” foi em razão de um português Antão Rebolou Loureço que tinha terras no Morro; e Morro da Cruz porque na virada do século XIX para o XX, foi erguida na cumeeira um pedestal com uma cruz de madeira.

⁷⁰ A expedição a mando do imperador russo Alexandre I, partiu de Cronstadt a 7 de agosto de 1803, com os navios Newa e Nadeshda. O artigo de Alfredo de Carvalho na Revista do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina, volume IV de 1915, reúne trechos que não encontramos nos relatos de Cronstadt e Langsdorff em Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX editado em 1979 pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁷¹ Urey Lisiansky, que era capitão de um dos navios da expedição de Krusenstern, registrou que, segundo estimativas do governo, na Ilha haviam 10.142 “almas”, dos quais 4.000 negros e 1.000 soldados.

Joaquim Xavier Curado (1801 a 1804), nas famosas representações de Krusenstern (1803) e na de Zimmermann (1808) ainda não aparece erguida.

Em 1808, o almirante russo Vassili Golovnin, em viagem pela Ilha anotando as vantagens do porto natural à navegação descreveu assim o povo:

“A baía de Santa Catarina tem mais uma vantagem: o gênio bom e pacífico da gente que mora nas suas margens. Esta gente é supersticiosa, preguiçosa e pobre, mas honesta, amável e serviçal. Não roubam nada, nem tentaram fazê-lo, apesar de apresentar-se a ocasião”.⁷²

A descrição do viajante Gabert, de 1822, é de uma cidade com ruas “geralmente estreitas e calçadas” sem nenhum hotel, hospedaria ou café, um sinal da simplicidade e pobreza da cidade. Como em todas as colônias portuguesas havia em Desterro “baiúcas de vendilhões”, umas como tavernas onde havia para comer e beber.⁷³ Nessas tabernas próximas ao porto, o povo pobre, os escravos e mestiços e libertos, se divertiam. Viviam nas ruas, nas suas choupanas, bodegas públicas e nos terreiros de dança no centro da vila de onde os sons dos tambores e das cantorias dos negros ecoavam.

Desterro era dos pobres, dos “degradados”, dos marítimos, do povo de origem africana, assim como as demais cidades litorâneas do Brasil escravista. A pobreza e os pobres era a regra e as cidades refletiam essa condição durante os séculos XVIII e a maior parte do XIX. Diferente dos países em industrialização da Europa, a pobreza não era proletária, era escrava, vadia – quando livre - ou indigente, vivendo da subsistência ou da mendicância.

Em Desterro, durante a primeira metade do século XIX não havia uma divisão clara de áreas entre ricos e pobres na área mais antiga da cidade. Essas diferenças sociais foram se acentuando lentamente durante a segunda metade daquele século. Muitas pessoas pobres viviam em casinhas geminadas alugadas na área central, aumentadas ou assobradadas que formaram os primeiros cortiços.

⁷² Haro, 1996, página 204.

⁷³ *Florianópolis em 1822*. Descrição de M. Gabert da obra *Voyage autour du monde*, por P. Lesson Tomo 1, capítulo II, *Sé jour à Sainte-Catherine du Brezil, du 16 au 30 octobre 1822*, páginas 38 e 39. Tradução de Laércio C. de Andrade. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina. Volume IV, 1915, página 33 e 34.

*“Aluga-se a morada de cazas (assobradada para os fundos), numero 25 na rua da Paz, canto da rua da Carioca. Quem a pretender dirija-se a esta typografia”.*⁷⁴

Em 1850, a cidade não apresentava infra-estrutura que diferenciase uma área de outra, que fornecesse melhores condições ou vantagens. As áreas próximas do Porto ou da Praça da Matriz que localizava o comércio e os prédios do governo tinham mais problemas sanitários do que áreas mais afastadas nos caminhos para fora da cidade. Tanto que uma das formas de diferenciação dos primeiros ricos comerciantes era morar fora do perímetro tradicional, nos arredores da Praia de Fora, área de chácaras, que de local de retiro passou a ser de moradia de comerciantes que estavam enriquecendo. As fontes, que influenciaram a escolha do sítio para a fundação da antiga póvoa, que originavam os córregos do Fagundes e do Trajano (ou da Palhoça), com o crescimento da cidade foram transformadas em áreas insalubres que concentravam os despejos das casas. A Fonte Grande por ser mais caudalosa em uma várzea alagadiça tinha um entorno ainda pouco habitado.

Além da descrição que Almeida Coelho fez de Desterro em 1854 (1877, p. 99), de ruas geralmente retas e de maior parte sem calçamento, escreveu que os subúrbios dos locais elevados: o Morro da Rita Maria; o do Cemitério Público ao Norte da cidade; o da Boa Vista ao Sul e o do Antão a leste, ofereciam “lindos e agradáveis passeios e de aprazível natureza”. Essa descrição sugere que em meados do século XIX, estes subúrbios, principalmente os do Sul e Leste que mais tarde seriam locais de bairros pobres, ainda não continham os problemas de saneamento que implicariam na canalização dos principais córregos dessas vertentes durante as primeiras décadas do século XX.

O Fiscal da câmara de Desterro João D’Araujo Bueno, em 1850, apresentou um relatório das obras em ruas com problemas, que eram caminhos tortuosos, irregulares, sem calçamento, lamacentos em época de chuvas.⁷⁵ A Rua do Paulo achava-se “intransitável”; a Rua do Selvado “quase

⁷⁴ O Novo Íris, 19 de julho de 1850, número 38. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

⁷⁵ Relatório do fiscal da câmara de Desterro João D’Araujo Bueno, assinado em 5 de maio de 1850 e publicado no jornal “O Novo Íris” nos dias 19 de julho, número 38 e de 6 de agosto, número, 42 de 1850 (BPESC).

intransitável”; a Rua do Livramento, pela “humidade” (sic), precisava de calçamento desde a Rua do Governador até a do Rosário, na Rua da Carioca “tapou-se grandes valas em frente a carioca” precisava de “nivelamento e calçada” entre a Rua do Livramento e do Ouvidor; o mesmo na Rua do Senado entre a das Flores e o Beco do Bragança, da Rua da Figueira e do Segredo; a Rua do Príncipe em frente a da Paz precisava de baldrame. O relatório cita que as calçadas das ruas da Conceição e do Vigário precisavam ser “arrumadas”; esta última tinha que ter a calçada nivelada até a Tronqueira e desta até o Rio do Cortume; a Rua do Vinagre “precisava de baldrame ou calçamento”.

As ruas Flores, Beco do Bragança, Segredo e Figueira citadas no relatório da câmara são da área do bairro Figueira, uma área tradicionalmente de marítimos e que seria descrita como um dos bairros pobres da Desterro da segunda metade do século XIX. Porém, as ruas da Carioca, Rosário, Livramento, Ouvidor, Senado, Governador, do Príncipe, da Paz formavam a área mais antiga, que localiza os prédios do governo e apresentava os mesmos problemas das ruas da Figueira e das demais ao sul da praça, que também concentraria parte da população mais pobre.



Desterro, Largo da Matriz, século XIX. Em destaque a “casa do governador”. Icnografia, Victor Meireles, 1846. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

As casas refletiam a sociedade

É provável que até o final da década de 1720 as casas da póvoa fossem simples choupanas de pau-a-pique cobertas com folhas. Em 1725 o governador de São Paulo ordenou ao capitão da Ilha que mandasse cobrir as casas com telhas de barro (SOUZA, 1980) - deve ter sido essa a provável época de construção da primeira das olarias próximas à encosta dos Morros. Dois anos depois, tempo que deve ter levado para cumprir a ordem, quando as choupanas passaram a ter um aspecto de casa com a cobertura de telhas, em 23 de março de 1726, o ouvidor geral elevou em vila a povoação de Nossa Senhora do Desterro.⁷⁶

As choupanas de pau a pique cobertas com palha do início do século XVIII foram sendo substituídas por casinhas de tijolo e telhas de barro. O marco dessa mudança foi a imigração açoriana entre 1748 e 1756. Nos anos seguintes as casas passaram a ser construídas de forma alinhada com telhas de barro de estuque ou tijolos das olarias multiplicadas ao redor e no sopé dos Morros, e com pedras da Pedreira ao Sul da Praça da Matriz.⁷⁷ As fortalezas da Ilha, os fortes do Porto e as Igrejas foram construídos com o “traço” - mistura de barro, areia, cal e azeite de baleia que assentava as pedras e os tijolos.

O relato de Sait-Hilaire, da Desterro em 1820, era de uma cidade bem alinhada com ruas estreitas pavimentadas apenas em frente as casas edificadas de tijolos ou pedras, caiadas e cobertas com telhas. A maioria bem conservada, “construídas com muito gosto” e maiores que as das vilas do interior.⁷⁸ Gabert fez uma descrição detalhada dessas casas em 1822:

“As casas em sua maioria, têm um só andar e muitas se limitam a um pavimento térreo. São construídas de pedra, e os granitos que formam a sua

⁷⁶ A data de 23 de março de 1726 é citada por Henrique Fontes, 1913. *Ibidem*.

⁷⁷ As primeiras olarias foram construídas na época da construção das fortalezas. A “Planta Topographica da Cidade do Desterro”, de 1876 indica cinco olarias nas proximidades do caminho que circunda a base do Morro nos trechos Leste e Norte: uma próxima a Tronqueira e do início do caminho que cruzava o Morro, uma no São Luiz próxima do local do antigo Forte e do córrego de mesmo nome; duas no caminho que seguia para a Santíssima Trindade contornando a base do Morro pelo Norte e uma mais afastada próxima da Ponta do Leal e do Córrego do Lessa. Planta 1876. Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

⁷⁸ Auguste d’ Saint-Hilaire. *Viagem á Província de Santa Catharina*. Companhia Editora Nacional. 1936, p. 153.

*soleira e os arcos das portas lhes dão um toque particular. As separações, os assoalhos e os forros são feitos com madeira do paiz. O interior dessas casas é simples, característico e elegante, porém sem luxo. As ruas geralmente estreitas são calçadas”.*⁷⁹

Segundo Sara Souza as casas portuguesas tinham como principal característica a simplicidade de seu aspecto e a pobreza de seus elementos decorativos. Uma arquitetura doméstica portuguesa que por todo o Brasil era de casas rústicas de pau e barro, com vãos e coberturas rudimentares que assim seriam até meados do século XIX. Não havia em Desterro construções “eruditas” e bem delineadas tecnicamente como alguns exemplos na Bahia e Minas Gerais (1980, p. 175, 208 e 209).

Os tijolos que saíam das olarias erguiam a cidade. Em 1857, a olaria de Ludovino José Eleutério, localizada na Tronqueira, no início do caminho que subia o Antão, era anunciada à venda: “*sendo os seus terrenos onde se acha o mesmo estabelecimento abundante de barro próprio não só para tijolos como para telhas*”.⁸⁰

Moradinhas de casas

As casinhas de porta e janela, os xoins, também eram conhecidos como moradinhas de casas, típicas da tradição arquitetônica portuguesa, eram comuns por todas as cidades coloniais brasileiras. Casinhas simples de pé direito baixo, de um pavimento, em geral com uma porta e uma janela em menos de duas braças de frente, com telhados de duas águas, casinhas do povo pobre, por todas as cidades do Brasil.

“De um casebre miserável, de porta e janela, ouviam-se gemer os armadores enferrujados de uma rede e uma voz tísica e aflautada, de mulher, cantar em falsete a gentil Carolina era bela...” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881 – sobre casinhas em São Luiz do Maranhão)

Essas casas eram comuns na vila e nos centros dos arrabaldes. As casas dos colonos açorianos do interior da Ilha e demais áreas da costa eram maiores, com a fachada composta apenas de janelas e com a porta lateral, podiam ser geminadas ou não com um engenho. Nas casas pobres de porta e

⁷⁹ Florianópolis em 1822. Descrição de M. Gabert. *Ibidem*, página 33.

⁸⁰ O Mensageiro, 1 de fevereiro de 1857, anno II, número 140, página 4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

janela da cidade. O traço dessas casas era de reboco rudimentar, não levava o caro óleo de baleia, era um “mingau grosso”, mas de liga fraca, que ao longo do tempo esfarelava. As frestas abertas eram preenchidas com barro em geral, as casas eram de estuque, uma trama de ripas preenchida com barro vermelho, as vezes misturado com cal para maior resistência a areia de praia, e pedra miúda colhidas nas proximidades para preencher os vãos. Um reboco fraco, às reações ao salitre, perdia a liga, esfarelava e caía. Também podiam ser de tijolos chatos, cortados irregularmente e sem tamanho certo. Eram casas baixas, com o tempo as paredes perdiam a solidez e o prumo, embarrigavam e inclinavam sobre a casa ao lado, sob o peso dos telhados côncavos do tempo e de beirados simples, de telhados de goivas, pesadas e grossas. As casas tinham sólidas e espessas esquadrias, as portas pesadas e janelas eram de madeira de lei colhida na lua vazante, nas matas próximas, talhadas à enxó e machado com trancas e tramelas. Em geral não tinham assoalho, o chão era de barro batido com cinzas, apenas a alcova assoalhada, a maioria sem forro, com caibros brutos enegrecidos pela fumaça. Casas úmidas e escuras, raras com vidros, portas, meias portas e janelas de madeira falquejada.⁸¹ Telhados arcados e o limo nos telhões indicavam as casinhas mais antigas. Eram úmidas e escuras, sem aberturas laterais, eram geminadas, janelas na fachada e nos fundos. As casas mais antigas e dos mais pobres não tinham janelas com vidros, as guilhotinas eram pesadas e lacravam do ar e da luz. Segundo Cabral (em: Douro litoral, p. 12) o vidro nas janelas só apareceu “mais tarde”. *“Húmidas, escuras, estas casas abrigavam a gente humilde do Desterro”* (Oswaldo Cabral).⁸²

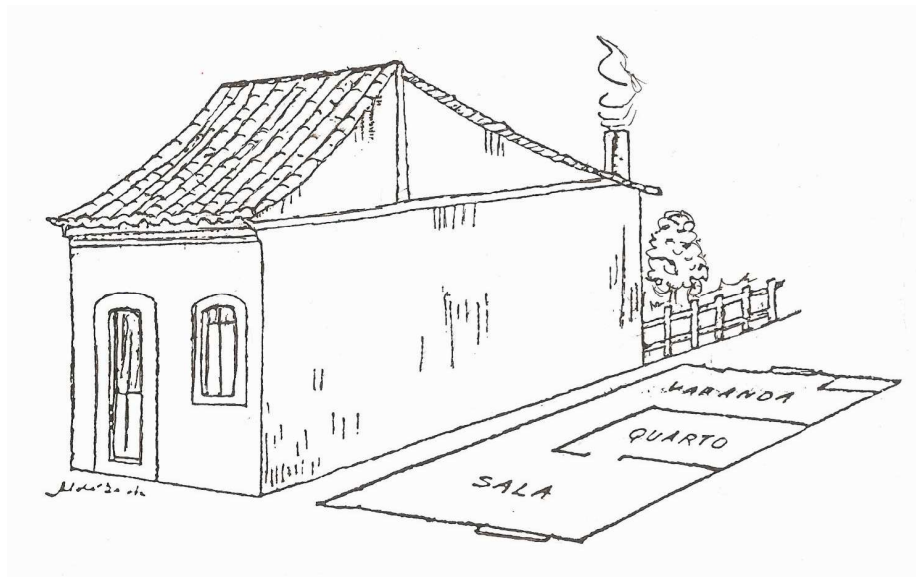
Sempre houve gente que viveu de alugares de casas, como José Pereira de Medeiros o maior proprietário urbano do início do século XIX - identificado por Cabral.⁸³ Outras dessas casas, “moradinhas”, eram alugadas

⁸¹ Oswaldo Cabral, em “Nossa Senhora do Desterro: casas, sobrados, chácaras” (*Douro litoral*, página 11), faz uma descrição sobre como as casinhas eram construídas. Também apresenta essa descrição em *Nossa Senhora do Desterro*, 1971.

⁸² Cabral. *Douro litoral*, página 12.

⁸³ Cabral (1971) cita alguns desses antigos proprietários em Desterro que ele pesquisara nos documentos dos livros que restaram do tombamento da Vila realizado entre 1817 e 1818.

para a renda de viúvas e pequenos comerciantes, alugadas aos pobres, casas de porta e janela, de uma braça e meia de frente - aproximadamente 3 metros.



Casa de porta e janela. Desenho de Aldo Beck (adaptado).

As casinhas em geral eram de três ou quatro peças. A peça da frente era a sala, que também servia de quarto para as famílias grandes, tinha a porta e a meia porta com uma ou duas janelas. Era comum a sala ter uma mesa e um ou dois bancos e pelas paredes gravuras de Santos e um candeeiro. No centro da casa a alcova com as camas e esteiras e um baú ou arca de madeira para guardar as roupas. Na peça dos fundos ficava o fogão primitivo, uma mesa com banco e as prateleiras, além de cozinha e refeitório podia servir de dormitório para os filhos mais velhos. Nessa peça uma porta e janela para o quintal onde se criava alguns animais. Muitas casas não tinham assoalho e algumas tinham rochas que não eram removidas e serviam de anteparo (CABRAL, em: Douro litoral, p. 13).

Segundo Sara Souza a construção das casas estava ligada à uniformidade dos terrenos. As cartas régias e as posturas municipais do século XVIII e XIX direcionavam as construções de modo uniforme e definiam altura, dimensões, aberturas e alinhamentos. Seria a forma de garantir para as cidades brasileiras uma aparência portuguesa (1980, p. 12 e 13). Se foram as cartas e provisões que garantiram uma arquitetura lusa, e se a coroa

portuguesa reforçava assim seu domínio e limitava a formação de uma identidade arquitetônica própria brasileira, parece, porém, mais provável que essa tenha sido uma herança técnica e estética que os próprios portugueses e seus descendentes construíram no Brasil. Mesmo Sara Souza afirma que as cartas e posturas em geral davam lugar as improvisações.

“Havia, além da cama, uma cômoda de jacarandá muito velha com maçanetas de metal amarelo já mareadas, um oratório cheio de santos e forrado de papel de cor, um baú grande de couro cru tacheado, dois banquinhos de pau feitos de uma só peça e um formidável cabide de pregar na parede, com a sua competente coberta de retalhos de chita” (O Cortiço. Aluísio Azevedo, 1890).

A maioria das casas foi construída no início do século XIX, por colonos portugueses, escravos, pescadores que produziam farinha, caçavam, trabalhavam nas olarias, nos curtumes, barcos, nos paióis, açougues, nas tendas de ofício e comércio, que construíam suas pequenas casas, com mínimo conforto e beleza, mesmo para os padrões da época. Casinhas baixas, geminadas, foram representadas nas iconografias mais antigas de Desterro. A gravura de La Perouse de 1785, apresenta grupos espalhados de casas de porta e janela geminadas na planície em frente a baía. Exceto a Igreja e a casa do governador todas as representações são de casinhas de porta e janela de um pavimento. O arruamento aparece apenas como linhas tênues regulares entre a vegetação rasteira.



Imagem parcial da *Veduta dell'Isola di Sta. Catterina*. Ed. Italiana. Duché-de-Vancy dis. Dall'Acqua inc. Lazaretti colori. Jean Francois Galaup de La Pérouse (1785). Em primeiro plano o Forte Santa Bárbara.

Na representação de Adam Johann von Krusenstern de 1803, já aparece a representação de um sobrado em frente ao Porto e em primeiro plano a foz do córrego da Fonte Grande e a Ponte do Vinagre (1764), famosa ponte em arco de pedra (à direita) e a ponte do Forte Santa Bárbara (à esquerda).



Imagem parcial de *Veduta della citta di Nuestra Senhora del Desterro nell'Isola di S. Caterina*. Adam Johann von Krusenstern de 1803.

Os cortiços

“ _ Um cortiço! Exclamava ele, possesso. Um cortiço! Maldito seja aquele vendeiro de todos os diabos! Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!... Estragou-me a casa o malvado!”⁸⁴

Como na citação do romance “O Cortiço” de Aluísio de Azevedo, os cortiços de Desterro eram formados por dezenas de casas de porta e janela. Os cortiços ou casas de cômodos, os mais antigos de Desterro eram formados

⁸⁴ *Ibidem*.

por casas térreas divididas entre duas ou mais famílias. Os mais comuns eram conjuntos de casinhas de porta e janela alugadas por um proprietário e em menor número e não tão antigos, os sobrados com cômodos alugados.

“...o Leonardo embarafustou pelo primeiro corredor que achou aberto; os seus perseguidores entraram incontinenti atrás dele e subiram em tropel o primeiro lance de escada” (Memórias de um sargento de milícias. Manuel Antônio de Almeida, 1852/1853).⁸⁵ (grifo nosso)

É possível que já houvesse cortiços na cidade a década de 1840, pelo menos o código de posturas de Desterro de 1845 já continha um artigo para quem morasse nas “casas de corredores” - cortiços.

“Todos os que morarem em casas de corredores, que depois de ser noite fechada, não tiverem luz, estando abertas, pagarão de multa 2\$000 reis e na reincidência 4\$000”.⁸⁶

Os cortiços da Figueira eram comuns e se multiplicaram durante o século XIX, casas térreas que passavam a ser divididas entre herdeiros, ou divididas para venda ou alugadas em partes ou cômodos.

Nos últimos anos do século XIX, a casa térrea da Rua Fraternidade número 1 representava uma situação comum, que ao longo do tempo transformava a casa de uma família em um cortiço. Era uma casa dividida, uma parte da família de Marcelino Amaro Cardoso e a outra de Antônio Amaro da Costa. Maria Virginia da Conceição, esposa de Marcelino, falecera e ele tentava concluir o inventário da parte da casa em que vivia com os quatro filhos menores. Em setembro de 1893, Marcelino declarou ao juiz de órfãos, que seu único patrimônio era a metade da casa que devia valer o máximo de 680\$000 réis e estava em mau estado de conservação, precisava de reparos que ele não podia fazer. Explicava ao juiz que não dera andamento ao processo de inventário “em razão de seu estado de pobreza” e pedia que o concluísse.⁸⁷

⁸⁵ *Memórias de um sargento de milícias* foi publicado em capítulos no suplemento “A Pacotilha” do jornal Correio Mercantil entre junho de 1852 e julho de 1853.

⁸⁶ Artigo 8, da Lei 222, de 10 de maio de 1845. Coleção de Leis 1847 1841. Caixa 01, página 211. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁸⁷ Tutoria: Feliciano Marques Guimarães – Maria Virginia da Conceição. Capital – Primeira Vara da Família. Diversos, pasta 1885. Caixa 4. Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Esses argumentos tentavam dar justificativas para conclusão de inventários, então o herdeiro podia vender a casa a comerciantes que compravam conjuntos de casinhas de porta e janela, para demolir e construir sobrado ou para alugar formando um novo cortiço. Talvez tenha sido esta a intenção de Alexandre José Ferreira que comprara uma parte das casas de João Bernardes a Rua Formosa. Depois da morte de Bernardes sua parte nas casas ficou para seus herdeiros. Como eram menores, seus bens ficaram sob a tutela temporária do juiz de órfãos da cidade. Isso impedia o acerto direto com os herdeiros, no caso de Ferreira querer comprar a outra parte e limitava a negociação das casas. Em 1874, Ferreira fez um pedido ao juiz para que colocasse as casas, ou a parte dos órfãos em “hasta publica” (leilão). Ele argumentava que as casas estavam em ruínas e que corriam risco de desabar e que ele e os órfãos teriam prejuízo.

*“...aconteceu estarem esses prédios nessessitando de serem reedificados por estarem com o madeiramento danificado (...) de modo que não [ilegível] se d’ellas virão abaixo em todo o prejuízo do seu proprietário e dos orphão se elas são compartes. Por estas razões, para evita-lo os seus proprietários requerem a V. S. se digne dar por em hasta publica as ditas casinhas ou as partes dos órfãos a fim de que com o produto ou se lhes comprar outros bens de raiz, ou seja [ilegível] empréstimo recolhido recolhido a thesouraria na forma da lei”.*⁸⁸

O fato de Ferreira sugerir que o juiz levasse a leilão a parte dos órfãos pode indicar que seu verdadeiro interesse era de arrematar a outra parte tornando-se o único proprietário ou ter a possibilidade de negociar com quem as arrematasse. De qualquer modo, esse caso é um exemplo de como as típicas casinhas de Desterro eram negociadas. Havia proprietários que possuíam conjuntos de casinhas, que, em geral, estavam em mau estado de conservação, ao mesmo tempo em que proporcionavam renda a seus proprietários, transformadas em cortiços, serviam a população mais pobre.

Outra local que concentrou cortiços foi a área atrás da Matriz, entre a Igreja do Rosário, a Rua do Alecrim e o caminho para a olaria de Jose Jacques. Os cortiços eram ocupados por pessoas que dividiam os custos do aluguel de um quarto ou casinha, em grupos de prostitutas, marinheiros, imigrantes, libertos, pessoas abandonadas ou doentes – os degradados – e

⁸⁸ Pedido de Alexandre Jose Ferreira ao Juiz de “orphãos”, 1874. Caixa F7. Arquivo do Museu do Judiciário.

famílias pobres em geral. Um dos maiores cortiços da cidade ficava ali, o Cidade Nova. Esse cortiço era formado por casinhas que ficavam na Rua Arcipreste Paiva no local em que foi construída a Praça do Congresso.⁸⁹ Pela numeração das casas, que encontramos citado em um ofício do presidente da câmara Candido Melchiades de Souza ao chefe de polícia do estado, datado de 1894, o cortiço tinha pelo menos 19 casinhas. Naquele ano, o proprietário, de sobrenome italiano, Luiz Molteni, foi multado em 10 mil réis numa inspeção da câmara aos cortiços da cidade, que constatou “aglomerações” no “Cidade Nova” acima do que permitia o código de posturas.

*“Tendo esta presidência visitado hoje alguns cortiços desta Cidade, verificou que nas casinhas n. 14, 16, 18 e 19 do cortiço conhecido pelo nome de Cidade Nova – de propriedade do Cidadão Luiz Molteni, residem mais de uma família em numero maior de quatro pessoas...”*⁹⁰

Era comum que as viúvas de comerciantes herdassem casinhas que alugavam como forma de previdência. Para sobreviver, alguns alugavam os quartos de suas próprias casas transformadas em cortiço. Um desses aparece na denúncia do presidente da câmara, Melchiades, à comissão de higiene em março de 1894, sobre excesso de pessoas morando na casa da viúva Veiga, na Rua Sebastião Braga, próximo a Tronqueira, área que se tornou, principalmente, local de moradia de pessoas pobres.

*“Remetto-vos e aos demais membros da comissão de Hygiene para que se digne de averiguar si com effeito moram na casa de propriedade da Viúva Veiga, sita á rua Sebastião Braga sete famílias com numero superior a 16 pessoas ...”*⁹¹

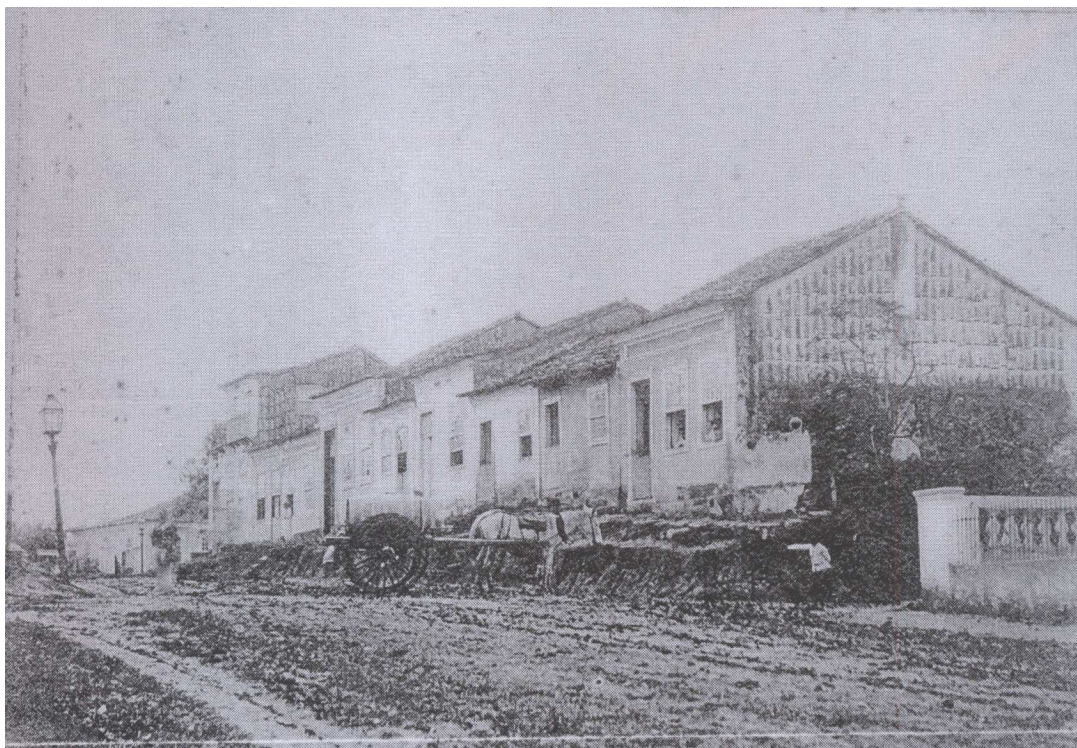
⁸⁹ Alguns pesquisadores indicam equivocadamente a localização do cortiço Cidade Nova no Bairro da Figueira, talvez, porque alguns considerem, também de forma errada, toda a área ao Norte da Matriz como sendo o perímetro do bairro. O bairro da Figueira, como ficará argumentado ao longo desse texto, era essencialmente um bairro marítimo, formado pelas ruas da Figueira e as demais próximas do cais entre o estaleiro do Wenceslau e o cais onde foi construído o atual Mercado. O cortiço Cidade Nova ficava atrás da Matriz, no local da atual Praça Pereira Oliveira, esta área é confundida como sendo parte da Figueira (como fez Carina Santos, 2005, páginas 62 e 63). A área foi destinada à construção de casinhas para moradia dos pobres e talvez desse fato a alusão ao nome Cidade Nova. No final do século XIX parte das casas pertenciam a Luiz Molteni formando o conhecido cortiço.

⁹⁰ Ofício 26, de 10 de fevereiro de 1894. Códice 276, caixa 51, folha 82. Cópias de ofícios, portarias e editais da intendência municipal e da Câmara Municipal 1892 – 1894. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹¹ Ofício 48, de 10 de março de 1894. Códice 276, caixa 51, folha 96. *Ibidem*.

Em 1899, a área do Cidade Nova até a proximidade das chácaras do Mato Grosso e do Largo 17 de Novembro, que até então concentrava uma população pobre, sofreu um intenso processo de reforma com alinhamento, alargamento, prolongamento e abertura de novas ruas. Houve desapropriações para a demolição de casas e cortiços para possibilitar o projeto de reforma e abertura das ruas.⁹² O superintendente Emilio Blum autorizou com o decreto 105 a demolição de casinhas e cortiços, para fazer a reforma das ruas e atender as preocupações higienistas que condenavam os cortiços. O local que concentrou as reformas atrás da Matriz entre o Teatro e a Igreja do Rosário ficou conhecido como Cidade Nova, nome do antigo cortiço do local e que fazia alusão à reforma que a área sofreu.⁹³

Os cortiços fizeram parte da paisagem de Desterro durante o século XIX. Estes sobrados divididos por várias famílias ou grupos de casinhas alugadas foram comuns em Florianópolis até a década de 1920.



O Cortiço Cidade Nova, na Rua Arcipreste Paiva, final do século XIX. O cortiço foi demolido, no local foi construída a Praça do Congresso. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁹² Livro de registro das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal. Registro obrigatório dos terrenos do Patrimônio do Município. 1899 – 1903. Códice 323, caixa 58. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹³ Decreto 105, de 22 de novembro de 1899. *Ibidem*.



Cortiços entre a Fonte Grande e o Campo do Manejo, década de 1910. Em último plano, os Morros ainda desocupados, para onde os pobres dos cortiços seriam expulsos. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

Capítulo II

As áreas mais pobres

“E na verdade, no largo do Quartel, ninguém sabe o que se esta passando na Toca, nem ahi o que vai pela travessa da rua do Senado, e no largo do Palacio ignora-se o que vai pelos citados lugares. Será bom que assim continue ignorando a mão direita o que faz a esquerda, conforme mandão as leis da Igreja na pratica da caridade”.⁹⁴

De acordo com Cabral (1971) a população pobre se concentrava na Tronqueira no caminho ao Antão e às vizinhanças do Campo do Manejo, às ruas que ficavam por trás da Matriz. Margeando a Fonte Grande, em cortiços habitados por gente ainda mais pobre, geralmente nova na cidade, soldados, lavadeiras e suas famílias. O bairro da Toca, para além da ladeira do Menino Deus era o bairro dos pescadores. Do outro lado da cidade, o Bairro da Figueira era o dos marinheiros, onde ficavam os trapiches e as prostitutas.

Mas antes que o desenvolvimento do comércio tomasse a área do centro da cidade, próximo ao Porto e da Praça da Matriz, os pobres viviam por todo o perímetro urbano. Contudo havia bairros com características específicas, um lugar por abrigar determinados grupos da população que mantinham formas de subsistência e de trabalho específicos. Em alguns desses lugares viviam pessoas livres pobres enquanto escravos domésticos viviam nas casas dos senhores, os de ganho podiam viver pela cidade em “casas de negros”, outros nas chácaras, em “meia-águas” nos fundos dos terrenos ou porões dos sobrados do comércio ou nos cortiços atrás da Matriz. Durante o longo processo de extinção da escravidão e do crescimento da população liberta, esses lugares passaram a ser também dos negros e novos lugares foram formados para refúgio e sobrevivência dos pobres. A Toca, ao Sul do Porto de onde partia o caminho para o Saco dos Limões, a Tronqueira, no início do caminho que se dirigia ao Morro do Antão para atravessar à Santíssima Trindade e a Figueira nos limites ao Norte do Porto.

⁹⁴ “A Caridade”. Jornal O Conciliador, de 18 de setembro de 1873, ano II, número 81. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

João Ribeiro de Almeida (*apud* MÜLLER, 2002) descreve os bairros pobres de Desterro em 1863 em um estudo sobre salubridade. Seu texto expressa repulsa às áreas e às pessoas pobres da cidade.⁹⁵

“...nesta cidade 3 bairros de triste aparência, onde se acham reunidos todos os elementos de insalubridade. São os bairros da Toca, Pedreira (com os becos adjacentes à Tronqueira) e finalmente a famosa Figueira. Encontram-se nestes bairros casinhas bem inferiores as senzalas de pretos de certas fazendas, tão pequenas, imundas, esburacadas e esfumaçadas, são elas...”

Os cronistas descrevem que a população desses bairros vivia dos trabalhos mais pesados, destinados aos escravos e aos pobres. Cada bairro abrigava uma determinada população pobre com seus ofícios específicos.

A pobreza na cidade durante o século XIX

Durante o século XIX, num processo lento ao longo de décadas, a população pobre de Florianópolis foi ocupando novas áreas, ampliando o perímetro em volta do Porto e da área do Largo da Matriz. A cidade cresceu e parte da população foi deslocada da área central, próxima ao porto, para cortiços, casinhas, casebres ou ranchos em áreas mais afastadas do núcleo. Durante a segunda metade do século, os sobrados dos donos de barcos, traficantes de escravos e comerciantes, ocuparam uma parte da área mais antiga da cidade onde ficavam as casinhas “de porta e janela” dos pobres. O comércio foi gerando uma elite econômica, que impulsionaria mudanças sociais e políticas. Paralelo, crescia a população de libertos e migrantes pobres, que sobreviviam de serviços esporádicos, da vida nos barcos, no porto, no mercado, nas fontes, nos quartéis, vivendo dos ofícios urbanos, do comércio ambulante, da prostituição, da mendicância, da caridade.

À medida que eram expulsos das casas de aluguel próximas do porto vendidas aos comerciantes, dos cortiços demolidos ou fugindo das posturas e leis urbanas que condenavam suas casas, o crescimento da população mais pobre foi sendo concentrado em determinadas áreas mais afastadas do porto. A população adensou a Tronqueira, no caminho que cruzava o Morro do Antão

⁹⁵ Citado por Carneiro. Enciclopédia de Santa Catarina, *apud* Muller (2002). Não encontrei as fontes primárias citadas por Muller, utilizei os textos compilados pela autora.

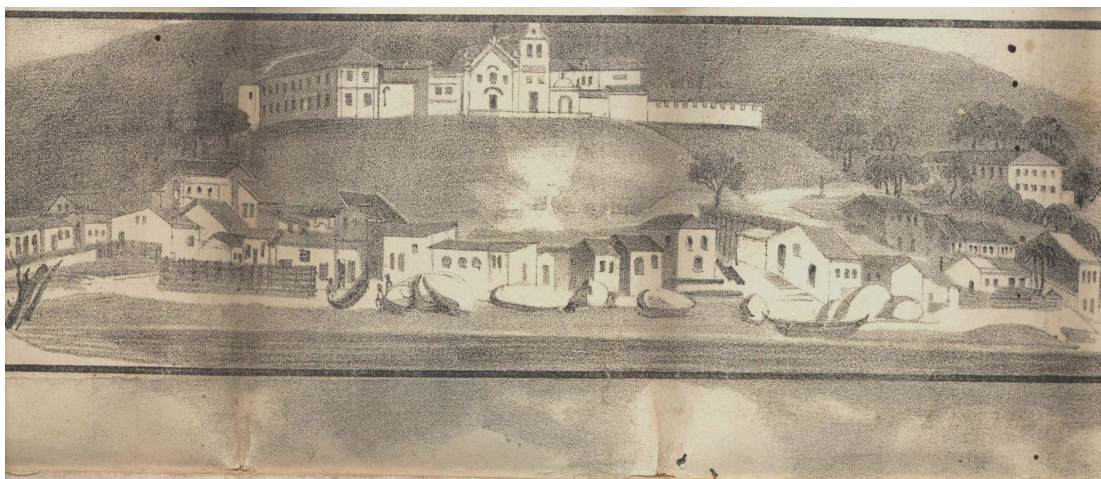
à Santíssima Trindade; às vizinhanças do Campo do Manejo próximo ao Quartel; nas ruas que ficavam entre a Matriz e a Igreja do Rosário; nas proximidades da Pedreira ao Sul da Praça; próximo das olarias na base do Morro do Antão; às margens da Fonte Grande; em becos com casinhas das Irmandades católicas; no bairro mais afastado da Toca, no caminho para o Sul da Ilha no sopé da Boa Vista. E permaneciam na Figueira, tradicional dos Marítimos e que continuou concentrando os equipamentos e ofícios de manutenção, carga e armazenamento do porto.

A cidade atravessou o século XIX crescendo com a construção de sobrados e novas casinhas de porta e janela. No início do século XX, cerca de um terço das casas estavam em estado mais precário do que a média da cidade. Em 1906, o governo republicano de Antônio Pereira da Silva e Oliveira estimou em mais de 2.100 o número de casas no perímetro urbano. Destas, 1.500 casas teriam valor locativo superior a 200 mil réis. Estas casas seriam consideradas para comportar as taxas das redes de iluminação, água e esgoto que seriam implantadas.⁹⁶ Portanto, no início do século XX, havia cerca de 600 casas de aluguel menor que 200 mil réis - cerca de 30% das casas do perímetro eram de baixo valor. Casinhas do povo mais pobre, as casinhas de porta e janela em pior estado de conservação, casinhas de redutos quase exclusivos de gente pobre, típicas da Figueira, da Toca, da Pedreira, do Campo do Manejo, da Tronqueira e espalhadas por todas as ruas da cidade.

A Toca

O relato mais antigo de um local específico da cidade em que viviam apenas os mais pobres e que se diferenciava na paisagem, é o relato de Duperrey de 1822 (HARO, 1979; 265). Segundo o qual, a Sudoeste, no caminho para o Saco dos Limões, localizavam-se casas de madeira, em “bom número” com aparência de “miseráveis choupanas”, diferentes das demais da cidade que eram de tijolos e cal. Era a Toca, a dos pescadores.

⁹⁶ “Melhoramentos Urbanos da Capital”. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906. Páginas 32 e 33. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.



Incografia, a Toca dos pescadores. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

A Toca era o bairro mais afastado do centro, ao Sul da Fonte Grande, no sopé da Boa Vista, era o outro bairro de gente do mar e tinha sido formado numa área mais isolada. Virgílio Várzea o descreve como lugar pedregoso e empinado da base da rocha da ladeira dos Passos, que dá acesso ao hospital de Caridade até a base onde hoje está o Mocotó, Queimada, até a Prainha, no início do caminho para o Saco dos Limões.

*“Suas casinhas são encarapitadas umas sobre outras, apertando-se como um rebanho de cabras alvas, o que lhes dá um ar de presepe antigo...”*⁹⁷

O local talvez tenha sido escolhido pelos pescadores por ser abrigado do Vento Sul que ali não revira tanto o mar. Na Toca e na Figueira, diferente da área do centro e da Praia do Menino Deus as casas tinham os quintais voltados para o mar.⁹⁸ Segundo Várzea, nesses bairros a vida do povo era totalmente ligada ao mar. Provavelmente por isso os quintais desses bairros miravam o mar. Na Figueira, os marinheiros e na Toca, os pescadores, trabalhavam suas redes nos quintais, mantinham seus ranchos de pesca e guardavam as embarcações.

⁹⁷ Virgílio Várzea, 1900, página 35.

⁹⁸ De acordo com Glaucia Muller (2002, p. 67 a 69), que pesquisou a influência do sanitarismo no espaço urbano de Florianópolis, as casas ficavam com os fundos voltados para o mar por causa do despejo do lixo, que nas cidades litorâneas era feito nas praias e no mar.

A descrição de Almeida (*apud* MÜLLER, 2002) revela que as mulheres dos pescadores também trabalhavam como lavadeiras.

“A Toca, situada na encosta da montanha do Menino Deus e na praia que a circunda, é habitada por toda uma profílica população de pescadores. Entre as casas que habitam, algumas há, que podendo a rigor abrigar 2 pessoas, acomodam o quádruplo ou o quántuplo. As mulheres são lavadeiras (em geral) e conseqüentemente têm que guardar em casa roupa molhada, sua ou alheia (...) Resulta disto, que a umidade, que pouco a pouco se vai evaporando, satura o ar e empregna tudo até a própria cama. Além da roupa lavada, guarda-se nessas casas peixes e os utensílios de pesca, tudo molhado e exalando cheiro característico de marisia.

Na praia vê-se a cada passo imundices, como nos outros dois bairros, crescendo detritos de peixes e também de plantas marinhas, que vêm presas às redes e atiradas depois à praia. Este bairro habitado por gente dada ao trabalho, mas pouco amiga do asseio, é dizimada por todas as epidemias que por aqui aparecem”.

Nos primeiros anos do século XX a Toca se consolidou como um dos locais de abrigo, refúgio para a população pobre que começava a ser deslocada da área do Porto – uma nova condição que modificava a cidade, que analisarei a frente. Em 1901 o superintendente Francisco Campos da Fonseca Lobo mandou fazer nova abertura na Rua da Prainha para o Saco dos Limões - a Prainha era o Trecho mais ao Sul da Toca. Nessa época estava em curso uma série de reformas nas ruas da cidade com alargamentos, nivelamentos, prolongamentos e abertura de ruas.⁹⁹ Para as reformas eram desapropriadas casas, principalmente as que estivessem em estado precário ou servissem de cortiço. Não encontrei nenhuma referência de demolições na Toca até a década de 1930, talvez porque o bairro era mais afastado, na periferia do perímetro urbano ao longo do caminho para o Sul da Ilha e não importava tanto aos objetivos de embelezamento que a cidade sofreria. Um de seus trechos, no sopé da Boa Vista, que fazia a ligação com a Rua do Menino Deus, a Rua São Martinho, retratava a condição de área pobre da cidade. No jornal A Fé de abril de 1904, o artigo “intransitável” descrevia suas condições precárias e reclamava atenção do poder municipal, para que “apesar das desvantagens naturais do terreno, era preciso dar curso conveniente às águas do monte, principalmente em virtude da saúde pública”.

⁹⁹ Lei 127 de 27 de agosto de 1901. Livro de registro das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal. Registro obrigatório dos terrenos do Patrimônio do Município. 1899 – 1903. Códice 323, caixa 58. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

“O que não pode, nem deve continuar, é o estado lastimável em que se acha a dita rua, verdadeiro depósito de lixo e cheia de lagoas formadas pelas águas pluviais”.¹⁰⁰

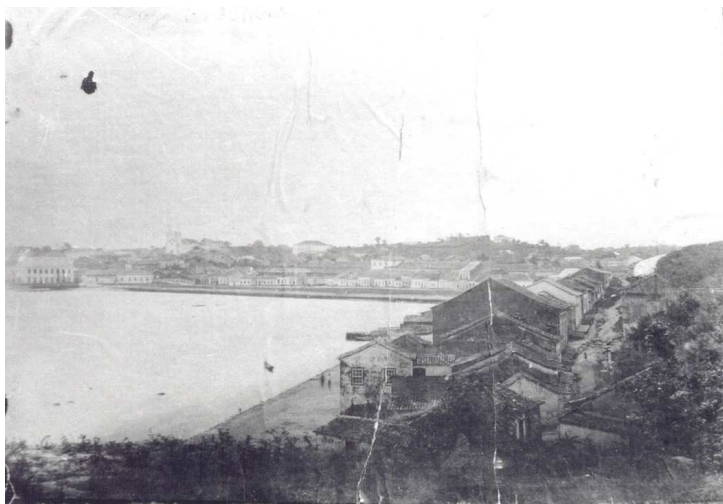
A Toca foi o primeiro lugar segregado de Desterro – num conceito de segregação tomado como uma concentração de um determinado tipo de população num determinado território.¹⁰¹ Pelo isolamento do local ao Sul da Fonte Grande, amparada do vento ao sopé da Boa Vista, na saída da cidade para o Sul da Ilha, era um lugar de uma população específica: pescadores, que tinham na Toca o local ideal para viver à praia – a parte principal do restante do Porto era destinada às embarcações de grande porte e ao movimento que demandavam. Na Toca havia uma concentração de pescadores num território determinado.



Toca, Bairro dos pescadores, final do século XIX. Sopé do Morro da Boa Vista, com o Hospital de Caridade. Vista do aterro da Praia do menino Deus. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

¹⁰⁰ “Intransitável”. Jornal A Fé, 29 de abril de 1904, número 35. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina.

¹⁰¹ Corrêa, 1989, página 59.



A Rua da Toca, final do século XIX. Casas com frente para a Rua São Martinho, início do caminho para o Sul da Ilha e quintais para a praia. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Casinhas de porta e janela da Toca, início do século XX. Casinhas construídas no século XVIII. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

A Figueira

Em 1822, o navegador francês Duperrey enviou de sua corveta a “La Coquille” um grupo de oficiais a vila, M. d’Urville foi encarregado de anunciar ao governador os motivos da estadia. O grupo navegou em um escaler pela costa da Baía Norte, arribaram na praia do Forte Sant’Anna e seguiram por um caminho que levava a parte norte da vila. O primeiro local em que passaram foi a Figueira em sua aurora: desse grupo M. Gabert fez a seguinte descrição.

*“Seguindo uma trilha pelo campo, foram dar num grande caminho ornado de bonitas casas e de cercas-vivas de bananeiras, laranjeiras e de roseiras em flor, pelo qual chegaram a vila”.*¹⁰²

¹⁰² Haro, 1996, páginas 250 e 273.

Assim como o caminho que a ligava ao forte Sant'Anna, na época de sua formação, a Figueira tinha bonitas casinhas de porta e janela, ainda não tão antigas, de quintais com laranjeiras e bananeiras, lugar dos marinheiros mercantes e de guerra, dos escravos marinheiros, estivadores, armadores, tanoeiros, taberneiros, dos capoeiristas e das prostitutas. Segundo Cabral (1971), o nome do bairro se refere ao Cais da Figueira, ao Norte da Praça, desde o Morro do Estanislau, que tinha esse nome, pelo maior estaleiro do lugar, o de Estanislau Martins da Costa, que ficava na ponta de mar entre a Praia da Rita Maria e o Cais da Figueira. O bairro ia do canto da Rua da Palma até o Morro do Estanislau.¹⁰³ Nos quintais das casas da Figueira eram construídas e reparadas as embarcações da cidade marítima. O lugar concentrava as atividades de transporte e depósito do Porto. Segundo Várzea (1900), no final do século XIX, a Figueira era um local de casinhas antigas com fundos voltados para o mar, com quintais com muros ou cercas de tábuas de ripas. O cais do bairro era tomado por embarcações, botes batelões e canoas.

*“... um cheiro hygienico e sadio de pixe, a verniz coltar, a alcatrão, á estopa, a mialhar, a ferro patent, á lona nova e a cabo de cairo ou linho, tudo isso que lembra navio e mar”.*¹⁰⁴

A população da Figueira vivia em casas de porta e janela, muitas transformadas em cortiços. A crônica de Luculho de Andrade escrita em 1910 descreve a Figueira por um olhar de alguém de fora, de alguém que visita a pobreza. Fala dos capoeiras, descreve os cortiços e ao referir-se ao “calão”¹⁰⁵ revela a divisão de classes que se acentuou no final do século XIX.

“(...) Certa vez. Um dia de muita luz e muito tédio, ferido pela curiosidade da miséria, fomos visitar os cochicholos sem ar que o desconforto amontoou na Figueira das cantatas. Queríamos sentir o farpellar da pobreza, queríamos ouvir o argot catharinense (...) Ella não é hoje aquelle bairro deslavado a pollular de fadistas bravateiros. Nos ângulos, porém, de cada esquina, nos beccos e nas viellas vivem ainda trechos dos annais da capoeiragem ella possui lampadarios brilhantes e vermelhos: os seus violeiros tinham o dualismo de cantar e de pôr em lencões de vinho os que em má hora se ajuntavam a elles em longos desafios. A polvorosa antiga, a Figueira temida dos Jucás e

¹⁰³ Como veremos, em outros documentos é citado como Morro do Estanislau.

¹⁰⁴ Virgílio Várzea, 1900, página. 34.

¹⁰⁵ Calão: gíria; argô (*argot*); linguagem de grupos sociais, própria de uma determinada classe profissional, de uma cidade, ou lugar.

*Manes está velha e cansada O progresso ilumina-lhes as betesgas e o pardieiro que lá se acha nos diz que a Figueira já não canta e samba mas tem fome e frio. O velho edifício em ruínas é uma reunião de quartinhos sem luz cheios de gente triste e magra. Canastras e canapés, farrapos e quadros de reclamos atulhavam os cochicholos e lembravam a casa dos joudretts. Nos fundos de uma casinhola com portas de panos sujos e sarrafos em cruz, descansava, tisonada, uma panela com bocados de menos nas beiradas, sobre um fogo escasso e rasteiro. Era o Almoço, o jantar, a ceia dos infelizes que moravam allí: Roupas que foram lavadas aqueciam ao sol; outras pendiam dos caibros roídos enxugando ao fundo. Criancinhas desgrelhadas recostavam-se nas portas negras, a olhar o lameirão, que é a calçada do pardieiro, ou remexiam a virulência dos monturos postos nos cantos. Era a miséria que andava suja”. E o calão? A alma da Figueira? Sim uma alma. Ella tem uma alma de notívaga tresloucada feita aos espreguiçamentos demorados... Uma alma complexa, tecida com as escurridades do álcool, os trampalhos das micromantes réles, os alvoroços brates dos capoeiras, sabor de sangue, laminas de navalhas e pontas de facas. São as reminiscências duma passada era de domínio e jodrismo Mas... e o calão? O Vital nos socorreu. É um dos reis do estigar ogarrão desta Figueira tradicional. E o Vital fallou, pausado e cheio de gestos, contando em calão typico a sua ultima aventura...*¹⁰⁶

A descrição de Almeida (*apud* MÜLLER, 2002) mostra que a Figueira, além dos marítimos era também das prostitutas.

“Figueira. A aparência deste famoso bairro é um pouco melhor do que a dos precedentes, e como não, se aí habita grande número de Sacerdotisas da Sífilis? (...) É habitado em grande parte por meretrizes da baixa classe, que aí vivem aos grupos em casinhas mais ou menos célebres nos anais da polícia do Desterro. Bairro tenebroso, onde o assassinato não é extremamente raro, e onde os que nele tentam aventuras perdem a vida ou a bolsa, pelo menos sofrem gravemente na saúde, eis o que acontece a soldados e marinheiros. Muitas das megeras em questão moram as vezes em uma só casa, que com a volubilidade e imundícia própria e de tal gente, entregam em breve no mais asqueroso estado ao ávido proprietário, o que trata logo de alugá-la a outras da mesma grei. Resulta disto que estes covis são outros tantos focos de infecções e de escândalos para as poucas famílias, cuja má sina obriga a morar perto de semelhante gente.”

Em 1840, longe do centro da cidade, mas pouco além da Figueira, foi instalado o cemitério. Os sepultamentos foram proibidos dentro das Igrejas, prática que passara a ser considerada fonte de miasmas. Os prostíbulos somados ao cemitério e o medo de epidemias tornaram a Figueira ainda mais repugnante aos moradores de outros locais da cidade. Em 1911, ao norte da

¹⁰⁶ Luculho de Andrade. “A Figueira.” Texto escrito em 1910 e publicado na revista O Olho, 18 de maio de 1916, ano I, número 11. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Figueira também foi instalado outro equipamento indesejado, o incinerador de lixo. Durante a década de 1920, parte do lugar foi modificado em virtude das modernizações urbanas. O cemitério e parte da população foram retirados para construção dos acessos à Ponte Independência.¹⁰⁷

Os sobrados da Rua do Príncipe até a altura da Rua das Flores tinham os fundos voltados para o Cais e Rua da Figueira, a partir desse ponto ficavam casinhas de porta e janela que ainda deixam vestígios. A Figueira, de moradia, era principalmente a Rua das Flores, Rua do Segredo, o extremo norte da Rua do Príncipe e no limite a Rua do Iguape. Na Rua do Príncipe o comércio se concentrava até a Rua da Carioca onde começava a Figueira. Entre a Rua da Figueira e o mar, onde o cais avançava, ficavam depósitos do Porto. Na área da antiga Figueira as casas e prédios mantêm a mesma dimensão das três braças das casinhas de porta e janela e seus quintais nos fundos, muitas casinhas ainda estão lá modificadas ou reformadas. Essa área da cidade em direção a Praça até a altura da Rua 7 de Setembro, ainda guarda as raízes da parte mais simples e popular da antiga Desterro, localiza um comércio popular, lanchonetes, botequins, oficinas de aparelhos elétricos, fogões, dormitórios, lojas de importados baratos (1,99), de calçados.



Figueira, bairro dos marítimos, o cais sendo aterrado, século XIX. O prédio do antigo Mercado indica que a foto é anterior a 1896. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

¹⁰⁷ Nome que receberia a ponte sobre o estreito entre a Ilha e o continente.



Vista da cidade, início do século XX. Em primeiro plano o Bairro da Figueira. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de

Fonte Grande

Em 1850 a área da Fonte Grande começava a ser ocupada.

*“A área da Fonte Grande até o alto da do Alecrim, necessitam de prompto alinhamento, e isto em quanto não edifica maior número de cazas, por tornar-se menos difficil o seu afformoseamento”.*¹⁰⁸

Como descreve o relatório da câmara de Desterro, em 1850 a área da Fonte Grande era pouco povoada. Foi durante a segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo em que o comércio se desenvolvia tomando as casinhas da parte mais antiga da cidade próximas ao Porto, que a área do córrego da Fonte foi sendo ocupada pela população pobre. Povo das casinhas que deram lugar aos sobrados dos comerciantes ou pelos escravos libertos, como as lavadeiras, que das casas de seus senhores passaram a ter ali uma área para ocupar próxima ao centro, área que concentrava o crescimento da população mais pobre.

¹⁰⁸ Relatório do fiscal da câmara de Desterro em *O Novo Íris*, de 19 de julho de 1850, número 38. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

“Aluga-se casinhas e tinas para lavadeiras.

As casinhas eram alugadas por mês e as tinas por dia: tudo pago adiantado. O preço de cada tina, metendo a água, quinhentos réis; sabão à parte. As moradoras do cortiço tinham preferência e não pagavam nada para lavar.

Graças à abundância de água que lá havia, como em nenhuma outra parte, e graças ao muito espaço de que se dispunha no cortiço para se estender a roupa, a concorrência às tinas não se fez esperar; acudiram lavadeiras de todos os pontos da cidade, entre elas algumas vindas de bem longe. E, mal vagava uma das casinhas, ou um quarto, um canto onde coubesse um colchão, surgia uma nuvem de pretendentes a disputa-los (...)

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro.” (O Cortiço, Aluísio Azevedo, 1890).

As fontes históricas e documentos sobre casas, cortiços e a população da Fonte Grande se referem às ocupações feitas próximo ou às margens e na várzea do córrego. Porém, não há uma separação entre o local chamado de Fonte Grande, como um bairro específico e os bairros e localidades pobres que existiam em suas margens. Quando as fontes históricas se referem ao local Fonte Grande como bairro pobre, estão se referindo às áreas da Pedreira, Campo do Manejo, Beco Irmão Joaquim, Tronqueira e José Jacques próximos do córrego.

Parte da área da Fonte Grande era da Igreja e localizava terrenos e casas de cônegos e de Ordens que os alugavam aos mais pobres. Em fevereiro de 1873, o cônego Eloy pôs a venda uma casa reformada com chácara na Rua da Fonte Grande.¹⁰⁹ As casinhas na margem, próximas do pontilhão entre a Pedreira e a Tronqueira, pertenciam ao Padre Cruz. A Ordem Terceira da Penitência era proprietária do Beco Irmão Joaquim, entre o Campo do Manejo e a Fonte Grande, que aforava casas a seus integrantes, que as alugavam aos pobres. Em outubro de 1873 o cônego Eloy ainda estava com a casa à venda:

*“Vende-se a casa do alto da rua da Fonte Grande, Travessa do Mato-Grosso, com excelente água potável e corrente e pasto para 4 a 6 animaes. Tudo por preço muito razoável”.*¹¹⁰

¹⁰⁹ O Conciliador, 7 de fevereiro de 1873, ano I, número 49 (BPESC).

¹¹⁰ O Conciliador, 2 de outubro de 1883, ano II, número 83 (BPESC).

Talvez essa casa, à venda pelo cônego, tenha sido transformada em um dos cortiços do lugar. Com o crescimento da população e o deslocamento de uma parte da população da área do Porto que ia sendo tomada pelo comércio, a Fonte Grande passou a crescer com cortiços e casinhas. Ocupada por gente mais pobre, mestiços e negros livres, viúvas, soldados, lavadeiras e as “marafonas” que em geral viviam de aluguel, os proprietários das casas viviam na área central da cidade ou nos arrabaldes.

“A morada de casas terreas” do viúvo Francisco José Zecaroso ficava na Rua da Fonte Grande, fazia fundos com a cerca do capitão José Manoel de Souza, confrontava pelo sul com seu genro Manoel Jose da Silva e pelo norte com sua filha Amelia Firmina Zecaroso. Francisco tinha uma canoa e ferramentas de carpintaria e uma casa de 400 mil réis, avaliada por conta do inventário da morte de sua esposa Maria Jose da Silva Zecaroso. A casa era assoalhada, mas precisava de “grandes consertos”, dentro tinha apenas uma marquesa, seis cadeiras e duas mesas. Uma casa pobre, típica da Fonte Grande.¹¹¹ Da Pedreira e por toda extensão ao longo do córrego até a Rua José Jacques, às áreas próximas ao Quartel, o Campo do Manejo ficavam essas casinhas e os cortiços, entre elas, as do Beco Irmão Joaquim com seus casebres voltados para o Campo do Manejo e fundos para a Fonte. A área dos Becos e todo o Campo do Manejo, fora anteriormente doada pela Ordem Terceira da Penitência. A Ordem aforara as casinhas à particulares, muitos dos quais viviam de alugá-las a terceiros. Casas simples não tinham mais de três ou quatro cômodos. As casas dos pobres não tinham as alcovas, o chão de terra batida e as pessoas vivendo ao redor dos fogões de pedra e tijolo. As casinhas da população pobre, casas de “*viúvas, de pretas fôrras.*” A pobreza que Cabral escreveu, “era a regra em Desterro durante o século XIX”. O limite das casinhas pobres ao Norte, próximas da Fonte Grande era na Rua José Jacques.

O problema de dejetos na Fonte Grande tomou evidência porque era próximo do centro que foi sendo apenas dos comerciantes e demais remediados e onde funcionava o governo. Esse caso perdurava já durante o

¹¹¹ Inventário de Maria José da Silva Zecaroso. Páginas 10 e 11. Capital – Primeira Vara da Família. Diversos, pasta 1882. Caixa 4. Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

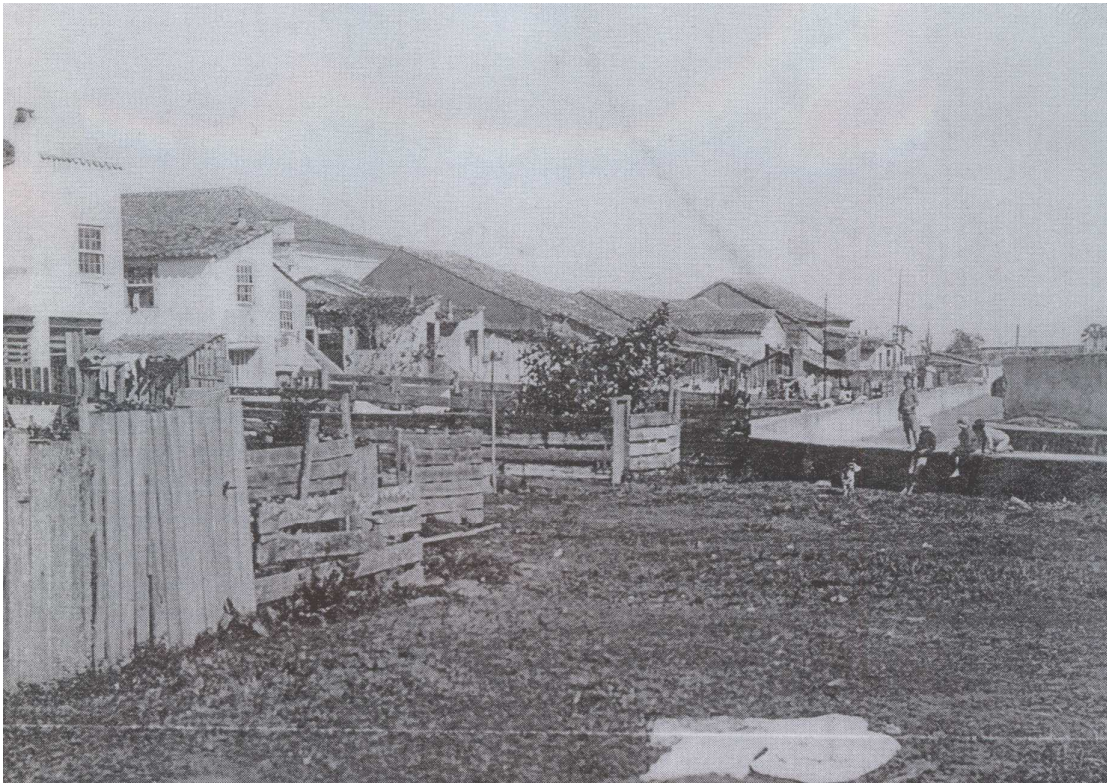
século XIX e não era obra apenas dos pobres dos cortiços, mas, segundo Cabral, também *“das classes elevada dos prédios.”*

Ainda em 1887, não há no relatório do governo provincial, nenhum trabalho sanitário feito na Fonte Grande em virtude de “tempo e falta de meios”, pois era o mais largo e extenso córrego. Diferente dos outros dois córregos que cortavam a cidade, a Fonte Grande percorre uma área cujo “chão é uma laje” de granito sobre um leito irregular. O córrego contornava a Pedreira que serviu para erguer as construções desde o século XVIII. Seu leito era o mais caudaloso, mas, como era afastada, não cortava a área do comércio e do governo, então, era deixado por último nas questões de saneamento. No relatório daquele ano, a obra na Fonte foi avaliada em 25 mil contos de reis, o dobro do custo das obras no córrego Trajano. Fizeram apenas o levantamento do leito em alguns pontos e a limpeza periódica das bordas e da embocadura na Ponte do Vinagre. “E já seria obra de grande fôlego” segundo o governo.¹¹²

Essa limpeza das margens e embocaduras deve ter relação com o problema causado nas enxurradas comentado por Cabral. Quando as enxurradas caíam sobre a Fonte Grande a água traziam o barro, o mesmo dos tijolos, que invadia os quintais, os casebres e palhoças “levando tudo.” Dias depois, quando o sol aparecia, os pobres andavam pela praia a catar o que a enxurrada levava (CABRAL, 1971, p. 192).

O entorno do córrego da Fonte era um dos lugares onde apareciam os primeiros casos das epidemias. A Pedreira era “o bairro mais sujo da cidade”. Do outro lado, o Beco do Pedro Soares, as casinhas do Campo do Manejo, os casebres do Beco-Sujo vizinhando com quartel completavam a paisagem. *“Cortiços baratos e sem conforto. Lavadeiras. Marinheiros. Soldados. Mendigos. Gente de má fama. Toda uma favela a marginal um rio imundo”* (CABRAL, 1971, p. 193 e 194). Nesse contexto de pobreza, doenças e a vida marginal que a população era submetida, a elite passou a se referir preconceituosamente a essa parte da cidade como Rio da Bulha.

¹¹² Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina, 1888, página. 158. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



Fonte Grande canalizada, década de 1910. Casas e cortiços do Campo do Manejo com fundos e quintais às margens da Fonte Grande. À direita, no final do canal vê-se parte do arco e da amurada da Ponte do Vinagre. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Casinhas e cortiços entre a Tronqueira e o Campo do Manejo, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Pedreira

As ruas em torno da pedreira ao Sul da Praça da Matriz, formavam o Bairro da Pedreira: a Rua da Pedreira; o alto da Rua da Conceição; alto da Rua da Lapa; o trecho da Rua da Tronqueira na margem leste da Fonte Grande e a área até as imediações da Ponte do Vinagre; a Rua da Fonte Grande no trecho até a Tronqueira - concluímos esta delimitação a partir das referências das fontes históricas citadas ao longo da pesquisa.

As dimensões dos terrenos e das casas na Pedreira revelam que o local era das típicas casinhas de porta e janela, os “xoins” típicos da construção da vila do século XVIII. Um cadastro de 16 proprietários de imóveis da Rua da Pedreira do ano de 1817 registra: 3 terrenos tinham menos de duas braças de frente; 4 tinham duas braças; 3 terrenos tinham três braças; dois tinham 4 braças e apenas 4 tinham mais de cinco braças.¹¹³

O jornal A Fé descrevia as ruas do Bairro em 1907, sem condição para o trânsito de “vehiculos”, pelo “sólo” em grande parte ocupadas por “lagedos”, lajes de granito.

*“Vende-se um escravo pedreiro mosso sadio e robusto; quem o pretender, na casa junto a ponte do vinagre achara com quem tratar”.*¹¹⁴

A Pedreira era outro bairro considerado dos “dos pobres” onde viviam livres e escravos nos serviços com pedras, os canteiros ou covaqueiros, entre outros.¹¹⁵ A rocha granítica era material básico nas construções da cidade, nas Igrejas, nos sobrados construídos para o comércio. No século XIX as ruas eram calçadas apenas em frente de algumas casas, as dos abastados e das casas comerciais. A Pedreira próxima à Praça da Matriz reunia uma parte da população pobre que ali trabalhava na extração ou carregamento das rochas. Os carregamentos de “pedra” eram cobrados conforme a distância da Rua da Pedreira.

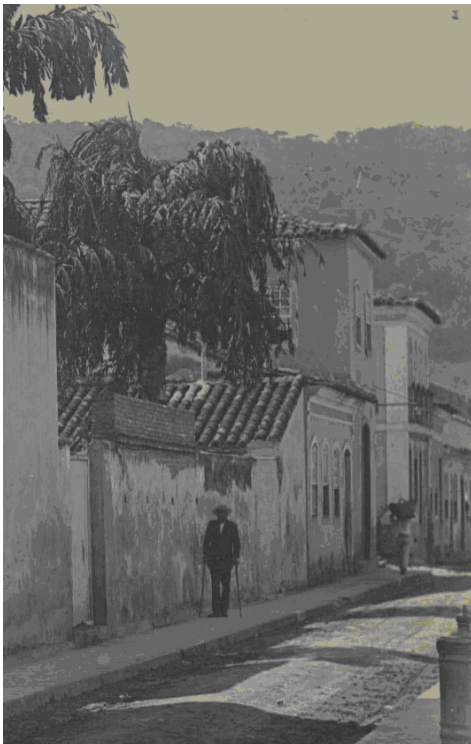
¹¹³ Adriana Silveira Mastella. *Et al.* Cadastro de proprietários de imóveis da Rua da Pedreira de 1817. Transcrição paleográfica. Florianópolis. UFSC, 1999, página 14. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

¹¹⁴ O Argos, 19 de agosto de 1857, número 174. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina

¹¹⁵ Ianni (1960, p. 72 a 74) apresenta o mesmo número de escravos e trabalhadores livres no serviço de covaqueiro, de acordo com o recenseamento de 1872.

*“Quem precisar de pedra para obras das imediações da Praça para o Menino Deos, a mil reis por carrada: e da praça para a Figueira, pelo que se tratar; dirija-se a rua da Tronqueira casa 45”.*¹¹⁶

As casas do bairro entre a Rua da Pedreira e a Fonte Grande foram todas demolidas no início do século XX durante a política higienista. No local foram instaladas novas instituições republicanas: o Instituto Politécnico, a Escola Normal, escola pública e prédios do governo.



Rua da Pedreira, trecho com a Praça XV de Novembro, início do século XX. Rua ainda sem calçamento. No primeiro sobrado nasceu e viveu o famoso pintor Victor Meirelles, única casa que não foi demolida nesse lado da Rua da Pedreira. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Vista parcial do Bairro da Pedreira, década de 1910. O pontilhão que atravessa a Fonte Grande para acesso do caminho da Tronqueira. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

¹¹⁶ O Argos, 29 de agosto de 1857, número 178 (BPESC).

Tronqueira

A Tronqueira era o caminho que levava aos Morros a leste e tinha esse nome - segundo Manoel J. D'Almeida Coelho, (1869) - por haver ali uma tronqueira ¹¹⁷ no caminho da olaria de José Joaquim Jacques Nicós, sobre o qual se construiu a rua que ficou “direita, mas muito estreita”. ¹¹⁸ A olaria também era acessada por outro caminho que vinha da área do cortiço Cidade Nova (Atrás da Igreja Matriz, na da atual Praça Pereira Oliveira), cujo trecho próximo a olaria passou a ser Rua José Jacques. Esse local de olaria constantemente citada nas fontes históricas ficava nas imediações da vertente do Morro da nascente da Fonte Grande próximo da confluência dos antigos caminhos de José Jacques, da Tronqueira, e o do trecho sul – que iniciava na Praia do Menino Deus - do Caminho das Olarias. Essa olaria ficava próxima às barreiras de argila e fontes de água da base granítica dos Morros a Leste. ¹¹⁹ A Tronqueira era caminho mais curto da Praça até a olaria. Essa Olaria está representada na “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876. ¹²⁰

“aluga-se uma chácara com boa água de beber na rua da Tronqueira, lugar das olarias, quem quiser dirija-se a esta typografia”. ¹²¹

Em meados do século XIX, quando a condição social ainda era marcada mais pela diferença de moradia do que a localização na cidade, a Tronqueira, caminho para o Morro do Antão, reunia não só pobres, mas remediados que mantinham casas de aluguel e chácaras, próximas das olarias. Em abril de 1856, o “capitão Clemente Antônio Gonçalves, fiscal da câmara municipal, anunciava em jornal, como era comum na época, que mudara da Rua Áurea para a da Tronqueira “estrada da Rua do Morro”.¹²² Com o aumento das diferenças sociais, com a formação de uma elite que se formava com o desenvolvimento do comércio, a Tronqueira que era um caminho periférico,

¹¹⁷ Tronqueira significa: estacas que sustentam uma porteira.

¹¹⁸ Transcrição paleográfica de Bueno, 1987. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁹ Havia uma olaria bem no coração da cidade, na Rua do Príncipe, que em 1850 pertencia a Francisco Nunes da Silva, e ficava junto a sua casa numa área de 9 braças de frente e 22 de fundo - em “O Novo Íris”, de 21 de maio de 1850, número 21 (BPESC).

¹²⁰ “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876. Biblioteca do IPUF.

¹²¹ O Novo Íris, 25 de junho de 1850, número 31 (BPESC).

¹²² O Argos, 8 de abril de 1856, número 28 (BPESC).

para fora da cidade, para além da Fonte Grande, localizaria cada vez mais população pobre, principalmente no trecho inicial próximo a Fonte onde trabalhavam as lavadeiras.

*“Vende-se huma chacrinha com casa tendo água para lavar e beber, na rua da Tronqueira ao sahir desta rua para o caminho do morro; pertencente a herdeiros da fallecida Ignacia Rosa de Jesus: quem...”*¹²³

A Tronqueira na base do Antão localizava olarias onde trabalhavam alguns moradores do lugar. Em fevereiro de 1857, Ludovino José Eleutério anunciava a venda de uma olaria na Rua da Tronqueira com todos os seus pertences e terreno abundante de barro “não só para tijolos como para telhas”.¹²⁴ Dias depois, José Manoel da Silva morador da Rua Áurea reclamava ter que ser consultado sobre qualquer contrato com a olaria de Ludovino José Eleuterio pois estaria a ele hipotecada.¹²⁵

Outro dono de olaria e que tinha casinhas na Tronqueira foi Liberato Francisco da Silveira Bittencourt. No início da década de 1870, Liberato tinha olaria, engenho, terrenos no Morro e na Rua das Olarias, além de quatro casas de baixo valor na Tronqueira.¹²⁶

Com o adensamento de pobres em torno da Rua da Tronqueira, entre o final do século XIX e início do século XX, toda a área passou a ser conhecida como Tronqueira. Compreendia a área ao norte do Campo do Manejo até o entroncamento com a Rua José Jacques pela margem sul da Fonte Grande.¹²⁷

Na Tronqueira, viviam as lavadeiras da Fonte Grande, escravas libertas ou que tinham permissão para morar fora da casa de seu dono, soldados, que serviam no Quartel do Campo do Manejo, escravos libertos, trabalhadores braçais, prostitutas e os recém chegados à cidade, pobres que procuravam os cortiços.

A próxima citação representa a divisão social expressa na cidade.

¹²³ O Novo Íris, 10 de maio de 1850, número 18 (BPESC).

¹²⁴ O Mensageiro, 1 de fevereiro de 1857, anno II, número 140, página 4 (BPESC).

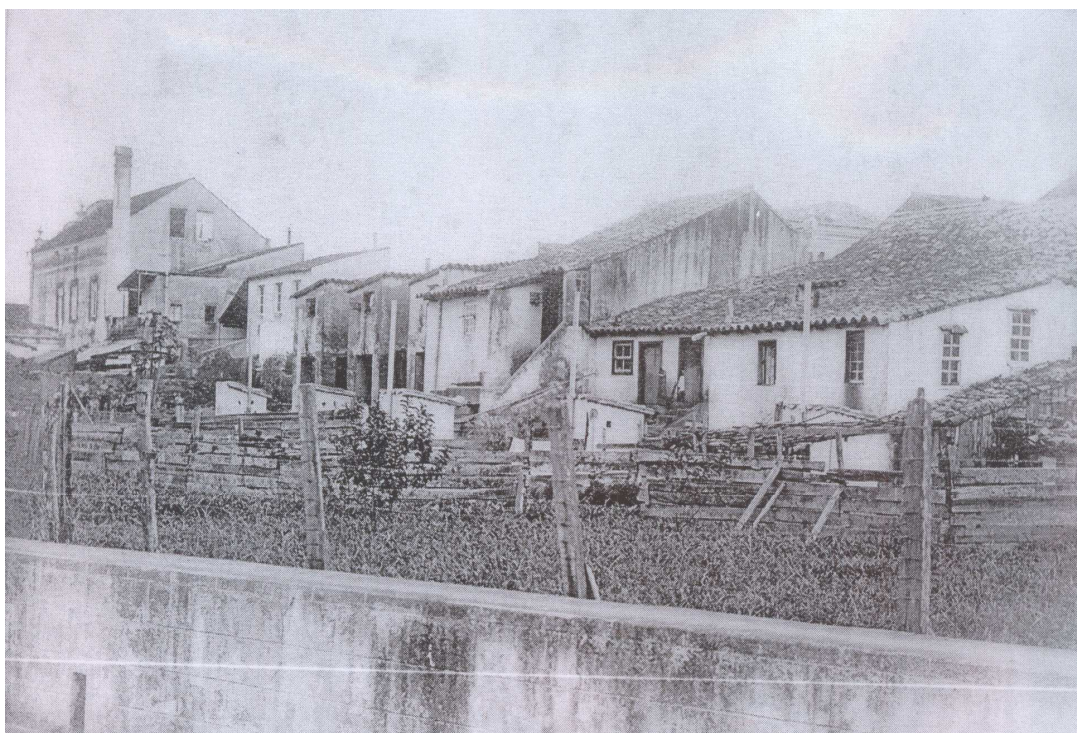
¹²⁵ O Argos, 10 de fevereiro de 1857, número 114 (BPESC).

¹²⁶ Inventário de Liberato Francisco da Silveira Bittencourt. 1874, número 2.463. Caixa F7. Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

¹²⁷ Chegamos a esta delimitação a partir das fontes históricas e dos documentos referidos ao longo da pesquisa. Paulino Jesus Francisco Cardoso (2004, p. 47) apresenta um mapa do bairro no século XIX, que delimita como Tronqueira uma área entre as duas margens da Fonte Grande, similar a que definimos.

“Na Pedreira, uma parte da Tronqueira e becos adjacentes, em miseráveis choupanas (algumas piores que as da Toca) reside uma tribo de lavadeiras de condições diversas, umas livres, outras escravas (mas com permissão para residir fora de casa) e outras escravas que só vêm lavar, este bairro quanto a habitantes do sexo masculino só conta soldados. Desta união bem se pode prever o que deva resultar. Nos cortiços da Tronqueira, espécie de colméias, somente ocupadas por zangões, são os quartos cubículos nojentos habitados promiscuamente por 8, 10 pessoas as vezes, sem distinção de sexo nem idade, de modo que tem aí as crianças uma famosa escola prática de imoralidade e devassidão.”

“- Uma vez quando vivia com um sargento do regimento de polícia, ele chegou em casa embriagado, tendo jogado e perdido tudo, queria obrigar-me a lhe dar trinta mil-réis, fosse como fosse. Quando lhe disse que não tinha e o dinheiro das roupas que eu lavava, só chegava naquele mês para pagar a casa, ele fez um escarcéu” (Um especialista. Lima Barreto, 1904).



Quintais de casinhas na Fonte Grande, início do século XX. Segundo a catalogação do Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: a foto dos quintais e fundo das casas voltadas para o córrego canalizado, é da Tronqueira. No fundo dos quintais, as casinhas construídas para os cubos de águas servidas, uma das exigências dos decretos urbanos de Emilio Blum em 1900. Na Tronqueira havia casinhas de porta e janela e casas maiores de pequenas chácaras. À esquerda uma casa grande próximo a uma chaminé, possivelmente de um forno de olaria do local.

José Jacques

Da área dos cortiços atrás da Matriz, havia um caminho que se tornou uma estrada, a do José Jacques que levava até a Fonte Grande na área das olarias no entroncamento com o caminho da Tronqueira, próximo a base dos Morros. Uma das olarias era de propriedade de José Jacques.¹²⁸ Era um caminho tortuoso, o mato crescia nas margens tampando as valas e impedindo o escoamento das águas da chuva. Em 1894, a estrada foi consertada pelo cidadão Luiz Bastos a contrato da câmara e os proprietários dos terrenos intimados a manter limpas as valas.¹²⁹ Era um caminho largo e as casas eram pequenas, porém não geminadas, tinham quintais amplos com cercas de madeira ou bambu, onde a população criava animais e o que valia a subsistência.



Caminho do José Jacques, início do século XX. Próximo à Tronqueira, segundo a catalogação do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Beco Irmão Joaquim

Os vários nomes desse “beco” estão relacionados à sua história. O Beco Irmão Joaquim, na verdade não era um beco, na época de sua construção era uma fileira de casinhas de porta e janela que ficava de frente para o campo do

¹²⁸ Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho, 1869, *apud* Bueno, 1987,

¹²⁹ Portaria 80, de 21 de fevereiro de 1894. No documento o escrivão registrou “Rua Jose Marques”, como não existe registro de uma rua com esse nome em Desterro, provavelmente a portaria se refere à Rua José Jacques. Códice 276, caixa 51, folha 84. Cópias de ofícios, portarias e editais da intendência municipal e da Câmara Municipal 1892 – 1894. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Manejo – área que servia de local de treinamento de tropas e de quartel. As casinhas tinham os quintais e fundos para a Fonte Grande, onde as lavadeiras trabalhavam. A fileira de casas começava na Praia do Menino Deus, bem ao lado da Ponte do Vinagre, até encontrar o fundo das casas da Tronqueira. A origem dessas casinhas esta ligada a Ordem Terceira da Penitência que era proprietária da área. O nome Irmão Joaquim é homenagem ao integrante da Ordem e fundador do Hospital de Caridade. Estas casinhas já existiam na década de 1800.

Em 1818, José Duarte dos Reis era um dos arrendatários de terreno da Ordem Terceira, com seis braças de frente ao Campo do Manejo e fundos para a Fonte Grande. Reis construíra uma “casa baixa” ao lado da casa de Rosa de Jesus, que também pagava foro à “Venerável Ordem”. Entre essas, a casinha de Clara Joaquina de Jesus que tinha escritura datada de 1809.¹³⁰

Segundo Cabral (1979, p. 215 e 216), a Ordem Terceira aforava algumas das casas a seus integrantes, casas que eram alugadas aos pobres. Cabral (1979, p. 322) também informa que a área do Quartel também pertencia a Ordem, que cedeu o terreno nos primeiros anos da década de 1890, ao Coronel Manoel Soares de Coimbra que construiu a primeira ala do famoso Quartel.

Outras casinhas eram aforadas por anos a particulares remediados, conhecidos na cidade “por fatos e atividades” como Roque Rodrigues Prates, com casinhas em cinco e meia braças de frente, João Omem que vivia de “alugares” e Antônio de Souza Pereira foreiro que por mais de trinta anos vivia de alugares à terceiros – pobres. Omem tinha outras propriedades, na Rua do Menino Deus oito braças de terreno reunidas a cinco e meia braças que a esposa havia herdado, treze braças reunira em 1797 no Campo do Manejo, das quais cinco construídas. Fazia parte da Irmandade do Senhor dos Passos, como coletor e distribuidor de esmolas desde 1776.

Na “Planta” da cidade de 1876, aparece designado de Rua do Pedro Soares. Também era chamado de Beco Sujo, pela pobreza do lugar. Ali viviam muitos soldados que alugavam quartos nas casinhas das lavadeiras. O Quartel

¹³⁰ Liliana Blum e Mariléia Martins Folster. Transcrição Paleográfica. Cadastro de Proprietários de Imóveis do Largo do Campo do Manejo, 1817. Florianópolis. UFSC, 1999, páginas 29, 31 e 50. Caixa 31. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

ficava de frente para o Campo do Manejo paralelo a Praia do Menino Deus, sua lateral norte ia até o “Beco Sujo”. Esse nome era uma referência pejorativa, citada pelos moradores ricos do centro da cidade durante a época sanitarista, quando as áreas pobres da cidade passaram a ser condenadas.



Casinhas do Beco Irmão Joaquim, década de 1910. À esquerda, o Quartel da tropa. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Beco Irmão Joaquim, na esquina com o Menino Deus, década de 1910. À esquerda, a amurada da Ponte do Vinagre. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



O Campo do Manejo, início do século XX. O Campo rodeado por casinhas e cortiços. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Pobres nas casas dos ricos?

Os ricos eram donos das casas dos pobres. Se considerarmos todas as referências que citamos neste e nos próximos capítulos sobre a propriedade das pequenas casas de porta e janela, estará claro que, era comum pessoas remediadas adquirir e manter casinhas simples para explorar aluguel. Era muito comum que casais, viúvas ou viúvos durante a velhice continuassem a sobreviver, além do trabalho de seus escravos (até 1888), também do aluguel de casas, uma espécie de previdência da época. Alguns alugavam uma segunda casa que herdavam ou que compraram para esta finalidade. Comerciantes, donos de olarias, de barcos, terrenos na cidade ou nas freguesias tinham casinhas para alugar nas áreas mais pobres. Alguns compraram ou construíram tantas casinhas que formavam grandes cortiços como o Cidade Nova de Luiz Molteni, que em 1894 era formado por pelo menos 19 casinhas.

Gente remediada tinha casas na Figueira para alugar aos mais pobres. Maria Joaquina Garcia que tinha casa na Fazenda da Tapera, outra casa térrea na Rua do Senado, com quatro escravos, em 1874, tinha também uma casa na Figueira, na Rua das Flores, com terreno que ia até a Rua do Imperador.¹³¹

Em 1874, a Fonte Grande estava sendo ocupada. O casal Cândida Magno Duarte Silva e Francisco Duarte Silva Junior tinham uma casa “meia água” (avaliada em 1:320\$000 réis) nova, que estava sendo ocupada, na Rua Pedro Soares (Beco Irmão Joaquim) até a margem da Fonte Grande, pelo lado do Sul confrontava com o terreno do vizinho “pardo” Miguel e pelo Norte com a viúva de Antônio Paganinho. Possivelmente, o casal tinha a meia água na Fonte Grande como uma casa para alugar, visto que, mesmo depois do falecimento de Cândida naquele ano, a casa estava sendo ocupada. O valor da meia água na Fonte Grande, apesar de nova, era bem menor que a casa térrea que o casal possuía na Rua Trajano, avaliada em quatro contos de réis (4:000\$000). O casal que não era pobre tinha uma escrava, Giovana, e possuía casas em áreas mais pobres da cidade, possivelmente para viver da renda do aluguel. Possuíam uma terceira casa “uma meia água velha” (2:000\$000 réis)

¹³¹ Juízo da provedoria dos resíduos da cidade do Desterro da capital da província de Santa Catarina. 1874. Caixa F7. Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

na Rua do Brigadeiro Bittencourt, (Tronqueira), onde também tinha um terreno com seleiro.¹³²

Também na Tronqueira, Liberato Francisco da Silveira Bittencourt – ao qual nos referimos no trecho sobre a Tronqueira - em 1874, tinha quatro casas. Liberato era rico, tinha várias propriedades, engenho de farinha com pertences, terreno de 81 metros de frente na Rua do Morro, um terreno de 33 metros de frente e outro de 5 metros na Rua das Olarias e outro na Rua do Menino Deus e uma olaria com vinte mil tijolos. Suas casas na Tronqueira eram simples, a número 67 era uma “meia água” com terreno de nove e meia braças de valor 800\$000 réis, a número 63 valia 1:000\$000 réis a número 61 avaliada em 1:500\$000 réis e a número 65 de maior valor 1:800\$000 réis, todas as casas tinham valor baixo comparados as casas térreas da área central da cidade naquele ano - como a de Francisco Duarte Silva Junior do parágrafo anterior. As casas serviam para alugar aos pobres, trabalhadores das suas olaria, já que Liberato não possuía escravos, segundo a relação de seus bens no inventário de sua morte em 1874.¹³³

Talvez, por viverem em cortiços, ou em casas que não eram suas, o povo pobre aceitaria passivamente o processo de demolições de casinhas e cortiços, que ocorreriam no Início do século XX, para dar lugar à cidade construída para a classe do comércio e da elite política. Não há nas fontes que descreveriam a expulsão da população das áreas pobres, nenhum relato de conflito ou movimento contra esse processo. Os proprietários eram indenizados e a picareta fazia o serviço.

Nomes de ruas

Pode-se relacionar a perda da cidade pelos pobres com as mudanças dos nomes de ruas, praças e cais. É verdade que se fez muita homenagem à gente próxima do povo: padres; abolicionistas; poetas, até um pedreiro, um sapateiro, motorista, um estudante e uma benzedeira; músicos; carnavalescos e professores. Porém, a maioria dos nomes de ruas foi mudado para

¹³² As avaliações referidas foram feitas por comissão de avaliadores a mando de juiz, para inventário. Inventário de Cândida Magno Duarte Silva, 1874. Caixa F7. Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

¹³³ Inventário de Liberato Francisco da Silveira Bittencourt. 1874, número 2.463. Caixa F7. Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

homenagear militares da guerra do Paraguai. Mas, o que prevaleceu mesmo foram os nomes dos figurões, até algumas esposas foram homenageadas. A maioria dos nomes de ruas trocados foi pra eternizar juízes, desembargadores, promotores, até advogados, generais, barões, políticos: prefeitos, governadores, ministros, secretários, também os influentes: jornalistas; médicos; fiscais e os comerciantes, em geral, os que tinham mais dinheiro.

Assim, nomes como Figueira, Paz, Fraternidade, Passeio, Palma, Áurea, Rosário, Iguape, Flôres, Palhoça, Carioca, Lapa, Espírito Santo, Pedra Grande, Mimosa, Alecrim, Carioca deixaram de enfeitar a cidade.

Tabela 1. Nome de ruas, travessas, becos, largos e praças: ¹³⁴

notas	Nomes antigos	Nome em 1876 ¹³⁵	Nome atual
1	Rua da Figueira – Fraternidade – Cais Igualdade	Rua da Figueira	Francisco Tolentino
2	Rua do Príncipe – do Comércio – Altino Correia	Rua do Príncipe	Conselheiro Mafra
3	Estreito - Rua de Sant'Anna	Rua de Sant'Anna	Almirante Lamego (parte oeste)
4	Caminho do Forte Santa Anna – Rua do Príncipe do Gram-Pará	Rua de São Sebastião	Almirante Lamego (parte leste)
5	Rua da Praia de Fora	Rua de São Sebastião	Bocaiúva
6	Rua do Governador – do Imperador	Rua do 1ª Tenente Silveira	Primeiro Tenente Silveira
7	Rua da Carioca – da Palhoça – 28 de Setembro	Rua 28 de Setembro	Vidal Ramos
8	Rua do Iguape – Bom Jesus	Rua de Iguape	Padre Roma
9	Rua do Segredo	Rua do Segredo	Bento Gonçalves
10	Rua dos Quartéis - do Ouvidor - São Francisco	Rua do Ouvidor	Deodoro
11	Rua da Carioca - do Bragança	Rua 7 de Setembro	Sete de Setembro
12	Rua da Palma	Rua Álvaro de Carvalho	Álvaro de Carvalho
13	Rua do Propósito - Rua da Paz	Rua da Paz	Jerônimo Coelho
14	Rua do Livramento	Rua Trajano	Trajano
15	Rua do Alecrim – Santa Isabel	Rua do Artista Bittencourt	Ruas Santos Dumond e Artista Bittencourt
16	Rua dos Moinhos de Vento – Bella do Senado – Senado - República	Rua do Senado	Felipe Schmidt
17	Rua Nova - do Passeio - Formosa – Princesa Imperial – 23 de Novembro	Rua do Senador Mafra	Esteves Júnior
18	Rua da Tronqueira - Imperatriz	Rua do Brigadeiro Bittencourt	General Bittencourt
19	Rua das Olarias – Sebastião Braga —	Rua das Olarias	Parte da Avenida Mauro entre

¹³⁴ Esta tabela se refere às ruas que são citadas no texto da tese. Para construí-la utilizei referências dos antigos nomes de ruas encontrados em fontes primárias e secundárias - documentos históricos, que foram pesquisados de forma auxiliar, durante a pesquisa sobre a pobreza. Adolfo Nicolich da Silva em seu livro Ruas de Florianópolis, de 1999, apresenta datas de mudanças de nomes de ruas conflitantes com as de Manoel J. D'Almeida Coelho, de 1869. Silva fez nesse livro um reconhecido trabalho de memória urbana de Florianópolis, porém não cita as fontes históricas e de documentos utilizados. A descrição que Coelho faz encontramos em uma transcrição paleográfica feita por Vilma R. Arrial Bueno de um antigo manuscrito que pertenceu a José Boiteux, acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Como Silva não indica suas fontes, quando encontramos datas conflitantes citamos as de Coelho por ser uma transcrição científica de manuscrito original mais antigo.

¹³⁵ Nome indicado na “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876. Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

	José Veiga		a Major Costa e Vitor Konder
20	Rua Áurea - Barão de Batovy - Ilhéus	Rua Áurea	Dos Ilhéus
21	Rua da Conceição - Augusta	Rua do João Pinto	João Pinto
22	Rua do Vigário	Rua do Coronel Fernando Machado	Fernando Machado
23	Rua da Cadeia – Constituição – do Fogo	Rua da Constituição	Tiradentes
24	Rua do Pedro Soares - Beco Irmão Joaquim	Rua do Pedro Soares	Parte da Avenida Hercílio Luz e Instituto Estadual de Educação.
25	Avenida do Saneamento	Não havia em 1876	Avenida Hercílio Luz
26	Rua do Vinagre - Menino Deus	Rua do Menino Deus	Bulcão Viana, Menino Deus
27	Rua do Desterro	Rua do Desterro	Anita Garibaldi trecho entre a Padre Miguelinho e a Hercílio Luz
28	Rua da Toca – da Bica - São Martinho	Rua de São Martinho	São Martinho. Somente parte da rua ainda existe.
29	Rua da Bica – São Pedro	Rua de São Pedro	(não identificada)
30	Caminho da Santíssima Trindade – Padre Joaquim	Caminho para detrás do Morro	Lauro Linhares
31	Rua da Pedreira - Artigos Bélicos	Rua da Pedreira	Victor Meirelles
32	Rua do Mato Grosso - Princesa – Barão de Iguatemy - Blumenau	Rua da Princesa	Almirante Alvim e Victor Konder
33	Rua de São José - Rua Emílio Blum – Avenida da Paz	Rua de São José	Emílio Blum
34	Cais Liberdade – Cais Frederico Rolla		Frederico Rolla
35	Caminho do Antão – Rua Lages	Caminho para a Santíssima Trindade	General Vieira da Rosa
36	Rua Mimosa - Camboriu		Ferreira Lima
37	Rua do Padre Domingos José – das Rosas – Rua do Açougue – da Conceição	Rua da Conceição	Saldanha Marinho
38	Rua Jaguaruna (1918)		Monsenhor Topp
39	Rua do Rosário	Rua do Marechal Guilherme	Marechal Guilherme
40	Rua Padre Joaquim - Trindade	Rua da Trindade	Rua Arcipreste Paiva
41	Rua da Lamprêa - Tijucas	Rua da Lamprêa	Críspim Mira, trecho entre a Mauro Ramos e a Almirante Alvim.
42	Rua da Fonte Grande	Rua da Fonte Grande	Rua Pedro Soares e parte da Hercílio Luz entre Anita Garibaldi e Nunes Machado.
43	Rua Rio Grande do Sul	Não havia em 1876	Rua Professor Anacleto Damiani
44	Beco do curtume - Travessa do Areião	Travessa do Areião	Trecho Sul da Avenida Mauro Ramos entre a Rua Menino Deus e Anita Garibaldi
45	Largo Municipal – Praça 17 de Novembro	Largo Municipal	Praça Getúlio Vargas (1933)
46	Rua das Carreiras	Rua das Carreiras	Frei Caneca
	Rua do Presidente Coutinho	Rua do Presidente Coutinho	Presidente Coutinho
	Beco das Lavadeiras	Beco das Lavadeiras	Ocupado, ficava na Rua Menino Deus, no início da ladeira na direção norte.
	Rua do Alecrim		Rua Santos Dumond
	Rua do Espírito Santo	Rua do Espírito Santo	Padre Miguelinho
	Beco do Quartel	Beco do Quartel	Demolido, entre as duas alas do antigo Quartel do Campo do Manejo até a raia do Menino Deus
	Rua da Lapa	Rua da Lapa	Nunes Machado
	Rua das Flores	Rua das Flores	Pedro Ivo
	Rua da Floresta – Silvado (ver que rua e essa e citar o que diz Coelho)		
	Rua do Campo	Rua do Campo	Anita Garibaldi, trecho da General Bittencourt a Mauro Ramos
	Rua Curitiba	Não existia em 1876	Clemente Rovere
	Rua do Francisco Luis – Uruguai	Rua do Francisco Luis	Hermam Blumenau
	Rua do Brito	Rua do Brito	Alves de Brito
	Rua do Major Costa	Rua do Major Costa	Major Costa e parte da Travessa Jornalista Osvaldo Mello
	Caminho para o Sul da Ilha (Trecho	Rua da Rainha	Rua Silva Jardim

inicial)			
Rua do Victorino de Menezes	Rua do Victorino de Menezes	Hoepcke	
Rua do Capitão Paulino	Rua do Capitão Paulino	Trecho da Rio Branco entre a Almirante Alvim e a Visconde de Ouro Preto.	
Rua de São Marcos	Rua de São Marcos	Altamiro Guimarães	
Rua do José Jacques	Rua do José Jacques	José Jacques e Araújo Figueiredo	
Travessa do José Jaques	Travessa do José Jaques	Travessa Olindina A. Pereira	
Travessa do Brigadeiro Bittancourte	Travessa do Brigadeiro Bittancourte	Prédios “paredão Avenida Hercílio Luz e Travessa Jornalista Osvaldo Mello	
Travessa do Menino Deus	Travessa do Menino Deus	Ocupada, na Rua do Menino Deus início da ladeira em direção ao Mar.	
Travessa João Pinto	Travessa João Pinto	Travessa Ratclif	
Travessa de Santa Barbara	Travessa de Santa Barbara	Ocupada, em frente ao Forte Santa Barbara até a Rua João Pinto.	
Travessa Julia Pereira	Travessa Julia Pereira	Rua Mario Couto	
Largo da Matriz – do Palácio – Praça Barão da Laguna	Largo do Palácio	Praça XV de Novembro	
Largo da Carioca – Da Fonte do Ramos – Largo do Coronel Fagundes	Largo do Coronel Fagundes	Praça Pio XII	
Praça do Congresso	Não havia em 1876	Praça Pereira Oliveira	
Campo do Manejo – Praça do General Osório	Praça do General Osório	Instituto Estadual de Educação	
Largo Treze de Maio	Não havia em 1876	(trecho Sul) Avenida Mauro Ramos, área do ministério publico e tribunal de contas do Estado de Santa Catarina.	
Forte São Francisco Xavier – Largo da Rua do Senador Mafra – Praça Floriano Peixoto	Largo da Rua do Senador Mafra	Praça Esteves Júnior	
Largo de São Sebastião	Largo de São Sebastião	Largo de São Sebastião	
Largo do Brigadeiro Bittancourte	Largo do Brigadeiro Bittancourte	Esquina da Rua General Bittencourt e Avenida Hercílio Luz (ocupado).	
Largo da Princesa	Largo da Princesa	Largo Benjamim Constant	

Fonte: Os nomes das ruas, largos e praças sem referências específicas de leis ou autores são citados ao longo do texto a partir dos documentos pesquisados.

- 1) Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (1869), já tinha o nome de Figueira em 1808 (transcrição paleográfica de Bueno 1987). A lei 586, de 18 de outubro de 1927 mudou o nome de então, de Fraternidade para Francisco Tolentino (Código 340, caixa 30 - Arquivo Histórico do Município de Florianópolis). Parte da Rua entre a Rua Sete de Setembro e o Mercado era o Cais Igualdade, nome que consta na “Planta Topographica da Cidade do Desterro”, de 1876 (Biblioteca do IPUF).
- 2) Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (1869, *apud* BUENO, 1987), a designação de Rua do Príncipe é de 1806 ou 1807 por ordem do governador Luiz Maurício da Silva.
- 3) Antigo caminho que levava ao estreito de mar entre a Ilha e o Continente.
- 4) O mesmo nome da Praia (hoje aterrada – onde esta via Beira-Mar Norte). Passou a ser São Sebastião depois da construção da Igreja do Santo, segundo

Coelho (*ibidem*) a mudança foi em 1865. Na “Planta Topográfica da Cidade do Desterro” de 1876, aparece como São Sebastião.

- 5) Antigo caminho que ligava o Forte de Sant’ Anna a Praia de Fora. Em 1885 a câmara aprovou a mudança para Rua do Príncipe do Gram-Pará (sic), o trecho desde o Largo de São Francisco Xavier - onde ficava o forte de mesmo nome na atual Praça Esteves Junior – para Oeste ao longo da praia até a parte sinuosa do caminho que continuava como “rua que vai para o Forte de Sant’Anna”, em sessão ordinária de 25 de abril de 1885 (Códice 257, caixa 22. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis).
- 6) Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (*ibidem*), tinha o nome Governador, por ser um antigo caminho que levava à chácara de um dos governadores da província. Essa chácara, em 1869, pertencia aos herdeiros de Estanislao Antônio da Conceição. Em 1865 a câmara municipal mudou o nome para Rua do Imperador.
- 7) Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (*ibidem*), o nome “Carioca” foi designado em 1808 e se refere a uma cisterna construída pelo governo de Joaquim Xavier Curado em 1802 ou 1803. Em 1869 já era designada de 28 de Setembro. Segundo Adolfo Silva (1999, p. 135) também foi designada de Rua da Palhoça.
- 8) Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (*ibidem*), até 1865 foi chamada de Beco do Iguape por nela residir um homem de nome José Francisco que festejava todos os anos São Bom Jesus D’Iguape. Em seu manuscrito de 1869, Coelho se refere à rua apenas como Bom Jesus.
- 9) Até 1889 (SILVA, 1999, 133).
- 10) Em um “Resumo histórico dos bens pertencentes à Ordem Terceira de São Francisco”, apresentado por Sérgio Nolasco de Oliveira Paes, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina, volume II, 1913, (*ibidem*), página 89, a rua assim é referida: “terreno com frente aos quartéis da régia rua” e que só depois foi Rua do Ouvidor. Somente em 22 de outubro de 1754 é que o rei ordenou que se fizesse na vila obra para aquartelar 240 soldados e seus oficiais. Em “Documentos para estudo da Historia Catharinense”, revista Trimensal *ibidem*, página 83. Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (*ibidem*), designada “Do Ouvidor” desde que nela residira o primeiro ouvidor da província Manoel José de Faria entre 1750 e 1762.
- 11) Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (*ibidem*), até 1865 era Beco do Bragança.

- 12) Segundo Manoel J. D'Almeida Coelho (*ibidem*), os antigos moradores alcançavam por ali uma palmeira. Silva (1999, p. 133) indica que o nome foi alterado em 1874.
- 13) Em um “Resumo histórico dos bens pertencentes à Ordem Terceira de São Francisco”, apresentado por Sérgio Nolasco de Oliveira Paes (*Ibidem*), a rua ao fundo da Igreja de São Francisco chamava-se do Propósito. Nolasco se refere ao tempo de construção da Igreja São Francisco, segunda metade do século XVIII. Segundo Manoel J. D'Almeida Coelho (*ibidem*), já era designada “Da Paz” em 1808 “pelo sossego que ali reinava”. Em sessão ordinária de 25 de abril de 1885, a câmara aprovou a mudança para Jerônimo Coelho (Código 257, caixa 22 – Arquivo Histórico do Município de Florianópolis).
- 14) Segundo Manoel J. D'Almeida Coelho (*ibidem*), designada de Livramento desde 1753 ou 1754, depois que Thomaz Francisco da Costa instalou na esquina de sua casa um oratório a nossa Senhora do Livramento – segundo Silva (1999, p. 66) essa casa ficava na esquina com a Rua do Príncipe (Felipe Schmidt) onde esta hoje o conhecido “Café Ponto Chic”. Coelho supunha que o oratório fora arrancado pela época da independência. Thomaz, comerciante, era o pai de Joaquim João da Costa, o Irmão Joaquim, nascido em 1761 - que construiu o Hospital de Caridade. Segundo Silva (1999, p. 66) o Irmão nascera na hora em que passava a procissão de Nossa Senhora do Livramento. Adulto, ele trocara o sobrenome Costa por Livramento em homenagem à Santa. Em 1922, foi construída a Escola Normal onde hoje esta o jardim do Museu Cruz e Souza, na esquina com a Rua Tenente Silveira, em sua parede foi colocada outra imagem em horatório para homenagem a santa, que, segundo Silva, também foi roubada.



Oratório no prédio da antiga Escola Normal, início do século XX. Demolido, atual jardim do Museu Cruz e Souza. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

- 15) Segundo Manoel J. D'Almeida Coelho (*ibidem*), o nome Alecrim perdurou por mais de cem anos, em 1865 passou a Santa Isabel. Silva (1999, p. 133) indica o ano de 1876 a mudança para Artista Bittencourt.

- 16) Segundo Manoel J. D'Almeida Coelho (*ibidem*), foi aberta pelo governo de João Alberto de Miranda Ribeiro no ano de 1794 ou 1795. Em 1808, tinha o nome de Bella do Senado e em 1865: Senado. Em 1889, passou a ser República (SILVA, 1999, p. 134).
- 17) Rua Nova, que Cabral (1971, p. 8 e 9) acreditava ser a atual Esteves Júnior. Manoel J. D'Almeida Coelho (*ibidem*) informa que a rua também já foi designada de Rua da Praia de Fora. Possivelmente por ser o caminho mais curto que levava da antiga póvoa à Praia de Fora e mais antigo que a rua paralela à praia, que passou a ter essa designação. Coelho indica que foi aberta em 1798 ou 1796 no Governo de José Alberto de Miranda Ribeiro, porém, essa data deve ter sido de alargamento ou melhoramento sobre o antigo caminho que já existia e levava ao Forte São Francisco Xavier na mesma praia. Segundo Coelho foi Rua do Passeio até 1865 quando a câmara a mudou para "Formosa". Na "Planta Topográfica" da Cidade do Desterro de 1876 é designada de Senador Mafra. Em 1885 a câmara aprovou a mudança para Rua Princesa Imperial, em sessão ordinária de 25 de abril de 1885 (Código 257, caixa 22 – Arquivo Histórico do Município de Florianópolis). Por alguns anos foi Rua 23 de Novembro, em 1893 já se chamava Esteves Junior (Código 276, caixa 51, folha 31, Arquivo Histórico do Município de Florianópolis).
- 18) Segundo Manoel J. D'Almeida Coelho (*ibidem*), em 1808, já era assim designada por haver ali uma tronqueira no caminho da olaria de José Jacques sobre o qual se construiu a rua. Em 1865 a câmara mudou o nome para Imperatriz.
- 19) Em sessão ordinária em 25 de abril de 1885, a câmara aprovou mudança do nome de uma Rua Olarias para Sebastião Braga (Código 257, caixa 22 – Arquivo Histórico do Município de Florianópolis). Em 1869, Manoel J. D'Almeida Coelho lista a Rua Olaria como "um caminho torto com algumas olarias de tijolo de um lado". Em 1874, Liberato Francisco da Silveira Bittencourt tinha terrenos na Rua da Tronqueira, no Morro e na Rua das Olarias, nesses terrenos tinha casas, engenho, e uma olaria, o provável é que as olarias ficassem no início do Morro na junção das ruas da Tronqueira e das Olarias.
- 20) Segundo Manoel J. D'Almeida Coelho (*ibidem*), foi "o" lugar onde foram instalados os "ilhéus" dos Açores. O historiador Walter Piazza (1992, p. 371), descreve que o brigadeiro José da Silva Paes mandou assentar os casais açorianos da primeira leva de imigrantes, na vila de Desterro, principalmente

ao longo da rua que passou a se chamar de Ilhéus. Foi designada Rua Áurea em 1806 ou 1807, no governo de Luiz Maurício. Em sessão ordinária em 25 de abril de 1885 a câmara aprovou a mudança para Rua Barão de Batovy (Código 257, caixa 22 – Arquivo Histórico do Município de Florianópolis). Atualmente é designada de Ilhéus.

- 21) Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (*ibidem*), Conceição por ter numa esquina um oratório à invocação da santa, Em 1806 ou 1807, durante o governo de Luiz Mauricio recebeu o nome de Augusta.
- 22) Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (*ibidem*), porque ali residiu durante muitos anos o vigário Ignácio José Galvão. Em 1869, era “torta, estreita em grande parte e mal calçada”.
- 23) Rua da esquina com o Largo da Matriz onde ficava o prédio da câmara cujo térreo servia de cadeia. Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (*ibidem*), em 1865 passou a ser Rua da Constituição. Adolfo Nicolich da Silva (1999, p. 135) indica que também foi designada “do Fogo”.
- 24) Beco de casinhas de porta e janela construídas no terreno pertencentes à Ordem Terceira da Penitencia, fundada em 1745 - de acordo com Henrique da Silva Fontes em “A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu Hospital e aqueles que o fundaram”. 1965, p. 62 e 63. A Ordem fundou a Irmandade do Senhor dos Passos que, em 1789, fundou uma casa de caridade aos pobres, pelo trabalho do franciscano Francisco de Assis, o Irmão Joaquim, que nasceu em Desterro em 1761 - de acordo com Oswaldo Cabral (1979, p. 190 e 191) e jornal A Fé, número 1, de 31 de agosto de 1903. Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (*ibidem*), se chamou “do Quartel” por ser lugar do “transite das tropas”. Formava uma rua entre as casinhas e o quartel das Tropas. As casas foram demolidas para a construção da Avenida do Saneamento – atual Hercílio Luz.
- 25) Tinha essa designação no tempo de sua construção durante o governo de Hercílio Luz, com a inauguração em 1922, serviu para homenageá-lo.
- 26) Caminho da Fonte Grande até a capela do Menino Deus no Morro da Boa Vista e seguia pelo bairro da Toca rumando ao caminho para o Sul da Ilha como Rua São Martinho no trecho inicial. Segundo Lucas Alexandre Boiteux (1919, p. 78) em “A Ponte do Vinagre” (revista do IHGSC) em 1764, era Rua do Vinagre. Deu nome a famosa ponte construída sobre a Fonte Grande. Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (*ibidem*), passou a ser “Do Menino Deus” em 1865. Atualmente apenas o trecho da Avenida Mauro Ramos até o Hospital de Caridade mantém o nome Menino Deus.

- 27) Segundo Manoel J. D'Almeida Coelho (*ibidem*), era pouco habitada em 1869. Segundo Nicolich da Silva (1999, p. 133) também foi Rua da Padroeira e Rua do Orago.
- 28) Hoje só resta um pequeno trecho dessa rua que era a parte inicial do caminho que seguia para o Sul da Ilha. Segundo Cabral, em "Douro litoral" (página 17), a Rua tortuosa de pedras e casinhas de porta e janela antes de ser São Martinho era Rua da Bica. Um trecho da rua foi acampada como terreno do Hospital do Exército.
- 29) Segundo Manoel J. D'Almeida Coelho (*ibidem*) passou a ser São Pedro em 1865.
- 30) A câmara aprovou a mudança para Rua Padre Joaquim em sessão ordinária em 25 de abril de 1885 (Código 257, caixa 22 – Arquivo Histórico do Município de Florianópolis).
- 31) A câmara aprovou a mudança para Rua Victor Meirelles em 1885 (Código 257, caixa 22 – Arquivo Histórico do Município de Florianópolis).
- 32) Em sessão ordinária em 25 de abril de 1885 a câmara aprovou a mudança de Rua Princesa para Rua Barão de Iguatemy (Código 257, caixa 22 – Arquivo Histórico do Município de Florianópolis). Silva (1999, p. 135) indica também o nome Blumenau para o trecho que hoje é a Rua Victor Konder.
- 33) Pela resolução 189, de 7 de julho de 1919, a superintendência municipal mudou o nome da Rua Emílio Blum para Avenida da Paz. Em 14 de outubro de 1921 a lei 505 revogou a resolução anterior e novamente denominou a rua de Emilio Blum (Código 340, caixa 30 - Arquivo Histórico do Município de Florianópolis).
- 34) A atual Rua Frederico Rolla é o antigo Cais Liberdade (aterrado em 1975). O nome Cais Liberdade foi mudado pela lei 586 de 18 de outubro de 1927, para Cais Frederico Rolla (Código 340, caixa 30 - Arquivo Histórico do Município de Florianópolis).
- 35) O caminho que ligava a cidade com a cumeeira do Morro do Antão deu origem a Rua da Tronqueira e na parte do Morro a Rua Lages.
- 36) Sobre a designação Mimosa, Silva (1999, p. 134). Sobre a designação Camboriu, Código 323, caixa 58 – Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.
- 37) Segundo Silva (1999, p. 135). Para Cabral, no início as ruas não tinham nome certo e eram conhecidas por certas circunstâncias que lhes tornavam conhecidas. Assim, a Rua do Padre Domingos José tinha esse nome certamente por nela ter residido o sacerdote (em Nossa Senhora do Desterro:

- casas, sobrados, chácaras, página 6). Nessa rua também funcionava o açougue da cidade.
- 38) Em 1918, o superintendente municipal Dorval Melchiades, pela resolução 133, designava a rua, ainda sem nome oficial, de Jaguaruna (Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis). Segundo Silva (1999, p. 135) essa rua é a atual Monsenhor Topp.
- 39) Pela lei 591 de 28 de outubro de 1927, o trecho da Rua Marechal Guilherme entre a Rua Visconde de Ouro preto e Pedro Soares passou a ser Rua Araújo Figueiredo (Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930 (Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico Município de Florianópolis).
- 40) A Rua Arcypreste Paiva era a Rua da Trindade (revista O Olho, 25 de julho de 1916, ano I, número 17), já tinha esse nome na “Planta Topographica” de 1876.
- 41) Segundo Pereira (2002, p. 81), Teve o nome de Rua Tijucas.
- 42) A “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876, indica que a antiga Rua da Fonte Grande unia a margem do córrego da Fonte Grande na atual Rua Pedro Soares atravessando o terreno do atual Colégio Coração de Jesus, até encontrar o início da antiga Rua do Francisco Luis, atual Hermam Blumenau.
- 43) O superintendente municipal Heitor Blum em 11 de junho de 1929, deu nomes a várias ruas recém abertas que subia o Morro do Antão. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.
- 44) Veiga (1990) apresenta uma lista das ruas de Desterro referentes ao ano de 1819 (citando Cabral, “Notícias” p. 113 a 146), em que o trecho sul da atual Avenida Mauro Ramos, o caminho que seguia do Largo Treze de Maio na altura da Rua do Menino Deus em direção Norte, é chamado Beco do Curtume. De certo encontrei uma referência no jornal “O Novo Íris”, de 29 de outubro de 1850, número 66, sobre casas no campo do manejo que ficavam com fundos para o Rio do Curtume, possivelmente o Rio da Fonte do Campo do Manejo que está representado na “Planta Topographica da cidade do Desterro”, de 1876.
- 45) De acordo com Pereira (2002, p. 81), a Praça chamou-se 17 de Novembro entre 1900 e 1930 em referência ao dia em que Santa Catarina aderiu ao Regime Republicano após a revolução entre 1893 e

1894. Segundo Silva (1999, p. 134) a Praça chamou-se 17 de novembro até 1933.

- 46) O código de Posturas da cidade do Desterro, a lei 222 de 10 de maio de 1845, proibiu que cavaleiros corressem a galope pelas ruas da cidade e freguesias e proibiu as carreiras de cavalo dentro da cidade. Possivelmente as carreiras (corridas com cavalos) passaram a ser realizadas nessa rua, que era naquele tempo, o início do caminho para fora da cidade ao Norte, na Pedra Grande.

Capítulo III

O povo pobre de Nossa Senhora do Desterro

*“Um lamento triste sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativoiro
E de lá cantou”* ¹³⁶

Os relatos dos viajantes sobre a Desterro do século XVIII retratam uma população hospitaleira e de vida simples, pobre comparada a outras províncias e a Europa. Naquele tempo, continuava a miscigenação entre os habitantes do Paraíso – os índios - os europeus, principalmente açorianos, e os africanos comprados escravos.

“É uma gente bonita de corpo e de apparencia, tanto os homens como as mulheres, iguais a gente daqui; somente são queimados pelo sol porque andam todos nus, moços e velhos, e nada tem que encubra as partes vergonhosas”. ¹³⁷

O povo aumentava na Desterro do século XIX, cada vez mais mestiço. A vida do porto ia misturando as pessoas, negros escravos e libertos, soldados da terra e de tropas estacionadas, marítimos pescadores, marinheiros da cidade, vindos de outras províncias e países, imigrantes, pessoas degradadas, mendigos, mulheres abandonadas, viúvas, prostitutas e vadios que viviam entre os colonos proprietários de um pedaço de terra, mestres de ofícios urbanos, ambulantes e pequenos comerciantes, principalmente de peixe seco, bebidas espirituosas, pão, frutas, lenha e farinha. Além de tentarem sobreviver em Desterro, indigentes a procuravam por causa do hospital de caridade.

Durante o período de expansão e domínio português do litoral e terras meridionais, das disputas com espanhóis e das revoltas internas, a importância militar da Ilha, fez de Desterro, além de uma cidade de marítimos, uma cidade de soldados dos regimentos de tropas estacionadas e em trânsito. Entre toda

¹³⁶ Canto das três raças. Mauro Duarte e Paulo Cesar Pinheiro.

¹³⁷ Descrição dos indígenas, de Hans Staden no primeiro livro publicado sobre o Brasil, de 1557. Capítulo VIII. “Que apparencia apresenta esta gente”. Caput IX. Traduzido por Tristão de Alencar Araripe em linguagem vernácula na Revista Trimensal do Instituto Geographico Brasileiro. Tomo LV. Parte 1. Rio de Janeiro, 1882. Consultado durante a exposição do Instituto Martius Staden na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, em 05 de novembro de 2007.

essa gente comum, pobre, abandonados, muitos inválidos, havia os que se dedicavam as mais diferentes artes de viver e de ganhar a vida. Manuel Antônio de Almeida em seu único romance “Memórias de um sargento de milícias” escrito em 1852 e 1853, descreve ofícios e artes de vida da primeira década do século XIX, algumas já extintas com aquele tempo: além das parteiras, os mestres-de-reza, velhos e cegos que andavam pelas casas ensinando a rezar os filhos, crias e escravos; os que viviam de dar fortuna, adivinhar o futuro e influenciar a vida para o bem ou mal; os valentões, que viviam de dar pancadas por dinheiro; os curandeiros, boticários sem permissão da lei; banqueiros de roda jogo, que organizavam certo número de pessoas em casas clandestinas ou lugares afastados para uma jogatina. Além desses, eram comuns os agregados, que podiam ser utilizados como empregados no trabalho da casa, mas geralmente vadios, sem ofício, que viviam à custa alheia, dependentes de alguma família.



O povo na Praia do Antigo Mercado, final do século XIX. O Mercado foi demolido em 1896. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

O povo pobre e seu refúgio: o Hospital de Caridade

O Hospital de Caridade no Morro da Boa Vista, desde o final do século XVIII, é a principal instituição filantrópica da cidade. Foi um local de amparo aos pobres durante todo o século XIX.¹³⁸ Atendia os degradados, prostitutas, doentes, velhos, marinheiros e escravos abandonados. Recebia crianças abandonadas – enjeitados – e mantinha uma estrutura de criação e educação com mestres de ofício para meninos e escola para meninas internas. Muitos escravos doentes, libertados por seus senhores, entregavam-se ao Hospital, que os acolhia no restante da vida. A irmandade do Senhor dos Passos que mantinha o Hospital, acolhia os mais pobres com esmolas, remédios e enterramentos.

Os registros dos internos no Hospital de Caridade da cidade entre 1801 e 1810 guardam um retrato da população pobre.¹³⁹ No início do século XIX, os hospitais de caridade e as Santas Casas de misericórdia atendiam os mais pobres e indigentes. Ricos e remediados que tivessem família com algum recurso eram tratados em suas casas.¹⁴⁰ Apesar de não servir como dado para se comparar o total da população, por não conter registros dos não pobres, os registros do Hospital de Caridade revelam alguns dados sobre quem eram e como viviam os mais pobres na cidade.

Os mais pobres eram mendigos, indigentes, pessoas degradadas, abandonadas que não tinham onde morar, que perambulavam pelo porto, pelas

¹³⁸ Em 25 de janeiro de 1744, a pedido da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Desterro chegava a vila Frei Alexandre de Santa Cruz. Em setembro de 1745, o Frei fundou a Ordem Terceira da Penitência para cuidar de pobres enfermos. De acordo com Henrique da Silva Fontes em *A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu Hospital e aqueles que o fundaram* (1965, p. 62 e 63). Em 1789, foi fundada uma casa de caridade aos pobres, pelo trabalho do franciscano Irmão Joaquim. Francisco de Assis, o Irmão Joaquim, filho de açorianos, nascido em Desterro em 1761. De acordo com Oswaldo Cabral (1979, p. 190 e 191) e jornal A Fé, número 1, de 31 de agosto de 1903 (BPESC).

¹³⁹ Livro de registros de pacientes (indigentes) 17/01/1801 a 23/01/1822. Centro de Memória Professor Henrique da Silva Fontes – Hospital de Caridade.

¹⁴⁰ Quando alguém que vivia na cidade adoecia, se podia pagar, procurava ajuda de um médico, em casos remediados: um boticário ou um sangrador. Esses homens, que em geral não tinham título de cura, forneciam drogas não só a médicos e pacientes, mas também vendiam drogas suspeitas e venenosas a escravos e pessoas estranhas, para fins alucinógenos ou envenenamentos. Alteravam drogas, charlatões dos líquidos milagrosos. Esses homens eram conhecidos, numa sociedade em que a morte era muito presente, tanto pela possibilidade constante das epidemias como pelas poucas possibilidades de escapar das enfermidades.

ruas, Igrejas e tavernas tentando arranjar a sobrevivência diária. Muitas dessas pessoas acabavam debilitadas ou doentes pela falta de alimentação, vícios, e violências. Eram os mais expostos às doenças e epidemias e acabavam passando pelo Hospital para tentar alívio para suas feridas e doenças ou para não morrer na rua. Eram chamados de homens pobres, pobres degradados ou simplesmente degradados, Salvadores, Xavieres, Bernardos, muitos eram velhos vindos de outras províncias através do porto. Uma grande parte dos atendidos era de marítimos, Jerônimos, Franciscos, Jovêncios, gente de longe sem recurso, com chagas, escorbuto, com venérias. Marinheiros velhos livres, libertos ou escravos que não serviam mais ao mar, eram então abandonados no porto, acabavam recolhidos ao Caridade. Outros entregues à bebida e as brigas eram levados estropiados, doentes, surrados, esfaqueados.

Os portos eram os pontos de ligação do principal meio de transporte e comunicação da época, a navegação, e conectavam pessoas e doenças de varias partes do mundo. Outros, sem ninguém na cidade, estrangeiros, portugueses, ingleses, espanhóis, com venérias, chagas, feridas, facadas, recorriam ao Hospital. Muitas viúvas Efigênicas, Balbinas, sem família procuravam o hospital para curar suas chagas do peito e para morrer.

O maior grupo entre os pobres, e que vivia em piores condições, eram os negros, escravos ou libertos. Não tinham nem mesmo sobrenome, Manoeis, Nicolaus ou simplesmente “escravo ou escrava de tal senhor, “preto ou preta forra”, alguns, de outras províncias e origem africana, principalmente Mina e Angola. Acontecia de forros africanos serem registrados com sobrenome, em 6 de abril de 1801, o “preto forro” Jorge Castilho 26 anos natural de Gabiza, prisioneiro de navio inglês, deixava o hospital depois de dois dias internado doente do estômago. Outro com sobrenome: o forro mina Jorge Vidal que faleceu de chagas em 22 de fevereiro do mesmo ano.

Quando não serviam mais ao trabalho para seus senhores¹⁴¹

ou para serem alugados, quando não lhes davam mais lucro, quando não os sustentavam mais no ganho diário, na jornada das ruas e nas quitandas, quando perdiam as forças para trabalhar a terra ou pescar, nas cozinhas das casas ou comércios, quando envelheciam, quando não serviam

¹⁴¹ Utilizei o termo “senhor” de escravo, proprietário, dono, para os que possuíam um escravo para o trabalho e o termo “escravista” para os que obtinham lucro no comércio, contrabando e tráfico escravo.

mais ao comércio escravo ou quando adoeciam, era comum acabarem abandonados ou alforriados, alguns eram doados ou se doavam às irmandades religiosas ou ao hospital - negros e negras da casa. Um escravo doente tinha que ser tratado a custos de seu senhor, estes, para não ter despesas, alforriavam ou abandonavam seus escravos. Isto se confirma pelos relatos de 1815 do naturalista francês Adalberto Von Chamisso. Seus relatos informam que o governo de Santa Catarina trazia anualmente de cinco a sete navios negreiros, cada um com cerca de cem escravos principalmente do Congo e de Moçambique, para substituir os escravos que morriam a cada ano. Segundo Chamisso, os escravistas preferiam consumir as forças de cada escravo o mais rápido possível, substituindo-os logo por nova compra do que mantê-los por muito tempo.

Havia também os mestiços livres, pobres, sem terra, casa, profissão ou trabalho. Numa sociedade baseada no trabalho escravo não lhes restava muito, talvez viver como artesão, soldado, marinheiro, ou vadio. Um jornal de Desterro “O Argos” publicou, entre 4 de janeiro e 3 de outubro de 1856, dezoito anúncios de venda, troca e compra de escravos para os mais diversos tipos de trabalho na cidade e na Ilha e apenas dois anúncios de trabalho remunerado dirigidos à pessoas livres no mesmo período. O trabalho que poderia ser pago a uma pessoa livre geralmente podia ser feito por um escravo de aluguel.

*“Precisa-se de um homem livre, ou mesmo de algum preto captivo, que entenda de plantações e saiba tratar de uma chácara; quem se achar nesta circunstancia e quizer se alugar, dirija-se a rua do Passeio chacara dos herdeiros do finado Martins Vieira”.*¹⁴²

Outros pobres eram: as prostitutas brancas, mestiças, estrangeiras e negras, libertas e escravas no ganho da profissão sustentando seus senhores; mulheres degradadas, abandonadas até mesmo de outros países; os “expostos” - crianças rejeitadas, abandonadas nas portas das casas ou no Hospital, para não acabarem ao relento mortas devoradas por cães e formigas; prisioneiros; forasteiros; mulheres solteiras sem ninguém; idosos abandonados, que mendigando por não poderem mais trabalhar, recorriam ao Hospital. Muitos desses pobres próximos à morte, procuravam as Igrejas ou o Hospital

¹⁴² O Argos, 7 de outubro de 1856, número 79 (BPESC).

para ter certeza que, mesmo sem ter nada nem ninguém, seriam ao menos sepultados.

Desde 1782, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos além da assistência aos enfermos pobres, passara a dar sustento, remédios e sepultamento no cemitério da Irmandade. Essa caridade tinha uma contrapartida dos próprios pobres depois de curados, eram mandados de casa em casa recolher esmolas para o hospital.¹⁴³ Os registros da década de 1800 mostram que ainda havia sepultamentos na Capela, mas os pacientes dos grupos mais pobres eram enterrados num cemitério atrás do Hospital. Os irmãos no cemitério principal e os escravos e degradados num cemitério oposto.

Na tabela 2, identificamos as pessoas atendidas no Hospital de Caridade em grupos que formavam a população pobre de Desterro durante a década de 1800. Os dados referentes aos internamentos não possibilitam fazer relações com o total da população da cidade, visto que somente os mais pobres eram atendidos no Hospital, porém retrata essa população.

Os escravos e libertos eram maioria entre os mais pobres, mas os escravos nem sempre eram levados ao Hospital, pereciam antes, pois era obrigação dos escravistas: tratá-los. Os marítimos assim como os estrangeiros em geral, não possuíam casas ou terras na cidade, viviam da vida nos navios, nos cortiços, estalagens, no porto ou em trânsito formavam dois dos grupos que mais recorriam à caridade do Hospital. Havia muitos marítimos em Desterro e por toda Ilha eram encontrados. Sobre os marítimos Saint-Hilaire relata que os homens da Ilha eram criados no mar nas canoas que eram ótimos marinheiros e que para não servir a milícia grande número resolvia viver embarcado (1936, p. 165).

Outro grupo de pessoas pobres era o de viúvas, sem família que as amparassem, que procuravam o Hospital, principalmente para morrer. Consideramos entre os mais pobres aqueles que foram sepultados no cemitério do Hospital, os remediados e irmãos eram sepultados dentro das Igrejas. Entre os outros pacientes estavam crianças e mulheres solteiras abandonadas, pessoas que moravam na cidade, mas sem nenhuma referência específica sobre quem eram. Os descritos como: pobres; pobres degradados

¹⁴³ Nereu do Vale Pereira (organizador). *Memória histórica da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos*. Volume 1; páginas 201 e 202; 1997

ou simplesmente degradados, incluía os mendigos, os que não tinham trabalho, local certo de moradia, os abandonados, os entregues a bebida, ou dos quais não se tinha nenhuma referência. Pessoas da vila e de outras freguesias da Ilha, das vilas próximas do continente, de outros lugares da província e de outras províncias que procuraram o hospital, “estoporados”, com febres malignas, com chagas corrosivas, doentes de bulbos - os vadios - maioria mestiços - que livres viajavam entre as províncias em busca de sobrevivência.

Os internados no hospital que viviam em Desterro, eram simplesmente registrados como “morador dessa vila”. Não há nos registros, nenhuma referência sobre o local específico de onde vinham os pacientes da vila, o que parece natural num local de casinhas parecidas e de maioria pobre, vivendo por toda parte. Ainda ou não havia ou não importavam divisões específicas.

Tabela 2. Pacientes do Hospital de Caridade, registrados entre 1801 e 1810.¹⁴⁴

pacientes		%
Pobres ou degradados	77	15,4
Marítimos	45	9,0
Negros libertos	44	8,8
Escravos	26	5,2
Viúvas brancas	22	4,4
Estrangeiros	21	4,2
Enterrados no cemitério	16	3,2
Outros pacientes	248	49,8
Total atendidos	497	

As mais antigas representações de Nossa senhora do Desterro foram feitas com perspectiva do Morro da Boa Vista, a Colina do Menino Deus, do plano do Hospital de Caridade, local que os viajantes visitavam para observar a cidade e as baías. A pintura de Zimmermann feita em 1808, mais dos que uma representação da cidade marítima que esta ao fundo, é uma representação do povo. Em primeiro plano estão: uma pessoa comum encapuzada – talvez um paciente do Hospital; um mendigo, com seu cajado e chapéu pedinte um

¹⁴⁴ Tabela construída a partir dos registros do Livro 2 “Livro de registro de pacientes (indigentes) 17/01/1801 a 23/01/1822 do Hospital de Caridade. Para a tabela consideramos apenas os registros entre 1801 e 1810, após esse ano os registros desse livro incluíam poucas informações além do nome do paciente e as datas de entrada no Hospital, saída ou de falecimento.

religiosos conversando com uma senhora em traje distinto e uma negra conversando com um militar.



Costume of St. Catherine's off the Brazil. Essa gravura de Zimmermann, de 1808, representa Desterro vista do acesso ao Hospital de Caridade no Morro da Boa Vista.

Três décadas depois o quadro da população pobre representado pelos grupos atendidos no Hospital de Caridade tinha se alterado. Os estrangeiros que eram 4,2% na década de 1800, passaram a ser 23,3% na década de 1840. Esse dado representa um período de várias correntes de migrantes europeus e do crescimento da navegação e do crescimento do comércio visto que grande parte desses estrangeiros era de marinheiros. Entre estrangeiros migrantes e marinheiros e homens livres e libertos de outras províncias e de outras localidades de Santa Catarina e do interior da Ilha, quase metade dos atendidos no Hospital de Caridade (46,4%) eram de pessoas de fora da cidade. Parte da população pobre da época era de migrantes. Muitos sem sobrenome, degradados de navios, fugitivos e homens livres que vagavam pelo império em busca da sobrevivência ou da subsistência, numa sociedade que poucas possibilidades oferecia, organizada para os senhores com seus escravos.

Tabela 3. Pacientes do Hospital de Caridade registrados entre 1841 e 1851.¹⁴⁵

Grupos de pessoas pobres	Internos	Externos	%	%
Estrangeiros		313		23,3
Livres e libertos de outras províncias		155		11,6
Livres e libertos da província		86		6,4
Livres do interior da Ilha		69		5,1
Escravos libertos	153		11,4	
Escravos	68		5,0	
Total de escravos e escravos libertos		221		16,4
Viúvas	49		3,6	
Viúvos	16		1,2	
Total de viúvos		65		4,8
Total de pessoas pobres de grupos identificados	909		67,6	
Outras pessoas pobres	436		32,4	
Total de atendidos		1.345		100

Os estrangeiros atendidos no Hospital de Caridade representavam um dos grupos que formavam a base mais pobre da população da cidade. Durante a década de 1840, foram atendidos 313 estrangeiros de 18 nacionalidades identificadas.¹⁴⁶ A maioria dos estrangeiros, 61,6 % era de portugueses, a maioria de marinheiros ou emigrantes, em geral homens solteiros com até 30 anos de idade, outros eram viúvos e viúvas, alguns com mais de 80 anos, muitos desses emigrantes continuavam a vir do arquipélago dos Açores como no século anterior. Alguns eram casados e com mais de 40 anos, talvez migrantes que vinham tentar a vida no Brasil no comércio ou em profissão de oficina. Possivelmente, havia os que eram militares que serviram na Ilha, segundo Sait-Hilaire (1936, p. 185) em 1820, havia em Desterro 500 soldados portugueses do 12^a regimento de linha. De acordo com o viajante, esses soldados já eram veteranos, muitos tinham combatido na França e possivelmente alguns passaram a viver na Ilha. O segundo maior contingente de estrangeiros era de alemães (8,6%) a maioria entre 40 e 60 anos de idade, possivelmente alguns dos que emigraram para a formação das primeiras colônias alemãs. A política de atrair emigrantes europeus para ocupar o território das encostas da serra entre o litoral e o planalto também produziu eventos de aumento da pobreza em virtude do abandono de projetos de colonização e do apoio do governo aos emigrantes recém chegados. O suíço-

¹⁴⁵ Tabela construída a partir dos registros do “Livro de registro de pacientes” de 11 de outubro de 1841 a 25 de agosto de 1851, do Hospital de Caridade.

¹⁴⁶ Como os registros compreendem o período de uma década, há uma variação nos dados, de detalhados a incompletos, que eram registrados de cada paciente.

alemão Seidler relata a pobreza em que se encontravam alemães emigrantes em Desterro em 1825. Enquanto os lotes da colônia estavam sendo demarcados, cerca de 800 imigrantes, que seriam instalados em colônias próximas à cidade, ficaram num edifício imperial. Porém a demora para a instalação da colônia os fez permanecer por seis meses aglomerados na estalagem tendo que consumir parte de seus recursos e do irregular subsídio fornecido pelo governo. Quando findaram esses recursos passaram a vender suas roupas e a maior parte passou a perambular e a mendigar pelas ruas, alguns em total estado de pobreza, incapazes de sustentar seus filhos passaram a oferecê-los a doação. Em 1872, dos 280 pacientes que deram entrada no hospital, 102 eram estrangeiros (36,4%).¹⁴⁷

Tabela 4. Pacientes internados no Hospital de Caridade em 1872:

homens livres	84
mulheres livres	80
estrangeiros homens	88
estrangeiras mulheres	14
homens escravos	11
mulheres escravas	3
total	280

Fonte: (PAIVA, 1873)

O terceiro maior contingente de estrangeiros era de ingleses, em geral marinheiros. O desenvolvimento do comércio na cidade e a importância do Porto de Desterro nas rotas ao Sul explicam a presença de marinheiros ingleses. Durante o século XIX, o capitalismo mercantil da Inglaterra espalhava navios e marinheiros ingleses em todas as rotas, a Inglaterra mantinha a maior frota comercial. Dos Estados Unidos da América do Norte eram 3,8%, possivelmente marinheiros de navios mercantes, do crescimento comercial daquele país na primeira metade do século XIX. Os belgas atendidos no Hospital foram todos registrados após 1846, possivelmente, eram os emigrantes colonos trazidos pela Companhia Belgo Brasileira de Colonização em 1844, para se fixarem em Ilhota. Como a colonização não foi bem sucedida é possível que alguns desses migrantes tenham passado a fazer parte da população pobre de Desterro. Segundo Piazza (1987, p. 65), entraves

¹⁴⁷ Arcypriste Joaquim Gomes D'Oliveira Paiva, página 1 (notas) 1873.

burocráticos e desentendimentos entre os colonos e a direção da empresa colonizadora levaram a colônia a uma situação considerada miserável. Havia entre os estrangeiros, 4,1% de espanhóis, 3,5% de italianos, possivelmente marinheiros, pois quase todos eram da cidade portuária de Gênova. Os outros eram da Argentina, França, Dinamarca, Suécia, Chile, Paraguai, Albânia, Holanda, Irlanda, Áustria e 3,2% de estrangeiros que não identificamos a nacionalidade.

Para Fraga Filho (1996, p. 172 e 177), a proibição do tráfico e a eminente extinção do trabalho escravo, eram argumentos para os que defendiam a migração européia que supriria as necessidades de “braços disciplinados e promoveria o sonho da elite de branqueamento da população” de maioria negra e mestiça. Havia também o argumento sobre a inferioridade racial e moral do negro.

Tabela 5. Estrangeiros registrados no Hospital de Caridade entre 1841 a 1851:

nacionalidade		%
Portugueses	193	61,6
Alemães	27	8,6
Inglese	19	6,0
Espanhóis	13	4,1
Estadunidenses	12	3,8
Belgas	11	3,5
Italianos	11	3,5
Outras nacionalidades	17	5,4
Nacionalidades não identificadas	10	3,2
Total de estrangeiros	313	100

O segundo maior grupo identificado entre os atendidos nesse período no Hospital de Caridade era o dos livres e libertos vindos de outras províncias (11,6%). Esse número era igual ao dos que procuravam o Hospital, vindos do interior da província de Santa Catarina e do interior da Ilha. A maioria vindo da Bahia, homens livres e ex-escravos, marinheiros, “vadios”, solteiros ou viúvos e mulheres vindas de Salvador provavelmente tendo que viver como prostitutas, pois muitas foram internadas com doenças venéreas - outras mulheres viúvas emigrantes internadas também tinham chagas venéreas. Em dezembro de 1857, morria por “thuberculos pulmonares” João, de 32 anos, baiano, solteiro, marinheiro da barca Constância, um escravo, assim como parte desses

migrantes.¹⁴⁸ Senhores começaram a se desfazer de seus escravos já na década de 1840. O que Kowaric (1994, p. 46) demonstra, e que se acentuou na segunda metade do século XIX, quando as dificuldades das economias do Nordeste e do extremo Sul levariam proprietários a se desfazer de parte de seus escravos que foram vendidos ou libertos. Segundo Fraga Filho, em Salvador em 1841, numa população de 70 mil habitantes, mais de 1% vivia de esmolas, a vadiagem existia por toda parte da Bahia. Corroborando com nossa descrição, os dados de Fraga Filho, relativos à segunda metade do século XIX, confirma que a maioria dos indigentes em asilos na Bahia era de negros e mestiços, a maioria de solteiros e viúvos. Indigentes rebeldes eram recolhidos aos cárceres ou sumariamente deportados para outras províncias ou países no caso de africanos. Das províncias do Nordeste emigraram homens livres e pobres para o Sul, atraídos por melhores salários (1996, p. 146; 163; 165; 173 e 177).

Tabela 6. Total de escravos no Brasil, século XIX:

1864	1.717.000
1874	1.540.000
1884	1.240.000
1888	720.000

Fonte. Tabela construídas a partir dos dados apresentados por Kowaric, *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 1994, p. 46

O sistema escravista além de formar a senzala, formava um povo livre excluído.

Tabela 7. Escravos e homens livres e libertos no Brasil, século XIX:

Ano	População	Escravos (%)	Livres e libertos (%)
1818	3.818.000	51	49
1874	9.761.000	16	84

Fonte. Kowarick, *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 1994, p. 64

Dos vindos de São Paulo, uma parte era de Santos, o que indica, provavelmente, que eram marinheiros. Outros, possivelmente libertos das

¹⁴⁸ O Argos, 4 de dezembro de 1857, número 219. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

fazendas de café, procuravam sobreviver nas cidades. Como não havia um rigor nos registros e foram realizados por várias pessoas durante os dez anos dessa amostra, de muitos pacientes foi registrado apenas o local de origem, de alguns o trabalho escravo ou de marinheiro, de outros nada foi registrado. Por isso os dados da tabela 3 não representam números exatos, mas o que os registros apontavam. Os migrantes vindos do Rio de Janeiro e Pernambuco formavam os outros grupos migrantes mais numerosos, provavelmente libertos dessas províncias que tinham grande número de escravos que trabalhavam nas lavouras de cana-de-açúcar e nos engenhos cuja economia estava em crise. Dos livres vindos do Paraná a maioria era de Paranaguá cidade marítima, portanto, marinheiros. Muitos registros podem ser referência a cidade de partida para Desterro, nesse caso sempre era citado um porto.

Na década de 1880, Desterro tinha um grande movimento de passageiros em viagens temporárias e migrantes. Dos 1.898 estrangeiros em trânsito: a maior parcela era de italianos 885, bem mais numerosa que o segundo maior contingente, de alemães (258); o terceiro maior, de portugueses (126); seguidos de ingleses (58); franceses (48); espanhóis (35); orientais (25); austríacos (24) entre os demais havia belgas, norte americanos, bolivianos, suíços entre outros.

Tabela 8. Movimento de passageiros do Porto de Desterro em 1883:

Movimento de passageiros	entrada	saída
brasileiros	738	711
escravos	11	13
estrangeiros	1.325	573
total	2.074	1.297

Fonte: Polícia do Porto. 1883. Relatórios de Chefes de Polícia. 50-1. Caixa 02, volume 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

A diferença entre os que chegaram e saíram pelo porto deve-se ao número de estrangeiros. A maior parte de imigrantes italianos que vieram para as colônias em Santa Catarina. Mas uma parte desses imigrantes permanecia em Desterro. Em 1903, o relatório da inspetoria de saúde, frente à grande mortalidade, principalmente de crianças, atribuía que o crescimento da população da cidade só ocorria pela imigração - 358 nascimentos e 500 mortos, entre os quais 203 “menores” em 1903 (ver capítulo sobre higienismo).

*“Por toda essa relação vê-se que ha completo desequilibrio entre nascimentos e obtos e nos parece que si não fora a emigração a nossa Capital teria de sentir grande diferença em sua população”.*¹⁴⁹

Na noite de 4 de janeiro de 1884 o “crioulo” Julio Manoel Alexandre agrediu e feriu no rosto o segundo sargento da companhia de policia Manoel Vieira de Souza, que estava em ronda. Os relatórios dos chefes de polícia de 1884, informam que eram raros furtos e roubos em Desterro, mas, comum as brigas por rixas, desavença, pelo combate a vadiagem que soldados aplicavam contra capoeiras, marinheiros e imigrantes ou homens de outras províncias e estrangeiros de passagem pelo porto. Esses imigrantes e estrangeiros viviam pelas ruas, no porto, pelas tabernas, não era raro que se envolvessem em brigas, vadiagens e outros crimes. Em 1883, entre 65 presos na cadeia da capital, 52 tinham sido condenados definitivamente. A maioria desses condenados era de fora da cidade. Destes, (50 homens e 2 mulheres) 24 eram de Santa Catarina, 17 de outros estados e 11 estrangeiros. A maioria desses homens se declarava agricultor (32), apenas três se declaravam “náuticos” e três sem ofício.¹⁵⁰

As poucas possibilidades de vida numa sociedade escravocrata, em cada província, região, vila, cidade, em qualquer lugar exigia do homem livre buscar uma possibilidade de viver da subsistência diária, que para uma parte crescente da população era tentada numa vida itinerante entre os portos e caminhos. Para Fraga Filho (1996, p. 26), “as permanentes oscilações do mercado de trabalho e dos preços dos gêneros de subsistência e baixíssima remuneração limitavam as perspectivas de vida a sobrevivência imediata”. Segundo Kowaric (1994, p. 76), trabalhar sob ordens de alguém significava aceitar uma condição semelhante a do escravo, assim os livres tendiam a miséria itinerante e sem destino, a submeter-se às regras do domínio de alguém. Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendiam a não encontrar trabalho regular, frequentemente transformados em itinerantes que vagavam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como inúteis que

¹⁴⁹ Relatório do Departamento de Higiene Publica do Estado de Santa Catarina, 1903. Relatório do Inspetor de Saúde. Códice 54 -1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁵⁰ Secretaria da Policia na Cidade do Desterro em 25 de janeiro de 1884. Relatórios de Chefes de Polícia. 50-1. Caixa 02, volume 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

preferiam a vagabundagem, o vício ou o crime a disciplina do trabalho. A população livre era extremamente móvel, deslocando-se constantemente e prestando serviços ocasionais. O trabalho escravo excluía essa população, eram os vadios considerados imprestáveis para o trabalho disciplinado e regular. No Brasil Imperial do século XIX, os livres nacionais, brancos, negros, mulatos, cafuzos ou mamelucos eram os menos desejados pelos senhores das lavouras cafeeiras do novo oeste paulista que comandavam a economia do país.¹⁵¹ Os livres e libertos estiveram presentes onde havia o risco de fuga do escravo, transportes - como a navegação em Desterro - abertura e conservação de estradas, obras públicas, desmatamento e abertura de novos territórios, para implantar as ferrovias, arregimentado nas guerras, mas poucos eram utilizados em relação a população. Enquanto existiu terra para levar adiante a sobrevivência miserável, mas independente, os pobres viveram de forma dispersa e móvel, em bairros poucos sedimentados, desenvolvendo atividades de subsistência por meio de técnicas rudimentares. Liberdade significava a escolha de locomover-se por um palperismo itinerante. Recusando o trabalho disciplinado, o livre vivia da terra, da pesca, caça ou coleta, que proporcionava o mínimo para viver com larga margem de ócio e lazer. O desgosto ao trabalho disciplinado fundando uma “ideologia da vadiagem” (1994, p. 30; 54; 101; 102; 104 e 105).

Os livres e libertos vindos de outras localidades da província representavam 6,4% dos pacientes pobres atendidos e cerca de um terço (27,7%) de todos que não eram de Desterro. Destes, a maioria (57%) era de São José e São Miguel, pobres doentes que procuravam o Hospital pela relativa proximidade de chegar até Desterro por alguma embarcação. Muitos vinham do Sul da província a procura de assistência, pois em 1880, é que foi

¹⁵¹ Kowaric relaciona a mobilidade da população livre durante o século XIX, a forma de apropriação da terra no Brasil. Com a lei de terras de 1850, a venda de terras devolutas tornou-se a única forma de alienar as glebas do Estado, forçando aqueles que não possuíam recursos, quando não permaneciam na subsistência, a terem que vender a sua força de trabalho (1994, p. 68). Enquanto a produção foi efetuada por escravos a terra era praticamente destituída de valor, pois sua propriedade só tinha significado econômico sob o trabalho escravos. Com o fim do tráfico passou-se a impedir o acesso do homem livre a terra, “Num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativo” (MARTINS *apud* KOWARIC, 1994, p. 76).

concluída a obra da primeira ala do Hospital de Caridade da Laguna.¹⁵² Possivelmente, os 43% pacientes de localidades mais distantes eram marinheiros ou livres em trânsito, migrantes ou pessoas pobres que de alguma forma conseguiram chegar a Desterro e foram amparadas no Hospital.

Dos pacientes do Hospital 5,1% eram do interior da Ilha e representavam 22,3% dos brasileiros que não eram de Desterro. A maioria da Freguesia de Santo Antônio (44,9%), Ribeirão da Ilha (26,1%) e Lagoa, (17,4) dos de outras freguesias 11,6%. Nesse caso, não eram migrantes que procuravam Desterro para sobreviver, nem marinheiros na maioria, pessoas que viviam em sítios, trabalhavam nas plantações de café e mandioca, nos engenhos de farinha e alambiques, que procuravam o Hospital pela relativa proximidade, com exceção dos enfermos da Freguesia da Lagoa que tinham que vir por trilha, os demais podiam ser transportados de canoa até Desterro.

O crescimento da população da cidade durante as primeiras décadas do século XIX, refletia também o crescimento do número de escravos. Dos 1.689 escravos em 1810, cerca de 33,3 % da população da cidade, passaram a 1.436 escravos em 1855, o que representava uma diminuição em relação a população total (25,6%) (tabela 18). Apesar do percentual de escravos ter diminuído em meio século, em relação ao total da população da cidade, o percentual de escravos atendidos no Hospital de Caridade durante a década de 1840 continuou quase o mesmo da década de 1810 (5,0%). O crescimento da cidade e os problemas sanitários, de epidemias e de saúde atingiam principalmente os mais pobres, os mais inferiorizados na sociedade, os escravos.

Os escravos trabalhavam por toda Desterro, nas casas, no comércio das ruas, no porto e como escravos marinheiros. Mas o total de escravos era maior, havia os doados ao Hospital, registrados como “escravos da casa” os quais não somamos ao total pelo fato dos nomes se repetirem várias vezes ou simplesmente terem sido registrados como escravos ou escravas da casa. Os escravos eram registrados apenas por um nome ou como escravo tal de tal senhor. Como eram escravos abandonados ou libertos por encontrarem-se

¹⁵² O segundo “lance” do edifício do hospital foi inaugurado em 4 de dezembro de 1903. A Fé, 22 de dezembro de 1903, ano I, número 18. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

doentes ou velhos demais para serem explorados na intensidade que exigiam seus senhores, eram doados ou doavam-se ao Hospital para serem tratados e abrigados. Em virtude da vida de maus tratos, eram recolhidos com enfermidades que os condenavam a terem que ser internados como pacientes diversas vezes antes de morrer. Outros escravos, Josés, Joanas, faleciam logo depois de internados. De acordo com o estudo de Kowarick (1994, p. 40), os escravos com mais de 30 anos já estavam em idade improdutiva. No Brasil, estimou-se que o tempo médio de trabalho do escravo na cultura cafeeira do século XIX tinha média de quinze anos, em extensas jornadas de trabalho de cerca de dezesseis horas diárias. As doenças da população pobre, sua exposição maior as epidemias tinha ligação direta com as condições precárias de vida. Um anúncio do juizado dos órfãos de São José, sobre o leilão “arremate” de escravos em março de 1857, demonstra uma diferença dez vezes maior entre o preço de escravos novos e “velhos”.

*“Pelo Juízo dos Órfãos de S. José hão de ser arrematados em praça no dia 10 do corrente dos escravos pardos, avaliados um por 800, e outro por 700 mil reis; um preto velho e uma preta velha, avaliados, um por 60, e outro por 40 mil reis”.*¹⁵³

Dos outros escravos registrados quase todos tinha a indicação de quem era seu senhor. A maioria era de escravos marinheiros, alguns eram de outras cidades, principalmente Laguna e São Miguel, de outras províncias, principalmente do Rio de Janeiro e alguns do Uruguai. Seus senhores tinham negócios com a navegação. Essa era uma especificidade do trabalho escravo em Desterro do século XIX, a navegação era central na economia à da cidade, principalmente no comércio com o Rio de Janeiro capital do Império.¹⁵⁴ Em 1856, dos 1.351 escravos de Desterro, 350 (25,9%) trabalhavam nos serviços de pesca e navegação o que representava 37,6% dos 931 homens registrados

¹⁵³ O Argos, 3 de março de 1857, número 120 (BPESC).

¹⁵⁴ Esses eram os senhores de escravos de Desterro que constavam nos registros: Maximiana dos Prazeres e Mello; Anacleto Pereira da Silva; Jacintho da Silva; Anna Maria do Sacramento; Manoel Marques Guimarães; Manoel Prates; Laureana Joaquina; João Afonso Vieira Amorim; Joaquim Rosa; José Carvalho; Francisco Duarte da Silva; José Ramos da Silva; José de Souza Silva; Martinho José Callado; Romeu Callado; Joaquim Caetano da Silva. O maior número de escravos registrados era de José Maria do Valle.

nessa atividade.¹⁵⁵ O fato da maioria dos escravos atendidos no Hospital de Caridade ser de marinheiros, é que além dos que eram de outras províncias, a vida da navegação e dos portos expunha mais esses homens as enfermidades e epidemias e demonstra que a navegação era uma das atividades mais inóspitas da escravidão. A navegação com trabalho escravo que possibilitaria o desenvolvimento do comércio e de uma elite burguesa que exerceria o poder político em Desterro, depois do fim da escravidão era basicamente formada por negros e mestiços.

Os “negros libertos ou pretos forros” de Desterro aumentaram pouco entre os atendidos no Hospital de 8,8% na década de 1800 para 11,4% na década de 1840, década em que foi maior o número de escravos na Ilha. A partir de então, com o declínio da escravidão com a proibição do tráfico em 1850, o número de escravos libertos cresceu. Entre estes, uma minoria era casada. Mulheres negras libertas solteiras eram internadas com doenças venéreas, um exemplo da situação de exploração a que tinham sido submetidas e pelo fato de muitas terem que sobreviver da prostituição. A pintura de La Pérouse de 1785 representa uma negra que poderia ser liberta tentando sobreviver ao estender a mão à esmola, mas também pode representar uma escrava de ganho, no jornal diário, escravos que trabalhavam nas ruas e para se sustentar e aos seus senhores não era incomum mendigar. Portanto, considerando os escravos, os libertos de Desterro (16,4) e que grande parte dos livres de outras províncias e de outras localidades de Santa Catarina (18%) era de ex-escravos, o total de pessoas de origem negra atendidos no hospital foi de 20 a 30% durante a década de 1840.

Na década de 1810, identificamos que 9% dos registros eram de “marítimos”, esse tipo de registro não consta durante a década de 1840, porém podemos notar que os registros como marinheiros escravos e marinheiros estrangeiros, demonstram que esse grupo continuava a representar uma parte importante das pessoas mais pobres. Fraga Filho (1996) relata em seu estudo “Mendigos, moleques e vadios na Bahia”, que durante o século XIX, muitos meninos abandonados que viviam nas ruas ou que eram mandados a aprender uma profissão nas oficinas de mestres de ofício, fugiam por causa de maus

¹⁵⁵ Relação de pessoal ocupado nos serviços de pesca e navegação (IANNI, 1960, p. 76).

tratos. Então eram entregues pelas autoridades policiais e internados como aprendizes nos navios da Marinha de guerra, possivelmente muitos passavam a viver como marinheiros. Citei anteriormente, Saint-Hilaire em seus relatos de 1820, sobre o povo da Ilha que crescia vivendo no mar, que os homens eram excelentes marinheiros e que se refugiavam das milícias nos navios.

Entre as demais pessoas pobres atendidas no hospital na década de 1840, estavam: os viúvos e viúvas doentes com dores reumáticas, tísicas pulmonares, estas em percentual praticamente igual aos da década de 1810; os dementes com manias; as prostitutas com amenorréias e chagas venéreas, sarnas; os pobres brancos e mestiços sem terra ou trabalho, estropiados, com chagas, apoplegia, hidrocella, brancocelle, tempanites, opilações, bubas, interites entre outras enfermidades.

Tabela 9. Livres e libertos migrantes atendidos no Hospital de Caridade entre 1841 e 1851: ¹⁵⁶

Província	Internos	%
Bahia	37	23,8
São Paulo	30	19,3
Rio de Janeiro	27	17,4
Pernambuco	15	9,7
Paraná	14	9,0
Maranhão	8	5,2
Minas Gerais	6	3,9
Rio Grande do Sul	6	3,9
Outras províncias	12	7,7
Total	155	100

O movimento dos portos da província demonstrava o trânsito de brasileiros livres e portugueses, que ressaltamos era intenso entre os portos durante o século XIX, de escravos comprados e vendidos entre as províncias e estrangeiros vindos de portos exteriores e uma parcela menor destes com destino a outras províncias.

¹⁵⁶ *Ibidem.*

Tabela 10. Movimento de pessoas nos portos da província de Santa Catarina em 1863:

Migrantes imigrantes e emigrantes	Chegaram de portos nacionais	Chegaram de portos estrangeiros	Partiram para portos nacionais	Partiram para portos estrangeiros
brasileiros	712	2	711	2
portugueses	97	2	67	-
estrangeiros	1.333	1.104	358	4
libertos	4	-	7	-
escravos	79	-	87	-
total	2.225	1.108	1.230	6

Fonte: Relatório do governo 1864, página 10. Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Segundo Pereira, era menos freqüente ver mulheres mendigando, pela censura de mulheres livres pelas ruas e por que aos homens, mesmo que a mendigar, cabia sustentar a casa e a mulher (2002, p. 84). Mas, era comum mulheres pobres ou doentes, trabalhando, vivendo ou dormindo pelas ruas como Maria e sua filha de 10 anos, vindas de Tubarão, que em dezembro de 1907, dormiram no Trapiche Municipal. Maria não conseguira ser atendida no Hospital de Caridade e no dia seguinte as duas vagaram pela Tronqueira pedindo “agasalho”, até serem acolhidas pela Senhora Falcão, esposa de um consorciado da Associação Irmão Joaquim, que as hospedou até que encontrassem vaga no hospital.¹⁵⁷

A Ilha de Santa Catarina sempre teve estrangeiros de passagem pelo porto, mas também tinha uma grande variedade de estrangeiros residentes. Os estrangeiros na Ilha se concentravam em Desterro. Em 1872, enquanto representavam apenas 1,4%, da população nas freguesias, na capital eram 11,7% da população - 822 estrangeiros. Entre os estrangeiros residentes em Desterro o maior contingente era de alemães (33,8%), oriundos da imigração para as colônias organizadas próximas a capital. Dos estrangeiros da cidade, um em cada quatro era africano. Pelo recenseamento geral de 1872, havia mais africanos (209) do que portugueses (198), mas os números de alemães e portugueses eram questionados, assim como o recenseamento. Os pretos e pardos representavam um terço da população. Considerando a população de

¹⁵⁷ “Duas infelizes”. A Fé, 16 de dezembro de 1907, número de 159 (BPESC)

Desterro em 1872 (7.919 habitantes), pretos e pardos eram 33,9% do total (2.687).¹⁵⁸

Tabela 11. População da Ilha de Santa Catarina em 1872:

	Desterro.	(%)*	Município	(%)	freguesias	(%)**
branca	5.232	66,1	18.319	75,9	13.087	80,7
parda	1.255	15,8	2.661	11,0	1.406	8,6
preta	1.432	18,1	3.164	13,1	1.732	10,7
total pretos e pardos	2.687	33,9	5.825	24,1	3.138	19,3
total	7.919		24.144		16.225	
mulheres	4.122	52,1	12.490	51,7	8.368	51,6
homens	3.797	47,9	11.654	48,3	7.857	48,4
“que sabem ler”	3.515	44,4	6.816	28,2	3.019	18,6
livres			20.785	86,1		
escravos			3.359	13,9		
brasileiros	7.097					
Total estrangeiros	822	11,7	1.047	4,3	225	1,4
alemães	278					
africanos	209					
portugueses	198					
espanhóis	39					
italianos	37					
franceses	27					
paraguaios	14					
ingleses	8					
austriacos	6					
holandeses	4					
russo	2					

* Percentuais em relação ao total da população de Desterro.

** Percentuais em relação ao total das freguesias.

Fonte: tabela organizada a partir do Recenseamento geral 1872. Jornais O Conciliador de 17 e 24 de abril, 1 e 8 de maio de 1873, ano II, números 59, 60, 61 e 62. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O jornal O Conciliador criticava os dados do recenseamento e estimava uma população entre 10 a 12 mil “almas”.

¹⁵⁸ Em sua famosa pesquisa *Côr e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade no Brasil Meridional*, Octavio Ianni e Fernando Cardoso (1960) utilizaram os dados do recenseamento geral de 1872, referindo-se sempre a população escrava - já em declínio (13,9%) - em relação à população total da cidade, de acordo com seus interesses de pesquisa. Não se referem em geral a população de pardos e negros - os de origem africana. Não por culpa dos pesquisadores, mas de leitores apressados, são comuns referências ao total de escravos para se referir e afirmar que a população negra de Desterro era “pequena, insignificante”, quando na verdade as pessoas de origem africana representavam pelo menos um terço do total da população.

“Ora todos estes dados são completamente errados, pois só quem não é natural do Desterro, ou não tem aqui vivido por algum tempo – pode dizer que nesta cidade há só 198 portugueses e 278 alemães. Mas não nos admira que o recenseamento tenha apresentado resultados taes quando vimos um agente recenseador tomando o numero das casas de certa rua, e sendo-lhe perguntado porque o fazia, respondeu que _ Para encher em casa as suas listas!...” ¹⁵⁹

No relatório de 1887, sobre segurança, um ano antes da abolição da escravidão e dois antes da república, o governo louvava o fato de não haver atentados à propriedade em Desterro, mesmo numa cidade de população “pobríssima em sua maioria”. ¹⁶⁰

Na primeira década do século XX, na transição de uma sociedade imperial escravista para uma republicana de trabalho livre, os negros junto com os mestiços, estrangeiros migrantes, marinheiros velhos ou abandonados, continuavam sendo a parcela mais pobre da população. Dos vinte primeiros mendigos internados no primeiro ano de funcionamento do Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, em 1910, quatro foram descritos como pardos, três negros, dois estrangeiros e onze brancos destes últimos seis com mais de cinquenta anos. Dos primeiros internos, apenas homens. ¹⁶¹

Tabela 12. População, 1876:

Desterro	8.602
Canasvieiras	3.854
Santo Antônio	3.015
Ribeirão	2.997
Trindade	2.292
Rio Vermelho	1.768
Total Ilha	22.528
São José	9.173
Província	159.802

Fonte: Inspectoria de Saúde Publica na Província de Santa Catharina. Relatório sobre salubridade pública em 1876. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁵⁹ O Conciliador, 17 de abril de 1873, ano II, número 59. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

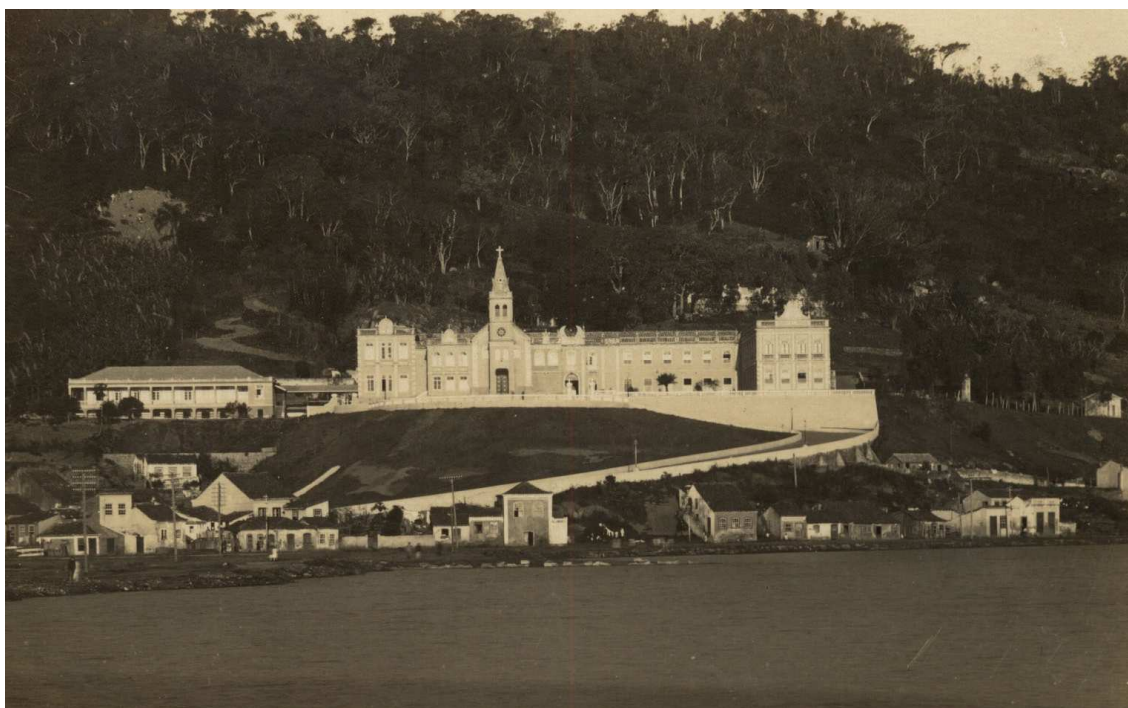
¹⁶⁰ Relatório do presidente da província Francisco Jose da Rocha à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina, de 11 de outubro de 1887, Rio de Janeiro, página 209. Typ. União, 1888. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁶¹ Conforme relação dos primeiros asilados no Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, de 27 de março de 1910 a 31 de agosto de 1911, apresentada por Nereu do Vale Pereira, em: *Associação Irmão Joaquim, 100 anos de amor ao próximo*. 2002, página 80.

Tabela 13. População do município da capital em 1872:

branca	18.319
parda	2.661
preta	3.164
masculina	11.654
feminina	12.490
sabiam ler	6.816
brasileiros	23.097
estrangeiros	1.047
livres	20.785
escravos	3.359
Total população	24.144

Fonte: “Mapa estratégico da população da província de Santa Catharina no anno de 1872. Noticia Geral da Província de Santa Catharina. Arcypreste Joaquim Gomes D’Oliveira Paiva, 1873 (uma cópia desse livro está no setor de Santa Catarina da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina).



O Hospital de Caridade, início do século XX. Em primeiro plano o Bairro da Toca. A esquerda no alto do Morro da Boa Vista, o descampado é o Cemitério dos Escravos. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Mestiços, vadios, livres e libertos

“És um vira-mundo; andas feito um valdevino, sem eira nem beira nem ramo de figueira, sem ofício nem benefício, sendo pesado a todos nessa vida...” (Memórias de um sargento de milícias. Manuel Antônio de Almeida, 1852/1853)

Além dos escravos a cidade também era dos negros e mestiços livres ou libertos que formavam parte da população pobre.¹⁶² O registro de Thomasia da Silva Ignes “crioula forra” na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos firmado em 1777 é a referência mais antiga que encontramos de uma “liberta” alforriada. Luiz Antônio Pinho, “homem pardo forro”, também da Irmandade, registrado em 1784, era “official” de sapateiro, é a referência mais antiga que encontramos de uma pessoa de origem africana liberta e com ofício.¹⁶³ Os ofícios urbanos eram geralmente desempenhados por escravos, mas numa sociedade comandada por senhores proprietários e militares com trabalho e produção por escravo, havia poucas possibilidades para os mestiços, índios, e negros livres. Pouco restava a um liberto, livre negro ou mestiço, fora desprezo, indiferença e preconceito.

“_ Ora o quê, homem de Deus. Na diga asneiras! Pois você queria ver sua filha confessada, casada por um negro? Você queria, seu Manuel, que a dona Anica beijasse a mão de um filho da Domingas? Se você viesse a ter netos queria que eles apanhassem palmatoadas de um professor mais negro que essa batina? Ora, seu compadre, você as vezes até me parece tolo! (...) Recusei-lhe a mão de minha filha, porque o senhor é filho de uma escrava! O senhor é um homem de cor! O senhor foi forro à pia, e aqui ninguém o ignora! O senhor na imagina o que é por cá a prevenção contra os mulatos!...” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

Ao longo do século XIX, a quantidade de escravos alforriados aumentou à medida que avançava o contexto social da abolição. À década de 1870, Desterro já tinha mais libertos do que escravos nas ruas. Estes libertos tinham

¹⁶² Pela ordem jurídica o liberto, se nascido no Brasil (crioulo), alforriado era considerado cidadão, se africano permanecia estrangeiro podendo requerer a naturalização. (segundo Maria Inês Côrtes de Oliveira. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo. Currupio, 1988, página 11. Segundo Oliveira (*apud* Wagner 2004, p. 159) apenas os crioulos podiam participar de eleições primarias, não podiam seguir a vida eclesiástica, não tinham direito a porte de arma ou a livre circulação noturna.

¹⁶³ Registro de Irmãos. Florianópolis, 31 de janeiro de 2007. Arquivo da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

que sobreviver, o que não foi tão difícil para os ex-escravos de ganho, que já trabalhavam nas ruas, e sustentavam a si e aos seus “senhores”. Muitos tinham ofícios e já viviam em casas de negros, cortiços de aluguel, outros dividiam ranchos, ou pequenas casas de aluguel. As piores condições encontravam os ex-escravos domésticos, que tinham que se adaptar a um novo trabalho e encontrar um local para morar. Para Ana Paula Wagner (2004, p. 161), os libertos tinham um sentido, de subsistência e um padrão de organização social distintos dos que eram projetados pelas classes dominantes. “Foi do aprendizado social do cativo, na vida das ruas, praças e caminhos de Desterro que estabeleceram suas relações e locais de moradia”.

“ _ Olhe meu Sebastião, aqui no Brasil vale mais a pena ser estrangeiro que filho da terra!... Você não está vendo todos os dias os nacionais perseguidos e desrespeitados, ao passo que os portugueses vão se enchendo, e as duas por três são comendadores, são barões, são tudo! – exclamou repelindo o Campos com ambas as mãos. _ Uma revolução é do que precisamos!” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

As estratégias de sobrevivência e os laços sociais que os libertos estabeleciam na cidade eram ainda mais sufocados que os de livres vadios. Para Cardoso (2004, p. 91 e 92) o direito liberal, impessoal e universal do século XIX se limitava ao mundo luso-brasileiro e, tanto nos períodos colonial e imperial, era operado para benefício dos descendentes de portugueses.

“Maria Bárbara tinha grande admiração pelos portugueses, dedicava-lhes um entusiasmo sem limites, preferia-os em tudo aos brasileiros. Quando a filha foi pedida por Manoel Pedro, então principiante no comércio da capital, ela disse: “Bem! Ao menos tenho a certeza de que é branco!”” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

Era limitada a mobilidade social aos africanos e afro-descendentes. Porém, mesmo os livres portugueses tinham dificuldade de viver no Brasil. Segundo Pedro de Almeida Vasconcelos (2006, p. 22), na sociedade senhorial portuguesa, havia diferenças entre os nobres e os “piões” que podiam sofrer até castigos físicos e obrigados a trabalhos forçados. No Brasil, os portugueses livres, não nobres, sem bens ou dinheiro, tinham dificuldade para sobreviver, pois praticamente todo o trabalho era escravo. Para Vasconcelos, esses

portugueses sem dinheiro para comprar um escravo poderiam formar as primeiras classes de pobres nas cidades brasileiras.

O que possibilitava os libertos a sobrevivência na cidade era a solidariedade. Essa também é a conclusão de Wagner (2004, p. 162) sobre os libertos em Desterro no início do século XIX. A pesquisadora concluiu que ao alcançarem a liberdade, africanos e seus descendentes buscaram construir uma vida em comum formando famílias ou vivendo em uma “forte rede de laços de solidariedade”.¹⁶⁴

Em Desterro, no final do século XVIII, a maioria dos portugueses era de açorianos que se fixaram na vila desde a migração, que desistiram da vida de colono nos assentamentos da costa, recrutados como soldados ou como marinheiros acabaram no trabalho do Porto. Formaram com os escravos e libertos o grosso da população. Desterro, com seu Porto movimentado durante o século XIX, como as demais cidades portuárias brasileiras tinha negros e europeus, principalmente portugueses.

Para as pessoas sem terra, ou forma de subsistência, a cidade era uma possibilidade de sobreviver. Numa comparação nada original, com a Europa do século XIX, enquanto lá, o processo histórico era o das revoluções burguesa e industrial e a condição de pobreza era a do operário, no Brasil era o de uma sociedade escravista de pouco trabalho pago. Enquanto na Europa as possibilidades para os pobres, além da exploração burguesa, já envolvia a luta contra a opressão do mundo do trabalho assalariado, no Brasil, fora da subsistência no campo, nas cidades a pobreza era a forma geral de existência para um livre ou liberto. Os “Vadios”, que não eram operários, nem escravos, nem tinham uma definição étnica: não eram índios; nem negros; nem brancos, eram mestiços, ainda sem identidade como um novo povo. Eram pessoas sem terra, sem casa, sem ofício, que não dependiam do trabalho ou que fugiam dele e de suas misérias, podiam viver como ambulantes, prestadores de serviços diários nas ruas.

“Os mocambeiros formavam grupo à parte; nunca apareciam publicamente, viviam escondidos nos seus quilombos e só se mostravam na Estrada Real para atacar os viajantes. Os agregados eram pretos forros, forros em geral com

¹⁶⁴ Ana Paula Wagner fez uma pesquisa em fontes primárias, documentos históricos, pesquisou registros de casamento, batismo e óbito entre 1800 e 1819.

a morte de seus senhores, e que, habituados desde pequenos ao cativeiro, não tendo já quem os obrigasse a trabalhar, e não querendo sair do sertão, ficavam por aí ao deus dará, pedinchando pelas fazendas um bocado de arroz, para matar a fome, e um pedaço de chão coberto para dormir. Simples vagabundos, que não faziam mal a ninguém.” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

Segundo Kowarick, a sociedade brasileira escravista produziu esses livres marginais, vadios. Entre os senhores e escravos uma população destituída de propriedade e de instrumentos produtivos, desempenhando tarefas acessórias e ocasionais, sobrevivendo em pequenas glebas de terra ou vagando pelos campos e cidades sem função econômica estável ou precisa. Durante o século XIX, o trabalho escravo de baixa produtividade levava a degradação das condições e relações de trabalho em geral dos pobres. Para os livres e libertos trabalhar para alguém significava a forma mais aviltada de existência, um povo de várias origens sociais que não se transformou em força para o trabalho regular e disciplinado feito por escravos. Os homens livres não se prestavam ao trabalho, se tivessem acesso a uma gleba de terra, mesmo de forma marginal, viviam apenas para suprir sua sobrevivência, autônomos, numa economia natural de subsistência. Esse era o caso em Desterro, onde uma possibilidade para os livres, era viver como carreiro, vendeiro, pescador ou marinheiro.

“Agarrou a blusa, ia vesti-la, mas reparou que faltava um botão. Lembrou-se de prega-lo, mas imediatamente lhe veio a invencível repugnância que tivera pelo trabalho manual. Quis chamar a criada: mas seria demorar. Lançou mão de alfinetes” (Um e outro. Lima Barreto, 1913).

Kowaric (1994) analisou a repugnância de livres ao trabalho braçal em muitas situações. À maneira como os senhores tratavam os escravos, ao limite da sobrevivência e obrigando-os a desempenhar não só os trabalhos braçais, mas qualquer trabalho possível influenciava tanto a percepção que os livres tinham do trabalho disciplinado e regular como a percepção que os proprietários faziam da utilização de mão-de-obra livre. Enquanto o referencial do trabalho fosse à escravidão e enquanto perdurou a possibilidade dos livres produzir sua própria subsistência, não havia razão para o trabalho regular da população livre. Qualquer trabalho manual passou a ser considerado como coisa de escravo, repugnante aos livres. Quem não era forçado a trabalhar o

fazia quando estritamente necessário. No contexto em que o homem livre e pobre não acumulava bens, reduzidos a um mínimo material e cultural baseado numa economia de subsistência, vivia-se da atividade ocasional que não tinha significado além de permitir a sobrevivência incipiente e instável, estigmatizada pela desclassificação social. A produção artesanal funcionava num circuito restrito e fechado. Restavam poucas alternativas para a crescente população de livres e libertos, as margens de uma sociedade escravista. A escravidão ao gerar a degradação do trabalho desestimulou o aparecimento de habilidades e perícias e comprometeu qualquer forma de atividade manufatureira, entrave para o desenvolvimento da produção artesanal. As profissões não se desenvolviam, o conhecimento não se transmitia, a destreza não era estimulada, pois o trabalho manual era tarefa para escravo, aviltante e repugnante para o homem livre” (KOWARIC, 1994, p. 12; 21; 31; 37; 42; 43; 55; 56 e 57). Há um comentário de Saint-Hilaire sobre um homem liberto, um dos que o conduziu de Desterro a Garopaba em 1820, que ilustra o argumento anterior de Kowaric.

*“Ninguém se igualava em orgulho a esse homem, e ninguém, aliás, se iguala nesse ponto aos negros libertos. Como a sua côr pode induzir qualquer pessoa a tomá-los por escravos, eles só pensam nos meios de desfazer o engano e recusam-se a fazer diversos serviços que não repugnaria a nenhum branco razoável executá-los”.*¹⁶⁵

Durante o século XIX, a crescente população de Desterro passou a ser formada cada vez mais de pessoas livres. A década de 1840 foi de maior número de escravos, a partir de então começou a declinar continuamente. Primeiro em virtude da proibição do tráfico em 1850. Os “pretos forros”, em geral doentes ou velhos que não serviam mais para ser explorados, tentavam sobreviver na cidade, viviam nos cortiços e tentavam trabalho como cozinheiros, quitandeiras, prostitutas, carregadores, marinheiros. Muitas mulheres libertas sobreviviam como amas-de-leite, algumas eram pagas por trimestre pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, amas dos expostos que a irmandade recolhia. A população livre e pobre da cidade era formada por pessoas degradadas, abandonadas quando doentes, idosos, marinheiros,

¹⁶⁵ Auguste d’ Saint-Hilaire, 1936, página 201.

estrangeiros pobres ou que vinham tentar a sorte, os enjeitados e os vadios, livres assim designados por não aceitarem a vida de exploração do trabalho. Sempre em busca da sobrevivência diária, itinerantes pelos caminhos e portos das províncias.

“- Não sou, objetei, lá muito diferente de um javanês. Estes meus cabelos corridos, duros e grossos e a minha pele basané podem dar-me o aspecto de um mestiço de malaio... Tu sabes bem que, entre nós, há de tudo: índios, malaios, taitianos, malgaches, até godos. É uma comparsaria de raças e tipos de fazer inveja ao mundo inteiro” (O homem que sabia Javanês. Lima Barreto, 1911).

Depois da abolição da escravidão, os livres, o brasileiro mestiço e os libertos eram considerados uma raça inferior, sempre preterida ao branco europeu. Essa preferência era garantida pelos preconceitos e idéias de superioridade de raça que vingaram durante o século XIX. Idéias que tentavam transpor para a ciência social as mesmas leis das ciências naturais. Nos primeiros anos como livres, os ex-escravos passaram a ter as mesmas dificuldades de inserção na sociedade que os livres mestiços tiveram durante o século XIX.

Muitos desses vadios, ex-escravos, migrantes e pobres trabalhavam pelas ruas, no Porto ou no Mercado como ambulante, vendendo em quitandas, barraquinhas, de porta em porta, ou aos transeuntes. Entre esses, havia os que trabalhavam com lanchas ou lanchões e vendiam no varejo nos trapiches, cais e nos iates. Os volantes eram os que vendiam a bordo dos vapores que fundeavam no Porto. Os pombeiros traziam produtos das colônias de imigrantes alemães no continente e dos açorianos do litoral e interior da Ilha. Havia os que trabalhavam no comércio de peixe e utilizavam uma banca pública reservada no Mercado. Nessa banca era vendido: amendoim; aves; pão; balas; doces; empadas; pastéis; biscoitos; caldo de cana; melado de cana. No Mercado também trabalhavam: leiteiros, amoladores de ferramentas, engraxates, vendedores de chapéus, de bengalas, de plantas, de lenha, de vassouras, de flores artificiais, de livros, de jornais e revistas e músicos e outros artistas de rua. ¹⁶⁶ Essa gente trabalhava, sobrevivendo ao dia a dia.

¹⁶⁶ A lei 519, de 1 de março de 1923, apresentava uma tabela de imposto sobre ambulantes que informa os tipos desse comércio e serviço na cidade. Leis do

Entre os livres que viviam de serviços esporádicos, na velhice ou enfermos, uma parte caía em vícios de jogo e bebidas e engrossavam as fileiras dos que estavam completamente na miséria, os indigentes. Em 1923, a superintendência municipal tinha uma previsão de despesa de um conto e 540 mil réis (1:540\$000) para o enterramento de “cadáveres de indigentes”.¹⁶⁷

Marinheiros

Marinheiros ou marítimos formavam parte da população mais pobre de Desterro. Uma parte era da cidade, mas viviam no mar, outros eram dos arrabaldes e freguesias da Ilha, da costa de outros portos, províncias ou países e passavam parte do tempo nas cidades em que aportavam, como a marítima Desterro. Uma parte dos marinheiros da frota mercante nacional era escrava. Entre os livres, havia o marinheiro descendente de açorianos da Ilha e da costa que sempre viveu ligado ao mar. Na marinha de guerra, faziam parte das tripulações os, então crescidos, meninos vadios, que em abandono, acabavam pegos nas ruas e entregues a Marinha, acabavam de crescer como aprendizes e depois marinheiros.

Os marinheiros tinham um dos modos de vida mais duros do século XIX, trabalho incessante enquanto estivessem embarcados. Eram expostos as doenças e transmitiam as epidemias que se disseminavam pelas cidades portuárias. Quando adoeciam eram abandonados em algum porto para não contaminar a tripulação. Acabavam perambulando pelas ruas e internados em hospitais e asilos. Em Desterro havia marinheiros brancos, negros livres e escravos, mestiços nacionais e estrangeiros. Segundo Ianni (1960, p. 72 e 74), de um total de 213 marítimos residentes em Desterro, com base no recenseamento geral de 1872, trinta e cinco (14%) eram marinheiros escravos.¹⁶⁸

Naquele tempo, o porto de Desterro era movimentado por diversos tipos de embarcações de toda costa brasileira e de vários portos estrangeiros. Entre

Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

¹⁶⁷ A receita total prevista era de 400:000\$000 réis. Lei 518, de 27 de outubro de 1922. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. *Ibidem*.

¹⁶⁸ Sobre trabalho escravo e trabalho livre em Desterro, com base no recenseamento geral de 1872.

os proprietários de embarcações nacionais, muitos “senhores” proprietários que utilizavam largamente o trabalho de escravos marinheiros. A presença de escravos marinheiros era uma característica marcante da navegação em Santa Catarina e formava parte da população fixa e flutuante da cidade.

Os registros do porto entre janeiro e fevereiro de 1856, mostram que, das 17 embarcações que aportaram, 13 tinham escravos marinheiros em suas “equipes”. De um total de 147 marinheiros dessas embarcações, 68 eram escravos, em sete delas era maioria. No brigue nacional Minerva, dos doze tripulantes, nove eram escravos marinheiros, entre os nove da escuna nacional Lima, oito eram escravos, na sumaca Conceição entre sete, seis eram escravos.¹⁶⁹ O relatório do governo de 1863 registrou 1.849 marítimos entre mestres, contra mestres, praticantes, patrões e marinheiros na navegação pelo porto de Desterro. Destes, 1.527 eram marinheiros, dos quais 439 escravos e 811 livres.¹⁷⁰ Em 1869, o número de marinheiros escravos era de 434, além de 1.115 nacionais e 1.527 estrangeiros registrados.¹⁷¹

As ruas e cortiços próximos ao porto eram repletos de marinheiros que freqüentavam as tabernas e os prostíbulos, principalmente na Figueira. Era comum encontrar marinheiros doentes abandonados no porto, que eram recolhidos ao Hospital de Caridade, ou em caso de epidemia, isolados nas fortalezas. Os registros de pacientes do Hospital de Caridade entre 1801 e 1810 demonstram que 9% eram “marítimos” - marinheiros brancos nacionais, pois os registros separavam negros libertos, escravos e estrangeiros.¹⁷² Havia ainda os marinheiros escravos, como Rafael escravo marítimo do vapor Paquete do Norte, que adoeceu em 1841.

¹⁶⁹ O jornal O Argos publicava em cada edição “Registro do Porto”. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

¹⁷⁰ Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina, Francisco Jose D'Oliveira à assembléia provincial, em 2 de março de 1864, páginas 37 e 38. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

¹⁷¹ Navegação de guerra não era considerada nos registros do movimento do porto, assim como alguns paquetes que faltavam a obrigação de “dar entrada na capitania”. Relatório do governo a Assembléia Provincial, de 2 de abril de 1869. *Ibidem*.

¹⁷² Tabela construída a partir dos registros do Livro 2, “Livro de registro de pacientes (indigentes) 17/01/1801 a 23/01/1822 do Hospital de Caridade. Para a tabela consideramos apenas os registros entre 1801 e 1810, após esse ano os registros desse livro incluíam poucas informações além do nome do paciente e as datas de entrada no Hospital, saída ou de falecimento. Centro de Memória Professor Henrique da Silva Fontes – Hospital de Caridade

Marinheiros são personagens comuns nos relatos de valentias brigas e prisões por jogo, bebedeiras, dívidas ou rixas com soldados e capoeiras. Talvez por isso, os legisladores do código de posturas de Desterro de 1845, que elaboraram uma série de medidas de controle de escravos e vadios pela cidade também incluíram os marinheiros em suas proibições. A pena era de oito a trinta dias de cadeia ou comuta de mil réis por cada dia de prisão.

*“Fica proibido aos Marinheiros Nacionais ou Estrangeiros vagar em terra de noite, desde o toque do sino, ou das horas marcadas para recolher em diante”.*¹⁷³

Em 1873, ao aportar em Desterro, o capitão Samuel Gardner da barca americana “Asphodel” mandou publicar anúncio no jornal O Conciliador, que, de antemão, não se responsabilizava por eventuais dívidas contraídas por sua tripulação enquanto permanecessem na cidade.¹⁷⁴ Um relato de Seidler que esteve em Desterro em 1825, mostra a presença de marinheiros ingleses no cotidiano do porto e das classes que viviam na cidade.

*“De uma feita, em pleno dia, doze marinheiros ingleses assaltaram uma negrinha de quatorze anos, bonitinha a qual estava vendendo suas mercadorias na rua, e como não quisesse atender a suas voluptuosas solicitações, lhes arrancaram o tabuleiro da cabeça e na bebedeira espatifaram tudo. Implorando e chorando ela pedia indenização, garantindo que seria horivelmente surrada se não entregasse vintém por vintém ao seu senhor, mas a resposta do bando constituiu nos mais horríveis e indecentes maus tratos à negrinha (...) apareceram três soldados do 14ª Batalhão de Caçadores, da Bahia, e reclamaram em tom firme, resolutos (...) os marinheiros entraram a surrar os soldados, diante a superioridade numérica se viram forçados a bater em retirada (...) logo regressaram em número dobrado a desafiar o adversário para luta cavalheiresca (...) os louros filhos da Bretanha saíram com cacetes da venda e furiosos caíram sobre os baianos; mas em poucos minutos quatro deles estavam ensangüentados no chão, com profundas facadas e só a rápida fuga livrou os outros da vingança dos brasileiros”.*¹⁷⁵

¹⁷³ O toque do sino da polícia alertava aos escravos que deveriam deixar as tabernas, quitandas e as ruas. Marinheiros: Artigo 42, da lei 222 de 10 de maio de 1845. Coleção de Leis 1847 1841. Caixa 01. página 218. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

¹⁷⁴ O Conciliador, 20 de março de 1873, ano II, número 55. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

¹⁷⁵ Haro, 1996, páginas 283 e 284.

Estes soldados da Bahia, como os de batalhões de outras províncias que estiveram estacionados ou em trânsito em Desterro durante os séculos XVIII e XIX formaram parte da população pobre da cidade.

A vida pobre de soldado

“_ Haveis de afinal cair-lhe nas unhas - dizia ela no fim de cada período -; e então o côvado e meio te cairá também nas costas.

Esta idéia de côvado e meio fez brecha no espírito do Leonardo: ser soldado era naquele tempo, e ainda hoje talvez, a pior coisa que podia suceder a um homem. Prometeu pois sinceramente emendar-se e tratar de ver um arranjo em que estivesse ao abrigo de qualquer capricho policial do terrível major”. (Memórias de um sargento de milícias. Manuel Antônio de Almeida, 1852/1853).

O mercenário suíço-alemão Carl Seidler, contratado com tropas alemãs pelo exército imperial para a campanha cisplatina esteve em Santa Catarina em 1825. Ao descrever o cotidiano na cidade ressaltou a presença de seis batalhões de caçadores estacionados em Desterro, como o 14^a batalhão de caçadores da Bahia, o dos soldados que surraram os desaforados marinheiros ingleses. Por falta de acomodações na cidade, um batalhão ficava estacionado na armação baleeira da Piedade, ao Norte da vila de São Miguel, em revezamentos que duravam dois meses. Seidler relata à falta de pagamento de soldos, até para os mercenários, que geralmente eram pagos com mais regularidade.

“A vida intensa em todas as ruas, a aglomeração no mercado de peixe e de legumes, a burburinho das muitas tropas então aqui estacionadas, a incessante chegada e partida das canoas, o alegre drapejar das bandeirolas dos navios no porto (...) Antes do mais reclamei agora o meu soldo atrasado de dois anos e três meses, mas a muito custo consegui que pagassem onze meses...”¹⁷⁶

A situação das tropas era de pobreza, os soldados ficavam anos sem receber soldos, tinham que desempenhar ofícios paralelos, viviam nos cortiços e alguns construíram barracos nos morros que cercam a cidade. Em 1795 a tropa estava há dois anos sem receber soldos. Essa situação aumentava a

¹⁷⁶ *Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.* Martim Afonso Palma de Haro (organizador). Editora da UFSC e Lunardelli, 4^a edição, 1996, páginas 280 e 281.

pobreza geral da então vila, pois os “Reais Armazéns” confiscavam a farinha dos colonos açorianos, acentuando a pobreza desses e paralisando o comércio.¹⁷⁷ Cabral (1979, p. 303 a 307) confirma essa situação de pobreza dos soldados da coroa portuguesa, que passavam meses e até anos sem receber soldos ou substituir os uniformes. Em guerra, era mais fácil herdar o uniforme ou sapato de um companheiro morto, não se tinha notícia de soldado enterrado de sapato. Quando aquartelados era comum que desempenhassem ofícios urbanos como de sapateiros e alfaiates. O soldado que fosse recrutado para a primeira linha, só sairia velho, estropiado ou morto. Para soldados na velhice ou invalidez não havia pensão, ou seguro, velhos ou estropiados tinham que se arranjar na esmola. Os postos de oficiais da primeira linha – do exército regular - só eram alcançados por coronéis ou tenentes coronéis, que eram também os governantes da província, vinham dos regimentos do Porto, de Mexia, do Rio de Janeiro, de Moura ou de Bragança. Aos postos da segunda linha – as milícias - só chegavam homens das famílias nobres, quando não havia nobreza local – o caso de Desterro – só os homens mais importantes da vila os ocupavam. Era ônus do próprio soldado ou miliciano fardar-se, armar-se e manter seu cavalo se o quisesse ter. O único privilégio de um soldado era o de não poder ser recolhido à prisão comum. No ano de 1786, em Desterro havia efetivos 703 infantes e 317 cavalarianos. Quando os açorianos emigraram, o rei isentou os povoadores do serviço militar nas tropas pagas – 1ª linha – mas, todos tinham que servir nas ordenanças – companhias de 240 homens, de idade entre 20 e 60 anos. Eram formadas ao toque de rebate, ao qual tinham que atender imediatamente com suas armas, o que incluía serviços de ronda e patrulhamento.

Lesson descreveu em 1822 que, os homens das milícias da costa, os soldados-cidadão, usavam bigode para serem identificados e tinham que estar prontos a servir nas baterias ao primeiro sinal. Cultivavam ao redor de suas casas, criavam animais de terreiro que vendiam aos navios de passagem em troca de algum lucro que compensasse a irregularidade dos soldos.¹⁷⁸ Segundo Cabral (1979, p. 309 e 314), durante o Império, a primeira linha

¹⁷⁷ Carta ao Conde de Rezende, vice rei do Estado, em 9 de novembro de 1795. Correspondência de Santa Catarina: Câmaras. Códice 110, 1763 – 1806. Arquivo Nacional.

¹⁷⁸ René Primevère Lesson. (HARO, 1996, p. 268).

continuou como tropa regular, mas “acabou-se” com o soldado perpétuo, já não era impossível deixar a tropa e foram extintos os mercenários. Os oficiais já não eram apenas os nobres, foram organizadas academias. As milícias tornaram-se por extensão os corpos policiais e a guarda nacional - esta de 1834 - da qual os homens mais importantes ainda eram os oficiais. Desterro sediou e serviu a muitas tropas de passagem com gente da terra ou de fora. O brigadeiro Silva Paes havia formado o primeiro batalhão, depois regimento de infantaria de linha da Ilha de Santa Catarina com gente recrutada e outros trazidos do Rio de Janeiro. Esse regimento foi chamado – mais tarde fora de seu tempo – de Barriga Verde, para o qual o coronel Manso Soares de Coimbra iniciou a construção do quartel do Campo do Manejo. Antes do quartel, em 1783, Desterro abrigava tropas estacionadas da Bahia, Pernambuco e da ex-colônia do Sacramento – que ficara para a Espanha pelo tratado de devolução do controle da Ilha de Santa Catarina à coroa portuguesa, invadida pelos espanhóis em 1777. Não havia lugar nos quartéis existentes para abrigar todos aqueles soldados e foram alugadas algumas casas pertencentes a Ana Maria da Cunha.

Em 1796, a população de Desterro era de 3.757 habitantes.¹⁷⁹ Em 1797, havia em Desterro 1.026 militares, mais de um quarto da população. Em 1801, somavam 1.600 militares. Naquela época, também foram sediados regimentos de Mexia e de Bragança. O quartel do Campo do Manejo sediou tropas em trânsito durante a guerra contra o Paraguai. Dos que permaneciam nas tropas sediadas aqui ou em trânsito percorriam e viviam pelas ruas, praças, no Mercado, nos bordéis. Além dos ofícios urbanos, eram encontrados em serviços de capangagem. Além das rixas e brigas que se envolviam, frequentemente lhes recaíam culpas de roubos e assassinatos.

Lesson descreveu assim os soldados da principal Fortaleza, a de Santa Cruz, que guardava a entrada da Baía Norte na ilhota de Anhato-Mirim: “*Alguns soldados esfarrapados compunham a guarnição deste baluarte, sob as ordens de um tenente coronel*”.¹⁸⁰ Praças e soldados formaram uma parte importante da população pobre de Desterro dos séculos XVIII e XIX. Cabral (1979, p. 316 e 317) cita um relatório do presidente da província, Marechal Antero José de

¹⁷⁹ Segundo o governador João Alberto Miranda Ribeiro. Cabral, 1979, página 380.

¹⁸⁰ René Primevère Lesson. (HARO, 1996, p. 266).

Brito, de 1842, quando havia em Santa Catarina 6.135 praças, cerca de 10% da população da província. A maior parte em Desterro, na Ilha a população não alcançava 20 mil pessoas. Cabral, que estudou profundamente o cotidiano militar daquele tempo afirmou: “Os militares pertenciam à comunidade – e não a uma comunidade à parte”.

Em 18 de abril de 1766, Francisco Xavier de Mendonça Furtado escreveu aos vereadores-juizes e oficiais da câmara a mando do rei sobre estratégia de defesa da Ilha. Ordenava que fossem feitos exercícios militares aos domingos e dias santos com todos os moradores para se conservarem em estado de tomarem as armas “com ciência, para rebaterem o orgulho dos inimigos”. Os açorianos que tinham vindo para o litoral sul do Brasil, formaram uma imigração planejada pela coroa portuguesa com o objetivo de reforçar a povoação da terra e servir como um colono soldado. Quanto aos oficiais que deveriam comandar os corpos das ordenanças, o rei ordenara que os exercícios para formar companhias e corpos maiores fossem comandados por um oficial alferes. Para os exercícios de pequenas esquadras, que fossem comandados por sargentos que não fossem pardos.¹⁸¹ Porém, essa estratégia não foi suficiente para impedir a invasão da Ilha pelos espanhóis em 1777.

Em 1798 a província de Santa Catarina tinha 25 companhias de infantaria, das quais 10 na Ilha, com 5 em Desterro. Na Ilha havia ainda 6 companhias de cavalaria, destas uma ficava na cidade.¹⁸² Em 1802, faltava oficiais para comandar as 25 companhias de infantaria e 14 de cavalaria. Não havia capitão-mor e as companhias de mais de cem praças cada uma não tinham capitães para comandá-las, todos tinham falecido. O comando ficava a cargo de alferes, alguns já “decréptos” pela idade ou moléstias.¹⁸³

A cidade de Desterro era pobre, mal se sustentavam os militares que nela viviam e havia uma grande preocupação com a chegada de tropas de outras províncias. Em 1801, o governador coronel Joaquim Xavier Curado

¹⁸¹ Avisos diversos aos governadores da capitania 1748 – 1804. Acervo 1. Caixa 29, página 23. Transcrição Paleográfica de Vilma R. Arriel Bueno. Florianópolis, 1987. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁸² Conforme mapa demonstrativo do estado das companhias de infantaria e cavalaria do “Regimento de Melicias” da capitania da “Ilha de Santa Catharina”, em 1 de julho de 1798. Correspondência de Santa Catarina sobre assuntos diversos. Códice 107, vol. 1; 1723 – 1808. Arquivo Nacional.

¹⁸³ Correspondência do sargento-mor Alexandre Jose de Campos ao rei em 3 de maio de 1802. *Ibidem*

escreveu ao conde vice-rei sobre os problemas que a cidade viveria com a chegada de cinco companhias do regimento de São Paulo, num total de 492 militares entre soldados e oficiais. Eles se juntariam ao regimento de infantaria de linha da Ilha e às companhias milicianas, sem que se preparassem as despesas que causariam e que a cidade teria que arcar.

*“Chega essa tropa sem concinação nem dinheiro, a tempo que não existem nesta villa meios para suprir a sua subsistência, e nem ainda para aquella, que já existia, que recebendo em Dezembro o pagamento de sinco meses, quando cheguei a esta Ilha, está acabado o mez de julho sem outro algum”.*¹⁸⁴

Em agosto de 1801, a corte devia, além de dívida atrasada reclamada pelo governador, trinta e hum meses de soldo ao regimento da Ilha, que tinha 578 praças.¹⁸⁵ A pobreza da cidade e dos soldados foram acirradas. Naquele ano, a tropa da Ilha tinha sido atacada, não pelos espanhóis, mas pela “bexiga”, relacionada à miséria da cidade, cheia de soldados e às condições sanitárias. A doença provocara diminuição na tropa, praças morreram, outras desertaram.¹⁸⁶

O almirante russo Vassili Golovnin, que esteve na Ilha em 1808, descreveu que encontrou a guarda do governador com melhor aspecto e equipada do que as de Lisboa, mas quanto às guarnições das fortificações fez essa descrição dos soldados da principal, a de Santa Cruz:

*“Suas fardas e suas roupas parecem de mendigos. Os soldados estão quase todos descalços; as espingardas das sentinelas estão coberta de ferrugem. As fisionomias pálidas e famintas revelam com evidencia que eram tropas portuguesas. Não poderia ser escrita uma sátira mais cáustica e forte sobre a classe militar do que representar um quadro com tal figura escrevendo em baixo: “soldado”.*¹⁸⁷

¹⁸⁴ Correspondência do governador da província de Santa Catarina, Joaquim Xavier Cervalo ao conde vive-rei, em 29 de junho de 1801. Códice 106, vol. 15, 1801 – 1802. Arquivo Nacional.

¹⁸⁵ De acordo com a conta corrente dos cofres da Real Capitania de Santa Catarina no mês de setembro de 1801. Correspondência de 15 de agosto de 1801, do governador Joaquim Xavier Cervalo ao conde vive-rei. *Ibidem*.

¹⁸⁶ Em carta de 9 de dezembro de 1801, do governador a Dom Fernando José de Portugal vice-rei do Estado do Brasil. *Ibidem*

¹⁸⁷ Haro, 1996, página 203.

Assim como na cidade, em que o cotidiano era movido pelo trabalho dos negros nas ruas e no porto, havia tropas de “homens pretos”, entre escravos e libertos, que eram treinadas por oficiais brancos.¹⁸⁸

“_ Mas então – atalhou D. Maria -, o negócio requer toda a pressa, porque de um instante para outro podem chegar a farda ao corpo do pobre rapaz, e depois nem Santo Antônio a tira”. (*Memórias de um sargento de milícias*. Manuel Antônio de Almeida, 1852/1853).

Os soldados de linha só deixavam a vida militar mortos, por invalidez ou velhice. No final do século XIX, essa condição mudou, mas ser convocado à vida militar, mesmo que nas milícias, formadas temporariamente para guerras em curso ou em eminência de conflito, era uma condenação à miséria. Sempre houve tentativas de escapar do exército, não só como faziam alguns colonos açorianos que se escondiam no mato na época dos conflitos de expansão portuguesa ao sul, mas também por influência de autoridades para alguns privilegiados. Em 1893, quando estavam sendo formadas milícias - guardas nacionais - frente a eminente revolução federalista, o presidente da câmara, Germano Wendehausem, escreveu ao general da guarda nacional rogando dispensa a Firmino Manoel da Silva que estava aquartelado no 25^a Batalhão da Guarda. O argumento era, ele ser o único empregado encarregado do jardim Oliveira Bello.¹⁸⁹ No ano seguinte, o presidente da câmara Candido Melchiades de Souza pediu ao comandante da guarda nacional a dispensa do aquartelado Miguel da Silva Cascaes que era fiscal do primeiro distrito da cidade, “*cujos serviços são necessários a este Município*”.¹⁹⁰ Cascaes era um dos fiscais encarregados de vistoriar os serviços de saúde e higiene pública, encarregado de intimar e multar proprietários de casas e cortiços insalubres.

Encontramos várias referências de brigas, rixas e crimes envolvendo soldados pelas ruas nas noites de Desterro. Na primeira metade do ano de

¹⁸⁸ De acordo com correspondência do governador Joaquim Xavier Cervalo ao conde vive-rei Dom Fernando José de Portugal vice-rei do Estado do Brasil, em 1 de março de 1802. Correspondências de Santa Catarina sobre assuntos diversos. Códice 107, volume 1 (1723 – 1808). Arquivo Nacional.

¹⁸⁹ Copias de Officios, Portarias e editaes da intendência municipal e da Câmara Municipal 1892 – 1894. Códice 276, caixa 51, folha 55. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

¹⁹⁰ Ofício 33, de 23 de fevereiro de 1894. Segundo Manoel J. D’Almeida Coelho (1869, *apud* BUENO, 1987), folha 87. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

1896, todos os casos de “ofensas públicas” registrados no relatório do prefeito de polícia ao governador, envolviam soldados ou outros militares. Na noite de 25 de janeiro em frente ao Mercado Manoel Rodrigues da Costa, corneta do 7ª Batalhão de Infantaria, assassinou a tiros de revólver o praça Manoel Fernandes da Silva do 3ª Regimento de artilharia. Na noite de 21 de abril o cabo do 37ª Batalhão de Infantaria Belarmino da Costa Barbosa assassinou a facadas Osório de Aguiar e sua mulher Raymunda Francisca de Aguiar na Rua São Martinho, na Toca. Em 7 de maio na Praça General Osório, contígua ao Quartel na casa de negócios de José Cruz, o cabo do 7ª batalhão “Heferino de Tal” feriu o italiano Carlos Faraco. Em 5 de junho o segundo sargento do 3ª Regimento de Artilharia José Góes de Vasconcellos foi ferido pelo negociante Antonio Manoel Ferroso.¹⁹¹

Brigas, falta de pagamentos, miséria e doenças. No início do século XX, as epidemias continuavam ameaçando as cidades portuárias e os soldados assim como os marinheiros continuavam sendo vítimas comuns.

*“Verificam-se neste anno alguns casos de varíola em pessoas procedentes da Capital Federal sendo nesta cidade em 4 praças do exército, das quaes uma falleceu e em S. Francisco um marinheiro de navio mercante. Os soldados foram isolados no Lazareto de Guarazes.”*¹⁹²



Soldados do Exército no Quartel do Campo do Manejo, início do século XX. Reprodução de foto em exposição permanente na Assembléia Legislativa.

¹⁹¹ Relatório do prefeito de polícia Antero Francisco de Assis ao governador. Prefeitura de polícia. Relatório de 30 de junho de 1896. Relatórios de Chefes de Polícia. 50-1. Caixa 02, volume 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁹² *Saúde Pública*. Mensagem do governo, 2 de agosto de 1908. Página 7, caixa 01. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Os expostos

O maior drama da pobreza era o da parcela mais vulnerável da população, as crianças “enjeitadas”, abandonadas nas ruas. Desde o século XVIII o Hospital de Caridade as acolhia, os “expostos” ao tempo das intempéries e aos animais. Pelo Brasil, os hospitais instalavam um mecanismo chamado de “roda” para tentar diminuir o abandono de crianças nas ruas. Em uma parede com contato externo e uma campainha, a roda, possibilitava o anonimato, aumentando a possibilidade das crianças serem entregues ao Hospital. Em Desterro, dos que sobreviviam, nos primeiros anos de vida a administração do Caridade os entregava a “mulheres criadeiras” que os amamentavam e os criavam em troca de pagamentos do governo.

O que era uma prática do século XVIII tornou-se comum, aumentou progressivamente e perdurou durante o século XIX.¹⁹³ Segundo Oliveira o aumento dos nascimentos de crianças ilegítimas suposto pelo aumento da prostituição e da miséria, aumentou também o aborto e o infanticídio, por outro lado, acarretou uma difusão do sistema de assistência pela Igreja e Estado às crianças abandonadas.

Para diminuir o abandono de crianças nas ruas, o código de posturas de Desterro de 1845 previa multa e cadeia.

¹⁹³ As autoridades decretavam medidas para garantir o anonimato dos que abandonavam crianças; o encargo a qualquer cidadão, excetuando os eclesiásticos, de ter a obrigação de criar o recém nascido abandonado em sua porta e não mais entregá-los a Câmara. Criou-se assim, um sistema de assistência a crianças. A “roda” foi um instrumento dos estabelecimentos de assistência aos expostos. A “roda dos enjeitados”, um cilindro de madeira, giratório, incrustado em uma parede da instituição destinado a receber as crianças. Da rua uma pessoa podia colocar uma criança na roda e girá-la para que passasse para o lado de dentro da casa, em geral acionando uma sineta que alertava o uso da roda. O sistema servia para garantir anonimato dos que abandonavam recém-nascidos e evitar que as crianças fossem expostas as intempéries e a animais. Em 1828, uma roda foi colocada na Casa de Caridade do Menino Deus - Hospital de Caridade. Dos 367 expostos registrados entre 1828 e 1840, morreram 223. As crianças que sobreviviam, eram criadas por Amas que recebiam um pagamento da Câmara para criá-las. Este sistema foi desativado na década de 1890 (OLIVEIRA, 2001, p. 206 - 214). A explicação de Oliveira para o fim da exposição de crianças, que em 1893 teve o último registro, aconteceu por uma valorização da mulher e pela organização de família monocelular (2001, p. 229). Também contribuiu, o fim da abolição e o fim da desestrutura a que os negros eram submetidos em cativeiro.

*“Aquelle que tiver exposto, ou abandonado, em lugar solitário uma criança de menor idade será multado em 12\$000 reis, e seis dias de cadeia”.*¹⁹⁴

O abandono de crianças nas ruas diminuiu durante a segunda metade do século XIX, com a instalação da roda dos enjeitados no Hospital de Caridade. Em 1863, quatorze crianças foram abandonadas no Hospital, onze completaram a idade de sete anos e saíram do Caridade, seis faleceram, aquele ano começou com 85 e terminou com 82 crianças abrigadas.¹⁹⁵ No final do ano de 1873, havia 27 crianças no Hospital e em 1874, quatro crianças saíram do hospital, “completaram a criação”, cinco faleceram e mais 15 crianças foram abandonadas, aquele ano terminou com 33 crianças internadas.¹⁹⁶ O governo pagava a amas-de-leite, mulheres que amamentavam os recém nascidos. Desde 1845, o código de posturas da cidade previa que os fiscais “de fora da cidade” fariam a fiscalização, para o Hospital, dos casos de maus tratos pelas “creadeiras” às crianças “dadas a criar” nas freguesias, longe dos administradores do Caridade. O código obrigava a quem criasse um exposto a tratá-lo com humanidade “castigando-os com moderação”.¹⁹⁷

Um caso de suspeita de maus tratos por uma “creadeira” a um órfão, foi relatado em 18 de setembro de 1874, por José Pereira de Mello, membro da “consistoria” da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e do Imperial Hospital de Caridade, que escreveu ao juiz de órfãos do município pedindo que nomeasse um tutor a menina “creoula” liberta Maria, “com cerca de seis anos. Maria estava a cargo da “preta liberta” Dorothéa que a criava. Segundo o relato de Mello, Maria estava internada no Hospital há alguns dias e que não era aquela a primeira vez que era levada ao hospital para ser tratada de “leves enfermidades”, o que para Mello demonstrava que Dorothéa “não se interessava pela menor”. O juiz aceitou a denúncia de Mello e indicou o médico

¹⁹⁴ Artigo 81, lei 222 de 10 de maio de 1845. Coleção de Leis 1847-1841. Caixa 01, página 228. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

¹⁹⁵ Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina Francisco Jose D'Oliveira à assembleia provincial, em 2 de março de 1864, páginas 24 e 26. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

¹⁹⁶ Fala do presidente da província João Thomé da Silva, dirigida à Assembleia Legislativa Provincial, em 21 de março de 1875, página 43. Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

¹⁹⁷ Artigos 80 e 82 do Código de Posturas de 1845, Coleção de Leis 1847-1841. Caixa 01. *Ibidem*.

Duarte Paranhos Schutel como tutor da menor - anos mais tarde, Schutel seria inspetor de higiene pública do estado e enfrentaria a epidemia de varíola que assolou o litoral catarinense em 1882. Na mesma linha de pouca sorte das crianças expostas e órfãs, Maria não foi aceita, Schutel recusou sua tutoria.¹⁹⁸

As crianças eram encaminhadas para o “asylo de orphãs” (sic), anexo ao Hospital, ao completarem sete anos e permaneciam até 16 anos, onde estudavam, aprendiam ofícios domésticos e produziam flores artificiais para vender e custear suas despesas. Era comum que os meninos fossem encaminhados para a vida de aprendiz com algum mestre de ofício. Do cotidiano das oficinas muitos fugiam e acabavam nas ruas. A prática, de abandono na roda dos expostos desapareceu por completo no final do século XIX. O relatório do governo de 1887 citava a necessidade de um abrigo para expostos e que a “roda da misericórdia” do hospital não fora mais utilizada.¹⁹⁹

Em 1903, iniciava a atuação do asilo de órfãos, “orphelinato” estabelecido pela Confraria São Vicente de Paula e Irmandade do Espírito Santo, que estavam construindo um prédio para o orfanato no Largo 17 de Novembro (Praça Getúlio Vargas).²⁰⁰



O Irmão Joaquim Francisco do Livramento. Nasceu em Desterro em 20 de março de 1761 e faleceu em Marselha em 1829. Irmão que recolhia esmolas pela cidade para a construção do Hospital de Caridade que abrigava crianças abandonadas durante o século XIX. Quadro de F. Nunes, 1855. Capela Nosso Senhor dos Passos.

¹⁹⁸ “Tutoria Dr. Duarte Paranhos Schutel”, 1874. Caixa F7. Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

¹⁹⁹ Relatório do presidente da província, de 11 de outubro de 1887, página 134. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁰⁰ A Fé, 28 de setembro de 1903, ano I, número 6. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Meninos vadios

“Tudo de que se recordava de sua história reduzia-se a bem pouco. Quando chegara à idade de dar acordo da vida, achou-se em casa de um barbeiro que dele cuidava, porém que nunca lhe disse se era ou não pai ou seu parente, nem tão pouco o motivo porque tratava da sua pessoa. Também nunca isso lhe dera cuidado, nem lhe veio à curiosidade indagá-lo.

Esse homem ensinara-lhe o ofício, e por inaudito milagre também a ler e a escrever. Enquanto foi aprendiz, passou em casa do seu... mestre, em falta de outro nome, uma vida que por um lado se parecia com a do fâmulos, por outro com a do filho, por outro com a do agregado, e que afinal não era senão vida de enjeitado, que o leitor sem dúvida já adivinhou que ele o era. A troca disso dava-lhe o mestre sustento e morada, e pagava-se do que por ele tinha feito. (Memórias de um sargento de milícias. Manuel Antônio de Almeida, 1852/1853).

Durante o século XIX, meninos, mesmo que tivesse família, ligados a mestres de ofício ou escravistas, faziam das ruas, do porto e do mercado local de sobrevivência, trabalho e “vadiagem”. Parte desses meninos era dos que tinham nascido em bordéis, senzalas e cortiços, abandonados, enjeitados, órfão, entregues a miséria e às epidemias. Depois de criados no Hospital ou por alguma “mulher criadeira”, quando tinham cerca de doze anos, eram entregues à mestres de ofícios, para viver em oficinas onde deveriam crescer e aprender uma arte. A rigidez e disciplina nas oficinas, quando ligada à exploração e maus tratos, levavam meninos a encontrar na proximidade da rua uma liberdade sedutora que se estendia às brincadeiras nas praias, nos rios, no porto, nas fontes.

“Precisa-se dous meninos que saibão ler, escrever e contar e que se queirão dedicar a arte typographica”.²⁰¹

Esse anúncio publicado em 1850 pelo tipógrafo A. F. Viana, dono do jornal O Novo Íris, era uma oportunidade rara que um menino pobre tinha para aprender uma profissão, porém era quase impossível encontrar uma criança pobre que soubesse ler. Durante o século XIX, não havia nenhuma instituição oficial dedicada a educação de crianças pobres. Somente os filhos de famílias “remediadas”, ricos estudavam.

²⁰¹ O Novo Íris, 5 de julho de 1850, número 34. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Em 1847, os Jesuítas fundaram o Colégio do Desterro, que funcionava em uma chácara no Mato Grosso próximo ao Largo Municipal, (depois, 17 de Novembro). Em 1852, o colégio tinha 68 alunos, destes 40 eram internos sendo 11 da província e 29 de outras províncias e países. Os demais 28 eram “externos”, da província. Os internos pagavam 16 mil réis de mensalidade, aos externos o ensino era gratuito. O colégio era subsidiado pelo governo da província que pagava 600 mil réis para aluguel, despesas com a chácara e utensílios. Ao pedido do presidente da província, Antero Ferreira Brito, o colégio aceitou quatro estudantes pobres da província como pensionistas que receberiam uma bolsa de seis mil réis, mas, que nunca fora paga (LUDWIG, 2005, p. 20 a 23).

O Atheneu Provincial de Desterro só recebia jovens com mais de doze anos, não acolhia pobres, doentes ou escravos. Em 1883, o padre José Leite de Almeida, diretor do Atheneu, publicou um edital no jornal “A Regeneração” sobre o ingresso de crianças: todas as matrículas eram feitas no mês de janeiro de cada ano, o pai, tutor ou protetor tinha que fazer um requerimento ao inspetor geral de instrução pública – o que excluía os jovens que viviam nas ruas sem família; apresentar uma certidão que provasse a idade – muitos, principalmente os filhos de escravos não sabiam sua idade, os registros comuns eram os de batismo que ficavam guardados nas Igrejas; era obrigatório a apresentação de um atestado médico que provasse não conter moléstia contagiosa – uma outra limitação para os pobres que não podiam pagar pelo raro serviço de um médico; tinham que apresentar um documento que provasse ser livre – a Lei do Vinte Livre ²⁰² era de 28 de setembro de 1871, portanto, em janeiro de 1883, os filhos de escravos, com 12 anos haviam nascido ainda sob a condição de escravo. ²⁰³

“Lembrar-se de que ainda nasciam cativos, porque muitos fazendeiros, apalavrados com o vigário da freguesia, batizavam ingênuos como nascidos antes da Lei do Ventre Livre!” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1981). ²⁰⁴

²⁰² Lei 2040, de 28 de setembro de 1871.

²⁰³ A Regeneração, 7 de janeiro de 1883, número 2, ano XV. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

²⁰⁴ Os filhos de escravo nascidos livres eram chamados “ingênuos”. Para muitos o único registro era o de batismo.

O Hospital de Caridade mantinha negros livres, entre os adultos e velhos, alguns meninos e meninas trabalhando nos serviços do Hospital ou entregues como aprendizes a mestres de ofício. Um deles era Antero, que em 1858 tinha 12 anos, aprendiz de pedreiro, anotado “com adiantamento” da aprendizagem. Narbaro, de mesma idade, também era aprendiz de pedreiro, ambos entregues ao mestre pedreiro Antônio Jose Feliciano que os ensinava. Aurélio, um menino de 13 anos tinha uma “ulcera incurável” na perna direita e prestava serviço de barbeiro no Hospital. Carmélia, de 17 anos, vivia no Hospital e trabalhava como lavadeira e costureira. Também, Felippa, de 13 anos, que sofria do peito”. Bertolda, de 15 anos, era “servente de obras” e da cozinha. Leonor, de 12 anos, era descrita como maníaca e de saúde sofrível, trabalhava como lavadeira e prestava outros serviços. Luciano, de 15 anos, era servente do Hospital. O ano anterior, o menino “crioulo” Januário fora vendido para “o seu produto” ser empregado em apólices.²⁰⁵

A sociedade do século XIX oferecia poucas possibilidades para a população liberta, principalmente para os meninos negros livres, vadios.²⁰⁶ Segundo Fraga Filho (1996, p. 122 e 123) os meninos com pouca idade já saíam de casa para viver como aprendiz, os pais transferiam sua autoridade aos mestres de ofício, o que incluía castigos corporais. O menino aprendiz era submetido à severa disciplina e a longas jornadas de trabalho. Por ser mão-de-obra barata era largamente utilizada. A opção pela rua surgia da tensão da relação entre mestres e aprendizes cujo tratamento em muitos casos não era diferente aos escravos.

No século XIX, meninos considerados indigentes ou mesmo entregues por seus pais eram encaminhados à marinha como uma das possibilidades de vida para longe do vício e do crime.²⁰⁷ Como fez o juiz de órfãos de Desterro em 1887, remeteu quatro meninos para serem alistados na companhia de

²⁰⁵ “Relação dos Africanos livres existentes no Imperial Hospital de Caridade”. Consistório da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos na cidade do Desterro, em 15 de janeiro de 1858. Doc. 02. Ofícios 1857/1860, folhas 73 e 74. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2005, página 171. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

²⁰⁶ De acordo com Fraga Filho (1996, p. 119) o termo vadio já comportava condenação moral, do fato dos meninos estarem fora do domínio familiar e produtivo.

²⁰⁷ O presidente da província André Cordeiro de Araújo Lima, em seu relatório de 25 de março de 1870, página 19, se queixava da negligência dos pais que não encaminhavam seus filhos à Marinha preferindo deixá-los à ociosidade.

aprendizes marinheiros.²⁰⁸ Aos filhos livres de mulheres escravas não havia possibilidades legais, oficiais ou institucionais de se encaixarem na sociedade do século XIX, que os excluía de boas possibilidades. Em outubro de 1882, o capitão do Porto de Desterro comunicou ao chefe de polícia a determinação do ministério da agricultura, que os filhos livres de mulheres escravas, entregues ao estado pela lei do vinte livre (1871), deveriam ser enviados à marinha para compor as companhias de aprendizes que estavam desfalcadas.²⁰⁹

Alguns órfãos não encontravam acolhimento nem mesmo na Marinha. Entregue a Escola de Aprendizes Marinheiros, o órfão Raymundo Correa de Lima foi desligado por “incapacidade física”. O comandante da companhia o entregara ao juiz de órfãos. Este mandara ao escrivão que notificasse a um estranho que aceitasse a tutoria de Raymundo.²¹⁰

Quanto às meninas abandonadas, em 1876, o plano da assembléia legislativa era autorizar o presidente da província a mandar edificar um prédio na Rua Trajano até o canto da Rua do Tenente Silveira para servir de asilo as “meninas desvalidas”.²¹¹

Nas ruas, meninos acabavam no crime. Em setembro de 1909, os meninos irmãos Augusto Francisco de Oliveira e José Martins de Oliveira foram acusados do “hábito do furto”, pelo jornal A Fé que os acusava e pedia a polícia que “intercedesse em favor das duas creanças” (sic), argumentava que a causa dessa “inclinação” era a “grande liberdade” com que eram criados sem escola. O artigo também lamentava a “dolorosa impressão” deixada no “espírito público” o furto de um relógio de ouro de uma hospede do hotel Savedra pelo jovem engraxate Backe.²¹² O furto fazia parte do universo das ruas em que viviam esses meninos, principalmente dos abandonados e nas ruas da cidade tinham que aprender a sobreviver. Para a população pobre e de vida simples

²⁰⁸ Relatório do presidente da província, 11 de outubro de 1887, Rio de Janeiro. Typ. União, 1888, p. 248. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁰⁹ “Secção official”. A Regeneração, 8 de outubro de 1882, página 1, ano XIV, número 78. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina.

²¹⁰ Tutoria de Raymundo Correa de Lima. Capital – Primeira Vara da Família. Diversos, pasta 1886. Caixa 4. Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

²¹¹ Decretos / Resoluções 1877/1876. Doc. 14, folha 199. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2005, página 183. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

²¹² “Meninos”. A Fé, 1 de setembro de 1909, número 189. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

na Desterro do século XIX, a rua era o quintal das pequenas casas de porta e janela e dos cortiços em que viviam. As famílias com muitos filhos tinham na rua extensão da casa. À medida que a cidade, principalmente o centro, ia sendo tomada pelo comércio e por uma classes abastadas, surgiam conflitos entre a elite e os pobres, seu modo de vida e também seus filhos. No início do século XX, o quadro desses conflitos já estava montado. Há uma série de referências nos jornais de Desterro sobre esses meninos e suas algazarras pelas ruas, praças e trapiches, de seus trabalhos de carregadores no Mercado, do uso das portas de Igreja como dormitórios.

*“Clearco não tinha completo seus doze annos, quando teve o infortúnio de perder seus pais. Orphão, desamparado, e sem uma proteção no mundo, vagava pelas ruas da cidade, chorando e padecendo mesmo fome. Uma noite hiberna (...) foi que passando uma senhora em frente a uma egreja, deparou-se com Clearco, adormecido em baixo de uma cruz...”*²¹³

As autoridades municipais, cobrados pela imprensa e pela elite comercial, impuseram medidas repressivas à “vadiagem” dos meninos, para reservar um espaço público “livre, agradável, limpo, calmo e adequado” à elite que ascendia. Dessa época, em que as ruas e a cidade começam a ter “donos”, é a construção do Asilo de Órfãos, o “orphanotrophio”, no Mato Grosso, pela Irmandade do Divino Espírito Santo.

Em agosto de 1905, meninos e adultos se reuniam durante o dia em “praça de jogo” nos fundos da chácara das Irmãs da Divina Providência, para fugir a repressão da polícia. No mesmo mês, no jornal “A Fé”, editado pela Associação Irmão Joaquim, intitulada de assistência aos necessitados, iniciava uma campanha contra os meninos que viviam pelo centro da cidade e sua “vadiagem”. O jornal decretava a “jogatina uma vergonha tal fato em local tão transitado” e criticava a polícia que só patrulhava a cidade durante a noite, pedia “que fizesse correr d’ali os vadios”.²¹⁴ Em setembro, mais de 20 meninos jogavam “cara ou coroa” nas proximidades do portão central da praça em frente a praia. Pelo jornal, a associação convocava a força policial e os pais a acabarem com a “jogatina dos vadios”. A campanha contra os meninos que

²¹³ “A caridade” crônica de Abdias Gouveia. A Fé, de 01 de janeiro de 1907, número 136 (BPESC).

²¹⁴ “Jogatina”. A Fé, 11 de agosto de 1905, número 99 (BPESC).

viviam pelas ruas e praças centrais era considerada uma ação de respeito ao público, “contra um mal ao bom nome do povo”, do qual os meninos vadios não faziam parte.²¹⁵ Pela localização dos meninos nos artigos de jornal em campanha contra a vadiagem, parece que, assim que a repressão se instalava em uma área, os meninos se instalavam em novo local, fugindo da ação dos agentes de segurança pública e resistiam para viver na cidade.²¹⁶ Mas, em outubro, os efeitos das medidas repressoras tomadas pelo comissário de polícia Fernando Machado Vieira fazia desaparecer os “magotes” de meninos vadios que “jogavam”, e viviam pela cidade em discordância com os desejos da elite que gritava: “*sem o mínimo respeito ao público*”.

*“Era realmente doloroso, sinão vergonhoso, a nossa civilização e ao nome do povo trabalhador, ver-se rapazes robustos, alguns maltrapilhos e sujos, revelando grande pobreza ou maximo desleixo de quem os cuida, entregues diariamente a fascinadora loucura do jogo”.*²¹⁷

Facilmente, a repressão aos meninos que jogavam passou a todos os meninos que vadiavam livres pela cidade. Já nos primeiros governos republicanos, as medidas de repressão aos meninos vadios foram ampliadas e a campanha do jornal a Fé pedia que a polícia obrigasse, não só os viciados no jogo, mas todos os meninos que passavam a vida livre vagando e fazendo algazarras pelo Mercado, pelas vendas, e pelos trapiches a freqüentarem as escolas do governo.²¹⁸ Pelos jornais os cronistas da elite acusavam os meninos que viviam no Mercado “de balaio fingindo-se de carregadores”, exigiam que a polícia obrigasse os meninos entre 13 e 15 anos à instrução – aos ofícios, e com a República, às escolas públicas.

*“... que melhor os remunere e future (...) Desejamos que estas linhas estimulem, a quem competir a repressão de tamanho prejuízo a instrução e a civilização”.*²¹⁹

²¹⁵ “Meninos vadios”. A Fé, 10 de setembro de 1906, número 129 (BPESC).

²¹⁶ “Meninos vadios”. A Fé, 31 de outubro de 1906, número 132 (BPESC).

²¹⁷ “Meninos vadios”. A Fé, 15 de outubro de 1906, número 131 (BPESC).

²¹⁸ Durante o período colonial e do Império, antes das escolas republicanas, os meninos eram entregues como aprendizes a mestres de ofícios ou nos navios da Marinha.

²¹⁹ “Meninos vadios”. A Fé, 31 de outubro de 1906, número 132 (BPESC).

Mas havia algo mais em muito da repressão a vadiagem dos meninos, a intolerância de quem escrevia e mandava, queria alcançar até os que estavam fora da vadiagem e que trabalhavam. A polícia atendia às campanhas dos jornais contra os meninos vadios, que tentavam o “ganho” nas ruas. Quinze dias após a última reclamação o jornal *A Fé* informava que as medidas do chefe de polícia estavam fazendo desaparecer os grupos de meninos “*da indolente profissão de carregadores de compras do Mercado aos domicílios*”. Em julho de 1908, continuava o noticiário e a campanha do jornal contra o jogo e a presença dos meninos pelas ruas e a repressão da polícia e o lema da educação para o progresso da república.

Mas, os meninos vadios continuaram a fazer parte do cotidiano da cidade e viveram livres pelas ruas onde a elite os encontrava. Nas primeiras décadas do século XX, tornaram-se cada vez mais constantes na imprensa as campanhas contra a vadiagem, a mendicância, a prostituição, a pobreza do povo e suas casas, cortiços e seus trabalhos e costumes, pressão social que se estendia aos meninos vadios que sobreviviam nas ruas, abandonados ou filhos dos pobres, dos escravos. Parte desses meninos era dos enjeitados que conseguiram sobreviver, crescer, criados por “mães pretas” e outras mulheres que criavam os meninos abandonados em troca de ajuda das câmaras municipais, mas, que nem sempre às pagava. Foi o caso da Bernarda Ludovina das Chagas, que em março de 1880 apresentou uma petição à comissão de fazenda do orçamento provincial, solicitando pagamento pela criação da exposta Guilhermina desde o mês de março de 1875.²²⁰

Para os meninos vadios a cidade era o local de vida, onde podiam sobreviver de pequenos serviços, das sobras no mercado, de servir para transportar pequenas cargas e recados, da mendicância, do roubar, do jogo, brincando durante o dia e fugindo da repressão da polícia à noite. Do outro lado, a elite dizia-se “cançada” e criticava as autoridades que deveriam ir além da repressão, atuando pela educação e instrução, que eram novos objetivos republicanos. Mas esse discurso corria ao lado de outros que pregavam a

²²⁰ “Annaes da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina”, sessão ordinária de 23 de março de 1880. Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina – setor de documentos raros.

“tranqüilidade e o progresso da pátria”, no desejo da elite, uma pátria branca e organizada para ela.



Meninos brincando no aterro da Praia do Menino Deus, final do século XIX. Largo XIII de Maio. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa. Catarina.



Meninos aprendizes marinhos, na Rua do Menino Deus, início do século XX. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

Capítulo IV

Desterro do povo pobre de origem africana²²¹

Escravos na vila

As pessoas de origem africana formavam a parte mais pobre do povo de Desterro. Os que eram escravos não tinham direito a nada na cidade, eram submetidos a um ordenamento jurídico específico e libertos tinham que sobreviver numa sociedade baseada sobre o trabalho escravo.

Durante o século XIX, a vida dos escravos de Desterro era pior do que a dos demais escravos da costa. Era a população que mais sofria as condições da pobreza na cidade. Realizavam praticamente todo o trabalho braçal, tinham as piores condições de abrigo, trabalho, vestuário, alimentação e saúde – as piores condições de vida, a condição escrava. Segundo o médico Georg Langsdorff, que esteve na Ilha entre 1803 e 1804, os escravos eram presos energicamente ao trabalho durante todo o ano e apenas durante as festas de ano novo recebiam alguns dias de liberdade.²²² Langsdorff, escreveu que a varíola, enfermidade mais temida e devastadora à época, sempre se manifestava em forma de epidemia e fazia milhares de vítimas principalmente entre os escravos.²²³ O russo Otto Von Kotzebue, em expedição pela Ilha em 1815, descreveu que quando lhes faltava força, eram conduzidos por chicote como animais para o trabalho e que eram miseravelmente alimentados e muito infelizes. Para Louis Choris, o artista da expedição, os escravos eram menos infelizes junto aos proprietários pobres do que dos ricos, essa também era a opinião de Adalbert Von Chamisso naturalista da mesma expedição.

“Para o fim do dia os negros, para descansarem da penosa labuta, reúnem-se e dansam: por toda a parte onde habita esta raça humana ela se entrega apaixonadamente a este divertimento.

²²¹ O pesquisador Paulino Jesus Francisco Cardoso (2004, p. 74) escreveu que: “Quando se mergulha no cotidiano de Desterro através das miríades de fontes fragmentadas e dispersas por um sem número de documentos arquivísticos, o que mais nos chama atenção é a grande presença da população de origem africana nos ofícios e pelas ruas da cidade”. Esta foi a mesma impressão que tive ao pesquisar nos arquivos sobre a população pobre de origem africana de Desterro.

²²² Haro, 1996, página 169.

²²³ Alfredo de Carvalho. Revista do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina. Volume IV, 1915, página 12.

*A orquestra é singela; um dansarino agita um pandeiro e assim ritima os próprios passos e os de uma ou duas bailarinas, enquanto um dos espectadores rufa um tamborzinho esperando a vez em que lhe caiba tocar o pandeiro”.*²²⁴



Parte da litografia de Luiz Choris (1819).
“Vista da costa do Brasil fronteira à Ilha de Santa Catarina” (HARO, 1996, p. 240).

Em 1822, Lesson descreve que os negros do litoral de Santa Catarina pertenciam à “senhores pouco ricos”, eram mal alimentados e mal vestidos “*seu aspecto é de uma profunda miséria e um embrutecimento completo*”.²²⁵ Eram parte das coisas dos “senhores” proprietários, em 1856, na vila vizinha de São José o juiz anunciava que seriam arrematados na porta da “casa das audiências duas crioulinhas, uma égua petiça, duas vacas e uma bezerra parte da herança de órfãos.”²²⁶

Amédée François Frézier, viajante e engenheiro militar francês, em seus relatos de 1712 sobre o povo da Ilha, já menciona a presença de algumas pessoas de origem africana vivendo com os portugueses e índios. Comumente, os estudos históricos da Ilha de Santa Catarina pouco se referem à população de origem africana e relacionam sua presença depois da construção das

²²⁴ Luiz Choris desenhista, litógrafo e pintor que esteve em Santa Catarina em 1815. Publicou litografias com textos explicativos sobre Santa Catarina em 1819, *Vues et paysages des régions équinoxiales recueillis dans un voyage autour du Monde*. Apud Afonso D'E. Taunay. Cinco peças da velha iconografia. Página 138. In: Anais do primeiro congresso de Historia Catarinense, 1950

²²⁵ ²²⁵ René Primevère Lesson. (HARO, 1996, p. 268).

²²⁶ O Argos, 12 de fevereiro de 1856, número 13. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

fortalezas ou a partir dos registros de batismo de escravos, cujos registros mais antigas são de 1750.²²⁷ Porém, há dois registros de escravos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, anteriores a época do início da construção das fortalezas (1738). Há um registro do ano de 1728, de Sebastião, homem de origem africana, escravo por José Rovin da Costa, e outro, de 1735, de Miguel, escravo do “defunto” Luciano.²²⁸ Os registros de Sebastião e Miguel também comprovam a formação da Irmandade das pessoas de origem africana nos primórdios da vila de Desterro. Para a organização de uma Irmandade era preciso que já existisse, a princípio, “irmãos” e meios que a mantivesse, e as Irmandades do Rosário, que também eram de brancos influentes que ocupavam os cargos importantes, eram integradas por negros, eram os de origem africana que demandavam e formavam estas Irmandades.²²⁹ Portanto, já nas primeiras décadas do século XVIII era presente a participação de negros em Desterro.

A participação e presença de negros na formação e povoação de Santa Catarina, e a violência da escravidão, porém, foi desprezada e amenizada por muitos historiadores. Esse esquecimento ou “invisibilidade”, como define Ilka Leite (1981), dos negros na sociedade catarinense, não é uma prática que ocorreu apenas durante século XX, em que o tempo poderia ser argumento para tal esquecimento. A presença dos negros e da escravidão em Santa Catarina foi descrita por alguns dos viajantes que deixaram relatos de suas expedições durante os séculos XVIII e XIX. Porém. Já durante o século XIX, em plena escravidão, a presença dos negros era desconsiderada, pelos memorialistas e historiadores da época. Em 1864, o arcipreste Joaquim Gomes D'Oliveira Paiva em Sua “Notícia Geral da Provincia de Santa Catharina”, ao escrever sobre os habitantes não fez nenhuma referência aos negros.

²²⁷ Registros de Batismos de Escravos. Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis.

²²⁸ Registro de Irmãos. Florianópolis, 31 de janeiro de 2007. Arquivo da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

²²⁹ Segundo Oscar Paulo de Souza, que foi provedor da Irmandade, seria necessário que existissem membros que requisitassem ao bispo a formação da Irmandade e rendas para mantê-la. Entrevista para esta pesquisa concedida em 6 de junho de 2007 (Seu Oscar faleceu em 2008).

*“Os catharinenses descendem em sua maior parte de colonos açoristas e de alguns naturais da capitania de São Vicente, são em geral affaveis, hospitaleiros e religiosos, siceros e dedicados no trato social; bravos e resignados...”*²³⁰

Escravos foram trazidos para trabalhar na construção das fortalezas a partir de 1738 e consolidar a posse portuguesa da Ilha. Também foram trazidos para trabalhar nas armações baleeiras.²³¹ Mas, foi depois da imigração açoriana e madeirense, que, como escravos, pessoas de origem africana foram trazidas em maior número. Segundo a descrição do viajante Saint-Hilaire (1936), que esteve na Ilha na década de 1820, os colonos portugueses, economizavam para comprar um escravo. Os que prosperavam tinham mais de um escravo, como Anacleto Luis Nunes que tinha casa, engenho de farinha e centenas de braças de terra em pelo menos sete terrenos no Rio Vermelho, tinha dois escravos novos: o pardo Manoel de 15 anos e Simão de 10 anos.²³² Langsdorff descreveu (1803 e 1804) que as casas “de campo” dos colonos, além de “uma sala, duas alcovas e a cozinha, por vezes tinham uma dependência externa ligada ao aposento que servia de dormitório aos escravos”.²³³ Segundo Raulino Reitz (1988, p. 58) que estudou o povo da região do Alto Biguaçu (atual município Antônio Carlos) a escravatura foi generalizada na região, nas terras de descendentes de açorianos vindos de São Miguel. Em São Pedro de Alcântara, a mais antiga colônia alemã de Santa Catarina, em 1851, havia 360 estrangeiros, os alemães não mantinham escravos, mas até mesmo nessa colônia havia escravatura. Os 840 nacionais de São Pedro mantinham 78 escravos (A. COELHO, 1877, p. 90). Em 1810, a freguesia do Ribeirão que concentrava o maior número de engenhos de açúcar, além dos de farinha e alambiques na Ilha, a população escrava era

²³⁰ Trabalho oferecido ao Instituto Geográfico Brasileiro e publicado em Desterro em 1873, página 34.

²³¹ Célia Silva (1998) informa que mais de 100 escravos foram comprados no Rio de Janeiro para trabalhar na armação baleeira da Piedade. Com a decadência da pesca à baleia entre 1820 e 1840, os escravos foram vendidos, uma parte acabou em Desterro. Célia Silva da referência de cinco escravos que foram desviados pelo governo da província para trabalhar nas obras do trapiche da cidade e no armazém da marinha.

²³² Relação da avaliação dos bens em 1874. Caixa F7. Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

²³³ Por Alfredo de Carvalho, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina. Florianópolis. Typ. da Escola Aprendizes Artífices, volume IV, I a IV trimestre, 1916, página 21.

37,97%.²³⁴ Um desses escravos da Ilha foi João Xavier da Costa, africano conhecido como Lela, vendido em Ingleses do Rio Vermelho como escravo e que viveu em uma propriedade no Sítio Capivari. Lela teve uma história diferente da maioria dos escravos do lugar, era escravo “pastor” – um escravo escolhido para procriar - acabou casando com a filha de seu dono, e herdou a terra em que foi escravo.²³⁵



A farinhada. A representação do artista, com uma mulher negra. As famílias de origem açoriana do litoral tinham escravos. Quadro com cena de Engenho de Farinha de Hassis, 1956 (Fundação Hassis)

Walter Piazza pesquisou os registros eclesiásticos de Desterro sobre batismos de escravos. Os registros iniciam em 1750 e revelam que eram congos, moçambiques, angolas, benguelos, monjolos, minas e da Costa da Guiné. Muitos vieram comercializados do Recife, Olinda, São Luis, Salvador e do Rio de Janeiro, que era a maior cidade escravista das Américas, estes eram os grandes centros compradores de escravos.²³⁶

*Oiê pros meus irmão de Angola, África
Oiê pra Moçambique e Congo, África
Oiê pra toda nação Bantu, África
Oiê do tempo do Quilombo, África*²³⁷

²³⁴ Ianni (1960, p. 90).

²³⁵ Segundo Ademimo Carlos da Costa, 68 anos, neto de Lela, em entrevista realizada em 23 de janeiro de 2008.

²³⁶ O Rio de Janeiro em 1821 tinha mais de 55 mil escravos 48,8% de sua população. Essa população escrava foi tornando-se cada vez mais urbana, alcançando em 1870 a 81% (FARIAS *et al*, 2006, p. 10).

²³⁷ *Mãe-África*. Sivuca e Paulo César Pinheiro.

Origem

Era grande a variedade de origem dos africanos.²³⁸ Em Desterro entre 1784 e 1821, antes da primeira adesão brasileira a proibição do comércio escravo em 1831, quando passou a ser considerado pirataria, identifiquei, em diversas fontes, pessoas de origem africana, escravos e libertos, de origens diversas. Entre 1809 e 1813 encontrei entre 237 escravos comercializados em Desterro, registrados pela câmara, uma maioria (62,5%) de escravos africanos e destes a maior parte do grupo Banto, entre os quais predominavam benguelas e angolas. Entre os escravos nascidos no Brasil, a maioria era designado como “crioulos” negros e os “pardos” ou mulatos nascidos da crescente miscigenação.

Tabela 14. Origem dos escravos comercializados em Desterro entre 13 de setembro 1809 e 6 de março de 1813:

Nascido no Brasil, negro “crioulo”	73
Nascido no Brasil, mulato ou “pardo”	16
Benguela	45
Angola	41
Cassange	10
Congo	10
Ganguela	9
Rebolo	9
Moçambique	6
Mina	6
Cabinda	4
Guisama	2
aliar	1
Cabo Verde	1
Origem não identificada	4
total	237

Fonte: Tabela organizada a partir dos registros de: “Receitas das sisas dos escravos 1809 – 1813”. Códice 29. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

²³⁸ Farias e Moreira citam uma série de origens dos africanos com uma grande variação e composição diferente em cada cidade brasileira: angola; benguela; cabinda; cassange, congo; monjolo; rebolo; cabundá; ganguela; ambaca; moçambique; quilimane; inhambane; sena; mina; mandinga; cachéu; balanta; gabão; bigajo; nagô; jeje, hausá e calabar. (et al 2006, p. 13). Para Ilka Leite (1981, p. 12) as estratégias de dominação cortaram os laços de ligação dos escravos a sua origem, passaram a ser tratados não como descendentes de um povo, mas de uma cor. Isso imperou durante a escravidão e perdura no século XXI. “O descendente de africano no Brasil continua a não ter uma origem: ele é uma cor. Ele é o negro”.

Entre 1841 a 1851, período já posterior a primeira proibição do comércio exterior de escravos, já como tráfico, identifiquei uma mudança na origem dos escravos e libertos. Consultando como fontes um livro de anuidades e de Registros de Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e os livros de registro de pacientes do Hospital de Caridade identifiquei as origens: rebolo; monjolo; Calabar; Moçambique; cabinda; angola; benguela e a maioria absoluta da Costa da Mina e Congo.²³⁹ Doze de março de 1850, “O Novo Íris publicava anúncio de venda de uma escrava “cabinda” de 18 anos, os anúncios desse jornal eram de escravos africanos, parte deles negociados pela tipografia do jornal.²⁴⁰ Para Ilka Leite a grande variedade de origens era uma estratégia que os escravistas utilizavam para dificultar a comunicação entre escravos de língua e culturas diferentes e diminuir sua resistência ao cativeiro (1981). Já, Oswaldo Cabral (1971) relaciona as diferentes origens às características culturais escolhidas pelos traficantes em relação ao tipo de trabalho que os escravos seriam destinados. Podemos introduzir mais um componente aos motivos dessa diversidade de origens, a possibilidade do tráfico na África, as possibilidades de compra e oferta diferente do negócio escravo em cada época e a própria difusão e expansão que o comércio escravo alcançou.

No Brasil, os africanos e seus descendentes formaram várias identidades ao fundir suas culturas originais com a que encontravam em cada região e cidade brasileira em cada época, como exemplifica Farias, “ser um mina em Salvador não era o mesmo que no Rio de Janeiro, assim como os do século XVIII eram diferentes dos do século XIX” (*et al* 2006, p. 13). Deve-se

²³⁹ De acordo com os livros de registro de pacientes do Hospital de Caridade. Nesses registros, a maioria das pessoas de origem africana foi registrada como “forros”, mas era comum o escravo ser libertado quando ficava gravemente enfermo para que seu senhor não tivesse a obrigação de tratá-lo. Outro fator era a substituição constante de escravos velhos por escravos novos para manter o nível de exploração. IBNSRSB. Registro de Irmãos. Florianópolis, 31 de janeiro de 2007. No Livro de Anuidades 1861 – 1889 da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos os irmão dessas origens africanas eram: livres (49%), “cativos” (42%) e libertos (9%) de acordo com o gráfico 10: Nações africanas de origem dos irmãos e Condição dos Irmãos em 1872, da monografia de Maristela dos Santos Simão, “*La vem o dia a dia, la vem a Virgem Maria, Agora e na hora de Nossa Morte*” A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860 – 1880). UDESC, 2006, páginas 46 e 53.

²⁴⁰ O Novo Íris, 12 de março de 1850, número 2, p. 4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

considerar também as condições variadas entre comércio e tráfico, principalmente depois de 1831, quando o comércio de escravos vindos da África passou a ser proibido e considerado pirataria, o que deve ter provocado desvios e mudanças nas rotas, origem e destino dos escravos. Além do fato, de que havia escravos comprados de outras províncias e que essa disponibilidade variava em cada época de acordo com as condições da economia escravista em cada região.²⁴¹

“... Olhe este; diz um que parece capataz. E pega pelo braço um rapazinho magro, pálido, de aspecto doentio, roupas sujas e envelhecidas. Aquelle a quem mostram, chega-se mais para perto; palpa-lhe as carnes sumidas; levanta-lhe um braço; vira-o de frente e de costas; levanta-lhe o queixo, como para ver-lhe o pescoço e fica ainda a olhal-o.

— Então esse rapagão não vale cincoenta mil reis?

O comprador não responde. Continua a olhar e passeia os olhos pelos outros.

— Que idade tens? Pergunta.

— Vinte e oito annos; responde humildemente o rapaz.

— É chegado à febre?

— Não Senhor.

— É uma peça! Diz animado o capataz.

— Bem, responde o comprador; dou os cinqüenta. Separa este, para a borracha serve”.²⁴²

O trecho acima, da crônica *Os escravos do Acre*, publicada no jornal A Fé em 1905, descreve o destino itinerante de escravos que já falavam a língua nova. Comercializados entre províncias distantes, a precária condição de suas vidas era medida e medida pelos capatazes e senhores, pelas condições físicas, a propensão às doenças e aptidão ao trabalho.

Segundo Farias (*et al.* 2006, p. 14) antes da venda no mercado negreiro ficavam presos “armazenados” em depósitos nos portos durante algumas semanas para recuperar o peso e a aparência para garantir aos traficantes e

²⁴¹ Segundo Ilka Leite (1981, p. 3 a 12) a palavra negro deriva do Latin: niger, as primeiras ocorrências em outras línguas tem o sentido de funesto e a derivações a nigelo e anielar com sentido de esmaltar de cor preta. O vocábulo denegrir, em sua origem, é sinônimo de triste, doentio e que adquire contemporaneamente o sentido ético de macular. Tornar-se negro equivale a desacreditar a, desabonar, difamar. No Brasil, negro tornou-se primeiro sinônimo de escravo. Após a abolição o termo passou a designar: malandro, marginal e outros sentidos de desqualificação.

²⁴² “Os escravos do Acre”. A Fé, 04 de julho de 1905, número 94. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

intermediários bons negócios. Muitos morriam nos navios e depósitos debilitados por uma série de doenças e epidemias.

Mais negros do que se conta

Em 1810, entre três habitantes de Desterro um era de origem africana. Segundo os dados do memorialista Paulo José Miguel de Brito, publicados em 1829 (*apud*, WAGNER, 2004, p. 154) sobre a população de Desterro, naquele ano a população era de 5.250 habitantes, dos quais, entre libertos e escravos, 1.866 pessoas de origem africana, 35,6% do total. Destes 177 eram libertos (9,4%) e 1.689 escravos, 734 mulheres e 955 homens.

Os dados oficiais citados por Saint-Hilaire de 1841, eram de 19.368 habitantes na Ilha, 15.032 livres e 4.336 escravos.²⁴³ Mesmo que a população fosse um pouco maior que a dos dados oficiais, pode-se deduzir que mais da metade das famílias brancas da Ilha tinham um escravo. Porque cada proprietário de um pedaço de terra tinha de um a dois escravos. Isso é o que Saint-Hilaire descreve sobre os colonos da Ilha.

*“... o homem economiza para poder comprar um negro, e fazendo pacientemente novas economias, prefere comprar outro negro a uma negra pois sua mulher e filhas poderão substituí-la no serviço doméstico”.*²⁴⁴

Tabela 15. Batismo de escravos:

Período	Batismos
1750 a 1780	366
1781 a 1800	837
1801 a 1830	2.240
1831 a 1850	1.394
1851 a 1888	1.212

Fonte: Walter Piazza. *O negro na Ilha de Santa Catarina*.²⁴⁵

²⁴³ Saint-Hilaire comentou que os dados oficiais sobre a população da Ilha de Santa Catarina não eram corretos. Que as famílias mentiam sobre o número exato de pessoas, para livrar os homens do serviço obrigatório da milícia, e estimava-se que em 1820 o total oficial de 12 mil habitantes da Ilha fosse, na verdade, de 14 mil. O mesmo valia para as estimativas de 1841, quando o motivo era escapar da convocação para combater os “rebeldes” no Rio Grande do Sul.

²⁴⁴ Auguste d’ Saint-Hilaire (1858), 1936, página 147.

²⁴⁵ Em: *História Sócio-Cultural de Florianópolis*, Osvaldo Ferreira de Melo (coordenador), 1991.

O naturalista francês Adalberto von Chamisso, da expedição russa de Otto von Kotzebue, descreveu que, além do contingente de escravos nascidos na província, durante o início do século XIX, o governo de Santa Catarina necessitava anualmente de cinco a sete navios negreiros, cada um com cerca de cem escravos, principalmente de origem Congo e Moçambique, para substituir os que morriam anualmente nos serviços da lavoura numa exploração tão intensa que não eram mantidos os escravos mais velhos. Segundo Chamisso, os escravos da lavoura, eram utilizados intensivamente para o trabalho enquanto tinham força. Mas assim que não rendiam o suficiente eram substituídos tanto na lavoura como na cidade pelos escravos novos.²⁴⁶ Os escravos que não serviam mais para o trabalho eram geralmente abandonados restando a vida indigente, formando a pobreza crescente e a mendicância na cidade. Para os mestiços descendentes dos escravos e os libertos não havia terras nem possibilidades, apenas tentar sobreviver dia a dia. Assim a cidade passou a formar e abrigar uma população degradada crescente.

Os relatos de alguns viajantes faziam referências e comparações da escravidão em Santa Catarina como das províncias ao Norte, sobre o tipo do trabalho em pequenas glebas de terra e as diferentes formas de exploração. O naturalista francês Saint-Hilaire (1936) que viajou pelo Brasil entre 1816 e 1822 descreveu um número de escravos “muito pequeno e o de mulatos, ainda menor” em 1820. Mas, deve-se considerar que os viajantes estrangeiros tinham como parâmetro da escravidão no Brasil, as grandes cidades escravistas: Rio de Janeiro, Recife e Salvador e as fazendas de açúcar e café em que a exploração do trabalho escravo era feita em escala maior, para reproduzir uma riqueza maior do que era comum em Santa Catarina.

*No sertão mãe-preta me ensinou
Tudo aqui nós que construiu
Fio, tu tem sangue Nagô
Como tem todo esse Brasil*²⁴⁷

²⁴⁶ Haro, 1996, página 235.

²⁴⁷ *Mãe-África*. Sivuca e Paulo César Pinheiro.

Os escravos dos colonos

A literatura sobre a ocupação portuguesa do litoral catarinense exclui o fato de que os colonos açorianos e seus descendentes utilizaram trabalho escravo em suas propriedades. É citado apenas o trabalho familiar do colono na produção do litoral, desconsiderando o trabalho escravo com exceção na pesca da baleia e descrito de forma inexpressiva ou mínima nas cidades. Porém, o trabalho do escravo foi efetivo por um século e meio nas propriedades de açorianos e de seus descendentes. A descrição de Saint-Hilaire é a de que os “escravos de Santa Catharina trabalhavam e cultivavam a terra”. Segundo Lesson em sua descrição de 1822 diz “São os escravos *negros que trabalham a terra...*”²⁴⁸ Os colonos eram considerados pobres porque a propriedade aqui não era a de grandes fazendas, nem os cultivos eram os da monocultura exportadora e porque em nenhuma outra região da colônia, brancos trabalhavam a terra, o que era uma desonra numa sociedade enraizada sobre o trabalho escravo. Porém o viajante observou que o objetivo dos colonos catarinenses era o de economizar para comprar um ou dois escravos. Os anúncios do comércio escravo em jornais de meados do século XIX, têm exemplos de escravos que desempenhavam tarefas, ofícios típicos das propriedades dos colonos de origem açoriana: roçar; lavrar a terra; serrar madeira; fazer açúcar; aguardente; cevar mandioca; fornear a farinha; remar; tarrafeiar; pescar. Nesse comércio, escravos dos colonos eram oferecidos, anunciados para venda ou troca na cidade ou vendidos da cidade para trabalhar nas propriedades dos colonos.

*“Vende-se um escravo próprio para qualquer serviço, assim como de roça, forneia, sabe fazer assucar, aguardente, cerrar he bom canoeiro, e sabe cevar mandioca, tem quarenta annos de idade. A venda deste escravo he por não querer servir a seu senhor: quem o pretender dirija-se a Manoel Domingos Tavares, morador na rua da Paz”.*²⁴⁹

*“Vende-se o escravo José de Nação, de idade 20 annos pouco mais ou menos próprio para todo o serviço, principalmente para a lavoura. Quem o pretender dirija-se a rua Augusta desta cidade casa n. 13 para tratar”.*²⁵⁰

²⁴⁸ René Primevère Lesson. (HARO, 1996, p. 273).

²⁴⁹ O Argos, 15 de fevereiro de 1856, número 14 (BPESC).

²⁵⁰ O Argos, 4 de março de 1856, número 19 (BPESC).

*“Vende-se um escravo de idade 40 annos saudável, sem vícios de bebida e fiel, bom lavrador, carreiro, serrador de serra braçal, bom forneiro de farinha, quem o pretender, dirija-se a casa n. 14 da rua Áurea desta cidade que achara o vendedor”.*²⁵¹

*“Vende-se um escravo crioulo, roceiro, quem o pretender dirija-se a Francisco Duarte Silva que tem poderes para o vender”.*²⁵²

Alguns anúncios ofereciam escravos hábeis para trabalho nas chácaras locais característicos dos mais abastados nas imediações da cidade, mas também para trabalhar na “roça”, ou seja, nas propriedades dos colonos de descendência açoriana.

*“Vende-se ou troca-se por um Crioulo, um preto de Nação, próprio para roças, chácaras e quem pretender, na rua Áurea á José de Souza Freitas Junior”.*²⁵³

O casal Anacleto Luis Nunes e Maria Joaquina Ignacia, são exemplos de descendentes de açorianos que mantinham a terra com escravos. Tinham uma casa, um engenho e mais de 240 braças de terras distribuídas em diversos terrenos no Rio Vermelho – que já citei no primeiro capítulo. Em 1874, além desses bens, possuíam dois escravos, um “pardo” Manoel de 15 anos avaliado em 400 mil réis e Simão de 10 anos avaliado em 300 mil réis.²⁵⁴

Três anos antes da abolição, em 1885, a população escrava havia diminuído consideravelmente pela proibição do tráfico, leis do “ventre livre e dos sexagenários”, pelas alforrias, emancipações efetuadas pela câmara, fugas e venda de escravos para outras províncias com maior demanda.²⁵⁵ Dos 4.927 escravos ainda registrados naquele ano em toda a província, 3.120 foram designados por “agricultores” e 4.241 classificados como rurais, o que reforça a ligação dos escravos com o trabalho nas propriedades de origem açoriana.

²⁵¹ O Argos, 13 de fevereiro de 1857, número 115 (BPESC).

²⁵² O Argos, 5 de dezembro de 1856, número 96 (BPESC).

²⁵³ O Argos, 26 de fevereiro de 1856, número 17 (BPESC).

²⁵⁴ Juízo Municipal e Orphãos da Cidade do Desterro, Capital da Província de Santa Catarina. Relação da avaliação dos bens de Anacleto Luis Nunes, 13 de outubro de 1874. Caixa F7. Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

²⁵⁵ Lei do “Vente Livre”, número 2.040, de 28 de setembro de 1871, declarava livre todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Apartir dessa lei as paróquias registravam os nascimentos e óbitos dos filhos de mulheres escravas, em livros remetidos pela província. Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, em 25 de março de 1872, página 13, Desterro. Typ. J.J. Lopes. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Porém os números deveriam ser maiores, nem todos os municípios enviavam os registros, ou os faziam de forma correta, além do que, muitos escravistas ocultavam ter escravos ou seu número exato, para livrarem-se de impostos referentes à sua comercialização.

Tabela 16. Escravos registrados na província de Santa Catarina em 1885:

atividade	subtotal	faixa etária (anos) sexo	subtotal
agricultores	3.120	menos de 30	2.939
artistas (artesãos)	1.151	30 a 40	1.185
domésticos	254	40 a 50	547
jornaleiros	202	50 a 55	189
campeiros	200	55 a 60	67
urbanos	686	homens	2.769
rurais	4.241	mulheres	2.158
total	4.927		4.927

Fonte: tabela organizada a partir do relatório do presidente da província, 11 de outubro de 1887, Rio de Janeiro. Typ. União, 1888, páginas 281 e 282. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Depois de muitos anos de combate a escravidão e das leis que impediriam a reposição da mão-de-obra escrava e da demanda diferente por escravos conforme o tipo de economia de cada região é difícil entender o que determinava o preço de um escravo em Desterro no final da década de 1880. Três décadas depois da proibição do comércio com a África, a maioria era de escravos crioulos - nascidos na terra – e já não devia importar tanto a origem do escravo em relação ao seu preço. O que passara a ter maior importância era a idade, já que a escravidão não tinha como ser reproduzida a não ser pela compra do escravo de alguém. O valor médio dos 408 escravos restantes em Desterro em 1885 era o seguinte:

Tabela 17. Valor médio (em réis) dos escravos na capital em 1885.²⁵⁶

faixa etária	escravos	valor total	valor médio
Menos de 30	274	221:100\$000	804\$000
30 a 40	95	68:600\$000	722\$100
40 a 50	29	15:600\$000	537\$900
50 a 55	4	1:500\$000	375\$000
55 a 60	5	950\$000	190\$000

Fonte: tabela organizada a partir do relatório do presidente da província, 11 de outubro de 1887, Rio de Janeiro. Typ. União, 1888, p. 282 e 284. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Com a lei do sexagenário, muitos escravos alcançavam a liberdade pela idade. Antes da lei muitos eram libertados por não servirem mais ao trabalho por velhice, doenças ou por estarem estropiados depois de anos de escravidão nos trabalhos mais pesados e exaustivos. O pequeno número de escravos com mais de 50 anos em Desterro em 1885, revela o baixo valor e a cruel realidade da condição escrava para os velhos. Muitos eram abandonados, doados ou quando libertos: se entregavam ao Hospital de Caridade se enfermos ou à beira da morte, para ter um fim mais digno. Esse era o maior motivo para entrar numa irmandade católica de negros. Viviam da caridade, esmolando, ou morrendo pelos cantos e ruas da cidade, os chamados “degradados”. Formaram a parcela mais pobre entre os miseráveis da cidade.

A década de 1840 foi o período com maior percentual de população escrava em relação ao total na província. O relato de Saint-Hilaire é de 4.336 escravos em um total de 19.368 habitantes na Ilha. Época que o comércio e a produção estavam crescendo. Durante o período da escravidão, nas terras dos colonos açorianos do interior da Ilha e do litoral até mesmo o trabalho da pesca, que durante o século XX se associou plenamente a cultura açoriana do litoral, que herdara técnicas indígenas, foi desempenhada pelos escravos. Frequentemente eram comercializados escravos com habilidade de pesca.

*“Vende-se um escravo crioulo bom canoeiro e pescador, próprio para algum sitio, quem o pretender falle na rua do Príncipe com Cardoso Guimarães”.*²⁵⁷

²⁵⁶ O relatório se refere aos números “da capital”, não podemos afirmar que sejam apenas da cidade do Desterro ou de toda a Ilha. Porém, entre os 408 escravos, 199 foram classificados como agricultores, o que sugere, eram números de escravos referentes a toda Ilha.

²⁵⁷ O Argos, 26 de agosto de 1856, número 68. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Mas cerca de metade dos escravos da Ilha vivia na cidade e o total sempre aumentava a cada ano, desde os registros de 1804. Mesmo nos anos de grande mortalidade de escravos como de 1813 e 1826 o número de escravos aumentou continuamente durante as três primeiras décadas do século XIX, compensado pela intensa compra de novos escravos. O aumento da mortalidade de escravos ocorreu possivelmente por epidemias, pois também aumentou a mortalidade da população livre e os atendimentos no Hospital de Caridade praticamente dobraram em 1813 em relação a 1812.²⁵⁸ Com a proibição do comércio escravo em 1831, a população cativa de Desterro que naquele ano alcançara o maior número: 2.895, diminuiu até a abolição.

Tabela 18. População escrava em Desterro:

Ano	Escravos	Total	%
1810	1.689	5.250	32,17
1855	1.436	5.611	25,59
1856	1.351	5.614	24,06
1857	1.263	6.474	19,50
1872	1.622	9.108	17,80

Fonte: Ianni e Cardoso (1960, p. 90) sobre a evolução da população da Ilha, que utilizaram os dados do censo de 1872, Miguel de Brito, J. J. Coutinho e Relatório Lacerda.

O número de escravos diminuía a cada ano pelas dificuldades do tráfico, as fugas, a compra de escravos para alforriá-los feito pelas irmandades negras e pela “manumissão de escravos” feita pelo governo.²⁵⁹ Do total de 21.136 habitantes da Ilha de Santa Catarina em 1863, os de origem africana representavam 24,7%.

²⁵⁸ Em 1812, o Hospital de Caridade internou 29 pacientes e em 1813, internou quase o dobro, 56 pacientes, entre os quais, três homens de Lisboa internados juntos, possivelmente marinheiros ou imigrantes. Muitas epidemias chegavam pelo porto com marinheiros doentes. *Livro de Pacientes*. Livro II, 17/01/1801 a 23/01/1822. Centro de Memória Professor Henrique da Silva Fontes – Hospital de Caridade.

²⁵⁹ A lei 627, de 11 de junho de 1863, consignava fundos para alforria de escravos.

Tabela 19. População de origem africana na Ilha de Santa Catarina em 1863:²⁶⁰

Origem africana					Outras origens				
Livres		escravos			brasileiros		estrangeiros		
h	m	h	m	total	h	m	h	m	total
571	810	2.092	1.750	5.223	7.221	8.344	248	100	15.913

Fonte: organizado a partir da tabela da população de “livres e escravos na capital” feita pela secretaria de polícia e apresentada no relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina Francisco Jose D’Oliveira à assembléia provincial em 2 de março de 1864. Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.²⁶¹ Observação: homem (h), mulher (m).

Tabela 20. População de Desterro em 1872:

	Desterro.	(%)*
branca	5.232	66,1
parda	1.255	15,8
preta	1.432	18,1
total pretos e pardos	2.687	33,9
total	7.919	

Fonte: Recenseamento geral de 1872. O Conciliador, de 17 de abril de 1873, ano II, número 59. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

A pobreza numa sociedade escravocrata era extrema ao negro. Segundo Fraga Filho no estudo da mendicância na Bahia durante o século XIX, lá os que não possuíam um escravo eram considerados pobres.

²⁶⁰ População levantada pela secretaria de polícia, do relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina Francisco Jose D’Oliveira apresentado à assembléia provincial, de 2 de março de 1864, página 8. No relatório alerta “não tenho por muito exacto este recenseamento nem algum com exactidão se poderá confeccionar...” (páginas 8 e 9). Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

²⁶¹ Definimos os de “outras origens”, os livres brasileiros e estrangeiros apresentados no relatório de 1864, separados dos livres “pardos e pretos”, que somamos aos escravos para atingir o total de origem africana (h: homens – m: mulheres).

Os negros viviam em toda Desterro

“Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; tudo estava concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho (...) Um ou outro branco, levado pela necessidade de sair, atravessava a rua, suado vermelho, afogueado, à sombra de um enorme chapéu-de-sol” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

Em abril de 1873, o administrador do Mercado de peixe Eugenio Bernyer chegou a chicotear os escravos que vendiam pão no Mercado. Segundo nota no jornal Conciliador, expulsou até mesmo os que tinham licença paga pelos senhores para aquele comércio.²⁶²

Com o crescimento da cidade, crescia a população escrava dos senhores que residiam em Desterro. A maioria dos escravos, dos libertos ou de origem africana vivia na cidade nos limites da sobrevivência. Apesar de subjugados, a cidade era o seu território, onde trabalhavam, sobreviviam e sustentavam seus senhores no ganho, alugados, nos ofícios e trabalho do porto. Segundo a descrição de Lesson em 1822, havia tendas de revendedores, espécie de taberna onde se bebia e comia *“onde a ralé e os negros vêm se regalar com peixe seco e araque”*.²⁶³

Uma série de leis de controle social, escritas no código de postura de Desterro de 1845 tentava restringir a presença de escravos e vadios pelos mercados, ruas e praças, proibindo reuniões “ajuntamentos” para seus “batusques”, jogos, festas e rituais. Os vendeiros, ou moradores que permitissem os “ajuntamentos” podiam ser presos e teriam que pagar multas.

*“Todo o vendeiro, que consentir dentro do armazém, taberna ou casa de quitanda, vadios, escravos por mais tempo do que o necessário para compra, ou venda, ou consentir nas ditas casas de negócio e quitanda, ou às suas portas ajuntamentos d’elles, toques, danças ou quaesquer vozerias, será multado em 10\$000 reis...”*²⁶⁴

²⁶² O Conciliador, 10 de abril de 1873, ano II, número 58. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

²⁶³ René Primevère Lesson. (HARO, 1996, p. 274).

²⁶⁴ Artigo 35, da lei 222 de 10 de maio de 1845. Coleção de Leis 1847 1841. Caixa 01, página 217. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

*“Ficção prohibidos d’aqui em diante os ajuntamentos de escravos, ou libertos para formarem batuques; bem como os que tiverem objectos os supostos reinados africanos, que por festas, costumam fazer”.*²⁶⁵

*“Os escravos que se encontrarem jogando nas ruas, praças, bosques ou esconderijos, serão entregues á Policia, para os fazer punir, e se com elles se acharem pessoas livres, serão estas multadas em 2\$000 reis ou três dias de cadeia”.*²⁶⁶

*“He expressamente prohibido andarem nas ruas, ou estarem nas praças escravos com quitandas, depois do toque, ou horas de recolher”.*²⁶⁷

*“Toda pessoa que em sua caza fizer ajuntamento de escravos, ou vadios para dançar ou ainda mesmo que consinta ahi de noite, desamparando os primeiros, por esta forma, a de seus senhores, encorrerá na pena de quinze dias de cadêa e 8 \$000 reis de multa”.*²⁶⁸

O artigo 112 do código permitia o entrudo apenas às “pessoas descentes” nos três dias do costume.²⁶⁹ As pessoas descentes não incluíam negros, marinheiros, nem vadios.

“A criadagem de Manuel e Maria Bárbara contava, além de Brígida e Benedito, de uma cafuza já idosa, chamada Mônica, que amamentara Ana Rosa e lavava a roupa da casa, e mais de uma preta só para engomar, e outra só para cozinhar, e outra só para sacudir o pó dos trastes e levar recados á rua.” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881)

Em 1872, a maioria dos escravos na Ilha era de domésticos, escravos que viviam nas casas de seus senhores cozinhando, costurando, lavando, fazendo e mantendo o fogo, pilhando café, o milho, mucamas, acompanhantes e amas-de-leite, realizando todo o trabalho da casa. Os escravos das chácaras dos ricos, os que exerciam ofícios de operários, alfaiates, tanoeiros, funileiros, marceneiros, chapeleiros, sapateiros, os que viviam no porto, os carregadores, marinheiros, pescadores e os das ruas jornaleiros, baleiros, quitandeiras, cozinheiras todos viviam na cidade. Nessa época, apenas 20,8% trabalhavam como lavradores.²⁷⁰ Em Desterro, dependia-se do trabalho dos escravos para comprar alimentos no mercado, buscar, lenha comercializada no porto ou

²⁶⁵ Artigo 38, página 217. *Ibidem*.

²⁶⁶ Artigo 63, página 224. *Ibidem*.

²⁶⁷ Artigo 41, página 218. *Ibidem*.

²⁶⁸ Artigos 41 e 44, página 218. *Ibidem*.

²⁶⁹ Páginas 239 e 240. *Ibidem*.

²⁷⁰ Dados de Ianni e Cardoso (1960, p. 72).

retirada nas encostas do Antão, para buscar água nas fontes e livrar-se dos excrementos e águas servidas, carregadas pelos “tigres”.²⁷¹ Porto, Mercado, Fontes, pelas ruas os escravos estavam por toda a cidade.

Exceto os abolicionistas, tinham escravos os donos de barcos, comerciantes, políticos e comandantes militares, até as Irmandades de negros tinham escravos e não era preciso ser rico para tê-los. Alferes militares, e até pobres, que podiam herdá-los e colocá-los ao ganho nas ruas. Viúvas que só não eram pobres por terem escravos que as sustentavam. E havia mestres de ofício, empreiteiros, pedreiros, marceneiros que tinham escravos.

Pedro Simão Julius e sua esposa Catharina Francisca Julius não tinham filhos e viviam numa “morada de casa térrea com sótão”, número 132 da Rua do Príncipe. A casa era simples, edificada em três braças de terra de frente, com paredes de pau-a-pique, avaliada em um conto de réis em 1874 quando Pedro faleceu. Aparentemente Pedro era marceneiro, tinha uma oficina com mesa e banco de trabalho, com torno e seis serrotes. Talvez por isso tivesse tantos móveis para uma casa simples da época: uma cama; guarda louças; sofá; seis cadeiras com assento de palhinha; guarda roupa; uma marquesa; caixa de depósito de farinha e uma cadeira de encosto. O maior patrimônio do casal era seus quatro escravos, avaliados em um conto e quatrocentos mil réis: Luiza, uma “crioula” de 50 anos; Maria, menina de 11 anos; o pequeno José de três anos e o “crioulo” João de 17 anos, o de maior valor (500 mil réis).²⁷² Talvez o casal, quando jovem tivesse herdado dinheiro e a escrava Luiza, José pode ter sido abandonado na porta do casal, talvez Pedro tivessem trabalhado sempre com o objetivo de comprar escravos, não saberemos, mas não eram ricos. O inventário indicava que não tinham outra casa, mesmo assim, tinham quatro escravos – o que indica também que se eram escravos domésticos viviam na mesma casa dos senhores.

²⁷¹ Tigre era uma designação ao escravo que carregava um pote com os excrementos para despejar num curso d’água ou no mar. O ácido dos líquidos que escorria pelo corpo do escravo manchava sua pele, comparada então a de um tigre.

²⁷² Inventário de Pedro Simão Julius. Juízo da provedoria dos resíduos da cidade do Desterro, província de Santa Catharina. 1874. Caixa F7. Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

Mortari e Cardoso (1999) concluem que a cidade, a rua era o lugar por excelência das pessoas de origem africana, mestiços, pardos, escravos ou libertos na Desterro do século XIX, uma Desterro africana e transgressora.

Em 1861, os escravos somavam quase metade dos presos em toda a província, dos 161 presos, 76 eram escravos.²⁷³ Incorporados ao cotidiano urbano, mas em posição deplorável no contexto social da época, os escravos somavam um quarto da população de Santa Catarina em meados do século XIX, mesmo sem considerar a parte da população livre e de origem africana, metade dos presos eram escravos. Isso também, porque as punições eram diferentes para livres e escravos. Em muitos casos de transgressão, para os livres eram determinadas multas, enquanto para escravos a punição para o mesmo ato era a prisão.

A cidade era dos pobres e dos escravos. Os senhores brancos viviam em suas casas de comércio, nas oficinas, nos locais de administração e serviço público, as mulheres enclausuradas na vida da casa – para a sociedade, a rua era apenas para negras livres e escravas ou para as “decaídas” (prostitutas).²⁷⁴ Os escravos trabalhavam nas embarcações, no porto, nas oficinas, nas ruas, nas feiras, nas vendas, mercado, carregando mercadorias, água, vendendo nas quitandas, pescando, falquejando madeira, cavoucando a pedra, remando, lavando, engomando, cozinhando, amamentando, sustentando seus senhores de aluguel no jornal do trabalho diário e fazendo todo o serviço pesado das ruas e do porto. Os relatos de viajantes estrangeiros se referem às cidades litorâneas brasileiras como “cidades negras”. O livro *Cidades Negras* de Farias, Gomes, Soares e Moreira (2006) defende a tese de que as cidades atlânticas brasileiras entre o século XVIII e o XIX eram territórios de cultura e população essencialmente africanas e de seus descendentes, livres, libertos e escravos. Em cada cidade produziam identidades diversas, somando às diversas origens africanas uma série de estratégias para manter e reinventar a sobrevivência.

²⁷³ Relatório do presidente da província, 2 de junho de 1873. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

²⁷⁴ Boris Kossoy e Maria Luiza Tucci Carneiro (1994, p. 109 e 110) descreveram que a vida do branco desenrolava-se no isolamento para dentro das casas. Principalmente quanto às mulheres que levavam uma vida social limitada, contidas pelos valores morais e tradições herdadas da Península Ibérica.

“Vende-se um pardo, próprio para cuidar de trabalho de chácara e serviço de qualquer casa; sabe falquejar madeira, he bom canoeiro e tarrafeador, sabe lavar e cozinhar e também tratar de animais...” ²⁷⁵

Os escravos faziam praticamente todo o trabalho na casa dos “senhores” e na cidade. O escravo oferecido nesse anúncio, além da propaganda de seu dono que vivia na Praia de Fora, local de chácaras, revela habilidade para o trabalho no mar, campo ou na cidade.

Os negros, o trabalho e a cidade

“À medida que se aproximava do mar, ia avultando ao seu lado o número de carregadores de bagagens; pretos e pretas passavam com baús, malas de couro e folha-de-flandres, cestas de vime de todos os feitios, cofos de pindoba, caixas de chapéu de pêlo e gaiolas de pássaros.” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

Uma parte dos escravos, libertos e livres de origem africana trabalhava em atividades marítimas, origem da riqueza dos comerciantes em Desterro. Um dos trabalhos que mais requeria escravos era o de carregador no Porto. Em torno do porto também trabalhavam as cozinheiras, as marafonas e quitandeiras como Marianna da Costa, africana, solteira, liberta, que servira a Marianna Silveira e integrou a Irmandade do Rosário em 1864. ²⁷⁶ Já no número 27 da Rua da Pedreira, alugava-se por 10\$000 réis ao mês uma escrava para todo o serviço exceto o de quitanda. ²⁷⁷ Essa quantia equivalia a duas e meia arrobas de açúcar branco ou pouco menos de duas arrobas de charque. ²⁷⁸ Sobre essa exceção do trabalho de quitandeira, Cardoso (2004, p. 77 e 78) sugere que era ofício preferencialmente de mulheres alforriadas. Aparecia pouco nas cartas de alforrias, nos contratos de locação e nas listas de classificação de escravos, talvez para burlar os impostos sobre o trabalho de quitanda por escravo de ofício, os proprietários os matriculavam como escravos domésticos. E talvez por isso o anúncio anterior negasse o aluguel da escrava para o serviço de quitanda.

²⁷⁵ O Argos, 4 de julho de 1856, número 53. Biblioteca Pública do estado de Santa Catarina.

²⁷⁶ Registro de Irmãos. Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

²⁷⁷ O Argos, 16 de maio de 1856, número 39 (BPESC).

²⁷⁸ O Argos, 20 de junho de 1856, número 49 (BPESC).

A mão-de-obra na navegação durante o século XIX era basicamente escrava. O trabalho era perigoso e as condições de vida dos marinheiros, em geral, era de pobreza. Esses escravos e negros viviam no Porto como marinheiros, estivadores, carregadores, armadores, pescadores. Em 1856, dos 1.351 escravos de Desterro, 350 (25,9%) trabalhavam nos serviços de pesca e navegação, representando 37,6% dos 931 homens nessa atividade.²⁷⁹

As escravas sustentavam seus senhores trabalhando no ganho nas ruas ou em jornadas diárias, o jornal, como amas-de-leite, quitandeiras, quituteiras, lavadeiras nas ruas, praças, no Porto ou em aluguel nas casas de outro “senhor”. Escravos de ganho com ofício de sapateiros, chapeleiros, alfaiate, e operários de obras, além dos escravos domésticos que também trabalhavam no comércio nos sobrados de seus senhores.

*“Quem tiver, e quizer alugar uma preta que sirva para vender quitanda, dirija-se a rua do Príncipe n. 48, que achara com quem tratar”.*²⁸⁰

Dos escravos que chegavam da África ao Rio de Janeiro, os contingentes eram separados, vendidos para trabalhar no interior nas plantações, para os mercados negreiros de outras cidades ou permaneciam no Rio. O mercenário Carl Seidler descreveu em seus relatos da década de 1820, um pouco do cotidiano dos escravos que permaneciam no Rio de Janeiro e depois de aprender a língua iam para o ganho.

*“Uma vez no ponto de poderem de algum modo fazer-se entender, ou vão de aprendizes para alguma oficina, ou são empregados como ganhadores na rua, em carretos de cargas, como sacos de café, latas d’agua, móveis, cujo produto no fim do dia entregam ao dono”.*²⁸¹

Farias (et al, 2006, p. 79) refere acertos de voltarem à casa senhorial para pagar a quantia de dinheiro - o *jornal* – previamente fixado, a cada semana ou mês.

No ganho em Desterro trabalhava Lourenço de Paula da Fonseca escravo de dona Mariana – solteiro que integrou a Irmandade do Rosário em

²⁷⁹ Relação de pessoal ocupado nos serviços de pesca e navegação (IANNI, 1960, p. 76).

²⁸⁰ O Argos, 11 de agosto de 1857, número 171 (BPESC).

²⁸¹ Haro, 1996, página 290.

1864, e saía com cestos a vender.²⁸² Nesse caso os escravos podiam circular pela cidade, dormir onde quisesse e ficar com o ganho a mais do *jornal*.

*Pimenta de cheiro, jiló, quimbombô;
Eu vendo barato, mi compra ioiô!*

Prostitutas, negras vendedoras, quitandeiras trabalhavam ao longo do porto. Delas se queixavam os abastados que por ali desfilavam reclamando da presença dessas mulheres. Gilberto Freyre (1963, p. 481 e 492) lembrava de cronistas, como Barbinais, que relatava a importância da prostituição das negras exploradas pelos brancos no Brasil. Algumas senhoras se aproveitavam desse comércio que servia principalmente aos marinheiros. *“Enfeitavam as molecas de correntes de ouro, pulseiras, anéis e rendas finas, participando depois dos proventos do dia”*. As negras serviam para tudo nas cidades vendiam azeite-de-carrapato, bolo, cuscuz, frutas trazendo os proventos para o senhor a tarde. Francisca Rosa era padeira, escrava de João Manoel Soares e integrou a Irmandade do Rosário entre 1860 e 1865. Negras quando libertas podiam trabalhar como doceiras vendendo quitutes feitos em casa ou como lavadeiras nas fontes. Os negros carregavam os fardos, transportavam água e os “tigres” - barris de excremento. Libertos, trabalhavam como barbeiros, dentistas, fabricantes de vassouras de piaçava, chapéus, sabão. O comércio escravista incluía escravos com ofícios urbanos comprados em outras províncias, Ferraz Pinto vendia em sua loja um oficial de alfaiate do Rio de Janeiro, que anunciava ser uma figura “elegante e bons costumes”.²⁸³

²⁸² Registro de Irmãos. *Loco citato*.

²⁸³ O Novo Íris, 17 de setembro de 1850, número 51. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.



Um escravo de ganho. Mesmo que tivesse meios para andar bem vestido, tinha de andar descauço, sinal da condição de escravo. (Foto de Christiano Jr, c. 1860)

*Preta-Bá foi que amamentou
Fio meu e o fio de meu fio* ²⁸⁴

Muitos escravos eram oferecidos de aluguel, e brancos que não podiam comprar um escravo alugavam o trabalho de algum. Havia os proprietários que exploravam o trabalho escravo do “ganho” nas ruas como única fonte de dinheiro para viver na cidade. Em 5 de fevereiro de 1856, um “senhor” proprietário da Rua do Passeio publicara anúncio no Argos alugando uma escrava para Ama-de-leite. ²⁸⁵ O mesmo era oferecido por um Major Macedo. Aquelas escravas sustentavam os escravistas com seu trabalho e seu leite.

“Quem quizer alugar huma parda muito boa e nova que tem muito bom leite falle com o Major Macedo que lhe dirá com quem deve tratar”. ²⁸⁶

“Na rua do Livramento n. 10 precisa-se e com maior brevidade, de uma ama de leite: não se olha á preço, sendo – a limpa e com abundante leite, dando preferência a que não tiver cria”. ²⁸⁷

²⁸⁴ *Mãe-África*. Sivuca e Paulo César Pinheiro.

²⁸⁵ O Argos, 5 de fevereiro de 1856, número 11. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

²⁸⁶ O Argos, 19 de dezembro de 1856, número 100 (PBESC).

²⁸⁷ O Novo Íris, 6 de setembro de 1850, número 51 (PBESC).

Francisco Freitas que vivia de explorar sua escrava no trabalho de florista prevenia as pessoas com encomendas, que as retirassem de seu poder em um mês, pois a colocaria em aluguel.²⁸⁸ Os escravos também serviam como reserva de dinheiro, vendidos para suprir necessidade de réis em várias situações, como para uma viagem necessária. *“Vende-se uma preta, boa quitandeira, pelo módico preço de 35\$000 rs, por seu senhor retirar-se...”*²⁸⁹

Tabela 21. Trabalho escravo e trabalho livre em Desterro em 1872:

Atividade	Escravos	%	Livres
Artistas	21	12,8	143
Marítimos	35	14,1	213
Pescadores	24	42,1	33
Comerciantes	2	0,5	402
Costureiras	21	10,5	179
Canteiros*	15	50,0	15
Marceneiros	37	55,9	66
Carpinteiros	48	32,6	99
Alfaiates	3	2,8	103
Tecelões	46	-	-
Chapeleiros	6	100	0
Sapateiros	17	47,2	19
Jornaleiros	99	100	0
Domésticos	554	25,4	1.627
Sem profissão	242	6,9	3.286

*que trabalha com pedra.

Fonte: tabela organizada a partir de tabelas de Ianni e Cardoso (1960, p. 72 e 74) com base no recenseamento geral de 1872.²⁹⁰

Maristela Simão (2006, p. 57) em sua pesquisa no arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sobre o período de 1860 a 1880, apresenta para as profissões de escravos e libertos na cidade, além das citadas por Ianni (tabela 23), as de caixeiro e padeiro.²⁹¹ Encontrei anúncios de jornais de 1856

²⁸⁸ O Argos, 25 de janeiro de 1856, número 8 (PBESC).

²⁸⁹ O Novo Íris, 15 de outubro de 1850, número 62 (PBESC).

²⁹⁰ Ianni (1960) utiliza o termo operário, em diversas atividades, como também foi considerado o trabalho escravo, resolvemos utilizar outros termos. Na tabela Evolução da população da Ilha a página 90, para o ano de 1872 – na tabela 23, o dado que apresentei de Ianni é de um total de 1.622 escravos matriculados na freguesia da Capital. Em suas duas tabelas sobre ocupações no trabalho escravo, no mesmo ano, soma 1.170 escravos, portanto há uma diferença de 452 escravos não considerados, já que Ianni utiliza os dados do recenseamento de 1872.

²⁹¹ Maristela Simão cita a profissão de pedreiro que na época pode-se referir aos canteiros ou couvaqueiros: que trabalham em pedreiras, como a que havia entre a Praça da Matriz e a Fonte Grande. Cita também a profissão de quitandeira, atividade

sobre escravas que faziam trabalho de florista sob encomendas, entre as atividades do jornal diário, de escravo jornaleiro.²⁹²

De acordo com os relatos de Saint-Hilaire o número de escravas na Ilha era menor que o de escravos na cidade. No sul da Ilha, na freguesia de Nossa Senhora da Lapa era grande a população escrava pela concentração de engenhos de açúcar e da armação baleeira da Lagoinha, em 1820, havia 400 escravos e 100 escravas. Mas, em Desterro ocorria o contrário, havia mais mulheres do que homens escravos. O escravista Domingos Vieira Cordeiro morador na Freguesia do Ribeirão tentava vender uma escrava ainda criança a partir de um anúncio em jornal em Desterro. “*Vendes-se uma crioulinha de 10 a 14 annos, sadia, robusta e muito viva, costura já muito bem...*”²⁹³ Como as meninas não serviriam tanto quanto os meninos no trabalho nas armações, na roça e nos engenhos eram vendidas para a cidade, para o trabalho doméstico.

Considerando as tabelas 18 e 20, sobre o total de escravos na cidade em 1872, já no declínio do trabalho escravo, a atividade com maior mão-de-obra escrava (34,1%) era de doméstico, a maioria mulheres (75,5%). Enquanto no interior da Ilha nas atividades rurais era maior o número de escravos homens, na cidade a maioria era de mulheres. Dos 928 escravos classificados por ocupação 656 (70,7%) eram mulheres trabalhando com tecelagem, costureira, como domésticas e as de ganho (jornal): geralmente lavadeiras e quitandeiras. O trabalho escravo dos homens na cidade se concentrava nas atividades marítimas, de construção e de domésticos, principalmente nas chácaras suburbanas.

*“Quem quiser comprar hum criôlo de idade 15 anos, com principio de officio de çapateiro, falle com Luiz Nunnes Pires”.*²⁹⁴

Alguns ofícios na cidade eram desempenhados quase exclusivamente por escravos ou libertos como os de sapateiro e chapeleiro. Mesmo no período de declínio da escravidão, os trabalhos de construção contavam com cerca de

comum presente em muitas fontes históricas, que em Ianni, que utilizou o censo de 1872 como fonte, não é citado, mas pode constar entre os jornaleiros e os sem profissão.

²⁹² O Argos, 25 de janeiro de 1856, número 8 (PBESC).

²⁹³ O Argos, 23 de dezembro de 1856, número 101 (PBESC).

²⁹⁴ O Catharinense, 25 de janeiro de 1832, número 22 (PBESC).

um terço de trabalho escravo e cerca da metade dos trabalhadores na pesca e corte de pedra. Carlos de Lacerda Fraga, liberto, era um dos sapateiros de Desterro em 1867, também desempenhava o trabalho de caixeiro, representante de Camilo Americano. José da Silva, escravo da viúva Maria Luízez, era sapateiro – integrou a irmandade do Rosário entre 1864 e 1865. Vitório Vieira da Assumpção, liberto, solteiro, também foi sapateiro, integrou a Irmandade entre 1864 e 1880; Manoel Joaquim Marques era escravo pedreiro de Manoel Marques Guimarães – Joaquim integrou a Irmandade do Rosário entre 1860 e 1861.²⁹⁵

Ex-escravos podiam permanecer na cidade depois de libertos vivendo de uma série de trabalhos e ofícios urbanos. Os de ganho já desempenhavam trabalhos como os de estivador, carregador, quitandeiras ou prostitutas que além de sustentá-los, garantiam parte ou o completo sustento de seus “senhores”. Quando o trabalho de ganho representava a completa dependência do proprietário, o escravo dificilmente conseguia alcançar ser liberto antes da morte de seu dono, caso esse não o passasse a outro como herança. Os escravos de ganho que em geral tinham liberdade para trabalhar na cidade, podiam em alguns casos reunir quantia suficiente para comprar a liberdade. O Porto de Desterro ampliava as possibilidades dos libertos permanecerem na cidade, o trabalho nos navios era mantido com tripulações que chegavam a ter até 100% de marinheiros escravos, a partir de 1850 com a proibição do tráfico e do perigoso e especializado trabalho de marinheiros, mestres de navios, armadores e tanoeiros.²⁹⁶

²⁹⁵ Registro de Irmãos. Arquivo da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

²⁹⁶ Em seu estudo sobre a vida de africanos libertos em Desterro, Ana Paula Wagnwe (2004, p. 155 e 158) também defende a posição de que os forros (libertos) podiam sobreviver materialmente dos ofícios urbanos e suas vivencias no trabalho estava vinculada ao regime escravista e que o Porto de Desterro aumentava essas possibilidades.



Meninos barbeiros
(Jean Baptista Debret,
século XIX).



Escravos aprendizes de
sapateiro. Mestre sapateiro
pune menino com
palmatória (Jean Baptista
Debret, século XIX).

As casas em que viviam

O código de posturas de 1845 além de tentar limitar a permanência de escravos pelas ruas, também tentava restringir seus locais de moradia.

*Ninguém poderá alugar cazas para n'ellas morarem escravos, independentes de seus senhores; sob pena de pagar 10\$000 reis de multa”.*²⁹⁷

Além de significar as dificuldades que escravos de ganho jornalheiros se unissem para alugar um quarto, meia água ou casa passariam a ter para viverem juntos na cidade, também revela uma situação que ocorria. A partir do código, os escravos tinham que viver na casa de seus senhores ou em local sob responsabilidade dos “senhores”.

Aos comerciantes na cidade interessava comprar escravos para os serviços domésticos de suas moradias, nos sobrados, para o comércio instalado na parte de baixo, ou para simplesmente comercializá-los. Em 1856,

²⁹⁷ Artigo 39 do código de Posturas de 1845. Coleção de Leis 1847 1841. Caixa 01, página 218. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

no sobrado 66 da Rua do Príncipe um comerciante procurava comprar uma escrava com a condição de ter mais de 30 anos que soubesse lavar, engomar e cozinhar. Alguns dias depois, anunciou comprar escravos de ambos os sexos, com ou sem ofício, que fossem “boas pessoas” a tratar na loja. Ou o comerciante fazia, como outros, atividades no comércio de escravos ou procurava, agora, escravos para a loja.²⁹⁸

*“Joaquim Jose de Souza Cocoroca vende por 600\$000 reis uma escrava que a pouco mais de um ano comprou ao sr. Comendador João Pinto da Luz, com o qual se poderão informar a respeito, afiança-se que serve bem para casa de pouca família, ou para casa que tem mais de uma escrava: para a ver em casa do mesmo Cocoroca, rua Áurea n. 3, sobrado.”*²⁹⁹

Manoel Moreira da Silva era dono de baleeira à vela forrada de cobre, utilizada na pescaria de anchovas e morava na Rua do Passeio. Em setembro de 1857, ele anunciava uma recompensa a quem “agarra-se” o “pardo” Antônio que fugira de sua casa. Antônio era carpinteiro, um dos ofícios dos escravos da cidade, e possivelmente vivia na casa de Manoel. *“No dia sete do corrente mês desapareceu da casa de Manoel...”*³⁰⁰ (grifo nosso).

Até o desenvolvimento de uma classe comercial, não havia na cidade uma divisão clara entre áreas dos pobres, escravos e dos senhores. Segundo o famoso navegador francês Duperrey, em seu relato de 1822, alguns escravos viviam dentro da residência, nas casas de seus senhores. Um grande número deles, de escravos domésticos viviam nas casas, nos sobrados e nas chácaras. Sobrados ou casas com porões serviam de oficinas a mestres de ofício escravos ou como seu local de moradia. Ou ainda em peças ou ranchos anexos as cozinhas ou nos fundos de quintal.

²⁹⁸ O Argos, 18 de abril e 2 de maio de 1856, números 31 e 35 (PBESC).

²⁹⁹ O Argos, 23 de maio de 1856, número 41 (PBESC).

³⁰⁰ O Argos, 11 de agosto de 1857, número 171 e de 12 de setembro de 1857, número 184 (PBESC).



Negros em uma choupana junto a uma casa de dois pavimentos (Rugendas).

No início do século XIX, Desterro era formada basicamente por casinhas de porta e janela, mas já havia algumas casas térreas maiores e mais confortáveis, dos poucos abastados da vila, em algumas dessas casas também viviam os escravos domésticos. Em Douro litoral (p. 14 e 15), Cabral descreve uma dessas casas com dependência de criados - escravos domésticos. Em 1808, Ana Teles de Meneses – sobrenome lusitano de família importante – comprou por 400 mil réis uma dessas casas, do cirurgião-mor Paulo Rodrigues Pereira. Era uma das melhores casas da vila: tinha várias janelas na fachada de um amplo salão e sala de visitas com mobiliário adequado; sala de jantar espaçosa com três ou quatro janelas para o quintal; cerca de 4 alcovas no centro; um corredor amplo com armários e portas para o pátio interno ligava a ampla cozinha. *“Dela é que saíam as portas para as dependência dos criados e para os escuros quartos dos despejos e das coisas imprestáveis”*.

Era comum em todas as cidades que escravos domésticos morassem nas casas e nos sobrados de seus senhores. Pedro Vasconcelos (2006, p. 23) descreve a partir do censo de 1775, que nos prédios das famílias mais abonadas residiam seus escravos e outras famílias agregadas também com seus escravos próprios. Não encontramos referências de prédios em Desterro com famílias ricas com outras agregadas, mas de famílias que além de seus escravos mantinham na residência negros livres agregados. Não havia em Desterro riqueza como em Salvador, mas durante o século XIX, principalmente

nos sobrados ou nos fundos das casas dos comerciantes e donos de barco, todos tinham seus escravos domésticos. Em 1772, a maioria dos escravos em Desterro era de domésticos (ver tabela 23).

Na década de 1870, a população escrava diminuiu fortemente. Desterro reunia a maioria de pobres e todos os seus tipos, além dos poucos comerciantes ricos e os ricos ligados ao comando político da província. A cidade reunia os diferentes grupos étnicos: brancos europeus portugueses e de outras nacionalidades que chegavam pelo Porto, os mestiços brasileiros e os de origem africana. Negros escravos viviam na mesma casa de seus senhores, em ranchos nos fundos dos quintais ou em casas nas mesmas áreas da cidade. Pobreza e riqueza diferenciavam-se por origem étnica e posição na sociedade, mas não por localização na cidade.

Quando morreu, o preto liberto Jose Pedro dos Santos de nação Mina, tinha apenas alguns “trastes” e quatro galinhas que ficaram para os cofres municipais invertidos em 1\$600 reis. José vivia em uma “meia água” miserável (casa de telhado com apenas uma face), nos fundos da casa do doutor Antônio Jose Sarmiento (CARDOSO, 2004, p. 86).³⁰¹

Ao contrário dos escravos domésticos, os de ganho – que trabalhavam na rua – podiam morar em outra casa, longe do controle diário de seu dono. Muitos escravos tinham permissão para viver por sua conta pela cidade – negros escravos, livres e libertos viviam nos cortiços ou em casa alugadas por um grupo de negros. Um desses cortiços era o de uma negra Anna companheira de um Alfredo Maurício Lacerda, réu em um processo judicial de 1885. Ana era uma escrava que herdara com Caetana e Maria, casas e terrenos de Albino Luiz Nunes e vivia do aluguel de quartos da casa na Rua do Vigário transformada em cortiços (CARDOSO, 2004, p. 79 e 80).³⁰² O “preto africano” Augusto, o “preto liberto” Joaquim, mais quatro companheiros alugavam juntos, em 1861, por “quatro patacas e seis vinténs” ao mês, de cada

³⁰¹ Cardoso (2004, página 86) cita como fonte os Autos de arrecadação “ex-officio” do Preto liberto Jose Pedro dos Santos, de Nação Mina (1862), do Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Pesquisei no Arquivo do Judiciário a procura desta fonte citada por Cardoso e de outras possíveis dessa natureza, mas em função da mudança e reorganização do Arquivo, ainda não havia uma catalogação que permitisse encontrar as fontes citadas e outras desse arquivo que revelassem possíveis lugares em que viviam escravos em Desterro.

³⁰² Os documentos das referências de Cardoso (2004, p. 79 e 80) são: Primeira Vara de Família. Caixa 2, de 1885, n. 372/432.

um, uma “loja de casa” (CARDOSO, 2004, p. 174 e 175).³⁰³ Mesmo que a “loja” tenha sido alugada para que juntos desempenhassem algum ofício, provavelmente foi utilizada como local de moradia pelo grupo.

Um dos cortiços da época em que os negros viviam aparece no depoimento do “imperial marinho” João Manoel da Roza de 1882, sobre o assassinato do “captive” Delgício, cometido pelo “pardo liberto” Alfredo, em frente ao cortiço em que vivia na Rua do Coronel Fernando Machado.

“... achando-se sentado dentro do cortiço com seu companheiro Imperial Marinho Manoel José da Conceição, sentado ali em um dos compartimentos do referido cortiço chegara Delgício pretendendo entrar na casa de Alfredo a onde se achava com uma mulher...” (CARDOSO, 2004, p. 182)³⁰⁴

Na década de 1850, o comércio estava concentrado em locais específicos da cidade, assim como os mais abastados navegadores, comerciantes, profissionais liberais, militares e os ligados ao poder do Estado também já se concentravam em determinadas áreas. O comércio interno de escravos se tornara mais importante com a impossibilidade do tráfico africano após 1850. Nos anúncios publicados no jornal “O Argos” entre janeiro de 1856 e setembro de 1857, sobre avisos, venda, compra e aluguel de escravos, a maioria concentrava-se nas mais antigas ruas de comércio ao Norte e ao Sul da Praça, próximas ao Porto: na Rua do Príncipe e Augusta e nas ruas que davam início aos caminhos que levavam a Praia de Fora passando pelas chácaras: a Rua Áurea que iniciava na Praça e a do Passeio (alto da Rua da Carioca). A população de origem africana da metade do século XIX, vivia pela cidade, escravos desses mais abastados, principalmente dos comerciantes e navegadores, vivendo em seus sobrados e chácaras, como Domingos Santiago da Rua do Mato Grosso, escravo de Elias Antônio Santiago. Anna Francisca de Souza Coutinho, sua parenta Clara Francisca de Souza Coutinho e Dorotheia que integraram a Irmandade do Rosário entre 1830 e 1858 eram escravas na

³⁰³ Esta referência de Cardoso (2004, p. 174 e 175): Depoimento do preto liberto Joaquim, 1861. Augusto Africano livre. Arrolamento de bens, 1861, folhas 8 e 13. Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

³⁰⁴ Esta referência de Cardoso (2004, p. 182) é: Alfredo Mauricio Lacerda, crioulo, fls. 24. Apelação Crime. 1882. Fundo, Processos do Judiciário (1861 – 1891). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

casa do Padre Domingos.³⁰⁵ Trabalhavam como escravos domésticos ou nas ruas no “jornal” diário, nos depósitos do porto os escravos marinheiros ou nas chácaras como domésticos e chacreiros. Havia os que eram alugados para trabalhos domésticos, em casas por toda a cidade, os que trabalhavam e viviam nas oficinas dos mestres de ofícios e os de jornada em quitandas, as amas de leite, carregadores e os de ofícios: cavouqueiros, carpinteiros; tanoeiros que podiam viver fora da casa de seus senhores, parando em cortiços ou em casas de negros onde também viviam os libertos.

“Havia seis anos que era forra. Manuel dera-lhe a carta a pedido da filha, o que muita gente desaprovou. “Terás o pago!...”, diziam-lhe. Mas a boa preta deixou-se ficar em cima de seus senhores e continuou a desvelar-se pela laiá melhor que até então, mais cativa do que nunca” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

Outros libertos também viviam na casa de brancos, eram agregados, encontramos várias referências de irmãos da Irmandade do Rosário nessa situação durante o século XIX: como Alfredo, “pardo forro (1855 a 1860) que foi agregado em casa de dona Luisa Venancia de Campos e depois de dona Guilhermina de Campos – possivelmente a herdeira da mesma casa; Bernabe, liberto (1859 a 1860) que morava na casa de José Joaquim do Amaral; Carolina Felizarda (1864 a 1880), liberta, solteira que morava na casa de dona Emilia Felizarda; Ignez Joaquina Rosa (1862 a 1878) descrita como “preta liberta em casa” de Elisio Antunes Pitanga; Isabel Correa Bernardes (1865 a 1880) solteira, liberta de sua dona falecida Januaria Correia e passou a residir na casa de Thomaz Cardoso da Costa; Marcelina Maria da Conceição (1866 a 1896), “crioula” que residia na casa de Abel Ignácio da Silveira; Maria do Rosário (1875 a 1879), liberta, citada como “residente em casa de família” ; Patrícia Guiomar Ferreira (1859 a 1870), “parda liberta” vivia na casa de José Francisco Lisboa; Roza Maria do Rozario foi escrava de João Machado Vieira, alforriada viveu na casa de Apolonia faleceu em 1829; Thereza Bárbara (1828 a 1832), liberta, vivia na casa de Pascoal Correia.³⁰⁶ Toda uma vida em comum na mesma casa também criava laços de proximidade entre escravos e

³⁰⁵ Registro de Irmãos. Florianópolis, 31 de janeiro de 2007. Arquivo da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

³⁰⁶ As datas entre parênteses referem-se ao período que integraram a Irmandade do Rosário (IBNSRSB).

senhores, alguns recebiam o sobrenome e alforria do escravista como Rita Maria da Conceição Schutel que carregara o sobrenome alemão do escravista Henrique Schutel que lhe deu alforria, Maria casou com o “preto forro” José Mina e integrou a irmandade do Rosário de 1865 e 1870. Alguns laços criaram a possibilidade de continuar a trabalhar e viver na casa senhorial depois de libertos, até herdar bens como dinheiro, animais de criação, casas e terrenos.

Alguns registros de integrantes da Irmandade do Rosário referem-se a pessoas de origem africana, libertos que viviam na cidade por conta própria, estas pessoas não são citadas como agregados, nem aparecem referências de nomes de proprietários de casas em que vivessem: Luiza Roza que integrou a Irmandade entre 1828 e 1858 foi citada como “moradora nesta cidade”. O “preto” Manoel dos Santos era de Pernambuco e residia na Rua do Mato Grosso integrou a irmandade do Rosário em 1860 e 1863. Maria Luisa da Ascensão era uma “preta liberta da Rua Áurea” – integrou a Irmandade do Rosário entre 1862 e 1864; Maria Marcolina era “parda liberta” moradora à Rua da Palma – integrou a Irmandade entre 1860 e 1866.³⁰⁷

Alguns libertos viviam na casa de padres ou igrejas: Manoel Martins foi da casa do padre Sebastião Antônio Martins; Maria Rita da Conceição – integrante da Irmandade do Rosário em 1863 - e Margarida de Sabóia Nunes - da mesma Irmandade entre 1867 e 1876 - eram “crioulas libertas” que residiram no prédio de Nossa Senhora do Parto.

Outros libertos saíam da casa de seus senhores, mas conseguiam continuar vivendo na cidade nos locais mais pobres, como Cypriana Antônia de Jesus “preta liberta” que em 1873 vivia na Rua da Pedreira. E outros libertos, “pretos forros” viviam nos arrabaldes mais distantes, como Joaquim Francisco Pires morador no Córrego Grande – integrou a Irmandade do Rosário em 1833 - e Manoel Antônio Correia morador no Rio Tavares – integrou a mesma irmandade entre 1842 e 1858.³⁰⁸

Assim como os libertos, os escravos de ganho viviam fora da casa dos “senhores”, nas casinhas e cortiços assim como os vadios e livres nacionais, os marinheiros, capoeiras, quitandeiras e prostitutas de diversas origens. Mas durante a segunda metade do século XIX a população pobre que vivia por toda

³⁰⁷ Registro de Irmãos. Florianópolis, 31 de janeiro de 2007 (IBNSRSB).

³⁰⁸ Registro de Irmãos. Florianópolis, 31 de janeiro de 2007 (IBNSRSB).

a cidade começou a se concentrar em alguns locais determinados. Com a abolição, os libertos saíram das casas de seus donos e a viver em casinhas e cortiços. Concentraram-se na Figueira, na Toca; próximo a Pedreira e na mesclada Tronqueira onde os mais pobres viviam no trecho próximo à Fonte Grande e os mais abastados nas chácaras ao longo do caminho em direção ao Morro do Antão. Não encontramos nenhum anúncio do comércio de escravos com endereço na Toca, e na Figueira apenas um, na Rua das Flores (atual Bento Gonçalves) na Figueira. Esses locais não concentravam o comércio e eram locais de marinheiros e pescadores.

Tabela 22. Endereços dos anúncios do comércio de escravo entre janeiro de 1856 e setembro de 1857:

Rua	Nome atual	Anúncios
Príncipe	Conselheiro Mafra	10
Augusta	João Pinto	5
Passeio	Esteves Junior	5
Áurea	Ilhéus e Visconde de Ouro Preto	4
Outras oito ruas e dois arrabaldes		10

Fonte: jornal O Argos, entre 04 de janeiro de 1856 e 29 de setembro de 1857. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

*“Precisa-se de uma preta boa, e paga-se um bom jornal, na rua do Passeio, morada amarela defronte ao teatro”.*³⁰⁹

As pessoas livres de origem africana tentavam se afastar, se diferenciar da condição escrava, uma forma era a de usar sapatos. Havia uma constante preocupação e dificuldade para um forro se diferenciar de um escravo. O anúncio acima podia ser dirigido também para um ex-escravo que vivesse e quisesse trabalhar na cidade. Segundo Farias (*et al*, 2006) um “negro forro” podia alugar-se como criado, se tivesse profissão trabalhar, mas em geral por pouca coisa ele ficava na casa em que era escravo continuando a servir os filhos do senhor, que em geral, no limite da morte de súbito, repleto de compaixão os alforriava.

As pessoas mais pobres eram os de origem africana. Segundo Walter Fraga (1996, p. 17 e 23), durante aquela época, no campo e nas cidades, “a

³⁰⁹ O Argos, 27 de junho de 1856, número 51 (PBESC)>

pobreza foi adensando como consequência das desigualdades e das poucas possibilidades ao trabalho livre. O homem livre assumia condição de verdadeiro deslocado”, a cor de pele era decisiva para a posição social. Os mestiços podiam ascender nas carreiras militar, eclesiástica ou no trabalho público. Na base dessa hierarquia social estavam os escravos e libertos.

A maioria das escravas da cidade trabalhava nos serviços domésticos, viviam na casa de seus senhores.

*“Precisa-se alugar uma escrava que entenda do serviço interno e externo de huma casa de família, quem a tiver para alugar dirija-se a casa n. 15 na rua da Conceição”.*³¹⁰

*“Vende-se uma escrava moça e vistosa que sabe lavar engommar e cozinhar com perfeição e todo o demais arranjo d’uma casa de família, na rua Augusta 27, loja de ferragem”.*³¹¹

*“Vende-se uma preta da Costa sem vícios, e sabendo fazer o serviço de uma casa de família: no armazém do sr. Manoel Luiz do Livramento se dirá quem a vende”.*³¹²

*“Precisa-se de uma preta que saiba cozinhar com perfeição e que também saiba engomar e lavar na rua Áurea de frente do Afferidor da Câmara Municipal”.*³¹³

*“Precisa-se alugar uma escrava ou escravo que saiba cosinhar, para casa de pouca família e não se duvida pagar bem; ou também compra-se para tratar, nesta typografia se dirá com quem”.*³¹⁴

Os escravos domésticos, não tinham tanto acesso à rua como os de ganho que viviam nelas.

*“Para que não tomem gosto pelo dinheiro e não roubassem para tê-lo os brasileiros nunca dão dinheiro a seu escravo (...) aos domingos e feriados dão-lhes um pedaço de fumo, um pouco de rape e talvez um copo de cachaça”.*³¹⁵

Outros escravos viviam nas chácaras dos poucos abastados da cidade. As chácaras de final de semana eram lugares de refúgio que a pequena elite tinha quando queriam sair do movimento e mistura social comum na cidade.

³¹⁰ O Conciliador Catharinense, 19 de abril de 1849, ano 1, número 4 (IBNSRSB).

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² O Argos, 5 de maio de 1857, número 137 (IBNSRSB).

³¹³ O Argos, 16 de junho de 1857, número 149 (BPESC).

³¹⁴ O Argos, 2 de julho de 1857, número 154 (BPESC).

³¹⁵ Relato do viajante Seidler. Haro, 1996, página 291.

Aos poucos foram tornando-se lugares mais estáveis de moradia à medida que os comerciantes buscavam se diferenciar dos pobres do centro. Local de refúgio também em tempos de epidemias - as chácaras nos arredores ao Norte da cidade em direção a Praia de Fora, no Mato Grosso e no caminho da Tronqueira em direção ao Antão.

*“Vende-se hum negro de idade 17 annos, pouco mais ou menos, muito sadio, ainda um tanto buçal, mas bastante adestrado em trabalhos de chácara, e além disto de agradável aspecto, quem o quizer comprar pode-se dirigir a chácara, que pertence a Antônio Ferreira da Costa no caminho da Praia de Fora, que ali reside o dono do sobredito escravo”.*³¹⁶

Estratégias para sobreviver

Na miséria de suas vidas em Desterro, os escravos inventavam diversas estratégias para sobreviver. Numa cidade de senhores endividados, onde era comum mandar o escravo a loja de algum comerciante retirar mercadorias a crédito, eis a causa de muitos conflitos, pelos desacordos sobre cobranças, hipotecas e ações. Também era comum que disso se beneficia o escravo, pegando metro a mais de fazenda, quilo a mais de comida ou garrafa a mais de bebida, fazendo conta em nome de seu senhor e, segundo acusaram em desavenças da época, retendo para si parte de esmolas em nome de algum santo.³¹⁷ Muitos escravistas publicavam anúncios em jornal prevenindo

³¹⁶ O Catharinense, 25 de janeiro de 1832, número 22 (BPESC).

³¹⁷ Durante a década de 1830, houve uma disputa entre os irmãos do Rosário e devotos de Nossa Senhora do Parto que mantinham sua imagem na Igreja do Rosário, em razão das esmolas em nome da Santa para a construção de sua Igreja. Os juízes e outros membros da mesa da Irmandade do Rosário acusavam os devotos, pardos e negros, de Nossa Senhora do Parto de pedir esmolas pelas portas, sem a aplicação as custas da santa, que praticavam o contrário, tirando das ditas esmolas sem darem delas conta ao respectivo tesoureiro, “alarpadando” escondendo as esmolas. Os Irmãos da mesa do Rosário criticavam os devotos por “tirarem esmolas” para a construção da Igreja, que não acreditavam ser construída: “que nunca se verá em nossos dias”, que para isso deveriam “granjear”, obter com trabalho, como era o costume, que para pedir esmolas tinham que estar “legitimamente autorizados, sem ofensa da lei e bons costumes que regulam semelhantes pedidos”. Diziam: “sem permissão de seus senhores e autoridades”. Citavam o artigo segundo da lei provincial número 75, que proibia os escravos ter ingerência na “Confraria” de Nossa Senhora do Parto. Os irmãos do Rosário defendiam que as esmolas podiam servir apenas para sustentar o culto das Imagens. Ameaçavam nunca mais empregar na Mesa os “mulatos” devotos de Nossa Senhora do Parto e requeriam ao oficial de justiça, intimar José Pio, escravo do sargento-mor Antonio da Silva Mafra e o João de Paula, escravo de Maria de Paula, juiz e tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Parto. Pediam que cessassem os pedidos de esmolas e que entregassem a bolsa das

publicamente que não se responsabilizariam por dívidas feitas por seus escravos. Em 15 de janeiro de 1856, Francisco de Freitas, morador na Rua Augusta anunciava venda de sua escrava “crioula moça” e prevenia aos senhores que tinham “casa de negócios tanto de secos como de molhados” que não lhe fiassem “cousa alguma” porque não se responsabilizava por dívida que contraisse.³¹⁸ Anna Maria da Costa que morava na Rua Augusta tornava público a todos os comerciantes que não pagaria a pessoa alguma dívidas feitas por sua escrava Marianna.³¹⁹ Dona Antonia, “senhorinha” de “Sena” Freitas prevenia que não fiassem a qualquer de seus escravos dinheiro ou objeto que estes pedissem em seu nome.³²⁰ Sabino Pacheco de Souza Guimarães prevenia seus fregueses que não entregaria mais fazenda a escravos sem que viessem munidos de um bilhete assinado por seus senhores *“para evitar duvidas futuras e continuadas fraudes que constantemente estão aparecendo”*.³²¹ Era comum a “venda fiado”, pois há nas fontes de jornais uma série de anúncios de pessoas pedindo pagamentos de determinadas dívidas de negócios não concluídos, fazendo ameaças judiciais, dando prazos, pedindo assinaturas, ameaçando publicar nomes, rogando pagamentos e encerramento de dívidas por motivos de viagem, de mudança. Nesse “embrólio” que era parte do comércio interno de Desterro, baseado em dívidas, como se não houvesse dinheiro e todos devessem a todos, comprando e vendendo por crédito, os

mesmas ao oficial de intimação. Por sua vez os devotos e depois membros da então formada Irmandade de Nossa Senhora do Parto ameaçavam retirar a imagem de Nossa Senhora do Parto e levá-la para a Matriz e requeriam o dinheiro de esmolas pertencente a Santa em poder da Irmandade do Rosário. A disputa perante o eclesiástico e juízes municipais pendia de um lado a outro durante anos. Por fim, foi permitido aos devotos de Nossa Senhora do Parto pedir esmolas pelas portas as terças-feiras. A pendenga tinha ido parar em 1837, nos altos escalões da Igreja nas mãos do Padre José Antônio da Silva Chaves “Presbytero Secular”, Cavalheiro da Ordem de Cristo, secretário do Bispado e escrivão da câmara eclesiástica da corte do Rio de Janeiro, que citava “intriga e devoção” no caso. Porém mesmo com as disputas por intriga ou devoção, pelas esmolas, de porta em porta ou por doação à Igreja, para controle da mesa do Rosário ou devotos da Senhora do Parto, terminou que os negros dessa Irmandade conseguiram erguer sua Igreja. Manuscritos da Pasta da Irmandade de Nossa Senhora do Parto. Cláudia Mortari e Fabiana Comerlato *Transcrição de diversos manuscritos referentes à Irmandade de N. S. do Rosário e de N. S. do Parto*, 2000.

³¹⁸ O Argos, 14 de janeiro de 1856, ano I, número 3 (BPESC).

³¹⁹ O Argos, 25 de julho de 1856, número 59 (BPESC).

³²⁰ O Novo Íris, 8 de julho de 1851, número 134 (BPESC).

³²¹ O Argos, 27 de maio de 1856, número 42 (BPESC).

escravos, como uma de suas estratégias para sobreviver compravam “em nome de seu senhor”.

Outra estratégia que encontramos é a suposta por Wagner (2004, p. 169 e 170), em relação ao batismo dos filhos de escravo. Algumas mães escravas ou libertas escolhiam padrinhos com prestígio social. Wagner supõe que era uma estratégia para além da direção espiritual, aumentar a proteção material de seus filhos. Wagner encontrou exemplos de militares padrinhos de crianças de origem africana entre 1800 e 1819, num tempo em que os militares ainda formavam a principal elite da villa de Desterro.

As Irmandades de negros

*“Como a dita Irmandade é mais de Homens Pretos digo Como a dita Irmandade é mais divisada de Homens Pretos, e desde a sua fundação sempre o Irmão Juiz dela foi pessoa daquela qualidade, justo é que a sim fique praticando para o futuro ...”*³²²

Os africanos e seus descendentes exerciam e reinventavam suas culturas e tradições por diversas estratégias de sobrevivência e resistência.³²³

³²² Compromisso da Irmandade, de 13 de agosto de 1807. Pasta de Documentos 1750 – 1865. Arquivo da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Transcrição de diversos manuscritos referentes a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Parto. Cláudia Mortari e Fabiana Comerlato (IBNSRSB).

³²³ Um dos momentos da vida em comunidade e da cultura dos negros do início do século XIX, que eles recriavam e mantinham como podiam foi descrito por Langsdorff, sobre as festas que realizavam durante os dias de liberdade do ano novo de 1804. Segundo o médico, os escravos negros se movimentavam com “muito ruído e barulho pelas ruas”, mas naquele ano chovera muito e festejaram “em miserias choupanas ou nas bodegas públicas”. A música e os gritos indicavam o terreiro de danças no centro da vila. “Era uma gritaria monótona, uma marcação barulhenta e selvagem do compasso, com as batidas dos chocalhos e palmas indicando à distância o lugar da reunião (...) muita gente em espaço pequeno (...) O rei ou o mestre do grupo dançante se destacava de todos os outros companheiros do baile pela estatura, as dimensões do corpo e os gestos. Como herói ele conduzia seu povo, que se reunia em círculos em torno dele (...) Em lugar de músicos, havia um círculo de negros sentados ao chão em um canto e batiam com as mãos sobre uma pele de boi esticada sobre um toco de árvore (...) a maioria dos presentes vestiam tanga à cintura ou calças curtas quase sem roupas enfeitados com inúmeras penas coloridas, fitas de seda e um diadema de papel colorido. Alguns cobriam o rosto com mascaras, outros (...) lambuzados de vermelho, branco e outras cores (...) circundavam seu chefe e, conforme suas habilidades, dançavam no centro do círculo (...) outros (...) emitiam gritos africanos (...) incompreensíveis (...) O objeto principal de tais danças consiste na representação de

Uma forma de conviver em comunidade de reconstruir e exercer suas crenças era a das Irmandades católicas. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos foi a primeira irmandade das pessoas de origem africana, de escravos como o “irmão Sebastião” assentado à Irmandade em 1728.³²⁴ A origem formal da Irmandade é de 23 de agosto de 1745 em carta enviada a Dom Frey João da Cruz, Bispo do Rio de Janeiro e do conselho de sua majestade.

*“Dizem os Devotos de Nossa Senhora do Rosário Pardos e Pretos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina que para maior gloria e serviço de Deos e da mesma Senhora querem exigir huã Irmandade na dita Freguesia em honra e serviço da dita Senhora do Rosário para qual tem feito seu compromisso que apresentão a Vossa Excellencia Reverendissima”.*³²⁵

Também amparava libertos, livres, mestiços e pobres como a “parda Florência de Paula Oliveira e Jorge de Souza Arruda, homem livre que vivia “da caridade pública”.³²⁶ A irmandade educava os órfãos dos irmãos indigentes, arrumava trabalho, comprava a liberdade dos irmãos cativos, acolhia escravos doados por testamento e socorria como previdência seus irmãos - a Irmandade garantiria casa a mulher e filhos, até a idade de 12 anos, de um irmão falecido.³²⁷ Uma das principais funções da Irmandade era a de amparar espiritualmente os irmãos para enfrentar a morte. Com Cruz e Opas brancas a

atos comuns da vida, por exemplo, da pesca, caça, guerra (...) estas danças se estendiam às vezes por uma hora inteira” (HARO, 1996, páginas 169 e 170).

³²⁴ O documento mais antigo do arquivo da Irmandade é de 1745. *Asento dos Irmãos e Irmãs da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de 2 de outubro de 1780*, em Pasta de documentos avulsos 1745 a 1842. Brancos também integravam a irmandade, era comum que ocupassem cargos à mesa administrativa para o que pagavam uma “jóia de cargo”: que em 1842 era de 16\$000 reis para irmão juiz de Nossa Senhora; 12\$000 para irmão juiz de São Benedito e 1\$600 para irmão da mesa (de acordo com documentos avulsos do Arquivo da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito).

³²⁵ Documento datado de 17 de novembro de 1842, número 48. Pasta de Documentos 1750 – 1865. Arquivo da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

³²⁶ Registro de Irmãos da Irmandade. *Ibidem*.

³²⁷ Os irmãos eram enterrados na Igreja e no cemitério que ficava ao lado, depois da proibição dos enterramentos nos templos e nos cemitérios do perímetro da cidade (1840) a irmandade ganhou uma das áreas doadas às diversas irmandades e congregações no Cemitério no Morro do Estreito. Com a inauguração da Ponte Independência (Hercílio Luz) o cemitério foi transferido para o Itacorubi onde a Irmandade tem uma área para sepultar seus irmãos. Pasta de documentos avulsos de 1.745 a 1.842 do Arquivo da Irmandade. *Ibidem*.

Irmandade reunia os irmãos para o cortejo que saia carregando o esquife ornado. “Mandava dizer” uma Capela de Missas pelos irmãos vivos e defuntos e seis Missas por cada irmão recentemente falecido. Os irmãos que tivessem servido em algum cargo da Irmandade e tivessem pago seus anuais, caso “caísse em pobreza” ficariam isentos dos anuais e a Irmandade “lhes faria alguma esmola” garantindo mandar rezar as suas Missas do costume, “e se lhe dará casa, e será acompanhado pela Irmandade”.³²⁸

Os membros da Irmandade construíram a segunda Igreja de Desterro em um dos pontos mais altos da cidade, em frente ao caminho que seria a Rua do Livramento. A Capelinha erguida em 1750, foi destruída na invasão espanhola de 1777, assim como o antigo “compromisso” da Irmandade, um estatuto. Isso teria sido um dos motivos da irmandade não ter crescido no final do século XVIII. Segundo o escrivão da Irmandade em 1841, Luiz Nunes Pires, em 13 de agosto 1807 foi escrito o novo compromisso. A partir dessa data os novos irmãos tinham que pagar 6 contos e 40 réis para entrar na Irmandade, além das anuidades de 320 réis.³²⁹ Um liberto que não tivesse meios de conseguir dinheiro não poderia entrar para a Irmandade, dinheiro ainda mais difícil para os que eram escravos.

Em 1787, os irmãos, o tesoureiro José dos Santos e o vigário Agostinho José Mendes dos Reis tiveram a licença do Bispo para erguerem no local a Igrejinha de estilo barroco, mais tarde com modificações do neo-clássico.³³⁰ Muitos que viveram na área ao redor da Igreja eram negros libertos, pobres e alguns, escravos comprados pela Irmandade. Durante o século XIX, viveram em cortiços como o “Cidade Nova” e casas de negros que foram demolidas no início do século XX para a construção da Praça e do Congresso Representativo, alargamento das ruas e para o “embelezamento e higiene” das

³²⁸ O compromisso de 1807 tinha 16 capítulos. Segundo o artigo 2: a irmandade seria governada por um irmão juiz que pagaria uma jóia de 2 mil réis e um irmão tesoureiro e um procurador e 12 irmão de mesa que dariam mesada de 970 réis. Segundo o sexto artigo, o tesoureiro deveria ser “homem branco e sujeito de reconhecida capacidade sob a administração da ordem da mesa”. Luiz Nunes Pires. Desterro, 19 de março de 1841, número 9. Pasta de Documentos 1750 – 1865. Arquivo da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

³²⁹ *Ibidem*.

³³⁰ Sara Souza (1980, p. 155) cita o ano de 1750, como o de fundação da Irmandade talvez porque em 1980, como arquivo da Irmandade ainda não estava organizado não tenha encontrado fonte mais antiga.

políticas: modernizadora e sanitarista da época. Desta área, os pobres foram expulsos, para a Fonte Grande e para os Morros.

A Irmandade comprava escravos e os mantinha para seus serviços. Alguns foram vendidos para obter dinheiro para obras na Igreja. Os “Registros de Irmãos” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – dos registros preservados – entre 1728 e 1899, apontam que nesse período a Irmandade foi formada por 48% de pessoas de origem africana, escravos, sem considerar o número de pessoas dessa origem que eram livres.

Tabela 23. Irmãos da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos entre 1728 e 1899:

escravos	308
escravas	405
Libertos	61
Libertas	79
Homens livres	421
Mulheres livres	501
Total	1.771

Fonte: tabela organizada a partir dos “Registros de Irmão 1728 – 1899”, páginas 59 a 81. Irmandade Beneficiente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

A Irmandade de Nossa Senhora do Parto era outra Irmandade das pessoas de origem africana. Essa irmandade teve origem em 1833 com devotos da santa que mantinham sua imagem no altar de Santa Anna na Igreja de Nossa Senhora do Rosário até que os devotos tivessem a própria Igreja.

Para escapar do abandono à hora da morte, de ter o corpo abandonado pelos “senhores” como um animal, escravos procuravam as Irmandades que garantiam o sepultamento de seus irmãos. Além disso, as Irmandades serviam à religiosidade e solidariedade, para recriar tradições e até para conseguir liberdade – as irmandades compravam e libertavam escravos. O sepultamento dos membros da Irmandade era feito na capela do Rosário até 1840 quando foi proibido enterros nas igrejas da cidade. O alto da colina do estreito entre a Ilha e o continente no terreno da chácara de José Vieira de Castro foi o lugar escolhido para o cemitério. Cada Irmandade e Ordem religiosa da cidade tinha

uma área indicada por uma Cruz de Ferro. Além de uma parte para indigentes e pessoas de outros credos que não o católico.³³¹



Enterro de uma negra
(Jean Baptista Debret,
século XIX).

Escravos em liberdade

A manumissão de escravos pelo Estado iniciou em 1869 com a Lei 627 de 11 de junho. O quinto artigo consignava fundos para emancipação de escravos. Entretanto no primeiro ano de sua vigência, o governador da província Cordeiro de Araújo Lima destinou as rendas desse fundo para os “melhoramentos materiais” da província – e justificava:

*“Não hesito mesmo dizer-vos, Srs., que entre um bem aproveitara sómente á meia dúzia de escravas, que entregues a si mesmas, iriam engrossar as fileiras da prostituição e os beneficius que a tantos resultaria dos melhoramentos materiais, eu não trepidaria na escolha, tanto mais que, actualmente a doçura com que são tratados os escravos equivale á liberdade, sem os inconvenientes que esta incontestavelmente produziria”.*³³²

Apesar da doçura que havia para Araújo Lima, o processo das lutas pela libertação de escravos continuava. Em 13 de novembro de 1872, foi definido

³³¹ Segundo Edna Rosa (2003), em 1841, receberam áreas as Irmandades: de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos; Nossa Senhora do Parto; Monte Serrat; Santíssimo Sacramento; Irmandade da Ordem Terceira, Espírito Santo (2003, p. 45) - a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos continuou mantendo seus cemitérios no fundo do Hospital, já que estava afastada da cidade.

³³² Relatório do Governo 1870, página 24. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

um regulamento que estabelecia em cada município uma junta municipal para classificar os escravos que podiam ser libertados pelo fundo de emancipação.³³³

Em 1880, o ministério da agricultura, comércio e obras públicas enviou ao governo provincial 42:179\$665 réis, a maior cota para Desterro (8:488\$752) e a segunda para Laguna – os principais núcleos escravistas de Santa Catarina - para aplicar na libertação de escravos.³³⁴ Em 1882, o valor distribuído caiu para 30:000\$000.³³⁵ Em fevereiro de 1883, o governo provincial distribuiu 30 mil contos de reis entre os municípios em proporção a distribuição dos 12.706 escravos registrados em Santa Catarina. Desde a década de 1870 o número de escravos vinha diminuindo na província, mas o número era maior, havia escravos não registrados e as comissões tinham dificuldade em manter os registros atualizados.

Tabela 24. Distribuição de cotas para manumissão de escravos em fevereiro de 1883:

município	escravos	quotas (reis)
Capital	2.543	6.037\$082
Laguna	2.390	5.673\$860
São José	1.953	4.636\$422
Lages	1.522	3:613\$228
São Francisco	1.205	2:860\$670
São Sebastião	950	2:255\$300
Itajaí	692	1:642\$808
Tubarão	687	1:630\$938
São Miguel	675	1:602\$450
Joinville	89	214\$642
total	12.706	30:167\$400

Fonte: jornal A Regeneração, 1 de fevereiro de 1883, numero 8, ano XV (BPESC).

O processo de liberdade de escravos era balizado pelas perdas que os escravistas concorriam. Em 1884, quatro anos antes da abolição, havia 1.139 ex-escravos, libertos de um total de 3.098 pessoas de origem africana³³⁶ na

³³³ “Artigo 27 do regulamento”. A Regeneração, 11 de janeiro de 1883, número 3, ano XV (BPESC).

³³⁴ Fala do presidente da província, João Rodrigues Lhopes à Assembléia Provincial, 1881, página 41. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

³³⁵ Relatório do presidente da província à Assembléia Provincial de Santa Catarina, em 25 de março de 1883 (IHGSC).

³³⁶ Jornal Abolicionista, 5 de outubro de 1884; ano 1; n. 2 (BPESC).

Ilha - cerca de 10% da população que era de aproximadamente 30 mil habitantes.³³⁷ Os escravistas faziam propostas de indenização ao poder público para dar liberdade aos seus escravos. As propostas eram encaminhadas à *junta classificatória da Província* para emancipação escrava que gerenciava cotas do orçamento público e negociava o pagamento.³³⁸ O valor reivindicado caía aproximadamente pela metade e a junta formada por “autoridades”, representantes da elite política, pagava a indenização pelas perdas dos senhores. Em 1885 o valor da cota era bem menor, mas o número de escravos também, o governo distribuíra pelos municípios uma cota de 1:517\$519 réis do fundo de emancipação para indenizar donos de escravistas, foram feitas nove alforrias a um valor médio de 162\$000 Réis.³³⁹

Muitas escravas libertas continuavam trabalhando na cidade, nas casas dos senhores ou de outros, começava a era das criadas, comum até nossos dias. Em 1885, a câmara tentou fiscalizar o registro e as casas em que trabalhavam escravas e criadas. Seus senhores tinham que registrar uma matrícula, pagar imposto sobre seu trabalho, ou eram multados. O dinheiro desses impostos era revertido para a libertação de outros escravos.³⁴⁰

Pelos jornais, a elite escravista de Desterro argumentava nos editoriais que a abolição escrava traria a ruína econômica. Quem mais ocupava a mão-de-obra escrava eram os proprietários ligados à navegação de cabotagem, empreiteiros, agricultores, donos de engenho e a elite urbana que empregava a

³³⁷ Segundo o IBGE a população de Florianópolis em 1872 era de 25.709 habitantes e em 1890 era de 30.687.

³³⁸ Livro de atas das reuniões da junta classificatória da província: emancipação de escravos 1875 - 1886. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

³³⁹ Relatório do presidente da província, 11 de outubro de 1887, Rio de Janeiro. Typ. União, 1888, página 291. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

A seguir um trecho desse relatório sobre a posição do presidente da província Francisco José da Rocha quanto ao fim da escravidão em Santa Catarina (página 293): “*Nutro a convicção de que, sem a mínima pressão dentro em seis meses não haverá n’esta Comarca um só escravo, e – o mais tardar durante o anno de 1888 nenhum haverá em toda a Província. Pode-se asseverar que actualmente todos desejam a abolição e tem interesse em realisal-a, conservando escravos unicamente os que se consideram forçados a ceder a circunstancias imperiosas, e que entretanto empregam os maiores esforços para se libertarem d’estas. A extinção da escravatura operar-se-há pois sem convulsões, e do modo mais glorioso para a nação.*”

³⁴⁰ De acordo com regulamento de 8 de junho de 1883. Sessão ordinária de 6 de junho de 1885. Livro de actas das Sessões da Câmara Municipal do Desterro. Códice 257, caixa 22. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

maioria dos escravos nos serviços domésticos: cozinheiras, arrumadeiras, mucamas, amas de leite, moleques de recado, chacreiros.

Próximos a morte, alguns “senhores” davam a liberdade a seus escravos. Talvez esse ato viesse do medo de “arder no inferno”, visto que era acompanhado de outros atos de caridade. Como o fez Maria Joaquina, esposa de José Francisco Borges. Maria, em seu testamento, deixou uma esmola de três mil e duzentos (3\$200) réis para cada uma das Irmandades de: Nossa Senhora do Sacramento; Nossa Senhora das Almas e do Espírito Santo. Deixou a cada um de seus afilhados de ambos os sexos, para os brancos e para os pretos, que fossem livres, uma esmola de seis mil (6\$000) reis, uma boa esmola, porém Maria não tinha filhos a quem deixar nada. Tinha três escravos aos quais concedeu-lhes a parte que lhe pertencia legalmente. Mas disso não implicava suas liberdades, visto que o marido de Maria detinha a metade da propriedade de cada um dos escravos. O ato de Maria não servia de nada à liberdade de Vicente, Alexandre e Maurícia, de outra parte permaneciam legalmente cativos de Jose. O ato podia apenas, se fosse o caso, acalmar a consciência de Maria na hora da morte.

*“Declaro que tenho três escravos Vicente, Alexandre e Maurícia crioulla desta á metade que me pertence deixo liberta, com a obrigação porém de servir como captiva á meu marido em quanto for vivo, que fará da parte que lhe pertence dos que ficão capitvos o que quizer”.*³⁴¹

Nada era devido aos escravos, depois da vida de exploração. Mas, em algumas situações, libertar um escravo não era mau negócio para os “senhores”. Os réis variavam em torno de 200 mil, o equivalente a cinco caixas de vinho do Porto ou dois e meio barris de azeite. A liberdade de homens rendia aos donos, em geral, mais do que a das mulheres. A realidade para esta população negra escrava era a das privações, incluindo à cidade e ter que se deslocar e viver nos morros de sua beirada. Homens escravos que conseguiam se libertar, só então puderam formar uma família com mulheres “libertas”. Franciscos, Manoéis, Joaquins, Marias, Higínias iam tentar uma vida nos cortiços.

³⁴¹ Juízo da Provedoria dos Resíduos da Cidade do Desterro da capital da Província de Santa Catarina, 1874. Carta testamento de Maria Joaquina, de 8 de outubro de 1874, folha 4. Caixa F7. Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

Resistência à pobreza e opressão

Durante a escravidão, o número de casamentos entre escravos era insignificante. A condição humilhante e perversa a que eram submetidos não possibilitava formar famílias. É provável que os escravistas também impedissem o casamento legal, e assim, poder vender separadamente os escravos membros de uma família. De acordo com os relatos de Saint-Hilaire, os escravos não se casavam e em 1820 dos 2.535 escravos na Ilha apenas 10 eram casados. Essa situação perdurou em Desterro durante todo o período escravista. Um dado referente a 1872, informa que na freguesia do Desterro ocorrera 194 casamentos entre livres e 40 entre escravos.³⁴² Esse número porém, não é coerente com um relatório do governo da província já do final do período escravista: em 1885, quando o número de escravos registrados em Santa Catarina reduzira para 4.927, deste total, apenas 46 são citados como casados e 6 eram viúvos.³⁴³ De qualquer forma, mesmo com a imprecisão de dados, a condição escrava limitava a possibilidade de formarem famílias. Segundo Gilberto Freyre a depravação a que os negros eram submetidos era a condição escrava, o que limitava a possibilidade de formarem famílias.

*“Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesmo do regime (...) Joaquim Nabuco colheu num manifesto escravocrata de fazendeiros as seguintes palavras tão ricas de significação: “a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador (...) Entre êsses escravos os senhores favoreciam a dissolução para “aumentarem o número de crias como quem promove o acréscimo de um rebanho”. Dentro de semelhante atmosfera moral, criada pelo interesse econômico dos senhores, como esperar que a escravidão (...) atuasse senão no sentido da dissolução, da libidinagem, da luxúria? O que se queria era que o ventre das mulheres gerassem. Que as negras produzissem moleques”.*³⁴⁴

Possivelmente o casamento e a formação de uma família era mais comum em locais de refúgio de escravos fugitivos, onde formavam quilombos ou viviam escondidos.

³⁴² Arcypreste Joaquim Gomes D'Oliveira Paiva, página 7 (das notas) 1873.

³⁴³ Relatório do presidente da província, 11 de outubro de 1887, Rio de Janeiro. Typ. União, 1888, p. 282. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³⁴⁴ Gilberto Freyre, 1963, páginas 360 e 361.

“...o sertão da província esta cheio de mocambeiros, onde vivem os escravos fugidos com suas mulheres e filhos...” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881)

As exigências legais para o casamento não estavam ao alcance dos escravos. Eles tinham que comprovar serem batizados o que nem sempre era possível quando eram vendidos ou enviados para outra Paróquia fora da que eram registrados. Ana Paula Wagner (2004, p. 164) afirma que mesmo para os libertos o casamento formal era difícil de ser realizado, além das certidões de batismo, tinham que apresentar carta de alforria e de óbito do cônjuge se viúvos. Segundo Ana Paula Wagner, na Paróquia de Nossa Senhora do Desterro, a principal das quatro da Ilha, entre 1800 e 1819 foram realizados apenas 25 casamentos envolvendo africanos ou seus descendentes livres, libertos e escravos. Num período menor, entre 1809 e 1819 Alexandre Boiteux (1950, p. 461) apresenta uma relação de 445 casamentos de pessoas livres na Matriz de Desterro. Se considerarmos metade dos casamentos de escravos para uma aproximação em relação ao período de 9 anos apresentado por Boiteux (13 casamentos) temos apenas 3 casamento entre escravos para cada 100 casamentos entre livres, numa época em que a população escrava de Desterro era de cerca de 30% da população total.

Com o fim da escravidão, muitos ex-escravos deixaram as casas de seus donos na cidade e nas chácaras. Esse povo foi para os cortiços próximos à Igreja do Rosário, da várzea da Fonte Grande, nas proximidades da Pedreira, Tronqueira, Beco Sujo ou nos bairros pobres da Figueira e Toca, no interior da Ilha e nos Morros, juntando-se aos que já se encontravam alforriados e que haviam fugido. Nesses lugares passaram a formar comunidades e famílias mais estáveis. Porém, já na primeira década do século XX, a elite da cidade iniciaria um processo de expulsão dessa população. Segundo Ianni (1960), entre os negros libertos, só permaneceram na Ilha os que se inseriram no sistema artesanal e semi-industrial do município. Os descendentes dos antigos escravos dos serviços ou das profissões mecânicas, que conseguiram permanecer nas posições ocupadas por seus ancestrais.

Com a libertação escrava em 1888, os escravos passaram a ser pobres livres. Todo esse povo continuava trabalhando na cidade, porém tendo que viver de maneira cada vez mais separada. Um dos lugares de refúgio a toda

essa população era a Fonte Grande, nas suas margens alagadiças ocuparam os cortiços e construíram suas casas. Expulsos das áreas do centro da cidade pela política higienista do início século XX formaram áreas de resistência para viver nos Morros do Antão, da Caixa D'água, da Boa Vista.

Eram anunciados em Desterro escravos de outras vilas e regiões próximas, comprados por gente da cidade, o que aumentava a população de escravos. Como o fez Manoel de Almeida Valga que anunciava no Argos de Desterro em 7 de março de 1856, a venda de sua casa de moradia e de seu curtume Praia Comprida em São José, com canoas, animais e escravos.

Havia muitas formas de resistência dos escravos a sua condição, a organização em irmandades, rebeldias, fugas. Manoel Domingues Tavares da Rua da Paz tentava a venda de um escravo de 40 anos que dizia “próprio para qualquer serviço de roça além de saber fornear, fazer açúcar, aguardente, cerrar, cevar mandioca e bom canoeiro”. Era comum, ao tentar vender um escravo, ressaltar suas qualidades e explicar o motivo da venda, Tavares dizia que a venda do escravo era por que aquele não mais queria lhe servir.³⁴⁵ Um escravo recém chegado apesar de mais novo, poderia valer menos que um escravo que falasse a língua e tivesse aprendido ofícios e habilidades. Era o que José de Souza Freitas Junior pretendia, escravos “próprios para o trabalho em chácara”. Como fez anunciando vender ou trocar um escravo “preto de Nação por um crioulo”.³⁴⁶ Escravos novos “de Nação” geralmente eram anunciados para trabalhos de lavoura.³⁴⁷

*“Hoje o olhar de mamãe marejou, só marejou
Quando se lembrou do velho, o meu bisavô
Disse que ele foi escravo, mas não se entregou a escravidão
Sempre vivia fugindo e arrumando confusão”³⁴⁸*

³⁴⁵ O Argos, 15 de fevereiro de 1856, número 14 (BPESC).

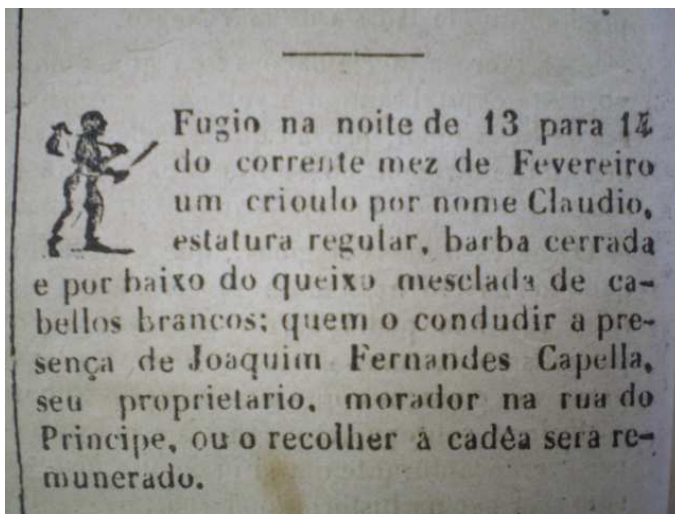
³⁴⁶ O Argos, 26 de fevereiro de 1856, número 19 (BPESC).

³⁴⁷ Referências sobre isso: O Argos, de 26 de fevereiro e de 4 de março de 1856 números 17 e 19 (BPESC). Segundo Cabral (1979, p. 382) a designação “novos” é, recém chegados, “de nação”, também africanos, mas de procedência ignorada, “da Costa”, africano e “crioulos eram os nascidos na terra.

³⁴⁸ *Coisa da Antiga*. Wilson Moreira e Nei Lopes.

As fugas e o início da ocupação dos Morros

Desde o século XVIII têm-se registros de fuga de escravos. Durante o governo do sargento-mór José Pereira Pinto entre 1786 e 1789, escravos trabalharam na construção da estrada de Desterro a Lages e guardas foram colocados ao longo, no Trombudo e na Boa Vista para impedir as fugas dos escravos que trabalhavam na construção (A. COELHO, 1877, p. 67). A estrada atravessava extensas áreas das encostas de serra catarinense, ainda despovoadas de brancos, terra dos Xokleng.³⁴⁹



Anúncio de fuga de escravo.
O Argos, 19 de fevereiro de
1854, ano 1, número 15,
página 4. Biblioteca Pública
do Estado de Santa Catarina

Com o fim das rotas de tráfico escravo da África para o Brasil, os fluxos foram intensificados entre as províncias e dentro das cidades. A dificuldade de reposição da escravaria, fez os “senhores” apurarem os casos de fuga e empenhar mais dinheiro na recaptura de escravos fugidos. Passaram a pagar recompensas, publicando anúncios em jornais, até mesmo de outras províncias. Vinte mil réis, era o valor da recompensa oferecida por Serafim José de Fraga morador no sítio do Morro-Grande da capela de Viamão em Porto Alegre, a quem levasse a sua presença ou em Desterro à João de Souza Freitas, o escravo crioulo Zacarias comprado no Rio de Janeiro e que estava em fuga. O escravista Freitas, presente no comércio de escravo em anúncio

³⁴⁹ Os Xokleng eram um dos três grandes grupos indígenas que viviam nas terras que formam Santa Catarina. Nômades viviam nas áreas de serra entre o Planalto e o Litoral.

anterior publicado no Argos de 26 de fevereiro de 1856, tinha um sobrado na Rua do Príncipe, número 25, onde vendia, trocava e pagava bilhetes premiados de loterias que recebia de outras províncias através dos vapores que chegavam ao Porto. Esse contato comercial através do porto é o que facilitava sua posição no comércio escravo. Os escravistas contavam com a ajuda de outros envolvidos no comércio escravo em outras cidades, alertavam os mestres de embarcações e a polícia, com descrições detalhadas da aparência como fez Serafim para prender Zacarias:

*“... idade 35 annos, alto pernas um pouco arcadas, tornozelos tortos, rosto comprido, um tanto fula, com buço e pouca barba por baixo do queixo, boca grande, beijo um tanto grossos, tem em ambos os pulsos pela parte de dentro umas cicatrizes de queimaduras e em uma das espadulas um pequeno lobinho, as unhas dos dedos grandes dos pés rachados...”*³⁵⁰

Escravos em fuga também partiam para outras províncias buscando na distância do cativo maiores chances de não ser capturado. Em 1880, Um escravo de nome Luiz, foi capturado na cidade de Jundiáhy, província de São Paulo. Luis declarava que era de Santa Catarina e escravo de Antônio de Campos Araújo. Estava preso na penitenciária paulista, até que alguém com documentos comprovasse seu domínio.³⁵¹

As casas de comércio, além de servirem como postos para o comércio escravo, também serviam como locais para pagamento de recompensas por informações, delações e apreensões de escravos fugidos. O contexto escravista permitia que também as delegacias fossem usadas em interesse dos “senhores”, assim como os policiais fizessem procura e apreensão de escravos em fuga, além de também servirem como ponto de comércio, principalmente para os escravistas de arrabaldes e vilas distantes. Manoel D’Assis, morador de São Miguel, oferecia uma “razoável gratificação” a quem apreendesse e recolhesse à cadeia de Desterro o escravo pardo Alexandre de 14 anos.³⁵² Era comum que os escravos que tentassem fugir, além dos castigos, fossem colocados a venda. Em dezembro de 1856, José Ignácio

³⁵⁰ O Argos, 27 de janeiro de 1857, número 110 (BPESC).

³⁵¹ “Escravo Detido”. A Regeneração, 7 de novembro de 1880, ano XII, número 82 (BPESC).

³⁵² O Argos, 19 de dezembro de 1856, número 100 (BPESC).

Vidal, que morava na Santíssima Trindade, do outro lado do Morro do Antão, anunciava venda de uma escrava presa e exposta na cadeia.

*“Vende-se uma escrava sadia e robusta, que serve para qualquer serviço; quem a pretender pode vel-a na cadeia desta capital e tratar com o abaixo assignado morador da SS Trindade”.*³⁵³

Em março de 1848, o escravo sapateiro, “pardo”, Joaquim fugira de seu cativo na cidade, mais de um ano depois Basílio Ferreira de Almeida ainda estava em seu encalço e publicara um anúncio no jornal O “Conciliador Catharinense”, de 23 de maio de 1849, oferecendo uma “gratificação” a quem o apanhasse. Sua descrição no anúncio revelava a situação social degradante do escravo.

*100\$000 Reis de gratificação a quem apanhar ao pardo Joaquim escravo de Basílio Ferreira de Almeida residente nesta cidade, que anda fugido á 14 meses: tem os sinaes seguintes: uma cicatriz no rosto, falta de dentes na frente, alto e bem apessoado, trabalha perfeitamente de sapateiro. Quem ao menos der delle noticia certa será igualmente gratificado”.*³⁵⁴

Durante a década de 1870, escravos de ganho e escravos em fuga viviam misturados aos livres e libertos nos cortiços próximos as fontes de água e já ocupavam os morros, lugares de refúgio. Peluso (1991, p. 317) refere que em 1876, já havia ocupação, com casas mais concentradas nas imediações das ruas Major Costa e Nestor Passos. Essas ruas eram os antigos acessos na base do Antão ao antigo caminho que cruzava o Morro em direção à Santíssima Trindade. À década de 1870, muitos africanos e brasileiros libertos juntavam-se aos escravos fugidos que viviam nas matas e caminhos nos Morros ao redor da cidade. Em 1872, o percentual de escravos em relação à população total de Desterro diminuía para 17,8%, enquanto em 1810 era de 32,2% (ver tabela 18).

Muitas pessoas acoutavam escravos fugidos. Possivelmente os negros libertos que viviam mais afastados da cidade e das propriedades dos colonos, que viviam nas matas dos morros, em locais de difícil acesso, em áreas utilizadas de modo comum que formaram os primeiros núcleos de negros na

³⁵³ O Argos, 12 de dezembro de 1856, número 98 (BPESC).

³⁵⁴ O Conciliador Catharinense, 23 de maio de 1849 (BPESC).

Ilha. No código de posturas de Desterro de 1845, uma das multas mais altas era prevista a quem ajudasse escravos em fuga.

*“Todo aquelle que acoutar escravos fugidos, alem da responsabilidade á seus senhores, será multado em 20\$000 réis”.*³⁵⁵

Era comum que os “senhores” que procuravam escravos em fuga publicassem nos anúncios de recompensa, avisos e alertas de protesto contra quem os desse abrigo ou os escondesse.

*“Fugio no dia 12 do corrente mez o crioulo de nome Antônio Ganso de 15 annos d’idade, escravo do abaixo assignado: quem do mesmo escravo der noticias ou trazer a seu snr., será gratificado: e desde já protesta-se contra qualquer pessoa que o tenha acoutado. Domingo, 16 de fevereiro de 1857. Alexandre Francisco da Costa”.*³⁵⁶

Os proprietários se empenhavam em reaver escravos em fuga, não desistiam facilmente, principalmente se fossem novos. O advogado Caetano de Araújo Figueiredo representava em Desterro um dono de escravo morador da vila de São Miguel, que publicava no jornal Argos de Desterro anúncio oferecendo 100 mil reis - quantia equivalente ao preço de muitos escravos anunciados nesse comércio na cidade – “de gratificação” a quem encontrasse o escravo Domingos de nação Mina, de 34 anos, que fugira a seis meses.³⁵⁷

Os escravistas formavam uma rede de interesses no negócio escravo. Como Desterro não estava na rota direta do tráfico da África, havia os intermediários que traziam escravos de outras províncias. Os donos de barcos e os comerciantes que transportavam e comercializavam escravos, os donos das tipografias, dos jornais, que publicavam anúncios e intermediavam negócios, todos esses agentes colaboravam na perseguição de escravos. Representando interesses de escravistas de outras freguesias e cidades, capturando e aprisionando escravos fugidos de outros senhores, servindo de procuradores, receptores de escravos capturados, aprisionados, pagando anúncios e recompensas representando outros escravistas. Em 1850, Joaquim

³⁵⁵ Artigo 64, da lei 222, de 10 de 1845. Coleção de Leis 1847 - 1841. Caixa 01, página 224. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

³⁵⁶ O Argos, 17 de fevereiro de 1857, número 116 (BPESC).

³⁵⁷ O Argos, 2 de julho de 1857, número 154 (BPESC).

da Silva Moreira e Joaquim do Amaral serviam de procuradores do coronel Agostinho Alves Ramos para receptar e aprisionar o “creoulo” escravo Francisco, que estava escondido na casa de Porfírio Ignácio dos Santos no lugar dos Zimbos.³⁵⁸ Em muitas fugas os escravos permaneciam na cidade ocultos na casa de alguém que lhes dava guarida em alguma casa ou em redutos que os negros organizavam para esconder e dar amparo a seus companheiros. A escrava Delfina, que fugira em março de 1850, era procurada para ser levada a loja de Francisco José Coelho Pinto na Rua do Príncipe número 1, que pagaria uma recompensa de 10 mil réis a quem a encontrasse no reduto da cidade e 20 mil réis se encontrada fora. A fuga de Delfina representa uma série de características do contexto da escravidão e desse comércio em Desterro em meados do século XIX. Ela já pertencia a um segundo dono quando fugira, o comércio interno se intensificava com a proibição do tráfico e com a posição secundária de Desterro fora das rotas africanas. O major Thomaz José da Costa a vendera a Antônio José da Rosa, que mantinha Francisco José Coelho Pinto como seu procurador representante na cidade para tratar de sua captura, recebendo e pagando o resgate, dentro da rede social de comércio escravo que havia na cidade. Suas características físicas descritas no anúncio para informar da recompensa e possibilitar seu reconhecimento e captura: “...criôla de nome Delfina, baixa, fula, com poucos dentes e bastante beijuda.”³⁵⁹ Os escravos eram reconhecidos por suas características físicas e do comportamento, por sinais naturais, cicatrizes ou marcas de tribos ou do ferro em brasa.³⁶⁰

Por estar “ausente” o herdeiro Manoel Jose d’Andrade, o juiz de órfãos da capital colocaria em “arremate em 13 de agosto de 1857 seu escravos Joaquim (por 650 mil réis) e Alípio (por 325 mil réis).³⁶¹

“Fugio no dia 9 do corrente hum escravo de nome Fortunato, nação cabinda, official de pedreiro, baixo e com topete; levou vestida jaqueta de baetão azul, nova, calça de riscado e camisa de algodão grosso. Quem o levar a rua do

³⁵⁸ O Novo Íris, 24 de maio de 1850, número 22 (BPESC).

³⁵⁹ O Novo Íris, 31 de maio de 1850, número 24 (BPESC).

³⁶⁰ Boris Kossoy e Maria Luiza Tucci Carneiro (1994, p. 150) confirmam que escravos eram marcados com sinais de propriedade dos escravistas.

³⁶¹ O Argos, 23 de julho de 1857, número 163 (BPESC).

livramento, n. 14 recebera a gratificação de dez mil réis. Francisco José Teixeira Bastos.³⁶²

“Desapareceu no dia 22 de Dezembro do anno proximo passado de 1850, uma escrava de nome Rita de nação Benguella, pertencente aos herdeiros de José Sumar: levou no corpo dous vestidos um de chita preta e outro encarnado. Roga-se a quem poder agarral-a de a levar a casa de João de Souza Ribeiro, onde será bem gratificado”.³⁶³

Valério, menino de 15 a 16 anos, apanhou uma camisa branca, uma calça de riscado da loja de sua “senhora” Silvana Joaquina de Oliveira Mimoso, vestiu a jaqueta de pano entrassado e boné de abas e fugiu em 10 de setembro de 1850. Silvana o comprara da viúva de Agostinho José Rodrigues e oferecia uma recompensa a quem o entregasse na loja do Alemão na rua do Príncipe número 30.³⁶⁴

Esconderijos na cidade e refúgios nos Morros

*“Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
Do Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou”*³⁶⁵

Desterro era uma forte conexão e local de fugas. As pessoas de origem africana, livres e escravos de Desterro organizaram redes de solidariedade, de ajuda para fugas e ocultação de escravos que incluía a participação de escravos e negros que viviam na cidade e embarcados, organizando lugares de refúgio na cidade e nos Morros.

Os escravos só tinham nome, suas marcas e cicatrizes eram seus sobrenomes, o que os identificava nas capturas, assim como as roupas que usavam, pois era tudo que tinham. Deles não se sabia idade precisa, apenas a nação, que importava no comércio pelas características culturais que

³⁶² O Novo Íris, 21 de junho de 1850, número 30 (BPESC).

³⁶³ “Escrava fugida”. O Novo Íris, 31 de janeiro de 1851, número 92 (BPESC).

³⁶⁴ O Novo Íris, 17 de setembro de 1850. número 54 (BPESC).

³⁶⁵ *Canto das três raças*. Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro.

carregavam, o que fornecia informações de suas aptidões culturais aos “senhores” compradores.

O escravo Antonio, 18 anos, alto, retinto, de cara magra, com espinhas e de fala fina e desembrçada, fora escravo de José Dutra, do continente na outra banda do estreito com a Ilha. Antônia fugira em 2 de julho de 1851 de seu dono seguinte, o proprietário Liberato Francisco da Silva que o *procurava* e descrevia pelas roupas que usava: *“calça de riscado da terra e camisa de algodão da terra grossa, chapeo de palha, barrete de lam riscado...”*.³⁶⁶ O anúncio que publicara o escravista Antonio Fernandes da Silva sobre a fuga da escrava Christina de nação Moçambique e *“idade pouco mais ou menos de 20 a 23 annos”* que desapareceu no dia 19 de abril de 1851, serve como exemplo de tentativa de captura pela identificação das roupas do corpo: *“levou vestido de chita em cana com listas azuis e encarnadas e com ramaijem branca e chales de vareje branco com franjas ditas e chadrez azul”*.

O fato importante no anúncio da fuga de Christina, é que Silva diz que ela *“tem andado de taboleiro vendendo doce”*.³⁶⁷ Isso mostra que, assim como Christina, escravos em fuga viviam em Desterro trabalhando nas ruas. Para isso ser possível deveria haver uma rede de ajuda entre escravos e negros livres que os abrigavam e os ocultavam de seus “senhores”, perseguidores, captores e receptores. Casas de negros, cortiços na cidade onde viviam em comunidade, ocultos, escondidos, misturados aos negros jornaleiros e escravos de ganho que viviam pela cidade. Essa rede incluía refúgios nos morros próximos onde se escondiam.

O tenente coronel José da Silva Ramos, João de Deos Gainette, José Maria Olival, João de Souza Ribeiro, José Teixeira Guimarães e Antônio José Silva são alguns dos personagens que aparecem citados em anúncios de negócios de escravos como procuradores de escravistas em Desterro, principalmente para pagar recompensas e receber escravos fugidos recapturados. O grande número de procuradores mantidos por escravistas de outros lugares, mostra que Desterro era uma conexão e destino importante nas rotas de fuga de escravos.

³⁶⁶ O Novo Íris, 11 de julho de 1851, número 135 (BPESC).

³⁶⁷ O Novo Íris, 29 de abril de 1851, número 115 (BPESC).

Desterro por ser porto marítimo era rota na fuga de muitos escravos, inclusive de outras províncias. A navegação era realizada também com marinheiros escravos e muitos dos mestres eram negros. Era natural que dessem passagem, encobrissem, auxiliassem ou mesmo realizassem fugas de seus irmãos. Como Desterro era um porto com muitos marinheiros negros era uma base e conexão nas rotas de fuga e nas redes de solidariedade para ocultar escravos fugitivos. Muitos desses escravos, até de outras províncias, que não eram conhecidos em Desterro, esconderam-se aqui, auxiliados pelos escravos marinheiros e os da cidade, escondendo-se nos cortiços de negros, nos Morros, ou no interior da Ilha. Assim como conexão e local de e para fugas, Desterro era visada por proprietários, procuradores e capatazes na captura de escravos. Uma dessas fugas foi a do “crioulo marinheiro” Luis, que fugiu, do brigue Minerva ancorado no porto, em nove de dezembro de 1856. Seu dono, o escravista José Maria do Valle, proprietário na navegação e de muitos escravos oferecia uma recompensa de 20 mil reis a quem o encontrasse.³⁶⁸



Recompensa por captura de escravo. Jornal O Argos, de 12 de dezembro de 1856, número 98 (Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina).

Vila de São José do Norte, Rio Grande do Sul, 18 de setembro de 1850. Francisco, escravo comprado em Pernambuco, de aproximados 30 anos, alto, trazia as marcas de sua lida, duas cicatrizes, uma fistula no rosto e falta das orelhas. Fugira dos ferros de seu escravista, Antônio José de Sá Araújo, que o descrevia como “muito prosa e de bonita figura”. Havia uma grande busca para

³⁶⁸ O Argos, 12 de dezembro de 1856, número 98. “Registro do Porto”. O Argos, 28 de novembro de 1856, número 94 (BPESC).

capturar Francisco, ele fugira há quatro meses e seu “dono” continuava em seu encalço. Mandara publicar anúncio no “Novo Íris” em Desterro, onde mantinha José Maria Olival como seu procurador a quem deveriam entregar Francisco e cobrar a recompensa e despesas que o fizessem para capturá-lo. Araújo ameaçava os capitães de barcos que dessem passagem e refúgio ou lugar a bordo a Francisco, que já servira de marinheiro, ou a quem o ocultasse.³⁶⁹

Como muitos escravos eram usados na navegação, muitos fugiam pelas facilidades de se encontrarem em outros lugares durante as viagens nas embarcações. As fugas de escravos africanos eram ainda mais comuns, como fez o escravo marinheiro Germano de nação angola que fugiu em 26 de março de 1851. Ele era escravo de João Antônio de Souza Flores que estava em sua captura oferecendo recompensa a quem o prendesse.³⁷⁰ Era desse mesmo proprietário um outro escravo de nome Luiz que teria fugido com uma companheira também escrava e se refugiaram no Morro, próximo ao Hospital de Caridade:

*“Da-se 20\$000 reis de gratificação a quem trazer ao abaixo assignado um escravo de nome Luiz, cabra alto e reforçado, fala descansado; consta que anda apraceirado com uma negra também fugida nas imediações dos fundos do Morro da caridade”.*³⁷¹ (grifo nosso)

Essa é a origem das primeiras ocupações dos Morros em Desterro, área de abrigo e de fuga de escravos e de negros libertos que tentavam estabelecer famílias e comunidades para viverem.

Alguns escravos que fugiam para Desterro ou para a região, quando reconhecidos e capturados ficavam a cargo dos comerciantes e navegadores locais que os entregavam aos de outras localidades. No dia 27 de novembro de 1850, a escrava Fortunata fazia parte da carga do hiate Diamantino tripulado por 7 homens dos quais 5 escravos, com “gêneros do pais” a entregar no Rio de Janeiro. Fortunata podia ser uma escrava revendida ao Rio ou entregue a seu “senhor” depois de capturada.³⁷² A fuga do escravo Luiz em março de 1851, da exemplo da quantidade de conexões no comércio e da rede de

³⁶⁹ “Escravo fugido”. O Novo Íris, 21 de janeiro de 1851, anno II, número 89 (BPESC).

³⁷⁰ “Escravo fugido”. O Novo Íris, 1 abril de 1851, anno II, número 108 (BPESC).

³⁷¹ O Novo Íris, 24 de junho de 1851, anno II, número 130 (BPESC).

³⁷² O Novo Íris, 3 de dezembro de 1850, número 76 (BPESC).

proprietários, procuradores e colaboradores para as capturas. Luiz fora comprado da Bahia, fora escravo de Francisco Luiz, do Saco dos Limões, depois passou a José Martins Machado, de quem fugira. Machado mantinha apoio de José Teixeira Guimarães e Antônio José Silva em Desterro para receber a captura de Luiz e pagar a recompensa de 12 mil réis.³⁷³ Era comum a referência de duas pessoas que auxiliavam para capturar e pagar as recompensas. A escrava Vitória que fugira no primeiro dia do ano de 1851, levava um vestido de riscado da terra e chalé de chita, tinha em seu encaço Araújo Bueno e Eugenio Berriel.³⁷⁴

*“Fugio no dia 31 do mez de maio findo, hum pardo claro de nome Serafim da propriedade de Francisco Vicente Duarte morador no município de São José. Roga-se a quem d'elle tiver noticia e o participar n'esta cidade, na casa n. 15 da rua da Palma, em São José ao Sr. tenente coronel José da Silva Ramos; a quem o pegar e entregar nos logares ditos será gratificado. O dito pardo é muito conhecido nesta cidade e em São José; foi do falecido capitão Vicente José Duarte e tem parente nos Barreiros, terá 50 annos de idade, he bexigoso, hum tanto calvo; tem as entradas da testa grandes, he baixo e cheio de corpo: tem uma cicatriz, ou sinal de golpe no pescoço, os dedos dos pés voltados para fora e muito juntos. Protesta-se contra quem o ocultar ou proteger a sua sahída para fora da província”.*³⁷⁵

Serafim era mestiço nascido no final do século XVIII, fugira de seu segundo dono, como era conhecido na cidade, pode ter fugido para outra cidade ou província. Em muitos anúncios de fugas os proprietários protestavam aos que davam abrigo, ocultavam ou facilitavam a fuga dos escravos. Isso nos indica que muitos escravos permaneciam na cidade mesmo em fuga, ou se escondiam em Desterro, na fuga de outros lugares. A cidade por concentrar grande quantidade de escravos que trabalhavam nas ruas fornecia um abrigo na clandestinidade e mistura na multidão. Escravos Mestres de embarcações podiam facilitar a fuga de seus irmãos para fora da província ou trazendo-os para Desterro. Até mesmo moradores davam guarida a escravos em fuga, como meio de se beneficiar de seu trabalho como contrapartida ao abrigo, ou até usando o escravo, ocultando-o como forma de pressionar, cobrar ou reaver dívidas com outro “senhor”. José Vallerio Maltez

³⁷³ O Novo Íris, 8 de abril de 1851, número 110 (BPESC).

³⁷⁴ O Novo Íris, 15 de janeiro de 1851, anno II, número 112 (BPESC).

³⁷⁵ O Novo Íris, 25 de junho de 1850, número 31 (BPESC).

acusava Joaquim Álvares da Silva de “aliciar e desencaminhar” o escravo Rosário que pertencia a sua filha Emerencianara Rosa. Maltez ameaçava Silva de ir a juízo por seu direito contra os prejuízos e publicava em jornal que “não hypotecou nem empenhou” o escravo a Silva.³⁷⁶

Antônio Luiz Cabral vendera seus dois escravos em fuga, Domingos e João a João Martins Barbosa, morador nas Tijuquinhas.³⁷⁷ Uma das motivações das fugas era fugir para poder formar uma família, o que era praticamente impossível em cativo. Casais de escravos fugiam para o interior da Ilha, para abrigos na cidade, nas matas e Morros próximos. Em 21 de junho de 1850, Antônio e Maria, escravos casados, fugiram da casa de seu “senhor” Silveira Ferraz Pinto de Sá na Rua Livramento número 10. Silveira os comprara do - à época da fuga - finado Thomé da Rocha, de São Miguel, para onde o proprietário suponha que tivessem fugido ou “*para a várzea do ratones*”.³⁷⁸ Esse “senhor” Silveira era envolvido em muitos negócios de escravos. Em junho de 1856, com a morte de outro escravista José Martins Vieira, suas propriedades foram à inventário, o que incluía seus escravos João e o “crioulo” Manoel. A pedido de Silveira - provavelmente procurador dos Vieira - o juiz de órfãos da cidade reduzira, o valor dos escravos, respectivamente para 100\$ mil e 800 mil reis que foram colocados a venda.³⁷⁹ Também, a chácara de Vieira não era mais de sua família, em março de 1857, a inspetoria de terras publicou no Argos anúncio para recrutar trabalhadores ou escravos ao jornal de 2\$ reis e indicava o endereço da antiga chácara de Vieira. Como seus bens foram a leilão pelo juiz dos órfãos é possível que a chácara tenha sido comprada pelo governo da província ou confiscada para o pagamento de dívidas, passando a servir a inspetoria de terras.³⁸⁰

Um dado interessante referente a 1855, mostra ínfima participação de escravos em relação à autoria de crimes. Apesar de representar um quarto da população da Ilha, dos 22 crimes cometidos na província envolvendo 34 réus, 11 foram condenados e destes apenas um era escravo – não sabemos quantos

³⁷⁶ O Novo Íris, agosto de 1850, número 49 (BPESC).

³⁷⁷ O Novo Íris, 2 de julho de 1850, número 33 (BPESC).

³⁷⁸ O Novo Íris, 9 de julho de 1850, número 35 (BPESC).

³⁷⁹ O Argos, 24 de junho de 1856, número 50 (BPESC).

³⁸⁰ O Argos, 17 de março de 1857, número 124 (BPESC).

entre esses eram libertos.³⁸¹ Na noite de 26 para 27 de setembro de 1880, o “preto crioulo” Alfredo Bickmayer vindo do Rio de Janeiro roubou 270\$000 réis do escritório da empresa funerária, preso, logo depois foi absolvido. Os crimes dos negros em vista das leis da sociedade escravista eram principalmente as fugas de escravos e entre todos os de origem africana as rixas de companheiros e capoeiras. Como a que ocorreu em 2 de junho de 1880 entre, o “preto” Mariano, escravo de Joaquim Fernandes Capella, que feriu gravemente seu “parceiro” Lourenço. Mariano foi levado pelo próprio Capella à cadeia e dias depois adoeceu, foi recolhido ao “imperial hospital” e faleceu antes do fim do processo que o juiz municipal moveu sobre o caso. Dias depois deste caso, às 9 da noite de 6 junho, o “crioulo” Luiz Faustino Marques da Rosa feriu gravemente no braço direito o guarda policial Sabino José Theodoro que tentava prendê-lo pela “desordem em que se achava na companhia de João Assa. Porém, muitos acertos eram feitos sem processos, nem juizes, no dia 7 de outubro de 1880, o delegado de polícia da capital fazia “auto de delito” e investigava sem sucesso a causa da morte do “preto” Felipe, cujo cadáver “putrefacto” jazia no córrego que passava entre os fundos das ruas Trajano e do Ouvidor na altura da Rua do Príncipe. As notícias policiais do século XIX mostram o envolvimento de negros escravos e libertos assim como o de marinheiros, policiais, vadios e os demais que viviam intensamente a vida do Porto e principalmente das noites nas tabernas e ruas. Na noite de 26 de outubro de 1880, o praça da polícia Ignácio Manoel Francisco de Paula e o cabo Antônio Vieira de Souza tentaram dissolver um “ajuntamento” em uma taverna na Rua da Imperatriz (Tronqueira), durante ação, um dos farristas, João Soares de Oliveira ex-soldado do 17ª de infantaria “caceteou” Antônio e desferiu uma facada na barriga de Ignacio que vinha em socorro do primeiro.³⁸²

³⁸¹ O Argos, 1 de julho de 1856, número 52 (BPESC).

³⁸² Fala de João Rodrigues Lhopes à Assembléia Provincial de Santa Catharina, páginas 56, 57 e 65, Desterro, Typ. De Alex Margarida, 1881 (IHGSC).

Conclusão da parte I

No início, o isolamento que atraía e garantia a segurança de foragidos e a punição e condenação à degradados, também era a condição de pobreza, uma pobreza imposta pelo isolamento.

Quando chegaram a Ilha de Santa Catarina os militares portugueses para construção das fortalezas a partir de 1737, estes passaram a viver como elite local que desempenhavam também o papel de governar. Com a chegada dos colonos açorianos e madeirenses a partir de 1748 e o contínuo comércio de escravos a partir da segunda metade daquele século, estava formado o quadro humano inicial sobre o qual a vila de Desterro foi sendo formada, em uma pobreza do isolamento. O povoamento açoriano para ocupar e dar suporte militar a posse da terra, sofreu percalços e problemas que somavam doença, falta de alimento, abrigo e o isolamento, que lentamente foi dando lugar a vida colona do litoral, que influenciou o crescimento da vila de Desterro.

À medida que as instituições e as políticas da coroa portuguesa foram sendo estabelecidas e firmandas na Ilha e na póvoa, as desigualdades foram sendo construídas. Uma desigualdade como das teses de Rousseau (1976; 23), desigualdade social, que surge das relações que o homem estabelece, não uma desigualdade inata.³⁸³ Das diferenças naturais entre índios, portugueses, espanhóis, africanos, de seus diversos gêneros de vida, que se fundiam para sobreviver na Ilha pouco habitada, vão se estabelecer desigualdades a partir da chegada de militares e colonos que estabelecem e instituem o domínio militar e a produção escrava - as novas instituições.

A estrutura açoriana do povoamento da terra, sua produção e trabalho escravo incluso envolveram a vila, movimentada por gente de todas as províncias e de outros países que chegavam ao Porto. A pobreza ainda não se

³⁸³ Para Rousseau a desigualdade humana seria concebida de duas formas: a natural, das diferenças individuais físicas, explicada hoje pela ciência dos genótipos e fenótipos e do “espírito de cada pessoa” e a segunda, criada pela sociedade, moral e política estabelecida pelos homens. Esta consistiria nos privilégios de homens sobre outros homens: ser mais rico; honrado ou poderoso. Para Rousseau estas duas formas de desigualdade não se relacionariam. Os que têm o poder, a riqueza não são superiores naturalmente aos que não os possuem. Essa filosofia convive ainda hoje com teorias superadas que tentam imprimir leis das ciências biológicas às ciências sociais – as conhecidas teorias do “determinismo ambiental, do espaço vital, da superioridade de raças” do século XIX, são exemplos, que ao extremo da desigualdade foram utilizadas para justificar guerras e dominações diversas.

dividia claramente no espaço construído, mas existia socialmente: militares, colonos, navegadores comerciantes, traficantes contrabandistas, marinheiros, soldados e escravos. Grupos sociais divididos etnicamente, mas juntos na vila e cidade do Desterro.

A vila foi formada homogênea, com pequenas casas que seguiam as possibilidades e barreiras impostas pelo sítio natural, conjugadas a distribuição e pedidos de terras do rocio da câmara. Pouca influência teve a condição social para a localização e conformação das casas, o que dividiu o povo no início do povoamento foram as fronteiras social e étnica. Desde a vila e a cidade do maior tempo do século XIX, as condições de vida dos abastados se diferenciavam mais pela forma e tamanho das casas do que pela localização.

A invasão espanhola da Ilha em 1777, foi o marco que revela a importância da Ilha, do Porto e Desterro à navegação, que quebraria seu isolamento e transformaria a forma da pobreza, uma pobreza do isolamento em outras formas. A invasão impôs, a princípio, mais miséria. Fez recair sobre a cidade as consequências do descrédito na manutenção militar de sua posse. A estratégia adotada a partir de então, foi como no princípio do povoamento, o envio de mais degradados e condenados, que foram somados a pobreza já existente. Isso atendeu a dois problemas: povoar a terra que se queria dominar e se livrar de malfeitores em outras paragens mais importantes. As consequências foram drásticas, o abandono do sistema de defesa por fortalezas e uma miséria geral imposta aos contingentes militares estacionados na Ilha que formavam cerca de um terço da população da vila.

Durante o século XIX, Desterro, como cidade do império, cresceu à margem da economia e na rígida divisão social escravocrata. De uma vila de pescadores, que viviam do mar e da terra na subsistência, a cidade foi sendo formada por gente simples. A pobreza do povo, inerente a condição de sua maioria de vadios, indigentes, escravos, marinheiros, soldados, degradados e abandonados de todo tipo, imigrantes e colonos variava ao extremo dos fenômenos naturais, das epidemias, das guerras, das imposições da relações de uma sociedade escravista.

As choupanas deram lugar as casinhas portuguesas e formavam com um povo homogeneamente pobre uma cidade pobre, refletia uma situação social comum. A expansão da cidade e da condição social ocorreria na área do

Porto e com novas casinhas em torno do núcleo mais antigo e nos caminhos para fora da cidade. Parte da população foi deslocada e cresceu nessas novas áreas de bairros pobres, enquanto a maior área próxima ao Porto se transformava em área de comércio ligado a navegação. Os dados referentes à população, informam o quanto foi expressivo o contingente de escravos, marinheiros e vadios entre os pobres da cidade portuária.

Nas primeiras décadas do século XVIII já era presente a participação de negros na formação do povo de Desterro. A literatura sobre a ocupação do litoral catarinense exclui o fato de que os colonos açorianos e seus descendentes utilizaram trabalho escravo. É citado apenas o trabalho familiar do colono na produção do litoral, desconsiderando o trabalho escravo com exceção na pesca da baleia e descrito de forma inexpressiva ou mínima nas cidades. Porém, o trabalho do escravo foi efetivo por um século e meio nas propriedades de açorianos e de seus descendentes no campo e na cidade.

Desterro era dos pobres e dos escravos. Os senhores brancos viviam em suas casas de comércio, nas oficinas, nos locais de administração e serviço público, as mulheres enclausuradas na vida da casa. O povo pobre e os escravos viviam nas ruas, no Porto, no Mercado, nas Fontes, no trabalho nas chácaras, nas oficinas, da subsistência da pesca, da vida no mar, do pequeno comércio.

Desterro era cidade de escravos de ganho, que sustentavam boa parte dos brancos da cidade, e de escravos domésticos que faziam o trabalho nas casas. O Porto de Desterro possibilitava a libertos permanecerem na cidade, no trabalho nos navios, que tinha forte participação do trabalho de marinheiros escravos. Trabalho especializado de marinheiros, mestres de navios, armadores e tanoeiros.

Os escravos viviam na cidade, viviam nos sobrados no fundo das casas, em casas de negro, como agregados, por toda a cidade. Organizaram estratégias e mantiveram laços de solidariedade para sobreviver na escravidão, como as Irmandades religiosas, as casas de negros e as rotas de fuga e esconderijos de escravos. O grande número de procuradores mantidos por escravistas de outros lugares, mostra que Desterro era uma conexão e destino importante na rotas de fuga de escravos. Como Desterro era um porto com muitos marinheiros negros era uma base e conexão nas rotas de fuga e nas

redes de solidariedade para ocultar escravos fugitivos. Muitos desses escravos, até de outras províncias, que não eram conhecidos em Desterro se escondiam, auxiliados pelos escravos marinheiros e os da cidade. Viveram nos cortiços de negros, nos Morros, ou no interior da Ilha.

A realidade para a população negra escrava pobre foi a das privações, incluindo à cidade e ter que se deslocar e viver nos morros de sua beirada. Já em meados do século XIX, negros escravos fugidos iniciaram a ocupação dos Morros, utilizados como refúgio. Com o fim da escravidão, muitos ex-escravos deixaram as casas dos escravistas na cidade, nas chácaras, sítios e nos barcos e se instalaram nos cortiços. Os cortiços nas proximidades da Igreja do Rosário, ao longo da várzea da Fonte Grande, nas proximidades da Pedreira, Tronqueira, Beco Sujo ou nos bairros pobres da Figueira e Toca, no interior da Ilha e nos Morros, juntando-se aos que já se encontravam alforriados e que haviam fugido.

Não ajunteis tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam; Mas ajuntai tesouros no céu,
(São Mateus, 6 - 19; 20)

PARTE II

DESTERRO: RIQUEZA E POBREZA, A CIDADE DIVIDIDA

“O aumento das riquezas não impede o da pobreza, e isto num único ponto do espaço” (Milton Santos). ³⁸⁴

Introdução

De uma cidade com população de pobres que viviam incluídos em seu espaço e cotidiano, se forma uma classe de navegadores, comerciantes, proprietários urbanos, contrabandistas e traficantes de escravos que dividem a cidade socialmente – ainda não dividida territorialmente – entre ricos e pobres. A pobreza é vista de fora por uma outra classe, passa a ser percebida através de uma fronteira que vai crescer e de um território urbano que vai começar a ser dividido. A pobreza comum à maioria e por toda a cidade, passa a ser de uma maioria cada vez mais indesejada pelos ricos, que se estabelecem pela navegação, tráfico, contrabando, comércio. A cidade passa a ter classes distintas de pobres e os primeiros ricos. Essa separação vai aos poucos se expressar em Desterro e a cidade vai sendo dividida. A cidade de casinhas de porta e janela ao mesmo tempo em que começa a ter a seus primeiros sobrados vai ter também seus primeiros cortiços.

Diferente da época de Frézier, no início do século XIX o dinheiro já tinha tomado importância no cotidiano de Desterro e produtos europeus já faziam parte do consumo de alguns. O comércio era mais presente, um porto livre, porém limitado e controlado pela metrópole colonial. Gado, açúcar, café e rum só podiam ser comercializados com os navios estrangeiros por dinheiro à vista, era proibido exportar a madeira e nenhuma mercadoria poderia ir direto para a Europa. Nas palavras de Krusenstern que descreveu esse comércio externo da

³⁸⁴ Do texto “A periferia está no pólo: o caso de Lima Peru”, publicado pela primeira vez no livro *The Social Economy of Cities* de Gappert e Rose, Beverly Hills, Sage, 1975. Texto do livro *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo. Edusp, 2003.

região, havia dúvidas de que em toda a Ilha e na costa vizinha, poderia-se encher um navio de 400 toneladas e que provavelmente nenhum navio viria da Europa comprar mercadorias à vista. Um comércio precário ao olhar do europeu. Mas, anualmente um ou dois pequenos navios de 70 a 80 toneladas seguiam para o Rio de Janeiro negociar produtos nacionais por produtos europeus.

Essa limitação do Porto de Desterro era imposta a colônia em geral, na análise de Kowaric (1994, p. 24), o sistema impedia o surgimento de circuitos econômicos internos, na medida em que conflitavam com os interesses da burguesia mercantil metropolitana. Como no exemplo do monopólio da caça da baleia, o sistema colonial concentrava recursos em grandes unidades produtivas para ativar a acumulação na metrópole. Apesar de um comércio externo restrito, a descrição de Langsdorff dá referências de que mesmo sem nenhum incentivo da coroa, passara a existir um comércio local centrado na cidade. Havia comerciantes, mascates e artesãos de todo tipo, e alimentos trazidos de toda costa comercializados no mercado, como o gado que tinha o preço aumentado por aqueles que trabalhavam em transportá-lo. Nas pequenas lojas havia mercadorias da Europa: ferro; vidro; porcelana; fazendas de seda e algodão, espelhos lustre, papel. Não eram os pobres que consumiam essas mercadorias, já não eram todos que viviam apenas da subsistência. Langsdorff diz que o pão da maioria pobre era o de tapioca, mas que os mais ricos conseguiam consumir trigo e centeio.

A subsistência era mais difundida na costa, onde os colonos tinham escravos para o trabalho, eram eles que cuidavam da pesca. Ter uma propriedade com animais pastagens, mata e alguns escravos, era o sonho da época e riqueza que se poderia alcançar. Como citamos anteriormente de Saint-Hilaire, os colonos economizavam para comprar um escravo. Na cidade, as áreas mais pobres eram as que viviam os homens do mar. Esta seria uma diferença entre a escravidão nesse litoral e a do resto da colônia. Enquanto na maior parte do Brasil os negros trabalharam nas fazendas em lavouras de exportação, na Ilha eram escravos dos colonos portugueses, na produção de farinha, como marítimos e pescadores. O navegador francês Louis Isidore Duperrey escreveu de sua visita à Ilha em 1822, que “Negros escravos são destinados ao labor nas terras” (HARO, 1996, p. 260)

As mudanças que nasceram da navegação começavam a se expressar na condição das casas. A descrição de Pernetty de que todas as casas ficavam ao “rés do chão”, mudara quatro décadas depois. Em 1807, John Mawe descreve que havia casas com dois e três andares, assoalhadas com madeira e a cidade contava de cinco a seis mil habitantes. Este navegador fez a mesma descrição dos anteriores sobre o comércio, que não excedia o do consumo dos habitantes locais que para ele estavam longe de serem ricos. Mas, uma referência de que a importância do comércio crescia era a de valor do dinheiro. Se antes não servia para nada, agora “se adquiria uma longa extensão de terra por uma ninharia”. Descreveu a produção da costa com “boas perspectivas futuras” e que na cidade havia grande diversidade de artesãos.

O mais importante nos relatos de Mawe, foi que ele observou algo que não tinha destaque nas descrições dos navegadores anteriores, e que no futuro seria a riqueza da cidade: “numerosos” navios costeiros da Bahia, Pernambuco e outros portos que se dirigiam para o Prata.

O comércio refletia a condição geral de pobreza da população da vila, portugueses e descendentes pobres e escravos, segundo a descrição de Krusenstern.

*“A cidade, que está situada em local muito agradável, consiste de cerca de 100 casas mal construídas, e é habitada por 2.000 ou 3.000 portugueses pobres e escravos negros”.*³⁸⁵

George Heinrich von Langsdorff médico da mesma expedição de Krusenstern mencionou que havia um comércio regional ligado a vila. Um comércio ligado à navegação através do porto para o mercado. Produtos caros importados eram comercializados apenas com os militares de alta patente que governavam a província e com as tripulações estrangeiras ou nacionais em rota pelo porto, e sob permissão do governo português.

“As casas são de pedra e de barro batido e seco, as ruas geralmente regulares. Encontram-se comerciantes ou mascates e artesão de toda a espécie e muitos gêneros alimentícios são trazidos de todas as partes, diariamente para o mercado. Nas inúmeras e pequenas lojas encontram-se quase todas as mercadorias, vindas da Europa, necessárias para as comodidades da vida: por

³⁸⁵ Haro, 1996, páginas 139.

*exemplo, o ferro, vidro, porcelanas, fazendas de seda e algodão, espelho, lustres, papel, etc. Mas, tudo isto é muito caro como bem se pode supor”.*³⁸⁶

O inglês John Mawe que passou pela Ilha em 1807 relatou que “O comércio nesta praça é insignificante, pois a produção não excede o consumo dos habitantes, que estão longe de ser ricos” (HARO, 1996, p. 190).

Na descrição do militar russo Vassili Golovnin em 1808, pode-se perceber que a cidade passou a ter uma área destacada certamente onde estavam as casas do governo e que concentrava o comércio. Segundo este visitante a cidade tinha as casas de tijolos pintadas de branco e podia ser percorrida em meia hora. Nessa descrição as cerca de 400 a 500 casas estavam divididas entre as de um e dois andares. Na descrição de Golovnin aparece um comerciante “rico”.

*“O governador chamou imediatamente um dos mais ricos comerciantes da cidade e ordenou-lhe, na minha presença, ajudar-nos a achar tudo o que precisássemos”.*³⁸⁷

Um acontecimento daquele ano fortaleceria a navegação, a fonte das relações que forjariam a riqueza e a pobreza da cidade. Também destacado por Golovnin, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, o porto antes controlado e interditado passou a ser livre para o comércio. Também era ponto de reunião, principalmente de navios mercantes ingleses, que em rotas para o Pacífico tinham aqui uma parada obrigatória para descanso e abastecimento.³⁸⁸

As descrições dos viajantes estrangeiros sobre a navegação coincidem sobre o destaque que dão a importância estratégica do Porto natural. Quanto a importância do comércio em Desterro variam bastante conforme a época do relato e da origem dos viajantes. Quando descrevem um comércio insignificante, em geral, estão se referindo ao comércio externo oficial que só

³⁸⁶ Haro, 1996, páginas 163.

³⁸⁷ Haro, 1996, páginas 200.

³⁸⁸ As referências dos relatos de navegadores citados nessa primeira parte são de: Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX, 1979, p. 19, 21, 47, 69, 86, 88, 89, 122, 123, 136, 150, 151, 153, 162, 175, 180, 202, 203, 204, 206, 213, 214 e 217.

era permitido com o Rio de Janeiro até 1808. Quando dão destaque ao comércio, estão se referindo ao comércio regional da costa catarinense centrado no mercado de Desterro.

Para o oficial estadunidense David Porter que esteve na Ilha em 1813, a vila parecia em “situação próspera”. *“Parece lugar de comercio; vários bergatins e barcos estavam, ainda, em frente à Vila, e os mercados eram numerosos e bem abastecidos do corrente vendível, a bom preço”*.³⁸⁹

Também é nessa época, próxima da independência, que segundo Sara Souza começam a ser construídos os primeiros sobrados para servir de moradia e comércio. Durante a década de 1830 na Rua do Príncipe havia 197 construções sendo 31 sobrados (1980, p. 217). Isso reforça a tese de que a navegação propiciou o crescimento do comércio, o fortalecimento de uma elite, os comerciantes que passariam a se estabelecer na área próxima do Porto e estabeleceriam o início das divisões na cidade. O crescimento do comércio ocorreu da Praça em direção ao Norte ao longo do Porto, principalmente na Rua do Príncipe, que ficou conhecida como Rua do Comércio, onde também se fixaram armadores.

O comércio que seria desenvolvido durante o século XIX ressaltaria e marcaria a pobreza. Enquanto alguns enriqueciam, a escravidão dos negros e a impossibilidade de trabalho e de terra aos livres mestiços e libertos significou uma nova pobreza. Uma crescente população mestiça que passaria a viver em áreas específicas da cidade e um comércio tomando áreas próximas ao mar e ao porto separando os mais pobres, realçando uma pobreza que durante o século XIX passaria a ser cada vez mais espacial e visível na cidade.

³⁸⁹ Haro, 1996, página 219.

Capítulo V

A vida simples do mar

A importância do Porto

“He muito celebre e famosa a Ilha de Santa Catharina, por ser a mayor, e a melhor, que há em toda a Costa Sul do Rio de Janeiro, e do Brazil, não só por razão de sua grandeza, que occupa quazi dez legoas de comprimento, e trez de largura, mas pela sua situação, e comodidade, que a fazem apetevida de todas as nações, que navegam aquelles mares, por se achar tão visinha a Terra firme, e com Bahias tão cômodas para abrigo, e cômodo dos navios, que estando ancorados, nos seus portos, estão livres dos insultos das tormentas e tempestades. Alem de todas estas comodidades, achão nella os navegantes abundancia de excelentes madeiras para consertarem as suas embarcações, como também o refresco de agoa admiravel para fazerem aguadas, muita abundancia de peixe, e outras fructas da terra: por estas grandes conveniências he muy freqüentada dos navegantes, que cruzão o Mar do Sul, que todos fazem escala nessa Ilha, para esperarem monção para passarem da América a Europa, e da América ao Mar do Sul das Índias de Espanha, e já nos seus portos (onde sempre estão navios) invernarão muitas armadas.

Poderão-se as conveniências de se povoar esta Ilha.

Fortificando-se esta Ilha, será logo brevemente povoada em forma, como também a terra firme, que fica na sua vizinhança, por haver assim na terra, como na Ilha comodidades para se fazerem grandes fazendas com gados, engenhos de farinha e assucar.”

Esta “Descrição da Ilha de Santa Catharina” para o conselho ultramarino foi feita entre 1718 (data citada como anterior a este relato) e 1738 – antes da construção das fortalezas na Ilha.³⁹⁰ A descrição ressalta a importância da Ilha para a navegação e conseqüente domínio da coroa as terras do Brasil meridional. A fortificação da Ilha, o domínio da navegação e a instalação de povoados possibilitada por suas especificidades físicas e naturais, garantiriam o domínio da terra. A fixação dos colonos soldados açorianos a base para os domínios de São Pedro do Rio Grande do Sul e da colônia do Sacramento (Uruguai). A descrição ao conselho ultramarino analisava as conseqüências de fortificar e povoar a Ilha e os benefícios ao domínio da costa e da navegação, que foram considerados e postos em prática nas decisões geopolíticas da coroa portuguesa durante o século XVIII.

³⁹⁰ Archivo do Conselho Ultramarino. Avulsos. Brazil. Maço, n. de ordem 523. *apud* “Descrição da Ilha de Santa Catharina...” in: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina. Florianópolis, n. 1, vol. I, 1902, páginas 43 a 45.

“Povoar se há também a grande Bahia dos Garoupes, que tem trez legoas de entrada , e fica ao Norte desta Ilha em distancia de sete legoas em cuja enseada se tinha já resolutu fazer huma povoação, se os Castelhanos difficultassem a entrada a Colônia, porque ally se pode fazer huma nobre, e fortíssima povoação; por ter a dita bahia fundo capaz de entrarem nella grandes navios, e abrigo para os reparos da fúria dos ventos e tempestades, e no seu terreno há grande abundancia de pasto para os gados, e capacidade para o sustento dos seus habitantes.

Aumentar-se-hão com grande excesso as povoações do Rio de São Francisco, e a Villa de N.S. do Rosario de Pernegué, por estarem desamparadas de defeza, e por isso expostas aos insultos e roubos dos Piratas, que infestão aquelles mares, que muitas vezes os tem roubado e ofendido, e como a dita Ilha, sendo fortificada, serve de Baluarte, que defende toda aquella Costa, fica servindo de Praça de armas para defenção de huma grande parte dos domínios da Corôa; porque priva os Piratas daquelle refugio, e ampara com as suas armas a todos os povos circuvizinhos, e ainda a povoação do Rio de São Pedro, se execcutar, receberá grande utilidade desta vizinhança e a nova Colonia do Sacramento; porque esta Ilha será Empório de toda a Costa, e a alma que animara todos os membros daquelle agigantado corpo.”

Povoando-se esta Ilha e o Rio S. Pedro, se fecha de todo pela Costa o continente, que pertence á Coroa de Portugal, porque do Rio de S. Pedro para o Sul athe o Cabo de Santa Maria, que esta em 35 graos de Latitude, que vem a ser na boca do Rio do Prata, há a grande distancia de 60 legoas de Costa estéril, sem paragem ou sítio capaz para fazer povoações, cuja esterilidade faz cruelguerra com a fome a todos os inimigos, que tiverem o pensamento de se introduzirem nos nossos Domínios...”³⁹¹

Não foi possível à coroa instalar, pelos mesmos meios que fomentou nas províncias ao Norte, a economia das grandes fazendas de gado e açúcar por abastados donatários. Os motivos de fracassos da implantação dessas “empresas” não é o foco desta pesquisa, concentrei-me sobre a importância da navegação nessa estratégia de domínio, posse e expansão das terras da coroa ao Sul. A navegação definiu a inserção da Ilha de Santa Catarina e de Desterro na economia colonial e possibilitou a formação de uma economia e poder local. Tudo concentrado a uma elite branca, iniciaria o processo de formação da cidade sob a influência das atividades de seu porto e de uma classe de comerciantes.

A importância do porto de Desterro à navegação é o que vai escrever a gênese da cidade e de sua riqueza e pobreza. A importância da Ilha fez com que a coroa da Inglaterra colocasse a posse do Porto de Santa Catarina na lista de exigências para dar condições à partida da corte portuguesa para o Brasil. Na prática, barganhando pelo levante do bloqueio naval inglês que

³⁹¹ “Descrição da Ilha de Santa Catharina”. *Ibidem*.

permitiria a saída da esquadra portuguesa em 29 de novembro de 1807. As exigências inglesas de abertura dos portos do Brasil e baixas tarifas à Inglaterra foram aceitas, a única exigência que o negociador português, o ministro Antônio de Araújo, não aceitou e não atendeu, com as tropas francesas a um dia de invadir Lisboa, foi entregar o porto de Santa Catarina.³⁹² É claro que essa exigência foi a mais difícil de ser aceita por tratar de perda de território o que a princípio é uma exigência mais humilhante, mas também pesa sobre a importância estratégica do Porto. Essa exigência revela que os comentários de viajantes e cronistas sobre o interesse que a Ilha despertava aos ingleses era verdadeiro. O relato do mercenário suíço-alemão Carl Friedrich Gustav Seidler feito de sua estada em Santa Catarina em 1826, no trecho sobre a Ilha relaciona sua importância e o valor à navegação e o interesse inglês sobre sua posse. A narrativa não esconde o desprezo e animosidade que esse militar tinha contra a Inglaterra, mas contém fatos relevantes de um cronista da época sobre a importância da Ilha à navegação e o interesse geopolítico de sua posse.

“É verdade que no continente fronteiro à Ilha a pobreza pode ser em geral muito grande, mas de nenhum modo pode-se dizer isso da Ilha. Ninguém sabe disso melhor e ninguém melhor sabe do verdadeiro valor dessa ilha do que os especuladores ingleses (...) Que indizíveis esforços já tem despendido o governo esperto e dissimulado dessa nação para poder pintar de encarnado no mapa mundial esta ilha de Santa Catarina. Ela não trepidou de oferecer por ela muitos milhões e de muito bom grado o primeiro negociante do Brasil, D. Pedro I, teria barganhado a bela Ilha, se o povo brasileiro nada dissesse. É fato que seria infinita a vantagem que a Inglaterra colheria da posse dessa Ilha, mas igualmente grande seria o prejuízo do Brasil; pois se já hoje o império é inundado de mercadorias inglesas, de tal maneira que não pode surgir qualquer industria nacional, como não haveria de ser se esses especuladores pusessem pé firme no próprio império?”

Atualmente os navios ingleses que navegam as Índias na maior parte fazem escala no Rio de Janeiro, para se reabastecerem de água e viveres; têm que pagar despesas de porto, rendas para o estado; naquela hipótese, em vez disso, passariam a ir diretamente a Santa Catarina, onde teriam liberdade de desembarcar suas mercadorias e tomar carga. De um modo geral, nada seria mais proveitoso para os ingleses do que uma possessão bem no meio da América do sul, com bom porto, onde caberia seguramente pelo menos a metade da sua frota. Entretanto, por mais que os brasileiros se tenham deixado ludibriar pelos ingleses, têm sido bastante para a prenderem o incalculável prejuízo que lhes adviria da perda de Santa Catarina, e especialmente José Bonifácio de Andrada, o tutor do atual imperador Dom Pedro II, que esta com

³⁹² Mello Moraes, 1872, *apud* Gomes, 2007 páginas 117 e 118.

*nove anos de idade, numa pequena obra notável abriu os olhos de seus patrícios sobre esse ponto”.*³⁹³

A descrição do almirante Vassili Golovnin de sua narração da estadia na Ilha em 1808 retrata a importância da Ilha de Santa Catarina para a navegação, como um dos principais portos das rotas ocidentais.

*“Este porto é um dos mais seguros de todo o mundo. Pode abrigar a maior frota de guerra ou mercante (...) Os navios, indo da Europa ao Pacífico e que atravessam o Atlântico, têm que entrar pelo menos num porto para abastecer-se de água doce e mantimentos frescos e dar descanso à tripulação Para tal há quatro portos: as ilhas do Cabo Verde, o cabo da Boa Esperança, o Rio de Janeiro e a Ilha de Santa Catarina (...) os que pretendem penetrar no oceano Pacífico pela rota ocidental, contornando o cabo Horn, atracam num dos dois últimos”.*³⁹⁴

Golovnin comenta a importância estratégica do porto não só para o domínio português ao Sul da colônia, mas para os interesses estratégicos e comerciais dos ingleses, principalmente com a abertura dos portos brasileiros ao comércio depois da vinda da família real portuguesa para o Brasil. As restrições que a Inglaterra sofreu na Europa, na guerra imposta pela expansão francesa, desviaram parte do comércio que a Inglaterra mantinha, para a América. O Porto de Desterro a partir de então recebia rotas de navios Ingleses que passaram a ser mais comuns pela Ilha.

“Quero inserir aqui somente algumas observações a respeito do porto da Ilha de Santa Catarina. Quase ao mesmo tempo que deixamos o porto da Ilha de Santa Catarina a corte portuguesa abandonou a Europa e chegou à América. Escolheu o Rio de Janeiro para residência da família real e sede do governo. Em consequência deste importante acontecimento político o Brasil tomou um aspecto completamente diferente; além de reorganização das instituições internas, o comércio brasileiro, antes interdito a todos os povos, exceto aos portugueses, abriu-se logo aos ingleses e o porto de Santa Catarina foi desde o início escolhido como ponto de reunião dos navios mercantes deste povo. Os ingleses sendo neste período banidos e excluídos do comércio europeu, lançaram-se para todas as regiões, mesmo onde tinham a menor esperança de obter lucros e por isso, o Brasil encheu-se imediatamente dos seus negociantes e dos seus produtos manufaturados. A mudança dos preços de diversos produtos extraídos no Brasil foi uma consequência normal desse acontecimento e por isso o porto de Santa Catarina tomou logo um aspecto bem diferente daquele que achamo-lo. Minha descrição refere-se assim ao

³⁹³ Haro, 1996, página 281.

³⁹⁴ Haro, 1996, páginas 202, 203 e 204.

*tempo quando o Brasil não era ainda um reino independente, mas só uma colônia de Portugal, administrada de modo bem diferente do que é agora”.*³⁹⁵

O navegador francês Louis Isidore Duperrey que esteve em Santa Catarina em 1822, descreveu a importância física do porto natural, principalmente da Baía Norte.

*“Esta bacia caracteriza-se mais particularmente como ponto de estadia, conhecido sob o nome de Santa Catarina. É, depois do Rio de Janeiro, a melhor baía e mais considerável da América meridional; pode receber as maiores esquadras, colocar sob a defesa de fortificação mais preparadas que estas existentes o maior numero de navios mercantes que todo o comércio do Brasil possa atrair e tornar-se talvez um dia, por sua posição geográfica, um dos pontos mais importantes do Oceano Austral”.*³⁹⁶

A expressão colonial do capitalismo mercantil europeu era o escravismo. Desde a intensificação do tráfico escravo para Desterro, a partir da segunda metade do século XVIII,³⁹⁷ e logo após a emigração açoriana e madeirense patrocinada pela coroa portuguesa, a base da população estava formada, e aumentará durante o século seguinte. Os escravos que serviam aos colonos soldados, viveram trabalhando na lavoura, na pesca, nos engenhos, nas armações baleeiras, como escravos domésticos e de ganho na cidade e como marítimos, marinheiros nos navios de seus senhores. Uma vida de exploração do trabalho que ao longo do tempo deixou mais ricos que outros alguns navegadores e pequenos proprietários comerciantes. Os relatos de Langsdorff de 1803 ilustram esse processo na pequena Desterro. Os negros escravos transportavam senhores ricos em uma espécie de cadeirinha - *porte-chaise*; e de Saint-Hilaire sobre as mulheres da cidade que acompanhavam a moda do Rio de Janeiro que era a mesma de Paris.

Até a vinda para o Brasil da coroa, Portugal restringia o comércio livre no Porto de Desterro. A exportação do Porto só era permitida para o Rio de Janeiro e os navios estrangeiros só podiam comprar por dinheiro. Em 1803, Krusenstern relatou que esse comércio externo da Ilha estava na “mais

³⁹⁵ Haro, 1996, página 2002. Vassili Mihailovitch Golovnin que esteve na Ilha em 1808 só conseguiu retornar a São Petesburg em 1814, e escreveu essa reflexão depois da independência do Brasil em 1822.

³⁹⁶ Haro, 1996, página 255.

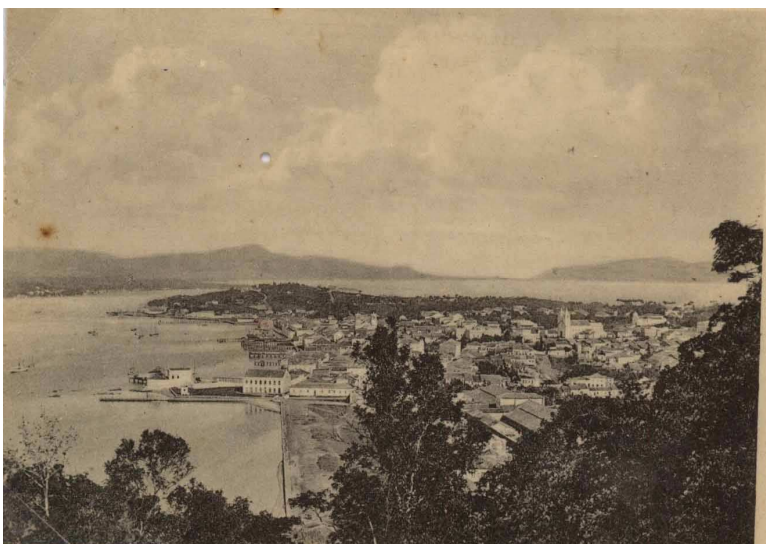
³⁹⁷ Walter Piazza. O negro na Ilha de Santa Catarina. Em: *História sócio-cultural de Florianópolis*. 1991, p. 123 a 125.

miserável das condições”. Ele chegou a relatar que não havia nenhum comerciante na Ilha, porém, se referia aos ligados à exportação. Mas seu relato também ressalta uma importância que o porto poderia ter e o possível enriquecimento com o comércio para “alguns brancos”.

*“Eu já disse antes que não se encontra nenhum comerciante na Vila de Nossa Senhora do Desterro; e, ainda assim, se alguns deles viessem aqui se estabelecer sob proteção do governo, eles não poderiam fracassar com o mínimo de espírito empreendedor, não importa quão pequeno fosse o capital inicial”.*³⁹⁸



Embarcações no Porto de Desterro, século XIX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



A linha do Porto, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

³⁹⁸ Haro, 1996, páginas 140 e 141.

O contrabando

Paralelo às limitações e proibições legais de comércio que o porto de Desterro era submetido, corria o contrabando por mar, fonte de riqueza para muitos “grandões”. Durante o século XVIII, vingou o contrabando de couro, carne, gado e de escravos pelo Porto de Desterro.

A colônia do Sacramento gerou mais de um século de conflitos e contrabando entre Portugal e Espanha. Os campos pouco povoadas entre o estuário do Prata e as terras de São Pedro eram movimentados por tropas e contrabandistas que agiam contra as duas coroas. Segundo Teixeira Soares (1973, p. 282 e 284), a colônia portuguesa do Sacramento desestabilizava a estrutura do sistema fiscal e econômico dos espanhóis. O contrabando suprimia a prata do Alto Peru via Colônia do Sacramento, por um caminho muito mais rápido do que o marítimo. Com o povoamento de localidades durante o século XVIII: Montevideu; Maldonado e San Carlos se estabeleceram proprietários em latifúndios pastoris. Com a estabilização da pecuária iniciou o contrabando de couro. Matanças clandestinas de gado em áreas ocupadas por espanhóis saíam anualmente pelos portos brasileiros com destino a Portugal.

Um dos primeiros e maiores contrabandistas de Desterro foi Manoel Manso de Avelar que chegou a Ilha provavelmente na primeira década do século XVIII, não se tem certeza do ano, nem quanto tempo exatamente permaneceu, mas já estava aqui e era importante em 1712 quando o navegador francês Amédée François Frézier esteve na Ilha e o citou como governador (HARO, 1996, p. 22). Para Cabral (1979, p. 541) Manso foi desterrado para a Ilha, expulso de São Paulo. Mas um desterrado importante, segundo o que escreveu Manoel Coelho em 1854 (1877, p. 11), Manso viera com um contingente de índios aculturados e algumas famílias entre as quais a de Salvador de Souza, nomeado capitão-mor, Manoel Manso de Avelar viera nomeado sargento-mor. Segundo Cabral (1979, p. 540 a 544), Manso tornou-se o primeiro homem com poder em Desterro, que cresceu em influência. Sua fortuna era a do contrabando de escravos, couro, carne e gado. Manso teria montado sua base de contrabando em Sambaqui próximo ao Porto de Santo Antônio, que tornou-se, na época, mais movimentado que o de Desterro. Segundo Cabral (1979, p. 541), o capitão-mor de Laguna Francisco de Brito Peixoto, que em 1721 exercia autoridade sobre a Ilha de Santa Catarina, tinha

uma ordem de prisão contra Manso e Gonçalves Ribeiro, seu comparsa. Um inquérito seria aberto para apurar a denúncia de contrabando, crime intolerável pela coroa, que tinha parte de seus rendimentos em impostos recolhidos do comércio marítimo. Ao final do inquérito, o governador de São Paulo Rodrigo César de Menezes mandou prender Manso, Ribeiro e um tal Pedro Jordão como contrabandistas, seqüestrar seus bens e queimar uma feitoria que os franceses de Jordão ergueram na Ilha.

Os relatos do inglês George Anson, comandante da esquadra inglesa que aportou na Ilha em 1740, fazem uma comparação entre as trocas livres e sem impostos que os habitantes faziam descritas da época dos viajantes Frézier (1712) de Shelvocke (1719), até a instalação do governo militar de Silva Paes e os altos preços que passaram a ser obrigados a cobrar e com os impostos que passavam a pagar à coroa. Compara as trocas livres que os habitantes faziam com as embarcações estrangeiras, de viveres e refrescos por vestimentas que não tinham *“uma vez que com o dinheiro não se preocupavam”*. Anson reclamou em seu relato que Silva Paes proibiu os habitantes de vender-lhes refrescos a menos que fosse por um preço “exorbitante”, sob a explicação da necessidade de guardar viveres para mais de cem famílias que deveriam chegar para reforçar a colônia, os açorianos e madeirenses. Descontando o desagrado de Anson com Silva Paes por essa medida e por ter mandado alertar a Pizarro em Buenos Aires da vinda dos ingleses e da força da esquadra: os navios; o número de canhões e tripulantes, o inglês levanta uma série de suspeitas sobre a conduta do brigadeiro insinuando que Paes agia como contrabandista de ouro e prata.

*“Mas este aspecto, se bem odioso, é apenas uma amostra de sua conduta indigna. Pela proximidade do Rio da Prata, ele faz um bom comercio de contrabando entre os portugueses e os espanhóis. O principal ramo deste comércio consiste na troca de ouro pela prata, o que prejudica o rendimento dos dois Reis, que ficam privado do seu quinto; e Dom José (Silva Paes) é tão ávido deste comércio que, para obrigar os correspondentes espanhóis (é a única explicação que se pode dar a essa atitude), ele teve a perfídia de enviar um expresso a Buenos Aires pelo rio da Prata, onde Pizarro se encontra então”.*³⁹⁹

³⁹⁹ *Ilha de Santa Catarina: relato de Viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.* Organizado por Martim Afonso Palma de Haro, 1979, páginas 65 e 66.

O contrabando de escravos era feito por navegadores para traficar com as terras espanholas ou na burla das taxações sobre o comércio de escravos entre as províncias. O tráfico e comércio de escravos foi explorado nas rotas da navegação no Atlântico Sul durante os séculos XVIII e XIX. Parte do que os navegadores acumularam antes e depois de se tornarem os principais comerciantes de Desterro tinha essa origem. Negros eram traficados para os domínios da Espanha, principalmente pelo mar, numa rota de contrabando que passava pela Ilha de Santa Catarina. É difícil estimar a importância desse tráfico entre os primeiros comerciantes em Desterro, mas é certo que o conjunto do tráfico de escravos no final do século XVIII causou grandes prejuízos à coroa portuguesa, pois eram severas as indenizações e punições a quem fosse condenado. Em 18 de fevereiro de 1788, a secretaria de estado publicou em todas as províncias com portos um alvará régio de 1751, que proibía a passagem de escravos para terras que não fossem dos reais domínios. A principal rota para fora dos domínios portugueses era pelos mares do sul pela região do Rio da Prata, passando pela Ilha de Santa Catarina. Quem contrabandeasse escravos pagaria três vezes o seu valor, metade para a fazenda real e outra para o denunciante, em recompensa, com os réus de contrabando condenados a serem degradados por dez anos em Angola.

*“Eu El Rei faço saber aos que este meu Alvará informa de Ley virem, que sendo-me presente em consulta do meu conselho ultramarino, a grande desordem com que no Brazil se estão esctrahindo [ilegível] Negros, para Domínios que me não pertencem, de que resulta hum notório prejuízo ao Bem publico, e a minha Real Fazenda, a que he preciso dar o remedio conveniente. Hey por bem ordenar geralmente, que senão levem Negros dos Portos do Mar, para terras que não sejam dos meus Reais Domínios”.*⁴⁰⁰

Um capítulo dessa história está em um processo da época em que traficantes foram presos na Ilha de Santa Catarina. Em 4 de março de 1794, José de Arruda, mestre do Bergatim Nossa Senhora da Conceição e Santa Rita, confessava na Fortaleza de Santa Cruz, o tráfico de escravos que deveriam ir para a Bahia e foram desviados para Montevideo. O Nossa Senhora, do senhorio e capitão-mor João Moraes Vieira, transportava 200

⁴⁰⁰ Alvará Régio de 17 de outubro de 1751, publicado em 18 de fevereiro de 1788. Correspondências de Santa Catarina sobre assuntos diversos. Códice 107. Vol. 1; 1723 – 1808. Arquivo Nacional.

escravos, dos quais, 50 seriam entregues ao dono do bergatim e 150 para um estrangeiro de nome Don Francisco Estácio de Araus.⁴⁰¹

Segundo Cabral (1979, p. 384), a lei 340 de 1852, taxava em 30 mil réis per capita os cativos negociados para fora da província. Isso, para dificultar a saída de escravos com as restrições que o tráfico atlântico impôs a oferta de escravos a partir de 1851. Como a lei isentava os escravos que saíssem com seus senhores, muitos contrabandistas saíam levando seus escravos e voltavam sem eles ou então os cediam a alguém que fosse viajar e os transferiam ao comprador que pagava as despesas dos escravos. Cabral descreve um caso de 1856, de burla da taxaço da comercializaço de escravos para fora da província por um dono de embarcaço. Antônio Ferreira Pinto Bandeira, proprietário e mestre do iate Cisne, foi denunciado pelo coletor de Santo Antônio por tentar burlar a taxaço de 10 escravos comprados por Bandeira que tentava conduzi-los para fora da província para aproveitar o mercado em ascensão. Com a denúncia o iate foi interditado, Bandeira processado e os escravos metidos na cadeia.

Os pobres do monopólio da pesca da baleia

A pesca da baleia no litoral catarinense ocupou o trabalho de açorianos, seus descendentes, mestiços e negros, empregou trabalho livre e escravo da parte mais pobre da população. Além de trazer mais escravos para o litoral e para Desterro, utilizou o trabalho livre dos moradores da costa e das vilas e povoados nas épocas de caça, principalmente no inverno.

Na província de Santa Catarina a pesca da baleia começou em 1746 (COELHO, 1877, p. 51). A pesca, em quilos de barba de baleia, em pipas de azeite usado como combustível e caixas de cola usadas na construção. A produção era transportada para a Europa e não concentrou nenhuma riqueza no litoral catarinense. Foi uma atividade que trouxe mais escravo para o litoral e serviu como forma de sobrevivência a parte do trabalho livre empregado, eram timoneiros, arpoadores, tacheiros e mestres de fazer azeite. A pesca da baleia era propriedade da coroa oferecida em licitação a companhias portuguesas e foi marcada por sucessivos anos de grande produção e outros

⁴⁰¹ Códice 107. Vol. 1; 1723 – 1808. Arquivo Nacional.

de total decadência. Segundo Boiteux (1914), durante o império, continuou sendo concedida na forma de monopólio que foi abolido no início do período republicano, em 1896.

Em abril de 1765, o contrato da pesca havia sido arrematado em Lisboa, por um período de doze anos, por Ignácio Pedro Quintella e João Ferreira Solla e compreendia armações em Santa Catarina, Bahia, e Rio de Janeiro.⁴⁰² Segundo La Pérouse, em 1785, uma companhia de Lisboa tinha três armações na costa de Santa Catarina que pescavam a cada ano cerca de 400 baleias (HARO, 1996, p. 113). Essa atividade não produziu nenhuma modificação ao estado geral da pobreza do lugar e por essa época o comércio ainda não tinha destaque na visão de um estrangeiro, como confirma o comentário do navegador francês:

*“Os habitantes não passam de meros espectadores desta pesca, que não lhes traz nenhum proveito. Se o governo não vier em seu auxílio, e não lhes der outras isenções ou incentivos que possa ali incentivar o comércio, uma das mais belas regiões da terra definhará eternamente...”*⁴⁰³

Tabela 25. Pesca da baleia em Santa Catarina entre 1816 a 1819:

Ano	Baleias
1816	71
1817	80
1818	86
1819	59
Total	296

Fonte: Boiteux 1914.

Em 1796, havia 525 homens trabalhando nas armações catarinenses, mas sem novos licitantes, em 1804, essas armações passaram à coroa (BOITEUX, 1914). Segundo o relato do oficial estadunidense David Porter, essa ainda era a situação da pesca da baleia em 1813.

⁴⁰² Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, volume M, 1ª e 2ª trimestre, 1914 (IHGSC).

⁴⁰³ Haro, 1996, páginas 113 e 114.

*“Aproximadamente, 500 homens são empregados para tal trabalho e outras tantas baleias são capturadas na baía, todos os anos, onde vêm para parir (...) são utilizados, apenas, pequenos barcos. O óleo é depositado numa imensa cisterna, cavada na rocha para esta finalidade, e de lá transportado a Portugal e outros lugares”.*⁴⁰⁴

Esta situação de prosperidade da pesca da baleia declinou na década seguinte e deixava apenas rastros de pobreza, gente sem ter como subsistir e abandonados. Segundo um memorial sobre “a pesca da baleia” publicado em 1827, em 1825, a pesca esteve paralisada, as armações “arruinadas” com armazéns vazios e sem escravos aptos ao trabalho, tinham restado apenas os “decreptos” e os menores. Essa situação é confirmada pelo relato do mercenário suíço-alemão Carl Friedrich Gustav Seidler, o mesmo dos relatos anteriores, que serviu em um dos seis Batalhões de Caçadores estacionados em Desterro em 1826. Como a cidade não tinha acomodações suficientes para toda aquela tropa, um batalhão se revezava na Armação das Baleias - Armação da Piedade. Os edifícios da antiga armação, onde moravam os arpoadores, que então aquartelavam soldados. Seidler descreveu a decadência da pesca naquele ano.

*“É um fenômeno natural impressionante, mas muito sabido, que as baleias mudam seu habitat cada vez mais em direção ao pólo sul, tanto que agora nessa Armação, em vez das 400 a 500 baleias anuais, só se pescam 6 a 8, de modo que a muito tempo aquelas abóbadas não se enchem”.*⁴⁰⁵

A situação de abandono culminou na venda ou contratação por arremate de toda a estrutura de terrenos, edifícios, embarcações, escravos e utensílios, que pertencessem aos próprios nacionais dessa pesca (A. COELHO, 1877, p. 52). É provável que parte dos escravos que trabalhavam nas armações tenham sido vendidos ou deslocados para Desterro. Segundo Alvim (1914, p. 88), em 1827, nas armações da Piedade e da Lagoinha havia 238 escravos.⁴⁰⁶

Já para o ano de 1841, Boiteux cita números que impressionam para a pesca, haveriam então 600 embarcações com 13 mil homens empregados na pesca de baleia nos “mares do sul” sem especificar quantos destes estariam na

⁴⁰⁴ Haro, 1996, página 217.

⁴⁰⁵ Haro, 1996, página 285.

⁴⁰⁶ *A pesca da baleia em Santa Catharina*. Memorial publicado em 30 de junho de 1827, e transcrito por Miguel de Souza Mello Alvim na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, volume M, 1ª e 2ª trimestre 1914, página 88 (IHGSC).

costa catarinense. Os escravos nesse tempo recebiam 60 reis por dia. Porém, essa intensa produção declinou rapidamente nas duas décadas seguintes. Em 1864 Antônio Mancio da Costa e Joaquim Fernandes Capella estabeleceram novas armações nos Ganchos e só conseguiram matar uma baleia e um baleote.⁴⁰⁷

A navegação

A história de Desterro e da população de toda Ilha e da origem da província de Santa Catarina foi ligada ao mar por canoas de guarapuvu do século XVIII, à vapores do século XX. O retrato da paisagem de 1808, descrita pelo navegador Vassili Golovnin ilustra esse fato.

*“... os habitantes constroem suas casas à margem das baías ou nas fozes e nas margens dos rios navegáveis; todas as comunicações entre povoações próximas ou distantes se fazem pela água. Mesmo os vizinhos que moram nas costas dessa baía, a uma distância de meio quilômetro, usam canoas (assim se denominam pequenas embarcações feitas com tronco de uma árvore), para fazer visitas uns aos outros. Aham mais fácil comunicar-se desta maneira, do que atravessar o mato, no qual nem sempre há sendas. Até o correio é mandado por mar”.*⁴⁰⁸

Esse almirante apontava apenas duas desvantagens do Porto de Desterro à navegação: a falta de condições de reparo em grandes embarcações e as doenças. No ano de sua viagem não havia em Desterro nenhum arsenal marítimo do Estado, nem estaleiros particulares, não se construía navios na região e por isso não havia disponibilidade de equipamentos e artesãos.⁴⁰⁹ Durante o século XIX, essa atividade passou a se desenvolver na cidade concentrada no bairro da Figueira, bairro dos marítimos. A outra desvantagem citada por Golovnin eram as doenças infecciosas que se disseminavam principalmente no verão. Nas cidades portuárias as tripulações de navios eram vetores e principais vítimas das epidemias.

Foram as relações estabelecidas a partir da navegação que fortaleceram o crescimento do comércio que realçou as diferenças sociais. Uma a uma, as

⁴⁰⁷ Boiteux. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina. Florianópolis. Volume M, 1ª e 2ª trimestre, 1914, páginas 3 a 12. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁴⁰⁸ Haro, 1996, página 203.

⁴⁰⁹ Haro, 1996, página 205.

pequenas diferenças entre escravos, libertos, pobres, pescadores, marítimos e comerciantes se acentuaram.

Alguns navegadores passaram a taverneiros, comerciantes e entre esses alguns cresceram mais. Alguns viajantes do início do século XVIII e XIX descreveram a Ilha de Santa Catarina como um lugar ideal, favorável para se passar o fim da vida, onde depois de muito trabalho podia-se desfrutar de uma vida tranqüila ou viver bem do comércio. O almirante russo Vassili Mihailovitch Golovnin em estada na Ilha em 1808, ao comentar a honestidade, amabilidade e presteza da população que vivia nas margens das baías da Ilha, registrou a presença de estrangeiros estabelecidos na terra: “Todavia, os alemães e ingleses estabelecidos aqui, não possuem a mesma simplicidade”. Ele narra o convívio que teve com dois desses estrangeiros.

*“Dois estrangeiros estabelecidos aqui nos ajudaram muito a comprar os mantimentos: um era alemão e o outro irlandês. Cada um deles nos contou a história da sua vida e sua situação atual. O que contam semelhantes pessoas não passa geralmente de fábulas inventadas, repletas de estranhas aventuras. Seu alvo é apenas dispor os recém-chegados a seu favor”.*⁴¹⁰

É possível que muitos desses navegares, capitães, donos de navios tivessem resolvido se estabelecer na ilha com recursos acumulados durante os anos ao mar, e em Desterro tenham estabelecido pequenos negócios ligados ao comércio do Porto. Outro relato do mercenário e navegador suíço-alemão Carl Seidler de 1826, descreve que quase todos os comerciantes estabelecidos na vila teriam sido navegadores, capitães de navios. Em seus relatos ele cita o patrão (dono) de uma galeota que o transportava de Laguna a Desterro: “esse homem havia muito tempo fora capitão de navio, voltara ao mar diante de situação premente depois de ter se estabelecido na Vila do Desterro”.⁴¹¹ Seidler conta a saga de um outro navegador, este comerciante, um inglês que também se estabeleceu em Desterro e que em certa ocasião resgatara do mau tempo um navio baleeiro inglês cujo capitão, entregue as “bebidas espirituosas”, morrera no hospital de caridade. Imediatamente o tal comerciante enxotou os marinheiros, que se entregaram ao cotidiano do porto, e apossou-

⁴¹⁰ Haro, 1996, página 201.

⁴¹¹ Haro, 1996, página 279.

se dos papéis do navio, do dinheiro e tudo de valor que continha, deixando a embarcação abandonada no porto.⁴¹²

Saint-Hilaire também dá uma pista da elite de estrangeiros que se formou a partir da navegação.

*“Demais, é preciso que se saiba que as pessoas de representação em Santa Catharina não são naturaes da ilha e, finalmente que esse luxo exterior que, á primeira vista, deslumbra ádvena, quase sempre encobre a mais desoladora miséria (1820)”.*⁴¹³

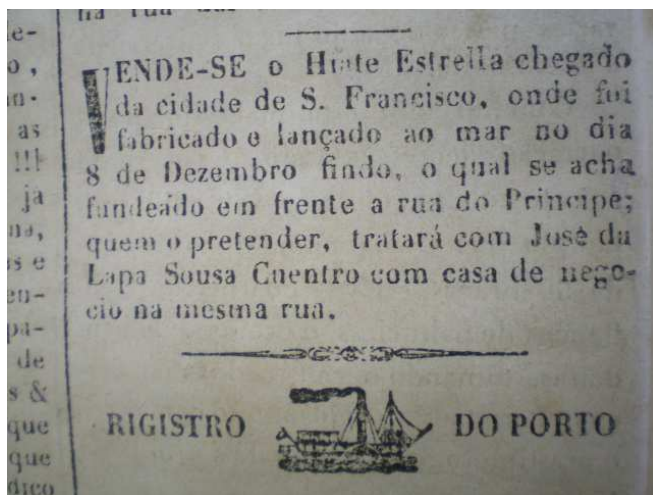
Os negócios de José Ramos da Silva, no ano de 1851, são exemplos da relação entre a navegação e o princípio de poder na cidade. José, possivelmente, era o proprietário ou procurador de donos na navegação e de casas de aluguel. Apresentava a venda de três moradas de casa na Rua Bella do Senado - a última na altura da Figueira, na esquina do Beco do Bragança. José vivia na Rua do Príncipe, 22 – a principal do comércio – anunciava venda de dois iates, o São José e o Três Irmãos usados para transportar farinha de mandioca - principal produto cultivado no litoral e comercializado pelo Porto. A primeira embarcação podia transportar 1.200 alqueires de farinha e o segundo 1.100 alqueires. José oferecia também uma casa com quintal na Praia de Fora, arrabalde dos primeiros ricos, ocupada por uma senhora de nome Anna, viúva de um “tal Machado”.⁴¹⁴ Ou José comercializava bens, como primeiro corretor que encontramos na história da cidade, ou desempenhava papel de procurador, ou ainda, o mais provável, era o proprietário das casas e dos iates. Da casa da viúva era procurador ou a tomava por pagamento de dívida da mesma ou de seu falecido. Mas o principal aqui, é que José conectava bens da navegação e casas pela cidade, inclusive na Rua do Comércio e no arrabalde dos primeiros ricos.

Em meados do século XIX, a navegação movimentava a economia de Desterro, o anúncio a seguir, dá um exemplo das amplas relações que a navegação atava. Um iate construído em São Francisco estava à venda no Porto de Desterro, como em uma vitrine, posto por um negociante estabelecido na Rua do Comércio.

⁴¹² Haro, 1996, página 282.

⁴¹³ Auguste d. Saint-Hilaire, 1936, página 191.

⁴¹⁴ O Novo Íris, de 7 de fevereiro de 1851, número 94 (BPESC).



Anúncio, venda de iate. Jornal O Argos, de 22 de janeiro de 1856, ano 1, número 7, página 4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Outro personagem da ligação entre navegação, comércio e o poder na cidade foi João Pinto da Luz, armador, comerciante e político que viveu entre 1818 e 1866. João mudou-se de Santo Antônio de Lisboa para Desterro e liderou um dos dois primeiros partidos políticos na cidade – o progressista. João tinha um sobrado colonial na esquina da Rua Augusta – que posteriormente passou a ter o seu nome – com a Praça XV, onde estabeleceu um próspero comércio no térreo e residência no piso superior (NICOLICH da SILVA, 1999, p. 37 e 38).⁴¹⁵

A navegação tomava cada vez mais importância no cotidiano da cidade. O aumento do número de marítimos e estrangeiros enfermos atendidos no Hospital de Caridade é um exemplo disso. O hospital que atendeu a 45 marítimos e 21 estrangeiros na década de 1800, na década de 1840 atendeu a 74 marinheiros e 313 estrangeiros.⁴¹⁶

Não basta dizer que o comércio se desenvolveu em Desterro e que dele formou-se a classe que dominaria a cidade. Apesar de pouco documentada, a formação de uma classe de comerciantes da cidade antiga foi um processo

⁴¹⁵ Adolfo Nicolich da Silva em seu livro *Ruas de Florianópolis: resenha histórica* (Florianópolis. Fundação Franklin Cascaes, 1999), não apresenta fontes documentadas ao longo de seu texto, mas foi um reconhecido memorialista que se dedicou a pesquisar, colecionar documentos e fotos de Florianópolis e de Santa Catarina, o que nos basta para acolher seu texto como o de uma fonte correta.

⁴¹⁶ Livro 2, “Livro de registro de pacientes (indigentes) 17/01/1801 a 23/01/1822 Livro de registro de pacientes de 11/10/1841 a 25/08/1851 do Hospital de Caridade. Centro de Memória Professor Henrique da Silva Fontes - Hospital de Caridade.

lento e complexo que refletiu uma especificidade local. Das boas condições de um porto natural para reabastecimento de navios, a um contexto de comércio restritivo pela coroa portuguesa, principalmente até 1808, quando a vinda para o Brasil da corte portuguesa, os portos passaram a ter maior liberdade de comércio e o contexto da forte navegação de cabotagem pelas cidades atlânticas. Do porto de Desterro partiam e chegavam embarcações nacionais e estrangeiras em rotas desde a Foz do Rio da Prata à costa atlântica da América do Norte e rotas com a Europa. Tal processo de formação de um capital comercial em Desterro foi, portanto, muito complexo e incluiu o roubo, contrabando, sonegação e a mão de obra de escravos marinheiros.

O dinheiro passou a ter seu lugar no cotidiano da cidade e os interesses a aumentar em proporção aos antigos interesses da vida de subsistência. Na Ilha de Santa Catarina não havia a riqueza de outros centros, a dos latifundiários donos de fazendas de açúcar, de café ou de algodão. Segundo Cabral os “modestos senhores ricos de Desterro não passavam de alguns comerciantes que conseguiram economizar com a navegação e às vezes com a sonegação”. Esses formariam a “nobreza da terra” os “homens bons”, os políticos, a aristocracia local que rivalizaria com os militares e os altos funcionários do Estado (CABRAL, 1971, p. 222 e 223).

A navegação era o destaque na paisagem descrita pelo militar norte-americano David Porter em 1812.

*“... a vila parece em situação próspera (...) e pode ter cerca de dez mil habitantes. Parece lugar de comércio, vários bergatins e barcos em frente a vila e os mercados eram numerosos e bem estabelecidos (...) as casas são em geral construídas com elegância”.*⁴¹⁷

As mercadorias locais transportadas para o porto e comercializadas em Desterro eram trazidas por escravos navegando nos botes, canoas bergatins e patachos. A produção vinha das praias de toda a costa habitada pelos colonos soldados que à maior parte do tempo, viviam no cotidiano do trabalho nas terras próximas das casas. A principal riqueza era manter para o serviço dois ou três escravos que viviam junto da casa de seus senhores.

⁴¹⁷ Haro, 1979, p. 232.

As considerações de Kotzebue informam que o comércio externo ainda era fraco em 1815. Portanto essa navegação que animava o porto e a cidade era a navegação da costa próxima em pequenas embarcações, ainda não era constante a movimentação de grandes navios de comércio. Esse comércio feito por pequenas embarcações que iniciou durante no século XVIII existiu até meados do século XX.



Pequenas embarcações no Porto de Desterro, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Mesmo que na Ilha e na costa não existisse a economia escravista exportadora de café das capitanias do Norte, era grande o comércio de escravos. Uma economia baseada nas pequenas propriedades dos colonos açorianos e da navegação local que movimentava um comércio crescente no porto de Desterro. Como apontei anteriormente, segundo Chamisso, o governo de Santa Catarina necessitava anualmente de cinco a sete navios negreiros, cada um com cerca de cem escravos vindos principalmente do Congo, Costa da Mina e Moçambique. Novos escravos para substituir os que morriam na lavoura e na cidade.

Essa economia da pequena propriedade açoriana incluía trabalho escravo e era movimentada pela navegação e pelo porto de Desterro que dinamizava o comércio. Saint-Hilaire se referia a uma Desterro marítima e comercial em 1820, mais povoada que as vilas do interior, movida por pequenas embarcações, principalmente pela manhã conduzindo “gêneros” para o porto.

A navegação desenvolvia o comércio e formava uma classe de comerciantes. Diferente das vilas do interior de onde se viajava a velocidade dos animais, por caminhos para chegar a capital da colônia, Desterro estava conectada ao Rio de Janeiro pelo que de mais avançado existia em transporte, a navegação.

*“A partir do Rio de Janeiro, em nenhuma outra parte, exceptuando São Paulo vi lojas tão bem sortidas e em tão grande número como em Santa Catarina. Os negociantes fazem as suas compras na capital do Brasil e a rapidez da viagem permite-lhes nos seus estabelecimentos mercadorias sempre novas”.*⁴¹⁸

Em 1822, o famoso navegador francês Louis Duperrey descreveu um comércio interno e externo ainda modesto. Talvez fosse resultado de um olhar mais detalhado desse navegador, mas sua descrição é de um comércio mais diversificado do que os descritos pelos navegadores anteriores. Baseado em mandioca, milho, arroz, café, açúcar, rum, tabaco, aguardente, araque, óleo, linho, algodão, louças de barro, peixe seco, gado, aves e madeira. Artigos nacionais e estrangeiros vinham com navios da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e do Rio da Prata. Na vila ancoravam sumacas com capacidade de 50 a 200 pipas d'água. O porto, em frente a praça, para Duperrey “bem construído” já possuía um guindaste, sinal de que aumentara a navegação e a movimentação de mercadorias. Ainda não havia instalações de grandes cidades como hotéis, restaurantes e cafés, mesmo o mercado, segundo René Lesson, naturalista da expedição de Duperrey, só funcionava aos domingos. Mas havia um crescimento: lojas de revendedores; magazines sortidos, drogarias, manufaturas de linho e algodão; fábricas de licores; olarias, muitos artesãos e tabernas onde se comia e bebia e onde os negros se regalavam com peixe frito e araque.

*“Vende-se um escravo crioulo bom marinheiro, quem o quiser comprar procure na rua Augusta o armazém n. 18 que ahi achara com quem tratar”.*⁴¹⁹

Os anos da produção baseada no trabalho escravo que movimentava a navegação e o comércio além da manutenção da vida dos colonos e da riqueza

⁴¹⁸ Auguste d' Saint-Hilaire, 1936, página 153.

⁴¹⁹ O Argos, de 27 de janeiro de 1857, número 110 (BPESC).

dos donos dos barcos e do comércio, tinham finalmente gerado uma pobreza delimitada, separação visível e identificada na paisagem da cidade em 1822. A descrição feita por Duperry mostra que Desterro tinha aproximadamente seis mil pessoas, brancos, mulatos e negros a maioria escravos. Assim como os navegadores de 1815, para Duperrey os escravos da cidade eram mais mal tratados que os da costa.

Duperrey e Lesson descrevem a cidade quando ainda era marcada pelos três riachos que a cortavam cruzados por pontes de pedra, com ruas geralmente direitas, pavimentadas somente as que corriam para o mar evitando os danos da chuva. Além da Catedral, os escravos já haviam erguido mais três Igrejas: São Francisco; do Rosário e da Caridade no hospital que atendia aos enfermos indigentes. Para Duperry, somente a área em torno da praça se destacava com os prédios do governo, justiça e o mercado. Tinha aproximadamente 600 casas de três tipos: as de dois ou um pavimentos construídas de pedra ou tijolos rebocadas com cal e as de madeira. Essas casas de madeira, em “bom número” tinham a aparência de “miseráveis choupanas”, localizavam-se ao lado Sudoeste na saída da vila – que mais tarde seria conhecida como bairro da Toca. As casas dos mais abastados eram assoalhadas e de pintura fresca.

Três anos depois, o mercenário suíço-alemão Carl Seidler descreveu o mercado de peixe e legumes que parece ter se tornado mais movimentado. *“uma vida intensa em todas as ruas e aglomeração no mercado”*. Se os relatos mais antigos descrevem que o povo vivia essencialmente da pesca, nos relatos do final do século XVIII, a pesca era realizada pelos negros escravos. Em 1825, havia um movimento maior no mercado de peixe. Sinal que parte crescente da população não vivia mais da simples subsistência, e desempenhavam funções fora da subsistência da produção de alimentos e tinham que comprá-los, em uma cidade que crescia com a navegação e o comércio do porto.

“... o borborinho das muitas tropas então aqui estacionadas, a incessante chegada e partida das canoas, o alegre drapejar das bandeiras dos navios no porto, tudo enquadrado no maravilhoso contorno da cidade”. ⁴²⁰

⁴²⁰ Haro, 1979, página 299.

No século XIX o Porto de Desterro era movimentado por escunas, vapores, iates, galeras, brigues, patachos, sumacas, lanchas de coberta ou de boca aberta, bergatins, polacas, botes, baleeiras, escaleres, barcas e canoas. Muitas de senhores escravistas que utilizavam largamente o trabalho de escravos marinheiros. Nos registros do porto entre janeiro e fevereiro de 1856, constam que das 17 embarcações que aportaram, 13 tinham escravos marinheiros em suas “equipes”. De um total de 147 marinheiros dessas embarcações, 68 eram escravos, em sete delas eram maioria. No brigue nacional Minerva dos doze tripulantes, nove eram escravos marinheiros, entre os nove da escuna nacional Lima, oito eram escravos, na sumaca Conceição entre sete, seis eram escravos.⁴²¹ O relatório do governo de 1863 registrou na navegação da província 78 navios estrangeiros e 490 nacionais, entre os estrangeiros a maioria de bergatins, brigues e patachos e entre os nacionais os iates e vapores. Toda essa frota tinha registrado 1.849 marítimos entre mestres, contra mestres, praticantes, patrões e marinheiros. Entre estes últimos 1.507, dos quais 439 escravos e 811 livres.⁴²² Em 1869, o número de marinheiros escravos ainda se mantinha, 434, além de 1.115 nacionais e 1.527 estrangeiros registrados.⁴²³ A navegação em Santa Catarina e em Desterro dependia do trabalho da população de origem africana, além dos escravos, entre os marinheiros havia negros libertos e livres. Esse é um aspecto específico da província, Cardoso (2004) afirma que em outras, como a da Bahia o trabalho escravo não era permitido nos saveiros, que dominavam aquela navegação.

⁴²¹ O jornal O Argos publicava em cada edição os “Registro do Porto”.

⁴²² Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina Francisco Jose D’Oliveira à assembléia provincial em 2 de março de 1864, páginas 37 e 38 (IHGSC).

⁴²³ A navegação de guerra não era considerada nos registros do movimento do porto assim como alguns paquetes que faltavam a obrigação de “dar entrada na capitania”. Relatório do governo a Assembléia Provincial de 2 de abril de 1869 (IHGSC).



Bergatim (PEREIRA FILHO, 1994, p. 26).



Patacho (PEREIRA FILHO, 1994, p. 56).

A economia da navegação na cidade realizada por senhores donos de embarcações mostra ligações marítimas com cidades escravistas de toda costa atlântica: de Buenos Aires à Florida. Os registros do movimento do porto entre novembro de 1850 e junho de 1851 revelam que as ligações mais fortes eram feitas com o porto do Rio Grande e o do Rio de Janeiro.

*“Viva o progresso! Já temos, segundo me afirmaram, 4 vapores, por meio dos quaes nossas relações com a corte e províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná cada vez mais se estreitam; isto pelo lado do Norte e pelo Sul com as republicas do Prata e Rio Grande do Sul”.*⁴²⁴

Tabela 26. Movimento de embarcações no porto de Desterro entre 13 de novembro de 1850 e 20 de junho de 1851.

procedência (porto, província ou região)	embarcações	destino (porto, província ou região)	embarcações
Rio de Janeiro	29	Rio Grande	25
Rio Grande	14	Rio de Janeiro	24
Paranaguá	7	Rio da Prata	7
Montevideo	6	Paranaguá	7
Pernambuco	3	Pernambuco	5
EUA	3	Santos	3
Buenos Aires	1	EUA	3
Santos	1	Buenos Aires	2
Bahia	1	Bahia	2
		Laguna	2
		Camboriu	1
		Gênova	1

Fonte: Os “Registros do Porto” publicados no jornal *O Novo Íris*, entre 13 de novembro de 1850 a 20 de junho de 1851, edições números 70 a 129.

⁴²⁴ “Novidades”. *O Argos*, 12 de dezembro de 1856, número 98 (BPESC).

Não é meu objetivo explicar os laços comerciais do porto, mas o movimento das embarcações. Suas bandeiras confirmam os dados da amostragem de parte da população pobre de Desterro que era registrada com as internações no Hospital de Caridade durante a década de 1840. Entre as embarcações que faziam as rotas dessa época, muitas eram estrangeiras, encontramos principalmente americanas, italianas e polonesas. Isso está relacionado ao grande número de estrangeiros internados no Hospital naquela época (23,3%). Marinheiros velhos, doentes, eram abandonados no porto, faziam parte junto aos escravos dos grupos mais expostos às epidemias e doenças transmissíveis da época. Nos navios nacionais havia muitos marinheiros e passageiros portugueses, o que é explicado, talvez, pelas próximas e fortes relações entre a recente ex-colônia e a metrópole. O mesmo deve explicar o grande número de marinheiros ingleses internados no Hospital (6,0%) e estadunidenses (3,5%) em um movimento que registrou inúmeras embarcações estadunidenses e nenhuma inglesa entre novembro de 1850 e junho de 1851. A amostragem de estrangeiros entre a população pobre na cidade, demonstra também a presença de italianos (3,5%) principalmente de Gênova, no Hospital na década de 1840, confirmado por inúmeras embarcações sardas e o destino de Gênova nas rotas.

Tabela 27. Movimento do Porto de Desterro em 1883:

Embarcações mercantes	origem	
Vapores		264
Navios a vela		291
	De portos da província	295
	De portos de outras províncias	162
	De portos estrangeiros	98
Total de embarcações		555

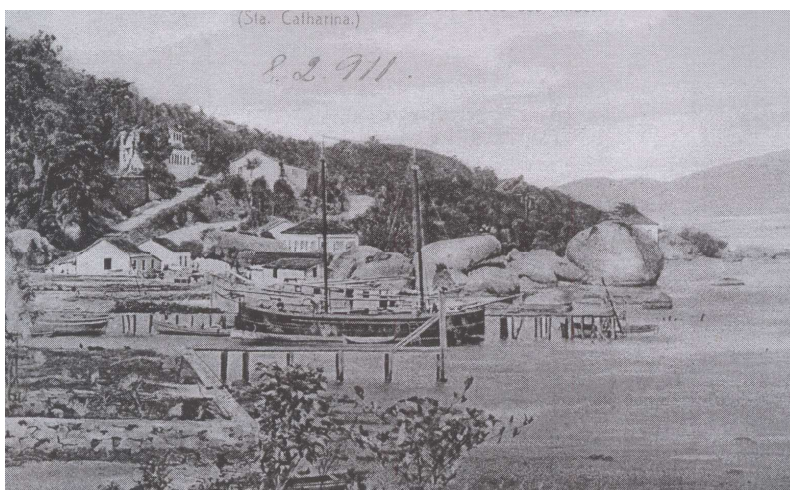
Fonte: Polícia do Porto. 1883. Relatórios de Chefes de Polícia. 50-1. Caixa 02, volume 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



Porto de Desterro, século XIX. Local em que seria construído o novo Mercado. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Vapor e Patacho no Mole do Cais da Prainha, início do século XX. O Patacho (à direita) era embarcação comum utilizada no comércio entre os Portos do Sul do Brasil durante o século XIX. Os vapores passaram a dominar a navegação comercial no final daquele século. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Patacho no trapiche da Prainha, início do século XX. À esquerda o caminho para o Sul da Ilha. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



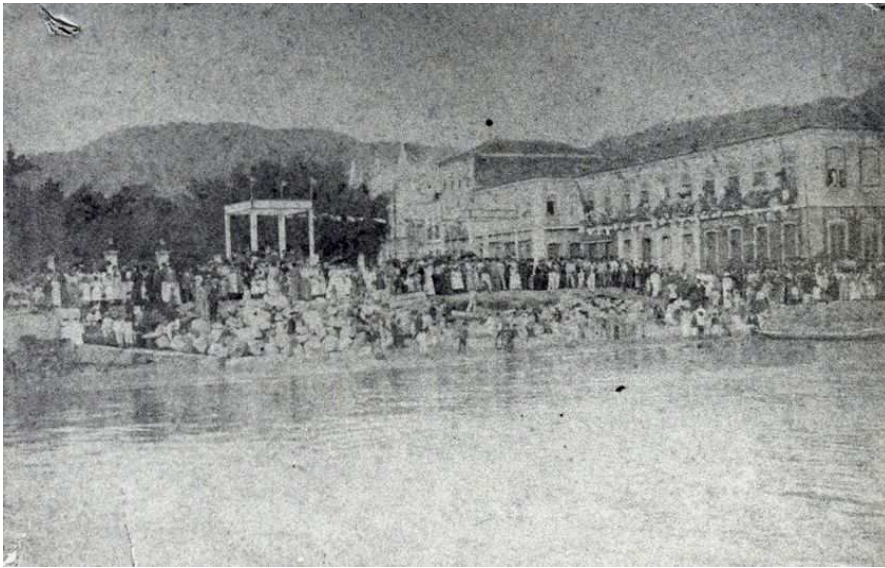
Enseada da Rita Maria, século XIX. Local que serviria como cais particular para a companhia comercial e de navegação de Carl Hoepeke. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Cais Liberdade, século XIX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Construção de armazém no Cais da Figueira, início do século XX. O aterro para ampliação do cais foi um dos primeiros aterros da cidade. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



O povo sobre o aterro da praia do antigo Mercado de Peixe, final do século XIX. O Mercado ficava em frente a Praça. Provavelmente o aterro foi feito com o material da demolição do Mercado em 1896. O aterro serviria de cais para o novo trapiche Municipal. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



O novo Trapiche Municipal, em frente a Praça XV de Novembro, início do século XX. O antigo trapiche ficava em frente à Rua da Trindade no canto norte da Praça. O Trapiche Municipal era utilizado para embarque e desembarque de passageiros dos navios. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

Os escravos marinheiros e os primeiros navegantes ricos

Existe uma estreita relação entre a navegação, exploração do trabalho, comércio escravo, o comércio e o poder político em Desterro. José Maria do Valle é um personagem da história de Desterro que encontramos citado em diferentes documentos históricos, exemplo dessas ligações. José Maria foi um

escravista em Desterro, que utilizava escravos na navegação durante a década de 1840 e 1850, um dos proprietários de chácara na praia de Fora.⁴²⁵ Muitos escravos eram utilizados na navegação, considerado um trabalho de alto risco. Bernardino, Francisco, Jaismel, Juliano, Jaime, João, Henrique, Thomas, Luciano, Raimundo, Paulo, Valentin, Luiz e o de nome incomum: Geimes eram escravos de José Maria, que adoeceram, fugiram ou morreram no trabalho em seus barcos. Pela quantidade de escravos desse senhor, internados durante toda a década de 1840 no Hospital de Caridade, devia ser um dos maiores e dos piores senhores de escravos marinhos. Mas, possivelmente, seus escravos eram tratados no Hospital por sua influência. José Maria do Valle era membro da Irmandade do Senhor dos Passos provedora do Hospital.⁴²⁶ José Maria foi condecorado “cavaleiro da ordem de christo”, foi um dos quatro negociantes condecorados pelo imperador Pedro II durante sua visita a Desterro em outubro de 1845.⁴²⁷ Foi proprietário do Brigue Minerva de 185 toneladas - os brigues eram das maiores embarcações que aportavam em Desterro. Em janeiro de 1856, o Minerva tinha uma equipe de 12 marinheiros dos quais 9 eram escravos. Valle era dono do escravo “crioulo marinho” Luiz, de idade entre 19 a 20 anos, que havia fugido de bordo do Minerva (que nos referimos na Parte I sobre fuga de escravos). Luiz já tinha sido comprado de um outro senhor, Felipe José dos Passos. Luiz era jovem, e dos mais valiosos no comércio interno de escravos, que se intensificou após 1850, com a maior repressão e proibição do tráfico de escravos africanos.⁴²⁸ José Maria possivelmente foi um dos donos na navegação escravista que mais enriqueceu como negociante. O memorialista Nicolich da Silva (1999, p. 38) cita um José Maria do Valle que foi proprietário do Hotel Vapor, que funcionou em um dos mais antigos prédios da Praça XV de Novembro, já erguido por volta de 1860,

⁴²⁵ Seu nome aparece como proprietário de chácara na “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876. Biblioteca do IPUF.

⁴²⁶ José Maria aparece numa relação de membros da Irmandade, na visita que o imperador Pedro segundo fez ao Hospital e a Capela do Senhor dos Passos durante sua visita à cidade em 1845. Relação que Almeida Coelho apresenta em sua “Memória Histórica da Província de Santa Catharina”, escrita em 1854 (1877, p. 120).

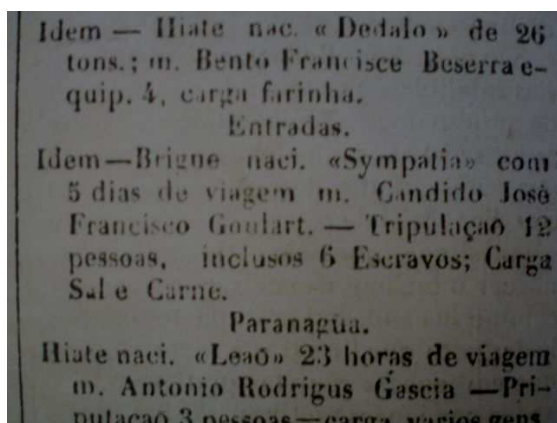
⁴²⁷ Almeida Coelho, 1877, página 123 e 124.

⁴²⁸ O Argos, de 12 de dezembro de 1856, número 98. Em 25 de novembro o Brigue Minerva aportara em Desterro transportando “vários gêneros e conduzindo malas”, seu mestre naquela época era Frederico José Pratis. “Registros do Porto”. O Argos, 28 de novembro de 1856, número 94 (BPESC).

época que José Maria viveu da navegação. O prédio não sofreu mudanças significativas, ainda preservado na Praça, quadra entre a Rua do Comércio (Conselheiro Mafra) e a do Príncipe (Felipe Schmidt) – é o prédio ao lado do que fica na esquina da Conselheiro Mafra. Por fim, além de proprietário na navegação, que enriqueceu com comércio escravo e proprietário de serviços na cidade, José Maria aparece em um dos principais postos políticos de Desterro, como presidente da câmara municipal em 1855.⁴²⁹



Anúncio da chegada do brigue Minerva no Porto em 14 de janeiro de 1856. O Argos, de 22 de janeiro de 1856, ano 1, número 7, página 4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.



Movimento do Porto. O Brigue sympatia tinha metade de sua tripulação escrava. Estava no Porto de Desterro em janeiro de 1856. O Argos, de 25 de janeiro de 1856, ano 1, número 8, página 4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

⁴²⁹ Livro de lançamento das Terras de Arrematação da Câmara Municipal. Códice 142. Caixa 28, ano: 1855 – 1880. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Escravistas, como Jacinto da Silva, Manoel Prates, Martinho José Callado, José Ramos da Silva, José de Sousa Silva, Joaquim Caetano da Silva e Francisco Duarte Silva exploravam o trabalho escravo na navegação em Desterro. Não só exploravam os escravos como marinheiros em suas embarcações, mas, também lucravam com o comércio escravo. O escravista Francisco Duarte Silva publicara no jornal O Argos, de 5 de maio de 1856, um anúncio de venda de escravo que demonstra essa relação.

“Vende-se um escravo crioulo, roceiro, quem o pretender dirija-se a Francisco Duarte Silva que tem poderes para o vender”.

Essa classe faria parte da elite comerciante que aumentou seu poder durante a segunda metade da década do século XIX. Alguns escravistas da navegação tornavam-se poderosos, conhecidos, e enriqueceram também explorando o trabalho e comércio escravo. O escravista Francisco Duarte Silva, dono de embarcações e escravos marinheiros, publicou um anúncio de venda de um escravo roceiro em 1856, no qual, sem endereço, por certamente ser conhecido, o escravista apenas informava: *“quem pretender dirija-se a Francisco Duarte Silva que tem poderes para o vender”*.⁴³⁰ O escravista Martinho José Callado foi outro que enriqueceu com a navegação e o trabalho escravo. Foi provedor da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos mantenedora do Imperial Hospital de Caridade. Vários de seus escravos marinheiros adoecidos eram internados e tratados no Caridade. Em abril de 1857, Callado caiu doente, o Caridade não lhe bastou para acudir e anunciava em jornal do dia 14 daquele mês que seguiria “no próximo vapor” para a corte do Rio de Janeiro, para tratar da moléstia contínua que sofria.⁴³¹ Em junho daquele ano, seus familiares publicaram anúncio no Argos convidando para Missa de seu falecimento.⁴³² Martinho Callado além de ter negócios de navegação era comerciante. Logo depois de sua morte, sua viúva, Rita Cândida Pereira Callado, tornava público em jornal que nomeara Alexandre Francisco Losta seu procurador para tratar de todos os negócios de sua casa

⁴³⁰ O Argos, 5 de dezembro de 1856, número 96 (BPESC).

⁴³¹ O Argos, 14 de abril de 1857, número 131 (BPESC).

⁴³² O Argos, 5 de junho de 1857, número 146 (BPESC).

comercial.⁴³³ Martinho Callado é um dos personagens que representa a ligação entre navegação e a exploração do trabalho escravo que gerou um poder através do comércio em Desterro. Callado foi um dos mais influentes comerciantes de Desterro da primeira metade do século XIX. Hoje dá nome a uma das ruas em uma antiga área de chácaras nas proximidades da Rua Áurea altura da atual Visconde de Ouro Preto.



O comerciante, dono de barcos e escravos Martinho José Callado. Quadro a óleo do consistório da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos – não apresenta assinatura nem data visível, mas segundo Oswaldo Cabral (1979, p. 402) é obra de Hugo Calgan, de 1884.

Também era comum que esses escravistas tivessem comércio, com suas lojas servindo de local para realizar o comércio de escravos: aluguel; venda; compra; para entregar escravos fugidos e pagar recompensas. Isto, principalmente depois de 1850, com a proibição definitiva do tráfico escravo da África, o que aumentou e valorizou o comércio interno de escravos. Metade dos escravos que adoeceram e foram internados no Hospital de Caridade naquela década trabalhavam em embarcações de senhores de outras cidades, e destes a maior parte era do Rio de Janeiro, como Francisco, internado em 1841, escravo marítimo de Custódio Francisco Ramos ou José escravo de José Antônio Cordeiro internado em 1848. Muitos desses escravos marinheiros que adoeciam, de forma a causar prejuízo aos seus senhores, acabavam abandonados, suas embarcações partiam, eles ficavam para morrer, se sobrevivessem tentariam voltar para a cidade de origem ou perambulariam como degradados.⁴³⁴

⁴³³ O Argos, 30 de julho de 1857, número 166 (BPESC).

⁴³⁴ Livro de Registro de Pacientes do Hospital de Caridade de 11 de outubro de 1841 a 25 de agosto de 1851. Centro de Memória Professor Henrique da Silva Fontes – Hospital de Caridade.

Tabela 28. Escravos marítimos internados no Hospital de caridade entre 1841 e 1851.

Escravo marítimo	cidade ou província	Escravista	Ano de internação
(?)	Desterro	José Maria do Valle	1841
Eleutério	Desterro	Jacinto da Silva	1842
Rafael	(?)	(?)	1842
José	Montevideu	Antônio Joaquim	1842
Elias	Bahia	José de Brito	1842
Escravo marinho	(?)	(?)	1842
Bernardino	Desterro	José Maria do Valle	1843
Francisco	Desterro	José Maria do Valle	1843
Jaismel	Desterro	José Maria do Valle	1843
Juliano	Desterro	José Maria do Valle	1843
Joaquim	São Paulo	Ana Joaquina de Moraes	1844
Francisco	Rio de Janeiro	Custódio Francisco Ramos	1844
Antônio	Rio de Janeiro	João Afonso Amorim	1845
Joaquim	Desterro	Manoel Prates	1845
Jaime	Desterro	José Maria do Valle	1845
Leandro	Pernambuco	Manoel Gouveia	1845
José	Rio de Janeiro	Joaquim Ferreira Alves	1845
Jaime	Desterro	José Maria do Valle	1845
João	Desterro	José Maria do Valle	1845
João	Laguna	Antônio Joaquim Vaneller	1846
Geimes	Desterro	José Maria do Valle	1846
Manoel	Rio de Janeiro	José Joaquim Domingos da Cruz	1846
Henrique	Desterro	José Maria do Valle	1846
Antônio	Rio de Janeiro	José Joaquim Domingos da Cruz	1846
Thomas	Desterro	José Maria do Valle	1847
José	Rio de Janeiro	João Afonso Vieira Amorim	1847
Escravo marinho	(?)	(?)	1847
Manoel	Rio de Janeiro	José Joaquim Domingos da Cruz	1847
Escravo marinho	(?)	(?)	1847
Antônio	Rio de Janeiro	Antônio Francisco Silva	1847
Domingos	Pernambuco	Antônio de Miranda	1847
Fortunato	São Miguel	Fernando Antônio	1848
José	Rio de Janeiro	José Antônio Cordeiro	1848
Antônio	Montevideu	Duarte Antônio Machado	1848
Escravo marinho	(?)	(?)	1848
Miguel	Laguna	Ana Luisa de Medeiros	1848
Adolfo	Laguna	Antônio Joaquim	1849
José	Pernambuco	Bernardo Antônio Joaquim Miranda	1849
Fabiano	Rio de Janeiro	João Luis do Firmamento	1849
Alexandre	Laguna	Antônio Joaquim...	1849
Luciano	Desterro	José Maria do Valle	1849
Pedro	Desterro	Martinho José Callado	1849
Antônio	Desterro	Francisco Duarte Silva	1850
Escravo marinho	(?)	(?)	1850
Manoel	Desterro	José Ramos da Silva	1850
Fridoso	Laguna	Francisco José Maria da Silva	1850
Higino	Rio de Janeiro	João Afonso	1850

Paulo	Desterro	José Maria do Valle	1850
José	Desterro	José de Sousa da Silva	1850
Joaquim	Desterro	Martinho José Callado	1851
Pedro	Rio Grande do Sul	João de Souza	1851
Marcos	(?)	(?)	1851
Garcia	Desterro	Joaquim Caetano da Silva	1851
Valentin	Desterro	José Maria do Valle	1851

Fonte: tabela organizada a partir do Livro de Registro de Pacientes do Hospital de Caridade de 11 de outubro de 1841 a 25 de agosto de 1851.

A economia da navegação com escravos que se tornava a fonte das relações de riqueza e pobreza na Desterro do século XIX era uma especificidade do lugar em relação à economia escravista do café que dominava as províncias do norte. Essa especificidade local era explicada pela propensão natural da conformação do litoral da Ilha e da costa que serviu desde o século XVI como porto natural e de local de fácil abastecimento. De acordo com Ianni (1960, p. 76), em 1857, a maioria dos homens da navegação costeira eram escravos (350), enquanto os livres somavam 341 – dos quais muitos eram forros e mestiços. Desse período até a abolição do trabalho escravo, o número de marinheiros escravos diminuiu constantemente como em todos os trabalhos de escravos no porto.

Cardoso (2004, p. 67), ao estudar o trabalho da população de origem africana nas últimas três décadas do trabalho escravo em Desterro, relaciona a diminuição de escravos “marítimos”, a partir de 1870, com o início da navegação a vapor. Na costa norte a Companhia Nacional de Navegação a Vapor, que ligava Desterro com as colônias de imigrantes à foz dos vales e a Companhia Catarinense de Navegação que ligava Desterro com as cidades ao Sul. Mas, em geral, o número de escravos em Desterro caiu rapidamente a partir da década de 1870. As últimas gerações de escravos trazidos da África, antes da proibição definitiva do comércio escravo externo em 1850, estavam envelhecendo na década de 1870, o tráfico e a reposição de escravos tornava-se cada vez mais caro. O número de escravos diminuía a cada ano também pelas fugas, que no trabalho marítimo eram constantes pela facilidade do escravo se misturar a população liberta em portos e lugares onde não era conhecido. Também concorreram as alforrias feitas pelas irmandades negras e

pela “manumissão de escravos” pagas com dinheiro do governo.⁴³⁵ Cardoso (2004, p. 70) cogita que muitos dos escravos marinhos tenham se tornado pescadores numa “*estratégia de sobrevivência das camadas empobrecidas do litoral catarinense*”. Se isso realmente ocorreu, muitos desses negros libertos devem ter vivido na Toca, antigo bairro pobre dos pescadores de Desterro, no sopé do Morro da Boa vista.

A navegação baseada no trabalho dos marinheiros escravos possibilitou o crescimento do comércio do fim do século XVIII até a década de 1870. Também estava ligada a um grande crescimento da navegação mundial dominado pelo imperialismo comercial inglês. Nos relatos de Seidler é constante a presença de navios e navegadores ingleses na Ilha, e o quanto seria vantajoso a Inglaterra ter o domínio de um porto como o da Ilha – que citei no início dessa parte. O relato de Seidler nos dá uma idéia de que muitos comerciantes, classe dos que dominariam a economia e a política na cidade, eram capitães de navios: “... *um negociante inglês estabelecido na vila do Desterro e que, como quase todos esses homens, outrora fora capitão de navio, se ofereceu espontaneamente a ir recolher a fragata inglesa*”.⁴³⁶

O terceiro maior contingente de estrangeiros internados no Hospital de Caridade, durante a década de 1840, era de ingleses. Em geral marinheiros, o que confirma que o porto de Desterro refletia também o desenvolvimento do comércio do século XIX sob domínio capitalista mercantil inglês que mantinha a maior frota comercial à época posterior a industrialização européia.

Ao viajante suíço Heinrich Trachsler, a Desterro de 1828 passou a impressão de uma “cidade industrial e comercial, bem construída e abastada”. Esse relato descreve uma paisagem diferente daqueles em que Desterro parecia uma cidade apenas marítima de comércio estagnado. No relato de Ave-Lallemant de 1858, volta em destaque a estagnação da “pequena e bolorenta Desterro”, mas uma cidade e comércio de “desenvolvimento uniforme”. Ainda, uma cidade sem uma pobreza separada espacialmente, vivendo dentro da cidade, sem uma classe rica importante à medida do olho de Lallemant. Segundo essa descrição: “sem ruas principais, apenas travessas” e

⁴³⁵ A lei 627, de 11 de junho de 1863 consignava fundos para alforria de escravos. Relatório do vice presidente da província de Santa Catarina de 1864 (IHGSC).

⁴³⁶ Haro, 1979, página 301.

sem uma classe rica ainda expressiva: sem “o verniz da elegância” de outras cidades. O relato de Ave-Lallemant, tomado isolado, dá impressão de que o comércio não tinha relevância, pois não havia, segundo ele, “grandes lojas e armazéns”, nem ruas principais. Mas comparados aos relatos anteriores já havia “grandes casas” e o novo mercado de peixe. Em que os colonos iam vender seus produtos. Então, um comércio que continuava a tomar importância, ao menos uma população maior na cidade a ser abastecida que não obtinha o seu próprio alimento e “produtos” que precisava ir ao mercado.

Os relatos dos viajantes sobre Desterro parecem, numa comparação rápida, tratar de cidades distintas. Mas há de ser considerado, o momento de cada relato, as comparações diversas, que cada um dos viajantes faz com lugares e medidas diferentes. Também deve ser considerado, que mesmo defendendo a tese de que o comércio passou aos poucos a possibilitar o enriquecimento de uma elite, seu crescimento não foi contínuo nem linear. Ao longo do século XIX, apresentou períodos de crescimento, estagnação e até retrocesso, o que ajuda a explicar as diferentes descrições nos relatos de viajantes estrangeiros. Hübener (1981) ao estudar o comércio de Desterro durante o século XIX, concluiu, que seu desenvolvimento foi lento, por ser voltado principalmente para o mercado interno do Brasil e ser baseado em produtos largamente produzidos por todo o país, o que não permitiu um desenvolvimento econômico regular. Um exemplo, a instabilidade do comércio das exportações da farinha de mandioca, que dependia da política de abastecimento determinada pelo Rio de Janeiro - cidade do maior mercado.

Esta argumentação que fiz sobre a origem da riqueza do comércio em Desterro com a navegação também foi concluído por Oswaldo Cabral em Douro Litoral (páginas, 36 e 37).

“Terra servida por longa costa, de portos magníficos, chave do Brasil Meridional, ponto de escala obrigatório de tudo o que demandava o Prata – foram armadores, que possuíam verdadeiras frotas de veleiros mercantes, foram os importadores e distribuidores das mercadorias que vinham diretamente do Rio de Janeiro ou do estrangeiro, principalmente de Portugal e Inglaterra, aqueles que formaram a aristocracia desterrense”.

Cabe então, uma análise do comércio que vai aos poucos tomando importância na cidade. Os comerciantes vão passar a ter um poder econômico que se desenvolveu da navegação e que se transformará em poder político. O comércio vai sendo instalado nas áreas próximas ao Porto e a população pobre passa a viver em áreas específicas da cidade.⁴³⁷

⁴³⁷ As referências dos relatos de viajantes estrangeiros desse subcapítulo são de Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX, 1979, p. 168, 232, 241, 252, 258, 263, 279, 280, 282, 292, 299, 300, 302, 303, 309, 310, 312 e, 321.

Capítulo VI

O comércio: mais sobrados e mais cortiços

“... doutro lado da praça, uma preta velha, vergada por imenso tabuleiro de madeira sujo, seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: “Fígado, rins e coração!” (...) As esquinas, nas quitandas vazias, fermentava um cheiro acre de sabão da terra e aguardente. O quitandeiro, assentado sobre o balcão, cochilava a sua preguiça morrinhenta, acariciando o seu imenso e espalmado pé descalço” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

Até a metade do século XIX, o que dominava o comércio de Desterro era o cotidiano das quitandas, o comércio de rua, na beira da praia e do Porto, ainda não havia o Mercado de Peixe, as canoas traziam para as proximidades do largo da Matriz os viveres: a farinha, o peixe seco, as frutas, as aves e a lenha, ali se comercializava pela manhã.

A cidade como importante entreposto a navegação possibilitou o crescimento da classe comerciante, de seus interesses e da intensificação do comércio que imprimiria mudanças na relação da população com a cidade. O comércio não passaria a interferir apenas nos costumes religiosos, mas a gerar mudanças no cotidiano do trabalho, no poder político e na organização citadina, na arquitetura e na localização dos grupos dos comerciantes e dos pobres.

“Conformando-se a Assembleia Legislativa Provincial com o parecer de suas Comissões reunidas de Camaras Municipais e do Comercio, emitido sobre a representação de varios Negociantes d’esta Praça, manifestando que tendo muito em consideração os dias santificados, sempre destinados ao Culto de Deus, e obras de piedade, tem lhes sidos esquecidos de uma boa parte dos homens, que, descuidado da Lei Divina, empregão os Domingos do incansável Trafego do Comercio, e querem pôr termo a semelhante abuso; pedem que se tome uma providencia para que se fechem as casas de negócio d’esta Capital em todos os Domingos, comunicando-se aos infractores penas severas [ilegível] apreciando as comissões, que se remettá á Câmara Municipal...”⁴³⁸

⁴³⁸ Ofício ao secretario da Assembléia Legislativa Provincial, em 19 de maio de 1854. Ofícios da Presidência Provincial – 1854. Códice 136. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Esse parecer de 1854 da comissão das câmaras municipais e de comércio ao secretário da Assembléia Legislativa Manoel da Costa Pereira, é um exemplo das mudanças em Desterro.

O Historiador Oswaldo Cabral, em seu livro “Douro litoral” faz referência a um período de “espantosa crise econômica” no final do século XVIII que perdurou até a independência. Este período é o que compreende ao acirramento das condições gerais de pobreza da maioria da população pelas conseqüências e os desdobramentos políticos depois da invasão espanhola de 1777. O quadro geral de pobreza foi ampliado, principalmente pela diminuição do comércio que as tropas movimentavam na cidade. A coroa portuguesa passou a diminuir os gastos para manter tropas na Ilha de Santa Catarina, por desconfiar da real eficiência em mantê-las ou por punição pela fulminante invasão. A invasão colocou em dúvida os benefícios para manter tropas de linha estacionadas na Ilha e a eficiência de todo o sistema de fortalezas construído. Os atrasos e dívidas de soldo comprometeram o pequeno comércio na cidade, e a cadeia de produção que ele mantinha. Por outro lado, o envio de degradados e condenados engrossou as fileiras dos pobres e miseráveis na Ilha. Contudo, até as primeiras décadas do século XIX eram os oficiais militares a “nobreza” e os poderosos de Desterro.

*“A nobreza da terra foi toda de farda, não houve um só barão paisano de jaqueta ou de casaca; as fortunas fizeram-se no comércio e os mais destacados políticos ou foram armadores, ou clérigos, ou militares – uns porque tinham dinheiro, outros porque tinham culturas e os restantes porque dispunham de força. Raros os que contavam com as três, ou mesmos duas destas condições”.*⁴³⁹

Entre comandantes, governadores e presidentes da província até 1850 a maioria era militar. Oficialmente foram três comandantes, um cabo, um sargento e um capitão, antes do primeiro governador. Da década de 1730 até 1823 foram 21 governadores entre os quais apenas 4 não eram militares, governaram brigadeiros, coronéis, tenentes, sargentos.⁴⁴⁰ Entre os onze

⁴³⁹ Segundo Oswaldo Cabral em Composição do complexo social de Santa Catarina, p. 32 In: *Povo e Tradição em Santa Catarina*. (organizador) Sílvia Coelho dos Santos. Et. al. Edeme, [ano].

⁴⁴⁰ Entre esses governadores houve um triunvirato que substituiu o governador João Alberto de Miranda Ribeiro após sua morte em 1800. Logo após esse triunvirato no

presidentes da província designados de 1824, até 1850, seis eram militares (A. COELHO, 1877, p. 60 a 73). A forma de participação civil na política de Desterro ocorria pela câmara que representava o povo – o governo representava o rei. A câmara era composta por moradores que, segundo Cabral (1850, p. 148), “eram muitas vezes analfabetos, não tinham grande autoridade e eram frequentemente desacatados, desrespeitados ou desprezados pelos militares, governadores, altos funcionários e até pelo alto clero”. Mas durante a segunda metade do século XIX, a participação de civis no governo da província foi sendo cada vez maior, principalmente à medida que a classes de comerciantes ganhava poder.

A vida em Desterro até meados do século XIX era a das pessoas simples, ligadas à vida do mar, do trabalhar a terra, do artesanato e da subsistência, uma cidade marítima. Mas, foi o desenvolvimento do comércio, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, o aumento das atividades do porto, que passaram a mudar a composição social, de uma cidade de militares e pobres, para uma cidade de navegadores e comerciantes abastados, com mais escravos e imigrantes. O antigo modo de vida da cidade passava a ser composto com o dos comerciantes em ascensão social, que mudavam as relações políticas, econômicas da cidade e o padrão de vida urbano, agora composto também por sobrados e chácaras.



O Mercado de Peixe, final do século XIX. Carroças e animais na rua entre o Mercado e a Praça XV de Novembro na época cercada com grades compradas na Inglaterra. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

final daquele ano, assumiu o governo o coronel Joaquim Xavier Curado, que Almeida Coelho (1877, 70) destacou como protetor e caridoso com os pobres e desvalidos. Depois da independência do país, a partir de 1824, sucederam aos governadores, os presidentes nomeados a partir da carta de lei de 20 de outubro de 1823 (COELHO, 1877, p. 70 e 72).

O comércio e mudanças na cidade

A trajetória de João Romão, personagem de “O Cortiço” de Aluísio Azevedo retrata o enriquecimento de comerciante durante o século XIX.

“João Romão foi, dos treze aos vinte e cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja taverna (...) Proprietário e estabelecido, por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações (...) comprou então, com as economias da amiga, alguns palmos de terreno ao lado esquerdo da venda, e levantou uma casinha de duas portas, dividida ao meio paralelamente à rua, sendo a parte da frente destinada à quitanda e a do fundo para um dormitório que se arranhou com os cacarecos de Bertoleza (...) Sempre em mangas de camisa, sem domingo, nem dia santo, não perdendo nunca a ocasião de assenhorear-se do alheio, deixando de pagar todas as vezes que podia e nunca deixando de receber, enganando os fregueses, roubando nos pesos e nas medidas...”

No romance também há uma representação da formação de cortiços, onde os pobres viviam em propriedades de comerciantes e outros remediados.

“E o fato é que aquelas três casinhas, tão engenhosamente construídas, foram ponto de partida do grande cortiço de São Romão. Hoje quatro braças de terra, amanhã seis, depois mais outras, ia o vendeiro conquistando todo o terreno que se estendia pelos fundos de sua bodega; e à proporção que conquistava, reproduziam-se os quartos e o número de moradores.”

Na época desse famoso romance, já existiam em Desterro as barraquinhas da Praça, as tendas e quitandas onde as mulheres vendiam alimentos. Sobre o Brasil, Gilberto Freyre (1963, p. 481) descreve que era trabalho feito por negras, que nas cidades serviam para tudo, de vendedoras a prostitutas para seus senhores e senhoras. Vendiam azeite-de-carrapato, bolo, cuscuz, frutas trazendo os proventos para o senhor a tarde. As negras quando libertas trabalhavam como doceiras vendendo quitutes feitos em casa. O quadro desse comércio ao longo do porto se completava com pescadores que traziam e expunham os peixes em canoas, barqueiros que traziam os molhos de lenha para o Porto para abastecer os fogos. Nas barraquinhas também se vendia comida preparada, a “gororoba”, servida aos negros de “ganho”, aos canoeiros e pescadores, a toda gente pobre da vila, os que trabalhavam pelo porto, os escravos ao jornal, os sem família. O peixe e a farinha eram a base

da alimentação do povo, e posturas da câmara não permitiam ação de atravessadores sobre esses gêneros.

Das freguesias da Ilha: a de Nossa Senhora das Necessidades mais conhecida como Santo Antônio (1750); Nossa senhora da Conceição da Lagoa (1809); Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (1809); São João Batista do Rio vermelho (1831); São Francisco de Paula de Canasvieiras (1835) vinham por caminhos e mar produtos dos sítios dos descendentes de açorianos cultivados e trabalhados também por escravos. Também da Santíssima Trindade de Traz do Morro (1853), mais próxima, por caminhos que atravessavam e contornavam os Morros chegavam a farinha, o café, algodão, amendoim, o peixe seco, a água ardente. Das povoações próximas do continente, pequenas embarcações cruzavam as baías transportando a farinha de Biguaçu, utensílios de barro da foz do Rio Maruim, lenha peixe e alimentos de todas as localidades da costa para abastecer Desterro. Esse comércio feito em pequenas embarcações perdurou durante todo o século XIX e varou a primeira metade do século XX.



Botes, baleeiras e canoas no cais do Mercado Público, início do século XX. O cais com quitandeiros, carroceiros, carregadores e comerciantes. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Cerâmicas no cais do Desterro, início do século XX. Pequenas embarcações transportavam os utensílios das olarias da foz do Maruim em São José. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Comércio de cerâmica no Cais Igualdade, na Figueira. Pintura de Martinho de Haro. Museu de Arte de Santa Catarina.



O Cais do Mercado com pequenas embarcações à vela, início do século XX. Barqueiros, carregadores, comerciantes, meninos e o povo em geral. Molhos de lenha estacionados no cais para abastecer os fogos da cidade. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Canoas e baleeiras à vela na Praia do Mercado, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Marítimos e carregadores no cais do Mercado, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



O povo no novo Mercado, início do século XX. Construído em 1898, uma segunda ala foi construída na década de 1930 sobre aterro do Cais. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Bancas do Mercado Público, início do século XX. Peles de animais, banana, alho e farinha. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

O quadro das ligações regionais em que Desterro cresceu ficou completo com o assentamento das colônias alemães em São Pedro de Alcântara (1829), Santa Isabel (1847) e em Teresópolis (1860), fixadas ao longo da várzea do Rio Maruim e do caminho da Serra em direção a Lages. Segundo Peluso (1991, p. 315) destas colônias alemãs e da alta várzea do Rio Biguaçu, também com colonos alemães eram transportados produtos alimentícios para abastecer Desterro. Primeiro a partir de São José, com bom porto às pequenas embarcações e depois por Palhoça, por canais abertos para romper o isolamento dos manguezais pelos interessados em levar os barcos próximos da estrada onde eram carregados com produtos das colônias alemãs destinados a Desterro.⁴⁴¹

Em escala geográfica menor, a condição do porto natural da Ilha de Santa Catarina atribuía a Desterro importância à navegação como principal entreposto no meio do percurso marítimo entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. O comércio e o porto foram atividade e estrutura que possibilitaram mudanças à cidade e a vida social. Comerciantes de origem portuguesa foram desenvolvendo pequenos comércios integrados ao contexto do porto e da navegação, alguns se associavam para estabelecer negócios. Como em 1850, quando Antônio Claudino Rodrigues Coimbra e Miguel Joaquim de Souza formaram uma sociedade de loja de fazendas (tecidos), que chegavam pelo porto. A loja ficava na esquina das ruas do Príncipe e da Palma, no centro do comércio da cidade.⁴⁴²

Hübener descreve a economia da farinha de mandioca na Ilha, principal produto exportado pelo porto de Desterro durante o século XIX. Exportada para o Rio de Janeiro e de lá para o Nordeste, e em menor escala para Montevideo e Buenos Aires. Nas últimas décadas daquele século a participação da farinha no comércio do porto havia diminuído. Outros produtos exportados eram a

⁴⁴¹ Em 1828, chegaram a Desterro nos brigues Luiza e Marques que partiram de Vianna, 166 famílias, somando 523 pessoas oriundas de Bremen na Alemanha. Reunidas a mais 112 homens dos batalhões de mercenários alemães dissolvidos no Rio de Janeiro e em Desterro. Em 1829, foram instalados na Margem esquerda do Rio Maruim formando a colônia de São Pedro de Alcântara. Algumas famílias deslocaram-se para Três Riachos na várzea do Rio Biguaçu. Em 1851, São Pedro tinha entre os 1.250 habitantes 78 escravos. A Colônia de Santa Isabel mais a Oeste da estrada que sobe a Serra próximo da Boa Vista iniciou com 77 casais, somando 326 pessoas, em 1851 tinha 412 habitantes – segundo Almeida Coelho, 1877, páginas 89 a 93.

⁴⁴² O Novo Íris, 14 de maio de 1850, número 19 (BPESC).

madeira, aguardente, arroz, couro, peixe e os produtos vindos das colônias de imigrantes. A exportação da farinha era sujeita a grande oscilação e dependia da demanda e produção de outras províncias. A farinha era a base da produção na Ilha, base da alimentação da população e do contingente militar desde o século XVIII. Quando era necessário abastecer as tropas, principalmente quando havia tropas em trânsito pela Ilha, o governo obrigava os colonos a fornecerem farinha para suprir os militares, apenas com a promessa de pagamento futuro. Para Hübener a irregularidade dos pagamentos desestimulava os produtores e chegava a desestruturar a produção em alguns períodos. Quando isso ocorria, a pobreza transcendia a muito mais habitantes. (1981, p. 91 e 92). Um desses períodos de pobreza foi descrito por Almeida Coelho (1877, p. 100), quando a carestia pela falta de produtos aumentou a miséria. Segundo o que Coelho escreveu em 1854, por volta daquele ano, Desterro vivia uma época de dificuldades, uma época de carestia dos gêneros de primeira necessidade: a carne que vinha de fora, do Sul e de Lages; do peixe pela diminuição da pesca; da farinha de mandioca, principal produto da província, cuja exportação não era mais favorável e das frutas e legumes cuja produção diminuía nas chácaras e sítios.

Durante a segunda metade do século XVIII, o comércio de Desterro era incipiente e em parte dependia dos escassos soldos dos pobres soldados e mercenários que serviam na Ilha. Depois da invasão espanhola de 1777, a coroa portuguesa passou a descuidar dos soldos, com conseqüências sobre o ainda frágil comércio do porto e da produção praticamente de subsistência dos colonos açorianos do litoral. Além disso, os militares tinham que fiar dos colonos a alimentação das tropas, confiscando as produções de farinha de mandioca, um dos principais produtos que movimentavam o porto. Esta era a situação descrita na carta enviada pelos representantes da câmara ao conde de Rezende, vice rei do Estado em 1795, tentando sensibilizá-lo a pagar os soldos das tropas.

“He certo que poucos annos depois da invasão desta Ilha lhe apresente tem faltado os pagamentos a tropa, porque sem embargo, [ilegível] feito algum não deicha se lhes estar devendo huma grande parte segundo nos consta, por cujo motivo tem o comércio experimentado atrasos não só pellas sommas que tem fiado, como ainda na extrassão que terão as fazendas [ilegível] se a tropa fosse paga, porem na indigência em que vivem vão passando como podem, e se

*esta se podem remediar seria hum dos principaes objetos que farão florecer esta Ilha, pois he bem certo que o dinheiro da tropa se espalha pelo comércio e ainda pelos lavradores, se bem tem sofrido os retimentos das farinhas que lhes tem tomado os Reaes Armazéns e pagar com grande demoras de que ainda se lhes deva a de dous annos”.*⁴⁴³

Parte da população que trabalhava ou passava pelo porto marinheiros, mascates, e caixeiros de outras cidades dormiam em cortiços ou estalagens e frequentava as tabernas da cidade para comer peixe durante o dia e beber a noite.

“O vinho acabou-se nos copos, Bertram, mas o fumo ondula nos cachimbos!. Após os vapores do vinho os vapores da fumaça!

Senhores, em nome de todas as nossas reminiscencias, de todos os nossos sonhos que mentiram, de todas as nossas esperanças que desbotaram, uma ultima saudade! A taverneira ahi trouxe mais vinho: uma saudade! O fumo e a imagem do idealismo...” (A noite na taverna. Álvares de Azevedo, 1831)

Com a farinha, o peixe formava a base da alimentação do povo, principalmente dos mais pobres. Enquanto uma classe de comerciantes se formava, uma outra pobre se avultava. O código de posturas da cidade, a lei 222 de 10 de outubro de 1845, obrigava aos comerciantes que jogassem o pescado estragado ao mar. Alguns acontecimentos citados por Cabral sobre o despejo de peixe podre no mar pelos comerciantes do Mercado e recolhidos pela população, dão exemplos da pobreza de algumas épocas. Em 1856, os pobres catavam peixe podre jogado ao mar (1971, p. 367 a 371). O pescado quando podre deveria ser jogado ao mar, e em 1884, quando isso ocorria, os pobres o disputavam (CABRAL, 1971, p. 10 e 300).

⁴⁴³ Carta ao Conde de Rezende, vice rei do Estado, em 9 de novembro de 1795. Correspondência de Santa Catarina: Câmaras. Códice 110, 1762 – 1806. Arquivo Nacional.



O povo e o peixe, Mercado Público, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Alguns armazéns tinham alimentos e produtos importados de outras províncias e da Europa, como queijos e vinhos de Portugal, conservas e cervejas inglesas, doces franceses, queijos de Minas, charutos da Bahia. Para o pobre havia a cerveja da terra o vinho mais barato, para os escravos a cachaça da terra, abundante para o consumo e a exportação. Em 1856, no armazém de secos e molhados número 28 da Rua do Príncipe, havia uma série de produtos importados de fora da província: manteiga da Inglaterra; banha americana; vinho e azeite de Lisboa; vinho de Málaga; chá de São Paulo; charutos, bacalhau, queijos e conservas de outras paragens.⁴⁴⁴

O jornal mais antigo da cidade, “O Expositor”, publicou em 1832 uma lista de preços correntes de produtos que mostra o que era importado e exportado pelo porto.⁴⁴⁵ Era importado alcatrão e peixe da América do Norte e da Suécia; Breu, Brins, Chá imperial, chapéus, farinha de trigo, fumo, lenha, pano de algodão americano, sabão sal e toucinho. Essa lista mostra um consumo de produtos básicos da época e revela hábitos europeus como o de

⁴⁴⁴ O Argos, 3 de junho de 1856, número 44 (BPESC).

⁴⁴⁵ O Expositor, 8 de dezembro de 1832 (BPESC).

consumir trigo cuja cultura não se adaptava as condições naturais do litoral sul. A lenha consumida em Desterro vinha da costa próxima em decorrência do intenso uso da terra na ilha para lavoura que suprimia as matas às partes mais altas dos morros. O viajante Sait-Hilaire faz referências sobre esse intenso cultivo nas áreas de mata da Ilha pelos colonos açorianos em 1820. As exportações eram de aguardente de cana, alho, amendoim, arroz, azeite de peixe, açúcar, batatas, café, couros, farinha de mandioca, feijão, taboado fino, grosso, praxões, melado, milho, cebolas, chifres. As exportações eram mais diversificadas do que as importações, de produtos dirigidos principalmente para o comércio e consumo interno. Nessa lista de exportação de 1832, ainda aparece o açúcar que foi implantado durante o século XVIII. Mas, o açúcar não prosperou em uma região colonizada por famílias açorianas, com a terra dividida em pequenas glebas, com menor número de escravos do que os das grandes fazendas das províncias ao Norte com largo uso da mão-de-obra escrava. Um trecho dos relatos de Saint-Hilaire é sobre a decadência do açúcar, que o número de engenhos que chegara a 288 durante o século XVIII, diminuía a 256 em 1797. Em 1820, se exportava pouco açúcar e na década de 1840, já não havia mais essa exportação. A decadência da produção de açúcar e da caça à baleias, o fim da exportação de limão para Montevideo, as dívidas do governo com as compras aos colonos e a guerra na província do Rio Grande do Sul, que requeria homens retirando-os do trabalho nas lavouras para compor as tropas do império, segundo Saint-Hilaire, formaram um quadro que diminuiu o comércio. Mas, suas conclusões sobre a impressão que teve da Ilha de Santa Catarina mostra a riqueza sendo acumulada ao mesmo tempo em que a pobreza se avultava.

*“Do que acabo de escrever sobre a ilha de Santa Catharina, conclui-se que a mesma cada vez mais se empobrece, visto a sua população augmentar incessantemente; as terras vão diminuindo a sua producção, devido ao rotineiro systema agrícola (...) e finalmente, o dinheiro proveniente da exportação logo se consome na aquisição de objetos de luxo que vem de fora e se renovam continuamente, ou na compra de escravos que também se importam e, na maioria não se multiplicam”.*⁴⁴⁶

⁴⁴⁶ Auguste d'Saint-Hilaire, 1936, páginas 171 e 172.

A crescente população livre e liberta não encontrava lugar na sociedade escravista. A riqueza proveniente das exportações comerciais era acumulada pela classe comerciante para o luxo ou comprar escravos.

Na Desterro de 1850, as dívidas eram comuns entre os comerciantes, navegadores, proprietários, políticos, militares de alta patente, bacharéis, remediados, dos que viviam de renda do aluguel de casas ou escravos, dos despojos herdados ou apenas do trabalho de jornaleiro de escravos de ganho. Um comércio fracamente sustentado no crédito dos comerciantes, no limite das dívidas dos brancos livres que tinham crédito e pressionados pelas dívidas feitas e não pagas pelo governo. Era comum pessoas rogarem que seus devedores pagassem suas dívidas, chegavam a publicar anúncios nos jornais, na esperança de receber os pagamentos por necessidade de viajarem, em alguns casos para não voltar. Augusto Thomaz Cardoso ameaçava publicar em jornal os nomes dos que não cobrissem suas dívidas em sua loja de ferragens na Rua Augusta, número 10.⁴⁴⁷ Já, os credores do finado José Pereira da Costa Junior ficaram com metade de uma morada de casas térreas na Rua da Tronqueira pelo pagamento das dívidas do morto. Seus herdeiros trataram de vender a outra metade das casas assim como uma escrava doméstica que fazia parte da herança.⁴⁴⁸

Herdeiros, comerciantes, militares, políticos eram os donos das casas em que uma parte da população pobre vivia de aluguel.

O major Joaquim Ignácio de Macedo Campos era procurador dos herdeiros do falecido tenente coronel Antônio Manoel de Garfias Rozado era responsável por vender, além dos escravos Pedro e José, uma canoa, um boi, uma vaca, um novilho e um capado, além de casas pela cidade: uma “morada de casas” na Rua Áurea; uma na Rua do Rosário; uma na Rua da Tronqueira, duas no Campo do Manejo com fundos para o Rio do Cortume.⁴⁴⁹ Outra proprietária era Maria Ignacia do Amorim moradora no Itacoruby, dona de uma “morada de casa” na Rua da Conceição e outra na Rua da Palma. Ignacia colocara as casas a venda em 1856. Algumas dessas casas eram compradas

⁴⁴⁷ O Novo Íris, 11 de outubro de 1850, número 60 (BPESC).

⁴⁴⁸ O Novo Íris, 20 de setembro de 1850, número 50 (BPESC).

⁴⁴⁹ O Novo Íris, 29 de outubro de 1850, número 66 (BPESC).

por comerciantes para a construção de sobrados.⁴⁵⁰ Nas ruas ao longo do cais fixaram-se os armadores e comerciantes de importação que tinham de estar próximos ao Porto. A Rua Augusta, paralela a do comércio, localizava o comércio varejista. O seguinte anúncio no jornal “O Catharinense” de 1832, é sobre esse processo:

*“Quem quizer comprar uma morada de casas na rua do Príncipe, com fundos até a praia, e com boas proporções para fazer armazém, e bom porte para embarque e desembarque; dirija-se a outra banda do estreito a tratar com Isidoro Ribeiro, que he seu dono”.*⁴⁵¹

À medida que o comércio ia se desenvolvendo, adensando e alcançando novas áreas pela cidade, ocupava o lugar das antigas casinhas de porta e janela. Porém, na Figueira, na Tronqueira, na Pedreira as casinhas foram comuns até as primeiras décadas do século XX. Esse processo era movimentado por comerciantes, entre os quais, escravistas que aumentaram sua riqueza e influência política com o comércio de escravos.



A Alfândega do Porto de Desterro. Para o quinhão do governo entre a navegação e o comércio. Pintura de Aldo Beck. Museu de Arte de Santa Catarina.

⁴⁵⁰ O Argos, 13 de junho de 1856, número 47 (BPESC).

⁴⁵¹ O Catharinense, 25 de janeiro de 1832, número 22 (BPESC).

O comércio escravo

Não encontramos nenhuma referência de um local específico em Desterro em que ocorria o comércio de escravos como no conhecido “Volango” no Rio de Janeiro.⁴⁵² Desterro não era um dos principais mercados escravistas, apesar de ter uma demanda variada por escravos para a cidade e costa: escravos domésticos, e de ganho para a cidade, chacreiros, roceiros para o campo nas atividades de subsistência e escravos marinheiros e pescadores para as atividades marítimas. Não havia em Santa Catarina uma economia voltada para exportação que impulsionava o comércio escravo como nas províncias ao Norte como o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais. Os primeiros e maiores contingentes de escravos foram trazidos para trabalhar na construção das fortalezas e nas armações baleeiras.

Provavelmente, o comércio de escravos em Desterro ocorria no Porto, por senhores da navegação comerciantes, contrabandistas ou traficantes proprietários de embarcações. Quando o comércio era legal, possivelmente, os escravos eram inspecionados por algum fiscal da quarentena e da alfândega, e então recolhidos ao fundo de algum depósito do Porto ou de algum sobrado comercial dos intermediários, até serem entregues aos seus compradores.

Na primeira década do século XIX havia um variado comércio de escravos africanos e “crioulos” (brasileiros) em Desterro. Nessa época identificamos a compra e venda de escravos entre donos de terra na Ilha, padres, o governador da província, oficiais militares, navegadores, comerciantes e muitas pessoas que não identifiquei. A câmara de Desterro recebia a “meia siza”, o imposto por escravos comercializados no município. Quando um escravista vendia um escravo, pagava a “meia siza” à câmara.⁴⁵³ Havia os “atravessadores” que compravam um escravo e logo o revendiam, e que enriqueciam com esse comércio em Desterro. Um desses atravessadores foi Francisco José de Medeiros, em 10 de outubro de 1812, ele comprou o

⁴⁵² O volango era uma enseada tranqüila entre dois pequenos, morros cobertos de mata, os outeiros da Saúde e o do Livramento. Era um recanto esquecido da cidade do Rio de Janeiro, com uma Capela entre amendoeiras e coqueiros, onde o marquês do Lavradio mandou assentar o mercado de escravos. Armazéns em linha beirando a praia, cada um com sua porta aberta e no interior os escravos passados pela alfândega que ali eram depositados até serem vendidos aos mercadores escravistas (BARBOSA, 1940, p. 10).

⁴⁵³ Alguns negócios eram realizados por leilão para pagamento de dívidas ou por morte do escravista.

escravo crioulo Manoel por 140\$800 réis e o vendeu no mesmo dia por 172\$800 réis. Mesmo pagando a meia siza de 8\$640 réis à câmara ficou com um lucro de 24\$160 réis.⁴⁵⁴

Em 13 de setembro de 1809, o tesoureiro da câmara, o capitão Manoel da Cunha Bitancurt (sic) recebeu a “meia siza” de 7 mil e 400 réis de Manoel da Rosa Freitas pela venda do escravo crioulo Leandro por 40 mil e 800 réis à José Antônio Pereira Franco.⁴⁵⁵ Esse foi o primeiro registro que encontrei, entre esta data e 6 de março de 1813, com registro de “negócios” pelo pagamento de meia sisas à câmara, envolvendo 237 escravos.⁴⁵⁶ Essa era a parte formal do comércio de escravos na cidade, porém, pode ter sido bem maior, visto que era comum, escravistas, em todas as épocas, tentarem contrabandear e comercializar escravos ilegalmente ou ocultá-los para fugir de registros e cobrança de impostos. Nessa época, assim como nos postos de governo da província de Santa Catarina, havia muitos militares no comércio de escravos, entre os 65 registros mais antigos que encontrei, 18 envolviam compra ou venda de escravos por militares. Somente em 1809, o capitão José Pereira da Cunha vendera um escravo ao alferes Caetano José da Costa e outro a Antônio Joaquim de Souza; o capitão Manoel Francisco da Costa comprara um escravo de Raimundo da Silva e o sargento mor Francisco Borges de Castro comprara um escravo de uma mulher de nome Anna Maria. Alguns negócios aconteciam apenas entre os militares, em 1810 o alferes Leandro vendeu um escravo ao capitão João Antônio da Costa, tempo depois o tenente Anacleto Jose Pereira e o capitão Jacinto Jorge dos Anjos também negociaram escravos.⁴⁵⁷

Durante todo o século XIX foi constante o comércio de escravos entre navegadores e comerciantes de Desterro.

⁴⁵⁴ Receitas das sisas dos escravos 1809 – 1813. Códice 29, página 50. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁴⁵⁵ Receitas das sisas dos escravos 1809 – 1813. Códice 29, página 1. *Ibidem*.

⁴⁵⁶ Excluí alguns registros de escravos desse total por aparecerem repetidos nome e origem do escravo. Como os escravos eram citados com apenas um nome e a origem era comum a muitos escravos, é possível que alguns casos tratasse de escravos diferentes mesmo assim resolvi excluir do total.

⁴⁵⁷ Receitas das sisas dos escravos 1809 – 1813. Códice 29. *Ibidem*.

*“Quem tiver para vender um casal de escravos, dirija-se a rua do Príncipe no armazém de molhados n. 35 que achara com quem tratar”.*⁴⁵⁸

Garbosos, falidos e endividados senhores ofereciam os préstimos de suas “negras e negros” indicando que os procurassem para tratar em suas lojas, armazéns, ou nas casas de navegadores e comerciantes que faziam o serviço de mercadores de escravos. Tipógrafos, que publicavam os anúncios desse comércio, tinham as tipografias como entreposto de compra, venda e aluguel de escravos.

*“Nesta typografia se dirá a pessoa que precisa de uma escrava de bons costumes que saiba lavar, engomar e tratar dos arranjos de uma casa de família, e cuidar de crianças”.*⁴⁵⁹

Liberais procuradores de senhores escravistas os representavam nesse comércio. Caetano Araújo era um desses com autorização para vender um escravo de meia idade oferecido como bom cozinheiro, próprio para bordo de alguma embarcação.⁴⁶⁰

Anúncios em jornais, ofereciam compra, venda, troca e aluguel de escravo, que também eram usados para empenho e hipoteca – legalmente, um escravo era como um bem qualquer. A posse de um escravo servia como uma reserva de dinheiro, um patrimônio, que podia ser vendido para suprir uma necessidade inesperada. *“Vende-se uma preta, boa quitandeira, pelo módico preço de 35\$000 rs, por seu senhor retirar-se”.*⁴⁶¹ O trabalho escravo era comum em Desterro, mesmo pessoas que não tinham condições de comprar escravos ou não precisavam de seu trabalho constantemente os alugavam. Aluguéis variavam por dias de trabalho como pagamento, para trabalhos permanentes ou por períodos.

*“Precisa-se de uma escrava que saiba lavar, cozinhar e engomar por todo o mez de Abril, quem o tiver dirija-se a rua do Príncipe n. 112 que achara com quem tratar”.*⁴⁶²

⁴⁵⁸ O Argos, de 3 de outubro de 1856, número 78 (BPESC).

⁴⁵⁹ O Argos, 27 de março de 1857, número 127 (BPESC).

⁴⁶⁰ O Argos, 13 de março de 1857, número 123 (BPESC).

⁴⁶¹ O Novo Íris, 15 de outubro de 1850, número 62 (BPESC).

⁴⁶² O Argos, 24 de março de 1857, número 126 (BPESC).

Mesmo com as ratificações brasileiras de 1931 e 1950 da convenção internacional contra o comércio escravo de 1826, o tráfico escravo no Brasil continuava a lidar com uma população de escravos traficados na casa de milhão. Segundo Renato Barbosa (1940, p. 20) de 1831 a 1865 foi traficado para o Brasil aproximadamente um milhão de africanos.

“Mônica orçava pelos cinquenta anos; era gorda, sadia e muito asseada; tetas grandes e descaídas dentro do cabeção (...) Desde que amamentara Ana Rosa, dedicara-lhe um amor maternalmente extremo, uma dedicação desinteressada e passiva. Ia lá fora sempre o seu ídolo, o seu único querer bem, porque os próprios filhos esses lhos arrancaram e venderam para o Sul. (...) Uma mulatinha escrava gritava que nem doida, lá no fim da rampa, com os pés na água, agitando os braços, soluçando, porque lhe levavam a irmã mais velha, vendida para o Rio (...) O empregado da polícia externa do porto voltou da sua visita ao navio. Só os exportadores de escravos permaneciam encostados ao portão do cais, para ver a última bafurada do monstro a que confiavam um bom carregamento de negros.” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

Com a proibição do tráfico em 1850, as dificuldades para compra de escravos da África aumentaram - Desterro não estava nas rotas do tráfico direto, eram trazidos de outras províncias. Os escravos da cidade eram vendidos e revendidos num comércio que tinha o valor dos cativos aumentado pelas maiores dificuldades do tráfico.⁴⁶³

Em 1850, a escrava Maria foi oferecida em anúncio por Gregório da Soledade Pontes que a comprara da viúva do falecido Joaquim Francisco Cardoso.⁴⁶⁴ Já a escrava de dona Guilhermina, a crioula Januária, foi vendida para o Rio de Janeiro – pertenceu a Irmandade do Rosário de Desterro até 1847 - o mesmo destino de Sevirina, que integrou a Irmandade entre 1839 e

⁴⁶³ A primeira lei de proibição do tráfego escravo no Brasil foi a de 7 de novembro de 1831, que segundo Feijó Bittencourt (1938), foi uma contrapartida exigida pela Inglaterra ao reconhecimento de independência política do Brasil, após uma convenção internacional de 1826, em que o comércio de escravos com a África passou a ser considerado pirataria. Na Inglaterra, que movia sua economia pela mão-de-obra proletária, mantinha uma política contra a escravidão diminuindo a concorrência comercial de países com mão-de-obra ainda mais barata. Porém, o tráfico se estabeleceu, a Inglaterra caçava os navios até as costas brasileiras e fazia julgamentos das tripulações nos tribunais de Serra Leoa, (na época colônia inglesa na África). A lei de 1951, da proibição do tráfico, só ratificava e tentava aplicar a de 1931. O tráfico de escravos perdurou enquanto foi rentável, mas a partir da década de 1850 foi cada vez mais restrito.

⁴⁶⁴ O Novo Íris, 19 de julho de 1850, número 38 (BPESC).

1840, escrava de Estanislau Antonio da Conceição; Manoel, escravo de Alexandre Ignácio da Silva foi, também, para o Rio de Janeiro em 1855. A escrava Maria da Conceição, que servia a Maria Joaquina da Luz, foi para Laguna – integrou a Irmandade do Rosário em 1875.⁴⁶⁵

Navegadores traziam escravos de outros portos que eram levados aos comerciantes que utilizavam suas lojas como ponto de comércio escravista. Na Rua do Príncipe número 4, em 1850, um escravo de nação Mina foi anunciado em jornal como *“muito reforçado, próprio para a roça”*. O anúncio era assinado por uma grande casa de negócios, a *“Silva & Bastos”*.⁴⁶⁶ Essa casa comercializava chá, artigos de botica e molhados, o endereço era parte de um depósito que ia do número 4 ao 6 na principal rua do comércio - a do Príncipe.

Dos anúncios do comércio de escravos publicados no jornal “O Argos” entre as edições 3 a 184 de janeiro de 1856 e setembro de 1857, dos 60 anúncios de escravos, 34 indicavam o endereço e destes 10 eram na Rua do Príncipe que era a principal rua comercial de Desterro – Muitos escravistas colocavam nos anúncios apenas seu nome sem indicar o endereço da transação, um sinal de que eram conhecidos na cidade, em geral eram comerciantes e donos na navegação.⁴⁶⁷ Tipógrafos, que além de publicarem os anúncios, também intermediavam os negócios, as tipografias eram pontos de ligação entre anunciates que não se declaravam e interessados.

“Vende-se um crioulo de 3 annos e meio de idade, quem o pretender dirija-se a esta typographia, que se dirá com quem deve tratar”.⁴⁶⁸

Escravos eram vendidos com mobílias, animais, ou propriedades, faziam parte de heranças, eram usados para pagar dívidas, para fazer poupança ou alugados para garantir uma renda a seus “donos”. O preço de um escravo podia variar conforme idade, origem, “robustez”, resistência a doenças, escravos com cicatrizes de varíola eram valorizados por ser uma garantia de que tinham resistência a essa doença que dizimava e colocava em risco o

⁴⁶⁵ Registro de Irmãos. Florianópolis, 31 de janeiro de 2007 (IBNSRSB).

⁴⁶⁶ O Novo Íris, 9 de agosto de 1850, número 43 (BPESC).

⁴⁶⁷ No jornal “O Argos”, do período entre 25 de janeiro de 1856 e 12 de setembro de 1857, encontrei 60 anúncios sobre escravos. O número não é preciso em relação ao período considerado, pois alguns jornais não tinham mais a página dos anúncios, além de faltar algumas edições.

⁴⁶⁸ O Argos, 12 de setembro de 1857, número 184 (BPESC).

investimento. Em 1856, o juiz de órfãos publicou um requerimento de Silveira Ferras Pinto de Sá para reduzir o preço dos escravos que faziam parte do inventário do então falecido José Martins Vieira, o escravo João a venda por 100\$000 réis e o “crioulo” Manoel por 800\$000 reis.⁴⁶⁹

*“Vende-se uma morada de casas no caminho do estreito, fazendo frente ao mar, com 3 janelas e terreno ao caminho. Recebe-se em transação uma escrava que seja moça e sadia para tratar com Jose Felliciano Alves de Brito”.*⁴⁷⁰

Os anúncios de escravos oferecidos à venda destacavam suas qualidades físicas e de comportamento e por estratégia ressaltavam que o negócio só fazia-se por “precisão”.

*“Vende-se um moleque próprio para todo o serviço, e com principio de cozinheiro, sem vício algum nem moléstia; quem o quiser comprar dirija-se a esta typographia para saber com quem deve tratar. Afirma-se que não há outro motivo para a venda se não a precisão”.*⁴⁷¹

O trabalho escravo estava disseminado por toda a sociedade urbana comercial: escravos eram comprados para trabalhar nos navios; nos armazéns; nas casas de comércio; nas “casas de família”; em hotéis e estalagens. Havia a compra de escravos por instituições. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário os comprava, em geral para libertá-los, porém alguns permaneciam trabalhando para a Irmandade, que até vendeu alguns para utilizar os réis na construção e reforma da Igreja.⁴⁷² O Hospital de Caridade tinha escravos doados ou libertos que se doavam ao Caridade que os tratava, e os mantinha para os préstimos que carecia e por não terem outra forma de sobreviver. Em julho de 1857, o Liceo tentava alugar o trabalho de um homem livre ou escravo.⁴⁷³

⁴⁶⁹ O Argos, 24 de junho de 1856, número 50 (BPESC).

⁴⁷⁰ O Argos, 20 de maio de 1856, número 40 (BPESC).

⁴⁷¹ O Novo Íris, 20 de agosto de 1850, número 46 (BPESC).

⁴⁷² Segundo Sara Souza, em 1824, o coadjutor Francisco da Silveira, deu licença ao sargento-mor Francisco Luiz do Livramento para vender dois escravos da Irmandade para terminar a obra do adro, torre e outras coisas da Igreja e não teriam sido aqueles os únicos a serem vendidos em benefício da Igreja (1980, p. 157).

⁴⁷³ O Argos, 21 julho de 1857, número 162 (BPESC).

Escravas que tinham filhos de brancos - escravas também para o sexo, ainda adolescentes - por ciúmes de suas senhoras, quando desconfiavam ou descobriam, colocavam as escravas à venda para livrarem-se de netos e filhos indesejados de seus filhos ou maridos. Era comum o anúncio da venda de escravas com filhos mestiços, como a escrava doméstica de Domingos de Lima, anunciada com seu “filhinho crioulo”.⁴⁷⁴ A escravista Maria Luiza do Livramento que em setembro de 1856, anunciava comprar escravos de 10 a 12 anos, meses depois em 1857, colocava a venda uma escrava que dera luz aos 14 anos. *“Vende-se uma escrava crioula de 18 annos de idade com uma filha de 4 annos sabendo o serviço trivial de uma casa de família: he de boa índole, humilde...”*⁴⁷⁵

Possivelmente, os filhos dessas escravas eram alguns dos enjeitados abandonados na porta das casas ou na roda dos expostos do Hospital de Caridade. Crianças abandonadas pelas “senhoras” que não queriam um bastardo sob seu teto ou mesmo por alguma escrava que não quisesse ser vendida ou ter seu filho arrancado sem saber seu fim.

As escravas domésticas faziam todo o serviço das casas, lavavam, engomavam e cozinhavam. Quando não serviam mais, por estarem velhas, com filhos indesejados pelos senhores, por tentarem fugir ou por que seu senhor estivesse endividado e precisasse saldar dívidas, além do que seus escravos poderiam conseguir no tempo corrente do prego, eram anunciadas a venda.

Os atributos de escravas e escravos novos, ainda crianças, ou moças eram destacados. Os relatos, notas e anúncios mostram que os escravos eram batizados com apenas um nome. Em fugas, suas marcas e cicatrizes serviam para descrevê-los. Nos anúncios de venda de escravos, ignorava-se a idade exata destes, uma informação desnecessária quando se tentava vender um cativo atribuindo-lhe menos idade. O valor de um escravo diminuía conforme aumentava a idade. A preferência, dos que compravam, era por escravos novos. Nos casos dos anúncios de fuga, a idade do escravo aparecia precisa para facilitar sua identificação pelos que pretendiam conseguir as recompensas das apreensões – detalhes do negócio. O anúncio publicado por João de

⁴⁷⁴ O Argos, 22 janeiro de 1856, ano I, número 7 (BPESC).

⁴⁷⁵ O Argos, 9 de janeiro de 1857, número 105 (BPESC).

Souza Ribeiro que comprava escravos em seu armazém na Rua do Príncipe, resumia boa parte do interesse dos “senhores” pelo trabalho escravo em Desterro em 1857: escravos novos; com ofícios; marinheiros e dos lugares e interesses desse comércio: feito nos armazéns; depósitos; lojas nas ruas comerciais, principalmente a Rua do Príncipe, por proprietários da navegação e comércio.

“Compram-se escravos de ambos os sexos, preferindo-se serem moços, com officio ou mesmo marinheiros, para tratar na rua do Príncipe...” ⁴⁷⁶

O governo da província arrecadou com o mercado de escravos até a abolição. Entre as doze primeiras taxas e impostos das rendas do governo havia a “taxa de escravos e o imposto por venda de escravos”. Mesmo nos últimos anos do escravismo, entre 1886 e 1887, o governo arrecadou 3:120\$000 do imposto e 8:700\$680 da taxa o que representou, no último ano do período escravista, 7,5% da arrecadação total da província. ⁴⁷⁷ A partir da década de 1870, o número de escravos em Desterro e em toda a província havia sido reduzido consideravelmente, é provável que essa fonte de renda do governo fosse muito importante no auge da escravidão.

Escravos eram vendidos por tentarem fugir ou por se envolverem em “richas”, era o caso de um escravo de ofício de Florianano José Villela que o vendia com a condição de seguir comprado para viver fora da província ou da comarca por motivo de “richas com seus parceiros”. ⁴⁷⁸

⁴⁷⁶ O Argos, 6 de janeiro de 1857, número 104 (BPESC).

⁴⁷⁷ Relatório do governo de 11 de outubro de 1887, página 36. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴⁷⁸ O Argos, 01 de fevereiro de 1856, número 10 (BPESC).



Anúncio de venda de escravo.
O Argos, 19 de fevereiro de
1854, ano 1, número 15, página
4. Biblioteca Pública do Estado
de Santa Catarina

Para os comerciantes que tentavam enriquecer os problemas de dívidas dos fregueses e fugas de escravos eram sérios prejuízos. Era o caso de Joaquim Fernandes Capela comerciante na Rua do Príncipe. Na noite entre 13 e 14 de fevereiro de 1856, fugiu-lhe o escravo Cláudio “de estatura regular, barba mesclada de branco e mal encarado”. Capela publicou anúncio de recompensa. Em abril daquele ano publicava novo anúncio cobrando e ameaçando publicar em jornal os nomes daqueles que lhe deviam.⁴⁷⁹ Cláudio foi pego, mas em 23 de junho fugira novamente e Capela publicara novo anúncio. Até 17 de julho, data de outro anúncio, Cláudio ainda estava “fugido”. Cláudio já fizera parte do comércio escravo, havia sido comprado de Adriano Francisco Furtado, morador das Tijuquinhas.⁴⁸⁰ Anúncios de escravos fugidos revelam que muitos tinham sido vendidos a novos donos. A imposição de uma nova condição, geralmente pior quando se tratava de um escravo que vivia no campo e era vendido a um “senhor” da cidade, os levava a fugir.

Os sobrados do comércio no lugar das casinhas

A classe abastada da cidade foi formada a partir da navegação e o comércio. A condição de riqueza dos primeiros integrantes dessa classe deu fim ao período de maior pobreza que se acentuou a partir da invasão espanhola da Ilha em 1777 e o desleixo da coroa com a classe militar estacionada na Ilha. Era a classe militar que fomentava parte do comércio da

⁴⁷⁹ O Argos, 15 de fevereiro e de 4 de abril de 1856, números 20 e 27 (BPESC).

⁴⁸⁰ O Argos, 27 de junho de 1856, número 51 (BPESC).

vila e da Ilha. O controle que a coroa portuguesa fazia do comércio do Porto de Desterro, como a proibição de comércio direto com outras nações é um dos temas pouco estudados desse período de maior pobreza pelo qual passou o povo da vila no final do século XVIII. Período que Cabral se refere como o de “espantosa crise” e que para ele perdurou até a independência.⁴⁸¹

Essa classe abastada que foi se formando a partir do aumento da navegação, passou a movimentar cada vez mais o Porto e o comércio, passou a dar importância às questões urbanas como o abastecimento de água, as condições de salubridade da cidade e a fomentar novos parâmetros arquitetônicos e estéticos para a cidade, e morais para o comportamento do povo, que tiveram repercussões diretas sobre a ordem social e a organização do espaço da cidade. Os efeitos do aumento do comércio e do aumento da população por escravos comprados para trabalhar na cidade, migrantes estrangeiros e de outras províncias que chegavam pelo Porto, elevaram a vila a cidade em 1823, muito mais por isso do que pela carta de lei do imperador assinada logo depois da independência. Para Cabral, foi por volta da independência que iniciou o movimento de ascensão de uma classe de abastados.⁴⁸²

*“Com efeito as fortunas começaram a aparecer e a aumentar, as atividades comerciais a tomar um impulso maior, a vida marítima a emprestar à região um ritmo mais intenso de progresso, as preocupações políticas e administrativas, centralizadas na já cidade, que viria ser a Capital da Província, a dar-lhe uma importância maior, de maneira que tudo isso teria fatalmente de se refletir no seu desenvolvimento urbano, com a melhoria da sua feição, com um maior apuro na sua apresentação.”*⁴⁸³

Um símbolo dessas mudanças urbanas, da expansão do comércio e da ascensão de uma classe abastada era o sobrado. Os sobrados começam a fazer parte da paisagem da cidade e a serem multiplicados a partir dessa época. Segundo Cabral, Desterro com seu Porto mais freqüentado e a cidade mais conhecida, começou a atrair artistas e mestres de obras.⁴⁸⁴ Esses artífices eram empregados nas novas construções dos sobrados.

⁴⁸¹ Cabral, em: *Douro Litoral*, página 21.

⁴⁸² *Ibidem.*

⁴⁸³ *Ibidem.*

⁴⁸⁴ *Ibidem.*

*“E o sobrado apareceu – índice, sem dúvida, aqui como em toda a parte, da melhoria econômica dos moradores (...) A casa crescia aqui como alhures, na razão do pé-de-meia. Foi o sinal da abundância, uma espécie de automóvel de luxo dos nossos dias, e foi também sinal de bom gosto, de grãfiníssimo, como se diria hoje, de quem a fazia levantar”.*⁴⁸⁵

São dessa época as primeiras resoluções da câmara da cidade, mais exigentes sobre padrões de construção e embelezamento a serem seguidos.

Ao longo do século XIX, casas simples de porta e janelas da gente comum da cidade foram sendo substituídas por sobrados de oficiais militares, altos funcionários do estado e, principalmente, dos navegadores, armadores e comerciantes. As casinhas vendidas para enxer área a construção de novos sobrados eram habitadas por pessoas pobres, parte vivia em aluguel. Alguns proprietários as vendiam para pagar dívidas, para dividir herança, por não terem como conservá-las ou pelos ganhos na venda para quem pretendia construir sobrados na cidade. Era o que anunciava José da Lapa e Souza Coentro em julho de 1857 no jornal “O Argos”.

*“Vende-se pela avalloação na rua Augusta uma morada de casas arruinadas: com quatro portas para a mesma rua com fundos ao mar; e paredões úteis para levantar sobrado nos fundos”.*⁴⁸⁶

Algumas casas os moradores não podiam conservar, outras foram vendidas por pouco dinheiro, em geral a comerciantes, que ambicionavam incluir mais uma parcela de terreno a sua propriedade. Muitas chegariam a quadras inteiras, enquanto o morador mudava-se para um cortiço qualquer do Beco do Quartel ou da Rua do Segredo.

Os sobrados concentravam-se em torno da Praça da Matriz e ao longo do porto nas quadras entre a Rua do Comércio e do Senado até a Rua da Carioca, onde começava o bairro da Figueira. Ao Sul da Praça nas quadras entre a Rua Augusta e a da Cadeia até Fonte Grande. Entre essas, a maioria dos sobrados era concentrada na Rua do Comércio, segundo Cabral, em 1876 era a rua com maior número de edificações: 197, com 31 sobrados.⁴⁸⁷

⁴⁸⁵ *Ibidem*, página 21 e 22.

⁴⁸⁶ O Argos, 25 de julho de 1857, número 164 (BPESC).

⁴⁸⁷ Cabral, em: *Douro Litoral*, página 23.

A Rua Augusta era a rua dos armadores das casas do comércio de ferragens, de artigos náuticos e de representantes de produtos importados. A rua do príncipe era do comércio varejista.⁴⁸⁸ A área da Praça era dominada por sobrados utilizados pelos governos: geral; provincial e municipal. A partir desse núcleo os sobrados foram sendo construídos em outras ruas, num aumento lento, mas contínuo, que do crescimento da cidade representava principalmente o do comércio. Assim, parte das antigas casinhas de posse de viúvas, velhos, herdeiros, ou de casais descendentes dos povoadores de mais de um século de construção da cidade foram dando lugar ao comércio. Permaneceram as casinhas da Figueira da Toca, do Cidade Nova, da Fonte Grande próximo do Campo do Manejo e da Pedreira, da Tronqueira e na Praia do Menino Deus, muitas transformadas em cortiços onde iam morar aqueles que saíam das casinhas próximas do Porto que davam lugar aos sobrados.

Assim, a partir de meados do século XIX, as casinhas passaram a ter valor conforme a localização - como demonstramos no segundo capítulo sobre as áreas mais pobres da cidade. As localizadas na área do comércio ou em frente ao porto passaram a ter maior valor. Porém o extremo Sul do Porto, além da Fonte Grande, onde ficava o Campo de Manejo das tropas, próxima a Praia do Menino Deus que era a Praia dos despejos de esgotos e excrementos permaneceu apenas com as casinhas.

Mais comércio, mais sobrados

Por não estar integrada ao comércio brasileiro das monoculturas de exportação, nos portos de Santa Catarina não circulavam riquezas como as dos portos do Rio de Janeiro e Salvador. O clima e as contendas com a Espanha pela posse das terras meridionais desfavoreciam as monoculturas tropicais de exportação. Desterro desenvolveu seu comércio voltado para o mercado dos portos Atlânticos. A atividade do porto dominava a cidade.

Segundo Hübener (1981), durante o século XVIII, o crescimento das cidades litorâneas, implicava uma população de militares, como os que faziam a defesa da Ilha nas Fortalezas, sacerdotes, funcionários, artesãos, empregados e comerciantes, cujo consumo, fomentou a abertura de casas

⁴⁸⁸ *Ibidem*, página 24.

comerciais. Cabral afirmava que a navegação foi o principal fator de progresso da cidade e de estímulo ao comércio. Donos de barcos para o transporte de produtos entre Desterro e outras cidades do litoral da província e do país ganharam dinheiro durante o século XIX, compraram novas embarcações e tornaram-se comerciantes (1979, p. 389 e 392). Estes comerciantes adquiriram terras, compraram escravos e as casas de pessoas mais pobres próximas do Porto. No início do século XIX, sua presença já era forte, já ocupavam cargos na administração da cidade e da província - proprietários de embarcações do comércio de pequena cabotagem no litoral e comerciantes.

A cidade comunicava-se pelo porto, e as relações principais eram com o Rio de Janeiro. A área comercial cresceu próximo do Porto e da Alfândega. A Rua do Príncipe, atual Conselheiro Mafra, passou a localizar o comércio varejista, com seus “armazéns”, lojas de fazenda e as de secos e molhados. Na Rua Augusta e Largo do Palácio foram se concentrando as casas de comércio atacadista, representantes de produtos importados e exportados.⁴⁸⁹

Eram os comerciantes atacadistas que realizavam a maioria das relações com outras cidades, províncias e países. Eram os principais agentes da economia urbana - não havia o industrial, apenas oleiros, donos de curtumes, alambiques e engenhos, pequenas manufaturas de sabão, pequenos estaleiros e artesãos. Os comerciantes vendiam produtos importados e realizavam o papel de bancos.

Milton Santos caracterizou um comércio socialmente amplo nas cidades coloniais. Não havia a separação entre um comércio especializado e integrado e um pequeno comércio. “O bazar servia tanto as classes abastadas quanto aos pobres, havia de tudo em suas prateleiras. As disparidades de renda eram menores, eram cidades de funcionários, comerciantes, lugar de residência dos proprietários de terra. Quanto aos empregados domésticos e outros subempregados tinham participação mínima no consumo e fomentavam a atividade artesanal” (2004, p. 78 e 79). Esse comércio não dividido refletia uma cidade onde as classes viviam no mesmo espaço. Os pobres viviam próximo

⁴⁸⁹ Hübener (1981) destaca, que condições impostas por medidas político-administrativas desde o período colonial, dificultaram um desempenho normal das atividades comerciais, como embargo de gêneros alimentícios para suprimento das tropas militares, fragilidade fiscal que incentivava o contrabando e dependência de comerciantes do Rio de Janeiro.

ao porto, por toda cidade e com eles os comerciantes lucravam, vendiam a água ardente, o vinho inferior, um pedaço de fazenda, o feijão e a farinha.

Com os comerciantes incorporando a mão-de-obra escrava, se acentuaram as diferenças entre a população. Gilberto Freyre (1963) descreve o processo. “À medida que os comerciantes passavam a ter mais lucro com o crescimento das demandas e da navegação, passaram a comprar casas térreas e escravos. Estes escravos contribuíram não só com o trabalho na parte de cima do sobrado, casa do comerciante, mas também no seu comércio. Com a exploração do trabalho escravo e sua incorporação ao lucro das trocas, houve crescimento do comércio fomentando a formação da classe poderosa”.

Muller (2002, p. 78) escreveu em sua tese que algumas famílias com melhores condições de vida, que moravam nas chácaras dos arrabaldes da Praia de Fora e Mato Grosso, com o crescimento do comércio e do porto passaram a se fixar no centro, construindo sobrados onde tinham seus negócios. Defendo uma posição contrária a essa. Pode ter havido esse movimento de algumas famílias da área das chácaras da Praia de Fora, do Mato Grosso, indo para o centro. Mas a formação dessas áreas ocorreu a partir do centro. Navegadores e comerciantes que passaram a acumular algum dinheiro que já tinham seus sobrados passaram a comprar áreas na Praia de Fora, Mato Grosso, São Luiz, Pedra Grande. Utilizavam as chácaras principalmente no verão para fugir dos problemas sanitários do centro que aumentavam com a falta e contaminação de água das fontes e despejos nos córregos. Em resumo, os primeiros ricos são anteriores às chácaras em torno da cidade, porque cresceram da navegação e do comércio próximo do Porto.

Na segunda metade do século XIX, ficam cada vez mais marcadas na cidade as transformações empreendidas pelo poder dos comerciantes. Em 1857, a “comissão diretora” de uma “companhia empreendedora” vendia terrenos de nove braças de frente, por dezoito e meia de fundo que comprara na Rua do Governador em frente à casa do comendador João Francisco de Souza Coutinho. A companhia comprara o terreno originalmente para a construção do “Novo Teatro”. Quem tratava da venda dos lotes era Manoel Alves Martins na Rua da Paz e Antônio Justino Esteves publicava a venda.⁴⁹⁰

⁴⁹⁰ O Argos, 23 de julho de 1857, número 163 (BPESC).

Tabela 29. Edificações em Desterro, século XIX:

ano	quantidade	tipo
1832	852	Fogos (residência)
1866	1.350	edificações
1871	1.542	edificações
	151	sobrados
	31	assobradados
1876	1.775	edificações
	1.622	casas térreas
	153	sobrados
	144	particulares

Fonte: Oswaldo Rodrigues Cabral, em *Douro Litoral*, páginas 22 e 23. ⁴⁹¹

Encontrei referências de 1873 no jornal O Conciliador e de 1876 da “Planta Topographica da Cidade”, que trazem números de edificações diferentes do apresentado por Cabral em relação ao número de sobrados. ⁴⁹²

Tabela 30. Prédios de Desterro (1873 e 1876):

ano	1873	1876
Total prédios	1.584	1.750
templos católicos *	7	8
loja maçônica	2	2
governo geral	5	13
governo provincial	10	5
governo municipal	-	2
sobrados	132	126
casas térreas	1.428	1.624

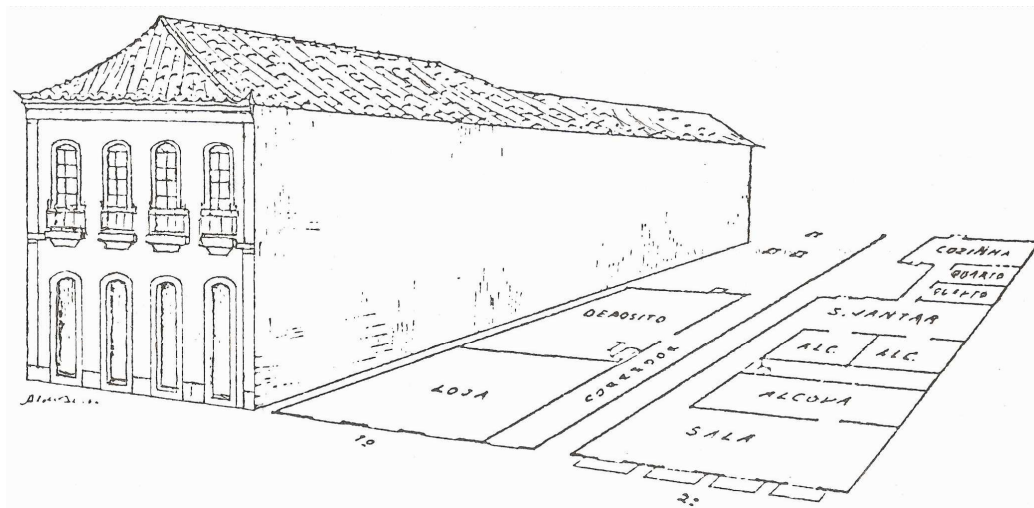
Fonte: Tabela organizada a partir dos dados de: “O Conciliador”, de 8 de maio de 1873, ano II, número 62. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina. “Planta Topographica da Cidade do Desterro”, 1876, Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

* em 1876 a Igreja de Nossa Senhora da Conceição estava em construção, segundo indicação na “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876. Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

⁴⁹¹ As fontes que Cabral utilizou foram: Volume de correspondência - Ofícios da Presidência de 17 de julho de 1886, do Arquivo da Prefeitura (atualmente Arquivo Histórico do Município de Florianópolis) e “O Cacique”, exemplar de 25 de março de 1871. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

⁴⁹² O jornal O Conciliador apresentou entre os dias 17 de abril e 8 de maio de 1873, estatísticas sobre a população do município, referentes ao recenseamento geral de 1872 e apresentou junto como “nota” os números referentes aos prédios em Desterro, mas não indicou se esses dados eram do ano do recenseamento ou de 1873. Por estarem juntos, acreditamos que devem ser referentes a 1872. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina. “Planta Topographica da Cidade do Desterro”, 1876. Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

Com comércio no térreo e a casa do proprietário no andar acima, os sobrados foram tomando as áreas do centro próximas ao porto. Os velhos casarios do povo foram dando lugar aos sobrados, assobradados e as casas mais amplas. No sobrado português, no térreo funcionava a loja comercial e o depósito nos fundos, em uma das laterais por uma das portas frontais se acessava a escada, também podia ser acessada pela parte interna da loja. O sobrado era morada da família, geralmente composto de uma sala ampla imediata às janelas frontais, as alcovas maiores ao centro tinham porta para esta sala, na parte de trás outra sala, a de jantar e nos fundos, junto da cozinha, os quartos dos caixeiros, agregados da loja e dos escravos.



Sobrado português do século XIX. Desenho de Aldo Beck (adaptado).

O sobrado demonstrava a prosperidade de seu dono, quanto mais abastado, mais vistoso era o sobrado. As fachadas ostentavam azulejos coloridos de Portugal, portas térreas pesadas de madeira de lei, as janelas e as portas das sacadas tinham vidros importados em caixilhos rendilhados em variados desenhos e gradis de ferro. Nas sacadas grades de ferro retorcido formando desenhos, centralizados quase sempre pelas iniciais do proprietário. As paredes internas do sobrado eram revestidas de papel colorido importados, em geral da Inglaterra. A mobília da sala, de jacarandá, também era importada, nas alcovas camas francesas, mesas marquesas e cômodas para as roupas e

oratórios, na sala de jantar além da mesa, um guarda louça alto e uma cadeira de balanço.⁴⁹³

No início do século XX, o centro da cidade já estava dominado pelo comércio. Virgílio Várzea escritor e romancista, em 1900, fez uma detalhada descrição da paisagem da Ilha. Segundo Várzea (1900, p. 35 e 36), as principais ruas comerciais eram: a Altino Correa (antiga Rua do Comércio); no porto da Praça XV à Figueira e do outro lado até o Forte Santa Bárbara (o cais Liberdade); a João Pinto, também ao longo do porto da Praça até o córrego da Fonte Grande; a Trajano e a República.

Os comerciantes que construíam seus sobrados no centro abriam seu comércio no térreo e utilizavam escravos para os serviços domésticos e do seu comércio. Maria Luiza do Livramento com armazém de molhados na Rua do Príncipe com o Largo do Palácio comprava escravos em 1856, crioulos de 10 a 12 anos “sendo bonitos e sadios”.⁴⁹⁴

Somente a partir da segunda metade do século XIX, o comércio passou a se desenvolver de forma expressiva. Até então, como apontam os estudos de Hübener, o desenvolvimento comercial foi marcado por oscilações, períodos de estagnação e um crescimento lento em função de que a produção e comércio eram praticamente a de produtos para o mercado interno da colônia.

O lento desenvolvimento do comércio durante o século XIX, também imprimiu um lento crescimento da elite econômica urbana. Como está nas tabelas 29 e 30, na década de 1870 o número de sobrados na cidade era de cerca de 150. O que também demonstra um comércio concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população. Assim a cidade não apresentava durante o século XIX, uma classe ampla que demandasse as transformações urbanas que já vinham ocorrendo no Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século. As transformações eram as “modernizações urbanas”, implantação de serviços e infra-estruturas, reconstrução da cidade colonial portuguesa por uma nova influenciada pelas transformações que vinham ocorrendo na França. Uma cidade para a classe burguesa e que excluía os

⁴⁹³ Cabral, em *Douro Litoral*, página 25 a 31. Segundo Cabral alguns sobrados apresentavam caixilhos ornamentais que indicavam a profissão do proprietário.

⁴⁹⁴ Era possível que a preferência por escravos crioulos e novos, nesse caso, para trabalho na loja de comércio, por já falarem a língua e serem mais baratos que adultos. O Argos, 23 de setembro de 1856, número 75 (BPESC).

pobres e seus cortiços. Realizar essas obras em Desterro antes da década de 1870 seria transformar a cidade para os pobres.

Esse contexto de mudança urbana só passou a existir em Desterro depois que se formou uma burguesia comercial urbana. Isso ocorreu principalmente a partir das duas últimas décadas do século XIX. Nessa época a cidade uniria ao século de comércio e construção da cidade portuguesa o comércio desenvolvido pelos imigrantes europeus.

À década de 1860, há um impulso à formação da elite comercial. Segundo Hübener, apesar de um período de oscilações, foi o de maior prosperidade comercial até então em Desterro. Entre os motivos: a demanda por alimentos em virtude da guerra do Paraguai, de secas no Nordeste, de epidemias em outras províncias. O comércio principal era o de cabotagem com o Rio de Janeiro. Segundo Hübener (1981, p. 96), o comércio e a economia da cidade começaram a se modificar na década de 1880 quando a produção das colônias de migrantes passou a ter maior importância nas exportações de alimentos e semi-manufaturados.

A partir da década de 1880, a classe comerciante ficou maior. Aos comerciantes de sobrenome de origem portuguesa somaram-se novos, de outras origens européia. Migrantes e descendentes de migrantes das colônias estabelecidas em Santa Catarina e de fluxos que vieram diretamente para Desterro estabeleceram e desenvolveram pequenas firmas comerciais. De atravessadoras, entre a produção das colônias e das cidades de Santa Catarina ao Rio de Janeiro, tornaram-se empresas maiores atuando no comércio de importação e exportação. As firmas comerciais tinham novos sobrenomes: Hoepcke; Wendhausen; Horn; Malburg; Vahl; Rangel; Fiorenzano; Cantizano entre outros. Alguns destes comerciantes estabeleceram novas relações comerciais e mais amplas. Compravam produtos na Europa, crescendo como empresas de importação e exportação, eram representantes de firmas estrangeiras e iniciaram um sistema financeiro local. Essas relações comerciais mais amplas somaram-se as já estabelecidas no comércio da costa entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Porém, somando novos produtos, incluindo a produção das colônias em Santa Catarina e trazendo produtos europeus.

Nessa época a navegação também foi transformada. Havia cada vez mais navios à vapor nas rotas. Os vapores cobriam rotas mais longas em menor tempo e não dependiam de ventos. Ao longo das duas últimas décadas do século XIX, o Porto de Desterro recebeu mais e maiores vapores ao lado dos bergatins, patachos, sumacas e outros antigos tipos de embarcações. Os vapores cobriam rotas permanentes de cabotagem que transportavam mercadorias e passageiros.

“Freitas chegou afinal e, como convinha à sua posição e à majestade do alto comércio, veio em colete e sem chapéu (...) Tratava-se de dinheiro e seu orgulho de homem do comércio, que sempre se julga rico ou às portas da riqueza, ficou um pouco ferido com a pergunta da amante” (Um e outro. Lima Barreto, 1913).



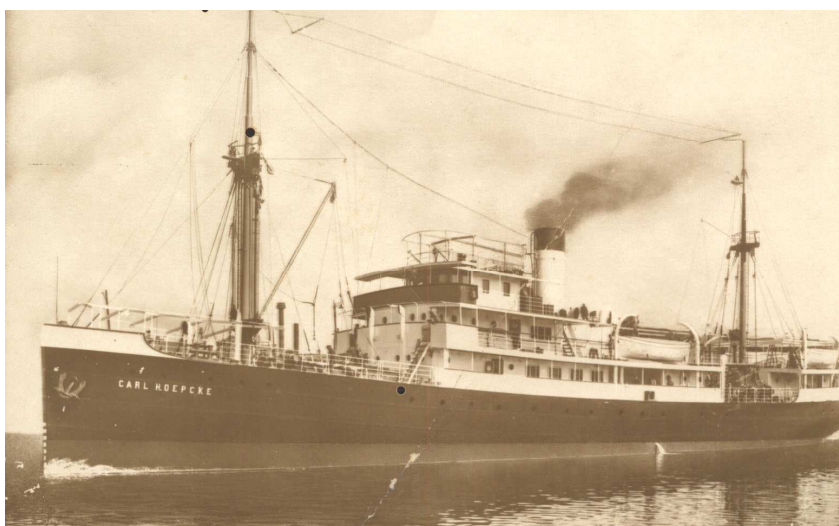
Vapor em frente ao Porto de Desterro, século XIX. Ao fundo o Morro do Antão. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



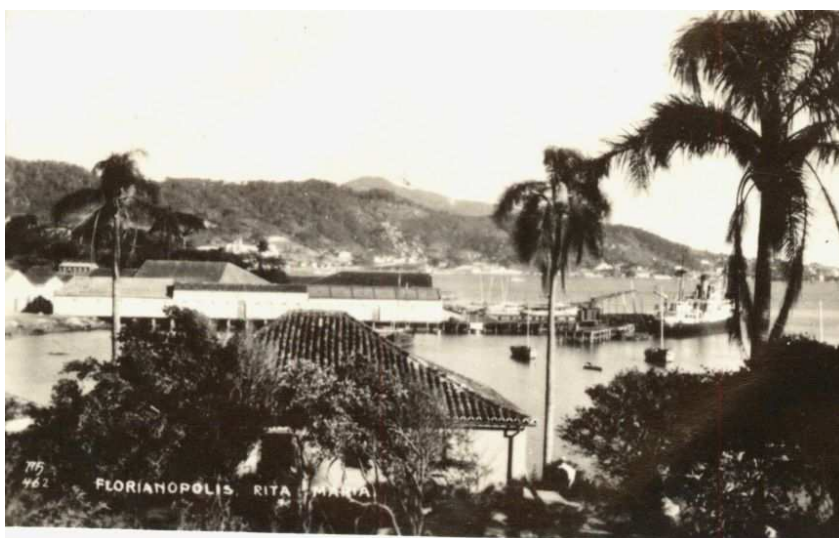
Embarcações à vela e vapores na Baía Sul, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



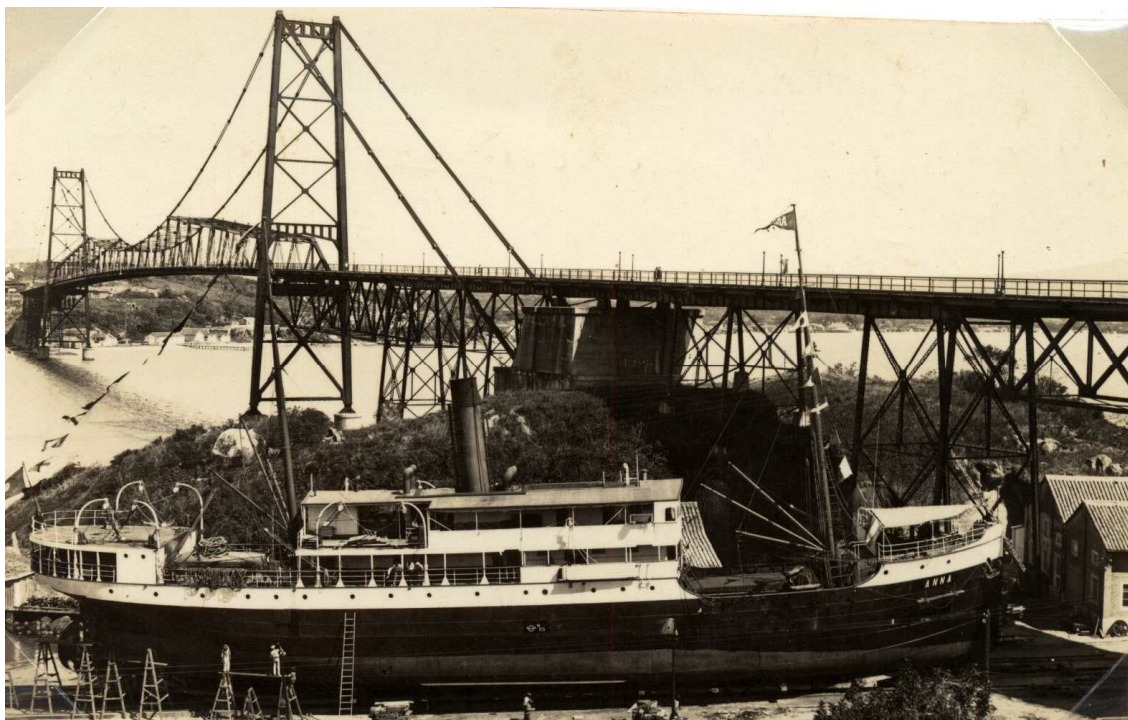
O Vapor Diamantino, no Porto de Desterro. Trapiche em frente à Rua do Livramento. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



O navio Carl Hoepcke. Começou a operar em 1927, rotas de cabotagem de Desterro. A Empresa Nacional de Navegação Hoepcke operava em Desterro desde 1895 (REIS, *et al*, 1999, p. 131 e 155). Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Cais Rita Maria, início do século XX. Utilizado pela empresa de navegação Hoepcke, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



O vapor Anna da empresa Hoepcke, no estaleiro Arataca, início do século XX. Trabalhadores desempregados se alistavam para a limpeza do casco dos navios que entravam no estaleiro. Segundo Reis (*et al*, 1999, p. 153) o Anna integrou a frota Hoepcke provavelmente a partir de 1909. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Esse crescimento do comércio gerou uma classe comerciante que passou a ser a principal elite urbana que imprimiria mudanças sociais e políticas que logo se refletiriam na cidade. A formação da elite comercial urbana fortaleceu as diferenças sociais que passariam a ser expressas no espaço urbano. Principalmente, a instalação de serviços e infra-estruturas urbanas que serviriam a elite comercial e a concentração da população pobre em áreas específicas, não mais por toda a cidade.

Ao longo do tempo em que o comércio tornava-se mais forte, e os comerciantes uma classe com mais poder e riqueza, uma população pobre crescia. Essa população era formada principalmente por escravos e libertos, migrantes pobres, que sobreviviam de serviços esporádicos, da vida nos barcos, como soldados, do comércio ambulante, da prostituição ou da mendicância.

Os comerciantes passaram a comprar as casas dos pobres nas ruas do centro de Nossa Senhora do Desterro. À medida que eram expulsos dos cortiços demolidos, das casas de aluguel vendidas ao comércio, ou fugindo das

posturas que condenavam suas casas ou das leis que impediam seu modo de vida, os pobres migraram para os bairros mais afastados do centro do comércio.

Esse crescimento econômico do comércio mudou a pobreza na antiga Desterro. A subsistência dos pobres perdia sua posição no espaço urbano tradicional, organizado para o trabalho e cotidiano que havia até então. Parte da população e de seu crescimento se integrava a expansão do comércio pela cidade e parte da população se deslocava com suas antigas formas de viver.

O poder da classe dos comerciantes que se formou da navegação e explorou o trabalho escravo, tomou também o poder político. Durante todo o século XVIII o poder político na cidade era desempenhado pelos militares. Na década de 1830, isso se modificou, a partir dessa época, havia uma classe de comerciantes que também passou a ocupar as posições de comando político na província e na cidade.⁴⁹⁵

Na República, essa classe aliada ao Estado, imprimiu uma série de mudanças sociais e uma transformação na cidade com implicações diretas sobre a condição de vida dos mais pobres. O poder político e de controle social dessa classe, que já conseguira limitar a mobilidade e permanência de mendigos e pobres na cidade durante as primeiras décadas do século XX, como veremos mais a frente nesse texto, chegou ao extremo de tentar formar uma força pública particular em 1909. Uma força noturna, que seria mantida pelos comerciantes que concorreriam pecuniariamente. Assim como pagavam para manter o asilo de mendicidade, que atendia, mas também isolava os mendigos, o que era de muito interesse para os comerciantes como veremos. Porém, a idéia encabeçada por Carlos Hoepcke, o maior comerciante de Florianópolis à época, de *“garantil-os dos assaltos dos amigos do alheio”* não vingou por falta de adesões.⁴⁹⁶

⁴⁹⁵ Como era comum em todas as províncias até aquela época, Cabral (1979, p. 318) apresenta uma relação de presidentes da província de Santa Catarina após a independência, que também eram comandantes das armas, que reuniam a chefia civil e militar do território, que termina na década de 1830. “A relação total é a seguinte: Coronel Aureliano de Souza Coutinho (1822-1824); Brigadeiro Francisco de Albuquerque Melo (1825); Coronel Fernando Teles da Silva (1827-1828); Marechal João Crisostomo Calado (1829); Brigadeiro Francisco José Soares de Andréa (1829); Brigadeiro Miguel Pereira de Araujo Barreto (1830)

⁴⁹⁶ “Trabalho inútil”. A Fé, 26 de julho de 1909, número 187 (BPESC).



Sobrados da Rua do Comércio, século XIX. Em frente ao cais onde foi construído o novo Mercado em 1896. Entre os sobrados algumas casinhas de porta e janela remanescentes. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Sobrados tomando a Rua do Comércio, século XIX. Mesmo local da foto anterior. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Grandes sobrados do comércio na Praça XV de Novembro, final do século XIX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Rua do Senado, século XIX. Casas térreas e sobrados antes do alargamento da rua. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Sobrados na esquina da Rua do Ouvidor com a Rua do Comércio, início do século XX. Arquitetura portuguesa. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Rua Augusta, final do século XIX. Sobrados em toda a extensão da rua. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Sobrados, Rua do Comércio, esquina com a Rua do Livramento, final do século XIX. Vista do Trapiche do Cais do Porto, à esquerda casinhas de porta e janela remanescentes. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Sobrados da Rua do Livramento, século XIX. Ao fundo, Igreja do Rosário. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Sobrados, depósitos e armazéns, Cais Liberdade, final do século XIX. No segundo sobrado da esquerda à direita funcionava o jornal República. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Capítulo VII

Mudanças nas relações e divisão social

O contexto da expulsão dos pobres

“- Meu caro senhor; é lei do mundo: os fortes devem vencer os fracos. Estamos condenados...”

O bacharel usava e abusava desse fácil darwinismo de segunda mão; era o seu sistema favorito, com o qual se dava ares de erudição superior” (“Miss” Edith e seu tio. Lima Barreto – 1914).

O desejo das pessoas que queriam modernizar a cidade, embelezá-la, higienizá-la, e construir nova arquitetura, de transformá-la, de acabar com os bairros pobres, de alargar os becos e demolir os cortiços e as casinhas, aumentou a divisão social que dividiria a cidade.

Nos círculos da elite de Florianópolis se articulavam os projetos modernizadores para a capital, as infra-estruturas, os serviços necessários para alcançar o patamar mínimo ditado por Paris e Rio de Janeiro, que eram difundidos pelos jornais, instrumento dos ideais modernizadores. A cidade com sua estrutura da arquitetura colonial, ligada à pesca e a subsistência, era uma realidade a ser transformada. Porém, o sonho urbano que a elite queria alcançar, não incluía os pobres. A preocupação de London em artigo no jornal Clarão em 1911, com os viajantes que passassem pelo Mercado, é expressão daqueles ideais.

“Encaminhando meu pensamento na direção do Mercado publico, deparo com a rua nos fundos do mesmo, onde estão collocadas as bancas de peixe e sou forçado a dizer sómente para mim (meu Deos! Que vergonha para nós quando o passageiro por acaso alli passe), para, ao verse a lamaceira que aquelle local conserva, estar condenado pelo progresso, á lama eterna!”⁴⁹⁷

Ao lançar a atenção para a Praça do Congresso, que estava sendo construída sobre antigos cortiços, descreve um pouco a elite.

“Penso que o publico freqüentador do theatro, não ficara desgostoso, nem gritara, quando ao saltar do bond ou como firmasse o pé sob o parallepípedo

⁴⁹⁷ London, Jardim Oliveira Bello. Jornal O Clarão, de 24 de setembro de 1911, número 6, p. 2 - número impresso como domingo, 20 de setembro, houve erro na impressão, aquele domingo foi: 24 de setembro (BPESC).

dizendo “por aqui passou o progresso como attestam estes parallepípidos, fazendo desaparecer a lama encommoda do barro vermelho, que tanto prejudicava nossos sapatinhos de veludo ou borzequins caprichosamente lustrados”.⁴⁹⁸

Há inúmeras referências nas fontes históricas, de uma crescente intolerância contra os que trabalhavam nas ruas nos serviços braçais, contra os pobres, os negros, mestiços, degradados, enjeitados, doentes, vadios, ciganos, prostitutas e mendigos. Todos os que não se encaixavam na “civilização adiantada” da classe “branca” dos burgueses, comerciantes, políticos, das “forças vivas”, dos “homens bons” da sociedade. Assim como os revolucionários, socialistas, comunistas, anarquistas eram o problema e alvo das repressões positivistas e os adeptos da recente república, os pobres e tudo que envolvia a pobreza na cidade, passou a ser considerado o problema, o atraso, a sujeira, a doença para o “progresso, a modernidade e a ordem”. As críticas aos bairros pobres feitas pelos jornais, às posturas e leis do governo e os desejos sanitaristas, revelavam o anseio de apagar a herança material da época colonial e imperial. Expressavam a intolerância à convivência próxima à pobreza e o desejo de construir uma cidade “moderna”, para poucos bons, com os pobres expulsos. Aos pobres, apenas esmolas que os seletos cidadãos ainda cultivavam da forte cultura cristã de piedade e caridade do século XIX.

A referência mais antiga que encontramos do desejo e plano de separação por condição social, entre os considerados cidadãos e os pobres em Desterro, é de 1881, numa “Fala” do presidente da Província João Rodrigues Lhopes à assembléia provincial, sobre a “necessidade” da construção de um asilo para isolar os mendigos.

“Mendigos. É de indeclinável necessidade estabelecer-se um asylo para elles, afim de evitar-se que continuem a esmolar pelas ruas e praças publicas, incommodando aos transeuntes.

Alguns há que não teem morada, e para resguardal-os das intempéries, tenho mandado recolhel-os ao quartel policial, aonde pernoitão, sahindo no dia seguinte para as ruas; porém sou o primeiro á reconhecer que esse lugar não é apropriado para tal fim.

Tenho cogitado nos meios de acabar com esses industriosos, e o único que julgo capaz de produzir o effeito desejado é o que acabo de expor”.⁴⁹⁹

⁴⁹⁸ *Ibidem.*

⁴⁹⁹ Fala do presidente da província João Rodrigues Lhopes à Assembléia Provincial de Santa Catharina, p. 70, 1881 (IHGSC).

A associação Irmão Joaquim expressava periodicamente, em seu jornal A Fé, essa dualidade em relação aos pobres e marginais: a caridade abraçada a separação do pobre da cidade.

*“Vieram para esta capital uns tantos ciganos de ambos os sexos. A polícia não devia tel-os consentido desembarcar ou já tel-os obrigado a deixarem-nos em paz, antes que tenhamos a lamentar algum incidente desagradável, para o que eles estão concorrendo a todo momento pela insistência com que querem que as nossas famílias se utilizem das suas habilidades sortistas”.*⁵⁰⁰

As crianças cresciam nas ruas, quintais das casinhas geminadas. As ruas também eram dos escravos que faziam quase todos os trabalhos urbanos e dos marinheiros e pescadores, que dependiam dos ritmos das marés, das condições climáticas, do movimento do porto, o que resultava em períodos sem trabalho. O desejo básico de expulsar a pobreza da cidade somava-se o preconceito, a desconsideração pelas causas que transformavam uma pobreza do modo de vida em uma pobreza marginalizada, as causas sociais de sua perpetuação, reprodução e crescimento. Em 1909, o artigo no jornal “A Fé”, noticiou que na Dinamarca não havia pobres e que lá os “mandriões e vagabundos” eram presos e privados de todos os direitos. A comparação com a realidade oposta no Brasil, apresentava uma forma restrita de atacar o problema através da intolerância numa concepção em que as manifestações da pobreza eram consideradas como sua causa. A crítica no artigo ao socialismo dá um exemplo da forma superficial que imperavam ao se tratar questões referentes a classes sociais, e das diferenças de contexto histórico relacionados. Não havia em Florianópolis uma classe de trabalhadores urbanos de fábricas como na Europa ou como a que se formava em São Paulo com imigrantes europeus. A pobreza em Florianópolis remetia seu entendimento ligado a causas mais antigas, ainda relacionadas à pobreza como um isolamento local aos processos de mudança que ocorriam em centros maiores. E também como crescimento da população de vadios acrescidos da liberdade aos escravos.

⁵⁰⁰ “Ciganos”. Jornal a Fé, 15 de maio de 1907, número 145 (BPESC).

*“Os velhos tem seu pão certo (...) Os enfermos são também tratados em casas especiais (...) Esta previdência é realmente admirável. É o verdadeiro socialismo, o socialismo prático, muito mais eficaz do que a gritaria collectivista que atordoa a gente na França, na Alemanha, na Hespanha, etc. É tanto quanto almeja realizar a Associação que somos orgam”.*⁵⁰¹

A elite do final do século XIX era herdeira de uma riqueza produzida pela escravidão, e que como citamos de Kowaric (1994), tinha na produção escrava o parâmetro do trabalho e via os livres como “vadios” imprestáveis. Os livres e pobres eram encarados pelos senhores como um segmento que poderia ser tratado de forma assemelhada àquela que caracterizava a condição escrava.

Nos jornais condenava-se o Entrudo – carnaval realizado no espaço público – ao favor do Carnaval das sociedades fechadas. Através da imprensa, também se combatiam os Batuques de escravos e libertos, os Reinados Africanos das Irmandades de negros, Malhação de Judas, os Ternos de Reis, as brincadeiras da Festa do Divino. Formou-se uma cultura da elite e uma cultura tradicional da população pobre (OLIVEIRA, 2001). Também era comum, que em datas comemorativas as “autoridades” reeditarem posturas e pressionarem a população para o embelezamento da cidade, como em 1922 pelas comemorações do centenário da Independência, o superintendente municipal intimava os proprietários que pintassem as frentes das casas num prazo de trinta dias.⁵⁰² Os jornais serviam como instrumentos para influenciar as mudanças.

Instrumento para idéias modernizadoras: a Imprensa

“O fetichismo e a ideologia da transformação (por outras palavras: a ideologia da modernidade) ocultam a estagnação das relações sociais essenciais” (LEFEBVRE, 1991, p. 141).

Durante a segunda metade do século XIX, a imprensa de Desterro era impulsionada por lutas políticas e partidárias. Os periódicos tematizavam questões morais, notícias, educação e comportamento ético. Serviam como instrumentos do Estado para publicar decretos e atos oficiais (PEDRO, 1995, p.

⁵⁰¹ “Não há pobres”. Jornal A Fé, 15 de janeiro de 1909, número 175 (BPESC).

⁵⁰² Republica, 9 de julho de 1922, número 1.104 (BPESC).

33). Os jornais também serviram para divulgar medidas higienistas do governo, às vezes por ordem, outras por pedido de favor. Como durante a epidemia de varíola de 1882, quando o inspetor de higiene Paranhos Schutel solicitou que fosse mandado publicar nas folhas de maior circulação de Desterro o decreto imperial 7027 das instruções gerais sobre higiene e saúde pública para combater a epidemia.⁵⁰³ Outro caso, como exemplo, em 1894 o presidente da câmara Melchiades de Souza pediu ao “ilustríssimo cidadão” chefe de redação do Jornal do Comércio que divulgasse: que o Hospital de Caridade recebera verbas do orçamento para fornecer medicamentos a “classe pauperíssima”.

*“... talvez tão salutar medida não seja conhecida daquelles que della mais necessitam venho por isso pedir-vos para no noticiário de vossa conceituada folha dardes a presente noticia (...) com a publicação da presente noticia prestáveis um serviço ao bem publico e muito vos ficara grato o abaixo assignado...”*⁵⁰⁴

Havia jornais de todo tipo, O Despertador, que era liberal e apoiava o governo, seu contemporâneo durante a década de 1880, O Correio da Tarde era de oposição (SANTOS, 1999). Jornais de partidos políticos; contra a Igreja – o “Clarão”; o A Fé da associação Irmão Joaquim auto-intitulado “instrumento de assistência aos necessitados”, instrumento “moralizante” da elite, mas em todos se escrevia sobre o desejo do “progresso”, demolir as casas pobres, calçar ruas principais, instalar bondes nos principais arrabaldes, canalizar córregos, jogar o lixo para fora do centro. Leitores escreviam, por cartas, no Clarão. O chamado London, escreveu:

*“Passando ao aformosreamento da nossa querida Florianópolis, que incontestavelmente caminha pela estrada do progresso na edificação dos Palácios e palacetes que dia a dia se levantam no coração da cidade”.*⁵⁰⁵

A Imprensa do século XIX, além de instrumento político, foi também um instrumento eficaz para os que moviam um processo de mudanças sociais que gerou mudanças no espaço urbano. Pela imprensa criticava-se o modo de vida, principalmente dos pobres, reforçando uma separação crescente entre duas

⁵⁰³ Decreto 7027, de 6 de setembro de 1878. Saúde e Hygiene Publica. Rio de Janeiro Typografia Nacional. 1978. Arquivo Público do Estado de Santa Catharina.

⁵⁰⁴ Ofício 17, de 29 de janeiro de 1894. Códice 276, caixa 51, folha 79. *Ibidem*.

⁵⁰⁵ Clarão, 17 de setembro de 1911, página 3 (BPESC).

formas de viver na cidade. No jornal O Despertador em 1880, um exemplo claro, de como os jornais serviam para divulgar idéias de uma parte da população. Atendendo aos pedidos, o jornal publicou apelos de moradores ao governo, contra o hábito de criar animais soltos pelas praças e ruas.

*“Pessoas residentes nesta capital pedem-nos que chamemos atenção do Sr. Fiscal do 1ª districto para o abuso de certa gente, que não podendo sustentar os seus animaes, soltam-os para pastarem pelas ruas e praças da nossa capital, a qual assemelha-se a essas freguesias do interior; a qualquer hora do dia e da noite os transeuntes esbarram com cavallos, bestas e cabras sendo-lhes indispensável desviarem-se de tão grande numero de animaes”.*⁵⁰⁶

Oliveira (2001) e Siebert (2001), também ressaltam esse papel da imprensa, que a partir da segunda metade do século XIX, passou a ser um meio de criticar os antigos costumes. Pela imprensa se propunham condutas adequadas, novas formas de sociabilidade e das práticas cotidianas, propagavam-se idéias e sentimentos adequados as “luzes do século” aos “semibárbaros catarinenses” em um inquestionável “processo civilizador”.⁵⁰⁷

*“O nosso povo é nobre e inteligentemente conhecedor da conveniência de acabarmos, de uma vez para sempre, com o mão effeito da pedizagem diária de esmolas a portas e a transeuntes...”*⁵⁰⁸

O jornal A Fé, fundado em 1903, pela Associação Irmão Joaquim que se dedicava as ações de caridade, até 1909 publicara apenas artigos e editoriais em que a pobreza era tratada de forma superficial, pobres “victimas do infortúnio, deserdados da sorte”, como na crônica de J. Perdigão de 1908.

*“Quando vejo um homem desesperado da vida lançando mão do alheio, afim de matar a fome, não o culpo, porque a miséria não vem muitas vezes da vadiação”.*⁵⁰⁹

⁵⁰⁶ O Despertador, 30 de outubro de 1880, ano XVIII, número 1.840, página 3 (BPESC).

⁵⁰⁷ Segundo Siebert (2001, p. 234), todos os 13 jornais editados em Desterro durante a década de 1850, foram escritos por homens que estudaram ou vieram de outros centros.

⁵⁰⁸ A Fé, 28 de fevereiro de 1909, número 178 (BPESC).

⁵⁰⁹ “Miséria”. Crônica de J. Perdigão. A Fé, 6 de julho de 1908, número 168 (BPESC).

Além de expressar suas idéias nos editoriais os proprietários dos jornais escolhiam artigos de seus interesses ou dos que tinham alguma influência na sociedade e sobre os editores.

“De quando em quando, publicava um folheto O Cobreiro, Etiologia, Profilaxia e Tratamento ou Contribuição para o Estudo da Sarna no Brasil; e mandava o folheto, quarenta e sessenta páginas, aos jornais que se ocupavam dele duas ou três vezes por ano: o operoso Dr. Armando Borges, o ilustre clínico, o proficiente médico dos nossos hospitais, etc., etc.

Obtinha isso graças à precaução que tomara em estudante de se relacionar com os rapazes da imprensa” (Triste fim de Policarpo Quaresma. Lima Barreto, 1911).

Antes das leis e posturas municipais, as campanhas em editoriais e artigos dos jornais, as conversas e conchavos influenciavam as mudanças na vida social. Mais tarde se expressavam na cidade, influenciando a vida de prostitutas, meninos vadios, mendigos, lavadeiras, dos pobres em geral, como este artigo sobre a “limpeza” na Ponte do Vinagre no leito da Fonte Grande:

“Convém que os moradores de suas margens concorram para a conservação desse serviço, a bem da hygiene da cidade, deixando de utilizarem-se do rio para lavagem de roupas e despejo de águas servidas. Parece-nos até de bom aviso que fôsse prohibida a lavagem de roupas nesse rio de tão longo curso, á vista das condições do terreno que atravessa, os quaes tornam difficil á municipalidade evitar que n'elle depositem até materiais em decomposição”.⁵¹⁰

Nos artigos de jornais tem-se uma mostra de como a elite condenava os hábitos e costumes do modo de vida do povo. Condenavam e se declaravam contra a exposição de gaiolas nas fachadas das moradias e roupas a secar nas janelas, contra o hábito de criar animais, que era parte do modo de vida da população. As vezes citavam o aspecto sanitarista do caso as vezes a simples repulsa. Em 1916, moradores do Estreito escreviam ao superintendente de São José sobre os criadores de porcos.

“...encerrados em chiqueiros imundos de onde exalam miasmas pestilentos. Além disto, grande quantidade de animais perambulam pelas ruas fossando os quintaes da vizinhança”.⁵¹¹

⁵¹⁰ “Limpeza”. A Fé, 4 de julho de 1907, número 148 (BPESC).

⁵¹¹ “Estreito”. A Opinião, 2 de fevereiro de 1916, página 1 (BPESC).

A condição de viver na cidade

Desde o século XVII, quando os primeiros portugueses e vicentistas se instalaram na Ilha e na Costa de Santa Catarina com os índios que os acompanhavam e com os da terra, uma cultura específica passou a ser formada, sobre condições impostas e possibilitadas por uma natureza única. A História singular da construção da vida numa parte geograficamente importante e economicamente pobre do mundo colonial português, foi remodelada por uma migração de portugueses ilhéus que construíram uma cultura rica, eficiente, adaptada a antiga cultura indígena que guardava técnicas imemoriáveis de subsistência na terra. A organização social portuguesa escravista trouxe uma população africana com capacidade de adaptação em condições sociais extremas, que sobreviveu e criou formas de vida criativas para suplantar dificuldades como os desafios que os primeiros povos enfrentaram. Essa mescla de mundos indígena, africano, europeu numa natureza de mar e floresta, moldada por leis, armas e tributos do modelo colonial português, formou uma cultura de produzir alimentos, abrigo, embarcações, com trabalhos cultos e crenças que estava completamente entrelaçada durante o século XIX.

Pescadores e seus instrumentos, marítimos e seus segredos de mar e céu, agricultores com conhecimento da terra, negros escravos e libertos e suas recreações religiosas e de sobrevivência formaram um modo de vida em Desterro. Este contexto social foi sendo transformado por outro, novo, mais rápido, que não se mesclava ou misturava, mas ao contrário do processo anterior, lento e entrelaçado, se caracterizou por ser excludente, territorialmente uma parte do povo e da cultura de Desterro seria separados, empurrados para fora da cidade. Um processo guiado por modelos externos e por novas classes oriundas do poder e da riqueza que analisaremos a frente.

É claro que não se trata de lamentar um passado perfeito até então e um processo do mal a partir desse ponto. Também não é a transformação de um modo de vida em outro, mas sim uma substituição, no mesmo lugar, de um modo de vida por outro. Um tempo de mudanças, de perdas de um modo de vida no lugar, substituído por outro, com outras características de relações. Não se trata de uma população transformando seu modo de vida, mas a substituição da população pobre do lugar por uma rica que se expande não em

população, mas em domínio das áreas. Uma mudança essencialmente espacial. Uma substituição de relações, uma transformação das bases do território, uma substituição do modo de vida por outro, incluindo as formas de trabalhar, de morar e de relações.

O código de postura de 1845

Na década de 1840, a cidade já tinha acumulado uma série de conflitos sobre o modo de vida de sua população. Em Desterro, os problemas urbanos em uma cidade brasileira de meados do século XIX, somavam às mudanças ditadas por novos hábitos e padrões de vida. Tais intervenções ultrapassaram o interior das casas e quintais da classe de navegadores, comerciantes, militares de comando, escravistas e políticos para as ruas, praças, mercado e estradas da cidade - às praias ainda não, eram locais de despejo e não se discutia isso. Do outro lado da rua as velhas casas de porta e janela e por toda cidade uma população pobre com um modo de vida a ser mudado ou pelo menos confinado e a aparência da cidade modificada pequena, mas almejada elite. Os conflitos gerados a partir da cidade que existia e os desejos de ordem, sanidade urbana e controle social vão gerar leis que acelerassem e obrigassem às mudanças de hábitos, costumes e características da cidade atendendo ao gosto, desejo e expectativas da nova classe. Entre essas leis, um grande conjunto, o do código de posturas de 1845. O código tinha objetivo de imprimir mudanças no contexto social através dos novos princípios de higiene e sanidade médicas para o indivíduo e a cidade. Estabelecia marcos jurídicos e legais que iriam tentar impor o controle e ordem social do cotidiano urbano, sob aspectos parciais de uma classe da população, sua elite econômica e política.

É difícil definir até que ponto a ordenação que o código pretendia impor é uma consequência de conflitos já presentes na cidade, quais eram as demandas jurídicas de situações que já ocorriam ou se foram escritas de modo preventivo, inspirado pela legislação de outros códigos de outras cidades. Quanto ao conjunto de medidas médicas sobre higiene e saúde individual e saúde geral da população e as medidas de sanidade urbana em relação à água, esgotos e lixo que o código apresenta, possivelmente foram influenciadas pela epidemia que a cidade sofreu nos anos de 1840 e 1841. Segundo Almeida Coelho descreve (1877, p. 178) as “febres cerebrais”

atacaram toda a província e assustou a população de Desterro que teve a maioria das vítimas entre os militares.

No mesmo ano de aprovação da lei, a cidade seria visitada pela família imperial, que chegou ao Porto de Desterro em 12 de outubro de 1845, dez dias depois o código foi aprovado pela câmara. Na formulação do código, a ordenação urbana, pode ter sido influenciada por este fato evento, que também requeria preparação, asseio da cidade e controle da ordem social. Segundo Almeida Coelho (1877, p. 107 e 108), por convite da câmara municipal, foram limpas todas as ruas, caiadas e pintadas as frentes de todas as casas dos mais pobres aos de maior fortuna. A 1ª legião da guarda nacional foi posta em exercício para a recepção do imperador - era formada com algumas exceções por “lavradores e trabalhadores pouco abastados” do interior da Ilha, que permaneceram na cidade, mesmo na incerteza do dia certo do desembarque do imperador.

O código era baseado em proibições que se afirmavam por multas e prisões quanto a pessoas livres e prisões e castigos se tratando de escravos. Para um escravista era possível trocar a pena de seu escravo por dinheiro, 500 réis, por dia de prisão diminuído. No caso de uma multa a alguém que não tivesse dinheiro para saldá-la era cambiada por um dia de prisão a cada 500 réis de multa. Um exemplo: quem despejasse as águas servidas de uma casa antes do toque de recolher ou voltasse com as vasilhas sujas, sendo livre seria multado em 2 mil réis ou dois dias de prisão – se fosse condenado à multa e não tivesse dinheiro para pagar, ficaria quatro dias preso - sendo escravos seriam punidos “policialmente”.

O Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade do Desterro, a lei 222 de 10 de maio de 1845, continha 131 artigos divididos em treze capítulos.

⁵¹² Uma análise do código, mostra que artigos de diferentes capítulos formavam conjuntos específicos de medidas definidas a seguir. ⁵¹³

⁵¹² Coleção de Leis 1847 - 1841. Caixa 01, páginas 208 a 242. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁵¹³ Os treze capítulos são intitulados respectivamente de: “segurança publica; saúde publica; tranquilidade publica; comodidade publica; segurança pública; uso de armas proibidas; abastança; expostos; ofensa a moralidade publica, injuria e obscenidade; ruas estradas, caminhos e pontes; culto publico; rendas municipais; disposições gerais”. O primeiro capítulo e o quinto tem o mesmo título: “segurança pública”. O décimo primeiro sobre culto público tem apenas um artigo e o último trata apenas das

O conjunto de medidas médicas sobre a saúde do indivíduo pretendia dar fim ao charlatanismo comum no tratamento de doentes, mas, além de representar e refletir os novos padrões de higiene e saúde individual, que se relacionavam a saúde geral da população, principalmente contra o perigo de epidemias, também representava e acelerava a mudança das curas de uma medicina popular, feita em casa, por curandeiros, com tratamentos tradicionais do conhecimento popular, para uma medicina formal, científica e comercial: proibia a ação e o estabelecimento de curandeiros ou feiticeiros que fizessem curas por meios supersticiosos ou por bebidas desconhecidas; proibia que se tratassem pacientes em casas, por negócio, sem que fossem atendidos por um médico, proibia abertura de boticas sem autorização, a atividade ilegal de boticários sem título, punia a quem vendesse remédios “corruptos” ou alterasse drogas; proibia vendas sem receita ou para uso de veneno por escravos e pessoas “estranhas” que não as utilizasse por profissão e obrigava os boticários atender as receitas a qualquer hora da noite. As medidas diretamente relacionadas ao controle de epidemias eram: a obrigação do sepultamento em caixões fechados em caso de morte contagiosa; obrigação de vacinar as crianças e a proibição de manter caixeiros atacados por moléstias “morphism e ictiricia” em qualquer casa de negócios, tabernas, botequins, casas de pasto, quitanda ou botica.

Outro grupo de medidas determinava um novo padrão para a sanidade urbana em relação à água, esgotos e lixo, que haviam se transformados em problemas com o crescimento da cidade e por representarem meios de propagação de doenças. Estas medidas representavam mudanças no convívio social urbano. As medidas sanitárias mostravam a preocupação e medo que os “corpos líquidos” contaminados representavam à propagação de epidemias, isso era comum com as fontes de água, os córregos que cortavam a cidade e os esgotos. O código previa: multa e cadeia a quem prejudicasse a limpeza das fontes públicas e derrubasse a mata ou lançasse “imundices” nas suas

disposições gerais a todo o código. Alguns artigos são praticamente iguais e se repetem em capítulos diferentes, por exemplo os artigos idênticos 40 e 63 que proibiam escravos de jogarem. Outros artigos aparecem soltos sem fazer parte do tema do capítulo em que estão inseridos. Por fim, o código foi escrito de forma confusa, não tem uma divisão clara, é repetitivo e transmite a impressão de ter sido mal organizado, com textos mal escritos, ou apenas mal copiados de outros códigos.

nascentes; obrigava os proprietários a manter seus terrenos sem águas estagnadas; e os proprietários de terrenos por onde passasse cursos d'água ou valas de esgoto a mantê-los limpos; liberava a passagem de esgotos por terrenos de vizinhos; proibia que fossem lançadas águas “servidas” e lixo nas ruas e quintais. Como o mar não era relacionado às doenças não recebia o cuidado dos demais corpos líquidos, ao contrário, era local dos “despejos”. O código definia que a câmara designasse os locais próprios para os despejos que deveriam ser feitos a noite no mar; as roupas dos hospitais só poderiam ser lavadas nos “desaguadores” dos rios junto ao mar para garantir que tais águas não fossem mais utilizadas; os proprietários e arrendatários das bancas de peixe eram obrigados a lavá-las todos os dias e a conservarem limpas suas testadas, depositando no mar as imundícies - no final do século XIX, o mar em alguns pontos como no Mercado, nas Praias do Rita Maria e do Menino Deus, aparecem citados como lugares imundos e que deveriam ser tratados. As outras medidas sanitárias se referiam a limpeza pública e o lixo: proibia os curtumes dentro da cidade; obrigava proprietários de terrenos sem uso que os “tapassem” (cercar) para que não ocorresse despejos; todos os proprietários de terrenos tinham que manter suas testadas limpas, dando esgoto às águas ou a câmara o faria e lhes cobraria as custas; era proibido depositar “ciscos”, águas e animais mortos em ruas, praças e estradas.

Alguns artigos formavam o grupo das primeiras exigências legais com objetivo de modificar e alcançar um novo padrão para as ruas e edificações: obrigava os donos de edifícios a calçarem as testadas e aos proprietários de casas e terrenos a reconstruírem as calçadas nas ruas que a câmara indicasse; obrigava para qualquer construção ou reconstrução dentro da cidade, a se fazer requerimento e ter licença da câmara. Os novos prédios na cidade e dentro das povoações teriam que ter, obrigatoriamente, 18 palmos de altura, templos, teatros e fábricas teriam que seguir outras regras, como medidas específicas para portas e janelas; muros e edifícios em estado que ameaçasse ruína seriam demolidos a custo do proprietário, estes e as construções interrompidas tinham que permanecer fechados.

Dos artigos que se referiam diretamente a estrutura física da cidade, o código revela uma preocupação e detalhamento de ações para manutenção de espaços públicos. Esse aspecto é mais destacado e tem mais artigos do que

os relacionados ao padrão de construção - esse aspecto se tornará mais importante no início do século seguinte. Uma das características que chama atenção do código de 1845 é a importância da manutenção do espaço público como espaço de uso comum acima dos interesses individuais e privados, guardados por uma série de artigos para impedir sua usurpação, exploração e apropriação, para garantir a circulação e o uso público: obrigava a devolução de terras usurpadas da “serventia pública” e aos que tivessem feito alguma construção a demoli-las; e a quem tomasse posse cercando qualquer área de porto ou qualquer lugar de “serventia pública” proibindo o uso livre; proibia que fazendeiros ou donos de terra usurpassem, mudassem ou destruíssem a servidão (acesso) das estradas e das fontes públicas; regulava o depósito de materiais que limitasse o trânsito em ruas e praças; materiais de obras depositados nas ruas tinham um dia para serem transportados para o local da obra; proibia escavações ou retirada de terra nas praças campos, estradas ou qualquer local de trânsito público além da retirada de areia das praias, desde a Rita Maria até o Menino Deus. Permitia a retirada de areia das bocas dos arcos das pontes - as pontes eram construídas em arcos como a do Vinagre e do Forte Santa Bárbara - esta com vestígios remanescentes dos arcos.

Uma parte dos artigos sobre espaço público se referia à infra-estrutura de circulação e comunicação: obrigava aos que vivessem ao longo de rios navegáveis a mantê-los sem “embaraço” a navegação; proibia que se construíssem pontes em rios navegáveis sem licença da câmara; determinava que todos os caminhos e suas cancelas tivessem largura suficiente para passar carroças e que as cancelas fossem fáceis de abrir; os caminhos tinham que ser mantidos “desassombrados” onde fosse preciso (evitar as umidades, outra preocupação sanitária), mas proibia o corte de árvores em geral a beira dos caminhos exceto nos ditos lugares úmidos; obrigava manter afastado o plantio de árvores e cercas de espinhos arredados do alinhamento das estradas.

O código previa multas a quem impedisse a retirada de lenha das áreas públicas dos manguezais – no porto as canoas e os lanchões carregados de molhos de lenha traziam o combustível para o povo da cidade que morava longe dos morros e do mato. A falta de lenha atingiria a toda a população, a lenha era o combustível doméstico, lenha para os fogos, preparo de alimento e

para aquecimento. Na época ao se referir ao número de casas contava-se: “tantos fogos”.

Outros artigos estabeleciam as formas do trabalho social e coletivo para garantir a manutenção da infra-estrutura pública em relação à circulação: aos caminhos; estradas; pontes e ruas: todas as “pessoas de trabalho” de uma família, filhos ou escravos, moradores de locais onde houvesse necessidade de consertos de estradas, estivas e pontes tinham que prestar seis dias de trabalho por ano, os que tivessem carros e bois tinham que emprestá-los. As pedras e aterro que fossem necessários seriam retirados dos lugares mais próximos, os proprietários desses locais seriam dispensados dos dias de trabalho. O código definia as dimensões, especificações e como tinham que ser construídas as pontes e estradas. Todos os caminhos “atravessadouros”, seriam feitos por quem deles tirasse proveito, tinham que comparecer para ajudar nos consertos nos dias marcados pelo fiscal, sob pena de multa e pagamento do jornal; os caminhos centrais particulares que dessem servidão ao porto de embarque ou a estrada pública seriam reparados por quem deles se servisse, os proprietários não poderiam impedir seus consertos.

Uma das características do modo de vida da população que o código ordenava e passava a transformar eram as fortes relações de subsistência, expressas entre outras pela criação e utilização de animais de modo livre pela população da cidade, para um modo regulado. Regulava a criação de animais nos quintais e a solta pelas ruas, o uso para o transporte de cavaleiros e tração para carros de boi, carretas, carroças e carroções. As regulações e proibições da câmara revelam as mudanças de uma cidade que expressava o modo de vida simples e tradicional para o contexto de uma cidade comercial regulada e organizada, de uma elite com modo de vida diferente. O código regulava: a condução de gado pelas povoações e proibia o seu embarque no trapiche e praias da cidade; ficava proibido criar porcos soltos ou mantê-los por mais de oito dias nos quintais de lojas ou casas na cidade; proibia manter cavalos ou outros animais nas ruas atados as portas, janelas, argolas ou qualquer objeto para esse fim e manter animais “bravos” às portas; proibia que cavaleiros corressem a galope pelas ruas da cidade e freguesias e proibia as carreiras de

cavalo dentro da cidade;⁵¹⁴ carreiros e carroceiros tinham que pagar a taxa estabelecida pela câmara e manter os carros numerados pelo fiscal; carreiros e carreteiros também foram obrigados a conduzir os carros pelo centro da rua; terrenos com plantações tinham que ter cercas para afastar os animais. A cautela com fogo, coivara ou roçados presentes no código revela outra constatação de um modo de vida da população da cidade ainda fortemente ligado à subsistência.

Outro grupo de medidas criava as primeiras formalidades para o comércio. Alguns artigos tinham finalidade de estabelecer novos parâmetros ao comércio livre e ao seu controle: multas a quem alterasse gêneros a venda e obrigava a manter conservados utensílios usados pelos vendeiros; regulava a venda de pólvora e proibia a confecção de fogos dentro da cidade e freguesias; multava quem comprasse objetos roubados; quem comercializasse peixe “danificado” seria condenado e o peixe lançado ao mar; proibia o uso de redes pesqueiras com malhas menores que duas polegadas e uso de fachos dentro dos rios; estabelecia as medidas utilizadas para cada produto alimentar, usadas por lavradores e por mascates, multava a quem as alterasse; proibia o uso de panelas de cobre nas casas de pasto, tabernas, botequins e quitandas.

Outros artigos tinham a finalidade de controle para a cobrança de taxas: para abertura de qualquer espécie de indústria ou comércio era cobrado dois mil reis por cada negócio; os mascates tinham que ter licença da câmara e pagar imposto e eram obrigados a tirarem licença anualmente na câmara.

Duas medidas se referiam ao consumo do povo para garantir preço baixo ao pescado que era o principal alimento dos mais pobres e a venda de carne verde em pequenas quantidades, a carne era um produto mais caro que o peixe e consumido em menores quantidades pelos pobres. As medidas previam multas a quem “atravessasse” alimentos, fazendo monopólio para vender ao povo nos subúrbios da cidade; o pescado, ninguém poderia vender ao povo que não fosse o próprio dono, dizimeiros, seus caixeiros ou consignatários. - os que vendessem carne verde eram obrigados a vender até “uma libra”. Por fim um artigo proibia qualquer casa de negócio ter caixeiro escravo, reservando um mercado de atividade comercial aos livres.

⁵¹⁴ Tanto que a rua que tinha o nome de Rua das Carreiras, era o caminho para fora da cidade ao Norte, pela Pedra Grande.

Uma série de artigos tratava de intervenção direta no comportamento social através de proibições e obrigações que afetavam direta ou indiretamente o direito e o comportamento individual moral e social. O código fazia distinção clara e proibições específicas para o tratamento e comportamento de determinados grupos, estabelecendo uma divisão entre marinheiros, vadios, escravos e as pessoas “decentes”. Os artigos ainda não influenciavam diretamente uma divisão territorial entre pobres e ricos ou a impossibilidade dos pobres viverem na cidade, visto que essa era a condição da maioria - os senhores comerciantes e outros abastados formavam uma classe reduzida. Porém, o código já significava uma ampliação das formas de intervenção e controle da vida social, uma intervenção direta na vida de quem morava na cidade, principalmente dos escravos.

Alguns artigos se referiam a um controle social das formas de convivência em grupo, em festas, rituais ou encontros no espaço privado: obrigava manter os cortiços fechados a noite; os vendeiros a fecharem as portas ao sino policial (nas vendas era costume o povo se encontrar no final do dia para beber e conversar); proibia festejos de santos em casas particulares com portas abertas sem licença das autoridades eclesiásticas (proibia os rituais religiosos africanos); proibia fazer gritarias nos divertimentos caseiros, nos fandangos.

Os artigos que controlavam o comportamento no espaço público eram extremamente específicos: proibiam “o uso escandaloso de se mostrarem”, de ficarem nus em praias, rios ou fontes, livres seriam multados e escravos castigados “policialmente”; proibia “vozerias, alaridos e gritos” nas ruas em hora de silêncio; proibia o uso de palavras infames e indecentes dirigidas a outrem em local público; que se escrevesse palavras obscenas nas paredes dos edifícios e lugares públicos; que se “atirasse” objetos em pessoas que passassem nas ruas; proibia que se apresentasse em lugar público quadros e figuras obscenas “ofensivas a moral publica”; proibia espetáculos nas ruas, praças e arraiais e reunião de mascarados sem licença prévia; o entrudo seria permitido somente as “pessoas descentes” nos três dias do costume e obrigava os vendeiros de limões de cheiro, utilizados na festa, a tirar licença e pagar taxa na câmara e proibia os marinheiros de vagarem em terra durante a noite.

As medidas de controle social específicas para os escravos incluíam: proibição de alugar casas para escravos independentes de seus senhores; multas a quem “acoutasse” escravos fugidos. O controle maior era sobre as formas de reunião, de culto, celebração ou festa dos escravos: proibia os ajuntamentos de escravos ou libertos para formarem batuques e festas para os reinados africanos; previa cadeia a quem promovesse ajuntamentos de escravos ou vadios para dançar; os vendeiros não poderiam consentir por mais tempo que o necessário a presença de vadios e escravos dentro dos armazéns, tabernas ou quitandas, nem permitir seu “ajuntamento, toques” (possivelmente se refere a batucadas), danças ou “vozerias” em suas portas; os escravos que fossem encontrados jogando em praças, ruas, bosques ou esconderijos seriam entregues a polícia e os livres encontrados jogando com escravos seriam multados; proibia os escravos de andarem nas ruas ou praças com quitandas depois do toque ou horas de recolher.

Alguns artigos revelavam uma tentativa de estabelecer certa proteção aos mais pobres e abandonados. Quanto aos expostos, previa multa e seis dias de cadeia a quem abandonasse uma criança em “lugar solitário”. Os “fiscais de fora da cidade” fiscalizariam, para o Hospital de Caridade, a criação dos expostos nos arrabaldes pelas “criadeiras”; proibia que escravos fossem enterrados envolvidos apenas em esteiras e sem mortalha, previa multas aos senhores que não atendessem a obrigação e no caso de pessoas pobres livres, as despesas ficariam a cargo da câmara – essa medida era motivada pelo medo das epidemias.

Alguns artigos revelavam preocupações com detalhes do cotidiano que importavam ao povo do século XIX, e que a câmara passava a organizar e controlar: previa recompensa a quem, primeiro, alarmasse tocando o sino da polícia ou das Igrejas em caso de incêndio e obrigava a quem tivesse água de poço a acudir o combate ao fogo; obrigava os encarregados dos sinos das Igrejas a fazer os sinais pelos defuntos; proibia armas dentro da cidade, mas “permitia o uso de bengalas” (podia virar arma). Para carregar arma, os viajantes estrangeiros tinham que apresentar uma justificativa por pessoa estabelecida no país; aos carregadores, que andavam pelas ruas, era permitido uso de faca de ponta e outros instrumentos de seu ofício enquanto estivessem trabalhando. Os carreiros podiam usar agulhas e uma faca sem ponta; somente

nesses carretões poderia-se conduzir madeira “de rasto” pelas ruas e estradas. Por fim, os professores das escolas poderiam castigar seus discípulos somente até “seis bolos”.⁵¹⁵

Leis, códigos, resoluções, posturas e decretos

Posturas urbanas, decretos e leis formavam um contexto de separação social na cidade. Mudanças eram comunicadas através dos jornais, impondo novas proibições aos pobres, como o uso dos bondes puxados a burro por pessoas maltrapilhas ou “incorretamente trajadas”, exigia-se que o passageiro estivesse calçado e asseado.

“A viagem de bonde ele fazia humilde, espremido a um canto do veículo, medroso que seu paletó roçasse as sedas de uma rechonchuda senhora ou que seus livros tocassem nas calças de um capitão de uma milícia qualquer” (O filho da Gabriela. Lima Barreto, 1906).

Em 1884, a Câmara Municipal proibiu que morassem mais de quatro pessoas em cada casinha ou quarto de cortiço. O presidente Gama Rosa afirmava que o estado das antigas, defeituosas e anti-higiênicas habitações era uma das causas da insalubridade da capital (CABRAL, 1971, p 240). As proibições atingiam sempre os pobres. Entre 1860 e 1888, em algum momento desse período, houve uma proibição de transporte de lenha em canoas, ficando permitida apenas aos iates (CARDOSO, 2004, p. 84). A canoa era a embarcação básica e meio de transporte mais comum nas póvoas ao redor das duas baías. Vender ou trocar lenha na cidade com o povo que não tinha mato no terreno, era uma forma de “ganhar o dia”, de escambo ou comércio. Não encontramos referências sobre os motivos dessa proibição, mas além de atingir aos mais pobres que a forneciam também deve ter elevado o preço do “molho” de lenha, pois os iates havia em menor número.

No recém construído Mercado Público, a intolerância contra negros e pobres e o desejo dos homens da câmara municipal que pretendiam acabar com as barraquinhas de comércio, as quitandas, *“alugadas a pessoas imorais e*

⁵¹⁵ Coleção de Leis 1847 - 1841. Caixa 01, paginas 208 a 242. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

até escravos (...) que tem sido o receptáculo de roubos e lugar de todo o gênero de prostituição".⁵¹⁶ No novo mercado construído em 1898 a elite da cidade estabeleceu normas para limitar a presença de "indesejáveis", os mendigos que afastavam o padrão da cidade almejada pelos ricos.⁵¹⁷

Ainda durante o império, encontramos referências do descompasso entre uma população que tentava sobreviver dia a dia e uma elite que comandava a vida urbana. Profissões e trabalhos do cotidiano dos pobres passaram a ser taxados e a fazer cada vez mais parte das receitas municipais. Por outro lado, impunha novas condições de sobrevivência na cidade. O trabalho dos pombeiros era o de vender alimentos pelos arrabaldes mais afastados e trazer produtos dos sítios para a cidade. Andavam carregando ao ceppo os balaies com aves, frutas e verduras pelas ruas, praças e no porto.⁵¹⁸ Em 1885, José Antônio da Silva Henrique e Feliciano Antônio Alves requeriam a comissão de posturas da câmara municipal permissão para continuarem a exercer a profissão de pombeiro, durante o segundo semestre daquele ano, mediante o pagamento do imposto respectivo.⁵¹⁹ A câmara passava a manter cada vez mais controle das licenças e da cobrança de imposto dos pombeiros. Em 1883, a licença era individual, tinha validade para apenas um município, a quem a obtinha não era permitido sócio, caixeiros ou "prepostos".⁵²⁰ Em janeiro de 1894, a câmara ordenava que o fiscal do segundo distrito Manoel Diniz Martins exigisse dos pombeiros que vendiam carne pelas ruas, conhecimento do imposto e da licença a que eram obrigados.⁵²¹ Havia as tentativas de burlar os impostos. Em março de 1894, a câmara tencionava

⁵¹⁶ Oswaldo Cabral, 1971, páginas 81 e 82.

⁵¹⁷ Muller, 2002, página 97.

⁵¹⁸ Os pombeiros vendiam aves transportadas em dois balaies sustentados numa vara. A sopa de pombo curava enfermidades de crianças. De uma negociação alta, o comprador roga: "mofas com a pomba na balaia" expressão do litoral catarinense, usada contra quem quer coisas impossíveis.

⁵¹⁹ Sessão ordinária de 26 de fevereiro de 1885. Livro de actos das Sessões da Câmara Municipal da Cidade do Desterro. Secretaria da Câmara Municipal da Cidade do Desterro. 24 de outubro de 1884, p. 3 e 4. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁵²⁰ Jornal "A Regeneração", de 7 de setembro de 1883, número 2, ano XV. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina.

⁵²¹ Portaria 5. Copias de Ofícios, Portarias e editais da intendência municipal e da Câmara Municipal 1892 – 1894. Códice 276, caixa 51, folha 66. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

impor penas do código de posturas a algumas pessoas do Ribeirão que tinham licença de pombeiro, mas que realizavam trabalho de mascates.⁵²² Certamente a licença a pombeiro era mais barata.

A burocracia da recém formada república avançava na forma de impostos e controle que atingia o trabalho dos mais pobres. Em 1899, o superintendente municipal Raulino Julio Adolpho Horn lançou decreto que obrigava todos os carregadores a se matricular na superintendência e pagar anualmente cinco mil réis. Das obrigações aos carregadores incluía trazer no peito uma chapa com o número da matrícula, quem fosse encontrado sem chapa seria multado em dois mil réis. Em 1902, com a lei 157, o superintendente Francisco Campos da Fonseca Lobo acirrou mais as cobranças que passaram a ser de uma só vez por semestre, qualquer que fosse a data de concessão das licenças para manobrantess, mascates, pombeiros ou “ambulantes de qualquer espécie”.⁵²³

Em 1899, o superintendente municipal substituto Emilio Blum decretou a criação do serviço de remoção de lixo, materiais fecais e águas servidas e os respectivos impostos com proibições – novas obrigações e dificuldades aos pobres, principalmente nos cortiços, que analisaremos no capítulo sobre o sanitarismo. Os decretos seguintes do superintendente substituto influenciaram diretamente os processos de transformação urbana, que o governo passava a ordenar, sob os signos sanitaristas, de modernização e de “adiantamento” social e urbano que se intensificavam. No mesmo ano foram publicados decretos de imposto sobre calçamento, o que abria concorrência para a rede de iluminação pública da cidade, o de empréstimos para o abastecimento de água e o decreto 105, de 22 de novembro de 1899, que permitia à superintendência mandar demolir os cortiços e velhas casinhas.⁵²⁴

⁵²² Portaria 100, de 5 de março de 1894. Códice 276, caixa 51. *Ibidem*.

⁵²³ Primeiro artigo do decreto número 74, de 15 de abril de 1899. Lei 157, de 19 de abril de 1902. “Livro de Registros das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal, sancionados pelo Superintendente e todos os actos e resoluções decretadas pelo executivo, 1899 – 1903”. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁵²⁴ Decretos: número 100, de 30 de outubro; 101 e 102, de 11 de novembro; 103, de 21 de novembro e 105, de 22 de novembro de 1899. Livro de Registros das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal sancionados pelo superintendente e

*“Fica o superintendente municipal autorizado a mandar demolir os cortiços e velhas casinhas que ameaçarem ruínas e a tornar habitáveis e higiênicas aquelas que não estiverem em tais condições”.*⁵²⁵

O decreto 105 previa prazo de 30 dias para demolições ou alterações que correriam por conta dos proprietários. Caso a superintendência procedesse às demolições, poderia arrematar os materiais para cobrir os custos. O segundo artigo do decreto autorizava o superintendente a suspender direitos municipais, como alvarás e licenças, a quem não construísse “casas pequenas” de acordo com uma planta que ficava na secretaria da superintendência e que exigia paredes de tijolos em casas nos arrabaldes da cidade. As casas construídas de acordo com as exigências ficavam isentas de “décimas urbanas.” As normas para alcançar um determinado padrão urbano e arquitetônico criavam barreiras e exigências que só podiam ser transpostas com dinheiro. Não apenas deixavam de fora os pobres, mas diminuía as possibilidades de construir uma casa ou permanecer no perímetro urbano sem acender a um novo padrão social. As casas também teriam que ter uma “casinha” ao fundo para guardar os cubos que recebiam os excrementos e as águas servidas, para posterior remoção pela concessionária dos serviços sanitários – nova exigência do decreto 100, referente aos serviços de saneamento que impediam os despejos em áreas públicas e a construção de fossas. Os proprietários tinham que rebocar e caiar as frentes de prédios e muros em direção à rua. Em caso de falecimento de alguma pessoa da casa por “moléstia contagiosa” as exigências incluíam, além da caiação da casa, pintura a óleo ou verniz das portas, janelas, grades, cancelas, varandas ou postigos que “dessem para a rua”. As medidas e exigências sanitárias corriam paralelas às arquitetônicas e urbanas. Enquanto o decreto 122 autorizava o plantio de eucaliptos para secar os terrenos “paludosos” do município, o 124 mandava dividir em lotes para venda em hasta pública, a área no Largo 13 de Maio desde a Travessa Loureiro até a propriedade de José Luis. Os arrematantes teriam a obrigação de edificar habitações de acordo com o código de postura num prazo de três anos sob pena de multas, porém se fossem

todos os actos e resoluções decretados pelo poder executivo. 1899 – 1903. livro 323, caixa 58. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁵²⁵ *Ibidem*.

cumpridas as exigências ficavam isentas de qualquer tributo. A construção de novas casas na cidade tinha várias etapas de cobrança pela superintendência, que também compunham o quadro de dificuldades aos pobres para permanecer ou se fixar no perímetro urbano no final do século XIX: licença para construção (4 mil réis); licença para andaime (2 mil réis); o imposto de construção, cobrado por metro ou fração de metro de alinhamento (500 reis); imposto de construção de muro, cobrado por metro (100 reis); qualquer outra licença (4 mil réis). Outros decretos continuavam a compor o quadro das exigências e condições para remodelação da cidade: a obrigação de murar terrenos; leis para abertura, alargamento, nivelamento e prolongamento de ruas; para os primeiros aterros próximos a Toca, onde eram feitos os despejos ao mar e para autorizar a superintendência a contratar concessionárias para os serviços urbanos.⁵²⁶

Em sua mensagem ao “Conselho” em 1905, o coronel Pereira da Silva e Oliveira pedia autorização para entrar em acordo com os proprietários de casas no coração político da cidade entre as Praças XV de Novembro e a do Congresso. O acordo culminou nas demolições das velhas casas, cortiços para “embelezamento e higiene da cidade”.

Em 1885, a câmara municipal requeria a assembléia geral legislativa à isenção dos impostos sobre o gradil e portões de ferro comprado na Inglaterra, que seria instalado na Praça Barão de Laguna (Praça XV de Novembro) e que estavam retidos na Alfândega do Porto.⁵²⁷ Parece que os problemas com a retenção do gradil perduraram, pois a inauguração dos muros e grades da Praça só ocorreu seis anos depois, segundo Nicolich da Silva (1999, p. 28) em 1891. A Praça esteve cercada até 1912 quando o prefeito Henrique Rupp Jr. Mandou retirar as grades (SILVA, 1999, p. 29).⁵²⁸ Não encontrei nenhum documento ou referência sobre os motivos do cercamento. Virgílio Várzea em

⁵²⁶ Decretos 122 e 124, de 9 de abril de 1900, leis 127 e 129, de 27 de agosto de 1901, lei 139 de 7 de novembro de 1901. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis

⁵²⁷ Livro de actas das Sessões da Câmara Municipal da Cidade do Desterro. Página 4 e 5. Códice 257, caixa 22. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁵²⁸ Partes do gradil foram doadas e existem até hoje no Asilo Irmão Joaquim, na Igreja são Francisco, na Igreja do Rosário e na Igreja Luterana. Segundo Silva (1999, p. 29) o portão da Praça seria o mesmo que hoje está no Cemitério São Francisco de Assis no Itacorubi.

sua descrição da cidade 1900, cita a praça como o local de passeio das famílias nos finais de semana. O jornal “Brazil”, de 17 de julho de 1921, faz referência de que até então a Praça era o local dos passeios, os “cursos domingueiros”.⁵²⁹ Talvez a praça fosse considerada pelos mais ricos como seu território exclusivo de lazer. O cercamento para isolar a Praça durante a noite, pode ter sido uma medida para impedir que mendigos tivessem um local para passar a noite no centro da cidade. Para dificultar que “vadios e andarilhos” sem residência a utilizassem e esmolassem pelas ruas do comércio. Naquela época era comum as tentativas dos comerciantes para impedir que pobres esmolassem próximos das lojas. Algumas medidas do poder municipal demonstram as tentativas de garantir um uso exclusivo da Praça pelos mais ricos. Em 1904, o conselho municipal publicou a lei 226, que regulava o uso dos jardins públicos e proibia a entrada de pessoas descalças, maltrapilhas, conduzindo cargas, bêbadas ou loucas nos lugares públicos.⁵³⁰ Em 1918, quando a Praça já estava sem as grades, a superintendência municipal tentou fazer cumprir essa lei de 1904. A medida expressava a separação que dificultava o trabalho dos carregadores. O objetivo era criar um ambiente livre de incômodos e desagradados à elite. Uma tentativa de impedir encontros indesejáveis com vendedores de doce, trabalhadores ocasionais, crianças pobres.

Quanto às prostitutas, o desejo variava até o de expulsá-las.

*“Os moradores da rua João Pinto, de certo tempo a esta parte, vinham reclamando à polícia contra a habitação de decahídas naquela rua central. Innumeras famílias se queixavam dos actos livres ali praticados por pessoas sem o menor respeito ao decoro social. A policia tomando em consideração as reclamações constantemente feitas contra os actos degradantes praticados pelas decahídas, ordenou-lhes a sua mudança daquela rua. Foi lhes dado um praso para a mudança”.*⁵³¹

As medidas para extinguir os capinzais da área da cidade por serem focos de mosquitos e miasmas, restringia a criação de animais, prática comum

⁵²⁹ “Florianópolis de ontem e de hoje”. Jornal: Brazil, 17 de julho de 1921, número 101 (BPESC).

⁵³⁰ Collecção de Leis do Município de Florianópolis 1904 – 1905, lei 226, páginas 21 a 23, artigo 6 (BPESC).

⁵³¹ “Saneamento Moral”. Republica, 25 de janeiro de 1919, página 3 (BPESC).

da subsistência dos pobres. O jornal de oposição “A Opinião” criticava o imposto que o conselho municipal aplicava aos proprietários de terrenos com capinzais. O artigo não criticava a extinção dos capinzais considerados focos de miasmas que “enfejavam” a cidade, mas a administração do superintendente Durval Melchiades. O jornal criticava o imposto de \$500 reis por mil metros quadrados de capinzais. Mesmo oponentes, os jornais concordavam com a extinção dos capinzais – unidos à embelezar a cidade.⁵³²

Em 1919, João Pedro de Oliveira Carvalho, superintendente municipal de Florianópolis, publicou medidas de polícia sanitária urbana, que além de novamente reforçavam a proibição de capinzais, previa aterro de áreas alagadiças e proibia e previa multas a quem criasse animais na área do perímetro urbano. Mas a resolução, claramente fazia distinção entre dois tipos de criadores. Proibia a criação geral em estábulos, estribarias e cocheiras - o que atingia os pobres que mantinham animais nas tarefas de subsistência. Mas previa permissões aos que tinham “animais de trato” e que seguissem exigências de regulamentos, o que permitia aos mais ricos continuarem a ter seus animais, utilizados nas chácaras dentro do perímetro e para o transporte particular.

*“Que igualmente fica proibida, dentro dos limites do perímetro urbano acima especificado a instalação de estábulos, estribarias ou cocheiras, sendo nessa área toleradas, a juízo da superintendência, as cavalariças ou cocheiras que forem destinadas ao agasalho de apenas animais de trato ou montaria própria bem como estabulos construídos e conservados de pleno acordo com as disposições constantes do regulamento citado”...*⁵³³

À medida que o “progresso” urbano avançava para uma parte da população – a elite que passava a dominar a área central - outra cidade ia sendo formada nos Morros, onde as melhorias urbanas não chegariam e onde nada interessava, onde era tolerado o pobre e seu modo de vida e pendurar as ceroulas.

⁵³² “A crise do capim”. A Opinião, 23 de setembro de 1916, página 1 (BPESC).

⁵³³ De acordo com o decreto 1082, de 5 de janeiro de 1910. Resolução 193 de 29 de julho de 1919. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930, páginas 95 e 96, referente ao ano de 1919. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis. Republica, 07 de agosto de 1919, páginas 3 e 4. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina.

“Florianópolis disparou pela estrada do progresso com tamanha rapidez que, através da elegância bem calçada da praça 15 e da architecture fina dos prédios, é difícil reconhecer-se aquelle antigo montão de ruínas que se chamava Desterro.

Água, luz, esgoto, theatros, cinemas, fanfonar d’automoveis e jornalistas e jornais de todos os tamanhos e feitios dão á urbs um tom chic e movimentado. Os governos sucedem-se cada qual mais amigo do progresso. Mas (sempre o maldito mas) hábitos ficaram que a esthetica, a civilização, o bom tom mandam que se deixem. Da janella de fulano é uma ceroula, á enxugar ao sol, abana aos transeuntes os dois cordãosinhos num adeusinho obsceno e condenável. Mais adeante, Mme. descabellada, mal vestida, espia o movimento da rua que arqueja ao calor do sol. E é uma desordem, um cheiro de sujo e de máo gosto, que a moral domestica bem poderiam sanar si calculasse que estes desarranjos vêm contra os créditos do lar e da cidade. Outros mais afoitos entopem as janellas com gaiolas, e isto bem no centro da cidade. Quando o sol bate de cheio é um trinado incessante, desconcertado de todos os habitantes das florestas.

*Ora convenhamos que, num subúrbio é isto um que, sobre ser bem passável, é até chic ... Mas no centro da cidade”.*⁵³⁴

Em Florianópolis tentava-se garantir um território urbano para uso de poucos. Ser limpo e civilizado era a regra, mas não havia medidas que incluíssem os pobres nessa conta, afastá-los era simples. À medida que os decretos eram assinados, as coisas ficavam mais difíceis para ex-escravos, vadios, pobres em geral, principalmente mulheres. A Historiadora Joana Maria Pedro (1992, p. 173) concluiu que durante o final do século XIX e início do século XX, a elite da cidade fazia restrições à presença de mulheres pobres que trabalhavam nas ruas do centro improvisando inúmeras formas de sobrevivência. A elite e os representantes do poder público tentavam implementar práticas para impedir a livre circulação dessas mulheres na área central, que deveria ser “limpa e civilizada”. Mas, segundo Joana, tais estratégias e políticas esbarravam na resistência das mulheres. A cidade apresentava um mercado de trabalho formal restrito e as mulheres para sobreviver criaram e mantiveram formas de trabalho na cidade, muito além do papel de esposa e mãe, imagem idealizada pela classe rica.

Havia uma forte pressão por parte da elite local e do poder público para dificultar, e conseqüentemente expulsar os pobres e extinguir seu modo de vida da cidade. Em julho de 1919, João Damasceno da Silva, fiscal geral da

⁵³⁴ D’Orlac. “Habitos e Costumes”. Revista O Olho, número 13, de 02 de julho de 1916 (BPESC).

superintendente municipal intimou os proprietários dos imóveis no perímetro urbano com obrigações urbanísticas de embelezamento das casas. Uma nova obrigação que passava a contar como nova dificuldade aos pobres. As casas deveriam ter a fachada rebocada, portas e soleiras substituídas, calhas e canos de escoamento consertados, toldos em mau estado substituídos por vidros. Cabral (1971) lembra que só as casas dos ricos possuíam vidros, o que dificilmente seria suprido pelos pobres. Além disso, as casas deveriam ser caiadas, pintadas a óleo ou verniz. Mesmo com constantes ampliações de prazo, as multas de 15 mil réis seriam aplicadas principalmente sobre os pobres, que tinham maiores dificuldades para cumprir as posturas.⁵³⁵ Segundo Souza (1980, p. 214), as imposições do código de postura de Florianópolis do final do século XIX, que estabelecia as dimensões das casas no perímetro urbano, continha nítida influência da arquitetura neoclássica francesa. A influência francesa na arquitetura prenunciava o início das mudanças sanitárias e modernistas que viriam da França. Isso provocaria transformações no espaço urbano e implicações sociais drásticas a permanência de famílias pobres no perímetro urbano.

Segundo Custódio (2004), idéias opostas a estas, de modernização urbana, eram de alcance reduzido, consideradas nostálgicas e românticas. A luta pelo poder no espaço urbano aparecia como pano de fundo em diferentes tipos de discurso e planos sobre a cidade entre os séculos XIX e XX. Eram comuns os discursos dos defensores dos ideais positivistas. Neles, a cidade precisava “funcionar bem, estar sadia com suas partes e desempenhando bem suas funções”. A cidade como organismo que utilizava conceitos tomados da biologia, através da teoria ecológica desenvolvida por Haeckel (1834 – 1919) um dos seguidores de Charles Darwin (1809 – 1882) que influenciou esse pensamento com sua teoria sobre a seleção natural e evolucionismo, que revolucionaram as ciências naturais. Na Europa, as mudanças da urbanização industrial incorporavam idéias da sociologia positivista do francês Émile Durkheim, que influenciou o pensamento da época, *“a cidade teria um padrão normal de funcionamento e os desvios eram considerados como patológicos”*.

⁵³⁵ Artigo 45 do Código de Posturas do Município. Republica, 12 de julho de 1919, página 4 (BPESC). No mesmo jornal do dia 03 de agosto de 1919 o governo municipal adiava o prazo das pinturas por 60 dias.

Também vigorava uma concepção geral de desordem urbana e de urgência em ordená-la. As análises priorizavam os problemas de moradia, higiene física, salubridade, circulação do ar, construção de áreas verdes para conter os miasmas que atacavam os bairros operários próximos aos bairros burgueses (CUSTÓDIO, 2004, p. 78 a 80).⁵³⁶

A abertura de espaços, alargamentos de ruas e demolições seriam um reflexo desse pensamento em Florianópolis. Demolições realizadas, sem que fosse manifestada preocupações efetivas com a moradia dos pobres. Diferente de cidades maiores que tinham além de uma população de ex-escravos, uma população migrante proletária, Florianópolis era apenas administrativa e comercial e a maior parte da população pobre era de ex-escravos e seus descendentes. Não havia necessidade de manter populações pobres vivendo em áreas específicas próximas a fábricas como em outras cidades. A grande maioria dos pobres, os ex-escravos e seus descendentes seriam simplesmente expulsos.

Em 3 de agosto de 1919, a inspetoria de higiene publicou novamente o decreto 1.082 de 1918, que proibia a plantação de capinzais no perímetro urbano dificultando a criação de animais. No mesmo dia e jornal, era reeditada a Lei 226 de 1904, que proibia a entrada de pessoas maltrapilhas, descalças, conduzindo cargas ou embriagadas nos espaços públicos.⁵³⁷ Essas restrições foram publicadas por vários dias do mês de agosto daquele ano. As restrições impostas aos pobres, que incluíam até proibição de freqüentar jardins públicos, tinham o objetivo de limitar a presença destes e de outros indesejáveis com os abastados na cidade. É difícil estabelecer até que ponto essas medidas influenciaram à vida dos pobres no perímetro urbano, foram cumpridas, cobradas, burladas ou desobedecidas e o quanto impediram a reprodução da vida dos mais pobres na cidade, se bem que não se espera poder medir isso, mas são sinais do que ocorreu, a expulsão. Esse conjunto de medidas implantadas entre o final do século XIX e início do século XX, criavam legalidade, muito mais do que refletiam o processo de fortalecimento de um novo padrão de vida e consolidação do poder político da classe dos

⁵³⁶ As idéias de Haeckel possibilitaram o surgimento da Escola de Chicago na década de 1910, criadora da ecologia humana (CUSTÓDIO, 2004).

⁵³⁷ Republica, 03 de agosto de 1919, página 4 (BPESC).

comerciantes e dos ideais modernizadores da república e da elite da época, que deixava claro a quem a cidade deveria servir.

Cada lei teve uma aplicabilidade, nem todas passavam à prática, eram fiscalizadas, ou respeitadas. Isso também ocorreu com as leis que incidiam sobre a cidade ou sobre o modo de vida na cidade. É difícil medir a influência das leis que dificultaram a permanência e o modo de vida dos pobres em Florianópolis e até que ponto influenciaram para sua expulsão do perímetro urbano tradicional. O fato é que, uma série de leis foi escrita com esse objetivo que corroborou para esse contexto de exclusão. Das leis que decorriam taxas, impostos ou multas consequências maiores de resistência ou empenho em sua aplicação. Quando os problemas sobre a cidade se extremavam, em alguns, casos quando a ação dos fiscais, inspetores, superintendentes não encontrava solução ou não tinha competência, as soluções se restringiam a ação da tinta no papel. Talvez represente um pouco esse contexto o problema da questão sanitária em 1920. Frente ao acúmulo de problemas e da importância da questão sanitária, o superintendente João Pedro de Oliveira Carvalho decretou a lei 499 de 25 de outubro de 1920 que obrigava todas as casas a terem instalação sanitária no município, o que nunca chegou a acontecer, nem mesmo hoje.

*“Fica desde já estabelecida a obrigatoriedade de instalações sanitárias em todas as casas do Município de Florianópolis, quer sejam urbanas, suburbanas ou rurais”.*⁵³⁸

A resolução 206, de 7 fevereiro de 1920, regulamentava a cobrança da taxa sanitária que já havia sido instituída em 1899 (lei 98 de 30 de outubro de 1899). Nesse regulamento era obrigatório o pagamento das taxas e multas em todo o perímetro urbano delimitado em 1919 (resolução 177 de 10 de maio de 1919). A re-introdução dessa taxa implicava mais dificuldade para os pobres. A tabela para cobrança da taxa sanitária onerava os cortiços botequins e “casas de pasto”,⁵³⁹ - freqüentados pelos pobres - da mesma forma que os hotéis e hospedarias e cafés. Cortiços pagavam três mil réis, o mesmo que unidades

⁵³⁸ Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930, página 13, referente a 1920. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁵³⁹ Lugar que servia refeições, comida pronta, o mesmo que restaurante.

maiores como quartéis, repartições, hospitais, fábricas, oficinas e casas importadoras. As “casas de habitação colectiva” (cortiços) pagavam mais que estabelecimentos comerciais em “qualquer ramo” cuja taxa era de dois mil réis.

Tabela 31. Tabela de cobrança da taxa sanitária em 1920:

Estabelecimento ou prédio	Taxa em réis
Cortiço	3\$000
Botequim	3\$000
Casas de pasto, de comestíveis ou de bebidas	3\$000
hospedarias	3\$000
hotéis	3\$000
quartéis	3\$000
repartições	3\$000
fábricas diversas	3\$000
oficinas diversas	3\$000
cafés	3\$000
Moradia com valor locativo igual ou superior a um conto de réis anual.	3\$000
escritórios comerciais	2\$000
agências diversas	2\$000
depósitos	2\$000
cocheiras	2\$000
garagens	2\$000
cartórios	2\$000
bilhares	2\$000
barbearias	2\$000
Moradia de valor locativo de 600\$000 a um conto de réis anual.	2\$000
Casas de moradia de valor locativo de de 360 a 600 réis anual.	1\$000
Casas de moradia de valor locativo até 360 réis anual.	\$500

Fonte: Resolução 206, de 7 de fevereiro de 1920. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Páginas 21 e 22, referente a 1920. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

A superintendência municipal mantinha as obras de reforma e de embelezamento e modernização da cidade com base numa série de impostos e taxas. Havia imposto sobre ambulantes, veículos, sobre aferições (peso e medidas no Mercado), sobre publicidade, terrenos, emolumentos, construções, taxa de expediente, gado abatido, renda do Mercado e Cemitérios.

Em 1923, a superintendência municipal estava multando e cobrando os gastos que teria com os proprietários de terrenos que não fizessem suas calçadas. Publicava em jornal listas com os nomes dos devedores das décimas prediais. As medidas pelas cobranças de novas taxas pressionavam os mais

pobres. A nova taxa sanitária era cobrada por semestre, com multas progressivas por atraso.⁵⁴⁰

Um artigo escrito em 1916 por um cronista chamado F. Malheiros descreve o início de um outro tipo de pobreza, na qual Desterro não cabe totalmente, pois retrata também a condição operária que nessa nossa Portuária não havia. Mas se encaixa quando refere a pobreza de vida isolada, simples, ainda sem base no consumo que existia no século XVIII e parte do século XIX, da pobreza gerada pela condição de viver na cidade paralela ao comércio. Que se acentuava há medida que navegação, mercado e comércio se desenvolviam. Uma pobreza em uma sociedade que começava a apresentar diferenças e divisões mais acentuadas. Que passaram a gerar divisões também à cidade. Já não era aquela pobreza em que não havia o capital no processo. E à medida que o processo avança as necessidades aumentam.

“(...) Já vai longe o tempo em que o pobre vivia, quase livre de cuidados, e tinha também momentos de alegria como outro qualquer mortal.

O mundo para elle não era então, como hoje, um ergastulo de padecimentos de vivitudes e talvez mesmo de fome.

Nesse tempo o inferno do Dante era-lhe uma utopia, um sonho, uma fantasia da imaginação ardente do poeta florentino, que vive no coração da Itália gloriosa e na grandeza da immortalidade.

Hoje é uma realidade terrível e dolorosa como um pesadelo povoado de fantasmas desoladores.

O pão encarece, o dinheiro escasseia e o trabalho falta pela escasses do dinheiro.

Das officinas são despedidos em massa, ás centenas, os operários, que n’ellas, com o suor do trabalho – muitas vezes além das suas forças – iam ganhar o sustento da família, a renda da casa, o vestuário medesto.

De um momento para outro tudo lhes falta, tudo se desmorona e subverte, como si um cataclysmo lhes houvesse desabado sobre a cabeça.

Mas hão de vestir, hão de alimentar-se e hão de ter um tecto para abrigo.

Onde ir buscar os recursos para isso?

Enquanto trabalharam, não puderam fazer economias, porque o parco salário dava-lhes para viver, mas não para economisar.

A miséria bate-lhes á porta.

Os gêneros de primeira necessidade de, que lhes custavam dez vezes mais.

Centenas, milhares de indivíduos na maioria sobrecarregados de famílias sem trabalho e sem esperança, de obtel-o, vendo os filhos com fome, estiolando-se, despauperando-se, adoecendo, hão de sentir por força o desespero dominal-os, e – homens que até ontem foram honrados - hão de ter idéias más para poderem salvar a prole amada.

Jamais houve n’este paiz quem pudesse imaginar que no Brasil se morresse de fome.”

⁵⁴⁰ República, 01 de junho de 1923, número 1.385 (BPESC).

Mas morre-se, e si hoje ainda ainda isso não succede, há de succeder amanhã, porque impossível será a innumeras pessoas affrontarem a horrorosa carestia que a todos assoberba e que de dia para dia mais avulta.

Si não houver uma providência enérgica que attenuue as horrorosas condições da actualidade, seremos testemunhas de cenas bem dolorosas.

Que Deus se compadeça dos que soffrem as torturas da miséria – hoje ainda, por vergonha, no intimo do lar, mas amanhã ou dentro em pouco, publicamente, para remorso d’aquelles que deitam milhões ao vento, e que querem fazer economia do magro salário de pobres trabalhadores e de modestos empregados, economizando assim á custas dos padecimentos, da miséria e da fome de famílias inteiras.”⁵⁴¹

A nova pobreza descrita nesta crônica é uma pobreza gerada pelo capitalismo, que em Desterro, durante o século XIX, foi se desenvolvendo intrincado ao escravismo. Com o fim da escravidão e estabelecimento definitivo da classe comercial, era a pobreza do início do século XX. Essa pobreza, Milton Santos classificou como a da marginalidade, que passa a ser identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanharia o processo econômico. “Além da pobreza absoluta, uma pobreza relativa, que leva a classificar o indivíduo pelo poder de consumo em que pobres são os marginais” (2001, p. 70 a 74).

Conclusão da parte II

A navegação, a escravidão e o comércio foram lentamente substituindo a subsistência, o escambo e o contrabando, implantados como estrutura e processo econômico sobre os quais a sociedade forjaria as diferenças que se tornariam cada vez mais realçadas durante o século XIX.

Esse processo histórico foi transformando a subsistência, o escambo e o contrabando em comércio e a vila dos pobres em uma cidade de navegadores e comerciantes, de um poder militar em um poder comercial. Um processo histórico de geração cada vez mais acentuado de produção de riqueza e pobreza refletindo na cidade. Dos marítimos e pescadores da Toca e da Figueira, dos escravos que viviam nas casas de seus senhores e que faziam de Desterro seu território; da expulsão dos pobres de uma cidade bastante homogênea para bairros pobres; depois para a várzea do córrego da Fonte Grande, becos e guetos, ainda dentro da cidade.

⁵⁴¹ “Os pobres”. A Opinião, 28 de janeiro de 1916, página 2 (BPESC).

Há uma clara limitação em tentar retratar uma época com base apenas em relatos de viajantes estrangeiros, em que são comuns as generalizações, simplificações e que principalmente descreviam uma realidade com base e expectativas européias, em que os comentários foram feitos sob comparações com a Europa. A preocupação maior nesse caso é a de não cair na armadilha de na generalizar, por induções, e utilizar os relatos particulares para compor uma análise mais ampla.

A importância do porto de Desterro à navegação é o que vai escrever a gênese da cidade e de sua riqueza e pobreza. Parte do que a navegação acumulou, que gerou a formação de um capital comercial em Desterro, incluiu o roubo, contrabando, sonegação e a mão-de-obra de escravos marinhaes. A formação da classe de comerciantes da cidade antiga cresceu num lento e complexo processo que refletia a especificidade da economia de Desterro em torno da navegação e de sede de poder político. Das boas condições do porto natural, mas de comércio restritivo pela coroa portuguesa, à liberdade de comércio e o contexto da forte navegação de cabotagem.

As relações estabelecidas a partir da navegação fortaleceram o crescimento do comércio, que realçou as diferenças sociais. As diferentes condições de vida na cidade entre escravos, libertos, pobres, pescadores e marítimos se acentuaram em relação aos navegadores e comerciantes. Pobreza e riqueza estreitavam relação entre a navegação, exploração do trabalho, comércio escravo, o comércio e o poder político em Desterro.

Por outro lado, a pobreza se avultava no monopólio da pesca da baleia que ocupou, empregou e reproduziu trabalho escravo e utilizou o trabalho livre dos moradores da costa e das vilas e povoados sem nenhuma riqueza fixar. Essa atividade não produziu nenhuma modificação ao estado geral da pobreza do lugar. Quando a pesca da baleia declinou, deixou apenas rastros de pobreza, gente sem ter como subsistir e abandonados.

Também tem que ser considerado que o comércio passou aos poucos a possibilitar o enriquecimento de uma elite, seu crescimento não foi contínuo nem linear. Ao longo do século XIX, apresentou períodos de crescimento, estagnação e até retrocesso, uma pobreza econômica que se multiplicava em uma população que passava da subsistência da antiga vila as atividades urbanas do Porto, dos ofícios e do comércio. .

O poder da classe dos comerciantes que se formou da navegação tomou o poder político. Durante todo o século XVIII o poder político na cidade era desempenhado pelos militares. Na década de 1830, isso se modificou, a partir dessa época, havia uma classe de comerciantes que também passou a ocupar as posições de comando político na província e na cidade. A partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento do comércio e das atividades do porto refletiam as mudanças na composição social, de uma cidade de militares e pobres vivendo na subsistência, para uma cidade de relações mais amplas, de navegadores e comerciantes abastados, em uma cidade com mais escravos e imigrantes. O comércio e o porto foram atividade e estrutura que possibilitaram mudanças à cidade e a vida social. Enquanto a crescente população livre e liberta não encontrava lugar na sociedade escravista. A riqueza proveniente das exportações comerciais foi acumulada pela classe comerciante que tinha os escravos para desempenhar o trabalho na cidade.

Durante todo o século XIX foi constante o comércio de escravos entre navegadores e comerciantes de Desterro. O comércio de escravos em Desterro ocorria no Porto, por senhores da navegação comerciantes, contrabandistas e traficantes proprietários de embarcações. Envolveria os “atravessadores”, comerciantes e tipógrafos que utilizavam os jornais para intermediar compra, venda e aluguel de escravos. O trabalho escravo era comum por toda Desterro, mesmo pessoas que não tinham condições de comprar escravos ou não precisavam de seu trabalho constantemente os alugavam. Escravos eram comprados para trabalhar nos navios; nos armazéns; nas casas de comércio; nas “casas de família”; em hotéis e estalagens. Havia a compra de escravos por instituições: irmandades religiosas hospital, liceu. O governo da província arrecadou com o mercado de escravos até a abolição.

A classe abastada formada na navegação, que originou a cidade portuária e o comércio, passou a dar importância às questões urbanas, como o abastecimento de água, as condições de salubridade da cidade e a fomentar novos parâmetros arquitetônicos e estéticos para a cidade, e morais para o comportamento do povo. Essas mudanças influenciaram a ordem social e a organização do espaço da cidade. Um símbolo dessas mudanças urbanas, da

expansão do comércio e da ascensão de uma classe abastada era o sobrado. Os sobrados começam a fazer parte da paisagem da cidade e a serem multiplicados. São dessa época as primeiras resoluções da câmara de mais exigentes sobre os padrões de construção e embelezamento urbano a serem seguidos. As casas simples de porta e janelas do povo pobre da cidade foram sendo substituídas por sobrados de oficiais militares, altos funcionários do estado e, principalmente, dos navegadores, armadores e comerciantes. Os mais pobres mudavam-se para cortiços em áreas mais afastadas da área comercial.

A riqueza dos comerciantes da área do Porto deu origem a ocupação de novas áreas. A formação das chácaras ocorreu a partir do centro comercial. Navegadores e comerciantes que passaram a acumular algum dinheiro que já tinham seus sobrados passaram a comprar áreas na Praia de Fora, Mato Grosso, São Luiz, Pedra Grande. Utilizavam as chácaras principalmente no verão para fugir dos problemas sanitários do centro que aumentavam com a falta e contaminação de água das fontes e despejos nos córregos.

Com o crescimento da classe comerciante, com imigrantes europeus, cresceram as demandas por transformações urbanas, influenciadas pelas mudanças que já vinham ocorrendo no Rio de Janeiro. As transformações eram as “modernizações urbanas”, implantação de serviços e infra-estruturas, reconstrução da cidade colonial portuguesa por uma nova influenciada pelas transformações que vinham ocorrendo na França, uma cidade para a classe burguesa e que excluía os pobres e seus cortiços. Esse contexto de mudança urbana só passou a existir em Desterro depois que se formou uma burguesia comercial urbana. Isso ocorreu principalmente a partir das duas últimas décadas do século XIX. Nessa época a cidade uniria ao século de comércio e construção da cidade portuguesa e o comércio desenvolvido pelos migrantes europeus. A partir de então, a classe comerciante ficou maior. Aos comerciantes de sobrenome de origem portuguesa somaram-se novos, de outras origens européia. Migrantes e descendentes de migrantes das colônias estabelecidas em Santa Catarina e de fluxos que vieram diretamente para Desterro estabeleceram e desenvolveram pequenas firmas comerciais. De atravessadoras, entre a produção das colônias e das cidades de Santa Catarina ao Rio de Janeiro, tornaram-se empresas maiores atuando no

comércio de importação e exportação. Esses comerciantes estabeleceram novas relações comerciais e mais amplas. Esse crescimento do comércio gerou uma classe que passou a ser a principal elite urbana, que iniciou mudanças sociais e políticas que refletiam no cotidiano e organização da cidade. A formação da elite comercial urbana fortaleceu as diferenças sociais que passariam a ser expressas no espaço urbano. Principalmente, a instalação de serviços e infra-estruturas urbanas que serviriam a elite comercial e a concentração da população pobre em áreas específicas, não mais por toda a cidade.

Ao longo do tempo em que o comércio se fortaleceu e os comerciantes a concentrar mais poder e riqueza, a população pobre crescia. Essa população era formada principalmente por escravos e libertos, migrantes pobres, que sobreviviam de serviços esporádicos, da vida nos barcos, como soldados, do comércio ambulante, da prostituição ou da mendicância.

Os comerciantes passaram a comprar as casas dos pobres nas ruas do centro. À medida que eram expulsos dos cortiços demolidos, das casas de aluguel vendidas ao comércio, ou fugindo das posturas que condenavam suas casas ou das leis que impediam seu modo de vida, os pobres migraram para os bairros mais afastados em torno da área comercial.

O crescimento econômico do comércio mudou a pobreza na antiga Desterro. A subsistência dos pobres perdeu sua posição no espaço urbano tradicional, organizado para o trabalho e cotidiano que havia até então. Parte da população e de seu crescimento se integrava a expansão do comércio pela cidade e parte da população se deslocava com suas antigas formas de viver.

Na República, a classe comerciante aliada a elite política, imprimiu uma série de mudanças sociais e uma transformação na cidade com implicações diretas sobre a condição de vida dos mais pobres. As críticas aos bairros pobres feitas pelos jornais, às posturas e leis do governo revelavam o anseio de apagar a herança material da época colonial e imperial. Expressavam a intolerância à convivência próxima à pobreza e o desejo de construir uma cidade “moderna”, para a elite urbana. A Imprensa foi um instrumento eficaz utilizado nesse processo de mudanças sociais que gerou mudanças no espaço urbano. Pela imprensa criticava-se o modo de vida, principalmente dos pobres, reforçando uma separação crescente entre duas formas de viver na cidade.

Novos códigos e leis tinham o objetivo de imprimir mudanças no contexto social através dos novos princípios de higiene e sanidade médicas para o indivíduo e a cidade. Estabelecia marcos jurídicos e legais que iriam tentar impor o controle e ordem social do cotidiano urbano, sob aspectos parciais de uma classe da população, sua elite econômica e política. As normas para alcançar um determinado padrão urbano e arquitetônico criavam barreiras e exigências que só podiam ser transpostas com dinheiro. Não apenas dificultavam o trabalho dos mais pobres mas, restringiam as possibilidades de construir uma casa ou permanecer no perímetro urbano sem ascender a um novo padrão social.

A abertura de espaços, alargamentos de ruas e demolições seriam um reflexo desse processo. As demolições de áreas pobres seriam uma consequência dos processos de modernização urbana. Diferente de cidades maiores que tinham além de uma população de ex-escravos, uma população migrante proletária, Florianópolis era apenas administrativa e comercial e a maior parte da população pobre era de ex-escravos e seus descendentes não fazia falta a elite urbana. Não havia necessidade de manter populações pobres vivendo em áreas próximas de fábricas como em outras cidades.

PARTE III

SANIDADE URBANA E HUMANA: IMPLICAÇÕES SOBRE A POBREZA

Introdução

Nesta parte, uma análise das condições higiênicas e sanitárias da população pobre e da cidade do século XIX. O papel da elite econômica, política e intelectual e os agentes sociais relevantes no processo das mudanças urbanas em Florianópolis. A influência do medo imposto pelas epidemias às transformações sanitárias e as consequências para a cidade. As políticas de separação, segregação e isolamento dos párias da sociedade, e uma análise das relações cotidianas entre ricos e pobres, da caridade à criminalização da pobreza.

As influências para as mudanças vinham principalmente da Europa, de onde eram difundidos modelos de sociabilidade, de consumo e das intervenções urbanas que resultavam dos processos higienistas e sanitários do século XIX. As escolas politécnicas brasileiras tinham professores europeus que formaram os primeiros engenheiros e técnicos que agiam sobre a cidade.⁵⁴² Entre o final do século XIX e o início do século XX, muitos técnicos estudaram na Europa, principalmente na França, o que influenciou seus trabalhos relacionados às transformações sanitárias, de modernização e embelezamento urbano no Brasil.

O medo de epidemias nas cidades litorâneas era constante e as tentativas de contê-las foram intensas na segunda metade do século XIX. Eram freqüentes: as quarentenas nos navios que tinham tripulantes doentes e nas casas de pessoas infectadas por doenças transmissíveis; as tentativas de estabelecer serviços de remoção de lixo e excrementos, de limpeza de córregos e fontes, aterros de áreas alagáveis; proibições de capinzais e criação de animais dentro da cidade e os cuidados com os ritos da morte.

⁵⁴² Como os Franciscos: Pereira Passos e Saturnino de Brito. Sobre isso: Maria Cristina da Silva Leme (organizadora) *et al*, *Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965*. São Paulo; Studio Nobel, Fausp, Fuoan. Como exemplo do contexto de influência sobre os urbanistas brasileiros do início do século, a pesquisa de Andrade (1992), que estudou os projetos sanitários de Saturnino de Brito, apontou a cultura urbanística européia, em particular a dos primeiros urbanistas franceses, como a base teórica que fundamentavam os princípios dos projetos.

Havia uma constante preocupação com as ameaças de doenças, miasmas e epidemias, uma época de limitadas estruturas de esgoto e abastecimento de água, de controle de lixo e despejos urbanos, de controle sanitário, de crescimento urbano em áreas alagáveis onde proliferavam doenças. A população de Desterro, como nas demais cidades litorâneas ligadas pela navegação, sofria com epidemias que dizimavam principalmente os que tinham as piores condições sanitárias, os mais pobres. O fato de Desterro ser uma cidade portuária com crescente fluxo de escravos e estrangeiros marinhaos, livres e libertos entre as províncias aumentava o perigo de contágios. As degradantes condições de vida dos escravos e a vulnerabilidade do fato comum de não haver saneamento, potencializava o perigo de verminoses, febres gástricas e desinterias (diarréias), opilações (ancilostomíase) entre outras. Os mais pobres eram mais vulneráveis, mas toda a população era afetada.

O estudo do flagelo das doenças epidêmicas durante o século XIX e o medo que causavam à população, permite entender e argumentar sobre a influência que o controle das doenças, o higienismo, teve em Desterro. Ao pesquisar os documentos sobre saúde no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, descobri que o conjunto de relatórios referentes a 1882, revela que nesse ano uma devastadora epidemia de varíola assolou o litoral catarinense. A epidemia de 1882 foi o marco da influência das medidas médicas sobre Desterro. A partir de então o poder de polícia do estado passou a agir para além das determinações de saúde do indivíduo, alcançando também e diretamente a cidade, principalmente sobre a moradia dos mais pobres.

Para a elite urbana do início do século XX, as pessoas de origem africana tinham que sair da cidade, assim como os lunáticos, os doentes, os degradados, os vadios, os ciganos, os mendigos. Florianópolis seria lugar dos “civilizados, educados, modernos, das forças vivas da sociedade”. Para a elite rica, o ideal eram os padrões sociais, urbanos e culturais do Rio de Janeiro e melhor ainda “da Europa”.

“Hoje, com bondes elétricos, automóveis e o mais, os nossos grandes burgueses, alguns dados todos os descontos, mais ricos do que o príncipe regente, só sabem amontoar-se em Botafogo, em palacetes de um gosto afetado, pedras falsas de arquitetura, com as tabuletas idiotas de vilas disto ou daquilo” (Mágoa que rala. Lima Barreto).

Capítulo VIII

O medo da pobreza

Médicos, sanitaristas, geógrafos e engenheiros da pobreza

No final do século XIX, Florianópolis tinha uma elite econômica, política e intelectual recém formada que se apresentava aberta e receptível às mudanças consideradas como “modernas do progresso econômico e urbano”. Essas mudanças não refletiam uma demanda social da maior parte da população - os pobres. Havia uma incompatibilidade entre os anseios das elites, seus projetos e planos para a cidade e o modo de vida, sobrevivência e permanência dos pobres no perímetro urbano de Florianópolis. Enquanto nos gabinetes do governo, nos clubes, nos cafés e através dos jornais a elite planejava, e discutia a instalação das novas infra-estruturas urbanas: redes de água, esgoto, bondes, iluminação elétrica, a canalização de córregos, o alargamento de ruas e as demolições de casinhas e cortiços nas fontes, no porto, no Mercado, nas ruas, nos bairros pobres, a população reproduzia uma vida simples e tentava sobreviver ao dia a dia.

O modelo dessas mudanças vinha do Rio de Janeiro, de Buenos Aires, cidades às quais Desterro esteve historicamente ligada pela navegação - e da Europa, onde parte da elite ia estudar, assim também no Rio de Janeiro, aprender com professores europeus. Desse circuito surgiam as novas necessidades da elite de Desterro. Nesses lugares eram ditados modelos sociais e de consumo, de convivência e de realização de mudanças urbanas que tiveram profunda influência nas transformações sociais e espaciais em Florianópolis. Rogério de Souza (2005, p. 25) cita um aspecto dessas influências, que é fundamental para entender esse contexto: a instrução, educação e o estudo dos filhos das famílias que tinham poder econômico e político, que decidiam e implantavam as mudanças, era realizado fora de Santa

Catarina, nas grandes cidades brasileiras e européias. Os filhos das famílias escravistas, proprietários na navegação, comerciantes ricos, de militares de alta patente e dos políticos eram educados para ocupar os postos mais importantes da vida liberal e dos cargos públicos. Essa educação era realizada no Rio de Janeiro e Paris. Quando regressavam, os bacharéis influenciavam os círculos do poder na cidade, escreviam nos jornais, decidiam na superintendência municipal, no congresso representativo, no tribunal e governo. Dirigiam a política e os investimentos com objetivo de alcançar “o adiantamento social, a modernidade urbana, o progresso econômico e os avanços higienistas e sanitaristas” que vivenciavam das metrópoles européias.

Andrade (1992, p. 16 e 17) relacionou uma série de mudanças consequentes do século XIX, “século do higienismo na Europa”, que alteraram e reformaram hábitos e o cotidiano. Redesenhando radicalmente a cidade; construindo nova cultura e técnica, rompendo formas de sociabilidade urbana. As práticas higienistas estipularam novos modos de viver, de comportamento e de morar. Segundo Andrade as classes pobres foram o foco das ações higienistas na Europa.

À escala nacional, os modelos culturais, sociais, urbanos e de modernização que influenciavam Florianópolis partiam do Rio de Janeiro, cidade com a qual mantinha os principais laços políticos, econômicos e culturais, por séculos, em torno da navegação - principal atividade na antiga Desterro que a articulava ao território nacional e explica sua história.

À escala das relações internacionais, a França mantinha uma influência destacada no Brasil. Influência marcante nos modelos e projetos de remodelações urbanas dos processos de modernização que ocorreram em cidades brasileiras de origem colonial e imperial, no início do século XX. A base das novas idéias sobre o espaço urbano tinham como modelo as reformas de Haussmann em Paris entre 1853 e 1870.⁵⁴³

⁵⁴³ O Barão Georges-Eugène Haussmann foi prefeito do departamento do Sena entre 1853 e 1870, quando remodelou o centro de Paris. Uma grande quantidade de edifícios foi demolida, e instalada uma arquitetura e urbanismo homogeneizante e funcional. Parte da população pobre que residia na área das obras foi expulsa para lugares mais afastados. Haussmann abriu longas e retas avenidas, urbanizou e saneou extensas áreas, construiu prédios públicos, instalou redes de energia elétrica, de água e transporte, ampliou e instalou serviços urbanos - sobre isso ver Françoise Choay, *L'urbanisme utopies et réalités: une antologie*; Paris; Editions du Seuil. Sua

O Instituto Politécnico de São Paulo e a Escola Central – depois Escola Politécnica do Rio de Janeiro - tinham em seus quadros professores europeus que formaram os primeiros engenheiros, geógrafos, urbanistas, arquitetos, sanitaristas brasileiros. Intelectuais catarinenses como Afonso d'Escragnoille Taunay escritor, historiador e professor cursaram a Escola Politécnica do Rio de Janeiro.⁵⁴⁴ Muitos técnicos estudaram na Europa – principalmente na França - o que influenciou seus trabalhos relacionados às transformações sanitárias, de modernização e embelezamento urbano nas principais cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX.⁵⁴⁵

Os processos higienista, sanitário e de modernização urbana implicaram profundas transformações sociais e espaciais na cidade no início do século XX - entre os quais, uma contínua movimentação dos pobres ao limite de sua permanência no perímetro urbano tradicional. Parte importante do processo de transformação de uma pobreza incluída na cidade e seu cotidiano, numa pobreza da marginalidade.

Alguns agentes sociais foram importantes para a implantação da política e dos projetos sanitários em Florianópolis. O estudo desses agentes pode explicar o processo da influência europeia na formação intelectual e técnica da

influência somava-se as teorias de Haeckell (1834 – 1919) que relacionava conceitos da ecologia às ciências humanas, que considerava às idéias positivistas de ordem e funcionalidade na sociedade e analisava a cidade como a um organismo - sobre isso, ver Vanderli Custodio, Geosul, UFSC, número 38. Desse contexto de idéias surgiam projetos que prezavam a higiene, salubridade, sanidade e ordem urbana. Esses princípios e modelos passaram a influenciar os processos de modernização urbana em várias cidades pelo mundo durante o século XIX e XX como a Reforma Passos no Rio de Janeiro, uma das mais referenciadas no Brasil. Entre 1903 e 1906, o prefeito Francisco Pereira Passos (1836 – 1913) empreendeu uma profunda reforma urbana no Rio de Janeiro. O “bota a baixo” ou “reforma Passos” abriu e alargou ruas e avenidas, saneou áreas, introduziu o asfalto em calçamentos, construiu túneis e implantou redes de bondes, aplicou rigoroso controle das construções urbanas e demoliu casas e cortiços expulsando os pobres do centro da cidade.

⁵⁴⁴ Sobre Taunay, em: *Cinco Peças da Velha Iconografia Catarinense (1815)*. Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Florianópolis. Imprensa Oficial. Volume II 1950, p. 129

⁵⁴⁵ Francisco Pereira Passos, Francisco de Paula Bicalho, Augusto Carlos da Silva Telles, Arão Leal de Carvalho Reis, Theodoro Sampaio, João Pereira Parobé, André Gustavo Paulo de Frontin, Francisco Saturnino de Brito, Victor da Silva Freire, Pedro Campofiorito, João Moreira Maciel, Armando Augusto Godoy, Américo Furtado de Simas são alguns dos técnicos pioneiros formados por estas escolas. A maior parte estudou com professores franceses no Brasil ou em períodos na França, ou sofreu forte influência da produção urbanística francesa. *Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965*. Maria Cristina da Silva Leme. et al. Studio Nobel, 1999.

elite brasileira. Um desses personagens relevantes foi o engenheiro e governador de Santa Catarina, Hercílio Pedro da Luz.⁵⁴⁶

Hercílio era filho de um rico comerciante e cresceu num meio intelectual, conviveu com Oscar Rosas, filho de um professor de francês do Ateneu Provincial de Desterro. Outro amigo foi José Boiteux, que também estudou no Ateneu e se tornou um dos maiores intelectuais de Santa Catarina, participou de todos os governos de Luz. Hercílio estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e engenharia civil em Liérgina na Bélgica. Foi nomeado engenheiro da província de Santa Catarina em 1888. Seu primeiro mandato de governador foi de 1894 a 1898, assumiu o governo como vice governador em exercício entre 1919 e 1920 e foi governador entre 1922 e 1925, este último, o período de maior realização de projetos sanitaristas urbanos em Florianópolis.



Hercílio Pedro da Luz.

Um dos principais colaboradores de Hercílio Luz foi, o José Arthur Boiteux que foi secretário do interior e justiça e dinamizador cultural durante seu governo. Boiteux viveu no Rio de Janeiro, fez pesquisas na Europa e sempre esteve vinculado a instituições culturais, fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896). Quando viveu no Rio de Janeiro, como deputado, vinculou-se a entidades culturais, entre elas a Sociedade Brasileira de Geografia, foi seu sócio benemérito e organizou o Primeiro Congresso Nacional de Geografia em 1909. Trabalhou com Augusto Fausto de Souza e Joaquim David Ferreira Lima – este viria a ser diretor de higiene do estado -

⁵⁴⁶ Bijker (*et al*, 1997) propõe identificar grupos sociais relevantes e como participam e influenciam, especificamente, no processo de desenvolvimento de determinada técnica. Tentei fazer o mesmo no estudo do processo de desenvolvimento dos processos sanitarista e de modernização urbana em Florianópolis, identificar e estudar agentes importantes: como superintendentes municipais, governadores, inspetores de higiene, engenheiros, secretários de governo e comerciantes.

para formar e fundar o Instituto Politécnico em Florianópolis (1917), com os cursos de engenharia, comércio, farmácia e odontologia, que foi o núcleo inicial do ensino superior catarinense. Boiteux colaborou com o conselheiro Manoel da Silva Mafra, advogado de Santa Catarina na questão de limites com o Paraná – parte do contexto da Guerra do Contestado. Esteve em Lisboa para pesquisar nos arquivos da Torre do Tombo nessa questão dos limites. Entre 1919 e 1922, foi secretário do interior e justiça do governo de Hercílio Luz. Criou a faculdade de direito em 1932. Boiteux foi um dos personagens-chaves que exemplifica a importância do conhecimento geográfico, técnico e da influência europeia em Santa Catarina durante o governo de Hercílio Luz.

Outros atores sociais importantes nos processos referentes à pobreza urbana de Florianópolis aparecem como personagens ao longo do texto dessa pesquisa nos temas dos processos higienistas e sanitaristas da cidade entre 1887 e 1930: Francisco José da Rocha, presidente da província; Dorval Melquiades de Souza, superintendente municipal; João da Silva Ramos, superintendente municipal substituto; João Pedro de Oliveira Carvalho, superintendente municipal; Heitor Blum, superintendente e prefeito municipal; Emílio Blum, superintendente municipal; Antônio Pereira da Silva e Oliveira, superintendente municipal; Germano Wendhausen, comerciante, superintendente municipal; Jaime Couto, diretor de higiene; Joaquim David Ferreira Lima foi diretor de higiene em 1920, era médico e foi um dos fundadores do Instituto Politécnico de Florianópolis. Outro governador Felipe Schmidt era engenheiro militar. Os engenheiros Tom Wildi e Augusto Hübel foram encarregados da “seção de obras públicas” da superintendência (prefeitura) da cidade. Em 1928, o prefeito Heitor Blum nomeou para a esta seção o engenheiro geógrafo Euclides Piracuruca.

Um dos personagens mais importantes foi o médico inspetor de higiene pública do estado Duarte Paranhos Schutel. Com ele, as medidas higienistas em Desterro durante o século XIX começaram a ter implicações não só de poder policial de desinfecção de casas, mas o poder policial de remoção da população, principalmente entre os pobres. Durante a epidemia de varíola de 1882, com o avanço da peste em Desterro, ele ampliou as ações, que até então se restringiam à desinfecção das casas e cortiços. Os socorros aos pobres e indigentes que apareciam nos ofícios enviados pelo inspetor Schutel

ao presidente da província, Livramento, deixaram de ser prioridade. Para manter Desterro livre da epidemia as ações foram concentradas na remoção e isolamento das moradias precárias das famílias pobres.

Os médicos que trabalharam nas inspetorias de saúde pública nas cidades sob epidemias tiveram um papel importante em seu conhecimento, controle, planejamento e mudanças. Inspecionavam o espaço urbano, cadastravam e classificavam casas, áreas e bairros, determinavam regras de uso, construção e moradia no espaço urbano. Também estabeleciam e determinavam regras sobre o cotidiano e modo de vida dos moradores. A ciência médica teve total liberdade para ser implantada pelos médicos sanitaristas. Por outro lado, o governo dava total poder de ação aos médicos, limitada apenas nos casos de falta de recursos. Não havia questionamentos ao planejamento e as medidas médico sanitárias. O medo imposto pelas epidemias eliminava do povo e do governo qualquer questionamento às ações implantadas pelos médicos à cidade. Esse poder que atuava sobre a cidade também contribuiu para acentuar uma divisão social e a separação urbana entre pobres e ricos, visto que os pobres eram os mais atingidos por epidemias por viverem em piores condições sanitárias.

Epidemia de pobreza

“Os jornais do Rio dizem grassar fortemente naquella capital a terrível epidemia da varíola. Achamos que, em virtude disso, não deviam os paquetes d’aquella procedência subir á bahia desta capital, sem a necessária quarentena á barra do norte”.⁵⁴⁷

O medo, preocupação e providências contra as epidemias já eram comuns muitos anos antes desse cuidado proposto no jornal A Fé em 1908. Segundo o que Almeida Coelho relatou em 1854 (1877, p. 178), os arquivos da câmara de Desterro registravam que durante os verões sempre ocorriam “enfermidades febris” que começavam pelo Norte da província. Que em 1765, a câmara dirigiu uma carta ao conselho ultramarino em Portugal informando que

⁵⁴⁷ “Variola”. A Fé, 31 de julho de 1908, número 170 (BPESC).

a “febre maligna fez grandes estragos na população e que deixou dois e três enfermos na mesma cama”.

Em Desterro, navios eram isolados em quarentenas e proibidos de aportar, outros abandonavam marinheiros doentes no Porto, que perambulavam pelas ruas e acabavam internados no Hospital de Caridade.⁵⁴⁸ Durante os séculos XVIII e XIX, as cidades cresciam com limitadas estruturas de esgoto e abastecimento de água, com áreas pobres em locais próximos a manguezais e várzeas alagáveis onde proliferavam mosquitos e outros vetores de doenças e pestes. A população de Desterro, como de todas as cidades brasileiras, sofria com epidemias. Durante o século XVIII e até as últimas décadas do século XIX, a população de Desterro não estava dividida em áreas de pobres e ricos, as diferenças sociais eram expressas principalmente pelo tipo das casas, mais do que pela localização. As epidemias afetavam toda a população, ricos e pobres de uma área onde vingasse a peste. Mas é inegável que mesmo nessa condição os mais ricos tinham mais possibilidades de fugir às epidemias. Os ricos podiam mudar de área, comprar uma casa em outra parte da cidade ou mesmo mudar para o interior ou outra cidade. Podiam pagar por atendimento de um médico e ter acesso aos tratamentos e drogas da época e podiam ter acesso a fontes de água de melhor qualidade, comprada em pipa ou recolhida por escravos. Os pobres eram mais expostos às epidemias, não tinham a mobilidade dos ricos para morar e conseguir água potável. Parte da população pobre vivia adensada em cortiços com as piores condições de alimentação, de água e de destino de lixo, excrementos e despejos. Em geral só tinham acesso médico em locais onde havia as Santas Casas de Caridade. Ou pelas inspetorias médicas e sanitárias, quando já estava ocorrendo, ou havia perigo eminente de alguma epidemia. Langsdorff em 1803 citava as “affecções herpéticas”, sarna o “vírus venéreo” que atingiam a população das cidades, a varíola como a enfermidade mais temida e devastadora que se manifestava sempre como epidemia entre os escravos, fazendo milhares de vítimas.⁵⁴⁹

⁵⁴⁸ “O cholera na cidade do Desterro”. O Argos, 18 de março de 1856, número 23 (BPESC).

⁵⁴⁹ Alfredo de Carvalho, Revista do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina. Volume IV, 1915, página 12.

Tabela 32. Registro de óbitos da paróquia do Desterro – pessoas livres:

ano	livres	Aumento ou diminuição em relação ao ano anterior (%).
1793	89	
1794	94	+ 5,6
1795	135	+ 43,6
1796	118	- 12,6
1797	80	- 32,2
1798	141	+ 76,2
1799	131	- 7,1
1800	175	+ 33,6
1801	148	- 15,4
1802	129	- 12,8
1803	118	- 8,5
1804	69	- 41,5
1805	130	+ 88,4
1806	253	+ 94,6
1807	85	- 66,4
1808	120	+ 41,2
1809	227	+ 89,2
1810	149	- 34,4
1811	118	- 20,8
1812	119	+ 0,8
1813	252	+ 111,8
1814	148	- 41,3
1815	142	- 4,1
1816	180*	+ 26,8
1842	363	
1843	270	- 25,6
1844	297	+ 10,0

Fonte: Lucas Alexandre Boiteux, 1950, página 462.

Os dados organizados por Boiteux (1950, p. 462) sobre óbitos da maior parcela da população (os livres) mostram que no período entre 1793 e 1816 houve 5 anos em que o número de óbitos aumentou mais do que 75% em relação ao ano anterior. No ano de 1806 o número de óbitos praticamente dobrou em relação a 1805. Em 1813 foi maior que o dobro de 1812. O que

explica esses aumentos dos óbitos são as epidemias. Boiteux não apresenta os números para a classe dos escravos, mas é certo que eram os mais expostos e sensíveis às doenças por viverem nas piores condições de higiene, salubridade, alimentação, abrigo ou qualquer outra condição da época. Qualquer resistência maior que apresentassem era devido a características individuais genéticas.

De um brigue no porto desciam marinheiros a procura de uma taberna ou quitanda para finalmente comer uma comida fresca e beber um vinho melhor ou a “espirituosa” de cana. Do Porto se ouvia os sinos das Igrejas soando para mais um cortejo.⁵⁵⁰ Os mortos eram carregados em caixões abertos ou nos esquifes das Irmandades. O único caixão do Hospital de Caridade carregava todos os pobres que lá morressem e coubessem nele. Os defuntos escravos ou crianças abandonadas eram carregados de qualquer jeito, sem caixão.

O fato de Desterro ser uma cidade portuária, com a navegação aumentando em importância na economia da cidade, aumentou também o fluxo de pessoas de outras cidades e portos, de escravos marinheiros, estrangeiros marinheiros e imigrantes, livres e libertos que migravam entre as províncias transportando também as epidemias. Os estrangeiros enfermos atendidos no Hospital de Caridade que eram 4,2% na década de 1800, passaram a ser 23,3% na década de 1840, o número de escravos marinheiros enfermos, de toda a costa atlântica também aumentara. Era comum a prostituição na área do porto e pessoas doentes nas ruas e portas de Igreja. Langsdorff descreveu em 1803, que a varíola epidêmica vitimava principalmente os escravos.⁵⁵¹ As degradantes condições de vida dos escravos e a vulnerabilidade do fato comum de não haver saneamento potencializava o perigo de epidemias, vermes, doenças do aparelho digestivo, gastrites, febres gástricas e desinterias

⁵⁵⁰ O artigo 84, do código de posturas de Desterro de 1845, obrigava que sacristãos, sineiros ou encarregados a atenderem a constituição do arcebispado da Bahia sobre os sinais que se faziam aos defuntos. No caso de morte de homem três sinais breves distintos, para mulher dois sinais e para crianças de 7 a 14 anos um sinal. Durante o sepultamento, mais um sinal na Igreja onde o defunto era freguês ou fosse enterrado – a partir de 1840, nos cemitérios das Igrejas das freguesias ou no cemitério municipal na Ilha, havia sido proibido o enterramento dentro das Igrejas.

⁵⁵¹ Alfredo de Carvalho. Revista do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina. Volume IV, 1915, página 12.

(diarréias), opilações (ancilostomíase) entre muitas outras. Os mais pobres eram mais vulneráveis, mas toda a população era afetada. Em 1801, João Pascoal morador de Desterro foi internado com diarreia, Rosa Ignês de Jesus com dores no ventre, Francisco José Barroso “botando sangue pelo corpo”, o “preto forro” Jorge Castilho, de 26 anos, prisioneiro em uma embarcação inglesa internado com dores no estômago, Catarina, pobre internada e falecida com obstrução. As doenças, infecções causadas por amenorréias, chagas venéreas, as tísicas pulmonares – pneumonias e tuberculose - eram comuns nos portos entre marítimos, pessoas pobres e escravos que se alimentavam e abrigavam precariamente. Como em 1801, João Dutra e a viúva Isabel da Costa, os marítimos José João e João Joaquim e o pequeno Marcelino de oito anos internados com “doenças do peito” no Hospital de Caridade.⁵⁵²

A realidade comum às cidades brasileiras da primeira metade do século XIX, era de água apenas próxima às fontes, nas cariocas e falta de estruturas sanitárias. O que havia era os “tigres”, escravos que retiravam das casas as águas servidas e despejavam ao mar ou córregos. Era comum despejar o lixo no fundo dos quintais, áreas desocupadas e até nas ruas. Essas práticas e o crescimento da população urbana agravavam os riscos de epidemias, tanto que, como aponta Farias (*et al*, 2006, p. 19 e 23), as epidemias foram um problema crônico das cidades, principalmente as que tinham mais escravos, como em Salvador a febre amarela em 1849, e no Rio de Janeiro em 1850, que atingiram principalmente estrangeiros e escravos. Os escravos passaram a ter algum cuidado médico por parte dos escravistas só depois das proibições do tráfego que escasseou e encareceu a reposição de cativos.

As discussões e debates sobre higiene pública em 1851, revelavam o conhecimento inicial sobre as formas de contágio das epidemias, que passavam a se disseminar nas cidades com problemas sanitários, que se agravavam com o aumento da população. Artigos em jornal publicavam as teorias da época que ainda não tinham prova da existência dos microorganismos causadores de doenças.

⁵⁵² Livro 2 “Livro de registro de pacientes” (indigentes) 17/01/1801 a 23/01/1822.

“Varrão pensou que a causa dependia da presença no ar de uma multidão de insetos imperceptíveis, que se introduziam no nosso corpo no acto da respiração. Esta hypothese foi abraçada por muitos sábios antigos, e entre os modernos Linneo parece disposto a adotal-a e até em nossos dias o médico veterinário Grogulier crê neste animaculo. Com tudo nem um facto prova a existência destes insectos”.⁵⁵³

Segundo Almeida Coelho, em 1840 e 1841, a província e principalmente Desterro, em seus subúrbios, foi acometida de “febres cerebrais” com uma gravidade que assustou a população e fez muitas vítimas, principalmente entre os militares aquartelados na cidade (1877, p. 178). No primeiro ano dessa epidemia o Cemitério do Estreito foi inaugurado e foram proibidos os enterramentos nas Igrejas da cidade. Esses anos de epidemias devem ter influenciado o código de posturas da cidade aprovado em 1845, quanto ao conjunto de medidas médicas sobre higiene e saúde e as medidas de sanidade urbana que o código continha.⁵⁵⁴ Um longo período de epidemias de “febres escarlatina e amarela” assolou a província durante os anos de 1850 até 1853. Segundo Almeida Coelho (1877, p. 178 e 179), mais de um terço da população de Desterro foi atingida o que fez diminuir a população. A febre causou grande mortalidade no colégio dos padres jesuítas, o que segundo Almeida foi a causa do fim do estabelecimento na província.

Em 1856, a confirmação de oito mortes causadas pelo terrível flagelo, o “cholera morbus”, alertava para cuidados com isolamentos e quarentenas no continente e na Ilha. Soldados do “batalhão do depósito” foram mandados para a enfermaria dos “cholericos”, diziam que era difícil se achar a quem se prestasse aos trabalhos de enfermeiro a não ser por “vultado estipêndio”. O medo de epidemias sobre as cidades litorâneas marítimas era constante, navios com marinheiros doentes atracavam e os abandonavam no Porto. Se fossem da cidade iam para casa se fossem de fora iam para o Caridade.

⁵⁵³ Nesse debate, pode-se notar o conhecimento inicial, as primeiras teorias sobre “insetos invisíveis” - microorganismos – como causa de doenças transmissíveis e epidêmicas. O Novo Íris, 15 de julho de 1851, número 136 (BPESC).

⁵⁵⁴ Código de Posturas da cidade do Desterro, lei 222 de 10 de maio de 1845. Coleção de Leis 1847 - 1841. Caixa 01, páginas 208 a 242 (CMAPALSC).

*“Deos nos livre que a moléstia se desenvolva com toda a sua cruenta e horrorosa catadura, porque se isto suceder teremos de ver aqui reproduzirem-se as tristíssimas scenas de Santo Amaro e Cachoeira na Bahia (...) Para que conservar um lazarento em Ratores se as embarcações sobem livre para o ancoradouro, e vem desembarcar os seus coléricos para serem tratados em suas casas e outros vão para o hospital de caridade contaminado-o”.*⁵⁵⁵

Todas as medidas higienistas comuns durante o século XIX foram implantadas na antiga Nossa Senhora do Desterro e na “moderna” Florianópolis. Em 1840, o enterro dentro das Igrejas e em cemitérios dentro da cidade foram proibidos, e estabelecido o cemitério do Estreito, na época afastado da cidade. Sobre os cemitérios atribuía-se o perigo dos miasmas.⁵⁵⁶ E o código de posturas de Desterro de 1845 obrigava que todos os cortejos fúnebres, de “qualquer tamanho e cor”, fossem feitos em caixão fechado, quando a morte fosse por doença contagiosa – as Irmandades católicas utilizavam esquifes nos cortejos. Até então, os escravos, além de conduzidos nos esquifes, eram enterrados apenas envolvidos em esteiras e sem mortalha – o que também foi proibido.⁵⁵⁷ Denunciavam-se focos de desordem sanitária na cidade e eram promovidas intervenções sobre as relações cotidianas.

*Nenhum corpo de qualquer tamanho, e cor que seja sera conduzido a sepultura sem ser em caixão fechado, quando qualquer Facultativo tiver declarado que a enfermidade do falecido fora contagiosa. A administração da Caridade terá um, ou mais caixões, que servirão de conduzir os cadáveres (...) Ficão extinctos os Esquifes das Irmandades, e substituídos por caixões fechados...”*⁵⁵⁸

Em 1843, havia sido formada a repartição de saúde da província e seu “provedor” era Antônio José de Mello. Antes, os primeiros cuidados com relação a doenças e epidemias ocorriam nos portos. Havia na época o regulamento das “instruções de saúde dos portos” que determinava o

⁵⁵⁵ “O cholera na cidade do Desterro” O Argos, 18 de março de 1856, número 23 (BPESC).

⁵⁵⁶ Segundo Andrade (1992, p. 25) as teorias miasmáticas atribuíam as doenças a gens mórbidos e das exalações pútridas de pântanos, brejos, águas paradas.

⁵⁵⁷ Artigos 9 e 83, da lei 222 de 10 de maio de 1845. Coleção de Leis 1847 - 1841. Caixa 01, páginas 211, 228 e 229 (CMAPALSC).

⁵⁵⁸ Artigo 9, *Ibidem*, página 211.

funcionamento dos trabalhos referentes à saúde.⁵⁵⁹ Em maio de 1844, o guarda de saúde Gregório da Solidad Pontes informou à presidência da província sobre sua vigilância na entrada de embarcações no Porto.

*“...acaba de dar fundo neste Porto, a Polaca Sarda vinda de Monte Vídeo com 11 dias de viagem (...) como veio munido de carta de saúde, e não achei compreendido em algum dos artigos do Regulam.to de saúde, admiti-a a livre pratica”.*⁵⁶⁰

O provedor Mello, que era cirurgião “vaccinador”, realizou em 1844 a primeira vacinação em Desterro. Durante março e abril, o propagador da “vaccina” (sic) as distribuiu pelos municípios da província, exceto em Lages e São Francisco, “os mais distantes da capital”. Em Desterro foram vacinadas 80 pessoas. Em outubro, vacinou 66 crianças.⁵⁶¹ Porém, havia vários problemas para propagar a vacinação. Mello relata que em 1844 vacinara: “187 pessoas e desse numero só recrutei boa vaccina em 79 individuos”.⁵⁶² Poucas lâminas de “fluido vaccinio” chegaram aos funcionários de saúde naquele ano, parte das vacinas que vinham do Rio de Janeiro se deterioraram durante o transporte. A medida que tentava reproduzir a vacina, o “fluir” tornava-se fraco. Em outubro, Mello requisitou mais vacinas.

*“Com a ultima vaccina que particularmente imeveio da Corte em Junho do corrente anno, vaccinei com proveito a algumas pessoas, porem com o fluir que dellas pude obter me parece se vai tornando fraco, pois já tem falhado muito, rogo por isso a V. Exa. se sirva quando houver occasião requisitar da Corte algum fluido vaccinio”.*⁵⁶³

As tentativas de conter epidemias foram intensificadas na segunda metade do século XIX com a caiação e a quarentena do uso de casas de pessoas infectadas por doenças transmissíveis, remoção de lixo e excrementos, calçamento de ruas e limpeza (corte raso) de terrenos próximos

⁵⁵⁹ Repartição de Saúde, decreto 268 (? - ou 208), de 29 de janeiro de 1843. Ofício de 5 de abril de 1843, do livro: Ofícios Presidente da Província 1843 a 1862. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁵⁶⁰ Ofício de 30 de maio de 1844. Ofícios Presidente da Província 1843 a 1862. *Ibidem*.

⁵⁶¹ Ofício de 9 de abril de 1844 e ofício de 11 de novembro de 1844 de Antonio José de Mello ao marechal de campo Antonio Jose Ferreira de Brito presidente da província. Ofícios Presidente da Província 1843 a 1862. *Ibidem*.

⁵⁶² Ofício de 30 de janeiro de 1845. *Ibidem*.

⁵⁶³ Ofício de 31 de outubro de 1845. *Ibidem*.

a cidade, proibição de capinzais e criação de animais, aterros de áreas alagáveis e proibição de sepultamentos dentro de Igrejas e no perímetro da cidade (ainda em 1840). O código de posturas 1845 também passara a proibir que doentes fossem tratados em casas particulares por práticos ou curandeiros.

*“A’ ninguém é permitido tratar doentes em sua casa por negocio, sem que sejam assistidos por professores de saúde, que serão chamados logo que os doentes forem admitidos. Os infratores serão multados em 8\$000 reis”.*⁵⁶⁴

A câmara tentava impedir a medicina popular e a atividade de curandeiros e “charlatões”.

*“Todo o que á título de curar de feitiços ou de adivinhar, se introduzir em qualquer caza, ou receber na sua alguém para fazer semelhantes curas por meios supersticiosos, e bebidas desconhecidas, ou para fazer adivinhações, e outros embustes, será multado assim como o dono da caza”.*⁵⁶⁵

Os caixeiros não poderiam permanecer nas “casas de negócio” se estivessem atacados por alguma doença contagiosa. Os infratores seriam multados e os doentes tinham que ser isolados no Hospital.

*“He absolutamente prohibido em qualquer caza de negocio seja loja, taberna, botequim, casa de pasto ou de quitanda, e botica o ter caixeiros attaccados das moléstias morphia e ictiricia”.*⁵⁶⁶

Em 1850, Antônio José Sarmiento, “comissario de vaccina da província” recebera vacinas da corte e fazia aplicações todos os dias em sua casa, a número 5 da Rua do Rosário. Em 1857, o comissário continuava publicando os anúncios sobre a assistência que prestava a quem o procurasse.⁵⁶⁷

⁵⁶⁴ Artigo 19, lei 222, de 10 de maio de 1845. Coleção de Leis 1847 – 1841, Caixa 01, página 113 (CMAPALSC).

⁵⁶⁵ Artigo 31, lei 222, de 10 de maio de 1845. página 216. *Ibidem*.

⁵⁶⁶ Artigo 32. *Ibidem*.

⁵⁶⁷ O Novo Íris, 19 de julho de 1850, número 38. O Argos, 3 de abril de 1857, número 129 (BPESC).

Em 1874, a coqueluche e o sarampo vitimavam crianças pelo litoral catarinense. No verão a desinteria “grassava” epidêmica, em Desterro esse problema era agravado pela falta de água potável na época.⁵⁶⁸ Sem redes de água e esgoto, sem destino ideal para o lixo e uma situação geral precária de limpeza da cidade, as epidemias eram ameaças para todo vivente em qualquer parte da cidade. Mesmo a Rua do Príncipe, principal do comércio, e redondeza, nos primeiros meses de 1880 – verão – foi “atacada” pelo cólera.⁵⁶⁹

Em 1876, os mortos sepultados em Desterro somaram 5% da população da cidade que era de 8.602 habitantes. Foram sepultados 155 no Cemitério do Hospital de Caridade e 341 no Cemitério Católico e Protestante do Estreito. Segundo o relatório sobre salubridade pública daquele ano, muitas mortes foram conseqüências da “devastação” causada pela febre amarela.⁵⁷⁰

“_ Meu caro senhor Mundico, hoje em dia já não se acredita em coisa alguma!... Por isso é que os tempos estão como estão, cheios de febres, de bexigas, de tísicas, e de paralisias, que nem mesmo os doutores de cartas sabem o que aquilo é! Diz que é “beribéri” ou não sei quê; o caso é que nunca vi, em dias de minha vida, semelhante diabo de moléstia, e que o tal como chama está matando de repente, que nem obra do sujo, credo! Até parece castigo! Deus me perdoe! Isto vai, mas é tudo caminhando para uma república!” (O Mulato . Aluísio Azevedo, 1881).

No início da década de 1880, os doentes que chegavam ao Porto com “cholera-mórbus” eram isolados na Fortaleza de Santo Antônio na Ilha de Ratones. O medo do cólera justificava o isolamento, mas os doentes ficavam isolados em condições insalubres. O engenheiro Alberto Ferreira visitou o isolamento dos enfermos em uma visita com o presidente da província José Lustosa da Cunha Paranaguá e julgou o local impróprio para os doentes.

“...serem, os compartimentos destinados aos que chegarem ao porto desta Capital affectado de cholera-morbus acanhados e situados na encosta da montanha, de modo a receberem toda a humidade que d'elle provem, e de tal modo que a mão collocada na parede de fundo retira-se molhada, e ladrilhados de tijolo, como são os dois compartimentos destinados aos doentes, tem

⁵⁶⁸ Fala do presidente da província João Thomé da Silva, dirigida à Assembléia Legislativa Provincial em 21 de março de 1875, página 33. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁵⁶⁹ Fala de João Rodrigues Lhopes à Assembléia Provincial de Santa Catharina. Desterro, página 69, Typ. de Alex Margarida, 1881. (IHGSC).

⁵⁷⁰ Relatório sobre salubridade pública em 1876. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

*humidade em toda a extensão, pelo que julgo impróprio e prejudicial ao tratamento de enfermos ahí”.*⁵⁷¹

O medo de epidemias era constante e profundamente arraigado na população. Em setembro de 1893, notícias chegadas do Rio informavam que o vapor Carlos R, da companhia italiana *La Veloce*, vindo de Gênova, teve os passageiros atacados pelo “cholera morbus”. O vapor foi impedido de aportar na cidade. Foi desviado para a Ilha Grande e vigiado pelo cruzador República. Durante a travessia atlântica 109 passageiros morreram. As mortes continuaram enquanto o navio esteve na ilha e os corpos, assim como roupas e colchões contaminados eram jogados ao mar e acabavam nas praias.⁵⁷² Dias depois outro vapor italiano, o Remo também foi impedido de aportar nos portos brasileiros.⁵⁷³ A dramática situação das pessoas nesses navios, presas e cercadas pela morte, deixaram em alerta o povo de toda a costa. As notícias preocuparam o inspetor de higiene de Santa Catarina Sebastião Callado, que considerava a possibilidade dos corpos virem parar na costa catarinense. Alertava para que possíveis cadáveres encontrados fossem “inhumados” com cautela ou cremados.

Os problemas de saúde e as epidemias tornavam-se um outro fator de empobrecimento. Além de impedir os pobres de trabalharem pela sobrevivência o que era luta diária, forçava-os à mendigar.

No relatório da inspetoria de saúde de 1903, chama atenção o número de crianças mortas, que a inspetoria atribuía a miséria da população. Predominavam as moléstias dos órgãos respiratórios principalmente a tuberculose, seguidas dos males dos aparelhos gastro-intestinal e circulatório.

*“Notareis o grande exesso de menores falecidos durante o anno, este facto é constante e não é de admirar, attendendo-se as precárias condições de vida da maior parte da população e grande miséria que também se nota e dando também causa a falta dos primeiros cuidados prestados aos recém-nascidos”.*⁵⁷⁴

⁵⁷¹ “Obras Militares da Província de Santa Catharina”. Ofício de 1 de outubro de 1884. Ofícios dos Engenheiros para o Presidente da Província 1830/1889. Folha 167. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁵⁷² “Saúde do Porto”. O Estado, 7 de setembro de 1893, número 229 (BPESC).

⁵⁷³ O Estado, 16 de setembro de 1893, número 236 (BPESC).

⁵⁷⁴ Relatórios do Inspetor de Saúde, 1903. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Tabela 33. Mortalidade em Florianópolis em 1903:

homens	270
mulheres	230
Total	500
solteiros	113
casados	83
viuvos	72
menores	203
Ignorados	29
brancos	332
Pretos	63
pardos	102
cor (ignorada)	3
nacionais	468
estrangeiros	26
ignorados	6

Fonte: “Mapa nosológico” Relatórios da Inspetoria de Saúde, 1903. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Em 1910, as principais moléstias eram as do aparelho digestivo e respiratório, com a mortífera tuberculose. Do estado geral de pobreza da população, as crianças eram vítimas comuns.

*“Na capital, a mortalidade da crianças é enorme, como pode-se verificar dos dados estatísticos e muito corrente para isso a falta de alimentação apropriada e também de cuidados de hygiene nos primeiros anos de vida”.*⁵⁷⁵

Em 1913, de acordo com os relatórios do inspetor de saúde do Estado Joaquim David Ferreira Lima, o serviço de higiene ainda não estava reorganizado, e uma epidemia de peste bulbônica em Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul, preocupava pela precariedade do serviço sanitário catarinense. Também havia o perigo das epidemias que chegavam pelo porto. O vapor Júpiter que trazia imigrantes para o Sul, estava com suspeita de casos de varíola e foi impedido de fazer o desembarque. As condições de combate às epidemias eram deficientes. No ano anterior, o serviço de desinfecção domiciliar de “higiene prophylactica” tinha apenas um “desinfetador”. Os proprietários de casas eram intimados para efetuarem a limpeza interna dos prédios. Na época, as soluções com higiene pública eram precárias e dependiam de criatividade. Frente à falta de recursos, o inspetor

⁵⁷⁵ Relatório da Inspectoria de Saúde de Florianópolis em 1911. Códice 54 – 1. Caixa 161, página 6. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Ferreira Lima fez um acordo com o diretor da Escola de Aprendizes Artífices para que a oficina mecânica da escola consertasse uma estufa e dois pulverizadores. Para combater a tuberculose e com a inspetoria desorganizada, Ferreira Lima enviava cartas a todos os clínicos da capital pedindo informações sobre os casos de tuberculose para poder identificar as casas contaminadas e mandar fazer as desinfecções. Porém, poucas informações eram repassadas. Como os mais pobres não eram atendidos pelos clínicos e morriam sem atendimento, não havia informações corretas sobre as casas a serem desinfetadas. Tanto que, durante o período de oito meses em que Ferreira Lima esteve na inspetoria, foram realizadas apenas 13 desinfecções. As casas eram pulverizadas e fumegadas, os objetos contaminados eram queimados e os proprietários obrigados a caiar e pintar os prédios. Naquela época, a tuberculose representou cerca de 5% das mortes.⁵⁷⁶

Tabela 34. Sepultamentos no cemitério público, vítimas de tuberculose: ⁵⁷⁷

Ano	Mortos	Vítimas tuberculose	%
1910	335	21	6,3
1911	329	17	5,2
1912	403	20	5,0

Fonte: relatórios do inspetor de saúde, 1913, página 19. Códice 54 – 1. Caixa 161. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Em 1912, ocorreram 581 nascimentos e 520 óbitos em Florianópolis, as crianças continuavam sendo a maioria das vítimas. Dos 403 mortos sepultados no cemitério público, 182 eram crianças menores de três anos e 62 eram recém nascidos - um total de 244 crianças, 35,7% dos mortos sepultados no cemitério. Tomando o número de nascimentos registrados naquele ano (581), as mortes de recém nascidos, apenas dos sepultados no cemitério público, representariam 10,7%. Porém é impossível obter um número exato, assim como muitas crianças foram enterradas em outros cemitérios, o do Hospital e nos cemitérios dos arrabaldes, o número de crianças nascidas era

⁵⁷⁶ Relatórios do inspetor de saúde, 1913. Códice 54 – 1. Caixa 161. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁵⁷⁷ Não contém os sepultados no Hospital de Caridade.

seguramente maior, pois, segundo os relatórios de Ferreira Lima, cerca de dois terços das crianças recém nascidas não eram registradas.⁵⁷⁸

*“Dada a frequência da syphilis, da ankylostomiase e do impaludismo entre nós, não é de admirar que tão alta cifra de natimortos e de óbitos de crianças em baixa idade se verifique em Florianópolis.”*⁵⁷⁹

Os relatórios do inspetor de saúde Joaquim David Ferreira Lima, entre 1913 e 1915, citam a falta de um serviço de higiene regular no estado durante a década de 1900. Como argumento, relacionava a necessidade de um serviço regular de higiene com o progresso e adiantamento material que vinha ocorrendo.

*“As condições de progresso de Santa Catharina, o grão de civilização e de adiantamento a que já atingio, exigem que lhe dê condições de higiene que possam satisfazer, neste sentido as suas necessidades mais prementes (...) Entretanto é bem sabido que a hygiene é, nos tempos que correm, a pedra de toque por onde se pode bem ajuizar do grão de adiantamento de um povo.”*⁵⁸⁰

Os argumentos de Ferreira Lima se relacionam ao período de modernização urbana de Florianópolis na superintendência de Antonio Pereira da Silva e Oliveira, em diversos mandatos entre 1891 e 1911: alargamento de ruas; construção de praças; demolição de cortiços e tentativas de estabelecer novos serviços urbanos de água; esgoto; iluminação pública e telefonia. Realmente, não encontramos relatórios do departamento de saúde pública que se referissem aos serviços de higiene pública entre 1903 e 1911. Ferreira Lima tenta reativar esse serviço, para ele a higiene pública deveria constituir uma repartição autônoma e separada da de Polícia. Até então o serviço de Higiene pública foi tratado, como por todo o século XIX, com poder de polícia. Os chefes policiais executavam as intimações e ordens para as desinfecções, isolamentos ou desocupação de casas e cortiços em que havia suspeitas de casos de epidemia. As medidas higiênicas urbanas sempre representaram um poder de intervenção do estado, não só na cidade, mas também nas casas,

⁵⁷⁸ Relatórios do inspetor de saúde, 1913 a 1915. Códice 54 – 1. Caixa 161. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁵⁷⁹ Relatórios do inspetor de saúde, 1913. Códice 54 – 1. Caixa 161, página 19. *Loco citato*.

⁵⁸⁰ Relatórios do inspetor de saúde, 7 de junho de 1914. Códice 54 – 1. Caixa 161. *Loco citato*.

agindo de forma direta no cotidiano e na forma de vida da população, principalmente da mais pobre.

*“A hygiene do Estado, que deve de facto constituir uma repartição autónoma (...) E preciso que as repartições de Hygiene e Policia sejam inteiramente autónomas e instaladas em edifícios diferentes”.*⁵⁸¹

As epidemias haviam cessado? As prioridades com a modernização urbana implicaram na desativação de outros setores como o de saúde? No relatório de 1915, Ferreira Lima atribui a uma “crise nacional” e os gastos do governo com a guerra do contestado, as causas da falta de recursos e de importância dada à repartição de higiene. O país também sofria os problemas econômicos decorrentes da primeira guerra mundial.

*“A crise temerosa que tem avassalado todo o paiz e as despesas imprevistas e avultadissimas a que o benemérito Governo de Santa Catarina teve que satisfazer durante tanto tempo, devido a campanha contra os fanáticos, explicam por si sós, sem a invocação de outros motivos, a causa de ainda permanecer a Repartição de Hygiene do Estado, nas condições desoladoras da falta de instalação ao menos sofrível”.*⁵⁸²

Uma das estruturas de saúde desativadas no período, foi a antiga farmácia do estado, que Ferreira Lima planejava reativar para fornecer medicamentos aos pobres, e para os isolados e internados na cadeia pública e no asilo de alienados. Lima, que era ligado ao conhecimento e educação, contribuiu para a fundação do Instituto Politécnico, primeira instituição de ensino superior do estado, pretendia transformar de forma científica o departamento de saúde e higiene pública. Pretendia instalar um laboratório para análises biomatólicas e investigação microscópica; um serviço sistemático de desinfecção de casas desocupadas; um serviço de estatística “demographo-sanitaria”; vacinação; fiscalização rigorosa da venda de alimentos e da construção de prédios, do exercício da medicina e da farmacêutica além da construção de um novo hospital de isolamento. Em 1916, passou a ser

⁵⁸¹ Relatórios do inspetor de saúde, 1915. Códice 54 – 1. Caixa 161. *Loco citato*.

⁵⁸² Relatórios do inspetor de saúde, 1916. Códice 54 – 1. Caixa 161, página 2. *Loco citato*.

obrigado a apresentação do atestado de vacina para matrículas nas escolas públicas.⁵⁸³

*“De que servirão prédios bonitos e vistosos, ruas bem cuidadas, o comercio activo, serviço de automóveis e tudo que pode concorrer para revelar o adiantamento de um povo, se este continúa a mercê das endemias reinantes, definhando sob seu julgo deprimente e aniquilador”.*⁵⁸⁴

No período de Ferreira Lima houve epidemias de “typho, desenteria amebiana e coqueluche”, além das endemias que reinavam, o “impaludismo e ankylostimiose”. A desinteria em Florianópolis atacou em toda a cidade.

*“Aqui na Capital também apareceram, no bairro da Praia de Fora alguns casos e logo depois outros na Figueira e Prainha. Entre os casos observados, que não tem passado de 40, já se regimentaram 4 obitos”.*⁵⁸⁵

Talvez a diminuição da importância do governo aos problemas de higiene pública tenha relação com a diminuição da exposição da população mais rica as epidemias. As reformas urbanas e sanitárias que vinham sendo executadas nas primeiras décadas da república dividiam a cidade, forçavam os pobres a se deslocarem para novas áreas, além de reservar às áreas saneadas aos ricos.

*“Sabem todos que o pessoal que povôa um Hospital de Caridade, onde, na grande maioria só se recolhem os indigentes sem recursos de espécie alguma e por isso mesmo em estado de inferioridade orgânica, devido às privações de toda natureza e às moléstias que mais fácil e mais intensamente os atacam”.*⁵⁸⁶

O governo fornecia remédios aos mais pobres, mas não era curto o percurso para consegui-los. Em 1915, um “indigente” recebia remédios gratuitos do encarregado Hypólito Boitteux, que os fornecia mediante apresentação de atestado de indigência assinado pelo delegado ou

⁵⁸³ Relatórios 1915, página 2. 1916, página 4. *Ibidem*.

⁵⁸⁴ Relatórios do inspetor de saúde, 7 de junho de 1914. *Ibidem*.

⁵⁸⁵ Relatórios do inspetor de saúde, 7 de junho de 1914, página VIII. *Ibidem*.

⁵⁸⁶ Relatórios do inspetor de saúde, 1915. Códice 54 – 1. Caixa 161, página 4. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

superintendente municipal, afirmada a indigência do indivíduo e as ditas medicações registradas em livro especial rubricado pelo inspetor de saúde.⁵⁸⁷

Segundo o relatório de Ferreira Lima de 1915, no ano anterior ocorreram 573 nascimentos e 567 óbitos. Nos relatórios, Lima apresentava também estimativas do total da população de Florianópolis, com base nos dados de ligações de água da companhia de água e luz. Para 1915, Lima estimava uma população entre 20 a 21 mil habitantes. Porém, havia uma clara tendência do inspetor em superestimar o total da população em seus relatórios para que o número de óbitos não representasse um número auto em relação ao total da população. Para Lima a relação entre natalidade e mortalidade era um indicador da salubridade de uma cidade, aspecto sob a responsabilidade de seu departamento. Ele apresentava em seus relatórios comparações de taxas de mortalidade de diversas cidades do Brasil e de outros países. A seguinte citação segue como exemplo.

*“Assim sendo, temos a mortalidade geral, inclusive a do hospital de Caridade, correspondendo a 28, 35: 1000 habitantes. Excluindo-se o obituário do Hospital teremos 22, 06: 1000, o que não é um resultado desvantajoso, tendo-se em vista que algumas moléstias grassaram com caracter epidêmico, como a coqueluche, a dysenteria bascillar e a gripe, concorrendo para aumentar anormalmente a cifra do oibituário”.*⁵⁸⁸

O ano de 1915 terminava como os do século XIX, com medo constante da chegada de epidemias pelo porto. Havia poucas possibilidades de isolar um número grande de doentes, não havia “desinfectores” aparelhados e o precário lazareto da Ilha de Guarazes nem sempre estava preparado, pela falta d’água e equipamentos, pelos custos de mantê-lo e por ser sempre desativado quando amenizavam as epidemias. Notícias de que moléstias estavam grassando em localidades próximas a capital criavam um quadro de constante e verdadeiro medo epidêmico, sendo os pobres as principais vítimas.

Um caso de varíola ocorrido em 1916, representava o cenário, os agentes envolvidos, e o contexto higienista em Florianópolis. O ocorrido descreve como os pobres eram tratados de forma secundária aos cuidados médicos; a vulnerabilidade da cidade em função do Porto; a pressão sobre

⁵⁸⁷ Relatório 1916. *Ibidem*.

⁵⁸⁸ Relatório 1916, página 5. *Ibidem*.

marinheiros, as casas de moradia coletiva; o isolamento, a relação do departamento de polícia e de higiene; o tratamento aos que moravam em cortiços. Em 31 de agosto de 1916, o inspetor Ferreira Lima recebeu uma mensagem do guarda mor da Alfândega, Hugo Ramos. O guarda lhe informou sobre um caso suspeito de varíola na “Pensão Familiar”, no centro de Florianópolis. O enfermo era o comandante do Paquete Orion, que dias antes naufragara na costa catarinense vindo do Rio Grande do Sul. Ferreira Lima preparou-se para detectar moléstia contagiosa, foi até a pensão e encontrou o comandante doente num dos cômodos da casa. Confirmou o caso de varíola já no início das erupções cutâneas. Impediu que outras pessoas além do criado do comandante entrassem no quarto, comunicou ao governador a gravidade do caso e resolveu remover o doente para fora da cidade. O local escolhido foi a casa em que funcionara a estação agrônômica, no afastado bairro da Pedra Grande, no caminho de saída da cidade para o arrabalde da Santíssima Trindade. As epidemias atacavam geralmente as pessoas mais pobres, marinheiros, soldados, degradados, mendigos, prostitutas que viviam em condições sanitárias e higiênicas insalubres, esses eram isolados nas fortalezas ou na ilha de Guarazes. Mesmo em condições precárias, o objetivo principal em casos de epidemia era manter a população da cidade a salvo. Como os mais ricos sofriam um risco menor às epidemias, não havia preocupação entre as autoridades políticas de investir em locais adequados de isolamento, mesmo com os constantes alertas e pedidos dos inspetores de saúde. Prova disso são as palavras de Ferreira Lima sobre o caso do comandante contagiado.

*“...na desagradável emergência em que me vi, de ter inopinadamente, sem estar o Estado preparado para isto, de localizar convenientemente um doente de moléstia contagiosa e pessoa altamente colocada na sociedade...”*⁵⁸⁹

Os comandantes de navios eram em geral pessoas respeitadas, admirados e de muito prestígio pelo conhecimento que tinham do mar e de uma vida de viagens. Eram responsáveis pelo transporte entre as principais cidades brasileiras, tanto que o próprio inspetor de saúde cuidou do caso

⁵⁸⁹ Relatórios do inspetor de saúde, 1916. Códice 54 – 1. Caixa 161, páginas 17 e 18. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

pessoalmente. A casa da estação agrônômica estava sendo usada como cortiço por duas famílias pobres e numerosas. O inspetor intimou as famílias a desocuparem a casa em duas horas - num dia que chovia continuamente. Ferreira Lima mandou que fosse feita uma limpeza geral na casa e retirado tudo que fosse desnecessário. Instalou o hospital provisório com enfermeiro, cozinheiro, telefone. Leito, banheiras e uma cozinha. Em poucas horas o comandante foi removido e a casa foi isolada sob cordão sanitário. O ciclo da varíola no comandante durou 31 dias, ele sobreviveu.

*“Desocupada a casa mandei desinfectar-a com todo o rigor, queimando o que devia ser inutilizado. Toda a roupa do doente foi convenientemente esterelizada em estufa a vapor ou camara de formol. Tudo isto foi feito com grande trabalho e não pequeno despendio para o Estado. Em ocasiões como esta é que se reconhece claramente como estamos desaparelhados de tudo que é preciso para hygiene defensiva. Sob este ponto de vista precisamos de tudo e é de urgente necessidade que o Estado, mesmo com algum sacrifício, se prepare para enfrentar as tristes eventualidades da invasão de uma epidemia, tão fácil de se dar em nossa Capital, dada as suas condições de porto de mar freqüentado constantemente por vapores procedentes do norte e do sul”.*⁵⁹⁰

Em 1916, os pobres que já viviam nas encostas dos morros do leste da cidade, soldados, lavadeiras, ex-escravos e seus descendentes foram os mais atacados por uma epidemia de impaludismo disseminada por toda a encosta da Boa Vista até o Antão. Atingiu os pescadores da Prainha, antiga Toca, os soldados que viviam no Morro e no seu sopé nos cortiços próximos do Campo do Manejo, as lavadeiras que viviam nos Morros ao longo dos córregos. Ferreira Lima descreveu a área mais atingida.

*“O impaludismo, no anno de que me ocupo tomou uma grande intensidade, principalmente entre a população da Ilha e de suas circunvizinhanças. Na sua exacerbação, não poupou mesmo esta Capital, onde casos múltiplos se deram, principalmente na zona comprehendida pela encosta e sopé do Morro do Antão desde a Prainha até o Bairro S. Luiz, passando pela rua José Veiga, Cruz e Souza, Curytibanos, Frei Caneca Ruy Barbosa, etc. Os casos se multiplicaram, foram registrados com uma freqüência desusada, porém felizmente sem produzirem o numero de victimas que era de receiar e de prevenir”.*⁵⁹¹

⁵⁹⁰ *Ibidem.*

⁵⁹¹ Relatórios do inspetor de saúde, 1916. Códice 54 – 1. Caixa 161, páginas 17 e 18. página 21. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Tabela 35. Nascimentos e óbitos em Florianópolis entre 1912 a 1915:

ano	nascimentos	óbitos
1912	581	520
1913	572	479
1914	573	567
1915	526	518

Fonte: “Dados de Estatística Demographo-Sanitaria”. Relatórios do inspetor de saúde, 1916, página 21. Códice 54 – 1. Caixa 161. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Em 1915, dos 518 óbitos registrados, 100 tiveram como causa moléstias transmissíveis (19,3%), dos quais 94 não receberam assistência médica.

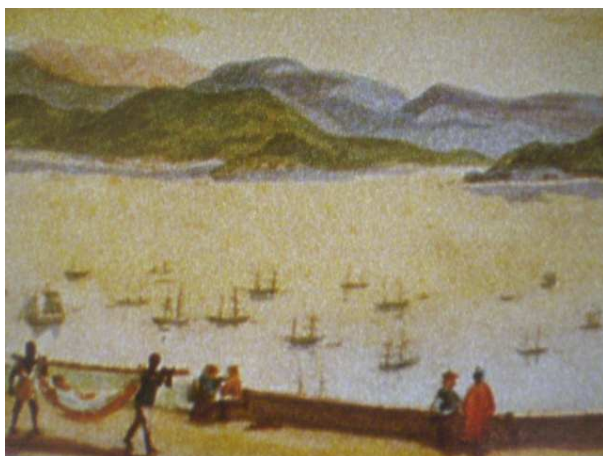
Tabela 36. Mortos por doenças contagiosas em Florianópolis em 1915:

Doença	óbitos
tuberculose	55
impaludismo	11
coqueluche	11
grippe	5
febre typhoide	1
bere-bere	1
dysintéria	1
diphtheria	1
não definidas no relatório	14
total óbitos	100

Fonte: “Dados de Estatística Demographo-Sanitaria”. Relatórios do inspetor de saúde, 1916, página 21. Códice 54 – 1. Caixa 161. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Em 1917, as endemias reinantes eram a ankylostomiase e o impaludismo e começava a agir no país a fundação internacional Rockefeller de combate a doenças. As soluções para os problemas de saúde e higiene pública eram cada vez mais relacionados ao progresso científico, e tornavam-se um requisito para o progresso e os ideais de desenvolvimento do país, posição clara no discurso do governador Felipe Schmidt ao congresso estadual.

“Mesmo no Brasil começa a acentuar-se um movimento promissor para solução de tão importante assumpto. As altas autoridades da sciencia brasileira agitam a questão do saneamento das regiões do litoral e do sertão onde essas endemias flagellam as populações, tornando-as deshabitadas e incultas”.⁵⁹²



Homens carregando um enfermo no pátio do Hospital de Caridade. Imagem parcial de Pintura de Jean Baptista Debret, a Baía Sul representada do Morro da Boa Vista. (1819/1826).



Hospital de Caridade, início do século XX. A localização do Hospital no Morro da Boa Vista cumpria os princípios de isolamento e ar puro, ideal para os pacientes e seguro para a cidade em épocas de epidemias. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Ala dos tuberculosos, Hospital de Caridade, 1928. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁵⁹² Mensagem do governador ao congresso representativo em 14 de agosto de 1917, página 35. Caixa 03. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

A epidemia de 1882

Os documentos da “inspectoría” de saúde da província mostram que havia uma preocupação em 1882 com a varíola e uma possível epidemia. O medo, principalmente da varíola fazia com que o governo imperial, da província e a “inspectoría” de higiene decretassem medidas sanitárias que envolviam a desinfecção de casas, o cuidado com o lixo e águas servidas, isolamento de pacientes e até a proibição de cortejos fúnebres que atravessassem áreas habitadas. O problema das epidemias era mais grave no litoral pela possibilidade de disseminação através dos portos, já que a navegação era o principal meio de comunicação da província com o restante do país.

Em 1882, na costa ao Norte de Desterro, em São Miguel, o “comissionado” doutor Pedro Gomes D’Argolho Ferrão solicitou ao governo da província um “pharmaceutico” para manipular os medicamentos para as pessoas pobres acometidas das “febres typhicas” ali reinantes.⁵⁹³ Ao Sul, em Laguna, o inspetor Deocliciano da Costa enviava parecer a presidência da província favorável a instalação de um Lazareto para indigentes acometidos de varíola.⁵⁹⁴ Em Desterro, o subdelegado da freguesia da Santíssima Trindade requisitava nomeação de um “facultativo” que se encarregasse do tratamento dos indigentes acometidos de varíola epidêmica, que segundo o subdelegado estava se desenvolvendo na localidade. O inspetor de saúde, porém, não atendeu ao pedido argumentando sobre a proximidade da freguesia com a capital onde havia uma enfermaria especial. Os doentes seriam transportados por nau à enfermaria de Sant’ Anna.⁵⁹⁵ O medo e preocupação com epidemias fazia com que a inspetoria de saúde pública instalasse comissões médicas e sanitárias para prestar socorro aos indigentes atacados pelas “febres pútridas”. Em abril de 1882, o inspetor de higiene pública Duarte Paranhos Schutel estabelecia “depósitos de dietas e de socorros”, nomeava cidadão e formava comissões médicas para atender os indigentes atacados nas localidades ao

De ⁵⁹³ Ofício da Inspectoria da Saúde Pública de Santa Catharina, 4 de fevereiro de 1882, ao desembargador João Rodrigues Chaves presidente da província. Livro de Ofícios. Presidente da Província. Janeiro a dezembro de 1882. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁵⁹⁴ Ofício de 6 de abril de 1882, da “Inspectoria de Saúde Publica da Província de Santa Catharina” ao desembargador João Rodrigues Chaves presidente da província. *Ibidem*.

⁵⁹⁵ Ofício de 16 de março de 1882, da “Inspectoria de Saúde Publica da Província de Santa Catharina”, a Joaquim Augusto do Livramento presidente da província. *Ibidem*

Norte, próximas de Desterro: Ganchos; São Miguel; Tijuquinhas e Biguaçu.⁵⁹⁶ Mesmo assim eram limitadas as condições de combater as epidemias tanto no interior como no litoral. Schutel descrevia como “lamentável” o estado dos doentes que chegavam à enfermaria de São Miguel. Chegavam quase nus e o inspetor providenciava alguma fazenda para, “ao menos, uma muda de roupa” para voltarem para casa.⁵⁹⁷ O inspetor atribuiu a epidemia a pobreza e a indigência da população:

*“... os lugares dos municípios da Capital e de São Miguel, onde se tem desenvolvido a epidemia de febres pútridas, tendo verificado que a provável causa não só do [ilegível] d’essa epidemia como da sua existência, é a indigência ou antes a pobreza dos habitantes das taes localidades (...) alimentando-se tão somente de algum peixe e de farinha, sendo o feijão, para outros a base do sustento tão escassamente consumido que a nuctrição insuficiente deixa o organismo [ilegível] e a mercê de qualquer intoxicação miasmática. A carne em nada entra no alimento d’essas populações.”*⁵⁹⁸

No final de abril de 1882, Schutel havia inspecionado o litoral ao Norte de Desterro concluindo que a epidemia estava sob controle e que o problema maior era a pobreza, “*que pelo sertão se encontra na mais completa miséria*”.⁵⁹⁹ Segundo o “quadro” das enfermarias, entre 01 e 25 de abril de 1882, foram atendidas 49 pessoas, entre as quais 6 faleceram 17 saíram curadas e o restante esteve até maio sob “socorros”.⁶⁰⁰ Nesse mês, a epidemia chegou em Desterro, mesmo assim o inspetor comunicou ao presidente da província Francisco de Lima Santos, que desativaria a enfermaria montada para atender aos indigentes atacados pela epidemia de varíola, que no fim de abril abrigava sete convalescentes.⁶⁰¹

*“Nesta capital tendo cessado a epidemia de varíola, e sendo resolvida a extinção da Enfermaria Especial do Forte de Sant’ Anna, a fiz cessar as entradas e só aguardo que obtenham alta os convalescentes ainda ali existentes, para encerrar a enfermaria”.*⁶⁰²

⁵⁹⁶ Ofício número 24, de 17 de abril de 1882 da Inspectoria de Saúde Publica da Província de Santa Catharina, a Ernesto Francisco de Lima Santos presidente da província. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

⁵⁹⁷ Ofício número 26, de 18 de abril de 1882. *Ibidem.*

⁵⁹⁸ Ofício de 18 de abril de 1882. *Ibidem.*

⁵⁹⁹ Ofício número 43, de 26 de abril de 1882. *Ibidem.*

⁶⁰⁰ *Ibidem.*

⁶⁰¹ Ofício 49, de 29 de abril de 1882. *Ibidem.*

⁶⁰² Ofício 68, de 6 de maio de 1882. *Ibidem.*

Depois que Schutel informou ao presidente da província Francisco de Lima Santos, que o estado de salubridade em Desterro “era louvável”, o relatório mostrou casos de varíola nos arrabaldes da cidade. “*Alguns casos de varíolas esporádicos e benignos notados n’esta cidade deixam subsistir a capitulação de extincta para a epidemia d’essa moléstia...*” Segundo o relatório enviado a inspetoria de higiene, pela encarregada da enfermaria montada no Forte Sant’ Anna, Deocleciana da Costa Doria, naquele mês de abril haviam 23 pacientes isolados no Forte e havia chegado mais 13, do total 5 morreram, 17 foram curados e permaneciam 14 em tratamento. A enfermaria que seria fechada permaneceu atendendo novos casos. Em maio, recebeu mais três pacientes, somando 10, dos quais três variolosos. Os casos da epidemia ocorriam em vários arrabaldes em torno de Desterro. Os doentes eram tratados em enfermarias montadas no local ou isolados em Sant’ Anna. Havia uma grande preocupação e todas as ações eram realizadas com o objetivo de não deixar que a epidemia se propagasse e principalmente, não alcançasse Desterro. Porém, havia problemas e demoras para os pagamentos de medicamentos. O inspetor fazia constantes pedidos à presidência da província para pagar os farmacêuticos que forneciam os remédios e fornecedores de outros materiais. Também havia demora para pagar os médicos auxiliares e manter as comissões sanitárias como medida preventiva nos locais e arrabaldes mais afastados e isolados. Sempre que os números das epidemias começavam a baixar, a inspetoria de higiene começava a desmontar a estrutura de socorros e a desmobilizar as comissões de saúde locais.

*“Levo ao conhecimento de V. Exa. que n’esta data foi extincta a comissão sanitária por conta do Governo no Município de São Miguel, ficando dispensados os serviços do Dr. João Henrique da Silva Coutinho e do auxiliar João Guedes da Fonseca”.*⁶⁰³

Os médicos auxiliares eram pagos por dias trabalhados. O auxiliar Guedes da Fonseca que fora dispensado no final de junho, havia entrado em serviço em 14 de abril, por diária de quinze mil réis, mas que a partir de 29 de maio foi reduzida pelo presidente da província para dez mil réis. Guedes não

⁶⁰³ Ofício 166, de 26 de junho de 1882. *Ibidem*.

havia recebido nenhum pagamento até o início de julho, quando o inspetor Schutel enviara ao governo um pedido para o seu pagamento.⁶⁰⁴

Os motivos para desmobilizar as enfermarias nunca apareceu nos relatórios, exceto, o de que a epidemia começa a recuar. Mas pode-se concluir que, ao mesmo tempo que a inspetoria de higiene tentava montar barreiras sanitárias para impedir que as epidemias se alastrassem e alcançassem Desterro, tinha que lidar com poucos recursos. O governo tinha uma série de despesas em caso de epidemia: pagava dietas alimentares e remédios; vacinas para toda a população; pagava aos hospitais de caridade por diárias com pacientes pobres indigentes; providenciava caixões e a condução dos cadáveres para enterro; fazia a desinfecção de casas de pessoas que não podiam arcar com os gastos e contratava pessoal para as comissões.

Entre os anos de 1881 e 1883, o tesouro nacional repassou verbas para despesas diversas relativas aos socorros prestados as pessoas “variolasas indigentes” durante esse período que compreende o da epidemia de 1882. Em 1885, o tribunal do tesouro nacional obrigou a câmara a recolher desses repasses 241\$200 réis que não foram inscritos na liquidação das contas. Além das dificuldades sanitárias para combater as pestes nas cidades, havia corrupção que alcançava os recursos para os indigentes.⁶⁰⁵

Os indigentes atendidos pelo governo e constantemente citados nos relatórios do governo eram pessoas consideradas incapazes de arcar com os custos para os “socorros” de remédios, dietas e roupas durante o período de tratamento da moléstia. Os responsáveis por indicar os indigentes podia ser a autoridade médica, padres e principalmente as autoridades policiais. As instruções de Schutel ao delegado de polícia de São Francisco, João Ricardo Pereira, indica que eram as autoridades policiais que definiam quem era “indigente” e receberia os socorros de graça, mediante um atestado emitido pelo delegado. Geralmente era a autoridade policial de cada lugar que ficava encarregada de informar sobre o aparecimento e condição das doenças.

⁶⁰⁴ Ofício 178, de 3 de julho de 1882. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶⁰⁵ Livro de actos das Sessões da Câmara Municipal da Cidade do Desterro: Secretaria da Câmara Municipal da cidade do Desterro, 24 de outubro de 1884. Códice 257. Caixa 22. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

*“No caso de haver doentes de varíolas indigentes ser-lhes-há fornecido por conta do Estado os medicamentos e dietas indispensáveis. Para isso, mandara V. Sa. fornecer de conformidade com a tabella junta, as dietas, à vista de attenção de indigência passada pela authoridade policial do lugar, e autorisará a Pharmacia a entregar os necessários medicamentos á vista de igual attestado”.*⁶⁰⁶

A estratégia para lidar com as despesas por um longo período de epidemia, como a varíola de 1882, era o constante transporte e deslocamento do material, medicamentos disponíveis e das enfermarias entre as freguesias e vilas. As enfermarias eram desmontadas e transportadas para locais onde havia mais precisão. Isso foi feito em agosto de 1882, os objetos que sobraram das enfermarias de São Miguel e de Santo Antônio foram transportados para guarnecer a enfermaria instalada na capital no Hospital de Caridade.⁶⁰⁷

*“Levo ao conhecimento de V. Exa. Que n’esta data comuniquei ao pharmaceutico Travassos ter sido extincta a comissão sanitária em que se achava na Freguesia da SS. Trindade cessando desde já o fornecimento de dietas e socorros por conta do governo”.*⁶⁰⁸

*“Em vista das informações e dados colhidos por esta Inspectoria, julgo dever levar ao conhecimento de V. Exa. que dentro de poucos dias poderão ser extinctas as comissões sanitárias que ainda estão servindo, sendo a declinação da moléstia já bem pronunciada, e perdendo o character epidêmico, posto que um outro caso se vá dando”.*⁶⁰⁹

*“Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. que em data de hoje, foi por esta Inspectoria suspensa a distribuição de dietas e socorros na Freguesia de Santo Antônio e arredores, Município da Capital, no arrayal de Biguassú e na Villa de S. Miguel (...) dispensados os encarregados de distribuição Francisco Vicente Ávila, Manoel de Faria Teixeira e Deodato Passos e Figuerôa, ficando por essa fôrma extinctos os auxílios dietéticos prestados pelo governo n’aquelles dous municípios”.*⁶¹⁰

Os medicamentos eram fornecidos pelos farmacêuticos e os equipamentos das enfermarias e materiais para socorro dos doentes indigentes pelos comerciantes, todos de Desterro. Um desses farmacêuticos que fornecia

⁶⁰⁶ Ofício 416 “Cópia”, 1882. *Ibidem*.

⁶⁰⁷ Ofícios 251, 266 e 277 de agosto de 1882. *Ibidem*.

⁶⁰⁸ Ofício 152, de 22 de junho de 1882. *Ibidem*.

⁶⁰⁹ Ofício 153, de 22 de junho de 1882. *Ibidem*.

⁶¹⁰ Ofício 165, de 26 de junho de 1882. *Ibidem*.

medicamentos ao governo para atender os indigentes ficou famoso por produzir um xarope que tinha o seu nome Raulino Horn.⁶¹¹

*Junto remeto a V. Exa. as contas na importância uma de oitocentos e oitenta e quatro mil duzentos e trinta réis, e outra de novecentos quarenta mil seiscentos e cincoenta réis apresentado pelo negociante Virgílio José Vilella de gêneros fornecidos para dietas e socorros à Comissão Sanitária, a primeira em Tijuquinhas e a segunda em Ganchos nos meses de Março, Abril, Maio e junho do corrente anno”.*⁶¹²

*“Inclusas remetto a V. Exa. as contas apresentadas pelos negociantes Faria e Melheiros e André Wendhausen e Cia. (...) provenientes da compra de fazenda e seu feítio, para roupa que foi distribuída aos indigentes doentes em tratamento na Enfermaria do Município de São Miguel.*⁶¹³ (grifo nosso)

Nessa epidemia ocorreram casos de varíola na Santíssima Trindade, no Pantanal, no Saco de Piragibahé, Sertão, Saco dos Limões, Santo Antônio, Sambaqui e Praia Comprida (São José). Foram 386 casos registrados, entre os quais, 73 novos casos apenas entre os dias 1 e 10 de maio.⁶¹⁴

A epidemia passava e deixava um rastro de morte principalmente entre os mais pobres, indigentes e miseráveis, por todo o litoral. Um morto pobre, era apenas carregado em caixão, da cova o caixão voltava para ser usado para o próximo defunto. Só quando morriam por epidemias os pobres indigentes eram enterrados em caixões, para lacrar a contaminação do corpo e porque se desconfiava do caixão.

*“Junto remeto a V. Exa. a conta e respectivos attestado, na importância de oito mil réis, proveniente da abertura de quatro sepulturas para enterramento de corpos de indigentes falecidos de moléstia epidêmica na Enfermaria da villa de São Miguel”.*⁶¹⁵ (grifo nosso)

“Junto envio a V.Exa. as contas na importância de setecentos oitenta e oito mil duzentos e oitenta réis apresentado pelos Pharmaceuticos Luis Horn V. Ca (ilegível) de receitas avisadas para os indigentes em tratamento por conta do

⁶¹¹ Ofício 405, de 13 de dezembro de 1882. *Ibidem*.

⁶¹² Ofício 171, de 26 de junho de 1882. *Ibidem*.

⁶¹³ Ofício 197, de 20 de julho de 1882, *Ibidem*.

⁶¹⁴ Ofício 80, de 13 de maio de 1882. *Ibidem*.

⁶¹⁵ Ofício 175, de 3 de julho de 1882. *Ibidem*.

*governo na Freguesia da SS. Trindade durante os meses de Abril e junho do corrente anno”.*⁶¹⁶ (grifo nosso)

*Junto remeto a conta na importância de trezentos setenta e dous mil, oitocentos e setenta e um réis apresentada a esta Inspectoria pelo negociante Virgilio José Vilella, de gêneros fornecidos para dietas e socorros dos indigentes atacados da epidemia de varíola na freguesia da SS. Trindade”.*⁶¹⁷ (grifo nosso)

*“Tendo reclamado a subdelegacia da Freguesia da Ss. Trindade o fornecimento de dois outros caixões que sirvam para conduzir ao cemitério os corpos de indigentes falecidos o que julga indispensável, e dispondo o Artigo 83 Capitulo 8ª do Código de Posturas da Camara Municipal que se faça por conta da mesma Camara o enterramento das pessoas miseráveis, o que se tem praticado, e ainda mais havendo sido entregue á Camara Municipal da Capital por conta da verba “socorros públicos” a quantia de 800\$000 R. para fornecimento de caixões aos indigentes solhicio a V. Exa. Que sejam dadas as precisas ordens a fim de que a Camara Municipal mande pôr no Cemitério d’aquella Freguesia dois outros caixões para o citado fim, observando que com os corpos de falecidos de varíola devem ser enterrados também os caixões”.*⁶¹⁸ (grifo nosso)

Durante o período da epidemia de varíola em São José em junho, de 21 pessoas atendidas todas foram descritas como indigentes. O governo atendia principalmente os mais pobres, a estes eram fornecidos remédios roupas, dietas e se preciso isolamento em São José, para ter os socorros do governo o indigente apresentava um atestado de pobreza ratificado pelo Padre Vigário.

*“...que fosse encarregado o Pharmaceutico Joaquim de Oliveira, residente naquela cidade fornecer os medicamentos julgados necessários mediante apresentação de atestado de pobreza passado pela Revd. Pe. Vigário.”*⁶¹⁹

No continente, em São José, o chefe de polícia comunicava o aparecimento de vários casos de varíola e febres intermitentes em pessoas “cuja pobreza extrema” as privava de medicarem-se corretamente.⁶²⁰ Nos “subúrbios” de São José a varíola tinha feito vítimas e mantinha vinte doentes, dos quais 11 eram “indigentes”. Na Palhoça dez doentes. Em Passa Vinte,

⁶¹⁶ Ofício 174, de 3 de julho de 1882. *Ibidem*.

⁶¹⁷ Ofício 155, de 26 de junho de 1882. *Ibidem*.

⁶¹⁸ Ofício 81, de 13 de maio de 1882. *Ibidem*.

⁶¹⁹ Ofício (sem número), de 2 de agosto de 1882. *Ibidem*.

⁶²⁰ Ofício 128, de 12 de junho de 1882. *Ibidem*.

Picadas e ao Norte nas Capoeiras, com maior número de doentes, as febres intermitentes eram mais benignas e estavam cedendo.

*“O conhecido estado de miséria em que vivem muitos habitantes d’essas localidades tem certamente concorrido para a terminação fatal dos casos, pois que a varíola em geral tem sido de bom caráter, não entra porem em pouco como causa dos males da epidemia a nem um cuidado e abandono completo das recomendações e preceitos para obstar e minorar seu desenvolvimento”.*⁶²¹

Em São José, os indigentes, vítimas de varíola eram transportados em um mesmo caixão usado durante três anos, o mesmo caixão era alugado para transportar as vítimas de outras moléstias. Na época dessa epidemia o delegado de polícia mandou fazer e fornecer caixões aos indigentes. Os cortejos vinham de longe, do Estreito, Palhoça, Passa Vinte, até da Guarda e em dias de sol até o cemitério de São Jose. A longa caminhada, o sol o calor e o medo da peste fizeram com que fosse organizado cemitérios provisórios.⁶²² Em novembro os relatórios de Schutel indicavam que a epidemia estava “extinta” em Coqueiros, Capoeiras e Praia Comprida, mas no “arraial” da Palhoça havia diversos casos, onde 4 pessoas recebiam socorros “por serem indigentes” e no Furadinho havia 19 doentes indigentes e “muitos outros que tinham recursos para o tratamento”. As dificuldades de controle da epidemia eram atribuídas aos longos cortejos e falta de cemitérios.

*“A extinção da epidemia não poderá ser duradoura uma vez que continuem os corpos, alguns em estado de adiantada putrefação, de falecidos de varíolas a ser transportados por extensas estradas povoadas e dentro da Cidade, lugares ora já livres d’esse desastroso mal.”*⁶²³

Uma das principais preocupações do povo do século XIX era com as condições e rituais ligados ao momento da morte. A garantia de que seriam sepultados de modo digno numa cova conhecida, com os sinos tocando e com orações e Missas, era uma necessidade para os cristãos do século XIX. Uma das maiores preocupações era garantir que haveria pessoas para o cortejo. Alguns guardavam dinheiro ao longo da vida para que fosse distribuído como

⁶²¹ Ofício 247, de 16 de agosto de 1882. *Ibidem*.

⁶²² *Ibidem*.

⁶²³ Ofício 370, de 13 de novembro de 1882. *Ibidem*.

esmolas a quem pudesse carregar o caixão ou acompanhar o enterro. Era essa uma das principais tarefas das Irmandades Católicas, garantir os cortejos e rituais fúnebres. O fato do inspetor Schutel ter recomendado ao presidente Livramento que os mortos por varíola fossem conduzidos até o cemitério em carroças fechadas e sem acompanhamento, revela a dimensão e o extremo das medidas para combater a epidemia de 1882.⁶²⁴

O doutor Zeferino José da Silva do serviço sanitário na freguesia de Santo Antônio de Lisboa pedia ao inspetor Schutel a presença de mais um “facultativo”: pelo grande número de “doentes indigentes” em tratamento e pelos que “diariamente” caíam doentes pela epidemia.⁶²⁵ Segundo o relatório do encarregado da comissão de higiene em Santo Antônio e paróquias vizinhas, Zeferino José da Silva, em 31 de maio, haviam 296 pessoas “*acometidas de febres de mão caracter*”, uma das freguesias mais atingidas por aquela epidemia.⁶²⁶

A epidemia de varíola se espalhava pelo litoral, atacando principalmente os pobres. Nos dias 9 e 10 de julho, o delegado de polícia de Laguna enviou telegramas do médico Luiz Viana informando que:

“a epidemia de varíolas se vai desenvolvendo chegando a 25 o numero de doentes que tem apparecido de 18 de Maio até hoje, e de 13 o número de indigentes que tem sido atacados d’aquelle mal” (grifo nosso).⁶²⁷

Em agosto, Schutel viajou à Laguna para inspecionar os trabalhos e tomar providências contra a epidemia, relatou que dos 26 variolados que encontrou 13 eram indigentes.⁶²⁸ Depois de ter se propagado em direção ao Sul, em outubro a inspetoria de higiene registrou novos casos da epidemia no município de Itajaí ao Norte de Desterro.⁶²⁹ Mesmo com a epidemia se espalhando pelo litoral, ainda em outubro, Schutel enviava relatório ao presidente da província Antônio Gonçalves Chaves afirmando que na capital a

⁶²⁴ Ofício 267, de 22 de agosto de 1882. *Ibidem*.

⁶²⁵ Cópia do Serviço Sanitário na Freguesia de Santo Antônio em 31 de maio de 1882. *Ibidem*.

⁶²⁶ Ofício 123, de 12 de junho de 1882. *Ibidem*.

⁶²⁷ Ofício 190, de 12 de julho de 1882. *Ibidem*.

⁶²⁸ Ofício 248, de 16 de agosto de 1882. *Ibidem*.

⁶²⁹ Ofício 330, de 9 de outubro de 1882. *Ibidem*.

epidemia estava em “decrescimento” e esperava que em poucos dias estivesse extinta. O relatório de Schutel apontou, que dos sete distritos sanitários da cidade três apresentavam casos de varíola. “...no 2ª Districto alguns poucos casos em convalescença, e no 1ª Districto 5 casos em tratamento, e outros tantos no 7ª Districto”.⁶³⁰ Por algum motivo o inspetor Schutel tentava minimizar o alcance da epidemia em seus relatórios ao presidente da província, mas a varíola não arrefecia. Com certeza houve medo entre a população, mas o inspetor não deu os alarmes de epidemia. Talvez para não causar pânico exagerado, visto que a epidemia vinha causando mortes concentradas nos arrabaldes e entre os pobres, a população rica das áreas centrais e dos bairros ricos de Desterro ainda não havia sido atingida. Já era final de outubro e o deputado Alexandre Marcelino Bayna requisitou informações ao presidente da província a respeito da epidemia de varíola na capital e em outros pontos da província e as medidas preventivas que estavam sendo adotadas. O tom da requisição de Bayna era o de falta de informação ou desconhecimento do que vinha ocorrendo. O deputado pedia informações sobre: desde quando reinava a epidemia; quais os meios tinham sido empregados pelas administrações anteriores para combater os efeitos e prevenir a propagação da peste no interior da província e se o inspetor de saúde pública e o comissário “vaccinador” estavam cumprindo suas tarefas.⁶³¹ As respostas que Bayna pedia deveriam ser minuciosas principalmente quanto ao serviço de vacinação. O requerimento de Bayna pode ser encarado apenas como um procedimento normal de fiscalização da assembléia sobre a presidência da província, mas também pode indicar que a divulgação de uma epidemia vinha sendo evitada durante quase um ano.

Em outubro, a epidemia apareceu na freguesia da Lagoa da Conceição e a inspetoria alertou para o isolamento dos indigentes. A varíola tinha atacado 9 famílias num total de 20 pessoas, até o final daquele mês, 5 haviam morrido. A varíola havia se espalhado da freguesia da Santíssima Trindade pela estrada do Córrego Grande se estendendo a Leste e Norte pelo Canto da Lagoa.

⁶³⁰ Ofício 336, de 14 de outubro de 1882. *Ibidem*.

⁶³¹ Atas das sessões plenárias. Doc. 40, folha 45. *De Desterro a Florianópolis: o legislativo de Santa Catarina resgatando a história da cidade 1836 / 2005*. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2005, página 185 (CMAPALSC).

Nesse caminho contagiou 16 famílias com “cerca de 45 doentes”, dos quais 10 morreram. Ao todo foram 65 doentes entre os quais 15 morreram.⁶³² A causa da disseminação da epidemia pela Lagoa, determinada por Schutel, teria sido o uso de um só caixão para transportar os mortos pela varíola. O morto era levado em cortejo no caixão, mas não era enterrado nele, era retirado do caixão que serviria a outras vítimas. As crianças mortas eram levadas em caixões descobertos. Na extensão da freguesia da Lagoa, todos os sepultamentos eram feitos no cemitério da Capela na sede, os cortejos passavam ao longo do caminho até o cemitério. Outro problema que aumentava as possibilidades de contágio era a demora para enterrar o morto.

*“...pessoal numeroso para a reza da conducção, á não por não consentir carros a termo, como a demora e dificuldades em achar pessoal e fazer a viagem, a que dá lugar a inconveniente inhumação 24, 46 e alguma vez mais horas depois da morte”.*⁶³³

Mesmo com todos os esforços de barrar o avanço da epidemia e principalmente evitar que se propagasse na capital, a epidemia de varíola completara um ano matando no litoral de Santa Catarina e em Desterro. Era o que confirmava outro relatório de Schutel:

*“Desde que conheço essa Província, não so na Capital como em diversas outras localidades, tem por varias vezes apparecido a epidemia de varíolas; a actual, porem, julgo ter começado em novembro do anno passado”.*⁶³⁴

Nos jornais eram comuns propagandas de remédios, elas dominavam as páginas do jornal “A Regeneração”:

⁶³² Ofícios: 354, de 31 de outubro; 355, de 2 de novembro e 359, de 6 de novembro de 1882. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶³³ Ofício 359, de 6 de novembro de 1882. *Ibidem*.

⁶³⁴ Não é possível obter o mesmo tipo de dados de epidemias que tivessem ocorrido antes de 1882, segundo Paranhos Schutel, a inspetoria de higiene só passou a ter arquivos após sua nomeação. Ofício 362, de 6 de novembro de 1882. *Ibidem*.



Anúncios no A Regeneração. A página é tomada por produtos para a saúde. A Regeneração, de 5 de outubro de 1882, ano II, n. 77. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Em novembro, o inspetor novamente relatou que considerava a epidemia extinta em Desterro, ainda com três casos.⁶³⁵ Desses, dois eram idosos citados em “estado grave”, em uma casa na Praia de Fora. Quando o médico e escritor Duarte Paranhos Schutel declarou novamente que a epidemia estava extinta em Desterro, ela se espalhava pelo Sul da Ilha. Em novembro se manifestou no Ribeirão e em dezembro no Pântano do Sul.⁶³⁶

*“Do lado do Estreito era o cemitério, que alvejava triste e sombrio; do lado da ilha era o Menino Deus, que dominava do alto de sua encosta toda a baía: essa cidade estendida assim entre uma igreja e seu hospital, e um cemitério, era o Desterro: era a cidade que bóia nas ondas como uma fada banhando-se à tarde meiga e risonha, mostrando ao forasteiro dos mares, que passava, o cemitério e o hospital para lembrar seu triste nome, ironia amarga” (A Massambu. Duarte Paranhos Schutel, 1886).*⁶³⁷

⁶³⁵ Ofício 366, de 8 de novembro de 1882. *Ibidem*.

⁶³⁶ Ofícios: 374, de 16 de novembro e 376, de 18 de novembro e 404, de 11 de dezembro de 1882. *Ibidem*.

⁶³⁷ Romance. Florianópolis, Editora da UFSC, 1988, página 35.

Higienismo e implicações à moradia dos pobres

A epidemia de 1882 foi o marco das epidemias, que passaram a influenciar medidas higienistas sobre Desterro. O poder das medidas médicas passou a atingir também as casas dos pobres e os cortiços.

Ao relatar a situação da epidemia de varíola de 1882 em Itajaí, e do pânico que causava, o inspetor de saúde Paranhos Schutel fez referência a disposição ideal das casas: deveriam ficar “afastadas” – organização, espaço, alguns parâmetros que guiariam o urbanismo sanitaria e que condenaria as casas de porta e janela geminadas em Desterro.

*“A feliz disposição das casas, construídas com bastante afastamento umas das outras, e o constante cuidado nas desinfecções e em obstar-se as communicações, tem dado lugar ao maximo isolamento possível e isto junto á vaccinação em grande escala a que se procedeu parece haver dominado a violência com que a moléstia se apresentou. Effectivamente n’estes últimos dias poucos casos novos apareceram e o pânico da população sedeu conquanto seja da índole d’esta epidemia taes descansos para novas e mais fortes recrudencias”.*⁶³⁸

Em 1878, o governo Imperial lançou o decreto 7026, sobre saúde e higiene pública proposto por médicos da “junta de higiene pública” com as providências que deveriam ser tomadas para desinfecção das casas, estabelecimentos públicos e comerciais em caso de moléstias contagiosas.⁶³⁹

“Sempre que se manifestar algum caso de moléstia contagiosa, infeccio-contagiosa ou transmissível, taes como a febre amarella, o cholera-morbus, a varíola, a escarlatina, o typho e outras da mesma natureza, em quaesquer casas ou estabelecimentos publicos ou particulares, os respectivos moradores, donos ou arrendatários procederão, logo depois do reestabelecimento, morte ou remoção do doente, á desinfecção de todos os aposentos da casa ou estabelecimento, em que o caso se tiver dado, segundo o processo que for indicado pela junta de hygiene. A desinfecção se estenderá aos prédios e lugares mais próximos do foco primitivo, todas as vezes que a autoridade sanitária o julgar conveniente.

Quando se verificar qualquer caso das moléstias mencionadas em pessoas pobres, a quem faltarem recursos para o tratamento, serão obrigados os donos ou arrendatários dos estabelecimentos, em que ella residir, ou as

⁶³⁸ Ofício 347, de 26 de outubro de 1882. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶³⁹ Palácio do Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1878. Carlos Leôncio de Carvalho, conselheiro, ministro e secretario de estado dos negócios do império. A junta era formada por doutores: Manoel Pacheco da Silva; Continentino João Baptista dos Santos; Luiz Bandeira de Gouvêa e Pedro Affonso de Carvalho.

peessoas, a cujo cargo estiver, a communicar immediatamente o ocorrido á autoridade policial do districto ou a um dos médicos de parochia, para fazer remover o doente, ou mandar sepultar com brevidade o cadáver se a moléstia já tiver terminado pelo fallecimento.

*Se o caso se verificar na residência particular de pessoa reconhecidamente pobre, será feito todo o serviço de desinfecção por conta do Estado”.*⁶⁴⁰

Se a casa onde ocorresse caso de doença fosse abandonada, a autoridade sanitária encarregava a polícia a providenciar a desinfecção e cobrar o proprietário. Nas habitações mais “humildes” que tivessem “falta de luz e de ar”, “contiguas” – que era a condição comum das casas geminadas da arquitetura portuguesa em Desterro - fazia-se aquecimento e fumações com queima de carvão vegetal. As autoridades sanitárias tinham poder de determinar as casas ou a área a ser desinfetada, também podiam mandar desinfetar estrebarias e estábulos próximos às casas.⁶⁴¹ Quando uma casa era identificada tendo uma pessoa doente, todas as casas, prédios habitados e prédios contíguos tinham que ser desinfetados. Em Desterro a “Inscpetoria de Hygiene Publica” (sic) obrigava que as casas que tivessem pacientes com varíola, além de desinfetadas e caiadas tinham que permanecer 30 dias desabitadas “para maior ventilação”.⁶⁴² Esses trabalhos contribuíam para que os mais ricos passassem a condenar e tentar impedir a instalação de cortiços próximos a suas casas ou evitar viver próximos aos bairros pobres onde as casas eram geminadas ou até mudarem para chácaras longe dos focos de epidemias.

Para acompanhar o decreto de 1878, a junta central de higiene pública formulou uma “cartilha” de medidas que a população deveria tomar para a

⁶⁴⁰ Decreto 7027, de 6 de setembro de 1878. Saúde e Hygiene Publica. Rio de Janeiro Typografia Nacional. 1978. Arquivo Público do Estado de Santa Catharina.

⁶⁴¹ As desinfecções eram feitas com água “chloruretada” ou água quente e sabão “phenico”, nos mictorios era usado “chlorureto” de cal seco e carvão em pó, permanganato de ferro ou de soda e água “phenicada” nas latrinas. As roupas eram fumegadas de “chloro” ou mergulhadas em água “phenica e chlorurretada” ou com potassa, os travesseiros e colchões dos doentes eram queimados. A casa era fechada e fumegada com vapores de “chloro ou ácido phenico”, laçavam sobre o solo água de labarraque, “phenica” ou queima de enxofre e salitre. Por fim, o aposento do infectado era caiado. De acordo com a regulamentação do decreto 7026. *Ibidem*.

⁶⁴² Ofício 93, de 19 de maio de 1882. Ofício da Inspectoria da Saúde Pública de Santa Catharina, Paranhos Schutel ao presidente da província. Livro de Ofícios. Presidente da Província. Janeiro a dezembro de 1882. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

“salvação pública” em caso de “invasão de epidemias”. As medidas aconselhavam: a limpeza das casas; ventilação em tempo seco; remoção do lixo, esterco e das águas paradas; evitar o acúmulo de aves, porcos e outros animais domésticos nos quintais ou dentro das casas.⁶⁴³ Permanecia vivo o antigo medo e precaução com os miasmas exalados dos mortos e cemitérios, recomendava evitar a demora nas salas mortuárias, remover “com promptidão” os cadáveres falecidos de moléstias transmissíveis e evitar, “quando se possa”, acompanhar os cortejos aos cemitérios.⁶⁴⁴

Algumas medidas se referiam a vida dos pobres nos cortiços. Revelam a exposição maior da população pobre às epidemias e a presença dos focos em seus locais de moradia na cidade, principalmente os cortiços. Mas ainda não aparece nenhuma medida que se refira a demolição de casas ou cortiços, o que viria a ser uma das principais medidas sanitárias das décadas seguintes.

“Evitar a aglomeração de muitas pessoas em “pequeno espaço sobretudo durante a noite (...) Fugirem de dormir ao sereno, como costumam, e com as roupas impregnadas do suor provocado pelos trabalhos do dia, os moradores das estalagens e cortiços, sobretudo daqueles que ficam nas proximidades dos pântanos ou dos brejos e charcos.” (...) Abandonar

⁶⁴³ No contexto científico do século XIX, em que à ciência humana eram atribuídas leis das ciências biológicas, o funcionamento da cidade era relacionado ao funcionamento de um organismo. Segundo Andrade (1992, p. 25), os chamados organicistas relacionavam o funcionamento das cidades aos sistemas digestivo, respiratório, circulatório. A estagnação da água e do ar era considerado maléfico e fonte de epidemias.

⁶⁴⁴ Algumas dessas medidas permaneceram como hábitos das gerações do século XX, passados por avós e pais aos filhos e netos, como a restrição a banhos diário e ao sereno: “resguardar o corpo da humidade e das variações atmosfericas; usar de banhos geraes simples ou alcalinos, mornos ou frios, segundo o habito de cada um, mas com moderação e com cautelas devidas, nunca porém depois das refeições (...) assim como das bebidas espirituosas ou geladas em grande quantidade; a exposição nociva ao sereno; lavarem pelo menos, quanto mais não possam fazer as pernas e braços quelles cujo emprego consiste em trabalhar com materiais immundos; não trabalhar sem camisa para acudir do sol e sobretudo em época de febre amarela”. Recomendava trabalhar com chapéu para abrigar a cabeça da exposição ao sol. Essas precauções são comuns para idosos nascidos durante as primeiras décadas do século XX, que aprenderam com seus pais e avós esses “conselhos” da junta central de higiene publica do império, da cartilha de 1878. Resguardar o corpo de umidades - o que também era relacionado a umidade nas casas e na cidade - segundo Andrade (*apud* Vigarello, 1992, p. 26), era um costume já do fim da idade média que foi forte até a segunda metade do século XIX. Vigoravam concepções negativas a permeabilidade da pele, os banhos não eram associados à limpeza ou a defesa do corpo contra epidemias. A crença era de que os banhos ameaçavam romper o equilíbrio, precipitavam e abriam para o corpo para os perigos do ar pestilento - comum era o uso de perfumes e banhos secos.

inteiramente como morada os cubículos ou quartos que fiquem sobre as estribarias ou estábulos, assim como aquellos quartos que em algumas estalagens ou cortiços recebem as humidades das montanhas ou muralhas a que se acham encostados”.

Com o aumento da epidemia em Desterro, no início de agosto de 1882, o inspetor de higiene pública Paranhos Schutel alertou o presidente da província Joaquim Augusto do Livramento que reeditasse as medidas do decreto 7026, dividindo a cidade em distritos sanitários e nomeando as respectivas comissões.

*“... compre-me declara a V E. que julgo de necessidade acodir com os socorros que for possível ministrar, aos indigentes atacados de varíolas n’esta Capital, attendendo ao seu numero que tem crescido com a recudencia da epidemia (...) nomeando as respectivas comissões, como meio de melhor e mais directamente socorrer a indigência, sem que avultemas dispesas do Estado com esse serviço publico”.*⁶⁴⁵

As ações que se restringiam a desinfecção das casas e cortiços durante os primeiros meses da epidemia de varíola de 1882, com o avanço da epidemia em Desterro, começaram a ser ampliadas. Mas o socorro aos pobres e indigentes que aparece como prioridade nos ofícios enviados pelo inspetor Schutel ao presidente Livramento, não aparece como prioridade nas ações. A prioridade foi manter Desterro livre da epidemia e as ações para isso foram concentradas à moradia precária de famílias pobres que passaram a ser removidas e isoladas. Em agosto de 1882, o inspetor do terceiro quarteirão do segundo distrito de Desterro denunciou ao inspetor de higiene a presença de famílias de colonos vivendo em ranchos e armazéns de depósito da capitania do porto na Rua de Sant’ Anna na Praia de Fora, como “um inconveniente à saúde pública”. Schutel, por vez, solicitou ao presidente da província, as providências para remover não só doentes, mas todos os colonos do lugar e isolá-los no Forte Sant’ Anna.

“...esses colonos vivem no meio da maior falta de aceio e incúria, dando lugar a tornar-se perigosa para o publico qualquer moléstia epidêmica que n’elles apareça, e havendo já hoje ahi um caso de varíola, julgo do meu dever solicitar as providencias necessárias para sanar taes inconvenientes, tomando a

⁶⁴⁵ Ofício (sem número), de 5 de agosto de 1882. Livro de Ofícios. Presidente da Província. Janeiro a dezembro de 1882. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

*liberdade de lembrar a V. Exa. a remoção d'esses colonos para o Forte de Sant' Anna, hoje desocupado e bastante isolados da cidade".*⁶⁴⁶

Os imigrantes europeus trazidos para Santa Catarina permaneciam de quarentena na estalagem dos imigrantes. Segundo o que está indicado na Planta Topographica da Cidade do Desterro de 1876, havia uma estalagem para Imigrantes na Praia da Rita Maria. Depois uma outra estalagem foi construída, mais afastada da cidade no estreito do lado do Continente. Essa era uma das práticas higienistas da época. Mas com a chegada de mais imigrantes, as demoras e problemas na organização e instalação das colônias, muitos acabavam tendo que procurar algum lugar para permanecer em Desterro, perambulando pela cidade. Muitos imigrantes eram pobres, outros sobreviviam durante alguns meses com os recursos que traziam, depois começavam a viver em cortiços ou até como mendigos, pediam esmolas pelas ruas e chegavam ao ponto de doar seus filhos para alguma família que os salvasse do abandono.

Schutel solicitou que fosse mandado publicar nas folhas de maior circulação de Desterro o decreto imperial 7027, com as instruções gerais sobre higiene e saúde pública e outras medidas anexas que ele remetia.⁶⁴⁷ Além da divisão da cidade em distritos sanitários, as medidas autorizavam as três farmácias da cidade a fornecerem medicamentos precisos para combate a epidemia, a centralização de dietas com o antigo fornecedor Vilella e a compra de roupas no comércio, "segundo o mais barato".⁶⁴⁸ O enterro de indigentes ficou a cargo da câmara.⁶⁴⁹ Com os novos casos registrados em várias localidades, em outubro, Schutel ordenou que as casas em que houvesse pessoas com varíola "mortas ou curadas", deveriam ser desocupadas e todos os moradores teriam que mudar temporariamente por no mínimo trinta dias.

⁶⁴⁶ Ofício (sem número), de 3 de agosto de 1882. *Ibidem*.

⁶⁴⁷ Decreto 7027, de 6 de setembro de 1878. "Saude e Hygiene Publica". Rio de Janeiro Typografia Nacional. 1978. Arquivo Público do Estado de Santa Catharina.

⁶⁴⁸ Ofício 230, de 14 de agosto de 1882. *Ibidem*.

⁶⁴⁹ Ofício 246, de 16 de agosto de 1882. *Ibidem*.

*“O extremo cuidado em conseguir a segregação ou isolamento do foco de contágio constituído pelo poente, será um valioso meio de diminuir a propagação do mal”.*⁶⁵⁰

*“As condições em que se acha a população com quanto favorecida pela separação das habitações, são precárias, vista como a muita e geral pobreza facilmente se torna miséria com a presença da moléstia e morte, e os auxílios só da caridade de um ou dois habitantes poderão ser esperados”.*⁶⁵¹

Em novembro de 1882, o inspetor Schutel contratou com o farmacêutico licenciado Joaquim Caetano da Silva o serviço de desinfecção e vacinação e demais socorros na Freguesia da Lagoa, que estava sob expansão da varíola, por uma gratificação mensal de duzentos mil réis. Schutel listou instruções especiais de como realizar a tarefa de vacinação e revacinação que deveriam ser praticadas “na mais larga escala”. Entre as seis recomendações, que compreendiam desde a divulgação da vacinação entre a população, forma de registro dos vacinados, da revacinação e da organização de um mapa da população - do tempo de revacinação conforme a idade. A sexta recomendação sobre a produção de vacinas, incluía a retirada de sangue da população resistente, revela o forte preconceito contra os negros, o que permeava as relações sociais e que se expressava no Estado da ratificação à prática de racismos.

*“Não aproveitará a lymphá de indivíduo que não esteja nas melhores condições de saúde, sem signal de vício algum organico, moléstia hereditárias, cutâneas e preferindo a raça branca para a extração da vacina”.*⁶⁵² (grifo nosso)

Nos períodos de epidemias, o temor que causavam em toda a população acabava possibilitando aos que defendiam as mudanças urbanas reforçarem seus argumentos de controle social e urbano para evitar as pestes. Nem sempre, as medidas de controle urbano tinham relação direta com o controle sanitário. Após a longa e mortal epidemia de varíola de 1882, apareceram publicados nos jornais, a mando dos fiscais de higiene pública, disposições do código de posturas que misturam medidas de limpeza e higiene

⁶⁵⁰ Ofício 336, de 14 de outubro de 1882, do inspetor Schutel ao presidente da província Antônio Golçalves Chaves. *Ibidem*.

⁶⁵¹ Ofício 359, de 6 de novembro de 1882. *Ibidem*.

⁶⁵² Ofício 369, de 13 de novembro de 1882. *Ibidem*.

pública: proibição de lançar lixo, águas servidas e animais mortos em praças e ruas e proibição de criação de animais soltos pela cidade. Outras medidas eram estritamente estéticas como a obrigação da conservação de testadas dos prédios nos limites da cidade.⁶⁵³

O ano de 1887 foi de dificuldades para o povo da Ilha. A exportação de mandioca, que dependia do mercado do Rio de Janeiro, caíra em milhares de alqueires, perderam os comerciantes exportadores e a população pobre que a produzia.⁶⁵⁴ A produção que já vinha caindo desde o início da década de 1880, atingiu os pobres da cidade que tinham a farinha como base da alimentação. No mesmo ano, mulheres do bairro Figueira, marinheiros e indigentes foram infectados pela varíola. As precárias condições sanitárias disseminavam rapidamente uma epidemia, os indigentes infectados foram isolados na Fortaleza de Sant' Anna. A constante ameaça de epidemia, mantinha alerta as preocupações higienistas que passariam a influenciar a condução da saúde pública, as posturas, decisões e projetos de infra-estrutura e serviços urbanos.

Em 1894, a câmara forneceu 2 contos e 400 mil réis de auxílio ao Hospital de Caridade para que fornecesse medicamentos aos pobres. O objetivo era possibilitar o tratamento em casa daqueles que preferissem. Até então, os pobres eram tratados no Hospital, ser tratado em casa, era coisa que só os ricos podiam fazer, pagando remédios e médicos.

*“...auxílio ao hospital de Caridade d'esta Cidade para fornecer á classe palperisima que preferiram tratar-se em seus domicílios os medicamentos precizos em suas enfermidades, como, talvez tão salutar (...) no quadro actual em que o preço dos medicamentos só está ao alcance da classe abastada, não pode nem deve a pobreza soffrer a morrer a mingoa de recursos...”*⁶⁵⁵

O ano de 1894 iniciou com vários problemas de saúde pública. Medidas diversas foram executadas para os combates à doenças. Além do tratamento dos mais pobres em suas casas, a câmara fez inspeções nos cortiços - o encarregado do serviço de remoção de “materiais fecais” foi proibido de fazer o serviço pela manhã – que era o período de maior movimento no Mercado.

⁶⁵³ A Regeneração, 25 de janeiro de 1883, numero 6, ano XV (BPESC).

⁶⁵⁴ Sobre isso: Laura Hübener, *O comércio na cidade de Desterro no século XIX*, 1981.

⁶⁵⁵ A “pharmacia” do Caridade enviava as receitas que eram fiscalizadas pela presidência da câmara ou pela provedoria do Hospital. “Officio” 17, de 29 de janeiro de 1894. Códice 276, caixa 51, folha 79. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Durante o verão um dos maiores temores era o das águas estagnadas que proliferavam doenças. Em fevereiro, cidadãos foram intimados a aterram valas de águas estagnadas, como uma que cortava os terrenos de João de Prado Lemos, o da viúva Seline e o da também viúva Trompowsky: “*cuja permanência torna-se prejudicial a salubridade publica*”.⁶⁵⁶ Uma das prioridades era manter limpas as fontes, “cariocas”, para isso a câmara tomou emprestado da Alfândega a “bomba de mão” para usar na limpeza e requisitou que os presos (galés) fossem dispostos a limpar as fontes públicas diariamente.⁶⁵⁷

*“Sendo de urgente necessidade, para que esta municipalidade possa por em pratica medidas hygiennicas indispensáveis no momento actual em [ilegível] a saúde publica devido calamitoso quadro que atravessamos alguns galés como os respectivos guardas, a fim de effectuarem a limpeza das cariocas publicas, roga-vos digneis ordenar para que taes galés se achem diariamente a disposição dos fiscaes desta Capital que estão encarregados d’este serviço”.*⁶⁵⁸

Em 10 de fevereiro, o presidente da câmara Cândido Melchiades de Souza fez inspeção em cortiços e comunicou ao inspetor de saúde pública que havia encontrado pessoas enfermas e pedia providências para exames e remoção ao Hospital.

*“Communico-vos que na visita a que hoje procedi em alguns cortiços desta cidade encontrei dois doentes na casinha n. 13 do cortiço aquele denominado de Cidade Nova, de propriedade do Cidadão Luiz Molteni, sendo um d’elles uma mulher estrangeira que me pareceu gravemente enferma por esse motivo solicito-vos para examinardes os ditos doentes e caso seja necessário a remoção d’elles para o hospital de caridade, esta municipalidade concorrera com as despesas da referida remoção”.*⁶⁵⁹

Melchiades ordenou que o fiscal do primeiro distrito intimasse Monteni a proceder com a caiação e consertos das casas do cortiço e mandou que o chefe de polícia multasse o proprietário por haver “aglomerações” em quatro das casinhas do cortiço.

⁶⁵⁶ Em 26 de fevereiro de 1894. Códice 276, caixa 51. *Ibidem*.

⁶⁵⁷ Portaria 71, de 29 de janeiro de 1894, folha 80. Ofício 34, de 26 de fevereiro de 1894, folha 87. *Ibidem*.

⁶⁵⁸ Ofício 19, de 29 de janeiro de 1894, folha 80. *Ibidem*. Segundo a nota da transcrição dos documentos do códice 276, caixa 51, galé é o preso em trabalho forçado com correntes aos pés.

⁶⁵⁹ Ofício 25, de 10 de fevereiro de 1894. Códice 276, caixa 51, folha 82. *Ibidem*.

“... ordena ao Fiscal do 1ª Districto que intime ao cidadão Luiz Monteni, proprietário do cortiço Cidade nova para no prazo de oito dias dar começo a caiação interna de todas as casinhas do referido cortiço bem como aos concertos de que algumas carecem”.⁶⁶⁰

Como medida sanitária da época, cada casinha não podia abrigar mais de quatro pessoas. Essa medida restringia os cortiços a famílias de casais com apenas dois filhos, o que provavelmente era burlado, por ser um pequeno número de filhos para as famílias da época.

Em março de 1894, Saturnino de Souza Medeiros, o relator da comissão de higiene, remeteu aos demais membros uma denúncia do presidente Melchiades, sobre excesso de pessoas no cortiço da viúva Veiga na Rua Sebastião Braga, antiga Rua das Olarias, na base do Morro do Antão, local de algumas chácaras e casas pobres.

“Remetto-vos e aos demais membros da comissão de Hygiene para que se digne de averiguar si com effeito moram na casa de propriedade da Viúva Veiga, sita á rua Sebastião Braga sete famílias com numero superior a 16 pessoas como verá da participação do fiscal do 1ª districto aqui junto a fim de tomar-se serias providencias depois de nossa informação”.⁶⁶¹

Os cortiços eram inspecionados constantemente por serem considerados prejudiciais a salubridade pública e foco da disseminação das epidemias.

“Tendo esta presidência visitado hoje alguns cortiços desta Cidade, verificou que nas cazinhas n. 14, 16, 18 e 19 do cortiço conhecido pelo nome de Cidade Nova – de propriedade do Cidadão Luiz Molteni, residem mais de uma família em numero maior de quatro pessoas, e como taes aglomerações sejam prejudiciaes a salubridade publica e prohibida pelo Código Municipal, solicito-vos as necessárias providencias para que cesse um semelhante abuso, sendo que esta municipalidade impoz, por semelhante facto, ao referido proprietário a multa de 10:000 reis, do que trata o artigo 208 do referido código”.⁶⁶²

Para impedir as epidemias do *cholera morbus* que avançava pela Europa e América do Sul, em 1896, o governo imperial proibiu a entrada nos portos de Santa Catarina de navios provenientes da Itália, da região Platina e

⁶⁶⁰ Portaria 77, de 10 de fevereiro de 1894. Folha 82. *Ibidem*.

⁶⁶¹ Ofício 48, de 10 de março de 1894. Códice 276, caixa 51, folha 96. *Ibidem*.

⁶⁶² Ofício 26, de 10 de fevereiro de 1894. Códice 276, caixa 51, folha 82. Cópias de ofícios, portarias e editais da intendência municipal e da Câmara Municipal 1892 – 1894. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

do Chile. A cada ano os relatórios do governo faziam referência a “causas anti higienicas” e as medidas necessárias para sanear a cidade e conter as epidemias.⁶⁶³

No início do século XX, o tema da higiene pública tinha sido relacionado definitivamente às condições das moradias. 1903, na Fortaleza de Santa Ana, o correio e as bagagens dos vapores do Sul e do Norte eram desinfectados. Na cidade, os prédios dos que tinham condições ou dos que eram intimados pelos fiscais de higiene estavam sendo caiados e pintados, mas o departamento de higiene pública apontava as condições precárias das casas de aluguel como focos de moléstias contagiosas.

*“Os prédios são alugados sem serem consertados, pintados e nem ao menos caiados e em muitos d’elles tem havido casos de moléstias contagiosas e as vezes fataes”.*⁶⁶⁴

Em 1906, para conter a tísica (tuberculose) também relacionada às casas “velhas e podres” do centro - onde os mais pobres moravam de aluguel - os jornais faziam campanhas pelo isolamento das casas que morressem pessoas infectadas. Isolamento por dois meses, proibindo novos inquilinos. Nesse tempo a “inspectoría de hygiene” ordenava que as casas fossem caiadas e desinfetadas. Como os pobres eram os mais assolados pelas epidemias e viviam em geral de aluguel eram os mais forçados a abandonar as residências.⁶⁶⁵

*“Muitas famílias há que, após a sahida de seu morto, pela tísica, cerram suas casas, quer fiquem ou não n’ellas residindo. Ora semelhante modo de proceder não é humano e pede modificação por parte do poder competente”.*⁶⁶⁶

Segundo Fraga Filho (1996, p. 157), setores da sociedade passaram a defender a remoção de estabelecimentos, dormitórios, asilos para pobres e mendigos para lugar mais afastado do centro da cidade. Médicos alertavam

⁶⁶³ Relatório da Inspectoría de Hygiene Publica do Estado de Santa Catharina, de 12 de julho de 1896. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶⁶⁴ Relatório do Departamento de Higiene Publica do Estado de Santa Catarina, 1903. Relatórios do Inspetor de Saúde. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶⁶⁵ “Pela hygiene”. A Fé, 1 de dezembro de 1906, número 134 (BPESC).

⁶⁶⁶ “Pela hygiene”. *Ibidem*.

para perigos sanitários de sua localização no centro, contrariando as normas higienistas da época que também recomendavam o afastamento de prisões, hospitais e cemitérios dos centros urbanos.

Durante a tentativa de reorganização do serviço de higiene pública do estado, no período do inspetor Ferreira Lima, as medidas relativas às casas foram novamente enfocadas. Não só em relação às desinfecções, mas implicavam cada vez mais em modificações dos padrões de construção e na condenação cada vez mais premente do uso das casas como cortiço.

*“É preciso que se cuide de regular e melhorar o typo das edificações particulares, e as condições em que podem ser ellas habitadas, é indispensável que se estabeleçam desde já as desinfecções systematicas de todas as casas”.*⁶⁶⁷

Na mensagem do governador Gustavo Richard ao congresso representativo em 1908, a condição de insalubridade das casas foi apontada como a principal causa do aumento da mortalidade por tuberculose pulmonar.

*“A tuberculose pulmonar continúa a produzir um coeficiente na mortalidade. Diversas causas operam para este resultado e entre ellas se destacam as habitações em que não penetram ar e luz suficientes nos aposentos que servem de dormitórios.”*⁶⁶⁸

As epidemias continuariam a ameaçar a população de Florianópolis, como das demais cidades brasileiras, durante as primeiras décadas do século XX. O combate às doenças passou a ter medidas higiênicas mais amplas. Em 1920, durante o governo de Hercílio Luz, os trabalhos de inspeção sanitária incluíram a instalação de postos de combate a endemias e em Florianópolis havia um escritório e laboratório central da comissão Rockefeller, que trabalhava ligada a Diretoria de Higiene do estado executando exames e tratamentos de combates as doenças.⁶⁶⁹ Continuavam as medidas de saúde a

⁶⁶⁷ Relatórios do inspetor de saúde, 1914. Códice 54 – 1. Caixa 161, página II. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶⁶⁸ “Saúde Pública”. Mensagem do governo, 2 de agosto de 1908. Página 7, caixa 01. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁶⁶⁹ Republica, 6 de janeiro de 1920, número 375 (BPESC). Um relatório do “Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural” dos postos do estado revelava que de um total de

ter implicações sobre a cidade. Para combater a gripe espanhola que atingiu Santa Catarina com 133 casos em 1919, e o impaludismo, além de organizar uma polícia sanitária, o governo orientava a extinção da vegetação que sombreasse as casas, extinção de capinzais na área urbana.⁶⁷⁰

No século XX, as preocupações com doenças infecciosas, como a tuberculose, passaram a ser tratadas cada vez mais diretamente com obras sanitárias urbanas, que passariam a incluir as demolições de casas e cortiços.⁶⁷¹

5.882 exames de verminose realizados em agosto de 1922, apenas 45 foram negativos. Republica, 23 de setembro de 1922, número 1.164 (BPESC).

⁶⁷⁰ Relatório da Inspectoria de Hygiene do Estado apresentado ao secretário do Interior e justiça em junho de 1919. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶⁷¹ Relatórios: da Hispectoria de Higgiene Publica de Santa Catharina de 1887 e da Diretoria de Hygiene de Santa Catharina, 1920, página 31. *Ibidem*.

Capítulo IX

Os pobres não cabem nos asilos

“Ah! Toda a alma num cárcere anda presa, soluçando nas trevas entre as grades do calabouço, olhando imensidades, mares, estrelas, tardes natureza. Tudo se veste de uma igual grandeza quando a alma entre grilhões as liberdades sonha e sonhando, as imortalidades rasga no etéreo Espaço da Pureza.

Ó almas presas, mudas e fechadas nas prisões colossais e abandonadas, da dor no calabouço, atroz, funério!

Nesses silêncios solitários, graves, que chaveiro do Céu possui as chaves para abrir-vos as portas do mistério?! (Cárcere das Almas. Últimos Sonetos. Cruz e Souza)

Órfãos, lunáticos, doentes, mendigos e meliantes

O Zé Elias se dizia “o Ouro Preto”, dava murros no peito negro que soava como um tambor furado. Era um dos loucos, pobres, vagabundos, vadios que viviam pelas sarjetas da Florianópolis de 1916. E a cidade toda conhecia o “negro argentário, o riquíssimo, o miliardario, o megalômano Ouro Preto”. E a rua sempre ria ao ver passar o sonhador fabuloso de riquezas imaginarias. O Zé Elias vivia feliz na dourada expectativa de uns mil contos que tinha a receber de um banco de sua imaginação. *“Estou alegre. O Presidente da Republica fez um decreto dizendo que saía tudo em Setembro. Hontem, o Leão de Ouro entrou na fôrma de homem na minha rua. E aquella moça já foi para o Rio Grande? Gostei de ver a festa da Trindade: o Segui e o Cônsul Argentino foram lá por cousa de mim”*. Davam-lhe uma Paraty para beber. Gozava lentamente a cachaça e ficava mais a vontade. *“Deixa acabar essa remessa de 36 mil contos que eu não quero mais negocio com este Banco. Desde 1912 que estão de caçoada”*. Coçava furiosamente a cabeça, olhava vagamente para um reclame. Perguntavam quando inauguraria o ministério em Montevideo, se tinha navio de Guerra? Atiçavam pra ouvir as mesmas respostas que conheciam, e que faziam todos rir. *“O leão de ouro appareceu na fôrma de homem pór causa do dia que era hontem. Tudo isto é Evangelho; a questão é o catholicismo; tudo vae adeante. E este Estado vae dar a sua prova, mas o ministério é feito aqui mesmo (...). Tenho o Mina-Geral, o Oapocke, tudo é meu. Arranje três testemunhas e eu empresto 40 contos. Os navios de guerra fizeram uma gravurn na guerra. O nosso dinheiro*

vae fazer um barulho espantoso. Aquella gente devia se apresentar a mim para eu fazer uma oração”. Depois o Ouro Preto calava. Insistiam para ouvir mais delírios. Nada. Era a triste loucura do “negro filho da sarjeta”.⁶⁷²

O Zé que servia às piadas, também representava muitas histórias de gente degradada que vivia nas ruas. Porém, a maioria apenas formava um grupo indesejado pelos anseios de prosperidade e adiantamento social.

O relatório do prefeito de polícia Antero Francisco de Assis ao governador da província em 1896 retrata a visão que prevalecia dos vadios, pobres, loucos e mendigos no final do século XIX, no contexto que predominava na recém formada república brasileira de ordem, sanidade, segurança da propriedade, educação, avanços sociais etc...

“...repito, que a polícia depende de um bom sistema penitenciário; da existência de asylos onde sejam recolhidos os mendigos, os profissionaes para trabalharem e os inválidos para receberem o beneficio da caridade bem entendida; da existência de escolas correcionaes para infância culposa ou vadia e de leis claras e precisas que dando-lhes todo o prestigio, inspirem também nos cidadãos a confiança e respeito”.⁶⁷³

Havia uma preocupação no governo de garantir a segurança individual e da propriedade, a vadiagens, a ociosidade e a falta de estudo eram considerados obstáculos a essa segurança republicana para o cidadão médio, todos os mendigos, vadios, doentes e principalmente os negros recém libertos, sem casa e sem trabalho eram desconsiderados a participar na construção da república. Os crimes, a vadiagem a pobreza encarados como “desorganização” da sociedade, eram fatos do cotidiano tomados de forma tão restrita a meras falhas, desorganizações e desvios, que passavam mesmo a ser desconsiderados como fatos de processos sociais e históricos. O crime, o desvio moral e social eram relacionados com fatores fisiológicos e morais, praticados por negros, doentes, lunáticos, vadios e criminosos que deviam ser combatidos para que se alcançasse a segurança “individual e da propriedade.” O poder do estado deveria

⁶⁷² Adaptado do texto “Typos da Rua”. Revista O Olho, de 23 de julho de 1916, ano I, número 16. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. O conhecido Ouro Preto também é uma das personalidades descritas por Tito Carvalho em seu livro “Gente do meu caminho”, escrito no início do século XX.

⁶⁷³ Brasil Silvado citado no texto *Segurança individual e de propriedade*, do relatório do prefeito de polícia Antero Francisco de Assis ao governador. Prefeitura de Polícia. Relatório de 30 de junho de 1896. Relatórios de Chefes de Polícia. 50-1. Caixa 02, volume1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

garantir a “ordem social” e o bem estar de seus “associados”, reprimindo e prevenindo tudo que perturbasse essa ordem. Estes “associados”, não compreendia todos os integrantes da sociedade, mas determinadas classes já adaptadas e integrantes a um definido nível social, acima da pobreza geral. A ordem social da república que se realizava não era a da inclusão, não tratava de incluir os pobres a uma nova condição, de trazê-los às novas possibilidades materiais, sociais, mas de adaptar principalmente sua presença física, existência, permanência, estadia, por fim sua vida, principalmente na cidade. Essa adaptação ocorreu basicamente pela exclusão, segregação, separação e isolamento.

*“O poder social tem por fim conservar a ordem social e promover o bem estar material e moral de todos os seus associados e para conseguir um tal fim não basta só reprimir; é preciso também prevenir isto é, remover as causas de todos aquellos factos que poderiam dissolver ou perturbar a ordem da convivência civil”.*⁶⁷⁴

No final do século XIX, ainda durante o império, e depois, nos primeiros anos da república, o estado passou a construir novas cadeias, escolas, asilos, manicômios, lazaretos e hospitais.⁶⁷⁵ No mesmo ano desse discurso do prefeito de polícia Antero, em 1896, ficou pronta a nova cadeia da capital, contigua ao quartel do corpo de segurança. Construído sob as novas normas de condições de higiene “com abundancia de luz e ar”. Ainda naquele ano os considerados loucos, lunáticos, alienados eram isolados nas cadeias do estado. Um desses alienados, isolado em prisões comuns, era o “preto” José Onório de aproximadamente 50 anos, que era obrigado a conviver na sua “alienação” e loucura, com meliantes diversos. O prefeito de polícia planejava a construção de um asilo para isolá-los. Quatro anos depois ele continuava se queixando em seus relatórios da presença de alienados na cadeia. Reclamava a construção do hospício onde seriam recolhidos, tirando da polícia a tarefa de isolá-los. O

⁶⁷⁴ Antero Francisco de Assis citando o jurista italiano do século XIX, Fernando Puglia, no texto “Segurança individual e de propriedade” do relatório ao governador, de 30 de junho de 1896. *Ibidem*.

⁶⁷⁵ Segundo Almeida Coelho (1877, p. 24), em 1754, na época em que os jesuítas foram expulsos do Brasil, havia dois desses religiosos num Hospício da Ilha de Santa Catarina. Nesse hospício residia o vigário, antes da conclusão da Matriz, o local teria servido de santíssimo sacramento e a pia batismal, e estava em estado de ruínas em 1761.

prefeito chegou mesmo a propor que vagassem pelas ruas da cidade. Justificava que na cadeia causavam prejuízos à disciplina e não podiam ser tratados adequadamente, além de agravarem as penas dos condenados que se tornavam “seus companheiros”.⁶⁷⁶ Em 1907, ainda sem um asilo, o governador Gustavo Richard cogitou exilar os infelizes para o Rio de Janeiro.⁶⁷⁷ Em 1910, o plano era internar os “loucos pobres” num pavilhão que estava sendo construído pelo Padre Gabriel Lux, com 20 vagas a razão de 900 mil réis anuais cada uma, o edifício reuniria “condições higiênicas, abastecido com água e banheiras”.⁶⁷⁸ No entanto, no relatório de junho de 1914, do inspetor de saúde Ferreira Lima, os alienados continuavam sendo isolados na cadeia.

*“Tem sido internados na Cadeia Publica desta capital alguns loucos. No anno passado estiveram alli internados, alem de dous infelizes antigos sentenciados que enlouqueceram na Cadeia, mais quatro alienados vindos de fora. Sem commodos próprios para se manterem, conservados em condições as mais deshumanas antihygienicas”.*⁶⁷⁹

Destes quatro miseráveis, dois faleceram, um na cadeia, outro no Hospital de Caridade “em estado de completa miséria orgânica”. Outro foi transferido para a cadeia de São José. Somente um voltou para sua localidade de origem.

Em 1918, o governador Felipe Schmidt em sua mensagem anual ao congresso representativo relatou que o número de alienados era cada vez maior e que continuavam nas cadeias. Havia o Asylo de Azambuja, do reverendo Lux, mas foi descartada por ser uma instituição particular e considerada insuficiente pelo governador. O discurso na mensagem de Schmidt refletia um pensamento geral da época conforme as prescrições científicas de isolamento de doentes mentais.

⁶⁷⁶ Relatório de 30 de junho de 1896. *Ibidem*. Relatório de 8 de junho de 1900, do prefeito de polícia Benício Tavares da Cunha. Prefeitura de Polícia. Relatórios de Chefes de Polícia. 50-1. Caixa 02, volume1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶⁷⁷ Mensagem do governo ao congresso representativo em 5 de agosto de 1907, página 23. Centro de Memória e Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁶⁷⁸ “Asylo de Alienados”. Mensagem do governo ao congresso representativo em 17 de setembro de 1910. Página 13. Caixa 01. *Loco citato*.

⁶⁷⁹ Relatórios do inspetor de saúde, 7 de junho de 1914. Códice 54 – 1. Caixa 161, página XVIII. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

“A falta de um Asylo onde possam ser internados para a cura ou para um regime de vida de accordo com as modernas prescrições scientificas continua a crear sérios embaraços ás autoridades policiaes.

*Os loucos são recolhidos ás cadeias enquanto se aguarda vaga no asylo de Azambuja, e assim, além de não terem tratamento, prejudicam a segurança, a ordem e a hygiene das prisões”.*⁶⁸⁰

Leprosos, enfermos por doenças contagiosas e soldados inválidos eram isolados em Ilhas e Fortalezas. Em 1877, o forte de Sant’Anna foi “melhorado” para abrigar a Companhia de Inválidos que até então ficava junto às demais companhias no Quartel do Campo do Manejo.⁶⁸¹ Durante a epidemia de varíola de 1882, Sant’Anna também foi usada para isolar enfermos pobres. Na década de 1880, os que chegavam doentes ao Porto com cólera eram isolados em condições insalubres de umidade, na fortaleza de Santo Antônio na Ilha de Ratones.⁶⁸² No início do século XX, os leprosos eram isolados num lazareto na pequena Ilha Guarases. O prédio não tinha as mínimas condições sanitárias da época, para abrigar pacientes, era úmido, desabrigado e não tinha água. Em 1903, o departamento de higiene pública sugeria a mudança do lazareto daquele local.⁶⁸³ Anos depois o lazareto de Guarazes foi fechado pela falta de água, os leprosos foram isolados num lazareto em Caldas do Cubatão no Continente.⁶⁸⁴ No caso dos doentes com lepra e cólera, o isolamento era uma das poucas medidas à época para conter a expansão dessas doenças. No caso dos soldados inválidos, exceto os casos de doenças contagiosas, o isolamento era motivado para separar a parte indesejável dos efetivos: os velhos, estropiados e inválidos das tropas regulares que permaneciam no Quartel do Campo do Manejo.

⁶⁸⁰ “Saúde Publica”. Mensagem apresentada ao congresso representativo na 3ª sessão da 9ª legislatura pelo governador do estado Felipe Schmidt, em 8 de setembro de 1918. Página 43. Mensagem Caixa 03. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁶⁸¹ Ofício de Sebastião de Souza e Mello ao presidente da província Jose Bento D’Araujo, 1877. Ofícios dos Engenheiros para o Presidente da Província 1830/1889. Sl. 2. Volume 15, página 22. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶⁸² Ofício de 1 de outubro de 1884. Ofícios dos Engenheiros para o Presidente da Província 1830/1889. Folha 167. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶⁸³ “Relatório do Departamento de Higiene Pública do Estado de Santa Catharina”, 1903. Códice 54 – 1. Relatórios do Inspetor de Saúde. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶⁸⁴ “Relatório da Inspectoria de Saúde de Florianópolis”, em 1911. Códice 54 – 1. Caixa 161. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

O discurso “Repressão a Vadiagem” do prefeito de polícia Antero, no seu relatório ao governador, expressava uma posição comum a respeito da “vadiagem”, expressão usada pelas elites para definir a nova condição da maioria de uma população liberta e sem papel oficial na recém formada república, aos que não se adaptavam como membros do corpo da ordem social.

“Se de um lado considero que a ociosidade é uma causa geradora de crimes, e a fonte de todos os males é o tumulto do homem vivo, e que o ocioso é um mau em começo que não merecia nascer, como diz S. Thomaz, que o compara a figura estéril do Evangelho, a qual sempre em perigo de ser cortada e lançada ao fogo, occupa inutilmente o terreiro; de outro considero também que o poder social tem por fim conservar a ordem social e promover o bem estar material e moral de todos os associados, e portanto cumpre-lhe para alcançar tal fim, como muito bem diz Fernando Puglia, remover as causas da todos aquelles factos que poderão dissolver ou perturbar a ordem da convivência civil. Ora, sendo uma verdade [ilegível], que a vadiagem é a principal dessas causas, é evidente que o poder social deve facultar á Policia os meios competentes a fim de ser extirpado da sociedade um mal tão danoso (...) desde que se tenha em consideração que entregues a uma verdadeira ociosidade vagueirão pelas ruas d’esta cidade e pelas de outras cidades e localidades do Estado; desde que se considere que para as autoirdades põem em pratica essa providencia legal terão também de fazer com grande numero de processos (...) as nossas leis não fornecem a Policia meios enérgicos e promptos para agir contra um mal tão prejudicial ás classes activas da sociedade, julgo do meu dever indicar em que me parece, produzira o melhor resultado” (continua).

O plano do prefeito de polícia era o de isolar em colônias correcionais os considerados vadios, dando a polícia poder para decidir quem e quando prender. Não podemos estabelecer até que ponto essas idéias foram à prática, mas estavam presentes nos círculos do poder de decisão sobre a cidade, o que pouco a pouco fortaleceu os mecanismos de isolamento não só dos vadios, mas de todos os pobres do perímetro da cidade - numa relação de contextos da república, do positivismo, e da ciência médica.

“O meio seguro para conseguir-se a repressão da vadiagem é a fundação de colônias correcionais no Estado, dando-se a Policia amplos meios de acção n’esse sentido e apenas sujeitando-a a um simples e rápido processo para garantia dos infractores (...) O poder mais competente é o executivo por intermédio da Policia, que aliás não é absoluta e fica adstricta a normas processuaes. Isto não é incompatível com os governos democráticos. As Republicas precisam do rigor na applicação das leis para serem modelos de governo; ao contrario das monarchias que vivem da licença e das transações, ellas subsistem como regimes scientificos, pelo equilíbrio das funções inherentes ao poder político e social e pelo respeito a grande lei (...) com a

*criação de colônias correcionaes é que a sociedade poderá incutir-lhes no animo o amor ao trabalho, que é sobre a terra o supremo dever do homem, tornando-os assim úteis a família e a pátria”.*⁶⁸⁵

O sustento de presos pobres na cadeia da capital, o serviço de manutenção dos presos, era feito pelos carcereiros, a partir de 1900, a alimentação dos presos passou a ser um serviço contratado.



Chefia de Polícia, construída em 1896. Doentes mentais eram isolados com os presos nas cadeias entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Prédio do Quartel de Polícia no Largo 17 de Novembro, década de 1910. O projeto inicial previa um prédio para servir de asilo de alienados, mas como a tropa de polícia necessitava de um prédio maior, os alienados continuaram isolados com os presos na cadeia. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁶⁸⁵ “Repressão a Vadiagem”. Antero Francisco de Assis, no relatório ao governador, de 30 de junho de 1896. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

À mendicidade: caridade

“A polícia teve um gesto louvável”.

“Não havia como aos sábados em que ela, recostada às almofadas amplas, percorria as ruas da cidade, concentrava os olhos e todos invejavam mais o carro que ela (...) A vida de centenas de miseráveis, de tristes e mendicantes sujeitos que andavam a pé, estava ao dispor de uma simples e imperceptível volta ao guidão...” (Um e outro. Lima Barreto, 1913).

“A esmola é a maior glória para quem a dá, porque dar ao pobre é emprestar a Deus a juro, não de um por cento, mas de cem por um. E que gloria pôde ser maior do que a gloria de ser credor de Deus?”⁶⁸⁶

“N’um dos compartimentos do Mercado, será feita, às 10 horas, hoje, larga distribuição de 2 kilos de carne e 1 kilo de pão aos pobres que ali forem munidos de cartão. Estes cartões foram ontem e hoje distribuídos pelo ser. Marçal Cardoso.”⁶⁸⁷

Aos sábados, ao amanhecer, quando o comércio abria as portas, pessoas pobres, mendigos e vadios, velhos e crianças, homens e mulheres das vilas, arrabaldes e da costa próxima dirigiam-se para Desterro. Juntavam-se aos mendigos em locais para esmolar e retirar a sobrevivência, em “romarias” pelas ruas até as duas ou três horas da tarde, “*estendendo a mão, exibindo suas feridas, balbuciando implorações humildes e cortantes lamurias*”. Era o lugar que tinham numa sociedade em transição do império e escravismo intrincado ao comércio e a pequena propriedade à sociedade republicana, incipientemente burguesa, com o comércio e o Estado crescendo. Por outro lado crescia a repugnância que a elite sentia daqueles tão afastados de seus sonhos de “avanço” moral, estético e social de povo “adiantado”. À classe dos comerciantes, dos que escreviam nos jornais, à elite que planejava a cidade moderna, os pobres causavam uma impressão estética e social indesejável - que “justamente” deveriam apagar: “*presídio de desgraçados, mansão horrenda de condenados, esqueletos humanos*”. Primeiro, utilizariam esmolas dos comerciantes para construir um asilo para afastar e depois, a polícia para reprimir os pobres e mendigos que não se aprumassem nesse remédio. Como

⁶⁸⁶ A Fé, 24 de agosto e 7 de setembro de 1903 (BPESC).

⁶⁸⁷ Marçal Cardoso era um dos integrantes da comissão que organizava a festa de Hercílio Luz à Junta Republicana Catharinense. Republica, 29 maio de 1921, páginas 1 e 2 (BPESC).

João Vicente, que em 1909, vindo de Tijucas Grande, esmolava pelo centro apresentando feridas nas mãos, rosto e pescoço e gangrena nas pernas, a ele davam uma esmola e recuavam de pavor. O higienismo e sanitarismo passaram a ser citados a frente das críticas, leis e ações que além de retirar os mendigos e acentuar a segregação eram colocados à frente das mudanças desejadas para alcançar a “modernidade material, o progresso, o adiantamento” o eldorado social e urbano que a elite almejava.⁶⁸⁸

*“Não é justo, não é humano entretanto, que continuemos a consentir esse espetáculo da pobreza, senistramente a ostentar-se pelas ruas. São varias as nossas instituições pias e estamos certos de que todas as casas commerciaes pelo menos, não se negarão a dar mensalmente uma certa importância para socorro desses desgraçados. A cota com que cada um quizer contribuir e auxiliada pela polícia prestaria um grande, um relevante serviço a associação de caridade que se encarregasse de determinar um ponto, uma cozinha onde, na auzência de Asylo se distribuíssem pequenas esmolos a quem seja reconhecidamente miserável. Proibir-se-ia então andarem elles pelas ruas evitando esse horrível espetáculo de todos os sábados.”*⁶⁸⁹

*“... Não nos deve ser nada favorável a impressão recebida pelo viajante, ao desembarcar aqui, vendo-se logo assaltado por três ou quatro mendigos, esfarrapados, lívidos, verdadeiros espectros da miséria. Além de ser um espetáculo deprimente da nossa civilização, a mendicidade é immoral e anti-hygienica:...”*⁶⁹⁰

Encontramos nos jornais do início do século XX, uma série de exemplos da caridade exercida pelos mais abastados, comerciantes, políticos, altos funcionários públicos, liberais econômicos, que a exerciam em forma de esmolos e contribuições para associações, ordens e irmandades de ajuda aos necessitados. Esse exercício religioso era comum em épocas de festas religiosas, para ajudar a manter e construir Igrejas e Irmandades, pela passagem de aniversários, pela proximidade da morte, em memória de falecidos nos dias de seu aniversário e falecimento.⁶⁹¹ Em 5 de abril de 1864, falecera Felizarda Roza da Encarnação que deixou 12\$800 réis de esmola para ser distribuído aos pobres.⁶⁹² O “aviso aos pobres” publicado em jornal pelo

⁶⁸⁸ Gazeta Catharinense, 17 de abril de 1909, ano II, número 373 (BPESC).

⁶⁸⁹ *Ibidem*.

⁶⁹⁰ “Asylo de Mendicidade”. A Fé, 15 de setembro de 1908, número 172 (BPESC).

⁶⁹¹ Periodicamente, eram publicadas notas sobre doações de esmolos em memória de parentes falecidos. Alguns exemplos em A Fé: edições 136, 138 e 163.

⁶⁹² Registro de Irmãos. Florianópolis, 31 de janeiro de 2007 (IBNSRSB).

tesoureiro da Associação Irmão Joaquim, que na tarde do dia 31 de janeiro de 1905 faria distribuição de dez esmolas de 500 réis entregues em intenção do finado Octavio Cabral.⁶⁹³ No mês seguinte Mariana Marques remetera a Associação 6\$000 reis para ser distribuído aos 12 primeiros pobres que aparecessem, em intenção do segundo aniversário do falecimento do seu marido capitão Marques.⁶⁹⁴ No início do século XX, a Associação Irmão Joaquim recolhia esmolas de comerciantes e pessoas abastadas para distribuir aos pensionistas que mantinham e aos indigentes.

Havia entre o povo em geral, as preocupações em garantir todos os ritos religiosos que preocupavam as pessoas do século XIX. Garantir cortejos, toques dos sinos das Igrejas, rezas, caixão e sepultura, que não eram coisas pra qualquer um - preocupações dos maiores medos do século XIX, os arranjos à ocasião da morte. Portanto, quem tinha, deixava em testamento esmolas para garantir que pelo menos alguém lhes carregasse o caixão. Se por um lado havia escravos, pobres, mendigos e degradados que não teriam esses rituais. Por outro lado, havia quem tinham dinheiro, mas, não tinham ninguém: viúvas; migrantes; pessoas que cresceram abandonadas; agregados; velhos marinhaeiros exilados; pessoas que dependiam do trabalho de escravos domésticos e de ganho. Esses, para hora da morte tentavam garantir que alguns pobres, por caridade e esmolas, os levassem a sepultura.

Fraga Filho escreveu que ao longo do século XIX, a sociedade brasileira mantinha uma tradição religiosa de tolerância e proximidade com a mendicância, o que possibilitava expressar a piedade (1996, p. 135). A caridade das esmolas também era dedicada às irmandades, que tratavam e cuidavam dos seus irmãos, velhos, doentes, abandonados, órfãos e viúvos. As esmolas da caridade às Santas causaram disputas e cizas entre Irmandades na Desterro da década de 1830, que acabaram na Igreja de Nossa Senhora do Parto. Durante as disputas entre Irmãos de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Parto, sobre a retirada da Imagem da Senhora do Parto da Igreja do Rosário e do destino do dinheiro à sua caridade. Os Irmãos da mesa do Rosário acusaram os escravos devotos do Parto, de pedir esmolas de porta em porta ofendendo a lei:

⁶⁹³ “Aviso aos pobres”. A Fé, 31 de janeiro de 1905, número 115 (BPESC).

⁶⁹⁴ A Fé, 17 de fevereiro de 1905 (BPESC).

*“... arrogando-se ao dirto, detirarem esmolas pa a factura da Obra da Igreja que pretendem fazer, sem que tal lhes fosse legalmente permitido; enem he de presumir que com essas esmolas tiradas pelas portas, possam, ou devão construir hú Templo, mas sim com outras que devem grangiar, como he costume adequerir, húa vês que para tal fim estejam legitimamente autorizados, sem ofensa da Ley, ebons costumes, que regulão os meios de semelhantes pedidos”...*⁶⁹⁵

No fim desse caso religioso, os devotos de Nossa Senhora do Parto foram autorizados a pedir esmolas apenas às terças-feiras. A observação de que os escravos pedintes não estavam legitimamente autorizados foi feita pelos Irmãos membros da mesa da Irmandade do Rosário que atendiam aos interesses de sua irmandade na disputa. Apesar da Irmandade do Rosário ser de irmãos pobres de origem africana, os membros que ocupavam os principais cargos da mesa não eram pobres, muito menos de origem africana. Era comum, mesmo em Irmandades de “negros” que os cargos principais fossem ocupados por pessoas influentes, brancos, com alguma posição na sociedade. No ano do protesto citado ocupavam os cargos de juiz da Irmandade: Luiz de Miranda Ribeiro - era citado como pardo - escrivão: Francisco de Sales Pereira e tesoureiro: o tenente Joaquim Ignácio da Silva.⁶⁹⁶

Encontrei muitas referências sobre as tradições religiosas do século XIX em Desterro. A importância e preocupação com os cortejos e sepultamentos, a tradição das esmolas aos pobres, às irmandades e instituições pias.

*“Da interessante menina Rosaura, filha do sr. Pharmaceutico Farias de Mendonça recebemos 2\$000.
O sr. Eugênio Dal Grande fez idêntica oferta.
A exma Sra D. Francisca Taranto nos enviou 2\$000.
Francisco Duarte Silva, negociante da capital remeteu 1\$000”.*⁶⁹⁷

Ao mesmo tempo em que exerciam a piedade religiosa, a elite urbana não escondia a intolerância à pobreza na cidade. A associação Irmão Joaquim, em seu jornal A Fé, publicado a partir de 1903, refletia um ideal expresso nos

⁶⁹⁵ Protesto do juiz de mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário ao Vigário Capitular. Desterro, 11 de outubro de 1838. Pasta da Irmandade de Nossa Senhora do Parto. Cláudia Mortari e Fabiana Comerlato *Transcrição de diversos manuscritos referentes à Irmandade de N. S. do Rosário e de N. S. do Parto*, 2000 (IBNSRSB).

⁶⁹⁶ Listas de nomes das Atas de Eleição 1830-1860. Cláudia Mortari e Fabiana Comerlato. *Ibidem*.

⁶⁹⁷ A Fé, 24 e 31 de agosto e 7 de setembro de 1903 (BPESC).

jornais por comerciantes, políticos e outros bem colocados, sobre retirar das ruas os mendigos.

*“A sociedade Irmão Joaquim, tracta, há dias, de procurar elementos para fazer cessar a mendicidade pelas ruas da capital”.*⁶⁹⁸

Os editoriais dos jornais se referiam ao “grande” número de pobres que mendigavam diariamente de porta em porta. Esses editoriais expressavam a preocupação com mendigos que viviam a vista de todos no perímetro urbano e uma indisposição contra “supostos pobres” que não teriam necessidade de mendigar. Fazia-se distinção entre pobre e miserável e a caridade organizada exigia um tipo de ideal de miséria para exercer sua piedade. “Uma pobreza *“honesta, limpa e sympathica aos corações caritáticos”*. Era condenada a mendicidade *“repulente às almas delicadas”* que insensibilizava as “emoções suaves” da caridade.

*“E como os que mendigavam pela força das condições e os que mendigam pela força da preguiça não trazem sinal que os distinga, o público a todos socorre, pensando exercer um acto de caridade, quando talvez, muitas vezes exerça um acto de acoroamento a malandrice”.*⁶⁹⁹

*“... sob o manto da miséria acoberta-se muita velhacaria, pois sabido é que nem todos que pedem esmolas estão impossibilitados de dar-se ao trabalho e antes assim procedem levados pela mais degradante malandrice;...”*⁷⁰⁰

Se por um lado, as classes mais abastadas exercitavam a caridade cristã com as esmolas aos pobres, por outro, passava a tolerar menos a pobreza urbana que avultava lado a lado a riqueza dos comerciantes que tomavam o poder na cidade. Intolerância crescente aos mendigos, meninos vadios, ciganos, prostitutas a pobreza que não condizia com o modo de vida moderno, desejado pelos ricos, com uma cidade desejada por eles, “limpa, saneada e adiantada”.⁷⁰¹

⁶⁹⁸ A Fé, 31 de agosto de 1903 (BPESC).

⁶⁹⁹ *Ibidem*.

⁷⁰⁰ “Asylo de mendicidade”. A Fé, 15 de setembro de 1908, número 172 (BPESC).

⁷⁰¹ Os ciganos eram claramente indesejados, seu modo de vida e comportamento eram totalmente avessos ao modo que a classe abastada requeria para a ordem e adiantamento social, mesmo no século XIX, eram repugnados. No romance *Memórias de um sargento de milícias*, publicado em capítulos no jornal Correio Mercantil entre junho de 1852 e julho de 1853, Manuel Antônio de Almeida fez uma descrição dessa

A mendicidade, que, em outras partes, tem sido alvo de acurados cuidados que visam o aniquilamento do exercício de uma profissão que tanto depõe contra os foros de adiantamento de uma cidade”.⁷⁰²

Exilar os pobres resolveria a questão. Os ricos poderiam continuar a exercitar a caridade e teriam as ruas “limpas” sem mendicância.

*“Dar esmola aos pobresinhos
É dar a Jesus
Negar o socorro aos pobres
É pregar Christo na Cruz*

*Dae esmola: a esmola é premio
Eterno pra quem a dá
Doe esmola, a esmola é conta
Que Deus no céu pagará⁷⁰³*

Fé nos asilos

“As populações africanas, escravos, estrangeiros pobres, doentes passaram a ser considerados estranhos, portadores de patologias físicas e morais, incapazes de se tornarem cidadãos plenos. Na impossibilidade de exterminá-los, as elites brancas invibializaram a presença negra no cotidiano de Florianópolis” (MORTARI e CARDOSO, 1999, p. 92).

Em junho de 1906, através de seu jornal “A Fé” a assossiação Irmão Joaquim argumentava sobre a necessidade de um asilo de mendicidade e usava para isso a descrição minunciosa de um homem de origem africana repugnante em seus atos e aparência ao olhar do cidadão.

“...a existência nesta capital, de um infeliz adulto de cor negra cujo estado de saúde é o mais penalizador possível: anda constantemente no mercado, sentado quando não deitado nas bancas de peixe, todo leproso, chagoso,

repugnância severa aos ciganos durante o século XIX. “Com os emigrados de Portugal veio também para o Brasil a praga dos ciganos. Gente ociosa e de poucos escrúpulos, ganharam eles aqui reputação bem merecida dos mais refinados velhacos: ninguém que tivesse juízo se metia com eles em negócio, porque tinha certeza de levar carolo. A poesia de seus costumes e de suas crenças, de que muito se fala, deixaram-na da outra banda do oceano; para cá só trouxeram maus hábitos, esperteza e velhacaria, e se não o nosso Leonardo pode dizer alguma coisa a respeito. Viviam em quase completa ociosidade; não tinham noite sem festa. Moravam ordinariamente um pouco arredados das ruas populares e viviam em plena liberdade”.

⁷⁰² A Fé, 24 de agosto e 7 de setembro de 1903 (BPESC).

⁷⁰³ De W. Bueno, versos publicados no jornal A Fé, números 8 e 9 de 12 e 19 de outubro de 1903 (BPESC).

*piolhento, nausebundo, em fim um pobre homem de cor preta, de cujo corpo a fedentina é tal que se sente a grande distancia”.*⁷⁰⁴

Ainda que fosse presente a caridade, traço profundo da cultura religiosa do século XIX, a elite demonstrava uma intolerância crescente com a pobreza. O modo de vida simples de uma população pobre que vivia por toda a cidade, passava a ser diretamente criticado. Com o fim da escravidão, a formação da república e o fortalecimento do poder político e econômico da classe comerciante, foram estabelecidas relações que formaram um novo contexto social. Os ricos passaram a controlar o território urbano e tolerar cada vez menos a presença da população pobre, sua aparência e seu modo de vida. Como impedir o trabalho das lavadeiras, uma das atividades mais antigas na cidade - um exemplo nesse trecho já citado do “A Fé”:

*“...a bem da hygiene da cidade, deixando de utilizarem-se do rio para lavagem de roupas e despejo de águas servidas. Parece-nos até de bom aviso que fôsse prohibida a lavagem de roupas nesse rio de tão longo curso,...”*⁷⁰⁵

A subsistência e o modo de vida dos pobres era praticamente reduzido a vadiagem, preguiça, malandragem e mendicância. Tudo o que não se enquadrava na nova ordem social.

A idéia de asilos era relacionada a povos civilizados, necessário para os deserdados da sorte. A elite conclamava a sociedade a resolver o problema da miséria pela caridade “*sem distinção de raças, classes ou crenças*, todos cooperando a medida de suas posses: *a união faz a força para regeneração da sociedade*”.⁷⁰⁶ A intenção de construir um asilo para os mendigos que viviam pelas ruas e as primeiras medidas de isolamento e repressão à mendicância já aparecem nos planos e ações do governo provincial em 1880. Uma parte da mendicância é entendida pelo discurso oficial do governo como uma opção do indivíduo.

⁷⁰⁴ “É necessário um asylo de mendicidade”. A Fé, 15 de junho de 1906, número 124 (BPESC).

⁷⁰⁵ “Limpeza”. A Fé, 4 de julho de 1907, número 148 (BPESC).

⁷⁰⁶ “Asylo de mendicidade”. A Fé, 15 de setembro de 1908, número 172 (BPESC).

“Mendigos. É de indeclinável necessidade estabelecer-se um asylo para elles, afim de evitar-se que continuem a esmolar pelas ruas e praças publicas, incommodando aos transeuntes.

Alguns há que não tem morada, e para resguardal-os das intempéries, tenho mandado recolhel-os ao quartel policial, aonde pernoitão, sahindo no dia seguinte para as ruas; porém sou o primeiro a reconhecer que esse logar não é apropriado para tal fim.

A creação desse asylo, alem de ser uma medida humanitária, é o meio de afugentar a muitos, que pedem esmolas por ociosidade e preguiça, em logar de procurarem ganhar a vida pelo trabalho.

Tenho cogitado nos meios de acabar com esses industriosos, e o único que julgo capaz de produzir o efeito desejado é o que acabo de expor”.⁷⁰⁷

Nessa época, duas novas instituições foram criadas para atender aos mais pobres: os asilos de órfãos e o de mendicidade. O “orphanotrophio” foi construído pela Irmandade do Divino Espírito Santo, fundado sob influência da Congregação da Divina Providência e auxiliada pela Confraria de São Vicente de Paula. Desta última, alguns irmãos fundaram a Associação Irmão Joaquim que construiu o Asilo de Mendicidade (1910).⁷⁰⁸

O Asilo de Órfãos ficava no Mato Grosso no Largo 17 de Novembro, uma área nobre da cidade no início do século XX. Segundo Veiga (1990, p. 465 e 466) A Irmandade do Espírito Santo Fundada em 1773, passou a promover a construção do asilo de órfãos a partir de 1897. O terreno fora doado à paróquia do Desterro por testamento de Maria Francisca de Paula Braga, onde tinha uma chácara no Largo e ao longo da Rua Emílio Blum até a Fonte Grande. Em 1900, a Paróquia doou o terreno a irmandade para a construção do asilo.⁷⁰⁹

Segundo o professor Nereu do Vale Pereira (2002, p. 80 a 83), alguns membros da associação Irmão Joaquim também integravam o Conselho Administrativo da Irmandade do Espírito Santo. Em 1909, tentaram obter junto a irmandade, autorização para reformar e ocupar um prédio já existente ao lado do Asilo de Órfãos, com frente para o Largo 17 de Novembro. Porém o contrato proposto pela irmandade concedia permissão à Associação Irmão Joaquim,

⁷⁰⁷ Fala de João Rodrigues Lhopes à Assembléia Provincial de Santa Catharina. Desterro, página 70, Typ. de Alex Margarida, 1881. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁷⁰⁸ A Fé, 15 de janeiro de 1904, numero 21, e de 15 de junho de 1906 (BPESC).

⁷⁰⁹ Veiga (1990, p. 466) aponta a data de 8 de setembro de 1910 como data de inauguração do asilo de órfãos, citando: estudos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SEPHAN) e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IUPF) em “História sobre o Asilo São Vicente de Paula” de 1985. Porém, Maria Regina Bopre (1989) citando José Artur Boiteux em “Notas para a história cathariense”, a data é 1 de janeiro de 1904.

para edificar o seu Asilo de Mendicidade na outra extremidade do terreno à Rua José Veiga. O terreno da Irmandade do Divino Espírito Santo formava uma tira de terra do Largo 17 de Novembro, ladeado pelas ruas Uruguai e Tijucas até a antiga Rua José Veiga. A parte destinada à construção do Asilo de Mendicidade ficava na baixada alagadiça cortada pelo Córrego da Fonte Grande, na época uma “área não saneada” e alagável. As obras sanitárias de demolição de cortiços, urbanização e drenagem da Avenida do Saneamento ainda não haviam sido realizadas. Uma área considerada insalubre, ainda sem interesse. Depois do período das obras sanitárias que a cidade atravessou na década seguinte, toda a várzea do córrego foi valorizada.

A construção do Asilo de Mendicidade era movida pela caridade religiosa de seus membros com apoio das elites, que expressavam a necessidade de caridade aos pobres em campanhas nos jornais. A localização do asilo refletia o pensamento da elite de isolar os pobres mendigos. Na década de 1910 o local escolhido para o asilo ficava fora do perímetro urbano, afastado da área do comércio. A instalação do Asilo de Mendicidade repetia em Florianópolis o que já vinha sendo feito em outras cidades brasileiras desde o século XIX, a construção de asilos, hospitais, manicômios, leprosários afastados da área principal. As fortalezas, ilhas, casas afastadas foram usadas como hospitais para pessoas com doenças contagiosas. No Largo 17 de Novembro, no Mato Grosso foi construído o prédio para ser o Hospital dos Alienados dos “infelizes cegos espirituais”. Porém a mesma política e contexto social de exclusão dos pobres prevaleceu também sobre os lunáticos. Em dezembro de 1904, era noticiado que o corpo de segurança marchava para instalar um quartel no prédio que seria o hospital dos alienados. Se bem que o Largo 17 de Novembro era afastado das ruas do comércio, mas ficava no caminho para a Praia de Fora, que vinha sendo o arrabalde preferido dos ricos. Entre 1906 e 1907, os “lunáticos” continuavam a ser recolhidos pela polícia e isolados na cadeia.

“Infelizmente ainda existem alguns desses infelizes recolhidos á Cadeia Publica d’esta Capital, devido a falta de um hospício ou casa apropriada para tal fim. A Policia para evitar que andem elles vagando pelas ruas com grande

perigo para os transeuntes, vê-se na dura contingência de recolher-os á prisão”.⁷¹⁰

A situação dos “alienados” era de total abandono nas cadeias. Não havia lugar pior que uma cadeia do século XIX ou do início do século XX. Em 1906, na cadeia de Florianópolis não havia enfermaria, os presos doentes eram tratados na prisão, com dificuldade para visitas de médicos, pela necessidade de formar guardas. Os alienados ficavam isolados com “vadios” sem ofício, lavradores presos por roubo, espancamentos, “moeda falsa”, defloramentos. Havia militares na cadeia pública presos por homicídio, “offensas phisicas” e roubo – era comum haver militares presos, era grande o contingente na cidade assim como sua condição de pobreza, se envolviam em brigas nos cortiços, nas casas de prostituição, nas tabernas e pelas ruas.⁷¹¹

“E os lunáticos continuaram no seu giro incessante, compadecendo aqui e, por seus acessos; aterrorizando ali; enfermado e morrendo nas ruas, nas praças, nos marginaes das estradas, nos Mattos e nas praias”.”⁷¹²

A força policial em lugar dos lunáticos era parte do contexto de pressão aos indesejados, como a retirada dos mendigos das portas das Igrejas e das ruas comerciais da cidade. Era o sentido e a lógica do movimento das elites e do governo através de medidas de separação dos pobres e degradados do perímetro urbano. Tratava-se de ocultar a pobreza e não de combater suas causas.⁷¹³ Já se encontrava afastado da cidade no Morro da Boa Vista o Hospital de Caridade aos pobres, longe, no alto, para isolar os miasmas; os “alienados”, loucos isolados na fortaleza de Santa Cruz; agora também os mendigos na várzea da Fonte Grande. Se por um lado a Irmandade construiu um asilo de “amparo” aos mendigos, também ajudou a segregá-los. Naquela

⁷¹⁰ “Alienados”. Estado de Santa Catharina. Prefeitura de Policia. Relatório de 1ª de junho de 1906 a 31 de maio de 1907. Arquivo Publico do Estado de Santa Catarina.

⁷¹¹ “Mappa dos presos da cadeia publica de Florianópolis”. Estado de Santa Catharina. Prefeitura de Policia. Relatório de 1ª de junho de 1906 a 31 de maio de 1907. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁷¹² A Fé, 2 de dezembro de 1904, ano II, número 65 (BPESC).

⁷¹³ O “Código criminal do Império do Brasil”, de 16 de dezembro de 1830, definiria crimes contra a “civildade e os bons costumes”, que incluía medidas contra os vadios, os capoeiras, a prostituição e proibiria mendicância pelas ruas em cidades que tivessem asilos de pobres. Existem referências sobre esse código, porém, não consegui consultar o documento original. Essa nota vale apenas como uma indicação de fonte a ser consultada.

época do início do século XX, a irmandade servia mais aos seus membros associados, com funções de previdência, do que, como instituição de caridade aos pobres. No natal dos pobres de 1903, a associação distribuiu 81\$500 réis arrecadados entre a população da cidade, bem menos do que a quantia de 326\$000 arrecadados entre 201 sócios e entregues ao tutor dos filhos de José Honório Alves um de seus sócios falecidos naquele mês e ano.⁷¹⁴

Tabela 37. Contribuições para a construção inicial do Asilo de Mendicidade.

Nome	mil réis
Carl Hoepcke	150
André Wendhausem	100
Eduardo Horn & cia	100
Carl Hoepcke Junior	50
Leopoldo Malburg	50
Coronel Vidal Ramos	50
Vidal Dutra	50
Nicolau Cantisano	50
Oliveira Carvalho & irmãos	50
Leão da Cunha	45
H. Schelli	30
Ortiga & Fernandes	30
Germano Wendhausen	30
Alvin e empregados da Delegacia Fiscal	26
Carlos V. Wendhausen	20
André Wendhausen Junior	20
Ernesto Beck & cia	20
Antônio Joaquim Coelho	20
Ernesto Vahl	20
Leisner irmãos	20
Fernando Fiorenzano	20
Braz Fiorenzano	20
Octavio Silva	20
Francisco da Silva Ramos	20
Thereza Machado Wendhausen	20
Coronel Augusto Rangel	-

Fonte: jornal A Fé, de 31 de outubro de 1909, número 192.

As maiores doação para o início da construção do asilo de mendicidade foram feitas pelas famílias Wendhausen e Hoepcke, maiores comerciantes de Desterro no início do século XX, pela companhia de Eduardo Horn, coronéis da política e outros comerciantes.

⁷¹⁴ A Fé, 15 de dezembro de 1903, número 17, e de 4 de janeiro de 1904, número 20 (BPESC).

Quando as “subscrições” dos comerciantes eram insuficientes para suprir as necessidades de esmolas aos pobres e indigentes, a associação Irmão Joaquim usava o fato para argumentar a favor da construção do asilo. Pois não haveria argumentos para que a polícia impedisse a prática da mendicância pelas ruas se não havia assistência organizada.⁷¹⁵ Possivelmente, ocorria uma diminuição nas doações à medida que diminui a mendicância pelo trabalho das associações, irmandades e da Igreja, quando diminuía as doações à caridade, aumentava o pedido de esmolas pelo centro.

A Associação Irmão Joaquim talvez tenha expressado o mais claro exemplo de contradição entre caridade e separação. Ao mesmo tempo em que organizava a assistência aos necessitados, fundava um jornal, arrecadava e distribuía esmolas, por outro lado fazia campanha pela repressão contra a vadiagem de meninos que viviam nas ruas, pela retirada de indigentes da área central, pelo fim da mendicância nas ruas do comércio. Um exemplo claro dessa contradição: a associação, ao mesmo tempo que fazia a campanha através de seu jornal “A Fé”, para a construção do asilo de mendicância, mantinha também outra campanha constante pela melhoria da cidade que implicava em dificultar a permanência dos pobres no centro. Nesse jornal em julho de 1906, no artigo “casas”, a associação reclamava a demolição de casas que se “ostentavam” nas ruas principais como a João Pinto, Deodoro e Trajano em favor do “aformoseamento da capital”. Eram as casinhas de porta e janela velhas, antigas, coloniais e cortiços em que viviam ex-escravos, lavadeiras, prostitutas, onde se instalavam os marinheiros e soldados.

Em 1916, a polícia proibiu a mendicância nas ruas da cidade. O convívio era considerado desagradável pela elite e as medidas que restringissem a presença de desagradáveis eram acolhidas pelas “autoridades”. Mendigos eram indesejáveis em áreas públicas, principalmente aos sábados e domingos de passeio e lazer, os “cursos”. Longe do centro comercial, nos asilos, mendigos os “torturados da vida”, nas praças e nas ruas, eram os “mandriões”. Um interno do asilo que fosse encontrando mendigando era condenado a não sair do asilo por 90 dias.

⁷¹⁵ “Mendicância”. A Fé. 29 de julho de 1904, ano I, número 47. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina.

Segundo Pereira (2002, p. 86), o Asilo também distribuía esmolas semanalmente a outros pobres que possuíam residência. Era comum que comerciantes fizessem doações em dinheiro para que o Asilo os livrasse da mendicância nas portas e nas ruas de seus estabelecimentos. Os pobres recebiam na primeira distribuição de esmolas, um distintivo da associação para identificação que permitia controle e dava direito a novas esmolas no sábado seguinte – o distintivo de mendigo representava o acesso à esmola e a separação da cidade.

*“A policia teve um gesto louvável. Segundo a acção justa da beremerita Associação irmão Joaquim proibiu a mendicidade pelas ruas de nossa capital. Reprimiu um abuso que degenerava em fonte de vicio. A malangragem ia arrastando indivíduos sãos ao peditório de todos os dias. Não podia ser mais detestável o espectáculo que, aos sabbados principalmente, os que exploravam a bolsa alheia offereciam aos nossos olhos. A cada momento, éramos importunados ahi por essas ruas e praças, por uma legião de homens e mulheres, na sua maioria, sadios para os labores da vida (...) Estenderem a mão á caridade publica é mil vezes preferível. O trabalho quotidiano, a lucta incessante de todos os dias, não seduz os mandriões. Explorarem os sentimentos de generosidades é mais compensador. Se ums lhes fecham a porta; outros lhes abrem a bolsa. Cada dia que passava a onda de pedintes augmentava. O despudor exigia severas medidas de repressão moral. Nem aos domingos, dia consagrado ao descanso, cessava a pratica immoral. Quando a tarde, as famílias faziam o curso no Jardim Oliveira Bello, os maltrapilhos d’aqui e do Estreito, vinham explorar os sentimentos piedosos dos que ali se divertiam. Este tristissimo espectáculo depunha muito contra a nossa cultura. Aos olhos dos forasteiros que nos visitam parece que não possuímos uma Asylo de mendicidade para socorrer os verdadeiros infelizes sem conforto e sem pão. Felizmente o mal esta sanado. As medidas adoptadas pela policia só merecem applausos. Mister se torna agora a população auxiliar afficazmente a benemérta instituição Irmão Joaquim, que está sempre de portas abertas para acolher sob o seu tecto de caridade os torturados da vida.”*⁷¹⁶

Segundo Fraga Filho (1996, p. 41 e 135), já durante o século XIX, em períodos de empobrecimento, os mendigos foram considerados verdadeiros vilões da sociedade e como ameaça à ordem social. Na sociedade burguesa que se desenvolvia, a concepção ocidental de pobreza começava a se desvincular dos aspectos morais e religiosos e surgir como fator econômico,

⁷¹⁶ “A Mendicidade.” Revista O Olho, 6 de agosto de 1916, ano I, número 18. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina.

desviante da ética do trabalho e não inserção no processo produtivo.⁷¹⁷ Os relatos sobre mendigos em jornais e documentos descrevem um modelo de sociedade, adiantada, organizada, culta, que não é ideal pela presença dos miseráveis. O problema da miséria não era analisado como interno dessa sociedade, mas como algo externo que limita sua aparência ideal. Como algo sem ligação as relações e estruturas dessa mesma sociedade e sua história.

Em 1916, era importante a separação de indesejáveis que prejudicavam a percepção da aparência ideal da cidade, de que tudo caminhava bem. Para muitos agentes do topo das classes sociais da época, o positivismo de uma sociedade ideal, definida por idéias políticas, científicas e positivistas já havia sido definido, apenas não alcançado. E os pobres considerados externos, incapazes de se encaixarem por motivos, não da sociedade mais seus, de suas próprias origens e raças, não poderiam alcançar, merecer ou poder fazer parte dessa sociedade. Por outro lado, causavam problemas, e definitivamente perturbavam a aparência e a percepção de que essa sociedade ideal já havia. As diferenças entre essas duas realidades e seus agentes já estava bem definida e os espaços pré-determinados, a questão era a falta de separação, entre pobres e ricos.

*“Há muitos dias perambulam pelas ruas desta capital, esmolando pelas casas, dous infelizes morpheticos, inspirando as famílias que se compadecem deveras de seu estado lastimável, natural e instintiva repulsão. Temol-os visto nesta cidade, sentados nas soleiras das portas ou deitados nas calçadas, e outras vezes invadindo os domicílios em busca de esmolas. Em algumas captaes e cidades adiantadas, os morpheticos estão segregados de todo o convívio social e vivem internados em hospitaes fundados especialmente para esses infelizes, verdadeiros parias da sociedade. Chamamos para o facto a atenção das autoridades competentes”.*⁷¹⁸

Os mendigos buscavam esmolar nas áreas de maior fluxo de pessoas, nas ruas em que se concentrava o comércio próximo do Porto das praças e largos e das Igrejas de São Francisco, Nossa Senhora do Rosário e a Catedral. O espaço público do centro, as ruas em torno da praça que localizava os prédios do governo e as ruas ao longo do porto que localizava o comércio, que

⁷¹⁷ Segundo Fraga Filho (1996, p. 135), durante o século XIX, sobrevivia uma tradição religiosa de tolerância e piedade aos mendigos. Por outro lado, começava a se definir uma atitude cada vez mais hostil e intolerante à pobreza na cidade.

⁷¹⁸ “Morpheticos Mendigantes.” A Opinião, 4 de maio de 1916, página 2 (BPESC).

também formavam o território da mendicância. Os comerciantes da capital, de sobrenomes famosos na política, continuavam a doar esmolas ao Asilo Irmão Joaquim e a cobrar que os pobres mendigos não viessem esmolar pelas ruas da cidade. A elite local pedia ao poder público, que assim como afastar os mendigos, também deveria ser cortado o mato no Largo General Osório para que animais, até ferozes, não passassem livremente por ali.

“No Largo General Osório, a vegetação cresce desassombradamente. Dentro de pouco tempo teremos uma esplendida floresta onde toda a casta de animais inofensivos e mesmo ferozes, passarão livremente.

Para evitar que isso venha a succeder, lembramos ao sr. Superintendente a conveniência de lançar as suas vistas para a belleza daquelle logradouro publico. Uma foice e alguns mil reis evitarão que os animais daninhos desçam das montanhas e venham açoitarse por aquellas paragens.”⁷¹⁹

Os comerciantes e demais que doavam esmolas cobravam a retirada dos mendigos do centro.

“Os negociantes, srs. Fernando Fiorenzano e F. Ramos avisaram a Directoria da Associação Irmão Joaquim que concorrerão mensalmente, aquelle com 5\$000 e este com 2\$000 para que o Asylo de Mendicidade tome o encargo da distribuição de esmolas aos mendigos, de modo que estes não as peçam mais pelas portas de ruas desta capital.”⁷²⁰

Evitar animais daninhos, “homens daninhos”, pobres, mendigos, com foices, alguns mil réis e esmolas para que ficassem nos matos e nos asilos e que não vagassem pela cidade. As esmolas de 5\$000 réis doadas mensalmente pelos comerciantes ao Asilo Irmão Joaquim correspondiam um metro cúbico de lenha ou cinco edições de jornal.

A associação Irmão Joaquim ao mesmo tempo em que agia em benefício dos necessitados, dos mendigos, com caridade e previdência, também expressava estes desejos da classe que detinha o poder econômico e político da época. Construir uma cidade organizar sem pobreza no centro comercial. No jornal “A Fé”, a associação passou a tratar de assuntos exclusivos da caridade aos assuntos “do bem, da ordem e do interesse público”, que geralmente pendiam contra os necessitados aos quais dirigiam a

⁷¹⁹ *Ibidem.*

⁷²⁰ “Pelos Mendigos”. A Opinião, 25 de janeiro de 1916, página1 (BPESC).

caridade. O resultado de suas ações e de seu papel político reforçou a separação que se expressava espacialmente. Além de manter uma opinião declarada de segregação, a minorias como a dos ciganos, ou de repressão, como aos meninos vadios, ou a restrição da mendicância, manteve e fomentou apoio a exclusão espacial da pobreza, Pelo jornal, a associação exercitava o apoio político ao higienismo urbano e sanitismo urbano, outro pelos desejos das mudanças urbanas. Em 1907, o doutor Henrique Chenuad que acumulava os cargos de inspetor estadual e municipal de higiene era saudado e elogiado em artigo no A Fé. A atividade da inspetoria de higiene, servia como instrumento político. As ações contra a falta de higiene dos costumes e condições da pobreza , servia a política dessa separação.

*“Esse importante serviço reclama um profissional cuidadoso e activo no seu desempenho, sobretudo enérgico, a fim de serem attendidas as suas prescripções, sem parcialidade de relações, mas no interesse da saúde de todos...”*⁷²¹

Em 1909, depois de seis anos de campanha pública, através de seu jornal, contra a mendicidade na cidade, a associação Irmão Joaquim fazia uma análise de seu posicionamento, apresentando argumento sobre críticas que passavam a ser dirigidas contra seu ideário. As críticas, que não encontramos, possivelmente vieram por outros jornais, os mesmos, que contra a posição da associação e dos comerciantes, distribuíam esmolas em redações de outros jornais. Essas críticas representavam um pensamento dissonante do que imperava entre a elite comercial. Partia de Pessoas que se posicionavam contra a separação imposta, e à possibilidade do futuro asilo que a associação sonhava construir, de vir a ser como uma prisão aos mendigos, e não como local de amparo. Para responder às críticas a associação recorria a princípios religiosos e republicanos, “que em primeiro lugar preservava”.

“Não podíamos pretender que a nossa idéia de asylo, emanada dos liberaes princípios da Egreja de Jesus, viesse realisada, a tornar-se uma cadeia inquebravel aos pulsos dos que a miseria impellisse ás suas portas hospitalares não só porque essa pretensão seria uma terrível offensa á mesma Egreja, offensa nunca perdoável á propria consciência, como porque seríamos malignos, infernais ou bárbaros si n’um paiz essencialmente livre, como é o

⁷²¹ “Hygiene”. A Fé, 16 de setembro de 1907, número 153 (BPESC).

*nosso, quiséssemos o ressurgimento do império deshumano da lei do predomínio do senhor sobre o escravo”.*⁷²²

Outros jornais distribuíam esmolas no centro e eram criticados pela associação Irmão Joaquim no A Fé que revelava o objetivo de retirar os pobres e mendigos do centro, “o progresso social”, tornara-se maior do que o de distribuição de esmolas.

*“A pezar dos nossos constantes pedidos, continuam a ser distribuídas esmolas aos pobres nas redações dos collegas locais. Enxergamos n’isso inexplicável desamôr aos fins a que nos destinamos chegar, ou propósito teimoso de ver aumentando o numero dos que especulam com a caridade publica, por não habituados a trabalhos úteis. Mas, isso é um erro manifesto que commettem perante a própria consciência, que não deve aceitar-o, por peccaminoso, máxime quando tem-se a convicção, como no caso presente, de que o dito erro vem agravar também o progresso social, que requer o trabalho perseverante de todas as classes para mais desenvolver-se. É nosso dever de patriota a promoção e conservação do progresso do meio em que vivemos e nunca concorrermos para o seu atrazo, nem prejuízo, como estão infelizmente concorrendo os que não sendo sympathicos á nossa idéia de fundação de um Asylo de Mendicidade insistem em conceder esmolas aos pobres pelas redações de jornaes, dignos e distinctos é verdade, porem que d’outras obrigações e fins cuidam. Pelo lado de nossa religião, - os que assim procedem, perdem o direito á gratidão do próprio socorrido Jesus adoptou e praticou a esmola em segredo. Imitamol-o, pois, em prol do nosso projectado Asylo”.*⁷²³

Alguns meses depois de defender-se da crítica de que o asilo seria uma prisão para os mendigos, o jornal A Fé continuava sua campanha contra o “grande mal”, e sua causa primordial: os indigentes “em enxames” a pedir pelas ruas e a polícia que não podia evitar o “enxame”.⁷²⁴

Em 1919, o “Asylo Irmão Joaquim” era mantido por 255 associados. Abrigava, no início daquele ano: 38 “exilados” homens e mulheres dos quais 32 brancos e 6 negros, 17 tinham mais de setenta anos, 31 eram brasileiros e 7 estrangeiros, alguns descritos como: “cegos, aleijados e imbecis”.⁷²⁵ Era comum que “exilados” fossem “eliminados”, expulsos por infrações de regras

⁷²² A Fé, 20 de março de 1909, número 179 (BPESC).

⁷²³ “Ainda as esmolas”. A Fé, 24 de agosto de 1909, numero 187 (BPESC).

⁷²⁴ A Fé, 4 de junho de 1909, número 184 (BPESC).

⁷²⁵ “Asylo Irmão Joaquim”. Republica, 21 de fevereiro de 1920, número 414, página 2 (BPESC).

impostas pela associação. Mantenedores de Asilos impunham regras rígidas os mendigos dentro do asilo e proibiam a mendicância.



O Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, inaugurado em 27 de março de 1910. Fonte: Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina.



Asilo de Órfãos
São Vicente de
Paula. Inaugurado
na década de
1910. Revista O
Olho, 11 de junho
de 1916, ano I,
número 10.
Biblioteca Pública
de Santa Catarina.

Conclusão da parte III

Os filhos das famílias ricas da elite econômica e política de Florianópolis foram educados para ocupar os postos importantes da vida liberal e dos cargos públicos em Santa Catarina. Reproduziram na capital os planos e mudanças a partir da realidade que vivenciaram no Rio de Janeiro e na Europa. Influenciaram os círculos do poder na cidade, através da posse de cargos públicos e políticos. Direcionariam projetos, verbas e investimentos urbanos para os modelos intelectuais e políticos que representassem modernização urbana, progresso econômico e os ideais de avanço higiênico, sanitário, estético, de consumo, de convivência, entre outros, do universo das classes dominantes, ricas, principalmente da Europa.

O medo imposto pelas epidemias legitimava ações higienistas que influenciaram a remoção de pobres da cidade. Ações que acentuaram a divisão social e a separação urbana entre pobres e ricos, pois os pobres eram os mais atingidos por epidemias por viverem em piores condições sanitárias. As epidemias continuariam a ameaçar a população de Florianópolis, como das demais cidades brasileiras, durante as primeiras décadas do século XX. O combate a doenças passou a exigir medidas higiênicas mais amplas. As preocupações com doenças infecciosas passaram a ser tratadas cada vez mais com obras sanitárias urbanas. Medidas cada vez mais direcionadas às casas e cortiços da população pobre, principalmente depois da epidemia de varíola no litoral catarinense, que atingiu Desterro em 1882.

As medidas médicas de higiene eram concentradas às pessoas contaminadas, ao isolamento. À medida que o medo e as epidemias agiam, o combate médico higiênico foi ampliado às casas de pessoas contaminadas, seus arredores e à cidade. Do isolamento de doentes as epidemias levavam a interdição de casas. Moradores passaram a ser removidos e os doentes isolados fora da cidade. Em tempo de epidemias as medidas de controle eram ampliadas, desinfetadas casas, estrebarias e estábulos próximos aos focos de doença. As casas com pouca luminosidade eram aquecidas e fumegadas com carvão. Cada casinha não podia abrigar mais do que quatro pessoas e as casas infectadas permaneciam interditadas, proibidas a habitação.

As ações do estado passaram a exigir cada vez mais coordenação e o poder de polícia dos inspetores de higiene era ampliado pelas posturas, resoluções e decretos higienistas. A cidade passou a ser dividida em distritos sanitários e as ações concentradas nas áreas de casas e cortiços da população pobre. A construção de novas casas passou a ter novas exigências: afastamentos, organização e espaço, aumento da luminosidade e diminuição da umidade para dificultar os contágios. As medidas para as casas eram acompanhadas de medidas de higiene pública: proibição de despejos de lixo e águas servidas, de manter animais soltos e a limpeza das fontes de água.

Sobre Desterro, não encontrei notícias de que se chegou a abandonar a cidade ou algum bairro por motivo de epidemia. Mas, casas foram interditadas, áreas desinfetadas e doentes isolados no hospital ou nas enfermarias em fortes, ilhas e casas fora da cidade. Os ricos utilizaram as chácaras dos arrabaldes mais distantes também como forma de fugir das epidemias na cidade, pelo medo das doenças, pelas condições sanitárias precárias e pela falta de água na parte mais antiga e populosa da cidade, principalmente no verão. Andrade (1992, p. 11) lista que era utilizado como medida sanitária o isolamento de uma área ou território, “cordão sanitário”, para conter a penetração de uma peste e que na escala das casas fazia de cada moradia uma prisão. Em Santa Catarina, durante a epidemia de 1882, ocorreu uma estratégia diferente em relação ao controle do território de avanço da epidemia. A inspetoria de higiene tentou barrar o avanço da doença ao Norte de Desterro em direção a capital, não com o isolamento, mas montando enfermarias e deslocando pessoal, recursos e socorros aos locais de foco da doença. Uma medida de isolamento comum em Desterro, foi a de quarentena às embarcações quando havia alerta de epidemia, uma estada forçada nas baías antes de chegar a cidade. Por outro lado, marinheiros contaminados, doentes eram abandonados na cidade ou nas proximidades. Outros, contaminados na cidade por alguma doença, mesmo que não contagiosa, durante a estadia da embarcação no Porto, podia decretar o abandono de marinheiros, que eram deixados pra trás, para não contaminar a tripulação. Acabavam perambulando pela cidade ou internados no Hospital de Caridade.

Andrade (1992, p. 13 a 16) estudou o efeito do medo das pestes nas transformações urbanas ao longo da história. Para ele, as pestes são causas

de desordem e do acaso às cidades, fundaram a necessidade do poder de transformar e segregar o espaço urbano para barrar epidemias e garantir que condições salubres. Suas referências sobre cidades pestilentas ao longo da história são associadas a um “fenômeno anárquico” de dissolução das formas de sociabilidade. A afirmação de Andrade, não cabe em todos os casos que retratam pestes em cidades, pois variam as pestes e as formas de poder em cidades ao longo do tempo e em cada sociedade. Mas, se relacionarmos essa observação aos primeiros anos da república em Santa Catarina, essa desordem causada por epidemias tornou-se um problema de saúde pública de responsabilidade crescente do estado. Pois abalavam não apenas a saúde da população, mas o alicerce que baseava o poder republicano: o positivismo da ordem, a confiança na técnica e crença nas resoluções da ciência, que a peste desafiava. Quando uma epidemia se disseminava sobre a população, principalmente nas cidades, causava degradação da ordem cotidiana. Quanto mais frágil o conhecimento e o controle da doença, maior era a utilização de medidas sanitárias sobre a cidade. Quando a prevenção era a única forma de controle as medidas de isolamento e de sanidade urbana eram acionadas. O medo das epidemias não geraram apenas “dissolução” de formas de sociabilidade, romperam laços estabelecidos, principalmente entre pobres e ricos e geraram e forçaram o estabelecimento de outros. No caso de Desterro, ao mesmo tempo em que as doenças geraram medo crescente dos problemas sanitários da área do Porto, dos cortiços, dos córregos e fontes sujas, também induziram a reorganização sanitária e ocupação de outras áreas.

O higienismo na antiga Desterro, fundou ações para impedir a estagnação de águas e do ar, controle das águas dos córregos e das fontes e das águas servidas. Estabeleceu novos parâmetros para os adensamentos de casas e da população em cortiços. Portanto, estabeleceu novas formas de relação com o meio físico e de limites urbanos de moradia. Essas medidas se desdobrariam em novas ações que envolveriam cada vez mais a população pobre e a redefinição constante de seu território cada vez mais restrito a permanência no perímetro urbano tradicional.⁷²⁶

⁷²⁶ Essas medidas encontraram ressonância nas idéias geográficas de determinismo ambiental. Esse primeiro paradigma que caracterizou a Geografia moderna

Mas, o medo e as consequências históricas das epidemias em Desterro contribuíram, assim como em outras cidades brasileiras, para que fosse rompido um laço fundamental na organização das cidades do século XIX. Contribuíram para a separação da pobreza na cidade, para romper a organização pré-existente de pobres e ricos vivendo juntos. Porém essa separação não teve motivo apenas nas epidemias. Elas serviram como fortes argumentos, para muito além de medidas médicas, para separação de pobres contaminados e isolamentos de cortiços, mas como argumento à construção de um projeto de modernização urbana e de cidade que não incluía os pobres.

As referências históricas descrevem do contexto da época, uma situação de pobreza e mendicância que envolvia grande parte de uma população em crescimento. Não apenas alguns “desafortunados”, mas uma população pobre diversa, composta por meninos vadios, pessoas doentes, idosos, viúvos abandonados, migrantes, além dos que viviam em um estado de pobreza menos repugnante à elite, que era alvo preferencial de sua caridade. Uma população pobre que historicamente vivia no centro e que tinha sua pobreza realçada na comparação com a nova classe que dominava a cidade, a burguesia urbana. Essa classe passaria a impor medidas sanitárias e higienistas, que além dos problemas com as epidemias e saneamento resolveriam também o problema de retirar os pobres do centro, o que asilos apenas não resolveriam.

considerava as condições naturais do ambiente, especialmente as climáticas, determinavam o comportamento humano. Condições naturais insalubres definiriam um povo atrasado e inferior. Segundo Andrade (1992, p. 17), as ações médicas e higienistas foram fundamentais para a “teoria dos meios”. A primeira formulação dessa teoria é de Hipócrates, “Dos áreas, das águas, dos lugares”, a influência do clima da água e da localização geográfica sobre a saúde humana. As idéias sobre insalubridade de lugares pantanosos já aparecia na obra de Vitruvio, um romano arquiteto da era clássica. Um positivista adepto dessa teoria do meio foi L. A. Segond, que veio para o Brasil no século XIX, e segundo Andrade, influenciou decisivamente o engenheiro sanitário Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864 – 1929) que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país. Segond é mais uma ligação da influência européia sobre o higienismo e sanitário no Brasil.

PARTE IV

MODERNIZAÇÃO E SANITARISMO: O FIM DA POBREZA?

Introdução

Todas as transformações sociais do final do século XIX no Brasil, fim da escravidão, imigração européia, diminuição do poder dos latifundiários, ascensão da classe burguesa, novas instituições com o fim do Império, formação da República, repercutiram fortemente nas províncias, principalmente nas cidades. Nos jornais os artigos se repetiam argumentando, pedindo, demonstrando a necessidade e as vantagens dos “adiantamentos, das modernidades, dos melhoramentos”. Sucediavam-se reivindicações por estradas de ferro, melhorias de estradas de rodagem e pontes por todo território, nas cidades, linhas de bonde, eletricidade, redes de abastecimento de água, esgoto, abertura, calçamento e alargamento de ruas e demolição de cortiços. Mudanças planejadas por uma elite urbana que relacionava o modo de vida e subsistência dos ex-escravos, mestiços e descendentes de açorianos pobres ao passado colonial, às epidemias e ao atraso econômico e urbano.

No final do século XIX, estava sobre impulso a remodelação urbana e o controle social em Florianópolis. Novas infra-estruturas e serviços urbanos foram implantados na parte central da cidade: a construção do novo mercado público (1898); rede de esgoto e linhas férreas de bonde à tração animal (1906 a 1910); rede telefônica municipal (1909)⁷²⁷; A rede de abastecimento de água do centro da cidade (1906) inaugurada em 1910;⁷²⁸ agência do Banco do Brasil inaugurada em 1915; aumento e reforma da Praça Pereira e Oliveira (1907). Durante os governos dos republicanos Hercílio Luz, no estado e João Oliveira Carvalho, no município houve um intenso processo de reformulação “modernização” urbana de Florianópolis: a canalização de córregos – o principal o da Fonte Grande (1920) - construção da Avenida do Saneamento (1922); Escola Normal (1922); o Instituto Politécnico com cursos de “pharmacia, odontologia, comércio, agronomia e datylographia”; a escola de aprendizes artífices; as escolas públicas de ensino básico; a ponte Hercílio Luz

⁷²⁷ André Luiz Santos, 1999.

⁷²⁸ “Água”. O Dia, 11 de maio de 1910 (BPESC).

(1922 - 1926) - a maior obra de infra-estrutura do estado até então. Em 1920 e 1921, além de novos prédios na Avenida Hercílio Luz, como o do construtor Villa um dos empreiteiros da obra da Avenida.⁷²⁹ Os “magníficos edifícios” nas ruas Anita Garibaldi; José Veiga e Avenida da Paz que foram niveladas, alargadas e retificadas; a Praça 17 de Novembro foi remodelado e inaugurado seu jardim, o maior da capital.⁷³⁰ Foi remodelado o edifício em que funcionava a estação Agronômica para servir de residência de verão ao governador. Foram reformulados os contratos de serviço de energia elétrica para melhorar e ampliar os serviços. Instalada a Companhia Carris Urbanos para o serviço de “auto omnibus” entre o centro e a estação agronômica. Ampliada e modernizada a rede telefônica local, instalada a rede telefônica intermunicipal e inaugurada a Maternidade (1927).

Nos projetos e intenções da elite política e econômica - esquecido nos relatos históricos - a demolição dos antigos casarões e casinhas que serviam como cortiços em que vivia a população pobre. Todas essas infra-estruturas, serviços e reformas urbanas foram concentrados na área central da cidade até o limite do perímetro urbano estabelecido pela Avenida do Saneamento e Rua José Veiga até o São Luis. A instalação de infra-estruturas e serviços na cidade realçou as diferenças urbanas entre áreas ricas e pobres durante as primeiras décadas do século XX. As modificações urbanas, as intervenções para a instalação de novas infra-estruturas foram sendo adaptadas, sofrendo influência e transformando a estrutura e forma da cidade que havia. Essas transformações físicas também representavam transformações sociais que estavam em curso, portanto, transformações espaciais. De significado muito mais profundo que apenas a mudança na paisagem urbana. Os territórios criados, delimitados e reconstruídos por ricos e pobres nesse processo espacial, foram delimitados a partir das relações definidas e estabelecidas na disputa entre diferentes modos de vida na cidade.⁷³¹

⁷²⁹ Outro empreiteiro que ganhara a concorrência para canalização de um dos trechos da Fonte Grande entre a Rua José Jacques e o entroncamento da Travessa Argentina foi Ângelo Galhani. Republica 30 de março de 1920, número 444 (BPESC).

⁷³⁰ Republica, 19 de setembro de 1922, ano 17, número 1.160 (BPESC).

⁷³¹ Não me refiro a uma disputa restrita em lutas de classe, mas ao nível mais amplo: de modo de vida na cidade.

Com o fim do regime escravista, as mudanças nas relações de produção e a formação da república, a modernização era, não só uma consequência espacial das mudanças, mas, um ideal das camadas mais ricas da sociedade urbana. O modo de vida de subsistência urbano deveria ser substituído pelo trabalho produtivo, organizado, acelerado, uma vida urbana de ordem, higiene, sanidade e salubridade. O homem deveria ser saudável, educado e integrado a economia capitalista, o que Bitencourt (1999, p. 29) sintetiza como “um abandono do conceito de civilização pelo de civilidade”. A cidade da civilidade passou a ter um modelo ideal a ser alcançado, tinha que ser dinâmica, organizada, limpa, saneada, aprazível por embelezamentos, alargamentos de ruas, construção de largos e jardins. A mudança na arquitetura era a de uma nova estética a ser alcançada, imposta por decretos, posturas e resoluções, que determinavam formas mais complexas, caras e específicas que limitavam às possibilidades de acesso dos pobres as mudanças e exigências. O processo dessas mudanças, não era o processo longo e lento da transformação do antigo modo de vida da subsistência urbana, comuns às populações pobres do século XIX, necessário a integrar e incluir essa mesma população. Era o processo rápido, acelerado e excludente, que as elites letradas, políticas e econômicas impunham com o objetivo exclusivo de abandonar o passado urbano e alcançar seus objetivos materiais, seus ideais estéticos, modernos e positivistas. Mesmo que isso significasse a impossibilidade de incluir e integrar a população pobre. Seu afastamento da cidade, sim, era a possibilidade de alcançar esses objetivos de forma mais rápida, eficiente e com maiores benefícios imediatos. Assim, a população pobre foi sendo cada vez mais controlada e seus hábitos cada vez mais proibidos e punidos no perímetro urbano. Os pobres e ex-escravos foram excluídos das possibilidades da nova vida urbana moderna, das infra-estruturas serviços urbanos, da educação, da saúde e moradia na cidade.

Nessa parte apresentamos e analisamos num primeiro capítulo: as intervenções urbanas realizadas pelos primeiros governos republicanos; as consequências das regras e exigências da arquitetura moderna; os problemas, a geografia e a lógica do tortuoso processo de implantação das novas infra-estruturas e serviços urbanos.

Em todas as cidades brasileiras da primeira metade do século XIX, a estrutura sanitária se resumia ao fornecimento de água em fontes públicas, “cariocas”. Havia apenas os despejos de águas servidas das casas no mar pelos “tigres”. Segundo Cabral, era permitido que o lixo fosse lançado à praia a qualquer hora. As águas servidas e fezes apenas durante a noite, em quase todas as áreas da cidade, os Negros escravos com vasilhames com o “caldo nauseabundo” à cabeça rumavam ao mar (1971, p. 177). Era comum despejar o lixo no fundo dos quintais, área desocupadas e ruas. Essas condições e o crescimento da população agravavam os problemas de saúde pública e sobre essa realidade foram realizadas obras urbanas sanitárias, num processo de duas três décadas que transformaram totalmente a paisagem.

Cabral escreveu uma obra detalhada sobre as casas, sobrados e chácaras de Desterro em que retrata as condições da riqueza e da pobreza do século XIX. Nessa obra: Douro Litoral (página 32), Cabral faz uma descrição do mais completo sistema de despejo do século XIX em Desterro, o dos sobrados. Nas peças do fundo do sobrado e nos vãos das escadas ficavam os utensílios sanitários, baús e canastras com roupas velhas, as banheiras redondas de latão, tinhas e urinóis. Eram utilizados durante o dia até que uma escrava fosse despejar, nos fundos, no quintal ou num barril que se despejava na praia. Aos sábados as banheiras e as tinhas eram levadas aos quartos quando o patrão, a dona da casa e o restante da família tomavam o banho quente. Nessa operação as chaleiras do fogão abasteciam as latas que eram carregadas pelas escravas até a banheira ou tina. Em dias comuns usavam uma meia banheira que no fim do dia servia às mulheres. Os pobres banhavam-se em tinhas e meios barris, conseguidos nas casas de negócio ou dos navios.

Essas diferenças sanitárias das casas de pobres e ricos seria refletida também nas obras sanitárias da cidade. No capítulo sobre o sanitário urbano: a descrição das condições sanitárias da cidade antiga e os problemas do cotidiano urbano da população pobre; as primeiras consequências espaciais dos problemas sanitários e a divisão territorial entre pobreza e riqueza na cidade; as mudanças planejadas e impostas, o sentido e a lógica da transformação da vida urbana dos pobres em problemas sanitários urbanos.

Capítulo X

Modernidade e pobreza

“Do lado do estreito era o cemitério, que alvejava triste e sombrio; do lado da ilha era o Menino Deus, que dominava do alto de sua encosta toda a baía: essa cidade estendida assim entre uma igreja e seu hospital, e um cemitério, era o Desterro (...) mostrando-se ao forasteiro dos mares, que passava, o cemitério e o hospital para lembrar seu triste nome, ironia amarga”. (A Massambu. Duarte Paranhos Schutel, 1886)

Arquitetura contra pobreza

No final do século XIX havia uma elite política, comercial e intelectual que se inconformava com a Desterro colonial, das casas de porta e janela, sem as “melhorias modernas”, uma cidade ainda dos pobres. O desejo de modificar o aspecto dessa cidade pobre era antigo, da época em que eram poucos os ricos, um punhado de comerciantes e donos de barco de cabotagem e tabernas. Aspirações assim são encontradas desde o final do século XVIII. Cabral (1971, p. 225 e 226) cita desse tempo, tentativas de impor moldes e regras para as construções com o objetivo de *“melhorar o aspecto da Vila e lhe dar edificações mais apresentáveis, tirando o aspecto da mera pescaria”*. No início do século XIX algumas casas melhoradas representavam ascensão de alguns que prosperavam do pequeno comércio. Mas, lembra Cabral (1971, p. 225 e 226), *“a melhoria das construções dependia menos das posturas do que da condição econômica dos moradores”*. Ainda não havia um contexto social em que a classe dominante planejasse, influísse e tivesse condições decisivas para intervenções profundas na cidade, porque eram poucos os ricos e restritas as possibilidades de mudanças urbanas que poderiam ser realizadas pelos governantes. Segundo Cabral, a Câmara omitia-se do rigor das exigências das posturas urbanas *“para que os pobres também tivessem o seu teto.”*

Fora as cartas régias de organização e edificação da vila, o conjunto mais amplo e antigo de regras e exigências para construção urbana em Desterro, que encontrei, foram alguns artigos do código de posturas de 1845. Esses artigos serviam ao objetivo de modificar e alcançar um novo padrão para as ruas tortuosas e para as casinhas de porta e janela.

“Ninguém poderá edificar, ou reedificar, tocando na frente do prédio, ou fazer qualquer obra de pedra, cal ou madeira nas ruas, estradas, ou travessas, sem pedir á Camara licença, e arruamento, a qual se lhe mandará fazer pelos officios a quem estiver encarregada esta atribuição”.⁷³²

A câmara teria que aprovar os requerimentos em sessão, dar licenças para andaimes e depósitos de materiais. O código continha as primeiras exigências arquitetônicas para construção.

“Nenhum prédio será edificado sem ter 18 palmos, pelo menos, de pé direito, contados de soleira ao frechal, e sendo de sobrado até o pavimento: e até o frechal do telhado no ultimo. Não sendo compreendidos n'estas dimensões: 1ª os prédios edificados fora das povoações e suas vizinhanças, não sujeitas ao arruamento: 2ª os edifícios que em razão de seu uso demandarem maior altura, como sejam Templos, Theatros, Fabricas, etc. São vizinhanças das povoações os terrenos em distancia de 50 braças em circunferência dos arraiaes sujeitos ao arruamento. Todos os prédios terão cimalha: as portas da frente terão doze palmos de altura pelo menos, e cinco e meio de largura: as janellas terão sete e meio e cinco e meio nos dous sentidos...”⁷³³

No final do século XIX, o contexto mudara, havia uma classe comerciante rica que tomara definitivamente o poder político e que seguiria o processo de implantação de modernizações urbanas que passavam a ocorrer nas principais cidades e capitais do país. Eis um parecer do vereador Ramos Junior aprovado pela câmara em 1885 sobre o “aformoseamento” da cidade.

“... com relação aquelles prédios que se construirem ou reconstruírem em terrenos situados entre edificações, e que não tenha a prescrita extensão para comportar o padrão marcado, seja permitida a modificação proposta pela camara de modo a tornar a edificação mais elegante, cujo fim principalmente tem a camara em vista!”⁷³⁴

Uma lei municipal de 19 de dezembro de 1887, isentava de imposto predial, por cinco anos, as casas reconstruídas com “elegante e moderna perspectiva” com projeto aprovado pela câmara municipal, os que construíssem novos passeios e que “consertassem a rua” (MÜLLER, 2002, p.

⁷³² Artigo 101, lei 222 de 10 de maio de 1845. Coleção de Leis 1847 - 1841. Caixa 01, página 234. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁷³³ Artigo 102, página 235. *Ibidem*.

⁷³⁴ “Aformoseamento”. Livro de actas das Sessões da Câmara Municipal da Cidade do Desterro. Sessão Ordinária de 6 de junho de 1885. Códice 257, caixa 22. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

85). Essa medida incentivava os moradores mais abastados, que tinham condições de comprar materiais de construção e pagar mão-de-obra ao mesmo tempo em que mantinha as despesas do imposto predial aos pobres.

Em 1899, o superintendente Emilio Blum publicou uma série de medidas que possibilitavam as demolições de casinhas e cortiços e para as reconstruções obrigava que fosse construído jardim na parte da frente das casas com dimensões que eram indicadas em relação ao tamanho do terreno. Essa medida se opunha a manter a tradição portuguesa das fachadas de casinhas e sobrados na linha da calçada.⁷³⁵

Para a classe dominante havia um “novo tempo a ser alcançado”, oposto ao da arquitetura do passado da cidade. Esse desejo impregnava os discursos políticos, como os de crítica ao superintendente municipal Durval Melchiades em 1916. A crítica as casas dos pobres, antigas, de arquitetura colonial portuguesa, era tão comum que servia de crítica política:

*“Ainda há nesta aprazível insula quem renda fervoroso culto a arte manuelina. A prova do nosso asserto temol-a ali no Largo 13 de Maio nas grinpas de um prédio recentemente construído. No alto daquellas pyramides, isto é sobre o telhado do referido prédio, como attestar o grau da esthetica municipal, foi construído um torreão, que é um genuíno e legitimo modelo de architettura dos tempos manuelinos. Com uns pequenos retoques e umas tintas mais vivas, a maravilha nos sahiria uma linda e soberba arapuca dessas com que os caçadores apanham nhambus e macucos. Mas, aquillo é simplesmente um attestado eloqüente da incúria da superintendência municipal. Aquilo é um verdadeiro descalabro e uma desmoralização para os créditos da administração do município. A politicagem, o compadrio, a incompetência do sr. Durval para o cargo que exerce junto a sua incusia administrativa, permitem que se construam semelhantes monstrengos em pleno coração da cidade. Nas cidades em que a rotina e as velharias, em assumpto de embellezamento, têm sido espancadas pelo bom senso, os poderes públicos procuram, a todo o transe, remediar os erros do passado, não permitindo construcções ou reconstrucções de prédios sem os requisitos da architectura moderna. Aqui, porém os factos se passam de modo contrario: as obras são permittidas ao sabor e a conveniência de cada um dos interessados, ou conforme o menor ou maior grao de parentesco ou amizade com as autoridades municipaes”.*⁷³⁶

⁷³⁵ Decreto 105, de 22 de novembro de 1899. Livro de registro das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal. Registro obrigatório dos terrenos do Patrimônio do Município. 1899 – 1903. Códice 323, caixa 58. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁷³⁶ “Uma maravilha de Arte Manuelina.” A Opinião, 23 de setembro de 1916, página 1 (BPESC).

Poucos anos depois, em 1919, o governo municipal publicava leis urbanísticas na direção do embelezamento, que impunham o fim de uma liberdade de construção, com o objetivo de alcançar embelezamento e “modernidade urbana”, que através das imposições feitas pelo poder público, restringia e dificultava ainda mais a permanência dos pobres na cidade. A portaria 157, de 1919, restringia e determinava o modelo de construções e até concertos e reparos internos ou externos em prédios no perímetro urbano.⁷³⁷

Desde 1915, era previsto o alargamento da Rua República que passaria a ser a principal do centro da cidade. Todos os prédios novos do lado leste da rua teriam que atender a um maior recuo, para que a rua passasse a ter 12 metros de largura. Havia uma pressão sobre os proprietários dos sobrados e casas de estilo colonial português, envolvia a negação de licenças para reparos, reedificação ou construção que não obedecesse ao plano de alargamento e a condenação que exigia demolição e um desagrado expresso claramente nos decretos e resoluções sobre a ordenação da cidade.

A base das técnicas, dos novos equipamentos e materiais das novas construções, principalmente as que seriam construídas pelo Estado na Praça do Congresso e ao longo da futura Avenida do Saneamento, avançava. Em 1909, o jornal A Fé publicava a notícia de novo cimento líquido com resistência ao fogo que permitiria levantar uma casa de três andares em 48 horas e que “serviria para baratear a construção de casas de moradia”. Porém os materiais, principalmente os importados, como cerâmicas, telhas e cimentos, utilizados nas novas construções, tinham preços alto e inacessível a maior parte da população.⁷³⁸ As novas exigências arquitetônicas implicavam novas técnicas e mão-de-obra especializada. O conhecimento para construir, acumulado da cultura portuguesa na cidade, e difundido entre a população por dois séculos, passava a ser menos presente e até impossibilitado.

As principais mudanças na arquitetura da cidade a partir da segunda metade do século XIX, foi à substituição das casas de porta e janela por sobrados e assobradados em função do crescimento do comércio e a

⁷³⁷ “Prédios, muros, etc. Concertos em Geral”. Republica, 27 de março de 1919, página 4 (BPESC).

⁷³⁸ “Um novo cimento”. A Fé, 4 de junho de 1909, número 184 (BPESC).

demolição de cortiços e de casinhas para a construção de prédios do Estado nas primeiras décadas da república.

Em 1925, o superintendente municipal Gustavo Adolpho da Silveira decretou mais uma lei com o objetivo de embelezamento da cidade. Pela lei 533, a partir do ano de 1929, todos os prédios da “primeira zona da cidade” – formada pelas ruas que já tinham “meio-fio e sarjeta” – que ainda tivessem cobertura com beirado sobre a rua, pagariam taxa de dois mil réis por metro de frente. No mesmo decreto confirmava a isenção de imposto por dois anos aos prédios em que o beirado, tradicional da arquitetura portuguesa, fosse substituído por platibandas, incentivando o estilo neoclássico francês.

*“A partir de 1ª de janeiro de 1929 os predios situados na primeira zona da cidade, de acordo com a tabela C, da Lei 538 de 26 de novembro de 1924 e que ainda tenham cobertura com beirado sobre a rua, pagarão a taxa de 2\$000 réis por metro de frente, continuando em vigor a Lei 402, de 16 de outubro de 1916, que isenta do imposto de décimas urbanas por dois annos os predios em que os beirados forem substituídos por platibandas”.*⁷³⁹

Em 1928, o prefeito Heitor Blum confirmou e acentuou essa medida, os prédios com beirado sobre a rua pagaria um adicional de 10% sobre o imposto. Assim como Adolpho, Blum isentava de impostos os que efetuassem as mudanças: *“Os proprietários dos prédios referidos que modernizarem as fachadas de seus prédios...”*⁷⁴⁰

Em 1927, o superintendente Heitor Blum com o contínuo objetivo de “embelezamento e modernização” havia decretado a lei 581 que incentivava o primeiro processo de verticalização do centro da cidade. Ao mesmo tempo decretou o fim da construção de novas casas de porta e janela, típicas da antiga arquitetura portuguesa e que sempre serviam os mais pobres por serem mais simples. Essa deve ter sido a época do fim da construção de casinhas no estilo porta e janela - das casinhas remanescentes em Florianópolis nenhuma tem menos que 80 anos. Fotografias antigas de casinhas de porta e janela já demolidas, revelam que na época dessas leis arquitetônicas, havia casinhas cujos proprietários fizeram as modificações de embelezamento, como a

⁷³⁹ Lei 533, de 27 de outubro de 1925. Definição da “primeira zona da cidade” de acordo com a Lei 538, de 26 de novembro de 1924. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁷⁴⁰ Resolução 614, de 22 de outubro de 1928. *Ibidem*.

platibanda e ornamento nas molduras das aberturas. Parte das casinhas pertencia a proprietários ricos que as alugavam aos pobres. Veremos no próximo capítulo que muitos proprietários que possuíam até mais de uma casinha para aluguel optavam pela demolição das mesmas e receber uma indenização do governo, a gastar com reformas. Porém, casinhas de porta e janela com platibanda mostram que parte dos proprietários seguiu as leis de embelezamento, possivelmente os donos de casinhas de aluguel.

A mesma lei obrigava prédios novos ou reconstruções a terem dois pavimentos, incluindo o “rés do chão”, na área central da cidade. Portanto, a lei obrigava a construção de sobrados no local das antigas casas de arquitetura portuguesa que restavam na área central. Os prédios construídos nessa área com mais de dois andares, incluindo o “rés do chão”, em que, fossem instalados elevadores “movidos a motor”, ficariam isentos do imposto predial por cinco anos a contar da data de instalação do equipamento. *“Essa situação será interrompida se o elevador deixar de funcionar por mais de dois meses consecutivos”*. A área dessa nova obrigação compreendia: a Praça XV de Novembro; a Rua Conselheiro Mafra, da Praça à Rua Álvaro de Carvalho – a partir desse ponto iniciava o bairro pobre da Figueira; a Rua João Pinto; Rua Felipe Schimidt, da Praça à Rua Deodoro; Rua Tiradentes, da Praça à Rua Nunes Machado; Rua Álvaro de Carvalho, da Rua Conselheiro Mafra até o Cais Liberdade; ruas Trajano e Jerônimo Coelho, da Rua Felipe Schimidt ao Cais Liberdade; Rua Deodoro, da Felipe Schimidt à Rua Conselheiro Mafra.; ruas Saldanha Marinho e Nunes Machado, da Rua Tiradentes ao Cais Liberdade; Rua Arcypreste Paiva; Rua Vitor Meirelles, da Praça à Saldanha Marinho e toda Avenida Hercílio Luz .⁷⁴¹

No final do ano de 1929, a prefeitura passou a exigir as representações – as plantas – dos prédios. Essa medida tornou-se parte de um processo que se completava, de uma série de exigência para construir que tinha relação com uma nova cidade, uma cidade de prédios maiores, “modernos”, que impedia não só a reprodução da arquitetura portuguesa, mas a tradição de casas simples, pequenas. A lista de exigências, de proibições, determinações e

⁷⁴¹ Era considerado uma reconstrução, “sempre que fossem demolidas em conjunto a cumeeira, a fachada e as divisões internas de um prédio”. Lei 581, de 19 de abril de 1927. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Páginas 7 e 8, referentes ao ano de 1927. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

regras a serem seguidas não possibilitavam mais aos pobres construírem no perímetro urbano. Os que ainda possuísem uma casa de porta e janela tinham exigências a seguir em caso de reforma ou reconstrução. Os que tivessem um terreno não poderiam construir sem seguir as novas exigências. Todas as regras tornavam mais caros os gastos de construção na cidade e impossibilitavam a livre construção dos pobres. Para atender a exigência de plantas teria que ser contratado um técnico ou engenheiro, esse novo custo tornava ainda mais seletiva a possibilidade de construir na cidade oficial. Todos os projetos para construção, acréscimos, reconstrução, modificação interna ou externa, platibandas ou instalação sanitária tinham que ser acompanhados de planta baixa de todos os pavimentos (em escala 1:100); plantas das faixadas (escala 1:50); plantas de corte transversal e longitudinal (escala 1: 100) e uma planta da situação do terreno em relação a rua mais próxima (escala 1:500). Essa resolução também obrigava remeter o projeto a diretoria de higiene do estado e a repartição do serviço de esgoto.⁷⁴²

Segundo Sara Souza (1980, p. 222 e 230), apenas dois sobrados remanescentes da arquitetura portuguesa na cidade atual não apresentam modificações pelas posturas municipais que impuseram elementos da arquitetura neoclássica francesa. A casa que pertenceu ao pintor Victor Meirelles na Rua da Pedreira é um dos poucos sobrados em que foi mantida a arquitetura original portuguesa.



Casinhas de porta e janela com e sem platibanda. Rua General Bittencourt. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

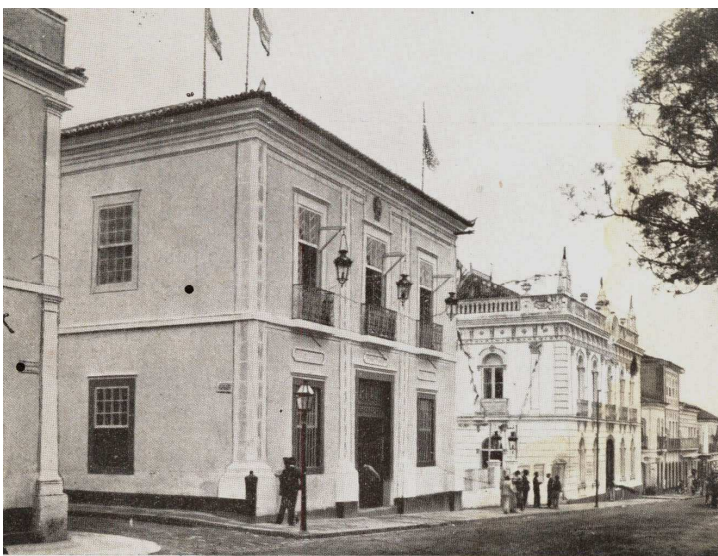
⁷⁴² Resolução 629, de 20 de novembro de 1929, páginas 13, 14 e 15, referentes a 1929. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. *Ibidem*.



Casa térrea portuguesa e casa reformada com platibanda, década de 1910. Rua do Livramento, esquina com a Rua República. A casa da famosa Confeitaria do Chiquinho mantinha o estilo português, mas foi demolida para a construção do prédio da nova confeitaria na época do alargamento da Rua República. Acervo do Arquivo Público de Estado de Santa Catarina.



Câmara municipal, em reforma, década de 1910. Prédio português do século XVIII. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



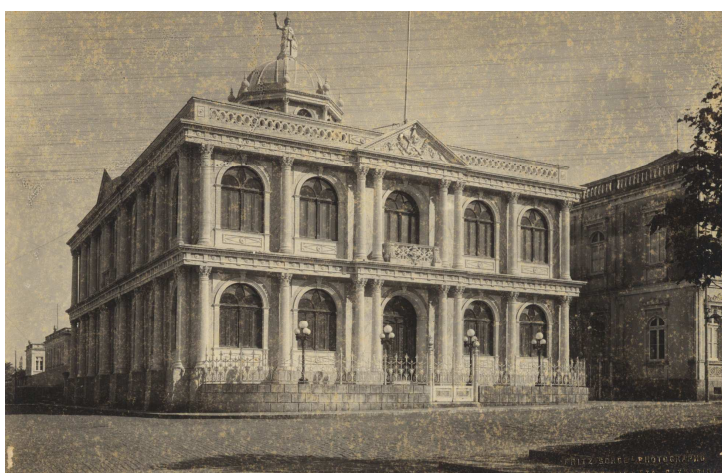
Quartel de artigos bélicos, início do século XX. Prédio em estilo português. À direita, o prédio da câmara municipal reformado em estilo eclético, misturando estilos: neoclássico e barroco. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



A casa do governador, final do século XIX. O maior prédio de Desterro durante o século XVIII. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Palácio do governo, início do século XX. Reformado por artesãos uruguaiois durante o primeiro governo do republicano Hercílio Luz, entre 1894 e 1898. Estilo eclético, repleto de elementos decorativos misturando estilos anteriores: neoclássico e barroco, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Congresso representativo, construído em 1909 em estilo eclético. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



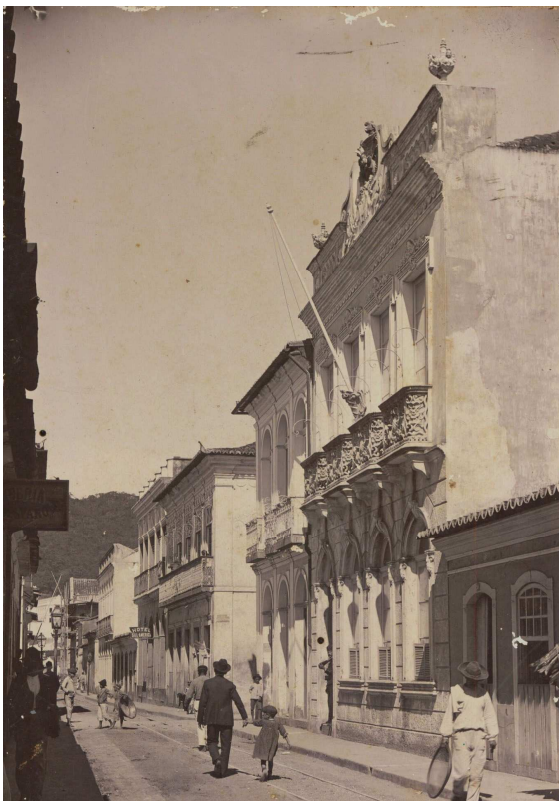
Casas térreas na Rua do Desterro, início da década de 1920. A rua sendo calçada com paralelepípedos de granito. Em primeiro plano, amplas casas térreas com platibanda, seguidas por casinhas de porta e janela sem platibanda. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Casas térreas com fachadas embelezadas na Rua do Vigário, década de 1920. Na esquina com a Rua da Conceição uma casa demolida. Ao fundo o Morro desmatado que seria ocupado – atual Nova Descoberta. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Rua do Vigário, década de 1920. Casas térreas com e sem fachadas embelezadas e crianças com e sem calçados – sinal da condição social. Ao fundo as primeiras casinhas do Morro Nova Descoberta de varais e lavadeiras. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Rua Augusta, início da década de 1920. Sobrados portugueses, alguns com fachada embelezada em estilo neoclássico. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

A quem não for pobre: novas infra-estruturas e serviços urbanos

“- Há aqui entre nós muito pouco caso pelo estudo, doutor. Meus filhos mesmo e todos quase não querem saber de livros. Tirante este defeito, doutor, a gente quer mesmo o progresso” (Como o “homem” chegou. Lima Barreto).

Nos jornais a elite publicava a ideologia do progresso da cidade, exaltava as inovações urbanas e condenava tudo o que remetesse ao passado colonial. Até a década de 1850, a cidade não tinha nenhum chafariz e o abastecimento de água era feito diretamente nas fontes. Em 1857, a iluminação pública era feita por 89 lampiões e poucas ruas eram calçadas e apenas parcialmente (COELHO, 1877, p. 99 e 204). A pobreza da paisagem da cidade era o aspecto, um aspecto e não condição a ser superada. Os pobres e a cidade antiga tinham que ser removidos e dar lugar a vista do que os abastados podiam construir, as “modernidades”.

A forma que o estado implantava os novos serviços e as infra-estruturas urbanas era por contratação ou concessão da exploração do serviço à particulares. Em 1892, o serviço de iluminação pública era realizado por contrato com o coronel Virgílio José Villela e, em 1893, o de limpeza pública com Joaquim Machado Vieira.⁷⁴³

As elites e o poder público buscavam transformar a cidade, alcançar um patamar de infra-estruturas urbanas que fosse condizente com a sua posição de classe. Em 1905, o superintendente municipal Antônio Oliveira pedia autorização ao conselho municipal para instalação de uma melhor rede de iluminação pública elétrica.

*“Já é tempo de dotarmos a capital do nosso Estado com um serviço de iluminação que se coadune com as exigências do seu desenvolvimento material. Solicito, por isso, autorização do Conselho para promover a instalação da iluminação eléctrica abrindo concorrência pública”.*⁷⁴⁴

Nos artigos de diversos jornais, o discurso à implantação das modernidades urbanas era geralmente acompanhado da refutação da cidade antiga, de sua estrutura, dos costumes e do modo de vida antigo. Todos

⁷⁴³ Copias de Offícios, Portarias e editaes da intendência municipal e da Câmara Municipal 1892 – 1894. Códice 276, caixa 51, folhas 17 e 31. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁷⁴⁴ Gazeta Oficial, 15 de abril de 1905, página 3 (BPESC).

representados na figura do pobre, que tinha que ser substituído e não transformado em cidadão, assim como os lampiões a querosene que deveriam ser substituídos pelos lampiões elétricos.

*“Quando se inaugurou a nova iluminação elétrica pública, tivemos um verdadeiro deslumbramento! Desapareceram afinal, os fúnebres lampiões a kerosene, esmagados pela conquista da ciência, e em troca tivemos uma luz intensa, brilhante, clara, assejada, moderna, perfeita (...) Imaginamos um instante que íamos viver às claras. Triste desilusão!”*⁷⁴⁵

As novas redes eram instaladas e a cidade se apresentava cada vez mais seletiva. Pela lei 98, de 30 de outubro de 1899, a municipalidade podia cobrar taxa de remoção de lixo dentro do perímetro urbano. Em 1918, o superintendente municipal Dorval Melchiades de Souza, pela resolução 129, expandiu o antigo perímetro definido pela portaria 47, de 21 de agosto de 1907.

*“Considerando que, d’essa data, a cidade tem se desenvolvido, principalmente com a abertura de novas ruas, devendo-se estender paulatinamente a área da remoção de lixo”.*⁷⁴⁶

O novo perímetro urbano e da remoção de lixo seguia pelo Largo Treze de Maio; Rua Menino Deus; Travessa Loureiro; Praça General Osório (lado Nordeste); Rua Anita Garibaldi; Rua General Bitencourt; Rua José Veiga até a Rua Camboriu, até o Largo Beijamin Constant, incluindo as ruas Blumenau e Brusque, daí até a Praça Almirante Lamago, até a Rua Duarte Schutel, desta até a Rua Hoepck até o mar.⁷⁴⁷ Esse perímetro de recolhimento de lixo atendia o bairro da Toca apenas nas proximidades da Rua Menino Deus.

No final do século XIX e primeiros anos do século XX, a eletricidade assim como as demais “melhorias das modernidades urbanas” eram infra-estruturas restritas. O governo tinha muitos problemas com receitas e escassos recursos. Era comum o envio de requerimentos de cidadãos de todas as partes

⁷⁴⁵ Desilusão porque o material era importado da Europa e com a falta dos equipamentos necessários, a tentativa de aumentar a rede diminuía sua potencia. “Iluminação pública”. A Semana, 20 de dezembro de 1914, página. 2 (BPESC).

⁷⁴⁶ Resolução 129 de 1918. Estado de Santa Catharina – Município de Florianópolis. Coleção de Leis e Resoluções de 1918 e 1919, página 24. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁷⁴⁷ Resolução 129 de 1918. *Ibidem*.

da província de Santa Catharina, em todas as sessões ordinárias da assembléia legislativa, pedindo os pagamentos que as câmaras municipais os deviam. Em 1880, na sessão ordinária de 16 de março, foi apresentado o projeto número 44, pelo qual a assembléia criava uma loteria, que por dez anos, deveria “correr” uma ou duas extrações por ano. O objetivo era arrecadar fundos, para, entre outras obras o calçamento com paralelepípidos e macadame de ruas em Desterro, e custeio de obras no Hospital de Caridade.⁷⁴⁸ As “modernidades” urbanas implantadas no início do século XX dependiam de grande investimento de capitais e de tecnologias de empresas estrangeiras. Isso selecionava a implantação das redes de infra-estrutura e serviços públicos às áreas de interesse da classe política e comercial, o centro próximo ao Porto e a Praça e mais tarde às novas áreas de expansão onde viveriam os ricos.

“Ainda lá não havia gás, nem querosene; ao bater das Ave-Marias vinha o acendedor, desatava a corrente do lampião, descia-o, abria-o, despejava-lhe dentro aguarrás misturada com álcool, acendia-lhe o pavio, guindava-o novamente para o seu lugar e seguia adiante. E que mau cheiro em todas as esquinas em que havia iluminação (...)

Também dizia mal da iluminação a gás:

– Dantes, os escravos tinham que fazer! Mal serviam a janta, iam aprontar e acender os candeeiros, deitar-lhes novo azeite e colocá-los no seu lugar... E hoje? É só chegar o palitinho à bruxaria do bico de gás e... cala-se na pândega! Já não há tarefa! Já não há cativoiro! É por isso que eles andam tão descarados!...” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

A eletricidade era um segundo avanço na iluminação pública, depois do gás que substituiu o azeite dos lampiões. Mas em 1905, a eletricidade instalada nas ruas centrais não apresentava perspectiva de expansão para novas áreas ocupadas, principalmente nas áreas periféricas. No Morro do Estanislau próximo ao cemitério estava sem iluminação. No seu editorial, o jornal “A Fé” reivindicava iluminação, mesmo com lampiões.⁷⁴⁹ O morro estava sendo ocupado a partir da Rua dos Moinhos de Vento ao Norte do Centro no caminho da Praia de Fora, e a iluminação evitaria aos transeuntes e aos moradores o

⁷⁴⁸ *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina*: sessão de 16 de março de 1880, páginas 216 e 217. Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa catarina – setor de documentos raros.

⁷⁴⁹ “Ilumine-se o Morro”. *A Fé*, 30 de novembro de 1905, número 111 (BPESC).

“receio de emboscadas”.⁷⁵⁰ Em 1907, a iluminação pública, ainda precária, não era ativada nas noites de luar. Somente em 1920, duas décadas depois da instalação das primeiras linhas de eletricidade iniciara uma ampliação da rede para fora do perímetro tradicional, para além da Avenida do Saneamento. Com novo contrato de concessão do serviço de energia aos empresários Simonds e Willanson iniciaram as obras de expansão e melhorias dentro do perímetro, no Largo 17 de Novembro e Benjamin Constat, e Rua Luiz Delphino, no início dos antigos caminhos que levavam ao interior da Ilha: às ruas Cruz e Souza e Araranguá fora do perímetro na base dos caminhos que cruzavam o Antão ao Norte, a Rua Major Costa no local das antigas olarias fora do perímetro urbano na base do mais antigo Caminho que cruzava para “trás dos morros”; no caminho à Prainha e por 1,3 quilômetros ao arrabalde José Mendes além do limite Sul do perímetro. As ruas Curitybanos, Araranguá, e Nova Trento também receberam linhas da rede.⁷⁵¹

Havia muitos problemas a superar, para alcançar a “modernização”, os investimentos quando não eram realizados por capital externo, tinham que vir de empréstimos ou aumento de taxas. Em 1907, o superintendente municipal admitia novos cobradores da taxa de remoção do lixo dos domicílios, serviço que dezenove anos antes era feito por escravos - tigres.⁷⁵² Em 1928, o prefeito Heitor Blum autorizou a contratação do serviço de remoção e cremação do lixo com Armando Conongia.⁷⁵³

Em 8 de março de 1910, foi inaugurado o serviço de abastecimento de água do centro da cidade. A rede tinha um reservatório com capacidade para 3 milhões e 200 mil litros d'água ligado por um tubo principal com 9,3 quilômetros e 24 quilômetros de tubos de distribuição. A água vinha das cachoeiras do Morro do Assopra e do Anna d'Ávila, onde o governo comprara por cerca de 15

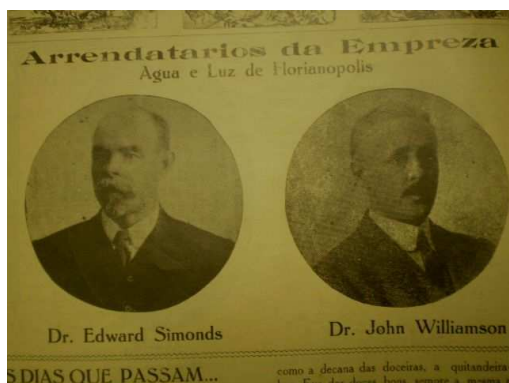
⁷⁵⁰ O Morro do Estanislau, também descrito em alguns livros como Morro do Vieira é o Morro do Estrito entre a ilha e o continente onde ficava a chácara de Estanislau Vieira da Conceição. Wilmar Dias (1947) no seu mapa 12 indica a posição da chácara entre o final da Rua do Governador e a Rua dos Moinhos de Vento. Em alguns documentos o Morro é designado de: Wenceslau.

⁷⁵¹ “A iluminação da nossa cidade”. Republica, 3 de março de 1920, número 422 e de 21 de março de 1920, número 435 (BPESC).

⁷⁵² “Interesse publico”. A Fé, 15 de outubro de 1907, número 155 (BPESC).

⁷⁵³ A partir de 1928, a superintendência passou a ser prefeitura. Serviço de remoção de lixo, resolução 613 de 22 de outubro de 1928. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Página 18, referente a 1928. Códice 340. Caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

mil contos de réis todas as áreas de mata que cercavam os mananciais. Esse investimento público dava condições de exploração à firma Simmonds e Willianson do engenheiro Edward Simonds e John Williamsom que construiu a rede e arrendou os serviços. A rede e o serviço nunca atenderam a população pobre. Nos morros onde a água era armazenada, os moradores só teriam serviços de água e esgoto mais de meio século depois.⁷⁵⁴



Arrendatários de serviços urbanos. Revista O Olho, 7 de maio de 1916, ano I, numero 5. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina.

Em 1911, foi contratado com o empreiteiro Alexandre Villa a construção do forno de incineração do lixo, afastado do centro, próximo ao bairro pobre da Figueira, onde também na década de 1840 foi instalado o cemitério na área próxima ao estreito entre as baías. Lixo e cemitério afastados do centro, medidas sanitárias.



Incinerador de lixo. Revista O Olho, 29 de maio de 1916, ano I, número 8. Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina.

⁷⁵⁴ Mensagens do governo ao congresso representativo em 17 de setembro de 1910, página 21 e 22 e Mensagem de 29 de julho de 1915. Caixa 01. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

O processo “modernizador” implantado pela elite econômica e política havia iniciado. Mas, em 1914 todas as infra-estruturas e serviços urbanos ainda eram muito precários e se limitavam às ruas de comércio e da Praça onde estavam os prédios administrativos. Nos jornais da época havia avisos em várias ocasiões sobre falta d’água ou reclamações sobre o serviço. O governo dava nota que entre 1914 e 1915 os serviços de esgoto estavam parados.

“A empresa de água, luz e energia eléctrica, prevenio pelos jornais desta Capital, que autorisada pelo Sr. Diretor de Obras públicas, mandaria fechar as 4 horas da tarde o registro geral para distribuição d’agua. Ora a empresa fez publicar este aviso pela Folha, que só sae á noite e entretanto já a população se achava sem água ao ler o aviso!” ⁷⁵⁵

Em 1916, as campanhas pelo calçamento de ruas na área central da cidade, apelo pela sanidade urbana. A lama e a água parada das chuvas representavam problema de saúde pública. As campanhas em jornais e revistas apelavam ao patriotismo, ao desenvolvimento material e à necessária ajuda do governador Felipe Schmidt no auxílio a municipalidade. As opiniões e comparações tentavam auxiliar a decisão sobre o calçamento com paralelepípedo de granito considerado caro para as finanças do município e as possibilidades do macadame que fora utilizado em Joinville. A preocupação do artigo na revista O Olho, de 1916, descreve ainda uma condição considerada insalubre na área central da cidade, que ainda continha bairros e ruas redutos de populações pobres como a Rua José Jaques que é citada. ⁷⁵⁶

“Dentre todos os melhoramentos materiaes que reclama urgentemente a nossa urbs sobresaie pela sua palpitante necessidade o do calçamento. O estado que apresentam muitas das nossas ruas centraes, principalmente logo após os últimos dias de chuvas, depõe muito contra o nosso desenvolvimento material. As administrações se succedem e o problema do nosso calçamento é abandonado de maneira lastimavel. Em toda parte, os governos municipaes procuram voltar as suas vistas para a solução de tão importante problema que implica os interesses da saúde publica. As condições financeiras do município, dirão, não permite a execução de grandes obras. Estamos de pleníssimo accordo. Não podendo a Superintendência fazer obra dispendiosa, de luxo, execute trabalho modesto, porém útil (...) Em primeiro lugar a Superintendência

⁷⁵⁵ “Com a empresa d’água”. A Semana, 20 de dezembro de 1914, página 2 (BPESC).

⁷⁵⁶ Em 1916, o metro cúbico do paralelepípedo custava em Florianópolis 8.000 mil réis e servia para calçar 4 metros quadrados, a mesma área com macadame custava 1.800 réis. “O calçamento de nossa capital”. Revista O Olho, 18 de maio de 1916, ano I, número 11 (BPESC).

*inicie os seus serviços, mandando calçar as ruas mais centraes, onde a edificação predial se tenha mais desenvolvido... Deste modo, irá ao encontro da hygiene, evitando que os moradores dessas ruas absorvam as miasmas que se desprendem dos lodesçaes, das águas estagnadas que ficam semanas e semanas expostas á accção do sol. Ninguém ignora que ruas há nesta capital, bem no coração da cidade, que são a fonte de todas as febres de impaludismo. Basta visitar-mos as ruas José Veiga, José Jacques, e travessas para nos certificarmos a verdade. Em se tratando do calçamento de nossa Capital, devemos lembrar a directoria de obras da Superintendência a necessidade de mandar construir os meios-fios nas ruas em que não houver calçamento. Deste modo facilita-se o transito publico em dias de enxurradas, como esta succedendo agora (...) S. Exa., espírito progressista, collaborará patrioticamente na obra do saneamento de nossa capital que exige, como complemento ás obras de exgottos os serviços acima apontados”.*⁷⁵⁷

Em fevereiro de 1919, o governo desapropriou terrenos para o alinhamento de ruas e “embelezamento da cidade”.⁷⁵⁸ A década de 1920 chegara com os projetos modernizadores em plena marcha. Os desejos da elite vinham sendo realizados. A cidade ia tomando feição moderna. Uma série de serviços e infra-estruturas servia aos mais ricos. Tudo era mais espaçoso, limpo, elegante, condizente com o desenvolvimento material da cidade quase livre dos bairros, becos ou casebres do povo pobre, tudo estava se tornando “moderno” e em festa. A iluminação elétrica da Avenida do Saneamento seria inaugurada no dia de aniversário de Hercílio Luz (29 de maio de 1921), com alarde de seus feitos: *“a construção da Avenida do Saneamento e drenagem dos córregos e pântanos da capital e seus arredores”*.

Em 1923, os costumes e práticas na cidade, o cotidiano e a paisagem do perímetro urbano estavam em acelerada transformação, a paisagem da cidade de ruas tortuosas e sem calçamento do século XIX estava sendo modificada. Essa nova paisagem aparece nos elogios do jornalista e moralista da época Mimoso Ruiz em um artigo de jornal “Florianópolis Rainha das cidades”.

*“Antes de mais, devo frisar que notei na cidade o aceio irreprehensivel das ruas, os detalhes primorosos dos jardins, as linhas esbeltas das construções, denunciando todo este conjunto de circunstancias um notável cunho modernista attestando trabalho, intelligência e patriotismo”.*⁷⁵⁹

⁷⁵⁷ *Ibidem*.

⁷⁵⁸ Desapropriava o terreno na esquina da Rua Anita Garibaldi e coronel Pedro Soares. Republica, 4 de fevereiro de 1919 (BPESC).

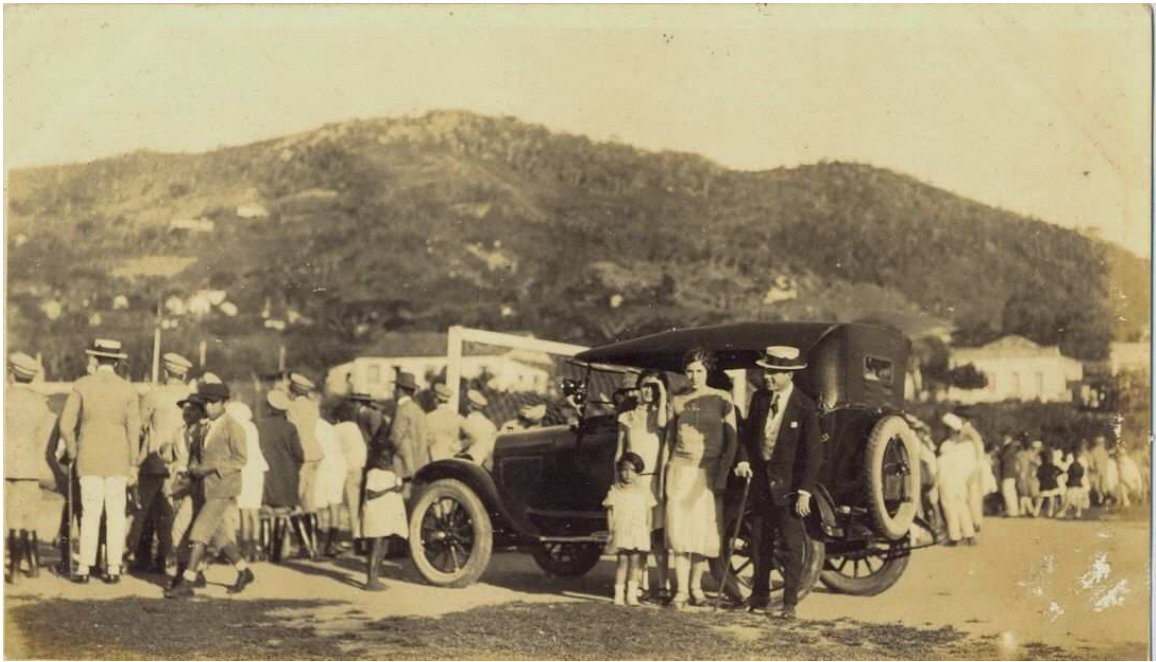
⁷⁵⁹ O Estado, 6 de janeiro de 1923, número 2.563 (BPESC).



A Rua do Comércio, década de 1910. O povo no cotidiano tradicional e a cidade em transformação: leiteiro; soldados; carregadores; meninos e homens negros descalços; homens de terno e palhinha; mulheres com trouxas de roupa, carroceiros; carroças com material de construção. Em primeiro plano o Mercado Público e à esquerda, em destaque, a Alfândega, a rua calçada com granito, a linha do bonde e as linhas da rede telefônica. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Clubes de remo do Cais Liberdade, década de 1920. Dia de regata, a elite incorporava ao cotidiano da cidade novos costumes, além do higienismo, sanitarismo e modernidade urbano, automóveis, clubes e os esportes europeus. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Football no Campo da Liga, década de 1930. Entre as novidades que a elite incorporava ao cotidiano da cidade, de alguma coisa o povo se apropriou. Na foto uma família rica pousa com seu automóvel, a poucos metros da fila, arrumada e com sapatinhos de passeio, uma menina pobre descalça. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Implantação da rede de abastecimento de água, 1909. Rua do Livramento. Foto do Livro Ruas de Florianópolis de Nicolich da Silva (1999, p. 67).

Acervo: Adolfo Nicolich - Reprodução: Norberto Depizzolatti



Construção da rede de água e esgoto na Rua dos Ilhéus, 1908. Ao fundo, bondes da *carris-urbanos* de Florianópolis. Foto do Livro Ruas de Florianópolis de Nicolich da Silva (1999, p. 31).



Cais Liberdade, luzes e linhas da modernidade, década de 1920. A rede de iluminação pública, rede telefônica e estação elevatória da rede de esgoto. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



A cidade moderna, final da década de 1920. Pessoas bem vestidas, praças e jardins aformoseados. À direita, poste da rede telefônica que servia basicamente ao comércio, governo, políticos e abastados – cada ponto no poste é a linha de um telefone ligado a central. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Automóveis no Largo da Matriz, final da década de 1920. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

Gente viva e morta no caminho dos automóveis e da modernidade

“De ordem do Dr. Superintendente Municipal, comunico as pessoas que se acham encarregadas de velar pelos despojos dos corpos inhumados n’este Cemitério Público, e cujo tempo já se acha findo, que lhes fica marcado o prazo de trinta dias, a contar da data do presente edital, a fim de providenciarem a respeito, fazendo dentro desse prazo, a devida exumação, - sob pena de, findo o mesmo, serem retirados os ossos para o ossario comum, visto estarem estas inhumações compreendidas na área destinada a base da parte metálica sobre o Estreito”.⁷⁶⁰

Um relatório do Governo provincial de 1887, já expressava o desejo de remover o cemitério da colina em frente ao estreito entre a ilha e o continente.

“... ponto mais pitoresco da cidade pelo aspecto lúgubre que imprime á capital, sendo a primeira parte della que se apresenta ao viajante. Ventos que mais constantemente reinam – passam pelo alto do cemitério para difundir-se pela cidade, o mesmo sucedendo quando venta norte, e o sul franco não deixará de prejudicar a parte da cidade, mais procurada para banhos, e onde há as mais modernas construções e aprazíveis chácaras (...) a colocação d’esse cemitério foi um erro deplorável”.⁷⁶¹

As preocupações com a estética e sanidade, com a “arquitetura moderna de cidade adiantada” foram além dos cortiços e casinhas do centro, além de remover o cemitério tratava-se também de remover a pobreza.



Vista parcial de Florianópolis, início da década de 1920. Vista da torre insular da Ponte Independência. Em primeiro plano, o viaduto da ponte em frente ao Cemitério do Estreito no Morro do Estanislau, a nova entrada da cidade. À direita, a enseada Rita Maria, ancoradouro e cais da Companhia Hoepcke. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁷⁶⁰ Republica, 1 de junho de 1923, número 1.385, página 3 (BPESC). No jornal, foram listados 306 nomes de corpos de pessoas sepultadas que deveriam exumadas.

⁷⁶¹ Relatório do presidente da província, de 11 de outubro de 1887, páginas 116 e 117. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

O geógrafo Victor Antônio Peluso Júnior que nasceu em Florianópolis em 1909, e viveu a infância no Bairro da Figueira, recordava os velhos sobrados a beira mar, o Mercado Público, as canoas com peixe, verdura, lenha e louças de barro que chegavam ao cais e os carregadores oferecendo-se para transportar as mercadorias. Em meio a esta paisagem tradicional, Peluso disse que uma das recordações mais fortes era a passagem, pela rua estreita, do automóvel de Carlos Hoepcke, filho de Karl Hoepcke, ou do Eduardo Horn, dois dos principais comerciantes da cidade. *“ocasião em que ninguém segurava em casa a gurizada que corria para ver aquela maravilha”*.⁷⁶²

Os comerciantes, donos de chácaras, “palacetes”, grandes casas comerciais e de automóveis formavam a principal classe entre os ricos de Florianópolis no início do século XX. Eram as famílias dos comerciantes que consumiam as modernidades, pagavam pelos novos serviços, reformavam e construíam novas casas, tinham telefone, automóvel, formavam clubes, impulsionavam as modernizações urbanas. Enquanto a cidade antiga estava diretamente ligada à vida do Porto, a cidade que ia sendo construída, modernizada, estava ligada ao desenvolvimento das estruturas para o automóvel. A Ponte Independência representava a integração da capital com o estado e a modernidade urbana.⁷⁶³ O passado, os pobres, suas casas e até os mortos tinham que sair da frente ou ser atropelados.

Em julho de 1920, o superintendente João Pedro de Oliveira Carvalho isentou de impostos a sociedade de Antônio Linhares e Julio Nicolau Moura para a exploração do serviço de transporte por “outo-omnibus” na “capital e seus subúrbios”.⁷⁶⁴ Em 1926, o superintendente Fulvio Aducci autorizou a abertura de concorrência pública para o abastecimento de gasolina.⁷⁶⁵

No Itapema chegavam trilhos para os guindastes, peças de cantoneiras, barricas de ferragens, parafusos, mangueiras e acessórios para a construção

⁷⁶² Entrevista a revista GEOSUL, número 1, 1ª semestre 1986, página 91.

⁷⁶³ Independência, seria o nome da ponte no estreito entre a Ilha e o Continente, as obras tinham iniciado em 1922 e homenageava o centenário da independência brasileira. Com a morte do governador Hercílio Luz, antes da inauguração da ponte em 1926, alguns políticos resolveram homenageá-lo e mudaram o nome.

⁷⁶⁴ Lei 492, de 7 de julho de 1920, página 9 referente a 1920, 1921 e 1922. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁷⁶⁵ Lei 558 de 3 de março de 1926. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30 Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

da Ponte Independência.⁷⁶⁶ O Itapema carregado, transportando ao Porto equipamentos para a construção da ponte, é uma imagem da substituição da vida marítima de Florianópolis pelo automóvel e o transporte viário símbolos de modernização e integração da capital com o interior do estado.

A ponte Independência, maior infra-estrutura urbana da cidade foi inaugurada em 1926. Com ela a entrada da cidade, que era o trapiche em frente a praça, passou a ser as ruas do Comércio e da República. Não só os pobres de algumas casinhas na colina do Morro do Estanislau estavam sendo removidos para o Morro do Governo, para dar lugar ao viaduto metálico da Ponte. Os mortos também tiveram que ser retirados do caminho para o novo cemitério no Itacorubi ou para a vala comum.

O bairro da Figueira ao longo do trecho Norte da Rua do Comércio passou a ser definitivamente tomado pelo comércio e a população pobre praticamente expulsa. Na década de 1920 foram tomadas decisões, construídas infra-estruturas e implantados os serviços que iniciaram o processo de mudança de uma cidade ligada a navegação e ao porto, por outra “moderna” automobilística, que teria curso por todo o século XX, que ampliaria os aterros, não para formar novos cais para o Porto, mas para aterrjá-lo.

Em meados da década de 1910, metade das linhas telefônicas da cidade era comercial. A partir de 1927, com nova concessão do serviço continuou atendendo ao comércio e as instituições públicas. A linha telefônica era oferecida de porta em porta aos comerciantes que se concentravam na Rua do Comércio e do Senado e ao redor da Praça XV. Os principais usuários eram: o Estado; companhias comerciais como a Hoepck, maior cliente particular de linhas telefônicas e os particulares em residências de comerciantes, militares e políticos.⁷⁶⁷

Todas essas reformas urbanas foram implantadas principalmente pelo governo de Hercílio Luz. Expressavam desenvolvimento material e uma nova configuração social, por agentes que reorganizaram a cidade, com estruturas e serviços dirigidos para a elite urbana. As reformas urbanas, como maior consequência espacial dessas mudanças, era inspirado no que ocorrera na

⁷⁶⁶ O Estado, 9 de janeiro de 1923, número 2.565 (BPESC).

⁷⁶⁷ André Luiz Santos, 1999.

capital da República com as reformas do prefeito do Distrito Federal, Francisco Pereira Passos, iniciadas em 1903 - que por sua vez reproduziam o mesmo modelo de reformas do barão Hausmann, em Paris, no século XIX.

Para isso o papel do Estado foi fundamental, alterando e estabelecendo os marcos jurídicos e legais referentes às mudanças que dificultaram a permanência dos pobres e da reprodução do seu modo de vida na cidade. O estado também firmava as concessões para implantação e exploração de serviços urbanos por empresas privadas, muitas de capital estrangeiro. O Estado também realizava intervenções diretas na organização da cidade como: alargamento de ruas; canalização e drenagem de córregos; aterros; demolição dos cortiços; redefinição do uso do solo urbano; construção de prédios para as instituições públicas e a construção da ponte Independência - a maior ação do Estado sobre o espaço urbano da cidade até então.

Podemos dividir essas modernizações em dois tipos: as internas e as externas. As externas dependiam de companhias privadas para serem implantadas e as internas ficavam a cargo do Estado ou de companhias locais. Os serviços e as redes físicas de energia elétrica, telefonia, linhas de bonde eram implantados por concessões municipais e estaduais a empresas particulares, dependiam de alto investimento, conhecimento técnico e mão-de-obra especializada geralmente importada e da importação de materiais. As modernizações internas dependiam apenas da ação do poder público, que estabelecia marcos políticos, e legais através de leis, decretos e resoluções, modificava, construía e reconstruía a cidade de forma direta ou sob concessões de serviços particulares a empresas locais de pequeno capital, com equipamentos e mão-de-obra não especializados. Agia na direção do embelezamento e modernização urbana, quanto ao alargamento e calçamento de ruas, modificação da arquitetura, serviço de coleta de lixo, limpeza pública, canalização de córregos e abastecimento de água.

A incorporação dos diferentes serviços e infra-estruturas urbanas que estava em curso entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, às relações da vida urbana, não ocorreu ao mesmo tempo nem na mesma intensidade. Isso é um fato para as diferentes infra-estruturas e serviços implantados na cidade, quanto para o processo que ocorreu em Florianópolis em relação a outras cidades brasileiras e de outros países. Por exemplo, a

pesar de poucas realizações durante as duas primeiras décadas do século XX, a rede telefônica municipal foi sendo implantada e integrada a uma rede intermunicipal a partir de 1927, enquanto as linhas de bondes nunca chegaram a ser eletrificadas e foram desativadas no início da década de 1930. Do serviço de “aquecimento” por uma rede de abastecimento de gás produzido por “hulha, óleo mineral ou linhite” que foi posto em concorrência para concessão pública em 1927, não há registros de que foi instalado.⁷⁶⁸ Assim como a implantação da primeira rede de abastecimento de água ocorreu depois que no Rio de Janeiro. Em Florianópolis, a incorporação dessas modernizações, apesar de variar no tempo, foi crescente, mas sempre parcial e seletiva quanto a configuração espacial e sempre foi ligada a determinados grupos sociais, dos quais não faziam parte os pobres. Um exemplo disso foi a telefonia, em 1913, a companhia Grossembacker & Trinks mantinha uma rede municipal em Florianópolis com 220 assinantes que pagavam tarifas mensais de nove mil reis. Um custo superior a uma máquina de escrever (6\$800 réis), de uma espingarda (6\$400 réis ou de uma arroba de açúcar (7\$000 réis). Somente uma parcela da população da cidade podia pagar as altas taxas do serviço telefônico: grandes comerciantes; profissionais donos de escritórios e consultórios; altos funcionários dos serviços públicos; militares de alta patente; profissionais liberais e políticos.⁷⁶⁹



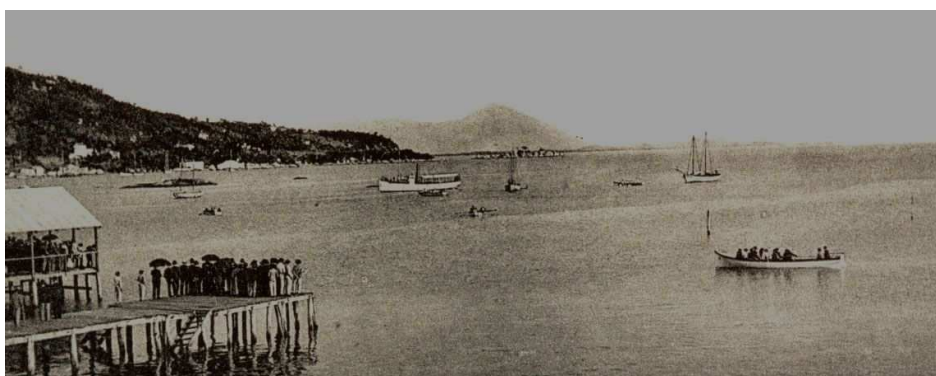
Carros e carroças na Praça Fernando Machado, início do século XX. Na segunda foto, o tempo passou, as árvores cresceram e só há carros na Praça. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁷⁶⁸ Lei 597, de 4 de novembro de 1927. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Código 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁷⁶⁹ André Luiz Santos. 1999, páginas 33 e 39.



O estreito entre a Ilha e o continente, década de 1910. O isolamento da capital - vista da Baía Norte, entre 1911 (pois já aparece a chaminé do incinerador de lixo – a esquerda) e 1922 (início da construção da Ponte Independência). Em segundo plano o gigante deitado no Cambirela. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



1

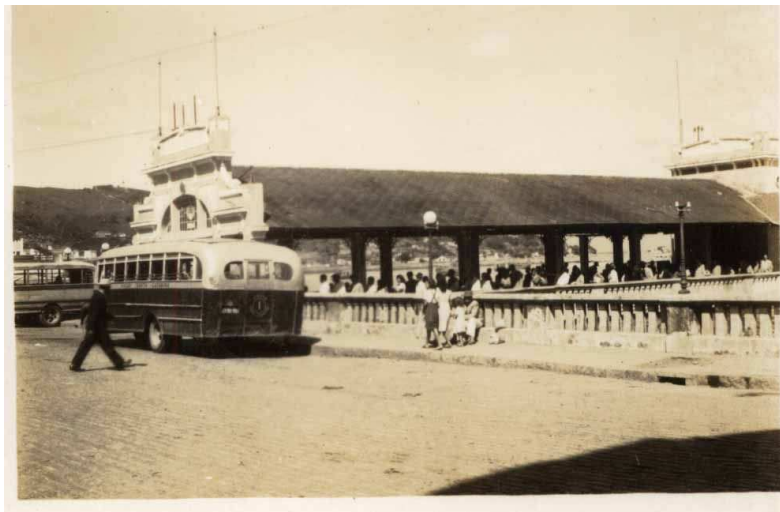


2

Transporte de pessoas entre a Ilha e o Continente, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1 e 2).



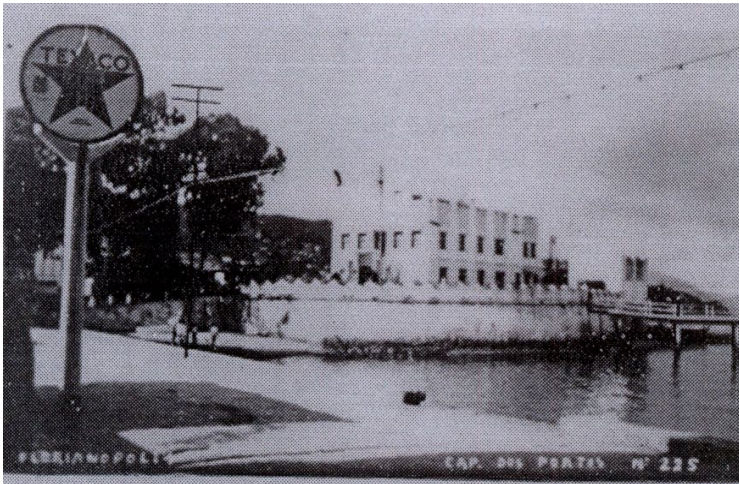
O Trapiche Municipal, início do século XX. Local de embarque e desembarque dos passageiros do serviço de “passagem do estreito”, transportados entre a Ilha e o Continente. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



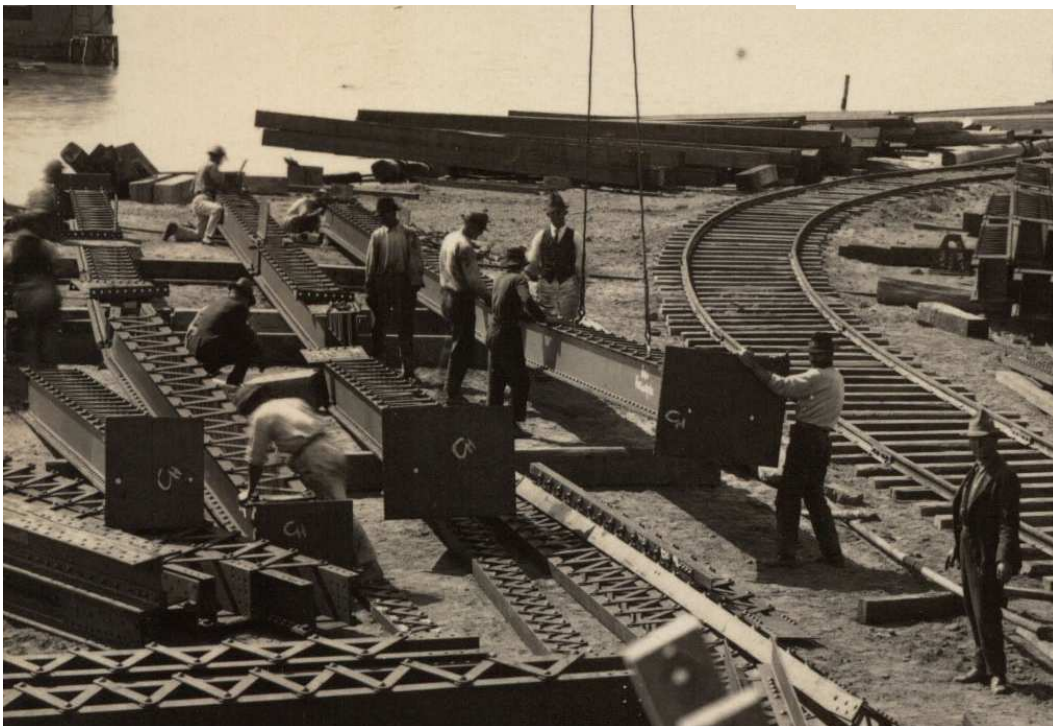
O Miramar. Com o transporte de ônibus, o Trapiche Municipal foi sendo transformado em local de encontro e bar. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Parada de ônibus da empresa Florianópolis, década 1940. Eesquina das Ruas Vidal Ramos e Fellipe Schimidt. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Cais Liberdade. Símbolo da Companhia Petrolífera, em segundo plano na foto e no destino do transporte em Florianópolis, a Capitania dos Portos, que funcionou no antigo forte Santa Bárbara. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

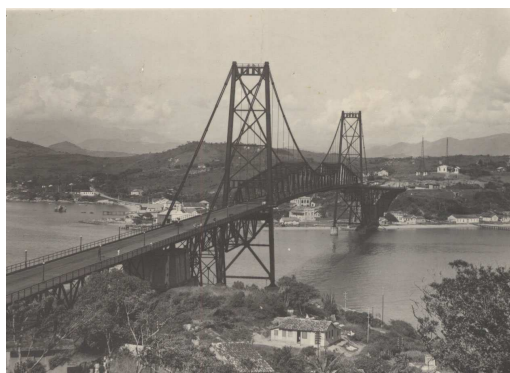


Trabalhadores no canteiro da obra, Ponte Independência, Continente (1923). Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Início da construção da Ponte Independência (1922 – 1926). Em primeiro plano o paiol da pólvora remanescente do antigo Forte São João no Continente. À esquerda na ponta insular o Cemitério e o Forte Sant'Ana que cruzava fogo no estreito com o São João.

Trabalhadores na construção do viaduto continental da Ponte Independência (1922 – 1926). À direita, na cabeceira insular o Cemitério da Cidade. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Fases da construção da Ponte Independência. A maior obra modernizadora de Florianópolis. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Ponte Hercílio Luz
(Independência), comboio de
“omnibus”, década de 1930.
Acervo do Instituto Histórico e
Geográfico de Santa Catarina.

Problemas para a modernização

O processo de modernização urbana de Florianópolis foi repleto de problemas para a instalação dos novos serviços e infra-estruturas. O que era desejado e planejado pela elite econômica e política nem sempre se realizava. As dificuldades iam desde a falta de recursos do Estado e empresas com capital para implantar os serviços e atender as exigências das concessões, até ao simples fato de não haver clientes ou quem quisesse pagar pelos serviços – como ocorreu no início da implantação do serviço de telefonia.

A principal dificuldade à instalação das novas infra-estruturas e serviços urbanos era o investimento necessário. As instalações tinham um alto custo e geralmente dependiam de equipamentos, tecnologia e mão-de-obra especializada e importada. O alto custo dos investimentos forçava o estado a estabelecer concessões dos serviços e da implantação e exploração das infra-estruturas por empresas particulares. Processos de concessão eram abertos a concorrência sem que nenhum interessado se apresentasse, outras concessões foram confiadas a empresas que nunca iniciaram os serviços, outras desistiram. A construção da Ponte Independência que iniciou em 1922, era planejada desde o final do século XIX. É comum encontrar discursos e comentários nos jornais desde a década de 1890 sobre a necessidade de construir uma ponte entre a Ilha e o Continente. Eram muitas as dificuldades para a construção da ponte: a principal era o custo, a contratação de uma empresa capaz de realizar a obra e a mão de obra especializada. Segundo Andrade (1981), durante o governo de Felipe Schmidt, as dificuldades de integração e a falta de uma ponte que ligasse a Ilha ao restante do estado fez

surgir um movimento a partir do interior, com o objetivo de transferir a capital para outra cidade.⁷⁷⁰ O principal argumento era que Florianópolis não poderia desenvolver-se pelas dificuldades de transporte.

Em janeiro de 1894, a câmara informava que não havia mais contrato de iluminação pública naquele ano, por ninguém ter apresentado nenhuma proposta para o serviço. O ofício da câmara esclarecia que não podia exigir ao ex-contratado do serviço de iluminação, que o trabalho fosse feito com regularidade precisa, pelo “quadro anormal que atravessava e a falta de pessoal para o trabalho”. Naquele mês a iluminação estava sendo feito por favor do antigo contratado Joaquim de Souza Lobo.⁷⁷¹ Contudo, Lobo continuou fazendo o serviço, mas pediu um reajuste sobre o contrato que era de 1:200\$000 reis mensais. Lobo alegava razão pela exigência de aumento de salário de seus empregados e pelo material utilizado, prometendo substituir por novos, “bicos franceses” o material utilizado no Jardim Oliveira Bello.⁷⁷²

O serviço de remoção fecal era um avanço aos despejos que eram comuns nos quintais, ruas e praias durante o século XIX e foi utilizado, até que se construísse uma rede de esgoto. Porém, esse serviço era precário e também associado ao problema das epidemias. Em 1901, o governo estadual reclamava à municipalidade sobre o serviço de remoção fecal frente ao medo da peste bulbônica, que irrompera em Santos e no Rio de Janeiro. O material comprado para o serviço: carroças; cubas e muares haviam sido colocados em hasta pública ou se estragava em depósitos.⁷⁷³

No início de 1908, o governador Gustavo Richard abriu concorrência para os serviços de saneamento de esgoto e abastecimento de água. A concorrência, porém, teve que ser adiada, pois apenas um interessado se apresentara, mas não cumprira todas as exigências dos editais. Naquele ano o

⁷⁷⁰ Felipe Schmidt foi governador de Santa Catarina entre 1898 a 1902 e 1914 a 1918.

⁷⁷¹ Ofício numero 6, da Câmara, de 12 de janeiro de 1894. “Copias de Offícios, Portarias e editaes” da intendência municipal e da câmara municipal 1892 – 1894. Códice 276, caixa 51, folha 69. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁷⁷² Ofício 46. Códice 276, caixa 51. *Loco citato*.

⁷⁷³ Mensagem do governo ao congresso representativo em 22 de julho de 1901. Página 1 6. Caixa 01. Centro de Memória e Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

governo teve que se limitar apenas a continuar os estudos para a realização dos futuros trabalhos de instalação dessas redes.⁷⁷⁴

Alguns serviços eram contratados e pagos pela prefeitura, mas havia precariedade e limitação dos serviços assim como falta de pagamento pelo poder municipal ou dificuldades para conceder reajustes das tarifas dos serviços. Um exemplo é o caso do serviço de telefonia. Os pedidos de reajustes tarifários da “Companhia Talephonica Catharinense” (CTC), que além das linhas intermunicipais detinha a concessão da rede municipal de Florianópolis. Cada pleito de reajuste passava pela câmara municipal que geralmente concedia reajustes menores do que os solicitados pela companhia. À medida que os serviços eram difundidos, prefeitos e vereadores eram mais criteriosos para conceder os reajustes que deveriam ser acompanhados de concessões aos políticos, principalmente isenção de tarifas aos vereadores.⁷⁷⁵ Em 1929, Heitor Blun autorizou a prefeitura a fazer um empréstimo para saldar uma dívida de 61:360\$000 que tinha com Oswaldo Lobo Haberbeck pelos serviços de limpeza pública que havia sido contratado em 1915.⁷⁷⁶ Havia ainda problema de fornecimento do material importado, que dificultavam a manutenção dos equipamentos, principalmente em períodos de conflitos internos ou externos, como o da primeira guerra mundial, além de problemas técnicos e operacionais.

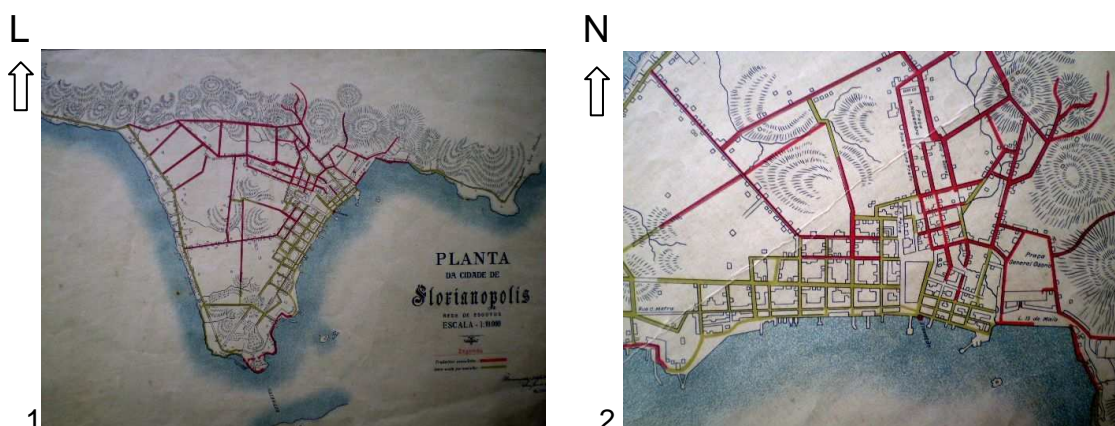
A instalação da rede de esgoto de Florianópolis foi sendo construída pelo governo do estado e as ligações às casas eram cobradas dos proprietários. Mas no início de 1914, os trabalhos para a instalação da rede foram suspensos. As características físicas do sítio urbano, de uma base granítica dificultava e até impedia as escavações para instalação da rede, principalmente na Fonte Grande próximo a Pedreira. Segundo o relatório do engenheiro Luiz da Costa, os trabalhos vinham em ritmo lento desde julho de 1893. Até o final daquele ano haviam sido instalados 23.623 metros de “canalizações diversas”, como coletores cerâmicos e galerias, mas Costa relatava dificuldades para execução das instalações: terrenos com rocha em

⁷⁷⁴ “Saúde Pública”. Mensagem do governo, 2 de agosto de 1908. Páginas 9 e 10, caixa 01. *Loco citato*.

⁷⁷⁵ André Luis Santos. 1999, páginas 99 e 100.

⁷⁷⁶ Resolução 638, de 27 de novembro de 1929. Leis do Município de Florianópolis 1918 - 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

“vaza fluida”; pela disposição topográfica da cidade e a passagem forçada do emissor geral através de um túnel em rocha e sobre encosta escarpada do mar. No início de 1914, os trabalhos foram suspensos, Costa relatou: “*pelas dificuldades provenientes da alteração ordem no interior do Estado, pelos fanáticos*”.⁷⁷⁷ Ele se referia a guerra do Contestado.



1. Planta da rede de esgoto de Florianópolis em 1913. Assinada pelo engenheiro civil Luis José da Costa.

2. Detalhe da área próxima ao Porto. Em vermelho: trabalhos executado; em laranja: trabalho por executar. Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

Em 1918, continuavam as obras acessórias para o funcionamento da rede de esgoto. O estado contratara novamente o engenheiro Luis da Costa, ao qual dera “*ampla liberdade de ação (...) vencendo dificuldades que a princípio lhe pareceram insuperáveis*”. Na metade daquele ano a rede ligava 1.319 casas, a um custo médio de 350\$715, o que equivalia comprar 70 molhos de lenha cortados em “torinhos” e carregados até a casa do fregês ou a 100 latas de azeite ou ainda, a 28 sacas de farinha grossa comum, de 45 quilos cada uma (preços em anúncios de jornais de 1918). As instalações domiciliares haviam iniciado em 1916 e continuaram em 1917. Em 1918, o serviço passou a diminuir em escala e função das dificuldades de aquisição de material e a elevação do preço do material – uma possível decorrência dos problemas em função da primeira guerra mundial e da guerra do contestado. A média mensal de instalações domiciliares que era de 75 caiu para 28. As instalações eram

⁷⁷⁷ “Exgottos de Florianópolis”. Relatório apresentado pelo engenheiro Luiz J. da Costa ao governador Vidal Ramos Junior. 1914. Rio de Janeiro Typ. do Jornal do Comércio. Rodrigues & Cia. 1937. V. 1, acervo n. 3 estante n. 5/6, caixa 02, volume 1, páginas 3 a 5. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

feitas pelo governo por conta dos moradores que podiam pagar em prestações trimestrais em até dois anos.⁷⁷⁸

Os problemas marcaram o desenvolvimento dessas modernizações, nas primeiras décadas do século XX em Florianópolis. Outro exemplo, foram as tentativas de implantação das primeiras linhas da rede telefônica.⁷⁷⁹

As principais infra-estruturas, a “modernização” da cidade foi realizada através de concessões do governo a empresas privadas. Algumas de estrangeiros, como as do serviço de bondes e abastecimento de água e esgotos de Edward Simmondes, a Companhia Telephonica Catarinense do espanhol Juan Ganzo Fernandes, que além da concessão dos serviços telefônicos intermunicipais obteve a concessão da telefonia em Florianópolis a partir de 1927. A companhia Tração Luz e Força de Florianópolis era propriedade do inglês Edward Surtees Lowes que vivia em São Paulo e organizou sua companhia em Florianópolis em 1924, para explorar os serviços de viação urbana, luz e força por eletricidade - também explorava os serviços nos municípios vizinhos Palhoça, Biguaçu e São José.

A política do Estado e a ação dessas empresas modificaram o espaço urbano implantando infra-estruturas de forma desigual, seletiva pelas áreas urbanas, privilegiando o centro comercial e as áreas em que viviam os mais ricos. Dessa forma ampliaram-se as diferenças no espaço urbano, acentuando o contraste entre riqueza e pobreza urbana.

Esse período de modernização urbana de Florianópolis, como em outros lugares, gerou muita polêmica, apesar de mudar a cidade nas primeiras décadas do século XX, os serviços e infra-estruturas eram precários e pouco difundidos. Mesmo com os constantes incentivos fiscais e isenção de impostos, a implantação dos projetos de modernizações mais complexos eram realizados através de concessões de exploração que nem sempre eram realizados. Muitos editais de concessão eram abertos sem que aparecessem interessados ou propostas, outros serviços eram interrompidos por desistências ou falência da concessionária e projetos eram adiados por vários anos.

⁷⁷⁸ Mensagem do governador Felipe Schmidt ao congresso representativo, em 8 de setembro de 1918, páginas 75 e 76. Caixa 03. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁷⁷⁹ Sobre o desenvolvimento da telefonia em Florianópolis (SANTOS, 1999).

No trilho da riqueza: o exemplo das linhas de Bondes

*“O ponto mais ameno e attrahente da cidade do Desterro é sem duvida a Praia de Fora que corresponde ao nosso Botafogo”.*⁷⁸⁰

A implantação do serviço de transporte por bondes puxados por burros em seu período de maior extensão de linhas – por volta de 1920 - não formou um sistema complexo, muito menos uma rede, apenas três eixos que cortavam a cidade: um ao longo da linha do Porto e dois no sentido do Porto ao São Luis: um partindo do Mercado, Praça XV de Novembro, passando pelo Mato grosso, Praia de Fora e outro partindo do Largo Treze de Maio também à Praia de Fora, onde havia outra linha que percorria toda a extensão do arrabalde. O transporte coletivo por bondes contribuiu para que a população mais rica ocupasse mais intensamente áreas fora do perímetro antigo da cidade. Áreas ao Norte, além da Praia de fora, a Rua do Passeio, ao São Luis e na Pedra Grande estendendo o perímetro da cidade e acentuando a separação entre áreas ricas e pobres.

O primeiro serviço de bondes em Desterro funcionou durante o século XIX. À tarde do dia 6 de novembro de 1880, sob os olhares do presidente da província, do chefe de polícia, muita gente curiosa e ao som dos acordes da banda musical da Sociedade Guarany, foi inaugurado a primeira linha de bonde em Desterro, empreendimento do empresário Polidoro Olavo de Santiago. Segundo a matéria publicada no jornal Despertador sobre a inauguração do serviço, apesar da linha ser curta, as obras foram rapidamente concluídas. A iniciativa e o investimento de Polidoro, representava a solução para a construção dos “melhoramentos” urbanos, que necessitavam de investimentos altos e só podiam ser rapidamente realizados por empresários com capital disponível.⁷⁸¹

“O trajecto da linha é curto, e é de esperar que em breve se estenda pelas ruas da capital. Nossos parabéns ao illustre empresário Sr. Polidoro

⁷⁸⁰ Jacommo Vicenzi. *Uma viagem ao Estado de Santa Catharina em 1902*. Nictheroy, 1904, página 106.

⁷⁸¹ “Linha de Bonds”. O Despertador, 10 de novembro de 1880, ano XVIII, número 1.843, página 3. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

*Olavo de Santiago por ter conseguido, em tão curto espaço de tempo realizar o seu intento.*⁷⁸²

Segundo Vicenzi (1902, p. 106), os bondes à tração animal da Ferro Carril Urbano, trafegavam sobre trilhos de madeira. O percurso ligava o Largo do Palácio ao Final da Rua São Marcos no arrabalde do Mato Grosso na atual Praça Etelvina Luz (Praça do Banco Redondo).⁷⁸³ O projeto de expansão das linhas era o mesmo que seria feito décadas depois por outras concessões do serviço. Passados alguns dias da inauguração da linha, o jornal “A Regeneração” noticiava que era grande o fluxo de passageiros e citava as linhas que seriam estendidas: da Praia de Fora e da Rua do Príncipe até o ponto mais próximo da passagem do estreito.⁷⁸⁴

Porém, o fluxo de passageiros deve ter representado mais a curiosidade pela novidade do bonde, do que pela incorporação e demanda pelo serviço. Não descobri o motivo, mas, o investimento do senhor Polidoro não teve êxito. Em 1885 o serviço de bondes já estava desativado e a câmara aprovava a retirada dos trilhos de madeira das ruas. A fala do vereador José Lobo indica que as linhas tinham alcançado “várias” ruas, mas registrava o fim do serviço.

*“Fallou igualmente sobre a conveniência de mandar-se arrancar os trilhos que existem em diversas ruas da Cidade, pertencentes a extinta Empresa de bonds, que, no estado em que se achão, além de tornarem-se prejudiciaes ao transito publico, impedem a qualquer melhoramento que se tente fazer nas mesmas ruas”.*⁷⁸⁵

Num período em que a cidade ainda não tinha rede de abastecimento de água, esgoto ou recolhimento de lixo, havia um serviço de bondes. A pobreza geral da cidade pode não ter sustentado os investimentos desse primeiro serviço. Vinte anos se passariam até a instalação de novas linhas.

Em 1907, o governo do estado anunciou medidas em relação à falta de serviços já considerados básicos de água, esgoto e iluminação para os 14 mil

⁷⁸² *Ibidem.*

⁷⁸³ Renato Barbosa. *Geração Abolicionista*. Florianópolis, 1940, páginas 94 e 95.

⁷⁸⁴ “Bonds”. *A Regeneração*, 14 de novembro de 1880, ano XII, número 84 (BPESC).

⁷⁸⁵ “Bondes”. Livro de actas das Sessões da Câmara Municipal da Cidade do Desterro. Sessão Ordinária de 25 de abril de 1885. Códice 257, caixa 22. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

habitantes, e a formação de nova empresa que iria explorar os serviços de bondes à tração animal.⁷⁸⁶

Em 21 de março de 1907, foi organizada em Florianópolis a empresa contratada pela superintendência municipal para explorar o serviço de bonde urbano e suburbano. O projeto de três linhas somava 5.450 metros de trilhos, com material comprado da Europa.⁷⁸⁷ Em novembro estavam em andamento os preparos para instalação dos trilhos da *carris-urbanos* da capital. A primeira linha partiria do Cais Rita Maria ao Largo 13 de Maio atravessando a área comercial. Da cidade.⁷⁸⁸ Essa linha cruzava a cidade ao longo do Porto do Cais Rita Maria na Figueira e seguia até o Largo 13 de Maio nas proximidades da Toca e do Campo do Manejo, mas atendia ao comércio. A segunda linha seguia a localização das ruas e caminhos dos arrabaldes abastados. Em setembro do ano seguinte, sob direção de Augusto Fausto de Souza, iniciou o prolongamento da linha avançando pela Praça XV de Novembro e Praça Pereira Oliveira onde se concentravam os prédios do governo, pelo Mato Grosso em direção a Praia de Fora, área das chácaras dos comerciantes e políticos mais importantes.⁷⁸⁹ A primeira linha, a do Cais do Rita Maria ao Largo Treze de Maio, começou a funcionar em 12 de abril de 1908. O serviço dessa primeira linha de 2 quilômetros era equipado com 4 carros para passageiros e 9 carros de carga movidos por um plantel de 20 muares. O serviço de bondes foi imediatamente incorporado ao cotidiano da cidade e respondia a uma demanda antiga, principalmente da carga do porto, que até então era transportado pelos carroceiros. Os bondes para carga que somavam o dobro dos bondes para passageiros representavam a necessidade de um serviço que substituísse a indesejada presença de carregadores por ruas e praças, expressa até em leis e decretos. Por necessidade de uso, experimento ou simples curiosidade, de abril a maio daquele ano, foram vendidas 49.081 passagens, que somaram quase 5 contos de réis e cerca de 25 mil volumes

⁷⁸⁶ Mensagem do Governo do Estado ao Congresso Representativo em 05 de agosto de 1907. Caixa 1. Centro de Memória e Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁷⁸⁷ “Viação urbana”. Mensagem do governo de 1907, páginas 38 e 39. Caixa 01 (CMAPALSC).

⁷⁸⁸ “Bonds”. A Fé, 15 de novembro de 1907, número 157 (BPESC).

⁷⁸⁹ “Bonds”. A Fé, 15 de janeiro de 1909, número 175 (BPESC).

transportados, mais 1,6 contos de réis, num total de 6.538\$500 contos de réis, o que equivalia a 15% do capital da empresa.⁷⁹⁰

A velocidade de instalação das linhas acompanhava o sucesso do serviço. Em janeiro de 1909, os trilhos estavam sendo assentados na Avenida Trompowsky.⁷⁹¹ No fim daquele mês já tinham atravessado a avenida seguindo pela Praia de Fora em direção a Estação Agronômica.⁷⁹² Com trabalhos constantes, em fevereiro os trilhos já estavam sendo instalados em direção ao jardim Lauro Muller.⁷⁹³ Nesse mês, de 1909, o jornal a Fé se referia a solicitude com que a empresa estendia seus ramais pelos “*pontos principaes da cidade*” (sic) atravessando todo o arrabalde da Praia de Fora em direção ao Jardim Lauro Muller, no São Luiz – no limite do perímetro urbano que se construía para as classes ricas. O mesmo jornal comentava que não eram excessivos os preços das passagens alegando que a empresa necessitava de recursos para desenvolver-se. Da Praça XV à Beijamin Constant, a passagem custava 100 réis e desta ao jardim Lauro Muller outros 100 réis, a viagem completa no início dos trilhos no Rita Maria custava 300 reis.⁷⁹⁴ Em março, a linha chegara ao São Luiz.⁷⁹⁵ Naquele mês, o jornal A Fé noticiou que os bondes já transitavam lotados e que a empresa elevaria a passagem a 200 réis para o jardim Lauro Muller.⁷⁹⁶ Os mais ricos que moravam no caminho das chácaras e à Praia de Fora possivelmente não vinham da Figueira onde iniciava a linha, mas das imediações da Praça onde tinham seus negócios e faziam seus passeios e nesse trajeto pagavam 200 réis.

A passagem dos trilhos pela recém construída Avenida Trompowsky valorizou o loteamento do antigo terreno da chácara de mesmo nome, doada a municipalidade pelo proprietário para ligar o Mato Grosso a Praia de Fora. Wilmar Dias (1947) apresenta a localização de chácaras e seus proprietários nessa área, aponta duas chácaras ao longo da avenida, a de Manoel L. do Livramento para o lado do Mato Grosso e a de A. C. Ebel próxima a Praia de

⁷⁹⁰ “Linha de Bonds”. Mensagem do governo, 2 de agosto de 1908. Páginas 30 e 31, caixa 01. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁷⁹¹ “Bonds”. A Fé, 15 de janeiro de 1909, número 175 (BPESC).

⁷⁹² A Fé, de 30 de janeiro de 1909, número 176 (BPESC).

⁷⁹³ “Bonds”. A Fé, 16 de fevereiro de 1909, número 177 (BPESC).

⁷⁹⁴ “Bonds”. A Fé, 28 de fevereiro de 1909, número 178 (BPESC).

⁷⁹⁵ “Bonds”. A Fé, 31 de março de 1909, número 180 (BPESC).

⁷⁹⁶ “Bonds”. A Fé, 20 de março de 1909, ano VI, número 179 (BPESC).

Fora.⁷⁹⁷ Estas chácaras foram loteadas para pessoas abastadas que construíram “modernos” prédios. O que levava os trilhos na direção da estação Agrônômica no caminho para a Santíssima Trindade é que a área pertencia ao Estado e que mais tarde localizaria instituições públicas.

*“Reconhecida como é a agradabilidade desses dous pontos - Praia de Fora e Mato Grosso, disputadas foram as procuras das terras da dita nova rua. E, do dia para a noite, foi igualmente avultado a preferência do transito publico pela nova avenida que conta, a par de mais alguns prédios pequenos outros maiores que os primeiros. Todos porém foram construídos de acordo com as regras da esthetica. Pelo modo explicado possue a capital, mais uma bellissima rua a Avenida Trompowsky – que oferece fácil comunicação com a Praia de Fora, reputada - a quinta catharinense”.*⁷⁹⁸

A lógica da localização dos trilhos passava tão longe de atender as localidades pobres que antes disso havia, segundo o que declarava o jornal A Fé, o “sonho dourado da empresa” de levar os trilhos até a Lagoa da Conceição, “o mais bello e original dos nossos arrabaldes”.⁷⁹⁹ Não descobri, no entanto, se havia outros interesses para tão longa extensão das linhas naquela época, além do simples fato de alcançar um belo local. Se havia realmente o projeto, se havia algum interesse imobiliário como foi comum na implantação de linhas de bondes no Rio de Janeiro, não encontrei referências.⁸⁰⁰

Quase uma década depois, em 1918, as linhas da *carris-urbanos* e *suburbanos* tinham a mesma configuração. Havia dois extremos: a Rita Maria na Figueira e a Estação Agrônômica e duas linhas: uma pela Praça 17 de Novembro e outra pela Praça General Osório. A segunda linha, que seguia paralela ao Porto, podia ligar as áreas pobres da Figueira, as proximidades da Tronqueira na Praça General Osório (antigo Campo do Manejo) e da Toca.⁸⁰¹ O fato das linhas não terem sido estendidas por novas ruas, talvez seja porque

⁷⁹⁷ Mapa 12 “Chácaras”, elaborado pelo cartógrafo C. Medeiros, em Dias (1947).

⁷⁹⁸ “Melhoramento”. A Fé, 12 de fevereiro de 1904, número 24 (BPESC).

⁷⁹⁹ “Bonds”. A Fé, 15 de setembro de 1908, número 172 (BPESC).

⁸⁰⁰ Sobre o Rio de Janeiro Maurício de Abreu (1987, p. 43) cita a implementação das primeiras linhas de bondes de burro facilitando a expansão da cidade em direção aos atuais bairros das zonas Sul e Norte por aqueles que podiam arcar com os deslocamentos.

⁸⁰¹ Resolução 135, Estado de Santa Catharina. Município de Florianópolis. Coleção de Leis e Resoluções de 1918 e 1919, página 28. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

os bondes eram a tração animal e tornavam-se cada vez mais arcaicos, passando a ser incompatíveis com os desejos modernizadores. Também porque as principais áreas dos mais ricos já eram atendidas pela primeira linha que cruzava o centro comercial, o cívico, o Mato Grosso e a Praia de Fora.

Em 1919, Simmonds e John Williamson apresentaram ao governador Hercílio Luz os estudos e orçamentos para a eletrificação das linhas de bonde a tração animal e a expansão para as ruas Esteves Júnior, Tenente Silveira e ao Forte Sant'Anna. Justamente novas ruas abertas para dar acesso às chácaras onde também viviam os ricos da cidade e que seriam loteadas posteriormente. Essas infra-estruturas facilitariam a expansão das cidades para as classes mais ricas da época. Segundo Peluso (1991, p. 318 e 319), entre 1900 e 1940, o aumento da população da cidade, que passou de 13.474 para 25.014 habitantes, exigiu novas habitações que se concentraram nas ruas já existentes. Os loteamentos de chácaras teriam sido pouco freqüentes até 1940, intensificando a partir dessa época. Porém, nem as linhas, nem os loteamentos foram expandidos até esse período das décadas de 1920 e 1930. A população crescia, mas os benefícios da república, das modernizações do sanitarismo e dos melhoramentos urbanos não incluíam os pobres, estavam sempre dirigidos para uma classe abastada que pouco crescia.

Em Florianópolis as inovações como linhas de bondes eram festejadas por jornais como o República adepto das inovações e que publicava várias edições sobre como funcionava os bondes, mas não era feita nenhuma reflexão nos editais e nos relatórios do governo sobre onde seriam instalados.⁸⁰²

Apesar de todas as tentativas de concessão, o poder público municipal não conseguiu modernizar o serviço e eletrificar as linhas de bonde. Em 1924, o superintendente Abelardo Wenceslau autorizou um acordo para a Companhia Carris Urbanos e Suburbanos a transferir o serviço de viação ao poder estadual. Como subsídio a eletrificação dos bondes, correria por conta do

⁸⁰² “Os bonds electricos em Florianópolis”. República, 11 de janeiro e 4, 5, 15 e 16 de fevereiro de 1919 (BPESC).

município o serviço de reposição do calçamento para o assento de novos trilhos. Mas, os bondes nunca foram eletrificados.⁸⁰³



Trilhos da linha de bonde na Rua do Iguape, início do século XX. Bairro da Figueira, próximo do início da linha no Cais do Rita Maria, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Trilhos atravessando a Fonte Grande, início de da década de 1920. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁸⁰³ Lei 530. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Página 77, referente a 1924. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.



Trilhos da linha de bonde na Rua dos Ilhéus, década de 1920. Da Praça XV de Novembro a Praia de Fora. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Bonde subindo a Rua dos Ilhéus, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Trilhos da linha de bonde na Praça 17 de Novembro no Mato Grosso, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Trilhos da linha de bonde na Praia de Fora, início século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Ramal da linha de bonde na Rua do Passeio, início do século XX. Próximo a Praia de Fora. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Trilhos da linha de bonde na Rua das Carreiras, início do século XX. Na Pedra Grande em direção à Estação Agronômica. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Capítulo XI

As condições sanitárias da cidade antiga

Das fontes e córregos aos tigres e despejos

As primeiras preocupações sanitárias em Desterro são da época do código de posturas de 1845. Conflitos pela passagem de esgotos e águas estagnadas, valas abertas, nos quintais que corriam para as ruas ou córregos. Preocupação com a manutenção das fontes de água e destinação dos locais de despejos nas praias.

“Todos aquelles, por cujos quintaes deverem correr as águas dos visinhos, para irem ter a rua ou como para seu esgoto destinado, não o poderão embarçar. Os que o contrario fizerem pagarão 4\$000 reis de multa, e farão o esgoto a sua custa”.⁸⁰⁴

O mar era o local de despejos de lixo e excrementos. O código de posturas de 1845 estabelecia que além das águas servidas carregadas pelos tigres, das águas sujas das roupas lavadas do Hospital de Caridade, os restos do pescado do Mercado fossem lançados ao mar todos os dias.

“Os proprietários, ou arrendatários das bancas do pescado, as lavarão, todos os dias, conservando-as com asseio, e limpeza; assim como as suas testadas, depositando no mar as immundicies, que ahi se ajuntão: sob pena de 4\$000 reis de multa”.⁸⁰⁵

“A Câmara designará diferentes logares, proprios para n’elles se fazerem os despejos de immndicies, e em quanto estes se não designão se lançarão estes aos mar. Os contraventores serão multados em 2\$000 reis, e pagarão a despeza que o Fiscal fizer com a remoção; respondendo o senhor, ou amo, pelo escravo, ou creado; estes serão posto em custodia até o pagamento: esta reclusão, porem não poderá exceder á oito dias”.⁸⁰⁶

⁸⁰⁴ Artigo 18, lei 222 de 10 de maio de 1845. Coleção de Leis 1847 - 1841. Caixa 1, página 58. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁸⁰⁵ Artigo 33, da lei 222 de 10 de maio de 1845. Coleção de Leis 1847 – 1841. Caixa 1, página 216. *Loco citato*.

⁸⁰⁶ Artigo 21, páginas 213 e 214. *Ibidem*.

Em 1871, Desterro acumulava os problemas comuns das cidades que cresciam durante aquela época, o saneamento. Surgiam as manifestações sobre os problemas e do crescente contexto sanitarista.

*“...alguma coisa mais é necessária por em acção pelo menos da administração policial, não só para repressão dos abusos quanto ao despejo dos materiais fecaes, como estabelecer medidas que se estendam aos recintos, ou quintaes dos predios urbanos”.*⁸⁰⁷

Em 1876, depois de um ano com mortes em consequência “da devastação causada pelo flagelo da febre amarela”, o inspetor de saúde pública Duarte Paranhos Schutel recomendava medidas sanitárias para combater as epidemias na cidade: a limpeza das ruas, praças e praias; obras nos riachos e córregos que atravessavam a cidade e o abastecimento de água por fonte corrente.⁸⁰⁸



Imagem parcial da “Planta Topographica da Cidade do Desterro” (1876). Desterro, ao centro, a Fonte Grande cortando a cidade, à direita o córrego da Fonte do Campo do Manejo e à esquerda o córrego do Trajano (Fonte da Palhoça). Acervo da Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

⁸⁰⁷ Relatório do presidente da província, 26 de março de 1871, pagina 16. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁸⁰⁸ Relatório sobre salubridade pública em 1876. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

No relatório de 1887, do governador da província, Francisco José da Rocha, os córregos da Fonte Grande, do Trajano e do Fagundes, que abasteciam a cidade, foram descritos como valas de esgoto e o plano era canalizá-los. A situação sanitária da cidade já era descrita precária em 1854, quando o governo planejava a primeira canalização dos córregos. Na década de 1880, a situação era pior e as medidas sanitárias não estavam incorporadas às práticas nem ao alcance de todos os moradores.⁸⁰⁹

*“Os logares por onde corre o antigo córrego do Fagundes continuam a ser o receptáculo de tudo quanto há”.*⁸¹⁰ Essa era a nota do relatório do governo em 1887, sobre o antigo córrego do Fagundes, um dos principais da cidade, convertido em esgoto. No mesmo ano, a câmara municipal concedeu o serviço de “asseio público” a Firmino Duarte Silva, mas, segundo o governo provincial, “não produzia os efeitos desejados”. As ruas e praças continuavam apresentando “imundícies e temíveis elementos” principalmente com a proximidade do verão. Nova concorrência foi organizada para prestação do serviço, porém, sem concessionária interessada. O mesmo ocorreu com o edital para canalização e abastecimento de água. A população utilizava água de poços e fontes que secavam em épocas de estiagens, o que desencadeava inúmeras “affecções” gastro intestinais e verminoses. O governo projetava captar água nas vertentes do Antão, mas declarava-se incapaz de arcar com as despesas.⁸¹¹

“Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio d’agua que escorria da altura de uns cinco palmos. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não molhar (...) As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas (...) as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas” (O Cortiço. Aluísio Azevedo, 1890).

A câmara proibiu o corte dos manguezais que eram utilizados para retirada de lenha e instalar curtumes.⁸¹² nesse mesmo relatório do governo de

⁸⁰⁹ Relatório do presidente da província, de 11 de outubro de 1887, p. 156. Rio de Janeiro. Typ. União, 1888. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸¹⁰ Página 86. *Ibidem*.

⁸¹¹ Páginas 109, 112, 114 e 115. *Ibidem*.

⁸¹² Relatório de 11 de outubro de 1887, páginas 109, 112, 114 e 115. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

1887, os córregos da Fonte Grande, do Trajano e do Fagundes, que cortavam a cidade, são descritos como valas de esgoto e o presidente da província Francisco José da Rocha planejava canalizá-los começando pelo menor - o do Fagundes – que serviria de “experiência” para canalizar os demais. O canal receberia as águas da fonte do seu Largo que se estendia pela Rua 7 de Setembro até a Praia da Figueira.

*“... desde muito reclamados por serem os tortuosos córregos os receptáculos obrigados de todas as imundícies, a descoberto, ora estagnados, si o calor os secava, ora correntes, si a chuva os turvava, sempre infectos e em perniciosa exalação...”*⁸¹³

A situação sanitária da cidade já era precária em meados do século XIX. O relatório faz menção que já em 1854 – “há 43 annos” – o governo planejava a canalização dos córregos. Na década de 1880, a situação era pior e as medidas sanitárias não estavam incorporadas às práticas nem ao alcance dos moradores pobres do Bairro da Figueira, onde apenas um proprietário havia feito a ligação de sua casa ao canal.

*“Devo dizer-vos e o faço com grande pezar, que somente o proprietário João Manoel Golçalves comprehendeu a vantagem de canalisar para ali os esgotos de seu prédio com a módica despeza de 27\$300. Todos os outros prédios continuam a utilizar-se do leito do antigo córrego, na parte que se estendia pelos terrenos baixos dos quintaes, passando por um arco de alvenaria por baixo da rua do Príncipe e interessando os prédios de um e de outro lado! A sahida d’esse arco até a praia forma-se um depósito pestilencial, intolerável”.*⁸¹⁴

Em 1885, o inspetor de higiene pública reclamou ao governo da província, providências sobre o estado do córrego que partia da chácara do cidadão Trompowisky, atravessava o Largo da Carioca, passava pelos fundos dos terrenos das ruas Trajano e Ouvidor e seguia por baixo da Alfândega até a Praia. O inspetor propunha medidas para evitar os despejos que se faziam

⁸¹³ “Canalização dos córregos”. Relatório do presidente da província Francisco Jose da Rocha à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina de 11 de outubro de 1887, Rio de Janeiro, p. 155. Typ. União, 1888. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸¹⁴ Relatório de 11 de outubro de 1887, página 156. Arquivo Público do estado de Santa Catarina.

diariamente no córrego.⁸¹⁵ Dois anos depois, em abril de 1887, esse córrego Trajano (Da Palhoça) – foi canalizado em dois ramais. O primeiro no extremo do largo da Carioca atravessava a Rua do Primeiro Tenente Silveira até a Rua do Imperador, seguindo pela Rua do Ouvidor e Trajano, atravessando a Rua do Senado e do Príncipe até o mar por baixo da Alfândega. O segundo começava no palácio da presidência, passando pelos terrenos da Biblioteca e pelos fundos dos prédios ao meio da Rua Trajano, ligando-se ao primeiro ramal no centro da Rua do Imperador.⁸¹⁶ Ao contrário do Córrego do Fagundes - que recebeu apenas uma ligação - o Córrego do Trajano, que atravessa a área de comércio da cidade, recebeu 33 ligações.

*“Muito maior do que se calculava foi o número de proprietários que ligaram a canalização de suas casas a esse córrego (...) E a pesar disso continua-se a fazer, á noite sobre os ralos das ruas todos os despejos”.*⁸¹⁷

A canalização dos córregos não mudou a situação sanitária para os mais pobres, visto que o custo das ligações das casas ao canal era de responsabilidade dos proprietários. As casinhas das famílias pobres da Figueira continuaram sem as ligações sanitárias assim como não devia ser do interesse dos proprietários das casinhas alugadas como cortiços, ter uma despesa extra. Essa despesa na área comercial da cidade, atravessada pelo Córrego do Trajano, tinha sido em média de 46\$784 réis, para proprietários, na maioria, comerciantes.⁸¹⁸

Em 1882, a Praia do Menino Deus era descrita em “deplorável estado” e o “cisco” estendido por toda areia formava “um tapete misto de imundícies”.⁸¹⁹ Três anos mais tarde, a situação da praia não mudara. Em 1885, o inspetor de higiene pública reclamava, além das más condições sanitárias dos córregos, o mau estado da Praia do Menino Deus. Um tapume de tabuas havia sido colocado na parte da praia que não estava aterrada, impedindo que as marés

⁸¹⁵ Ofício do Diretor Inspetor interino de Higiene Pública. 16, 23 e 25 abril de 1885. Sessão Ordinária de 25 de abril de 1885. Livro de actas das Sessões da Câmara Municipal da Cidade do Desterro. Códice 257, caixa 22. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁸¹⁶ Relatório de 1887, página 157. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸¹⁷ *Ibidem.*

⁸¹⁸ Relatório de 11 de outubro de 1887, página 157. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸¹⁹ A Regeneração, 8 de outubro de 1882, pg. 3, ano XIV, número 78 (BPESC).

lavassem a praia. “...dando lugar a depósito de imundices e toda espécie que ali fermentam e apodrecem lançando mau cheiro que encomoda a vizinhança e transeuntes”.⁸²⁰

Em 1887, chegavam verbas concedidas pelo Ministério do Império para aterrar a área lodosa da cidade, e iniciava o aterro da Praia do Menino Deus, que no passado era o local principal de despejos dos “tigres” na parte Sul da cidade. A praia foi aterrada com material de uma barreira próxima na Base do Morro da Boa Vista, próximo a Toca, um lugar que viria a ser conhecido como Morro do Governo.⁸²¹ Esse aterro formou o Largo 13 de Maio. O aterro foi feito para dar fim ao lodo existente na praia, que era o principal local de despejos dos “tigres” da parte Sul.

*“Aquele serviço, não poderia deixar de ser ultimado como quer que fosse, para fazer cessar as emanações da lodosa praia, onde se fazem os despejos de todo um lado da cidade e onde se derramam o cano do Quartel e os dos riachos...”*⁸²²

Em setembro de 1892, “o estado precário do trapiche Rita Maria” não permitia seu uso para os despejos dos materiais fecais jogados ao mar e por isso estavam sendo jogados na praia.⁸²³

No início do século XX, a visão sobre os despejos nas praias havia mudado, a praia não era mais vista como um local “natural” para os despejos das águas servidas e dos excrementos. Em 1903, o relatório do departamento de higiene pública ao governador já menciona manter limpas as praias e considerava que em geral estavam sujas pelos despejos.

*“É quase que impossível obtermos aqui a limpeza das praias, porque todos ali fazem os seus despejos, além de que as marés trazem grande quantidade de imundícies para as nossas praias”.*⁸²⁴

⁸²⁰ Ofício do Diretor Inspetor interino de Higiene Pública. 16, 23 e 25 abril de 1885. Sessão Ordinária de 25 de abril de 1885. Livro de actas das Sessões da Câmara Municipal da Cidade do Desterro. Códice 257, caixa 22. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁸²¹ Relatório do presidente da província de 11 de outubro de 1887, página 158. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸²² Relatório 1887, página 160. *Loco citato*.

⁸²³ Portaria 15, de 15 de setembro de 1892. “Copias de Offícios, Portarias e editaes da intendência municipal e da câmara municipal” 1892 – 1894. Códice 276, caixa 51, 96 folhas. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.



Escravo - Tigre – com máscara de flandres. pintura de Jean Baptiste Debret, século XIX. Os escravos eram responsáveis por buscar água nas fontes pela manhã e fazer os despejos das águas servidas nas praias no fim do dia. Os líquidos “amoniáticos” que escorriam pelas costas nuas dos escravos reagiam com o sol, causando manchas amarelas na pele preta – “pele de tigre”.

O costume de manter animais soltos pela cidade era combatido pela câmara desde a época do código de posturas de 1845, mas em 1893, a prática ainda havia e a maior parte dos animais soltos na Largo General Osório era do Exército que tinha o Quartel contíguo ao Largo. Em maio, a câmara pediu ao coronel Luiz dos Reis Falcão, comandante do 25^a Batalhão que resolvesse o problema.⁸²⁵ Chegara janeiro e o comandante da guarnição ainda não tinha atendido ao pedido da câmara, que lhe enviou novo ofício contra a “divagação” de animais soltos pertencentes à guarnição.⁸²⁶

No final do século XIX, as modernizações urbanas as novas infra-estruturas e os principais serviços ainda não estavam instalados e a política sanitaria ainda não era uma prioridade. Em 1898, as despesas do governo estadual com limpeza pública eram menores que meio por cento.⁸²⁷

⁸²⁴ Relatório do Departamento de Higiene Publica do Estado de Santa Catharina, 1903. Relatórios do Inspetor de Saúde. Códice 54 -1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸²⁵ Portaria 34. “Copias de Officios, Portarias e editaes da intendência municipal e da Câmara Municipal 1892 – 1894”. Códice 276, caixa 51, folha 17. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁸²⁶ Ofício número 3, folha 64. *Ibidem*.

⁸²⁷ Relatório da Secretaria de Obras Públicas ao governador Domingos Gonçalves da Silva Peixoto em 24 de julho de 1899. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Em 1899, o superintendente municipal substituto Emilio Blum decretou a criação do serviço de remoção de lixo, materiais fecais e águas servidas – três vezes por semana - e os respectivos impostos.⁸²⁸ O critério para estabelecer a alíquota do imposto era o valor locativo das casas. Quartéis, hotéis, botequins e casas habitadas por mais de quinze pessoas – cortiços – tinham impostos estabelecidos pelo “regulamento” – que não encontrei – pagos adiantado por trimestre pelos inquilinos. O serviço se limitava às casas habitadas no perímetro urbano. Esse decreto avançava para melhorar a qualidade sanitária, proibia fazer despejos no mar, córregos, valas e ruas, mas como o serviço seria cobrado, criava novas dificuldades aos pobres. O mesmo decreto proibia a construção de fossas, o que poderia ser uma alternativa a quem não pudesse pagar pelos serviços. Os que viviam em cortiços, ou casas sem quintais não teriam alternativa, nem o serviço, se não pagassem. Além disso, os inquilinos tinham que utilizar pelo menos um cubo, pago por sua própria custa, fornecido pela superintendência ou pela empresa que fizesse o serviço, para depositar os materiais fecais – obrigação de um serviço com venda casada. Esse serviço excluía os que tivessem latrinas com esgoto em condições higiênicas.⁸²⁹ Blum decretou que para as novas casas passava a ser obrigatório a construção de uma “*casinha de madeira ao fundo para collocação do cubo para materias estercovaes*”.⁸³⁰ Em 1899, ainda não havia nenhuma rede de esgoto na cidade – o que na época se considerava esgoto podia ser a simples canalização de córregos e valas com a ligação por canos às casas. Havia apenas as canalizações realizadas em 1887, no córrego da Palhoça, que cortava a área central onde estavam os prédios públicos e de comércio.

Anos depois do decreto de Emilio Blum sobre a criação do serviço de remoção de lixo e esgotos (1899), que obrigava aos pobres manterem gastos fixos para permanecer na cidade, o coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira sugeriu, em 1905, que esses serviços fossem gratuitos aos pobres. Deve ter

⁸²⁸ Livro de registro das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal. Registro obrigatório dos terrenos do Patrimônio do Município. 1899 – 1903. Códice 323, caixa 58. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁸²⁹ Decreto número 100 de 30 de outubro de 1899. Livro de Registros das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal sancionados pelo superintendente e todos os actos e resoluções decretados pelo poder executivo. 1899 – 1903, livro 323, caixa 58. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁸³⁰ Decreto 105, de 22 de novembro de 1899. *Ibidem*.

pesado o mau cheiro que Pereira sentia ao passar pelas ruas, mais do que a situação dos que não podiam pagar pelos serviços. Como superintendente municipal, o próprio coronel ordenaria demolir cortiços onde moravam pobres. Os pobres ainda viviam no centro e as condições sanitárias começavam a despertar preocupações na elite. O coronel Oliveira louvava seu substituto na superintendência municipal Germano Wendhausen pelo asseio da Fonte Grande, mas criticava os serviços contratados de iluminação pública, varrição de ruas, remoção de lixo e materiais fecais. Propunha que fosse obrigatório o recolhimento das fezes e lixo, principalmente nos acanhados quintais do centro.⁸³¹ As casas dos pobres eram vistas como focos de miasmas, e passariam a ser desinfectadas e caiadas.

Segundo o relatório do departamento de higiene pública, o ano de 1903 não foi de epidemia. As constantes chuvas de verão tinham mantido limpos os córregos e as ruas. A cidade ainda era refém das estiagens de verão, quando os córregos e fontes ficavam turvos. Florianópolis ainda não tinha nenhuma rede de abastecimento de água, nem de esgoto. O departamento de higiene considerava o serviço de limpeza pública rudimentar e a condução dos materiais fecais era “ruim”, os carroções estavam “empregnados de merda”. Ainda prevalecia o sistema de fossas e despejos nos quintais.⁸³²

*“Ainda existem em grande numero de casas n’esta Capital o perniciosissimo systema de fossas abertas nos quintaes, as vezes bem pequenos e onde deitão toda a sorte de imundície”.*⁸³³

No mês chuvoso de março, final do verão de 1909, o jornal A Fé publicava no artigo “Lamaçal” uma descrição das ruas com águas das chuvas paradas, empossadas por vários dias produzindo “exhalações” (sic) nocivas à saúde e cobrava providências da municipalidade que já tinha iniciado o calçamento da Rua Altino Côrrea.⁸³⁴

⁸³¹ “Hygiene Publica.” Gazeta Oficial, 15 de abril de 1905, página 2 (BPESC).

⁸³² Relatório do Departamento de Higiene Publica do Estado de Santa Catarina, 1903. Relatórios do Inspetor de Saúde. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸³³ *Ibidem.*

⁸³⁴ “Lamaçal”. A Fé, 31 de março de 1909, número 180 (BPESC).

*“Está hoje provado que o saneamento das cidades é condição fundamental ao seu desenvolvimento. Das medidas hygienicas, que são consideradas essenciaes pelos seus efeitos geraes e de maior valor, são as que se referem ao suprimento d’agua potável á população e ao exgoto dessa água depois de servida”.*⁸³⁵

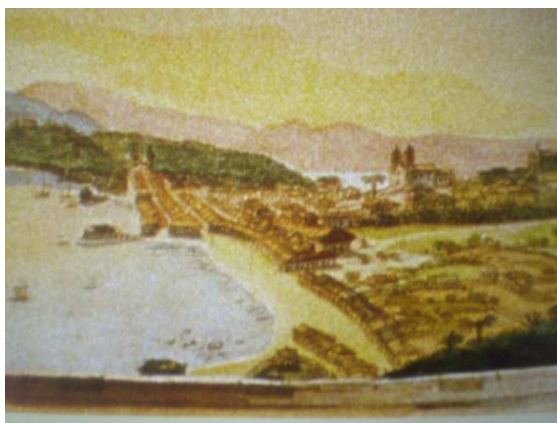
A situação sanitária era delicada, as chuvas que mantinham os córregos com água corrente, também causavam inundações que potencializavam as epidemias. Em 1907 o jornal a Fé alertava sobre os perigos das epidemias com a chegada do verão. As inundações das ruas que cortavam o “Rio da Bulha” pelas suas “águas lodosas” espalhavam a morte, como a de José Pitanga e alimentavam o medo de epidemias. A condição de pobreza da população que era expulsa do centro, vivendo sem saneamento a margem dos córregos e a falta de recursos públicos para sanear estas áreas, ao mesmo tempo em que embelezava e implantava infra-esturturas onde viviam os mais ricos. A falta de recursos e a prioridade com as áreas em que vivia a população abastada, reforçava a política de expulsão e demolição imposta como medida sanitaria adequada às finanças públicas e o desejo de adiantamento urbano da elite.⁸³⁶ Segundo Oliveira (2001), denunciava-se focos de desordem sanitária, eram realizadas intervenções sobre as relações do cotidiano interferindo nos costumes e nas práticas da população, definindo novos padrões de conduta e do uso do espaço público.

Nessa época, o aumento do processo de urbanização brasileira agravava de forma geral as condições sanitárias nas principais cidades. Vingavam no período idéias do século XIX, que analisavam a sociedade a partir das mesmas leis das ciências naturais, que culminaram em teorias de superioridade de raças, determinismo do ambiente sobre as relações humanas, idéias de espaço vital, o positivismo científico, entre outras superadas. Segundo Hermetes de Araújo (1989), a forte imigração para as cidades, as doenças: malária; febre amarela; chagas; impaludismo, fomentaram o discurso pela intervenção do Estado na sociedade. Em Desterro, as intervenções sanitaristas incluíam as demolição de casas e cortiços, onde vivia a população

⁸³⁵ “Melhoramentos Urbanos”. Mensagem do governo de 2 de agosto de 1908. Página 10. Caixa 01. Centro de Memória e Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁸³⁶ “Interesse publico: o pescado – ruas – Rio da Bulha – diversas providencias”. A Fé 30 de setembro de 1907, número 154 (BPESC).

pobre. O discurso sanitaria os classificava como “avessos, rebeldes, apáticos” a higiene e passaram a ser alvo do movimento que se intensificaria na década de 1920. À medida que os problemas de esgoto, água, epidemias aumentavam, os avanços sanitários e médicos eram restritos a algumas classes, a algumas áreas urbanas e a algumas cidades. As comunidades de áreas afastadas do interior eram as mais negligenciadas. Em 1920, durante o governo de Hercílio Luz, os trabalhos de inspeção sanitária incluíram a instalação de postos de combate a endemias. Em Florianópolis ficava o escritório central da comissão Rockefeller, o laboratório foi instalado no edifício da Sociedade Fratellanza Italiana e a comissão trabalhava ligada a Diretoria de Higiene do estado e executava os exames e tratamentos de combates sanitários.⁸³⁷ Um relatório do “Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural” dos postos do estado revelava a situação sanitária e de saúde da população: de um total de 5.882 exames de verminose, apenas 45 foram negativos.⁸³⁸



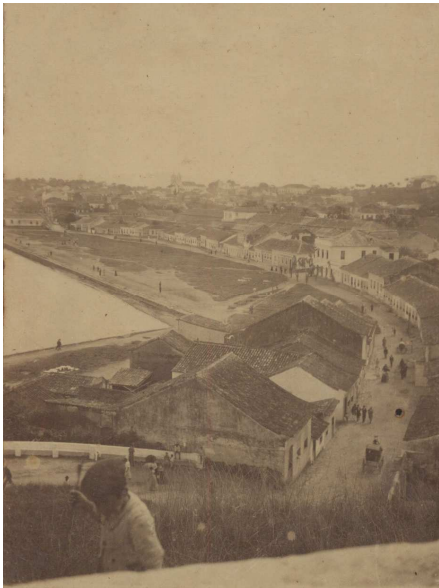
Desterro vista do pátio do Hospital de Caridade no Morro da Boa Vista. Imagem parcial da pintura de Jean Baptiste Debret (1819 – 1826). Em destaque a Praia do Menino Deus, local principal dos despejos das águas servidas pelos tigres.



Desterro vista do pátio do Hospital de Caridade, início do século XX. Em segundo plano, o aterro da Praia do Menino Deus. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁸³⁷ Republica, 6 de janeiro de 1920, número 375 (BPESC).

⁸³⁸ Republica, 23 de setembro de 1922, número 1.164 (BPESC).



Aterro da Praia do Menino Deus, início do século XX. O aterro originou o Largo 13 de Maio. À esquerda a Rua do Menino Deus, vista do Hospital de Caridade. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

As obras sanitárias alcançam à pobreza

As campanhas higienistas do início do século XX contra os casebres, os cortiços e aos pobres que viviam no perímetro central se repetiam ao mandato de cada superintendência, eram ampliadas e alcançavam novas áreas. Em apenas duas décadas, as políticas higienista, sanitarista e de modernização urbana haviam transformado as relações de vida na cidade.

Em 1908, ao comentar a falta de higiene da mendicância, o artigo no jornal *A Fé* criticava as casas dos pobres:

*“... anti-hygienica, porque em sua totalidade vegetam em pardieiros imundos, respirando um ar infecto, sem a mais comensal noção de asseio, dando assim origem á moléstias que, não poucas vezes, estendem a sua ação desoladora pelas classes laboriosas”.*⁸³⁹

Onze anos depois, essa política já transformava a cidade. Doenças como tuberculose, eram tratadas também com obras urbanas sanitárias que incluíam demolições.⁸⁴⁰ Para combater a epidêmica gripe espanhola que atingiu Santa Catarina com 133 casos em 1919, e o impaludismo o governo

⁸³⁹ “Asylo de mendicância”. *A Fé*, 15 de setembro de 1908, número 172 (BPESC).

⁸⁴⁰ Relatórios: da “Inspeção de Higiene Pública de Santa Catharina de 1887 e da Diretoria de Higiene de Santa Catharina, 1920, página 31.

orientava medidas como extinção da vegetação que sombreasse as casas, extinção de capinzais e estabelecimento de uma polícia sanitária.⁸⁴¹

*“com uma feição rotineira colonial, com suas ruas estreitas, com inúmeros casebres a enfeiar-lhe a estética, Florianópolis impressionava mal ao forasteiro. O Beco Irmão Joaquim com seus cortiços margeando o canal da Fonte da Bulha até a Pedreira, era um verdadeiro foco de miasmas e um conhecido foco de vadiagem. Não havia ali a menor noção de higiene. Os casebres não tinham instalação de esgotos. As defecções eram feitas no canal (...) Quilômetros assim, rumando o leito da Fonte da Bulha, a mesma prática dos moradores pobres, sem noção da limpeza e dos bons ensinamentos da higiene”.*⁸⁴²

Em 1916, o inspetor de saúde Ferreira Lima ao combater uma epidemia no Arrabalde de Santo Antônio faz uma descrição de como os córregos e o trabalho das lavadeiras passaram a ser diretamente relacionados à qualidade da água no combate às epidemias.

*“...verifiquei que um dos córregos onde se fazia a maior parte da lavagem das roupas usadas era a água principal do abastecimento da localidade. Além disso, as águas carregadas de espuma de sabão, poluídas pela lavagem de roupas, sem um livre curso, espalhavam-se, mais ou menos estagnadas, determinando naquela estação calmosa, fácil decomposição, além de constituírem permanentemente um viveiro de mosquitos”.*⁸⁴³

Em 1917, a construção da primeira rede de esgoto no centro substituiu o uso das carroças que recolhiam os dejetos das casas. A construção dessa rede também implicou em mais gastos aos quais novamente os mais pobres tinham que se adaptar, pois implicavam na obrigação de novas taxas. Essas mudanças como a reedição de medidas do inspetor de higiene, em 1920, que incluía: erradicar capinzais no perímetro urbano; derrubar os bananais; exterminar os galinheiros, viveiros e pocilgas, não consideravam a capacidade dos pobres de se adaptar as novas imposições a antiga condição de vida dos pobres, que conservavam hábitos e costumes considerados inadequados aos novos valores urbanos das classes ricas.

⁸⁴¹ Relatório da Inspectoria de Hygiene do Estado apresentado ao secretário do Interior e justiça em junho de 1919. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸⁴² “Remodelação de Florianópolis”. República, 1 de fevereiro de 1920, página 1 (BPESC).

⁸⁴³ Relatórios do inspetor de saúde, 1916. Códice 54 – 1. Caixa 161. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

*“Casas há em Florianópolis onde não é observada a higiene, onde os quintaes são verdadeiras imundícies, grandes lagoas, onde as águas apodrecem, levantando um mau cheiro insuportável que muito prejudicam as condições sanitárias ...”*⁸⁴⁴

A Avenida do Saneamento foi inaugurada em 1922, ao longo do Rio da Bulha, do Largo 13 de Maio na Baía Sul ao Norte da Rua das Olarias que a ligava à Praia de Fora. Uma fronteira que separava a área que recebia as inovações urbanas, onde terminava a cidade ao sopé dos Morros.

As práticas sanitárias para extinguir o “atraso, doenças, sujeira e a pobreza,” fez com que antigos bairros na região central fossem alvos sistemáticos das mudanças. Isso implicou a retirada em bloco da população pobre, como no bairro da Pedreira, onde casas foram demolidas e foi erguida a Escola Normal e o Instituto Politécnico e outros prédios. As demolições para abertura da avenida do saneamento e pelas preocupações estéticas, o alto custo para construir uma casa sob as normas da municipalidade, foi agravando o problema de moradia. Em 1921, dois anos depois do início da canalização do Rio da Bulha e da contínua demolição dos casebres, tem-se um registro da primeira ocupação intensa dos Morros.

As elites mantinham um desejo, uma preocupação, o projeto para tentar alcançar um padrão urbano, estético, de ordem, sanitário e de equipamentos equivalente ao das grandes cidades. O objetivo era instalar infra-estruturas modernas dentro do perímetro em que viviam, e que substituísse as marcas da cidade colonial e imperial, pobre. Foi nesse perímetro delimitado pelas baías e pela avenida do saneamento que foram concentradas as reformas urbanas, científicas, racionais, higienistas, sanitárias, que seguiam sob a influência dos modelos das grandes cidades.

Era cada vez mais difícil para uma pessoa ou família pobre viver em Florianópolis. Continuavam as obras urbanas, e novas posturas, leis e decretos eram sobrepostos, fechando o cerco contra a pobreza e abrindo novas possibilidades às classes “adiantadas”. Pessoas pobres vendiam suas casas no centro, outras tinham as casas demolidas, ou abandonavam os cortiços, propriedades de gente remediada, que solicitava a demolição de suas casas de aluguel para receber uma indenização do governo pela desapropriação em

⁸⁴⁴ “Comissões Sanitárias”. Republica, 16 de agosto de 1919, página 1 (BPESC).

nome do sanitarismo e da nova estética urbana. Assim, o pobre passava das casinhas de porta e janela aos cortiços e destes aos Morros. Müller (2002, p. 79) também confirma que os aluguéis aumentavam na área central expulsando parte da população.

São vários os relatos e notícias de demolições de casas, da velha cidade colonial nos jornais republicanos. Muitas desapropriações foram feitas para demolição. Em 1920, o governo municipal gastou 5% da receita com desapropriações, mais do que gastara com a “instrução pública”.⁸⁴⁵

Não houve política de moradia para os pobres da cidade que tinham suas casas demolidas na área central. O governo municipal não restringiu a ocupação dos Morros. Desta forma, diminuía as pressões sobre o governo quanto aos problemas de moradia causados pelas demolições. Não encontramos nenhuma referência sobre ações públicas para reconstruir casas ou possibilitar moradia na cidade aos pobres. Müller (2002, p. 79) que pesquisou o tema do sanitarismo, fez a mesma observação.

Em 1920, o governo estadual instalou o serviço de inspeção sanitária para combater endemias, iniciando os trabalhos pela capital. O objetivo era transformar Florianópolis na cidade “mais salubre do Brasil”. A diretoria de higiene formou sete comissões que fiscalizavam casas, uma específica para “as casas de coletividade,” os cortiços, considerados os focos de doenças. No rasto dos trabalhos de inspeção, as demolições das casas, proibição de cocheiras, estábulos e pocilgas que estivessem em desacordo com as posturas sobre as condições de higiene no perímetro urbano. O que atingiu além da moradia, parte das possibilidades de subsistência dos pobres.⁸⁴⁶

No caminho dos projetos sanitaristas, os pobres. O governo era indiferente a essa população, como as lavadeiras da Tronqueira que viviam nos córregos da lavação das roupas dos ricos. As medidas sanitárias compreendiam a canalização de todos os córregos, drenagem do solo das várzeas, aberturas de ruas e avenidas, demolição de casebres considerados

⁸⁴⁵ “Balanço de receita e despesa do município de Florianópolis, relativo ao exercício de 1920”. Republica. 1 de maio de 1921, página 3 (BPESC).

⁸⁴⁶ Relatório apresentado pelo diretor de higiene do Estado, Joaquim Lima ao secretário do interior e justiça. Florianópolis, 1920, página 70. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

“anti-hygienicos”, além de nova captação de água para o abastecimento da cidade e ampliação da rede de esgoto.

Ao mesmo tempo, a maior obra sanitária da cidade, a canalização da Fonte Grande e construção da Avenida do Saneamento provocava uma profunda reorganização do espaço urbano. A área dos antigos bairros pobres foi re-dividida. Como havia ocorrido no início do século XX com a demolição do antigo Cidade Nova para construção de prédios republicanos e da Praça do Congresso, o mesmo ocorreu ao longo da Avenida do Saneamento. Nas áreas que concentravam a maior parte das casas demolidas, foram erguidos prédios para instituições republicanas e vendidos lotes sob novos códigos de posturas. A mensagem do Governador Hercílio Luz ao congresso representativo revela as prioridades sanitárias e de reorganização urbana sem nenhuma prioridade à população pobre.

*“Há muito que se fazia sentir a necessidade de sanear extensa zona da nossa Capital, cuja salubridade vinha sendo gravemente prejudicada pela existência de águas estagnadas, devido a obstrução de córregos e cannaes que atravessam essa parte da cidade em diversas direcções passando por terrenos particulares, tornando-se por esse motivo difficil a respectiva fiscalização. Procurei resolver este problema traçando uma avenida que, muito antes de constituir uma obra de embelezamento para a cidade, é a solução de um problema de saneamento. Para a abertura dessa nova artéria, que acompanha o curso sinuoso de um dos córregos mais extensos da cidade, foram feitas algumas desapropriações, que recahiram, na sua maior parte, em prédios que pelas suas condições hygienicas, attentavam contra a saúde de seus moradores”.*⁸⁴⁷

Com a canalização dos córregos no perímetro urbano, em curto período de tempo, o governo extinguiu dessa área o trabalho das lavadeiras que viviam ao longo dos córregos e nas fontes. Essas mulheres, que haviam sido escravas ou filhas de escravas foram viver à beira dos córregos e fontes mais próximas das vertentes e nos Morros. Em 1921, estavam construídos 1.350 metros de canal na Fonte Grande e erguidas diversas pontes de cimento armado.⁸⁴⁸ Em 1922, o governo tinha feito nos últimos quatro anos a canalização de três quilômetros e meio de córregos, além da Fonte Grande, canalizados 950

⁸⁴⁷ Mensagem do governador Hercílio Luz ao congresso representativo em 22 de julho de 1920. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸⁴⁸ Relatório da Directoria de Viação e Obras Públicas, 1921. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

metros do córrego Fortkamp e 500 do Major Costa, que atravessavam grande número de propriedades. Outro canal de 700 metros corria para o São Luiz na Baía Norte.⁸⁴⁹

As medidas sanitaristas de intervenção urbana, além das preocupações com a salubridade pública, serviram como argumentos para os discursos que justificavam as intervenções urbanas de modernização e embelezamento, que viam nas demolições e conseqüente expulsão dos pobres a medida principal. O impedimento crescente de reprodução do modo de vida dos pobres e as demolições de suas casas e dos cortiços reverteram o uso do solo para moradia da classe rica e atividades institucionais de uso seletivo. O sanitarismo significaria ao pobre despejo, dificuldades para alugar uma moradia, dificuldades para viver no perímetro urbano.

Em 1922, o director de “hygiene” Jaime Couto mandou publicar ordem para que todas as casas novas, reparadas e as de aluguel que “vagassem” seriam examinadas por “autoridades sanitárias” para verificar se ofereciam condições de higiene e asseio para poderem ser habitadas. Os proprietários, arrendatários, locatários ou procuradores foram obrigados a comunicar por escrito a diretoria de higiene se a casa havia sido recentemente construída, reparada ou desocupada. As casas seriam inspecionadas sobre as condições sanitárias e se necessário, exigido aos responsáveis pela casa recomendações e indicações dos melhoramentos sanitários a serem executados e os prazos. Quando se tratava de cortiços ou casinhas alugadas aos pobres, as exigências caíam sobre os locatários que eram obrigados a pagar multas que variavam de 20\$000 a 50\$000 réis - o que equivalia ao valor de um anúncio de um quarto de página nos jornais.⁸⁵⁰

Em 1923, o diretor de higiene repetiu as exigências do ano anterior e mandou publicar o mesmo regulamento sobre a fiscalização de todas as novas e antigas casas, reformadas, fechadas ou alugadas. Todas seriam novamente examinadas sobre as condições de higiene, só então seriam ou não liberadas para habitação. Todas as exigências aos proprietários e locatários foram repetidas: informações sobre reformas; novas construções ou desocupações.

⁸⁴⁹ Mensagem do governo ao congresso representativo em 16 de agosto de 1922. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸⁵⁰ De acordo com o regulamento do decreto número 1.082 de 5 de janeiro de 1918. Republica, 16 de setembro de 1922, ano 17, número 1.158, página 3 (BPESC).

As inspeções exigiam reparos e reformas para melhoramentos sanitários com prazos estipulados pelos fiscais. As multas também foram reaplicadas.⁸⁵¹

Sob esta pressão, ano a ano, o locatário podia optar por abandonar o cortiço em busca dos Morros livre de multas e aluguel. Por seu lado, os proprietários tinham dificuldades em re-alugar cortiços com dívidas e optavam por demolir os prédios e vender o material, o terreno e se livrar das multas e impostos. Estas obrigações tornaram-se um impedimento para encontrar um local barato para morar na cidade e pressionavam os pobres a abandonar o perímetro urbano.

Não era apenas nos bairros pobres que havia problemas de higiene e saneamento. Relatórios da diretoria de higiene, de 1927, informavam que os fiscais e guardas sanitários encontravam irregularidades por toda a cidade, em ruas já dominadas pelos comerciantes, ou onde moravam os mais ricos. Problemas em várias casas nas ruas Blumenau, Brusque, Tiradentes, Visconde de Ouro Preto, Alves de Brito, Luiz Delfino, Camboriu, no Largo 17 de Novembro e Benjamin Constant. Em casas de famílias de comerciantes ricos como os Wendhauser, donos de comércio de importação e exportação. Na Praça Pereira Oliveira na casa de Eduardo Horn, de família de políticos. Irregularidades como falta de esgoto e despejos diretos nos ribeirões na Rua Itajay, lixo acumulado em casas na Avenida Trompowsky, prédios sem instalações sanitárias na Rua Ermílio Blum, problemas de esgoto em casas das Ruas Bocaiúva e Felipe Schmidt. Até mesmo a criação de suínos, o que era proibido desde 1920, ainda era encontrada por toda a cidade do Rita Maria, no Colégio Coração de Jesus, às chácaras de famílias ricas como a Moritz.⁸⁵² Nessas casas as exigências podiam ser facilmente atendidas, medidas punitivas recaíam em geral sobre os pobres que não conseguiam atendê-las.

Em 6 de fevereiro de 1927, iniciou o serviço de polícia sanitária formada com trabalhadores, capatazes, fiscal de higiene e auxiliar técnico. Naquele mês os fiscais percorreram quatro vezes a cidade fiscalizando cerca de mil casas. Depois de duas décadas de intensa fiscalização e medidas sanitárias entre as quais as demolições, o número de casas com problemas já era menor que

⁸⁵¹ Republica, 4 de julho de 1923, número 1.387, página 3 (BPESC).

⁸⁵² Relatórios da diretoria de higiene ao secretário do interior em 23 de fevereiro de 1927 e de 1928. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

10%. Destas cerca de mil casas fiscalizadas, apenas 63 receberam instruções para obter condições sanitárias.⁸⁵³ No mesmo ano, a superintendência municipal decretou lei que obrigava para todas as construções e reformas de prédios aprovação pela diretoria de higiene do estado, que tinha que ser ouvida sobre as condições higiênicas dos locais e prédios. Também abrangia as licenças para comércio de secos e molhados, quitandas, cafés, hotéis, pensões, bares, restaurantes e casas de diversão.⁸⁵⁴

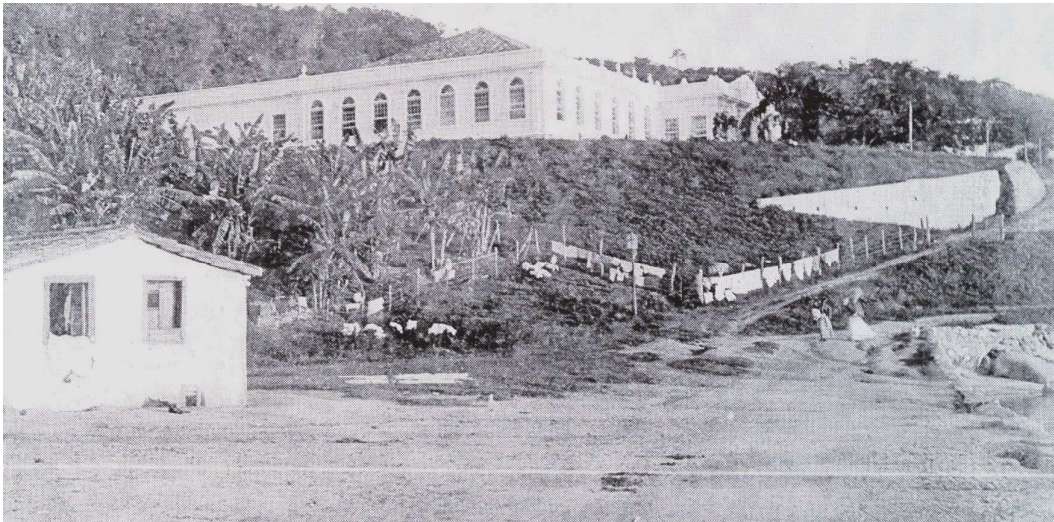
Em 1928, a cultura sanitária estava estabelecida, pelo menos no governo, a diretoria de higiene continuava a fazer o serviço de polícia sanitária, inspecionando casas, limpando terrenos, retirando lixo, aplicando intimações sobre limpeza e esgoto, fazendo desinfecções e aplicando multas de 50 mil a 100 mil réis.



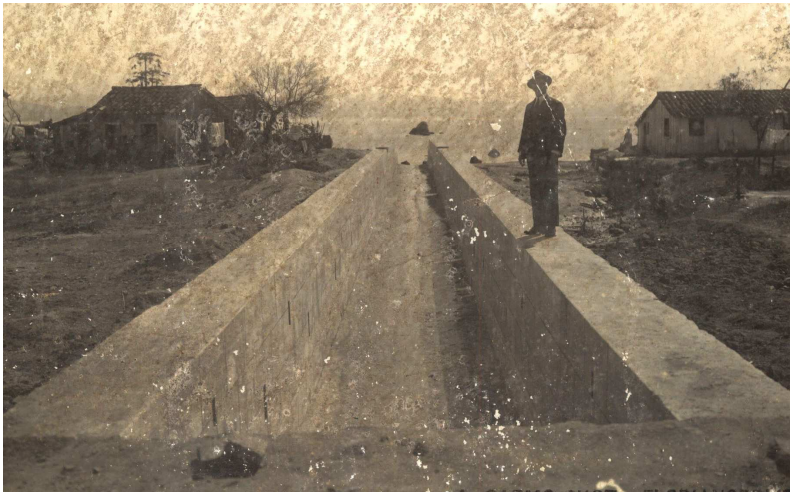
Lavadeiras
quarando roupas
no Cais do Menino
Deus. *Apud*
Cardoso (2004, p.
82). Cardoso
supõe que trata-se
de uma obra do
pintor Eduardo
Dias.

⁸⁵³ Mensagens de governo 1920/1928. Mensagem do governador Adolpho Konder ao congresso representativo, em 22 de julho de 1927. Página 77. Caixa 20. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸⁵⁴ Lei 575, de 8 de abril de 1927. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Páginas 3 e 4, referente a 1926. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.



Lavadeiras, início do século XX. Mulheres com trouxas e roupas secando em cercas no início do caminho para o Sul da Ilha. No alto o Hospital do Exército. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Canalização do Córrego São Luis, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Fonte Grande canalizada, entre casinhas e bananeiras, década de 1910. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



Canalização da Fonte Grande, início do século XX. Homens trabalhando próximo à Rua das Olarias no sopé do Morro do Antão. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Canalização de córrego, início do século XX. Próximo ao Morro do Antão. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Aterro de várzea e canalização de córrego próximo ao Morro do Antão, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Água: o primeiro fator de divisão territorial entre pobres e ricos

“...as carroças de água passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

O sítio escolhido por Dias Velho para erguer a capela a Nossa Senhora do Desterro e fundar a póvoa apresentava as melhores condições da península entre as duas baías. Uma porção de terreno alto em frente à praia, protegida do Vento Sul pelo Morro da Boa Vista. Daquela, posição seguindo por um caminho de cem metros ao sul da capela (atual Rua Fernando Machado) se alcançava o principal córrego que descia das vertentes a Leste, a “Fonte Grande”. Ao Norte da Capela outros dois córregos menores garantiriam água durante os séculos XVII e XVIII. Os quatro fortins que foram construídos ao longo da península que localiza a vila foram construídos durante a segunda metade do século XVIII em locais estratégicos, que também considerou a proximidade dos córregos: na Baía Sul o Forte Santa Bárbara - na planta de Desterro de 1774 designado de “Forte Novo” - construído numa ilhota próxima a foz da Fonte Grande; no extremo Norte o Forte São Luís (construído em 1771) ao lado do córrego São Luís; na Praia de Fora o São Francisco Xavier, construído ao lado do córrego do Largo São Sebastião e no Estreito entre a Ilha e o Continente o maior o Sant’Anna – estes dois últimos construídos entre 1761 e 1765, durante o governo de Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Sousa.⁸⁵⁵ A localização do Sant’Anna é clara: cobrir de fogo a menor extensão de mar entre as baías, mas também próximo a esse forte havia um córrego. Segundo Almeida Coelho (1877, p. 99 e 100) nas imediações do Sant’Ana havia um córrego de água férrea que abastecia os moradores do lugar até que a colocação do cemitério

⁸⁵⁵ Cabral (1979, p. 326 a 328) ao datar a construções dos fortes que defendia o Porto e a cidade afirma que não se sabe quando foi erguido o Forte Santa Bárbara, nem a mando de quem. A única data que indica, é que existia em 1786, armado com 13 peças de bronze. Fizemos uma aproximação da provável data desse forte através de mapas antigos. Na “Plano da Villa de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina” de 1754, que indica as principais construções da vila, ainda não aparece representado. Na “Planta da Villa Capital de Santa Catharina” de 1774, o forte é representado e designado de “Forte Novo”. Nessa planta, os demais fortes já aparecem representados com os nomes que conhecemos, portanto, como entre os demais, o São Luis é de 1771, o Santa Bárbara, como mais novo entre eles é de uma data entre esta e a da Planta – portanto, construído entre 1771 e 1774.

público em 1840, no alto do Morro do Wenceslau de onde vertia a água fez com que os moradores deixassem de utilizá-la por medo de contaminação. Durante a segunda metade do século XIX todos os outros córregos passaram a ser insuficientes e poluídos pelos dejetos que recebiam. A água, que foi um dos fatores de escolha do sítio da antiga póvoa, passou a ser o maior problema da cidade do Desterro.



Imagem parcial da “Planta da Villa Capital de Santa Catharina” (1774). Original de Jacques Funck. Biblioteca Nacional Mario de Andrade. *Apud* Reis, 2000, página 226.

Na “Planta da Villa Capital de Santa Catharina” de 1774, a vila está situada entre dois córregos o da Fonte Grande e o da Palhoça. Em destaque estão representados os caminhos que da vila alcançavam os fortes.

Mesmo depois do desenvolvimento da navegação e de um comércio que possibilitou a reprodução de riqueza para uma pequena parcela da população, na cidade, pobreza e riqueza se distinguiam mais pelo tipo de moradia do que pela localização. A água foi o primeiro fator de divisão territorial entre ricos e pobres na cidade durante o século XIX. A escassez de água em anos mais secos durante os meses de verão aumentava o risco de epidemias e os problemas de abastecimento. Os escravos eram encarregados de manter as

casas abastecidas com água de uma das três fontes da parte central da cidade. Com o agravamento do problema em razão do aumento da população durante o século XIX, os mais ricos passaram a se instalar, durante os meses de verão, em chácaras, onde tinham água de poço ou de nascentes ainda limpas principalmente nas proximidades da Praia de Fora. Já os mais pobres passaram a se concentrar nas áreas alagadiças próximas aos córregos da parte Sul próximo a base dos Morros e das nascentes.

Araújo (1989) e Souza (1980) também se referem às chácaras fora dos limites da cidade, como local de descanso e refúgio no caso das epidemias. Também para Cabral as chácaras foram complementos da riqueza dos senhores donos dos sobrados e um refúgio do calor do verão e das epidemias de cólera e febre amarela em qualquer tempo. Essas chácaras eram vastos terrenos arborizados ricos em fruteiras e com seu olho d'água. As casas eram afastadas da rua, espaçosas, limpas, confortáveis e de branco caiadas. Diferente dos sobrados da cidade a divisão interna das casas das chácaras variava, mas todas possuíam vários quartos, amplas salas de jantar, grandes cozinhas e salas que eram verdadeiros salões.⁸⁵⁶

Alguns ricos que viviam em chácaras nas imediações da Praia de Fora, Mato Grosso, Formosa, na Tronqueira próximo a base do Antão e em outras áreas das imediações do maciço granítico longe do que consideravam o “amontoamento e sujeira do centro”, passaram a empenhar-se por medidas de reforma das áreas onde negociavam e onde suas famílias tinham vida social. Porém na Tronqueira pobres e ricos se misturavam. Localizada no trecho oeste do caminho que subia o Morro do Antão, lá havia casinhas de pobres e chácaras de ricos. Em função da água, os pobres ficavam no início do caminho próximo da Fonte Grande e do Campo do Manejo onde se aglutinariam os bairros pobres; os ricos, próximo ao sopé dos Morros, onde havia córregos, poços e as chácaras de alguns abastados entre os quais, donos de olarias, que se localizavam no sopé do Morro onde havia argila disponível. Em 1876, entre os proprietários dessas chácaras afastadas do centro, a de José Maria do Vale escravista, dono de barcos, de hotel e negociante – a quem me referi no capítulo sobre a navegação e o desenvolvimento do comércio.

⁸⁵⁶ Segundo Cabral as chácaras mais antigas localizavam-se próximo ao mar e depois as das fraldas dos morros. Cabral, em *Douro Litoral*, página 34.

Em 1854, Almeida Coelho (1877, p. 99) descreveu a cidade com falta de água corrente, mas, as que vertiam dos Morros eram de excelente qualidade e abasteciam diretamente muitas casas. Coelho reclamava a negligência com a água, a cidade ainda não tinha um chafariz e a população se abastecia indo às nascentes. Em 1860, a água estagnada dos depósitos das fontes na cidade estava com péssima qualidade e putrefazia-se facilmente. Os ricos, para poder bebê-la, adicionavam açúcar para suportar o gosto desagradável, já os pobres sentiam o gosto do lodo. Em 1865, a quem pudesse, já havia filtros para comprar em Desterro.⁸⁵⁷ A péssima qualidade da água nessa época e a crescente dificuldade de abastecimento possibilitaram o início do negócio da venda de água em pipas, transportada em carroças, de fontes limpas até a cidade. Diversos números do jornal O Argos, de 1860, traziam anúncio de trabalho na venda de água.

*“Precisa-se alugar um homem livre ou escravo para vender água em uma carroça puxada a besta: quem pretender dirija-se ao Antônio Cidade para tratar.”*⁸⁵⁸

Em 1871, o relatório do presidente da província, Joaquim Bandeira de Gouvêa informava a falta de água potável para a população. A presidência procurou solucionar o problema concedendo privilégio a quem apresentasse melhores condições para a construção de chafarizes. Naquele ano, apenas o “doutor” Octaviano da Rocha se apresentou, mas posteriormente desistiu do serviço. O governo pretendia conceder o serviço para instalação de “pennas d’água” em casas particulares, repartições públicas e nos chafarizes mediante uma taxa correspondente a porção de água consumida – “pessoas indigentes” seriam isentadas.

“É bem sensível a falta de boa água potavel nesta capital. A de que se serve a população, bastante d’ella deve ser nociva pela sua má qualidade,

⁸⁵⁷ Tabajara Tajés, *A história do abastecimento de Florianópolis desde a época da água em pipas até Florianópolis III*, jornal Bom Dia Domingo de 30 de julho de 1977, apud Atila Ramos, *Saneamento básico catarinense*, Florianópolis, IOES, 1991. O volume, da Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina, contendo as edições de 1977 desse jornal, não contém mais a edição de 30 de julho – arrancada do volume.

⁸⁵⁸ O Argos, 13 de março de 1860, número 565 (BPESC).

*como são todas as águas estagnadas, ou de poços; por muitas vezes ella diminue e quase desaparece.*⁸⁵⁹

O problema da falta de água potável em Desterro foi uma preocupação constante durante a segunda metade do século XIX. Prova disso são as referências que encontramos com a preocupação em preservar as matas dos morros a leste onde nasciam córregos, entre eles o principal: a Fonte Grande. De 1865, encontramos correspondências entre a câmara e os comandantes militares sobre a preocupação de cortes na mata feitos por soldados que se fixaram nos morros, e de 1887 e 1894 encontramos resoluções que proibiam o corte de mata nas vertentes para proteger as nascentes, referências que apresentarei no último capítulo sobre os Morros.

O anúncio da troca de mais um sobrado do cônego Eloy, ressaltava que este podia ser trocado por uma casa térrea que tivesse água.

*“Vende-se por uma casa térrea, que tenha quintal e agoa o sobrado da rua da Constituição n. 17 tratar com o Cônego Eloy”.*⁸⁶⁰

A água foi um fator importante nas negociações de casas na cidade.

*“Vende-se a casa da rua do Senado n. 36 com excellente água de beber, dentro e de lavar. Para tratar na mesma casa”.*⁸⁶¹

Em 1875, os chafarizes ainda não tinham sido construídos e continuava precário o abastecimento de água, meio de epidemias. O então governador João Thomé da Silva já cogitava a canalização dos córregos que cortavam a cidade, mas persistia “a falta de meios” para realizar as obras, o que se repetiria até o início do século XX.⁸⁶² No ano seguinte, a construção de um

⁸⁵⁹ A concessão: lei 632, de 10 de maio de 1870. Relatório do presidente da província, 26 de março de 1871, paginas 15 e 16. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁸⁶⁰ O Conciliador, 2 de outubro de 1873, ano II, número 83 (BPESC).

⁸⁶¹ O Conciliador, 30 de outubro de 1873, ano II, número 87 (BPESC).

⁸⁶² Fala do presidente da província João Thomé da Silva, dirigida à Assembléia Legislativa Provincial em 21 de março de 1875, página 88. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

chafariz no largo da praça e a canalização da Fonte Grande era considerado pela câmara municipal uma das principais necessidades de toda a província.⁸⁶³

Em 1876, o engenheiro Feliciano Francisco Martins pretendia executar reparos nas fontes públicas do Largo do Manejo e da Carioca da Rua 28 de Setembro. O orçamento foi passado ao presidente da província, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em um ofício de 26 de janeiro. Sobre a localização das antigas fontes que abasteciam a cidade, temos a indicação na “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876.⁸⁶⁴ Não encontrei desenhos, pinturas, fotografias, nem descrição das fontes que sustentaram a cidade até o início do século XX, também não foi possível descobrir se os reparos foram executados, mas o orçamento descreve como ficariam as fontes. A fonte do Largo do Manejo teria um telhado “ordinário” (simples) e um cano de esgoto para as águas pluviais por dentro da platibanda. Seria rebocada com cimento até a altura do maior nível de água da fonte e a cal (caiadura) até o telhado por dentro e por fora da casa. A caixa das torneiras teria ladrilhos, muros e escadas de cimento, duas torneiras de bronze ou ferro. A fonte da Carioca da Rua 28 de Setembro também teria telhado e cano para esgoto por dentro da platibanda, teria um tanque ao lado da fonte que aproveitaria as paredes existentes com 3,25 metros cúbicos de alvenaria de tijolos. As quatro faces do tanque rebocadas e com ladrilhos, duas torneiras de ferro ou bronze, com portas e portais e uma grade de madeira na frente principal.⁸⁶⁵ A fonte do Campo do Manejo ficava na parte sudeste do campo, próximo à junção da Rua da Olaria com a Rua do Campo. A Fonte da Carioca da Rua 28 de Setembro ficava do lado Leste da rua na altura entre as ruas do Ouvidor e da Paz.⁸⁶⁶

Nos primeiros anos do século XX, a cidade não tinha rede de abastecimento de água. O relatório de 1903 do departamento de higiene pública, descrevia precário o serviço de abastecimento de água por carroças.

⁸⁶³ Fala do presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho, dirigida à Assembléia Legislativa de Santa Catharina. 1 de março de 1876, páginas 101 e 102. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁸⁶⁴ Do acervo da Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

⁸⁶⁵ Ofício de 26 de janeiro de 1876. Ofícios dos Engenheiros para o Presidente da Província. 1830/1889. Sl. 2. Volume 14, páginas 32 a 34. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸⁶⁶ Segundo a localização indicada na “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876 - que em junho de 2008 estava na Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

“... somos servidos por carroças que nos dão uma agoa má (que já o é de sua natureza) e que transportadas em taes pipas torna-se ainda peor e só vem produzir moléstias, havendo necessidade de usar-se filtros, mas nem todos podem ter esses aparelhos, além de que não encontra-se aqui a venda”.⁸⁶⁷

Na cidade ligada às fontes, aos córregos e as cariocas - que dois séculos antes haviam influenciado a localização da póvoa e definido os primeiros caminhos – em novembro de 1906, uma estiagem prolongada revelava o limite entre a vida dos mais pobres e de uma cidade a espera das modernidades para os ricos.

“Os poços particulares, as cariocas publicas e algumas fontes de utilidade às lavadeiras (...) na carioca do Largo Osório as disputas na deficiente porção expedida para abastecer o grande número de famílias que aquella velha carioca supria. Nas fontes do lado leste da ilha, as lavadeiras, para não privarem-se de ganhar o pão de cada dia, não deitavam fora as águas já servidas”.⁸⁶⁸

A população pobre passou a viver nos cortiços mais afastados, à beira dos córregos, fontes, caminhos para fora da cidade e morros, locais que não receberam nenhuma das redes e serviços implantados no centro. Enquanto a rede de água e esgoto servia às áreas em que viviam os ricos, nos cortiços a vida continuava como antes. Dos córregos, fontes e escravos com potes aos carroções com pipas e depois à rede de abastecimento:



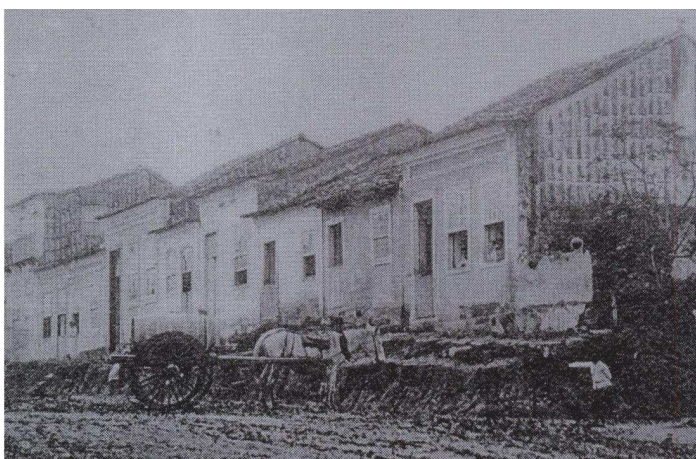
Largo do Fagundes, início do século XX. A mureta em quadro é da antiga fonte onde os escravos se reunião pela manhã para encher os potes de água. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

⁸⁶⁷ Relatório do Departamento de Higiene Pública do Estado de Santa Catarina, 1903. Relatórios do Inspetor de Saúde. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸⁶⁸ “Falta d’agua”. A Fé, 1 de dezembro de 1906, número 134 (BPESC).



Rua dos Ilhéus, final do século XIX. A segunda carroça transporta pipa, utilizada para o abastecimento de água. Com o fim da escravidão, o trabalho de abastecer as casas com água passou a ser feito por carroceiros que vendiam água trazida dos córregos nos Morros. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



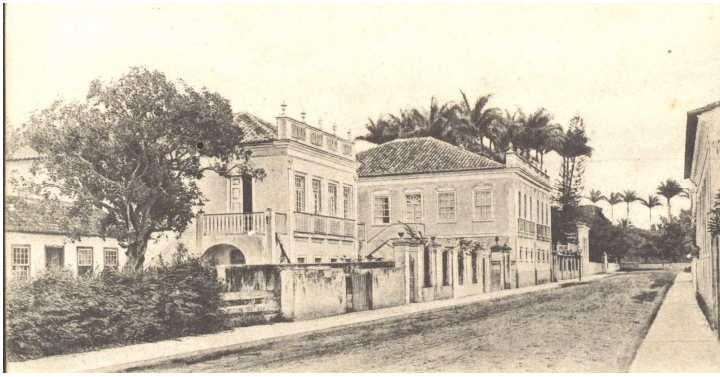
Carroça com pipa para o abastecimento de água, final do século XIX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Carroça com pipa para o abastecimento de água, em frente à Catedral, final do século XIX. Reprodução de foto em exposição na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.



Praia de Fora, início do século XX. Altura da Praça steves Júnior.



Praia de Fora (2), início do século XX. Refúgio dos ricos no verão, épocas de epidemias e de falta de água. Altura da atual Rua Bocaiúva. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Fonte Grande, Rio da Bulha, Avenida do Saneamento: a cidade não era para todos

Assim como os outros nomes do Beco Irmão Joaquim (Beco do Quartel e Beco Sujo), os três nomes do maior córrego que corta a cidade das encostas do Morro do Antão a Bahia Sul, contam um pouco da história dos pobres.

Em meados do século XIX, a Fonte Grande ainda estava pouco ocupada, a população pobre ainda vivia na parte mais antiga da cidade não havia uma divisão clara entre áreas de pobres e ricos. Porém a Fonte seria a área mais citada com problemas sanitários no final do século XIX, uma área “insalubre”, de cortiços e de pobres, da “bulha”.

Na época em que os caminhos que deram origem às primeiras ruas levavam às principais fontes de água, a Fonte Grande era um dos lugares em que os escravos buscavam água, lavavam roupas, além de pescar em sua foz. Durante o século XIX, os pobres passaram a viver cada vez mais em cortiços ao longo de sua várzea. À medida que as casinhas do centro foram substituídas por sobrados, aumentava o número de cortiços ao longo da Fonte. A condição de saneamento tornou-se precária e era citado pelo governo e nos jornais como o local onde primeiro se instalavam as epidemias. O aumento da população de pobres e a condição precária de habitação em cortiços, casas e ruas sem saneamento transformou o local, que passou a ser chamado pejorativamente pelos abastados de “rio da bulha”. E quando os pobres foram definitivamente expulsos do perímetro urbano como uma das medidas sanitaristas do governo de Hercílio Luz do início do século XX, o córrego canalizado e construídas alamedas nas suas margens, passou a ser Avenida do Saneamento, atual Hercílio Luz.

A Fonte Grande era lugar de boa água, tinha casas com quintais com pomares, pastos e criações. Na década de 1870, a rua ao longo do córrego era designada Rua da Fonte Grande. Nessa época, quando a cidade já sentia os problemas da contaminação das fontes e córregos, pelos despejos de águas servidas na zona comercial, na área da Fonte Grande a água ainda era limpa.

*“Vende-se a casa do alto da rua da Fonte Grande, ultimamente reedificada, com excelentes commodos para família, com grande chácara, bem cercada, pasto para 4 a 6 animaes, e com agoa potável corrente; tudo por preço muito razoável”...*⁸⁶⁹

A casa do anúncio de 1873, era do cônego Eloy, as casas da Fonte viraram cortiços do “Rio da Bulha” e seriam demolidas. Parte da área da Fonte Grande era da Igreja e localizava terrenos e casas de cônegos e de Ordens que os alugavam aos mais pobres que tinham sido deslocados da área central ou da área do Cidade Nova. As casinhas na margem da Fonte próximas do pontilhão entre a Pedreira e a Tronqueira pertenciam ao Padre Cruz. A Ordem Terceira da Penitência era proprietária de casinhas no famoso Beco Irmão Joaquim, entre o Campo do Manejo, do Exército e a Fonte Grande. A várzea do córrego foi transformada num local de refúgio dos pobres que deixavam as áreas próximas do Porto depois do fim da escravidão. Pescadores guardavam canoas na foz do córrego que percorria a maior área plana próxima ao centro da cidade. Na década de 1920, essa área plana passaria a ser valorizada, com o fim do Rio da Bulha.

*“...os governos devem procurar quanto antes prover a Capital de boa água (canalisada), e uma rede de esgotos e o quanto possível modificar o tal afamado – Córrego ou Fonte da Bulha, que seria melhor que fosse obstruído, desviando-se de qualquer modo as agoas que a elle se dirigem, e assim se terá evitado um grande foco de miasmas para essa Capital”.*⁸⁷⁰

A Fonte Grande passou a ser considerado um dos principais focos de doenças “miasmas”, não só pelas condições da água, mas por localizar as precárias casas e cortiços dos pobres.

⁸⁶⁹ O Conciliador, 7 de fevereiro de 1873, ano I, número 49 (BPESC).

⁸⁷⁰ Relatórios do Inspetor de Saúde, 1903. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

*“Existem ainda diversos correios na Cidade, sendo que todos elles são verdadeiros focos de miasmas especialmente o chamado Fonte Grande”.*⁸⁷¹

O parecer acima é do departamento de higiene pública, de 1903, mas o saneamento da Fonte Grande já havia sido projetado em 1895 durante o primeiro mandato do republicano Hercílio Luz (1894 a 1898), e iniciada de forma modesta em 1905. Mas, já havia planos de canalizá-la desde 1876, nas solicitações da câmara municipal, citadas na mensagem do governador João Capistrano Bandeira Filho.⁸⁷² Também em 1901, durante a superintendência de Emilio Blum, juntamente com a abertura de concessão para serviços de luz, bonde e água, o plano de sessão do esgoto obrigava o contratado para o serviço, a canalizar o “Riacho da Fonte da Bulha”.⁸⁷³ Em 1918, quando assumiu o cargo de governador, Hercílio Luz iniciou, com a superintendência municipal de João de Oliveira Carvalho, um programa de remodelação de Florianópolis: abertura de novas ruas; construção de edifícios públicos e um grande projeto de saneamento, cuja maior obra era a canalização total do Rio da Bulha, além da construção da Avenida do Saneamento em suas margens e demolição dos cortiços. O governo transformaria a várzea da “Bulha” em uma área valorizada de interesse do Estado e da classe rica.

*“Uma grande obra de saneamento: Área que se estende das fraudas do Antão ao córrego da Bulha, toda cortada pelos tributários de lodo e detritos, de miasmas e podridões, está sendo saneada dum modo que exalta a administração atual.”*⁸⁷⁴

O projeto sanitaria ao longo da Fonte Grande expulsou toda a população pobre dos cortiços que ali se localizavam, construindo no lugar a Avenida que localizou importantes prédios públicos e casas que só poderiam ser erguidas segundo rígidas especificações arquitetônicas acessíveis apenas aos mais ricos. Evaldo Pauli (1976), autor biógrafo da vida de Hercílio Luz,

⁸⁷¹ *Ibidem*. Códice 54 – 1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸⁷² “Fala do presidente da província dirigida à Assembléia Legislativa de Santa Catharina”, em 1ª de março de 1876, páginas 101 e 102. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁸⁷³ Lei 139, de 7 de agosto de 1901. Livro de Registros das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal, 1899 – 1903. Códice 323, caixa 58. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis.

⁸⁷⁴ Boletim Comercial. Número 66 de janeiro de 1922, *apud* Eliane Veiga 1993, página 255.

confirma que o governador teria se inspirado nas obras de saneamento que tinham sido realizadas no Rio de Janeiro - pelo prefeito Pereira Passos aos moldes das modernizações de Hausmann na França.

“... Os serviços de aterro continuam com muita actividade. Os quintaes das casas que dão fundos para a Avenida foram aterrados ficando completamente estanques”.⁸⁷⁵

A canalização do “Rio da Bulha”, o aterro da várzea alagável, a construção das duas alamedas, a demolição dos casebres e cortiços, a “renovação urbana,” significaria a expulsão definitiva dos pobres para fora do que era considerado o perímetro urbano de Florianópolis durante a década de 1920. A área da Fonte Grande seria tomada pela classe média e o poder público lá instalaria o Instituto Politécnico, primeira instituição de ensino superior do estado, com cursos de agrimensura, comércio, farmácia e odontologia - no “gabinete eletro-dentário” pessoas pobres atendidas sob direção do cirurgião dentista Eudacio Corrêa.⁸⁷⁶ Ao lado, o prédio da Escola Normal – segundo Veiga (1990), o maior prédio da cidade à época. Também ao longo da avenida, a Associação Irmão Joaquim construiu a Maternidade Carlos Corrêa. A maior parte dos terrenos seria tomada por especuladores que os venderiam valorizados nas décadas seguintes. A construção das escolas pelo Estado fazia parte do contexto de consolidação do regime republicano de valorização da educação e do cidadão. Porém, a construção dos prédios sobre a demolição das casas de pobres demonstraria que eram poucos os considerados cidadãos.

“Na Avenida Hercílio Luz já se construíram alguns palacetes e outros estão em construção. Esse logradouro será no futuro a residência predileta da alta sociedade florianopolitana, e, decerto substituirá o jardim Oliveira Bello para os cursos domingueiros”.⁸⁷⁷

Em 1919, com uma melhora das finanças municipais o superintendente João Carvalho ordenou o início da canalização do Rio da Bulha no trecho da

⁸⁷⁵ “Avenida Hercílio Luz”. Republica, 6 de fevereiro de 1920, página 2 (BPESC).

⁸⁷⁶ O Estado, 19 de fevereiro de 1923, número 2.599 (BPESC).

⁸⁷⁷ “Florianópolis de ontem e de hoje”. Brazil, 17 de julho de 1921, número 101 (BPESC).

Rua Tiradentes ao Porto. O orçamento ficou a cargo do construtor Villa. Desse projeto constou a demolição da tradicional Ponte do Vinagre, que era de pedra, construída no século XVIII.⁸⁷⁸ Demolida a ponte, continuavam as demolições de casas, as mudanças na rede de água, a terra planagem e escavações para nivelamento da avenida e instalação de meio-fios de granito.⁸⁷⁹ As ordens de serviço incluíam outras obras de melhoramento no centro, conclusão da drenagem e aterro do Largo Osório.⁸⁸⁰

As obras da Avenida foi um marco da mudança definitiva da cidade tradicional e pobre, para uma moderna para as “classes elegantes” e empolgavam a elite que se expressava pelos jornais.

“Não é a primeira vez que tratamos da Avenida Hercílio Luz, cujas obras foram em tão boa hora iniciadas. Frequentemente nos temos ocupado dessa futura via publica que, reunindo o útil ao agradável, contribuirá não só para o saneamento, como também para o embellezamento da nossa capital. Hoje podemos informar aos nossos prezados leitores que as obras da construção da Avenida nova continuam com toda diligência estando empregando nesses trabalhos muitos operários dirigidos por hábeis profissionaes. O muro de arrimo, a que nos referimos ha alguns dias, já esta terminado, indo desde a Ponte do Vinagre até a Pedreira, nas imediações da rua Nunes Machado, prosseguindo, com regularidade, o serviço do aterro que se esta procedendo em ambos os lados do canal da Fonte da Bulha. A Pedreira é que, agora, nos deixa surpresos ante a nova feição que apresenta. Como complemento á obra do saneamento foram convenientemente desapropriadas e demolidas quatro velhas casas que eram infectas. Ali fazem-se escavações, remove-se a terra precisa para o aterro e as pedras são utilizadas para o muro de arrimo. Foi desapropriada e, dentro de breves dias vae ser demolida a casa de propriedade do Sr. Alexandre Villa, que fica nas imediações do canal. Quando ontem pela manhã examinamos attentamente esse local, tivemos ensejo de falar com um dos encarregados da obra, o qual nos informou que o leito para o canal já esta terminado na rua José Jaques aguardando o muro de arrimo. Ali vêm-se montes e montes de tijolos destinados a estes muros e grande número de operários que se movimentam de um lado para outro, no afan nobre do

⁸⁷⁸ Em fevereiro de 1920, operários tinham conseguido, após dias de tentativas com uso de picaretas e “dynamite”, demolir a Ponte do Vinagre que cruzava o Rio da Bulha. Suas abobadas e o pilar central eram constituídos de um maciço de alvenaria de pedra. A ponte foi construída em 1764, e aparece na representação de Desterro feita por Kruzenstern quando esteve na Ilha em janeiro de 1803. Segundo Lucas Alexandre Boiteux a ponte foi concluída em 1764, mas sofreu vários concertos até 1776. O nome se refere à Rua do Vinagre (Menino Deus). “A Ponte do Vinagre” Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina. Volume VIII, 1919, página 78 e 79. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁸⁷⁹ “Avenida Hercílio Luz”. Republica, 20 de fevereiro de 1920, número 413, página 2 (BPESC).

⁸⁸⁰ “Obras e melhoramento”. Republica, 2 de fevereiro de 1919, página 3 (BPESC).

*trabalho! E, assim, progressivamente, a Avenida Hercílio Luz vae se rasgando, demolindo pardieiros e levando consigo a vida e a alegria.”*⁸⁸¹

A avenida foi inaugurada em 7 de setembro de 1922, entre outras obras que marcavam os festejos dos 100 anos de independência. Obra de “aformoseamento” e saneamento que daria a cidade uma forma estética perseguida pelos padrões da classe rica, “*um novo aspecto compatível com o adiantamento do nosso povo*”. Naquela noite também foi inaugurado o sistema de iluminação elétrico na avenida. A instalação, projetada pelo engenheiro Oscar Ramos, fiscal do governo junto a empresa de Luz e Força, tinha fios no subterrâneo e postes iguais aos da Avenida Leblon no Rio de Janeiro. Uma avenida praticamente desabitada, mas de largas alamedas e com o que havia de mais moderno na época – a iluminação elétrica – construída sobre as demolições das casinhas e cortiços onde vivia a população pobre, novo local para expansão da classe rica sobre a cidade.⁸⁸²

Às 16 horas daquele dia, o governador Raulino Horn, o governador eleito Hercílio Luz, presidentes de tribunais, deputados, desembargadores, secretários, superintendentes, chefe de polícia, redatores de jornais seguiram em automóveis até as imediações da Capitania dos Portos onde as bandas de Amor a Arte, Comercial e da Força Pública os aguardavam. Discursou o deputado Acácio Moreira:

“original artéria, pedra fundamental do saneamento da terra, traço vigoroso a simbolizar o gênio da raça, raça jovem, bella, forte, ardente incomparável (...) o historiador há de destacar, maravilhado, abençoando a raça original (...) Aqui na terra barriga-verde a raça culminou na ciência”.⁸⁸³

Depois do discurso da superioridade da raça, saíram em marcha pela avenida enfeitada de bandeiras nos candelabros, aos estrondos dos foguetes e continência da força pública.

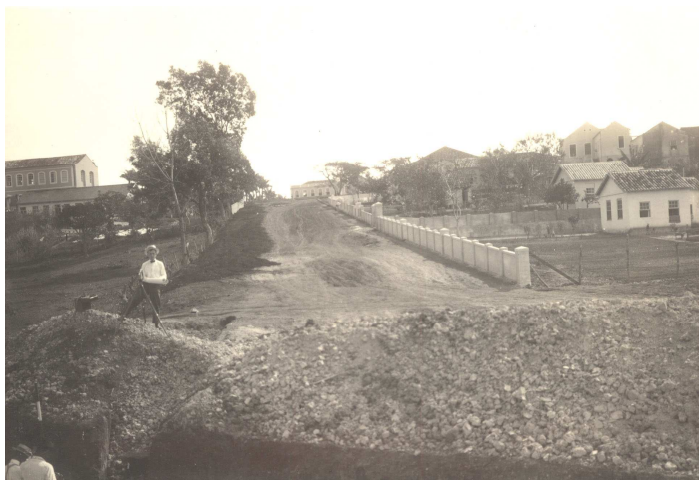
O saneamento era tema comum presente nos discursos e artigos da época. Moreira afluía os modelos estéticos e de superiores de raça das teorias positivistas e do darwinismo social. Crenças comuns durante o século

⁸⁸¹ “Avenida Hercílio Luz”. Republica, 22 de novembro de 1919, página1 (BPESC).

⁸⁸² República, 7 de setembro de 1922, ano 17, número 1.152, página 5 (BPESC).

⁸⁸³ Republica, 10 de setembro de 1922, ano 17, número 1.153, páginas 2 e 3 (BPESC).

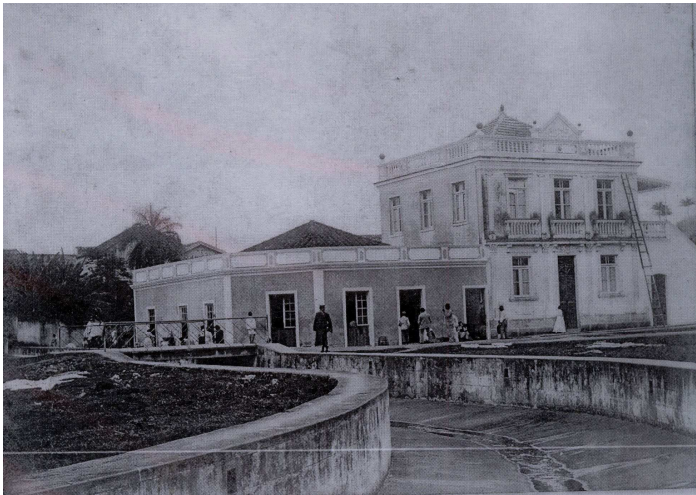
XIX na Europa, que influenciavam as elites políticas e econômicas no Brasil. Estas expressavam preconceitos e desprezo pela população pobre, negra e mestiça nacional. As modernizações sanitárias e embelezadoras buscavam aproximação do Brasil com as “civilizações adiantadas européias”. A cena do discurso de Moreira na inauguração da obra sanitária na Fonte Grande, revela preconceitos e intenções de separação e de “branqueamento” da população dos projetos republicanos de migração de europeus e projetos de “modernizações” urbanas. Os índios dizimados e expulsos para o interior, negros e mestiços marginalizados e desconsiderados para o trabalho livre. Para Ilka Leite, esta condição imposta aos índios e negros iria continuar a servir de parâmetro para as comparações e teses sobre superioridade de raça do europeu (1981b, p. 11). A tentativa de criar uma identidade nacional comandada pela elite política e econômica, durante as primeiras décadas da república, deixava de fora a população pobre, índia, negra, mestiça que a cena da inauguração da avenida do saneamento representava.



Canalização da Fonte Grande em frente à Rua Emilio Blum, década de 1910. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Canalização da Fonte Grande, início do século XX. Trecho próximo ao pontilhão da Rua Jose Jacques. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



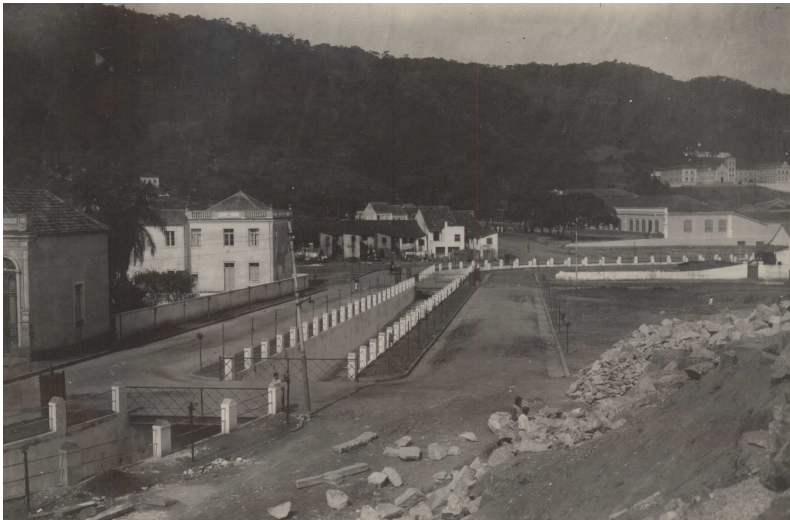
Fonte Grande canalizada, década de 1910. Casa (baixa) do Padre Cruz, cortiço alugado aos pobres no início da Tronqueira, seria demolida para construção da alameda da Avenida do Saneamento. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



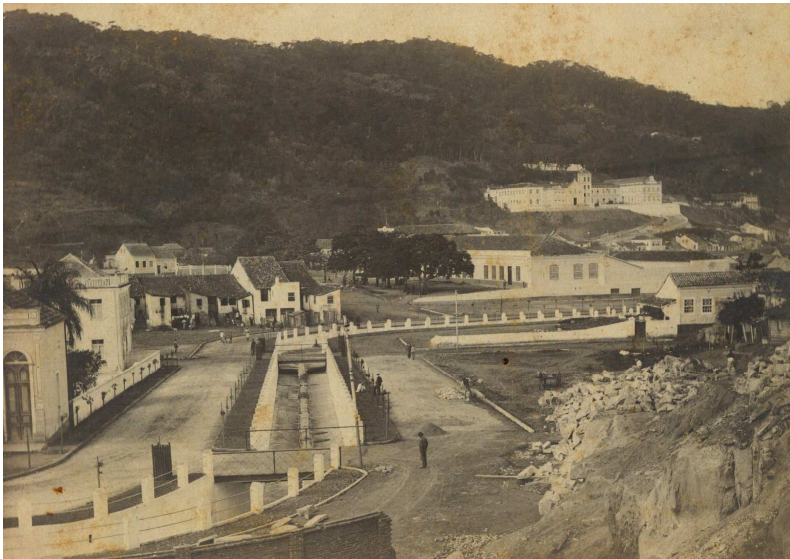
Fonte Grande canalizada, início do século XX. Trecho entre a Pedreira e a Tronqueira. À direita, as rochas que davam nome ao Bairro da Pedreira. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



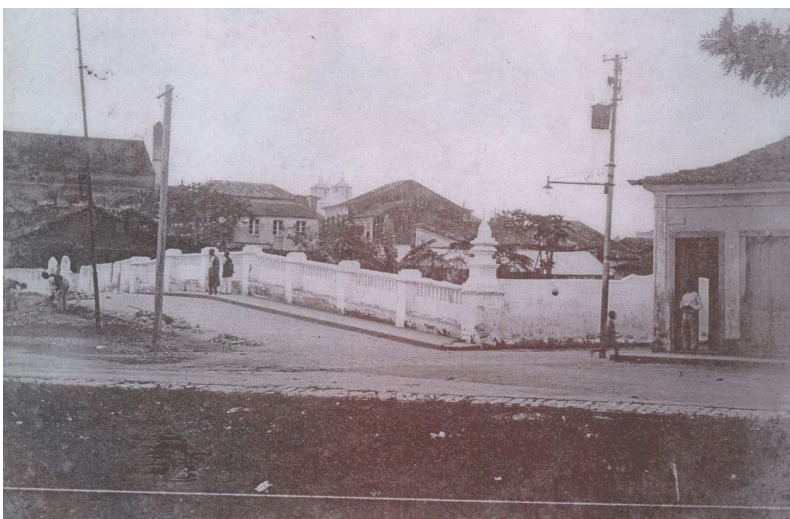
Fonte Grande canalizada, início do século XX. Mesmo trecho da foto anterior. Em primeiro plano um pombeiro e um carroceiro, gente típica dos cortiços em torno do córrego. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Fonte Grande, 1922. Avenida do Saneamento em obras, já com as duas alamedas construídas sobre áreas de cortiços demolidos. À direita a retirada de rochas da antiga Pedreira. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Avenida do Saneamento, 1922. À direita a Pedreira, de onde foi retirado o granito que calçou as ruas de Florianópolis, sobre a qual foi construído o prédio da Escola Normal. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Trabalhadores na Ponte do Vinagre, início do século XX. A antiga ponte construída no século XVIII sobre a Fonte Grande, foi demolida em 1919. À direita esquina do Beco Irmão Joaquim Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Avenida do Saneamento, com os postes de iluminação instalados, 1922. Trecho inicial próximo a Rua do Menino Deus, com a Ponte do Vinagre já demolida. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Avenida do Saneamento, década de 1920. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Morro do Antão (Morro da Cruz, Maciço Central), entre o final da década de 1920 e início da década de 1930. Avenida do Saneamento (Hercílio Luz) e novas casas em “novo padrão” no trecho da atual praça Olívio Amorim. No Morro as casinhas ao longo do caminho, que partindo da Tronqueira, cruzava o Maciço, o Morro da Caixa da D’Água (Monte Serrat). Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Conclusão da parte IV

No final da década de 1920 as exigências arquitetônicas tornaram-se parte de uma série de mudanças para construir. Tinham relação com planos de uma nova cidade de prédios maiores, "modernos". Impediram não só a reprodução da arquitetura portuguesa e a tradição de casas simples, pequenas. A lista de exigências, de proibições, determinações e regras a serem seguidas dificultavam aos pobres construir no perímetro urbano. Gastos maiores para construção, a necessidade de técnico ou engenheiro, projetos para construção, acréscimos, reconstrução, modificação interna ou externa, exigências de forma e medidas, instalação sanitária, planta variadas dos projetos, implicavam em maior seletividade a possibilidade de construir na cidade oficial.

O contexto social que guiava a cultura burguesa era o do cosmopolitanismo carioca que por sua vez seguia os modelos franceses. O processo de remodelação urbana e social que ocorreu em Desterro seguiu esse modelo e seguiu etapas: a condenação do modo de vida dos pobres na cidade, dos hábitos, costumes e forma de subsistência; a crítica à tradição e estética urbana colonial e o culto a uma nova arquitetura neo-clássica, as modernidades urbanas, aos serviços e infra-estruturas instalados no final do século XIX, como redes de água, energia elétrica, linhas de bondes e telefone; formulação de novas leis e posturas urbanas que dificultavam o modo de vida das populações mais pobres na cidade; condenação das casas coloniais e dos cortiços como focos de epidemias; medidas sanitárias que incluíam remodelação de casas e sobrados, ruas e praças, abertura de avenidas, aterros e canalização de córregos e rios; dificuldades legais para a reprodução do modo de vida da população pobre no perímetro urbano e falta de moradias baratas em função do processo das demolições de cortiços e casinhas.

Na cidade, as pessoas foram substituídas pelas coisas. Parte do trabalho feito dos pobres foi sendo substituído por serviços urbanos e novas infraestruturas. Os homens carregadores de bagagens e cargas dos passageiros e comerciantes do Porto foram substituídos pelos carros de praça; o serviço de bonde desativou parte do serviço de carroças; os pombeiros que traziam alimentos dos arrabaldes para vender na cidade foram desaparecendo,

também pelos carros; a construção da ponte diminuiu o número de canoeiros que atravessavam o Estreito e finalizou o serviço de travessia; o telefone foi substituindo os meninos de recado; a rede de abastecimento de água substituiu o serviço de venda de água em pipas transportadas em carroças; a rede de iluminação pública dispensou os candeeiros e os homens que os acendiam; a rede de esgoto dispensou as carroças e os carregadores de águas servidas, trabalho que fora executado antes pelos escravos; mais tarde o gás substituiria os vendedores e carregadores de lenha. É claro que esses novos serviços e estruturas não desativaram ao mesmo tempo nem em toda a cidade as antigas funções e formas de trabalhar na cidade. Outras funções e trabalhos passaram a existir, mas as mudanças em parte, significavam novas e imediatas dificuldades para a população pobre da cidade.

As obras sanitárias redefiniram a paisagem da cidade e transformaram as condições de pobreza e riqueza urbana. Com a instalação das redes de água e esgoto foram desativadas, desconsideradas e impossibilitadas as soluções individuais dos despejos dos esgotos e cada vez mais limitado o acesso a água em fontes e córregos. Porém, a construção das primeiras redes de água e esgoto, apesar de possibilitarem o uso e solução coletiva para os problemas sanitários da cidade, foram utilizadas de forma seletiva. A construção da rede de abastecimento de água foi feita sob concessão da exploração do seu serviço. A ligação doméstica à rede e a manutenção do abastecimento não podiam ser pagos por todos que viviam na área coberta pela rede. A construção da rede de esgoto foi feita pelo governo, sua instalação também ficava a cargo dos moradores. Quando entraram em funcionamento essas duas redes não eram acessadas pelos moradores mais pobres dentro do perímetro urbano e por aqueles que estavam sendo deslocados para fora do perímetro, para Os Morros, onde as redes não foram instaladas. Passou a existir uma nova divisão na cidade, as áreas com e sem redes de água e esgoto, os que tinham e os que não tinham acesso a essas redes, um novo componente da pobreza urbana.

A construção das linhas de bonde seguiu a geografia do comércio e dos locais de moradia dos mais ricos. A construção da Ponte Independência reorganizaria a economia local e o trabalho do porto ao longo do cais da Figueira. Os produtos comercializados no Mercado e nas praias do Porto

vinham pelos caminhos dos arrabaldes do interior da Ilha ou pelo mar. Em canoas da costa do continente e da Ilha chegavam produtos comercializados diretamente pelos produtores de origem açoriana e em lanchões que ligavam Desterro à Palhoça, São José e São Miguel os produtos das colônias alemãs da região de São Pedro de Alcântara e do Alto Biguaçu (Antônio Carlos). Geralmente os produtores da costa também transportavam seus próprios produtos até o Porto de Desterro. À medida que esse transporte foi sendo substituído pelas estradas em carroças e depois caminhões que agiam no comércio como atravessadores que utilizavam a Ponte Independência, as trocas cessaram e os processos dos produtos aumentaram para a população pobre. A Figueira que até então era movimentada pelo comércio de embarcações, sofreu diretamente as mudanças nos transportes na cidade, além de servir de acesso direto a ponte e a partir de então o principal acesso a cidade.

As inspetorias sanitárias funcionaram com precariedade no final do século XIX até a década de 1910. A partir do segundo governo de Hercílio Luz passaram a ser mais organizadas e a ter uma atuação constante e importante, desempenhando um papel fundamental à realização dos projetos sanitaristas em Florianópolis. Foram formadas comissões sanitárias que trabalhavam por distritos, envolviam fiscais e técnicos que faziam inspeções, fiscalizavam os prédios, definiam mudanças e instalações sanitárias, cobravam o cumprimento de exigências e obras sanitárias, intimavam, multavam, e aplicavam multas punições, que chegavam a demolição de casas condenadas. A partir das inspeções eram definidas modificações em casas e cortiços e eram aplicados os parâmetros das exigências das posturas e resoluções urbanas. Além de exigir as mudanças, as inspeções sanitárias serviam como forma de reconhecer as demandas e objetivos sanitários a serem alcançados, serviam para definir os parâmetros para novas resoluções. O urbanismo se fez de resoluções, decretos e posturas.⁸⁸⁴

A construção da Avenida do Saneamento atendia a todos os ensinamentos sanitaristas da época: evitaria a estagnação das águas; os aterros da várzea do córrego diminuía a área de alagamento das chuvas,

⁸⁸⁴ Segundo Andrade, as ações de investigação médico-sanitárias foram fundamentais para o urbanismo (1992, p. 15 e 16).

portanto diminuiria a área úmida; a canalização dos córregos que alimentavam a Fonte Grande drenou toda área; os aterros permitiram a ampliação da área para a construção das alamedas da avenida – como nos modelos dos bulevares das grandes cidades européias – e novas áreas para construção de prédios modernos. A Avenida do Saneamento foi o maior projeto sanitário de Hercílio Luz. Nele foram realizadas todas as etapas técnicas e cuidados sanitários dos projetos de engenharia dos ensinamentos das escolas politécnicas brasileiras sob influência européia.

As obras sanitárias das primeiras décadas do século XX em Florianópolis foram influenciadas por uma cultura urbanística moderna cujos modelos eram europeus e que estavam em curso em várias cidades brasileiras, onde os engenheiros, médicos, geógrafos, arquitetos sanitários agiam. A política desse urbanismo implantado em Florianópolis, não procurou integrar o pobre à cidade. Florianópolis da década de 1920 era uma cidade que se organizava com base na desigualdade social, não teve implementado nenhum mecanismo de inclusão, principalmente de moradia, das classes mais pobres em sua estrutura. Os problemas de habitação dos pobres e da classe de trabalhadores urbanos pobres em Florianópolis “foi resolvido” através dos Morros. A liberação da ocupação dessas áreas vai permitir que os pobres resolvam o problema da falta de moradia e da impossibilidade crescente de morar dentro do perímetro urbano.



Não andais pois inquietos, dizendo: que comeremos, ou que beberemos, ou com que nos vestiremos?

De certo vosso pai celestial bem sabe que necessitais de todas estas coisas;

Mas buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas.

Não vos inquieteis pois pelo dia d'amanhã, porque o dia d'amanhã cuidará de si mesmo. Basta a cada dia o seu mal.

(São Mateus, 6 – 31; 32; 33; 34)

PARTE V

OS POBRES SÃO EXPULSOS: A NOVA DESTERRO NOS MORROS

“Si u sinhô num ta lembradu

Da licença di conta

Que aqui onde agora esta

Esse adifício arto

Era uma casa veia

Um palacete assombrado”.

Saudosa Maloca (Adoniran Barbosa, 1955)

Introdução

Durante as primeiras décadas do século XX, a cidade vai ser novamente dividida. Essa nova divisão entre pobreza e riqueza vai ser a mais forte também territorialmente. Começa um deslocamento da população pobre para fora do perímetro urbano tradicional. Um deslocamento maior do que os fluxos para longe do porto e das áreas comerciais, maior que os fluxos normais entre os que chegam e os que decidem deixar a cidade. Um deslocamento induzido por um contexto social em que a permanência dos pobres é cada vez mais difícil no perímetro urbano.

A bandeira da república cobriria os ideais burgueses, positivistas e modernistas. O estabelecimento desses ideais e seus objetivos quanto às mudanças urbanas convergiram para expulsar os pobres da cidade. O contexto da época continha planos e incentivos à emigração européia em substituição da mão-de-obra escrava negra e nacional mestiça. Ao mesmo tempo, em Florianópolis desprezavam-se os valores e modo de vida dos negros e colonos

açorianos pobres do litoral relacionados ao atraso, a vadiagem, preguiça e incapacidade.

As demolições realizadas em Florianópolis no início do século XX, foram parte desse processo de mudanças sociais amplo. Foi o ápice do conflito entre populações pobres e ricas no espaço urbano. Sob os signos da modernidade, do higienismo, sanitarismo e do embelezamento de Florianópolis, os planos e ações sobre a cidade incluíram a demolição de casas, cortiços e bairros que ainda abrigavam a população pobre.

As demolições abriam espaço para a nova cidade da elite econômica e política e diminuiu ao extremo as possibilidades de moradias baratas aos pobres. Os Morros tornaram-se uma das poucas possibilidades de permanecer próximo a cidade tradicional. Tornaram-se uma nova fronteira que já vinha sendo ocupada desde o século XIX, mas passaram a ser o refúgio para a maioria do povo pobre, a medida que a cidade não os pertencia mais.

Os Morros tornaram-se uma nova cidade de uma pobreza mais extrema, mais afastada, mais delimitada, mais separada, um novo desterro como aquele que fora a vila do século XVIII.

Nessa parte além de descrever e analisar o processo das demolições em Florianópolis do início do século XX, apresento a formação das áreas mais antigas ocupadas nos Morros, aquelas que estavam diretamente ligadas aos processos em curso de expulsão da pobreza da cidade naquele tempo.

Capítulo XII

As demolições

A república demolidora

Com a proclamação da República novas instituições, classes e valores passaram a se firmar. Instituições de ensino para a formação do cidadão republicano, prédios para as repartições públicas foram construídos nas áreas tradicionais da antiga Desterro colonial. Este período foi marcado pela busca dos modelos de urbanização da Europa e pelo processo gradual de expulsão dos pobres da cidade, principalmente os livres ex-escravos.

Nos primeiros anos do período republicano os negros, recém libertados, passaram a procurar novos lugares para viver na cidade. Ex-escravos abandonaram as propriedades dos descendentes de açorianos nas freguesias e no interior da Ilha e vilas e povoados da costa. Em Desterro, a população de origem africana livres, libertos também se deslocou. Saíram das casas dos escravistas, para casinhas e cortiços, como o Cidade Nova, na área atrás da Igreja Matriz, para novas áreas menos ocupadas ao longo dos caminhos para fora da cidade na Tronqueira, na Pedra Grande, perto dos córregos no sopé dos Morros, e principalmente ao longo da Fonte Grande. Nos bairros pobres mais antigos: Toca e Figueira a população era mista de brancos, mestiços e negros ex-escravos de ganho e libertos a mais tempo, com trabalho ligado ao mar, pescadores, estivadores e marinheiros.⁸⁸⁵ Ao mesmo tempo, que a população de ex-escravos fazia esse movimento, a população da cidade aumentava, concentrando os pobres nessas novas áreas.

⁸⁸⁵ Não encontrei fontes de informação ou dados sobre o deslocamento de ex-escravos que viviam no interior da Ilha ou na Costa, para Desterro, ou de escravos de Desterro que tenham saído da cidade nos anos imediatos a libertação (1888). Ianni e Cardoso (2000), afirmaram que não encontraram nenhum relato em suas fontes de um fluxo migratório do campo para Florianópolis com o fim da escravidão.

Tabela 38. População de Desterro (Florianópolis):⁸⁸⁶

ano	habitantes	Natureza do dado
1712	147	1) Número de brancos, não considerou índios e negros, relato do navegador militar francês Amédée François Frézier.
1720	130	2) Do ouvidor de Paranaguá: Rafael Pires Pardinho.
1796	3.757	3) Do governador João Alberto Miranda Ribeiro.
1810	5.250	4) Paulo Jose Miguel de Brito, publicado em 1829.
1822	6.000	5) Estimativa de René Primevère Lesson.
1866	6.474	6) do presidente Adolfo de Barros Cavalcante Lacerda.
1872	7.919	7) Recenseamento geral.
1876	8.602	8) Inspectoria de Saúde Pública – Relatório, 1876.
1890	11.400	9) Censo da Paróquia do Desterro.
1905	13.474	10) Mensagem do governo em 1906.
1940	25.014	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Fonte:

- 1) Martim Afonso Palma de Haro (organizador), 1979, página 23.
- 2) Manoel J. D'Almeida Coelho. *Província de Santa Catarina – Informação sobre a sua Povoação, Cidades, Villas, Freguesias, Rios, Minas, Lagoas, etc.* Desterro, 1869. Transcrição Paleográfica de Vilma R. Arrial Bueno. Florianópolis, 1987 (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).
- 3) *Apud* Cabral, 1979, página 380.
- 4) Paulo Jose Miguel de Brito. *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina*. (Reimpresso em 1932), Sociedade Literária Biblioteca Catarinense. *Apud* Wagner 2004, página 153.
- 5) Haro, 1996, página. 274.
- 6) *Apud* Peluso Junior, 1991, página 316.
- 7) Jornal O Conciliador de 17 de abril de 1873, ano II, número 59.
- 8) Relatório do inspetor de saúde. Códice 54 -1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. A “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876 indica praticamente a mesma população 8.608 habitantes. Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.
- 9) *Apud* Peluso Junior, 1991, página 316.
- 10) Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

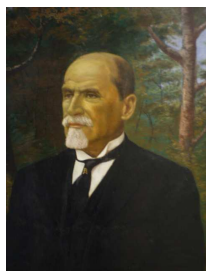
⁸⁸⁶ As estimativas da população da póvoa, e depois vila do Desterro durante o século XVIII, foram feitas por viajantes em seus relatos apenas pela observação ou de informações que colhiam com as autoridades os recebiam. Militares, governadores e outras autoridades do rei em serviço na capitania por viverem algum tempo na Ilha eram mais precisos em suas estimativas. Durante o século XIX, continuaram essas estimativas pelos mesmos personagens e iniciaram os primeiros recenseamentos. Porém, havia recenseamentos feitos apenas na área da freguesia outros que somavam as freguesias próximas, outros que se referiam ao município. Peluso (1991, p. 311) faz esse mesmo alerta e considera que só a partir de 1940, os recenseamentos revelam o efetivo da população, pois só a partir desse ano em diante, os censos passaram a ser feitos dentro dos perímetros urbanos e suburbanos das cidades. Desterro era uma pequena cidade do império, enquanto tinha cerca de 7,9 mil habitantes, pelo recenseamento de 1872, Salvador tinha 129 mil habitantes. Dado de Salvador, segundo Vasconcelos, 2006, página, 23.

Nesse tempo, o mesmo da recém formada república, foi o de início do isolamento de degradados em asilos e pobres para fora do perímetro urbano. Foram construídos manicômios e asilos para isolar os pobres e degradados do convívio da classe abastada: comerciantes, políticos, “os modernos” que se fortaleciam e se apropriavam cada vez mais do perímetro mais urbanizado da cidade. Um novo contexto social passou a ser construído num caldeirão em que borbulhavam ideais republicanas, burguesas, positivistas, racistas e modernistas. Porém tudo parece convergir para expulsar os pobres do perímetro urbano. A modernização das infra-estruturas urbanas movida pelos modelos estrangeiros era controlada em grande parte também por capitais estrangeiros - como a telefonia intermunicipal. Foi planejada e incentivada à emigração europeia em substituição da mão-de-obra escrava negra e nacional mestiça. Ao mesmo tempo desprezavam-se os valores e modo de vida dos negros e colonos açorianos do litoral relacionados ao atraso pelas elites econômicas e políticas. A classe dos funcionários públicos em Florianópolis aumentou com a República, necessários ao funcionamento e burocracia das novas instituições públicas.

*“Nós, brasileiros, pensamos que o Brasil é mais essencialmente empregomaníaco do que essencialmente agrícola; mas enganamo-nos. A mania pelos empregos públicos encontra também em França elementos poderosíssimos para desenvolver-se e lastrar por toda parte”.*⁸⁸⁷

A primeira grande reformulação urbana que implicou na expulsão de parte da população pobre, ocorreu na área entre a Catedral a Igreja do Rosário em direção ao Largo 17 de Novembro e das chácaras do Mato Grosso. O processo começou com uma reforma das ruas da área em 1899, no governo do superintendente Emilio Blum, até a construção da Praça da República feita no governo do superintendente coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, com a demolição de várias casas e cortiços. Tantas reformas que o local passou a ser chamado de Cidade Nova.

⁸⁸⁷ “Operário – empregado publico”. A Fé, 19 de outubro de 1903, número 9, página 3 (BPESC).



O coronel Pereira Oliveira.

O coronel Pereira Oliveira era um exemplo de integrante da nova classe – a dos comerciantes – que passou a deter cada vez mais o poder político.⁸⁸⁸ Pereira ordenou a construção da Praça do Congresso que reuniria os prédios do superior tribunal de justiça e do congresso representativo do estado. O prédio do congresso foi construído pela empresa de João Grumiché e Companhia ao custou de 157:000\$000 contos de réis.⁸⁸⁹

Implicou na expulsão de diversas famílias pobres do local. Foi o primeiro grande processo de demolição realizado pelo Estado Republicano para implantar seu corpo administrativo e atender aos anseios de embelezamento e higiene pública e demolição de cortiços. Até hoje, a área em torno da antiga Praça do Congresso localiza prédios públicos: o da advocacia geral da união; o da previdência social; o teatro; do banco do Rio Grande do Sul; da primeira delegacia de polícia; da escola Lauro Müller e outros prédios que até a década de 1990 eram de instituições públicas: do sistema de telecomunicações, (privatizado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso); o prédio que era da companhia telefônica de Santa Catarina (TELESC, também privatizada), construído no local do antigo prédio do congresso, hoje de um banco privado; o prédio da empresa brasileira de telecomunicações (EMBRATEL), hoje parte de uma empresa de telecomunicações estadunidense e um prédio da companhia de água e saneamento de Santa Catarina (CASAN).⁸⁹⁰

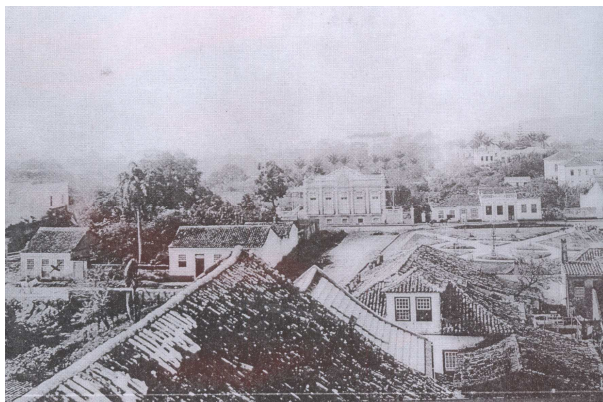
⁸⁸⁸ Antonio Pereira da Silva e Oliveira declarou-se “negociante” na relação dos sócios fundadores do “Instituto Histórico e Geographico de Santa Catarina” de 31 de março de 1902. Revista do IHGSC, número 1, volume 1, p. 96, 1902 (IHGSC).

⁸⁸⁹ “Viação e Obras”. Mensagem do governo, 16 de agosto de 1909. Página 23, caixa 01. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁸⁹⁰ Além dos prédios que foram privatizados há outros quatro edifícios privados na praça, dos quais dois tem nome Daux, edifício Eme Daux, na Rua Santos Dumond e o edifício Jorge Daux, na Rua dos Ilhéus. Não há referências exatas nos documentos que encontramos sobre a área que compreendeu o processo de desapropriações e demolições do governo de Pereira e Oliveira, mas nossa hipótese é que os prédios

Outra área que mantém esta concentração de prédios públicos das primeiras décadas da república é a do antigo bairro pobre da Pedreira, que foi praticamente demolido durante o governo do republicano Hercílio Luz entre 1918 e 1922. A antiga Pedreira era a parte inicial da Rua da Tronqueira a leste da Fonte Grande (atual General Bittencourt), pela Rua da Conceição (Saldanha Marinho), a Rua da Lapa (Nunes Machado); a Rua da Fonte Grande (Pedro Soares e parte da Hercílio Luz entre Anita Garibaldi e Nunes Machado), a travessa Julia Pereira (Mario Couto) e a da Pedreira (Victor Meirelles). Até hoje essas ruas localizam prédios públicos: o da Anatel; da Faculdade de Educação; da gerência regional da fazenda estadual; Colégio Dias Velho; do ministério da fazenda e da Escola Profissional (fechada recentemente).

Depois do contínuo deslocamento da população pobre da área comercial do Porto durante a segunda metade do século XIX, a demolição das casas do cortiço Cidade Nova foi o primeiro grande processo de expulsão da população pobre que vivia próxima a Igreja do Rosário, feita pelo Estado Republicano.



Área da Praça do Congresso, década de 1910. Vista da torre sul da Igreja Matriz, à direita a Praça do Congresso já construída no local do demolido cortiço Cidade Nova. À esquerda casinhas que seriam demolidas para construção do prédio do congresso. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Prédio do congresso representativo construído entre 1908 e 1909. À direita, o tribunal de justiça. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

que não são públicos em torno da Praça, tem uma história ligada as relações como Estado, quais foram estas relações, não pesquisei.

As demolições dos bairros pobres

Legalmente as demolições pela câmara foram permitidas a partir do código de posturas de 1845, mas apenas em casos de risco de desabamento de edifícios “arruinados”.

*“Todo o edificio, muro ou tapamento de qualquer natureza que seja, que se apresentar no estado de ameaçar ruína, ou ao publico, ou á particular, será demolido á custa do proprietário”.*⁸⁹¹

Os terrenos com edifícios em ruínas ou com obras paralisadas tinham que ser fechados. O código de 1845 apresenta a primeira lei com objetivo estético, mas as obrigações e mudanças para alcançar um novo padrão para as ruas e edificações estavam apenas no código, ainda não refletiam um contexto social que demandasse mudanças urbanas.

A maior parte das demolições de casas, cortiços, becos, ruas e bairros ocorreram no início do século XX, nas primeiras décadas da república. Um processo imposto à população pobre, um tema pouco estudado da história urbana de Florianópolis. Existem poucas pesquisas e documentos conhecidos, as fontes e referências oficiais sobre as demolições parecem referir-se a locais desocupados. Utilizando um termo introduzido às pesquisas sobre descendentes de africanos de Ilka Leite (1981), para a população pobre também há uma “invisibilidade social”. Para a elite econômica e política da cidade, há uma negação da existência social do pobre e uma negação de sua presença história em Florianópolis.⁸⁹²

O processo de demolições teve duas fases distintas em relação aos principais motivos e argumentos que justificavam esse processo. A primeira mais ligada ao contexto higienista, movida pelo medo das epidemias em função das condições sanitárias das moradias da cidade durante o século XIX, até a década de 1900. A segunda, mais ligada ao contexto de modernização e embelezamento urbano, entre as décadas de 1910 e 1920. É claro que a

⁸⁹¹ Artigo 105, lei 222 de 1845. “Coleção de Leis 1847 – 1841”. Caixa 01, páginas 235 e 236. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁸⁹² Segundo Ilka Leite (1981, p. 14 e 15) a noção de invisibilidade utilizada por vários autores para caracterizar a situação do negro, foi utilizada pela primeira vez na literatura ficcional americana por Ellison.

modernização urbana esta relacionada ao período sanitarista, porém faziam parte de projetos sanitários mais amplos, como a construção de ruas e canais. Para a cidade e muitas demolições tinham como argumento resolver ao mesmo tempo o problema sanitário e de modernizar e embelezar a cidade. Porém, até a década de 1910, os principais argumentos que encontramos para operar demolições, era o de eliminar as casas “infectadas pelas doenças ou condenadas pelo tempo”. Entre a década de 1910 a 1920 eram comuns os argumentos e motivos sanitaristas, como medida preventiva para a sanidade urbana e os argumentos relacionados à modernização urbana – um período que uniu esses dois objetivos e que culminou no período de maior demolição de áreas pobres em Florianópolis. Durante a década de 1920 os argumentos são praticamente os referentes à modernização e embelezamento urbano, substituição da arquitetura colonial, abertura, alinhamento ou alargamento de ruas – isso também como medida sanitária.⁸⁹³ Porém, são medidas que não aparecem na época das epidemias do século XIX até a primeira década do século XX, exceto com as demolições de casas e do cortiço Cidade Nova para a construção da Praça do Congresso como veremos. Isso se relaciona também aos poucos recursos do poder público para demolir e reconstruir a cidade, nem mesmo os problemas de água e esgoto tinham fácil solução quando se tratava de recursos, dinheiro, mão de obra e materiais para serem executados. A partir de meados da década de 1920 as demolições desaparecem dos relatórios das inspetorias de higiene e apareciam apenas nas leis e resoluções dos projetos de modernização estética de embelezamento.

As demolições no centro da cidade iniciaram nas últimas décadas do século XIX. Em 1885 o inspetor de higiene pública intimou o cidadão Melchior de Trompowisky para mandar demolir o prédio de sua propriedade na Rua São Sebastião onde “outroa” funcionava uma antiga fábrica de licores.⁸⁹⁴ Como

⁸⁹³ Os higienistas do século XIX comparavam o funcionamento da cidade aos aparelhos e sistemas do corpo humano: sistema circulatório; digestivo; respiratório – que Andrade (1992, p. 25) se refere como organicistas – a pouca luminosidade, a estagnação do ar, como das águas eram considerados fatores responsáveis pelo surgimento de epidemias e suas disseminações. Para os higienistas o ar deveria ser desbloqueado, circular pela cidade, livre de ruas estreitas ou com obstáculos a circulação do ar e à luminosidade.

⁸⁹⁴ Parecer dando cumprimento ao artigo 85 do código de posturas sobre ofício do fiscal do 2ª distrito da capital. Ofício do Diretor Inspetor interino de Higiene Publica. 16, 23 e 25 abril de 1885. Sessão Ordinária de 25 de abril de 1885. “Livro de actas das

era uma intimação do “Diretor Inspetor de Higiene” o prédio da antiga fábrica devia apresentar uma condição precária de higiene, talvez por ter sido transformado em cortiço – o documento não dá essa informação.

Os prédios considerados em ruínas eram fiscalizados e os proprietários intimados a reformá-los em prazo determinado. A câmara também podia condenar à demolição. Em 1893, os fiscais dos distritos da cidade apresentavam relatórios à câmara, cuja comissão de obras dava parecer final sobre os prédios condenados. Em 14 de fevereiro, o secretário Augusto Lopes da Silva remeteu à comissão, a lista do fiscal José Antônio de Oliveira.

*“Incluso remetto-vos copia da vista dos prédios que se achão em estado de ruínas, apresentada em Sessão de hontem pelo fiscal do 2ª Districto (...) tereis de examinar os referidos prédios dando com urgência sobre o assumpto o vosso parecer”.*⁸⁹⁵

Em abril daquele ano, o presidente da câmara Germano Wendhausen determinou ao fiscal Oliveira que intimasse os cidadãos João Nepumerano Sabino “a fazer as necessárias obras” em sua casa, a número 40 da Rua 23 de Novembro, antiga Rua do Passeio, caminho para a Praia de Fora. O mesmo para Eduardo Salles à sua casa da Rua Bocaiuva e a de Luiz Sebastião de Souza na Rua Almirante Lamêgo, ambas na Praia de Fora. O prazo de Nepumerano vencera e o fiscal Manoel Dias Martins entregou nova intimação para que em 24 horas “demolisse ou consertasse a casa”. Segundo a comissão de obras as casas estavam “em completo estado de ruínas”. No ano seguinte a comissão de obras públicas examinou outra casa do já intimado Eduardo Salles. Era a casa em que o dito morava na Rua Almirante Alvim, no Mato Grosso e a casa de Ludovino Aprégio de Oliveira na Rua Fernando Machado, ambas citadas “em completo estado de ruína”.⁸⁹⁶ Dois dias depois da vistoria, a comissão condenou a casa de Ludovino.

Sessões da Câmara Municipal da Cidade do Desterro”. Códice 257, caixa 22. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁸⁹⁵ “Copias de Offícios”. Portarias e editaes da intendência municipal e da câmara municipal 1892 – 1894. Códice 276, caixa 51, folha 21. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁸⁹⁶ Ofício 42, de 3 de março de 1894. Códice 276, caixa 51, folhas 90 e 91. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

*“Tendo em vista o parecer da comissão de Posturas que considerou em completo estado de ruínas a casa de propriedade do cidadão Ludovino Aprégio de Oliveira, sita na rua Fernando Machado, ordena ao Fiscal do 1ª districto para que intime o referido proprietário a demolir a dita casa no prazo de 8 dias, sob as penas do Código de Posturas”.*⁸⁹⁷ (grifo nosso)

Também foi denunciada a casa número 8 da Rua Artista Bittencourt, na área de cortiços atrás da Matriz, *“que se acha em completo estado de ruína, tanto no exterior como no interior”*.⁸⁹⁸

É interessante notar que as casas ficavam em ruas de um dos primeiros locais em que passaram a morar as famílias mais ricas, em torno das chácaras e dos caminhos para a Praia de Fora. Casas em ruínas, foram condenadas, quando próximas às áreas em que os ricos queriam se exilar ou passar o verão, longe de epidemias. Em maio, Wendhausen mandou que Miguel da Silva Cascaes, fiscal do primeiro distrito, intimasse o tenente Costa para demolir no prazo de 48 horas a parte da frente de sua casa.⁸⁹⁹ Candido Melchiades de Souza era o presidente da câmara em novembro e continuava a despachar as intimações. José de Souza foi intimado por sua casa à Rua do Primeiro Tenente Silveira, por ter sido classificada em “completo estado de ruínas”. Em dezembro, o fiscal Cascaes incluiu na lista dos arruinados o prédio à Rua Almirante Alvim.⁹⁰⁰

Em 1899, houve um intenso processo de alinhamento, alargamento, prolongamento e abertura de ruas. O local que concentrou as reformas ficaria conhecido como Cidade Nova, nome dado também a um dos antigos cortiços que havia no local, talvez o maior com pelo menos 19 casas, o de propriedade de Luiz Molteni – ao qual já me referi.⁹⁰¹ Era a área entre a Matriz, Igreja do Rosário e do caminho para a olaria do José Jackes e o caminho para o Mato Grosso, que até então concentrava uma população pobre. Houve desapropriações para a demolição de casas e cortiços para possibilitar o projeto de reforma e abertura de ruas. Pelo decreto 82, de 14 de abril de 1899:

⁸⁹⁷ Portaria 102, de 5 de março de 1894. Códice 276, caixa 51, folha 93 e 94. *Loco citato*.

⁸⁹⁸ Ofício 49, de 10 de março de 1894, folha 96. Códice 276, caixa 51, folha 93 e 94. *Loco citato*.

⁸⁹⁹ Portaria 53, de 8 de maio de 1893, folha 37. *Ibidem*.

⁹⁰⁰ “Copias de officios, ortarias e editaes”, da intendência municipal e da câmara municipal, 1892 – 1894. Códice 276, caixa 51, folhas 31, 50, 57 e 61. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁰¹ Folha 82. *Ibidem*.

a Rua 16 de Abril seria alongada e alinhada a do Marechal Guilherme até o Largo 17 de Novembro e prolongada até a Presidente Coutinho, alinhada pelo Teatro e alargada pelo outro lado com a desapropriação do “prédio” da esquina com a Rua Artista Bittencourt; seriam desapropriadas as casas na parte norte do Largo 17 de Novembro para dar cumprimento ao decreto que cedeu o terreno ao município; a Rua Presidente Coutinho seria alargada; a Rua Artista Bittencourt seria alinhada pelos fundos do teatro e prolongada até a Rua Brigadeiro Bittencourt; a Rua Alves de Brito alinhada pela casa do falecido Camilo José de Abreu; alinhamento da Rua Liberdade pelos fundos do prédio de João Martins Barbosa; a Rua Marechal Guilherme seria prolongada até a do Brigadeiro Bittencourt. Alguns projetos do decreto não foram realizados como o prolongamento “em linha reta” da Rua Arcipreste Paiva até o Largo Beijamim Constant. A abertura de novas ruas ocorreu na área mais próxima das chácaras em torno do Largo 17 de Novembro, como a rua aberta no terreno do falecido Eduardo Salles, do Largo até a Rua Esteves Junior; em igual distância, no sentido oposto da Presidente Coutinho até a Rua José Veiga. Outras áreas também sofreram reformas: na Figueira seria desapropriado o prédio número 63 da Rua Altino Corrêa, na esquina com a Rua 7 de Setembro para manter o alargamento da rua; no “pé” do Morro do Antão, no início do caminho que subia o Morro, a Rua Major Costa, foi alargada.⁹⁰² Uma semana após esse decreto, Emilio Blum autorizou com o decreto 105, a demolição de casinhas e cortiços, que além de possibilitar a reforma das ruas, atendia aos anseios higienistas e de demolir as casas do período colonial e incentivar uma nova estética e padrão de construção.

“Fica o Superintendente Municipal autorizado a mandar demolir os cortiços e velhas casinhas que ameçarem ruínas e a tornar habitáveis e higienicas aquellas que não estiverem em taes condições”.⁹⁰³ (grifo nosso)

O decreto de Blum obrigava os proprietários a demolirem os prédios em 30 dias, caso se recusasse, a superintendência o faria arrematando em leilão o material dos prédios para cobrir as despesas, também poderia impor

⁹⁰² Livro de registro das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal. Registro obrigatório dos terrenos do Patrimônio do Município. 1899 – 1903. Códice 323, caixa 58. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁰³ Decreto 105, de 22 de novembro de 1899. *Ibidem*.

modificações às casas por conta dos proprietários. A superintendência poderia isentar de alinhamento, alvarás e licenças os que construíssem casinhas pequenas de acordo com uma planta definida pela secretaria da superintendência. A planta definia: paredes de “tyjollo”, sem platibanda nos arrabaldes da cidade “a juízo da superintendência”; que as casas teriam que ter jardim na parte da frente do terreno e uma casinha aos fundos para os materiais fecais, muros e grades tinham que ser pintados. A nova aparência da cidade passou a ser tão ou mais importante que as rendas municipais. Na tentativa de mudar a estética das construções o poder municipal isentava de impostos para incentivar a nova ordem. Casas construídas de acordo com as normas ficariam isentas das décimas urbanas por dez anos. Esse decreto de Blum unia vários objetivos que vinham sendo perseguidos para mudança da cidade durante a segunda metade do século XIX, e continuariam a ser repetidos até a década de 1930. Com o decreto 105, o superintendente reuniu medidas sanitárias e de “embelezamento” urbano.⁹⁰⁴

Em 1901, o superintendente Francisco Campos da Fonseca Lobo continuava o projeto de reforma, abertura e alargamento de ruas: alargamento das ruas Alves de Brito e Demetrio Ribeiro; abertura da estrada para o Saco dos Limões no trecho inicial na Prainha, no bairro Toca; prolongamento da Rua Victor Meirelles, no Bairro da Pedreira até o Largo 13 de Maio; alargamento da Arcypreste Paiva a partir da 28 de setembro; da Pedro Soares; os dois lados da Rua Republica desde a Pedro Ivo até Almirante Lamego; da Rua Tenente Silveira e Padre Roma; nivelamento das ruas Anna Schutel, Pedro Ivo, 28 de setembro e Presidente Coutinho. Também previa aterrar o Largo Badaró para dar escoamento das águas pluviais e o alinhamento das casas da Rua Fraternidade até o Largo. Algumas obras previstas em lei não foram realizadas como a abertura de uma rua em linha reta do cruzamento da Rua República com a Almirante Lamego até o Forte Sant’Anna.⁹⁰⁵

O jornal A Fé, que fazia campanha pela demolição de “casas podres” no centro da cidade, noticiava vitorioso em janeiro de 1904, que o superintendente municipal determinara a demolição dos galpões das sociedades carnavalescas

⁹⁰⁴ *Ibidem.*

⁹⁰⁵ Leis: 127, de 27 de agosto; 130, 132, 133, 135 e 137, de 7 de outubro de 1901. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Pantomimeiros e Netos do Diabo que estavam em más condições de segurança.⁹⁰⁶ Os galpões foram demolidos e o terreno ficou sem utilização. Em 1818, o superintendente municipal Dorval Melchiades mandou desapropriar o terreno que ficava na esquina da Rua Anita Garibaldi com a Praça General Osório (Campo do Manejo), na Tronqueira.⁹⁰⁷ Essa é uma das antigas ligações das sociedades carnavalescas com as comunidades pobres, que se concentravam na área.

Em 1903, o coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, superintendente municipal, assinou a lei 185, de 17 de abril, que o autorizava desapropriar prédios e reservar recursos do orçamento para demolições das casas entre as ruas Arcyprestes Payva, Marechal Guilherme, Artista Bittencourt e Padre Miguelinho, na área chamada de Cidade Nova, local de cortiços, para construção da praça do Congresso.⁹⁰⁸

“Art. 1ª - Fica a Superintendência Municipal autorizada a:

Desapropriar, por utilidade publica os prédios sitos a rua Arcyprestes Payva entre as ruas Marechal Guilherme Artista Bittencourt e Padre Miguelinho.

Art. 2ª - O material dos prédios desapropriados será vendido em hasta publica por cauta da municipalidade.

O local desapropriado será convertido em praça publica até que o Conselho Municipal delibere a respeito, nunca porem podendo acender a particulares.

*Para execussão das disposições concertantes do art. 1ª fica a Superintendência Municipal autorizada a dentro dos recursos da lei orçamentária vigente fazer qualquer operação de credito ate 10 contos de Reis (10:000\$000) para os efeitos do número 1 do respectivo artigo 1ª ate a quantia de 15 contos do auxilio que o Estado contribuir para o município abrindo credito extraordinário se for inferior o mencionado auxilio”.*⁹⁰⁹

Em 1905, o jornal Gazeta Oficial publicou editoriais pela demolição dos casebres dos cortiços no Cidade Nova em nome da prioridade “esthetica”. Em mensagem de 1905, o coronel Oliveira pedia ao “Conselho” autorização para entrar em acordo com os proprietários das casas para iniciar as demolições.

⁹⁰⁶ A Fé, 27 de janeiro de 1904, número 22 (BPESC).

⁹⁰⁷ Resolução 139, de 6 de junho de 1918”. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930, página 31. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁰⁸ A Fé, 27 de janeiro de 1904, número 22 (BPESC).

⁹⁰⁹ Livro de registro das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal. Registro obrigatório dos terrenos do Patrimônio do Município. 1899 – 1903. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

“A desagradável impressão que causam as velhas e frias cazas á Rua Arcipreste Paiva, com fundos para a Rua Padre Miguelinho, que tornaram-se já, em foco de infecção, impõem a necessidade urgente de sua desapropriação, não só para embelezamento, como medida hygiênica da cidade”.

Por isso solicito desse illustre Conselho autorização em ordem a poder entrar em accordo com os respectivos proprietários no sentido de quanto antes tornar em realidade a demolição das cazas em questão”.⁹¹⁰

Em 1907, essas casas tinham sido demolidas e a Praça do Congresso já tinha o nome do superintendente municipal que iniciou o processo de demolição das casinhas - Praça Pereira e Oliveira.⁹¹¹ No final daquele ano, entre outros gastos de “modernização urbana, iluminação pública e remoção de lixo, a superintendência municipal tomara um empréstimo de 20:000\$000 reis, dos quais gastara 16:000\$000 em novas e mais abrangentes desapropriações de prédios na área do Congresso entre a Igreja do Rosário, ruas Marechal Guilherme, Artista Bittencourt e a Praça.⁹¹² Muitos dos pobres expulsos que viviam naquela área provavelmente eram negros e mestiços pobres, descendentes dos escravos que fundaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e que lá ergueram a Igreja de mesmo nome no século XVIII.

Essa área da cidade, conhecida como Cidade Nova que também compreendia a parte Sul da Rua 28 de Setembro, parte da Trajano próximo da Igreja do Rosário e Marechal Guilherme próximo ao Teatro, em 1911 já estava totalmente modificada. O relato seguinte, assinado por London em 1911, é um exemplo do processo que as elites estabeleceram, pregando os ideais da república, da modernização, que se expressaram na cidade por demolições, modernizações, embelezamento de uma cidade para os ricos e sem os pobres. Nesse relato, os trabalhadores que viviam no Cidade Nova, tiveram que passar a viver “nas matas” - áreas ao redor da cidade, nas Várzeas ou nos Morros.

“... esbarra-se o meu olhar na destruição da antiga “Cidade Nova” onde era o refúgio e o abrigo dos pobres que, quer queiram quer não, fazem parte do povo, assistindo-lhes o direito de viverem como qualquer abastado cidadão, no centro de uma cidade. N’essas pequenas casas residiam co-operantes do

⁹¹⁰ Gazeta Oficial, 15 de abril de 1905, página 3 (BPESC).

⁹¹¹ “Interesse público: o pescado – Rio da Bulha – diversas providências”. A Fé, 30 de setembro de 1907, número 154 (BPESC).

⁹¹² “Interesse publico”. A Fé, 15 de outubro de 1907, número 155 (BPESC).

*progresso taes como pedreiros, carpinteiros, broquiadores etc. etc., os quais foram d'alli arrojados para viverem nas mattas pois seus salários não lhes dava para pagarem casas de 50 – 60\$000. Causa-me estranhese que isso aconteça no nosso pequeno Estado, quando vejo o Exmo: Ministro d'Agricultura empregar os maiores esforços em arrancar das nossas mattas os indígenas, nossos semelhantes e patrícios para trazêl-os ao meio social, domesticando-os pela instrucção na aprendizagem dos elementos que produzem o progresso; nós aqui corremos e mandamos que vivam nas mattas os nossos infelizes e pobres operários, pelo facto de serem pobres! A desculpa ou razões que se deram para a demolição da "Cidade Nova" foi ficar muito feio aquelles cortiços ao lado do novo congresso, onde se assentaria um jardim ou far-se-hia um decente largo".*⁹¹³

Em 1907, o artigo "interesse público" no jornal A Fé resumia vários aspectos do contexto da época: a proximidade dos pobres dos cavouqueiros e de suas ruas tortuosas da pedreira; a prioridade da modernidade, simbolizada pela chegada do automóvel; áreas ricas e áreas pobres; a cidade colonial considerada como o atraso e ameaça.

"As ruas da Pedreira e a parte norte da Saldanha Marinho precisam melhorar de estado, recebendo outro aspecto, mais agradável, mais convidativo ao transito publico, com facilidade também para o de vehiculos que nellas são privados de transitar, devido as condições desfavoráveis do sólo, em grande parte ocupado por inúmeros lagedos

*Essas ruas por poucos passos ligam-se a Praça 15 de Novembro, que é a principal e o centro da cidade, no entanto, enquanto outras, distantes d'ella e mais ou menos em idênticas circunstancias de terreno são aformoseadas pelo calçamento, limpeza e pelas edificações, aquellas ruas coitadas, conservam-se ainda por seu estado colonial, servindo até de ridículo ao resto da cidade e em constante ameaça á saúde publica pelo lado da hygiene".*⁹¹⁴



Rua Saldanha Marinho, início do século XX. Em primeiro plano, o trecho tortuoso na Pedreira citado pelo jornal A Fé. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

⁹¹³ "Jardim Oliveira Bello". London. O Clarão, 24 de setembro de 1911, número 6, página 2 Jardim Oliveira Bello.

⁹¹⁴ "Interesse publico: o pescado – ruas – Rio da Bulha – diversas providências". A Fé, 30 de setembro de 1907, número 157 (BPESC).

A higiene pública sempre foi citada como argumento para os melhoramentos urbanos. Também, os discursos por obras de embelezamento da cidade passavam a ter cada vez mais importância nos programas do governo estadual durante a década de 1910. O objetivo era o de transformar a capital em uma cidade moderna.

*O desejo de contribuir para o embelezamento de alguns recantos de nossa Capital (...) Estão, assim, em obras os jardins e parques da Praça 15 de Novembro, do Largo General Osório e do Largo 13 de Maio, devendo também em breve ser iniciado o ajardinamento da pequena praça em S. Luiz...*⁹¹⁵

O objetivo de alcançar a modernidade urbana implicava em “apagar” a cidade pobre. As preocupações sanitaristas dos discursos da elite, incorporadas pelo poder público, serviram como o argumento “irrefutável” à separação entre pobreza e modernidade para estabelecer um novo contexto social em que, não só o Estado, mas a cidade também deveria servir aos anseios da elite.

“Atravessamos a época das grandes conquistas da hygiene, que em todos os lugares adiantados se aparelha a prevenir as moléstias, arejando saneando e dando o conforto (...) Já não se compreende as cidades de ruas estreitas, casas atarrancadas e becos escuros.

A picareta vai abrindo por toda a parte avenidas cheias de luz, praças, bem arborizadas, onde se levantam edifícios espaçosos e amplos (...) Aqui e alli, ainda se torcem vilas de aspecto colonial ladeadas de casas quadradas e incompatíveis a uma cidade moderna, que se quer salubre e confortável (...) Afim de estudar a canalisação de vários trechos da Fonte da Bulha e a desapropriação dos prédios á esquerda do Beco Irmão Joaquim, o Sr. Dr, Hercílio Luz resolveu ontem percorrer a cidade de automóvel, a fim de observar os trabalhos iniciados e estudar a realização de outros (...) D’ahi dirigiu-se á pé com sua comitiva pelo Beco Irmão Joaquim, cujas casas de um lado serão desapropriadas para abertura de uma rua espaçosa.

*Uma vez observado o local por onde passará o traço, o Sr. Hercílio Luz tomou novamente o automóvel que o levou á rua José Jacques, por onde corre a pior parte da fonte da Bulha.”*⁹¹⁶

Em 1918, o superintendente municipal Dorval Melchiades de Souza decretou a lei 445 que aumentava a pressão sobre moradores de casas “em

⁹¹⁵ Mensagem do governo ao congresso representativo em 22 de julho de 1920. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁹¹⁶ “O saneamento de Florianópolis”. Republica, 8 de julho de 1919, página 1 (BPESC).

ruínas” ou condenadas pela superintendência, definindo prazos e condições para despejo dos inquilinos. O texto da lei citando primeiro os inquilinos, deixa a impressão que esse era o agente principal atingido pelas demolições, mais uma referência de que a maioria da população pobre dessa época vivia em casas alugadas ou em cortiços.

“Art. 1ª – Toda casa em ruínas e condenada pela Superintendência Municipal será desocupada dentro do prazo que for concedido ao inquilino e que não poderá ser inferior a trinta dias, salvo ameaça de desabamento imediato.

Art. 2ª – Findo o prazo concedido, sem o cumprimento da intimação, o Superintendente Municipal requererá o competente mandado de despejo.

*Art. 3ª – Se o morador do prédio for o respectivo proprietário conceder-sê-á prazo duplo, salvo ainda o caso de ameaça de desabamento”.*⁹¹⁷

O processo sanitaria urbano que culminou com medidas de demolição em várias cidades brasileiras entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, repercutiu diretamente sobre as populações pobres, que viviam em geral de aluguel em cortiços, alvo principal das demolições. Em 1909, a presidência da república já lidava com o problema da falta de habitação. Em sua mensagem ao Congresso Nacional manifestava a intenção de conceder favores às “empresas capitalistas” que se propusessem a construir “casas hygienicas” de aluguel barato destinadas à classe operária. O jornal A Fé que publicara nota sobre a mensagem, fazia referência ao problema que já se manifestava em Florianópolis mesmo antes do período de maior número de demolição, a década de 1910.⁹¹⁸ Porém, o processo principal que ocorria era o de diminuição da oferta de moradia aos pobres. Proprietários de cortiços faziam pedidos para o poder público demolir as casas, receber indenizações públicas e ficar isentos dos impostos. Os pedidos eram publicados nos jornais oficiais à superintendência municipal. No caso publicado no jornal República, com o falecimento do proprietário João Rezende, seus herdeiros providenciaram a demolição das casinhas entre o antigo Cidade Nova e o bairro do Mato Grosso para dividir as indenizações.

⁹¹⁷ Lei 445, de 5 de setembro de 1918. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Páginas 6 e 7, referente a 1918. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹¹⁸ “Casas para operários”. A Fé, 21 de maio de 1909, número 183 (BPESC).

“Herdeiros de João Rodrigues de Rezende, pedindo para serem demolidas três casinhas de sua propriedade à Rua Visconde de Ouro Preto n. 51 desta capital, por se acharem em estado de ruínas, serviço este que pode ser feito pela superintendência municipal.”

A superintendência mandava a resposta pelo próprio jornal: *“pague os impostos em atraso e volte querendo”*.⁹¹⁹ Porém alguns dias depois, o mesmo pedido feito por uma das herdeiras, Maria de Souza, sobre as mesmas casas teve resposta positiva da superintendência. Outro cortiço seria demolido, uma possibilidade a menos para pobres viverem no centro.

“Maria Seraphina de Souza, pedindo ser relevada do débito de suas casinhas à rua Visconde de Ouro Preto n. 51 visto já ter requerido a demolição de três das mesmas casinhas”.⁹²⁰

Tabela 39. Gastos (em réis) com saneamento e desapropriações pela superintendência municipal entre 1918 e 1928:

Ano	Receita: orçada - disponível	Limpeza pública	Saneamento*	%	Desapropriações: orçadas - realizadas	%
1918					5:000\$000	
1919*	278:300\$000		18:000\$000	6,5	5:000\$000	1,8
1919	330:000\$000				12:000\$000	3,6
1920	347:500\$000				12:000\$000	3,4
1920**	403:857\$585		28:642\$100	7,1	23:642\$100	5,8
1921	348:500\$000				12:000\$000	3,4
1923	400:000\$000	42:000\$000			10:000\$000	2,5
1928	711:000\$000				20:000\$000	2,8
1929	740:000\$000				15:000\$000	2,0
1930	765:200\$000				15:000\$000	1,9

* previsão de receita e despesa daquele ano que, incluía gastos com a limpeza pública e zelador do “Rio da Bulha”.

Fonte: tabela organizada a partir dos dados de: *Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930*, páginas 14, 15, 17. Lei 482 de 22/10/1919, páginas 52 a 62.; lei 518 de 27/10/1922; lei 598 de 10/11/1927, páginas 23 a 68; resolução 617 de 5/11/1928; resolução 639 de 02/12/1929. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

** Segundo o balanço publicado *Balanço de receita e despesa do município de Florianópolis relativo ao exercício de 1920*. Jornal Republica, de 17 de maio de 1921, página 3.

⁹¹⁹ “Demolições de casas”. Republica, 9 de agosto de 1919, página 2 (BPESC).

⁹²⁰ Republica, 16 de agosto de 1919, página 2 (BPESC).

Da receita de 1919, quase um terço, 100 contos de réis, vinha do imposto predial urbano. Em 1919, o gasto com desapropriações foi maior que o dobro do que era previsto.

Em 1920, o governo municipal gastou cerca de 5% da receita com desapropriações.⁹²¹ Naquele ano, de uma receita de 403:857\$585 réis o governo municipal utilizou 23:617\$500 para desapropriações. Mais do que investiu em “instrução pública” 19:205\$019. As despesas com saneamento foram de 28:642\$100 e destes 1:680\$000 para o Zelador do canal da Fonte Grande.⁹²² A despesa prevista com desapropriações para 1923 seria de dez mil contos de Réis (10:000\$000) e 1:540\$000 para o enterramento de cadáveres de indigentes.⁹²³

Em maio de 1928, a superintendência gastou mais com desapropriações do que havia sido previsto. Blum mandou suplementou em mais seis contos de reis (6:000\$000) à verba para desapropriações que era de 20 contos.⁹²⁴

*“Com referência á rua João Pinto, ahí vemos uma velha casa demolida pela picareta do progresso, que apenas comeu-lhe a carne, deixando exposto aos olhos do público o seu cavername ou esqueleto, cabendo por isso applicar-se o conhecido adágio: “peor a emenda de que o soneto”. ”*⁹²⁵

As casinhas davam lugar às novas construções, num anseio pelo progresso que significou demolição da cidade antiga dos pobres. Em 1919, O superintendente municipal capitão João de Oliveira Carvalho comprou os prédios 40, 42, e 44 da Rua Deodoro, pertencentes ao coronel Germano Wendhausen.

O governo municipal pretende demolir aquelles prédios de acordo com os trabalhos de aformoseamento desta capital”. ⁹²⁶

⁹²¹ “Balanço de receita e despesa do município de Florianópolis, relativo ao exercício de 1920”. Republica, 1 de maio de 1921, página 3 (BPESC).

⁹²² “Balanço de receita e despesa do município de Florianópolis relativo ao exercício de 1920”. Republica, 17 de maio de 1921 página 3 (BPESC).

⁹²³ Lei 518 de 27 de outubro de 1922. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹²⁴ Resolução 11 A, de 2 de maio de 1928. *Ibidem*.

⁹²⁵ “Jardim Oliveira Bello”. London. O Clarão, 24 de setembro de 1911, número 6, página 2 (BPESC).

⁹²⁶ “Aformoseamento de Florianópolis”. Republica, 7 de novembro de 1919, página 1 (BPESC).

Germano Wendhauser era comerciante rico e político, que governou a cidade em 1905, um exemplo da classe que tomara o poder na cidade. No início do século XIX, casinhas alugadas, cortiços em que muitos pobres viviam pertenciam aos comerciantes. O mesmo tratamento de desapropriação legal não era dado a todos os proprietários. No jornal República do dia seguinte, 8 de novembro de 1919, o superintendente municipal dava prazo de 8 dias para que o proprietário de um prédio em ruínas na Rua Deodoro, número 48, procedesse à demolição caso não fizesse a própria municipalidade o faria a custo do proprietário.

Com objetivo de “embellezamento e saneamento” da capital, o governador mandara adquirir para demolição e vender o terreno em lotes, “*com obrigação de levantar novas e boas edificações*”, o conjunto das vinte casinhas às ruas 28 de Setembro, Trajano e Marechal Guilherme, “*o que effectuei pela quantia de 16 contos. A venda dos terrenos e materiais das referidas casinhas deve cobrir as despesas feitas.*”⁹²⁷



Vista de Desterro do adro da Igreja do Rosário, pintura de Victor Meirelles, 1847. As casinhas entre as ruas do Livramento (Trajano); 28 de Setembro (Vidal Ramos) e do Rosário (Marechal Guilherme).

⁹²⁷ Mensagem do Governo ao Congresso Representativo, 17 de setembro de 1910. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

“Agora na mesma rua, germinava outro cortiço ali perto, o Cabeça de Gato. Figurava como seu dono um português que também tinha venda, mas o legítimo proprietário era um abastado conselheiro, homem de gravata lavada, a quem não convinha, por decoro social, aparecer em semelhante gênero de especulação” (O cortiço. Aluísio Azevedo, 1890).

“Minha mãe era boa criatura. Quando lhe morreu o marido, Pedro de Albuquerque Santiago, contava trinta e um anos de idade, e podia voltar para Itaguaí. Não quis; preferiu ficar perto da igreja em que meu pai fora sepultado. Vendeu a fazendola e os escravos, comprou alguns que pôs ao ganho ou alugou, uma dúzia de prédios, certo número de apólices, e deixou-se estar na casa de Matacavalos, ...” (Dom Casmurro. Machado de Assis, 1899).

“ _ E demais, que diabos ficava ele fazendo aqui? Enchendo as ruas de pernas e gastando o pouco que tem... Sim! Que ele tem alguma coisinha para roer... Tem aquelas moradas de casa em São Pantaleão (...)

O cônego vinha a discretear para Manoel em voz soturna:

_ Pois é o que lhe digo, compadre, fique você com as casas e dívida-as em meias moradas, que rendem...

_ Acha então que vou bem, dando quatro contos de réis por cada uma...

_ De certo são de graça!... Homem, aquilo é pedra e cal, construção antiga! Deita séculos! ” (O Mulato. Aluísio Azevedo, 1881).

A elite comprara as casinhas do centro e das ruas próximas ao porto para expansão do comércio, também explorava os aluguéis dos cortiços mais afastados em que os pobres passaram a viver. Eram comerciantes, viúvas, pessoas que viveram dos escravos e de rendas. A Rua José Jaques era um local onde viviam pobres em cortiços e casinhas alugadas que já não encontravam lugar ou saíram da área comercial próximo ao Porto. Um dos proprietários dessas casinhas era João Barbato que além de casebres na Rua José Jaques, tinha casas no Largo 13 de Maio, na Praça General Osório e Almirante Lamego.⁹²⁸

*“Florianópolis moderna e saneada, fonte da Bulha entre as ruas João Pinto e José Jaques trajeto em que ainda existem casebres anti-higiênicos. A municipalidade já começou a desapropriar os prédios necessários ao alargamento daquela zona. Já tiveram início os trabalhos de demolição do casarão situado entre as ruas João Pinto e Tiradentes e de duas casas localizadas no Beco Irmão Joaquim”.*⁹²⁹

Julia Pereira Vieira, pedia baixa no lançamento de décimas urbanas de sua casa no Beco Irmão Joaquim número 30, por ter sido demolida. Emilia

⁹²⁸ A Opinião, 15 de janeiro de 1916, página 3 (BPESC).

⁹²⁹ “As obras da futura Avenida”. Republica, 14 de agosto de 1919, página 1 (BPESC).

Prates da Silva Beirão pedia o mesmo da casa número 32.⁹³⁰ Havia duas formas de se livrar das taxas, demolir a casa ou embelezá-la. Muitos abastados eram isentados de impostos em troca de melhorias nas casas que apurassem o aspecto moderno da cidade.

*“Continuam as desapropriações dos prédios e destruições dos velhos e infectos pardieiros que enfejavam o beco Irmão Joaquim. A ação da picareta está-se fazendo sentir e um novo aspecto, um aspecto agradável e sadio apresenta aquelle trecho da nossa capital. Os operários trabalham e a locomotiva, deslizando ligeiramente sobre os trilhos, conduz a terra destinada ao aterro das imediações do canal da Fonte da Bulha.”*⁹³¹ (grifo nosso)

Em 1916 a câmara municipal desapropriou três casas consideradas inabitáveis no Beco Triunpho para alargamento.⁹³²

Em abril de 1919, a superintendência municipal resolveu desapropriar por utilidade pública, para demolição a casinha de “porta e duas janelas” número 32 da Rua Nunes Machado – na Pedreira – com fundos a meia quadra e com saída para a Rua da Fonte da Bulha. A casa era de Maria Teresa Neto, doada por José Inácio de Oliveira Tavares em 17 de setembro 1889:

*“...para cuja desapropriação esta Superintendência compromete-se a dar pensão vitalícia de 25\$000 mensais á atual proprietária, bem como fazer-lhe em ocasião competente o respectivo enterramento, conforme tudo constará na competente escritura”.*⁹³³

Em novembro de 1919, o inspetor de higiene Ferreira Lima e o coronel Campos Junior inspecionaram e decretaram sem condições de higiene as casinhas que pertenciam ao Padre Cruz, próximas do pontilhão entre a Pedreira e a Tronqueira, que passara a se chamar rua general Bittencourt. Sem que se considerasse, a época, levar melhorias urbanas aos moradores que ali viviam, as casas foram condenadas pelos mandatários e demolidas, seus moradores expulsos para os morros e a área livre para a “moderna avenida

⁹³⁰ “Requerimentos despachados”. Republica, 30 de outubro de 1919, página 3 (BPESC).

⁹³¹ “Avenida Hercílio Luz”. Republica, 30 de outubro 1919, página 1 (BPESC).

⁹³² Câmara Municipal de Florianópolis, Resolução 109 de 1916. Biblioteca da Fundação Franklin Cascaes *apud* Muller, 2002, página 126.

⁹³³ Resolução 173 de 25 de abril de 1919. Leis do Município de Florianópolis, 1918 – 1930, página 83, referente a 1919. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

que se abria.”⁹³⁴ A casa de quatro portas que havia em frente ao pontilhão, na margem do lado da Tronqueira, foi demolida para a construção de uma das alamedas da Avenida do Saneamento. Segundo Nicolich Silva (1999, p. 77), o sobrado ao lado era uma pensão. Naquela área havia casas de Irmandades e da Igreja que eram alugadas ou serviam de caridade aos pobres. Em fevereiro de 1920, as casas já haviam sido demolidas e a área estava completamente aterrada “*apresentando um magnífico aspecto*”. Na Rua Pedro Soares, em sua esquina com a Rua Fernando Machado foi demolida em 1920 a casa ali existente.⁹³⁵ Os jornais davam relatórios do processo de demolição a serviço do saneamento e embelezamento.

*“Mister se tornava saneal-a, embelezal-a de acordo com o adiantamento moral, material e intelectual de Santa Catharina (...) Com a sua feição rotineira, colonial com as suas ruas estreitas, com innumeros casebres a enfeiar-lhe a esthetica, Florianópolis impressiona mal ao forasteiro. O beco Irmão Joaquim com os seus cortiços margeando o canal da Fonte da Bulha até a Pedreira, era um verdadeiro foco de miasmas e um conhecido antro de vadiagem. Não havia alli a menor noção de higiene. Os casebres não tinham instalações de esgoto. As defecções eram feitas no canal, onde as águas dos montes corriam serenamente para o mar. Kilometros acima rumando o leito da Fonte da Bulha, a mesma pratica dos moradores pobres, sem noção de limpeza e dos bons ensinamentos da higiene. A situação exige uma vontade disciplinada que executasse um grandioso plano de melhoramento da cidade, extinguindo males inveterados. Mais de quarenta casinhas de alvenaria de tijolos, do beco Irmão Joaquim e nas imediações da Pedreira, bem como a grande propriedade do empreiteiro Villa já foram demolidas. Traçada a Avenida que parte do Largo 13 de Maio e vae terminar a Praia de Fora atravessando as antigas ruas, por onde serpenteia, nas mais caprichosas curvas, o curso das águas da Fonte da Bulha (...) Da rua do Uruguay até a Avenida da Paz, em execução serão desapropriadas algumas construções para o prosseguimento da magnífica obra de saneamento. A antiga Pedreira, foco de desordens e de miasmas esta sendo admiravelmente transformada (...) Innumeras casas tem sido demolidas”.*⁹³⁶

Um conjunto de nove casas térreas - das quais, sete de porta e uma janela, as mais simples da tradição portuguesa, e duas de porta e duas janelas, na antiga Rua da Lapa na Pedreira, foi totalmente demolido. Nicolich da Silva (1999, p. 80), apresenta uma foto desse conjunto de casas – onde foi construído o edifício do antigo 5^a Distrito Naval – com data de 1938, portanto,

⁹³⁴ “Avenida Hercílio Luz”. Republica, 19 de novembro de 1919, página 2 (BPESC).

⁹³⁵ “Avenida Hercílio Luz”. Republica, 20 de fevereiro de 1920, número 413, página 2 (BPESC).

⁹³⁶ “Remodelação de Florianópolis”. Republica, 1 de fevereiro de 1920, páginas 1 e 2 (BPESC).

remanescentes das demolições que a Pedreira sofreu na década de 1920. Na foto a casa em primeiro plano apresenta sinais de demolição.



Rua da Lapa, 1938. A casa em primeiro plano com sinais de demolição. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

As referências que encontrei sobre desapropriações e demolições mostram que eram encerradas no perímetro, delimitado pela canalização dos canais da Bulha e o que seguia até o São Luiz. O São Luiz era o local no extremo leste da Praia de Fora onde desaguava o córrego da vertente leste do Antão, que canalizado, fechava o perímetro urbano e o local mais distante do centro onde foram concentradas as infra-estruturas e serviços urbanos, as desapropriações e demolições.⁹³⁷ Em 1925, o superintendente Fulvio Aducci

⁹³⁷ Esse córrego da vertente leste do Antão, que deságua na Baía Norte, possivelmente foi um dos utilizado pelos guaranis e povos ainda mais antigos, que se fixavam nas imediações da foz dos córregos da Ilha. Nessa foz, na Praia de Fora, os portugueses construíram o Forte São Luís. Segundo Almeida Coelho (1877, p. 175 e 176) o Forte de São Luís foi construído em 1765 e o São Francisco Xavier em 1770 – outro forte na mesma Praia - onde hoje esta Praça Esteves Junior - cujo caminho que o ligava a póvoa deu origem a Rua do Passeio. Segundo Henriue Boiteux (1927, p. 52) em 1835, o governador Francisco Luiz do Livramento informou ao Ministro da Guerra que os fortes estavam em estado de ruínas, abandonados a anos, servindo de abrigo a vadios e viciosos e que os fortes deveriam ser demolidos e suas pedras vendidas em hasta pública. Em 24 de novembro de 1835, o mesmo autorizou a demolição dos fortes. Segundo Almeida Coelho (1877, p. 175 e 176), os fortes foram vendidos, em 1839 o primeiro e 1841 o segundo, por 202 mil réis, o que não teria pago a cantaria dos seus portões. De acordo com Cabral, o povo dizia ter sido esse o local em que Dias Velho desembarcou. Talvez Dias Velho tenha parado ali por ter avistado a foz do córrego e os índios de sua margem e porque para quem entra navegando pela barra do norte, é o início da península entre os morros e o estreito das baías. De acordo com o que encontramos no jornal República, em 1921, havia no local do antigo forte, uma praça com o mesmo nome, onde foram desapropriadas algumas casas - pela referência do jornal Republica não é possível saber se eram remanescentes do

chegou a decretar uma lei que autorizava contratar com João Silva a construção de um mercado público na zona do São Luis.⁹³⁸ A obra nunca foi erguida - mas durante décadas o São Luis foi local de feiras livres.

*“Na praça São Luiz o Governo do Estado desapropriou algumas casas para a construção do Jardim Dias Velho, que será futuramente um dos mais pittorescos e agradáveis logradouros públicos, com largo á vista para encanto do espírito.”*⁹³⁹



Jardim São Luis, década de 1920. Local do antigo Forte São Luis. Ao fundo o obelisco em comemoração aos 100 anos de independência do Brasil. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

antigo forte - e construído um jardim batizado de Dias Velho. No jardim foi erguido um obelisco inaugurado em 1922, em homenagem ao bandeirante e a fundação da póvoa. Cabral registrou em seu livro Nossa Senhora do Desterro que o obelisco desapareceu na época da construção da Avenida Beira Mar Norte. Anos depois, foi encontrado num depósito da secretaria de obras e recolocado no eixo do canal da Avenida Mauro Ramos em frente a Praça Lauro Muller, Nicolich da Silva (1999: 101 e 102) cita esse fato. Na década de 2000, o obelisco foi deslocado para o lado do córrego São Luis em sua foz na Baía Norte, onde se espera que permaneça. Na parte da antiga praça ao sul do córrego funcionou uma feira de frutas e verduras durante a década de 1980, segundo Cabral, a área dessa feira era o local exato do antigo forte. Hoje essa área está cercada, aparentando ter sido apropriada, a área do antigo Forte São Luís. A ligação da Avenida Mauro Ramos com a Avenida Beira Mar Norte, construída sobre o aterro da Praia de Fora, tomou uma outra parte da antiga praça. Na margem norte do córrego há uma parte remanescente da antiga praça, onde foi erguido um monumento a Lauro Muller. Ao lado, num hotel, em área contígua a da praça, foi feito um ajardinamento que fez parecer que toda a praça é parte do jardim do hotel.

⁹³⁸ Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Página 8, referente a 1925. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹³⁹ Republica, 23 de junho de 1921, página 2 (BPESC).

No bairro antigo e pobre da Toca, fora do perímetro urbano desejado pela elite, afastado aos pés do Morro da Boa Vista, não encontrei nenhuma referência sobre demolições para nenhum tipo de “melhoramento” urbano.⁹⁴⁰

O artigo do jornal República de primeiro de fevereiro de 1920, sobre remodelações urbanas, relata que as demolições na Fonte Grande, entre a Pedreira e o Beco Irmão Joaquim, somavam quarenta casas. Somando estas, às vinte casas demolidas na área da Cidade Nova, às vinte na Rua 28 de Setembro, alcançava oitenta casas – sem considerar os relatos de demolições em menores número de casas e os que ocorreram na década de 1930.

Mais de quarenta casinhas de alvenaria de tijolos, do beco Irmão Joaquim e nas imediações da Pedreira, bem como a grande propriedade do empreiteiro Villa já foram demolidas.

A partir de 1921, não encontrei mais referências sobre demolições em nome das melhorias nas condições de saúde, higiene e do sanitarismo, mas continuavam as demolições em nome da modernização da cidade, alargamento e alinhamento de ruas, para novos investimentos comerciais. Continuava assim, o processo de expulsão da população pobre de seus casebres e cortiços demolidos.

Outro processo que culminou em uma série de demolições na área central da cidade foi o alargamento de ruas. Em 1908, o governo estadual comprou uma casa na esquina da Rua Tenente Silveira com a Arcipreste Paiva para alargamento da primeira.⁹⁴¹ O principal alargamento foi o da Rua República, uma das principais ruas comerciais da cidade. Em 18 de outubro de 1915, na época do superintendente João da Silva Ramos, havia sido aprovada a lei 375, que previa o alargamento dessa rua estreita, típica rua colonial portuguesa que passaria a ter 12 metros de largura.⁹⁴² Para isso, todas as novas construções e reconstruções do lado Leste da rua teriam que ter maior recuo. Eram negadas licenças para reparos, reedificação ou construção que

⁹⁴⁰ Parte da antiga Rua São Martinho, na Toca, hoje esta acampada pelo Hospital do Exército.

⁹⁴¹ Mensagem do governo de 2 de agosto de 1908. Página 33. Caixa 01. Centro de Memória e Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

⁹⁴² Coleção de leis e resoluções do Município de Florianópolis 1915 – 1916, página 16. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

não obedecesse ao plano de alargamento. Como foi negada em 1919 a licença para reparos ao proprietário do “acachapado” prédio número 24, que ficava na esquina com a Praça XV de Novembro e tinha que obedecer ao plano de alargamento que já estava sendo executado para a reconstrução dos prédios atingidos por um incêndio.

*“Considerando que essa referida meia água, já condenada, mas que por injustificável tolerância ainda se vem conservando unicamente para a irrizão (?) que desaba pelos seus meios telhados de toscas abas caídas sobre o logradouro de maior atração e movimento diário da cidade, e onde alterosas edificações estão sendo levantadas”.*⁹⁴³

Em 1919, o superintendente Oliveira Carvalho autorizou emissão de apólices de um conto de Réis a juros de 6% ao ano para pagar indenizações de um prédio e terrenos para o alargamento da rua.⁹⁴⁴

Em 1921, o superintendente Carvalho autorizou o prolongamento da antiga Rua da Tronqueira - que na época não tinha mais esse nome, e sim de um general, o Bittencourt - até o largo no Cais Liberdade, em frente à Capitania dos Portos. As desapropriações para abertura do prolongamento da rua começariam pelo lado do cais na Travessa Wandenkolk. A sobra de terrenos dos prédios que fossem desapropriados entre o cais e a Rua João Pinto seria cedida para a construção do Clube Náutico Martinelli, que “em caso de acabar seria revertido para o Hospital de Caridade”.⁹⁴⁵ Foram desapropriados e demolidos os prédios próximos ao cais e construída a sede do Martinelli. A abertura completa da rua nunca foi realizada. No local onde seriam feitas demolições para o prolongamento da rua até o cais ainda hoje, existem casinhas de porta e janela do século XVIII, na altura da Rua João Pinto há dois sobrados, um em cada lado da rua que também foram poupados de demolição. No outro extremo da abertura, que ligaria à antiga Tronqueira, na altura da Rua Victor Meirelles, hoje há um prédio público, o da Delegacia Regional do Trabalho, que também já foi do IBGE. Possivelmente o terreno desse prédio

⁹⁴³ Resolução 166, de 25 de fevereiro de 1919. Leis do Município de Florianópolis, 1918 – 1930, páginas 78 e 79 referentes a 1919. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁴⁴ Lei 466, de 1919. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁴⁵ Lei 503, de 13 de outubro de 1921. Códice 340, caixa 30, página 38, referente a 1921. *Loco citato*.

tenha revertido para o domínio público por ocasião das demolições e desapropriações para o prolongamento da rua, como o projeto foi abandonado, o terreno serviu para instalação do prédio público.

Em 1922, o superintendente João Pedro de Oliveira Carvalho mandou demolir os prédios 1, 3 e 5 da Rua Padre Roma, “por se acharem em ruínas” e que foram desapropriados pelo município para o alargamento da rua. As sobras dos terrenos foram doadas à Sociedade União Beneficiente dos Trabalhadores de Florianópolis para construção da sede.⁹⁴⁶ Carvalho também aprovou o projeto de alinhamento e melhoramento da Rua Almirante Alvim e o prolongamento das Avenidas Trompowsky e Rio Branco.⁹⁴⁷

Em 1927, o superintendente Heitor Blum mandou desapropriar “por utilidade pública, por estar fora do alinhamento da rua”, o prédio número 1 da Rua 28 de Setembro, de propriedade dos herdeiros de Augusto Briiggmann para alinhamento e alargamento da rua.⁹⁴⁸ O setor da superintendência encarregado desses projetos era “Secção Technica do Município” que durante o mandato de Carvalho ficou a cargo do Arquiteto Ton Wildi. Em 1922, assim como o governador Hercílio Luz, o novo superintendente municipal Olavo Freire Junior era um engenheiro civil. Freire era o primeiro substituto da superintendência e em setembro de 1822, mandou desapropriar por dois contos de réis (2:000\$000) uma faixa de terreno e o prédio número 40 da Rua Jerônimo Coelho, na esquina com a Rua 28 de Setembro de propriedade de Ricardo Pedro Goulart.⁹⁴⁹

Outros projetos de abertura de novas ruas foram realizados nas áreas das antigas chácaras próximas da Praia de Fora e no Mato Grosso sem a necessidade de demolições. Essa expansão ocorreu a cargo dos donos das áreas, em geral, comerciantes da cidade. Quando a cargo do Estado, a abertura das ruas nem sempre vingava. Em outubro de 1922, o presidente do conselho municipal, Manoel dos Santos Lostada, decretou a abertura de uma

⁹⁴⁶ Resolução 251, de 11 de fevereiro de 1922. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30, página 69, referente a 1922. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁴⁷ Resolução 270, de 14 de agosto de 1922. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. *Loco citato*.

⁹⁴⁸ Não confirmei a hipótese de que prédios de herdeiros eram mais fáceis de desapropriar do que os de proprietários que os utilizavam para viver ou alugar.

⁹⁴⁹ Resolução 273, de 18 de setembro de 1922. Códice 340, caixa 30, página 77 referente a 1922. *Loco citato*.

rua transversal à Avenida Rio Branco e a Rua Duarte Schutel, outra entre as ruas Almirante Lamego e Esteves Junior, essas ruas nunca foram abertas.⁹⁵⁰

Em 1929, a prefeitura autorizou a troca do prédio 23 na Rua Padre Roma, do patrimônio do município, por um terreno de Affonso Coutinho de Azevedo na mesma, rua no número 21. Affonso devia pagar 1:700\$000 réis e era obrigado a demolir “imediatamente” a casa e construir um muro à rua.⁹⁵¹

A resolução 169 de 1919, influenciava as demolições. Desde 1890, o imposto predial era considerado como “ônus real” que passava com o imóvel para o domínio do adquirente, com a nova resolução a averbação de transferência para o novo proprietário de imóvel seria realizado apenas quando quitado o pagamento de qualquer imposto ou multa em atraso. Isso dificultava a venda de casas de pessoas endividadas ou dos pobres que não conseguiam pagar os impostos. Uma saída era ceder à indenização proposta pelo poder público, para efetuar as demolições.⁹⁵²

As referências sobre as demolições justificadas por argumentos com base em problemas sanitaristas e higienistas, a cargo da inspetoria de higiene, são comuns até os primeiros anos da década de 1920, e aparecem com frequência nos documentos. A partir da inauguração da Avenida do Saneamento, em 1922, os argumentos mais comuns para justificar demolições são os de “modernização e embelezamento” urbano. Das áreas mais afastadas do perímetro urbano, como o Bairro da Toca, ou a Pedra Grande, não encontramos em todos os jornais, ou documentos do governo, ou nos autores que escreveram sobre o tema, nenhuma referência de demolições em relação às preocupações sanitárias e higienistas. A Toca, habitada por pobres e pescadores, estava fora do perímetro urbano que interessava diretamente a elite, estava além do Rio da Bulha, estava fora do seu cotidiano. As casinhas da toca foram todas demolidas nas décadas seguintes. Na Figueira ainda existem ou marcam o tamanho de uma braça e meia das casas reformadas.

⁹⁵⁰ Decreto 516, de 19 de outubro de 1922. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Código 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁵¹ Resolução 625, de 26 de julho de 1928. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Código 340, caixa 30, página 10, referente a 1929. *Loco citato*.

⁹⁵² Resolução 169 de 20 de março de 1919. Leis do município de Florianópolis, páginas 81 e 82, Código 340, caixa 30, referente ao ano de 1919. *Loco citato*.

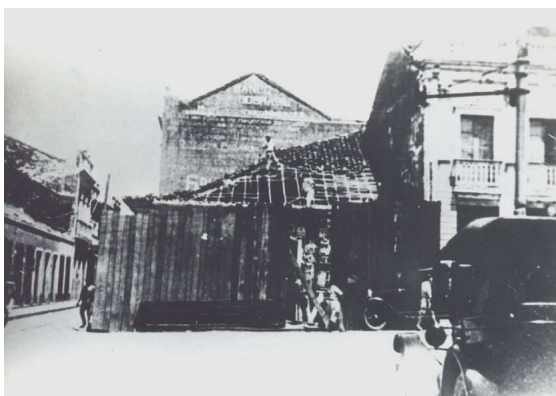
Muitas demolições continuaram a ocorrer no perímetro urbano em função do desejo e dos projetos de modernização e embelezamento da cidade. Na esquina entre a Rua do Comércio e o Largo da Matriz, na quadra com a Rua do Senado havia uma casa térrea com arquitetura colonial onde funcionava uma loja de roupas – Rainha da Moda - e uma confecção de Chapéus.⁹⁵³ A casa – de propriedade de um comerciante de sobrenome inglês, Jacques Schweidson, que se tornou rico comerciante - aparece sendo demolida em foto datada de 1925.⁹⁵⁴ Outra casa colonial na esquina da Rua do Senado com a Praça, na quadra com a Rua do Governador foi demolida para construção de um prédio na década de 1920, onde funcionou a Faculdade de Direito (SILVA, 1999, p. 40).

O processo de demolição foi intenso do início do século XX, até os primeiros anos da década de 1920. Araújo (1989) e Muller (2002) também concluíram em suas pesquisas, que as reformas urbanas e as mudanças ao comportamento social, fomentadas e impostas pelas elites e o Estado, implicaram em mudanças à paisagem da cidade e às relações sociais, que produziram uma profunda reorganização do espaço em Florianópolis.

*“Mas um dia
Nóis nem podi si alembrá
Veio os homens com as ferramentas
O dono mando derruba”.*
Saudosa Maloca (Adoniran Barbosa, 1955)

⁹⁵³ A Praça XV de Novembro era chamada de Largo da Matriz, Largo do Palácio e Praça Barão da Laguna, as referências à praça como Jardim Oliveira Bello são de um jardim construído no interior da Praça. Segundo Nicolich da Silva (1999, p. 28) os largos e praças tinham jardins em seu interior que recebiam nomes específicos.

⁹⁵⁴ Adolfo Nicolich da Silva, em seu livro *Ruas de Florianópolis*, apresenta uma foto dessa casa sendo demolida, datando o fato de 1925 (1999, p. 36), mas à página 38, Silva se refere à casa, como, prédio demolido na década de 1930.



Rainha da Moda e confecção de Chapéus. A casa era propriedade Jacques Schweidson que se tornou rico comerciante. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. E a casa sendo demolida em 1925. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Demolição de casa na esquina da Rua do Vigário com a da Conceição, década de 1910. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Alargamento da Rua República, entre 1915 e 1919. Demolição da casa onde funcionava a Livraria Central. Foto do livro Ruas de Florianópolis de Nicolich da Silva (1999, p. 59).



Alargamento da Rua República, entre 1915 e 1919. Casa térrea em que funcionava a Confeitaria do Chiquinho e o novo prédio da confeitaria sendo construído com o recuo exigido para o alargamento da rua. Foto do livro Ruas de Florianópolis de Nicolich da Silva (1999, p. 58).



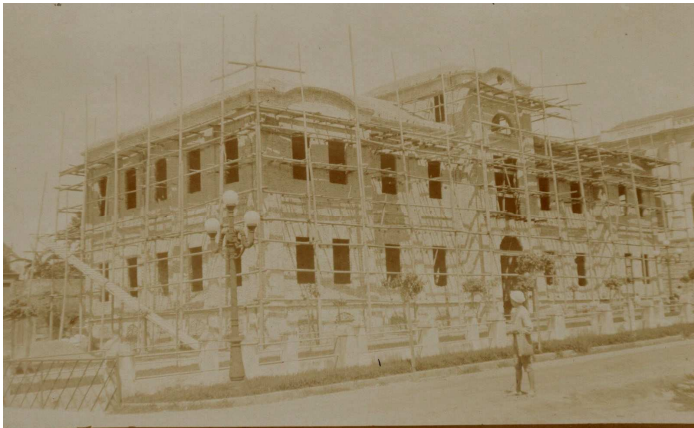
Casas do Bairro da Pedreira, década de 1910. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Casas sendo demolidas na Pedreira, 1919. Covaqueiros quebrando e transportando rochas no local em que seria construído o Instituto Politécnico. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



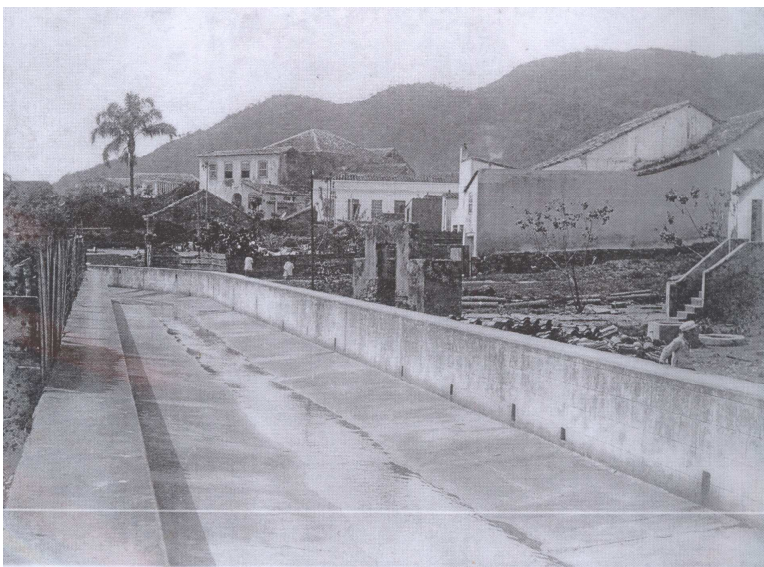
Pedreira com as casas demolidas, 1921. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



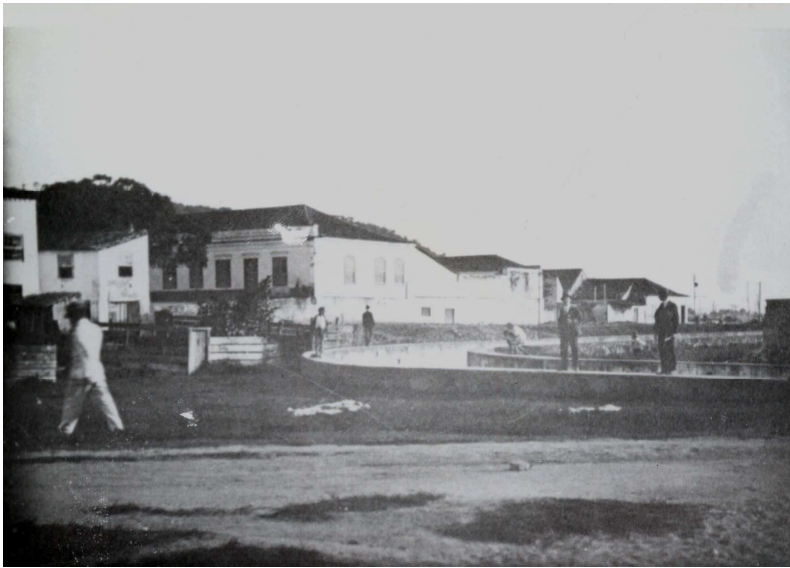
Construção do Instituto Politécnico, década de 1920. Primeira instituição de ensino superior de Santa Catarina, construído na Avenida do Saneamento no antigo Bairro da Pedreira.



Beco Irmão Joaquim, final da década de 1910. À esquerda, as primeiras casas demolidas. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Beco Irmão Joaquim com material das casas demolidas, 1919. A Fonte Grande canalizada. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Fonte Grande, década de 1920. Área ao lado do Quartel onde ficava o Beco Irmão Joaquim, já demolido. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Rua do Ouvidor, início do século XX. No cruzamento com a Rua da Palhoça, casas condenadas à demolição. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Demolição de casa na Rua José Jacques, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Rua do Rosário, início do século XX. Terrenos com casinhas demolidas. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Rua da Conceição, início da década de 1920. Casas demolidas e covaqueiros trabalhando. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Casinhas da Rua da Praia do Menino Deus, início do século XX. As casas foram demolidas entre as décadas de 1940 e 1950. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Casinhhas da Toca, início do século XX, e as casas já demolidas, década de 1970. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Casinhhas na ponta insular da Ilha no estreito com o Continente, década de 1910. A ponta já sem as casinhhas no local onde foi assentada a estrutura de suporte das barras que sustentariam as torres da ponte.

Isenção de imposto aos pobres

A partir de 1919, o superintendente municipal capitão João Pedro de Oliveira Carvalho isentou do imposto de décimas urbanas e remiu de dívidas públicas uma série de casas e prédios (sobrados).

*“Fica isenta do imposto de décimas urbanas a casa n. 98 da rua Conselheiro Mafra enquanto persistir a nimia pobreza de sua proprietária Maria Rocha Schultz, que também fica relevada de qualquer dívida municipal que sobre a referida casa pese”.*⁹⁵⁵

Os motivos para as isenções citados nas leis eram vários, a maioria das justificativas mencionava um estado de pobreza temporário ou permanente,

⁹⁵⁵ Lei 481, de 17 de outubro de 1919. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

viuvez, indigência, invalidez, desamparo. Como, quando, em 7 de maio de 1919, o superintendente Carvalho isentou dos impostos e taxas, dez propriedades, entre elas a casa dos herdeiros de Maria Antônia da Costa Crespo, enquanto residissem na casa. Isentou também a casa número 3 da Rua Camboriu, de Maria Napoleão Soares por ser viúva.⁹⁵⁶

Outras pessoas pobres foram isentas ou conseguiam prorrogação de outras dívidas. A viúva Catharina Pavam foi isenta de dívida de 277\$200 réis. Eulália da Silva Veloso teve prorrogado o prazo do pagamento dos impostos de calçamento da Rua 7 de Setembro onde tinha duas “pequenas casas”.⁹⁵⁷ Anna Ferreira da Costa teve sua “pequena casa” isenta por seu estado de “indigência”.

*“Fica remida da dívida de decimas urbanas que pesa sobre a pequena casa sita a rua Bocayuva n. 97, e isenta do referido imposto e de qualquer Taxa Municipal, a indigente Anna Ferreira da Costa”.*⁹⁵⁸

A casa 28 da Rua Nova Trento foi isentada enquanto seu proprietário Ildefonso José da Silva permanecesse em Estado de pobreza.⁹⁵⁹ As isenções das casas eram condicionadas a propriedade das pessoas que recebiam a isenção. Os impostos podiam novamente ser cobrados em caso de venda da casa ou por herança passasse a outra pessoa. Essa condição aparecia nas leis de isenção, como a lei 497 de 20 de outubro de 1920, que isentava de imposto outra casa, a número 10 na mesma “...enquanto pertencer a Maria das Dores Pitanga, e persistir esta em estado de nimia pobreza”.⁹⁶⁰ Ou no caso da lei que remia de dívida e isentava de imposto a “usofructória” Lucia Leopoldina de Almeida e herdeiros órfãos (...) enquanto se mantiver no atual estado de pobreza”.⁹⁶¹

⁹⁵⁶ Leis 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465 de 7 de maio de 1919. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930, Códice 340, caixa 30. *Loco citato*.

⁹⁵⁷ Lei 485 de 8 de maio de 1920. Lei 487 de 12 maio de 1920. *Ibidem*.

⁹⁵⁸ Lei 484, de 8 de maio de 1920, páginas 5 e 6, referente a 1920. *Ibidem*

⁹⁵⁹ Lei 488 de 12 de maio de 1920. *Ibidem*.

⁹⁶⁰ Página 12, referente a 1920, 1921, 1922. *Ibidem*

⁹⁶¹ Lei 501, de 9 de abril de 1921. *Ibidem*.

Tabela 40. Isenção de dívidas ou impostos municipais entre 1919 e 1927:

prédio	local	proprietário	motivo e ou condição
		1919	
sobrado	Rua Vitor Meirelles, 23	Adelaide Eudoxio de Freitas	-
casa	Rua Camboriú, 3	Maria Napoleão Soares	“por viuvez”
Sobrado e “pequena casa”	Rua José Jacques, 2	Marieta Ramalho Xavier	-
casa	Rua Curitibaanos, 88	Joana Bernardina de Jesus	-
casa	Largo Beijamin Constat, 5	Herdeiros de Maria Antônia da Costa Crespo	“enquanto residissem na casa”
sobrado	Rua 28 de Setembro, 38	Francisca Ribas	-
casa	Rua 28 de Setembro, 32	Ana Maria Duarte	
sobrado	Rua Felipe Schmidt, 43	Viúva de Domingos Ventura Ramos	viuvez
sobrado	Rua Curitibaanos, 80	César da Silva	
sobrado	Rua João Pinto, 37	Helisaria Livramento e herdeiros	viúva de Otaviano Livramento
casa	Rua Almirante Lamego, 14	Idalina Benvinda da Costa	“viuvez”
casa	Rua General Bitencourt, 11 (Tronqueira)	Maria Isabel da Costa	viuvez
-	Rua Uruguai, s/n*	Maria José de Amorim	viuvez
-	Rua Bento Gonçalves, 1	Elisa Areta da Costa	viuvez
casa	Rua Nunes Machado	Maria Francisca Fernandes e herdeiros	viuvez
-	Largo Beijamin Constant, 8	Maria Melchiades Lopes Tourinho Gomes	pobreza
	Rua Marechal Guilherme s/n	Ana Henriqueta Vieira	
	Rua Anita Garibaldi, 14	Carlota Leopoldina Gouvêa	
	Rua Visconde de Ouro Preto, 28	Virginia Coutinho	
“casinha”	Rua Rui Barbosa, 18	Caetana Pereira	
“casinha”	Rua Felipe Schmidt, s/n	Lídia Carmo Magalhães e Maria do Carmo, irmãs	
“pequenas casas”	Rua Almirante Lamego, 53 e 55	Maria Julia de Melo	viúvez
	Rua Conselheiro Mafra, 98	Maria Rosa Schultz	“enquanto persistir a pobreza de sua proprietária”
		1920	
“predio”	Rua 28 de Setembro, 8	Maria Melchiades Lopes Tourinho Gomes	“enquanto pertencer a (...) e persistir a mesma em estado de pobreza”
“pequena casa”	Rua Bocayuva, 97	Anna Ferreira da Rocha	indigente
casa	Rua Nova Trento, 28	Ildefonso José da Silva	“enquanto permanecesse em estado de pobreza”
casas	Largo São Sebastião, 1; Largo Floriano Peixoto, 10; Rua Almirante Lamego 13	Anfrizio Pereira	“em estado de invalidez e pobreza”
Casa	Rua Nova Trento, 10	Maria Das Dores Pitanga	“enquanto permanecesse esta em estado de nimia pobreza”
		1921	
casa	Rua Tiradentes, 34	Lucia Leopoldina de Almeida e herdeiros órfãos	“enquanto se mantiver no atual estado de pobreza”
casa	Rua Cruz e Souza, s/n	Ângelo Verzola	“enquanto permanecer em estado de pobreza”
casa	Rua Victor Meirelles, 13	Maurícia F. G. Margarida	“enquanto viver”
casa	Rua Trajano, 29 e Rua Conselheiro Mafra, 116	Olímpia Luiza Carvalho	
		1925	
4 casinhas	Rua Frei caneca, nos fundos do n. 70	José Franzoni	“incapacidade para o trabalho e extrema pobreza”
prédio	Rua Blumenau, 14	Amália Julia da Costa	viúvez

prédio	Rua Fernando Machado, 21	Maria Eugenia Cidade e Silva	viúvez
		1927	
2 prédios	Travessa 7 de Setembro. 3 e 5	Viúva de Antônio Joaquim Veloso	viúvez
4 casas	Rua Frei Caneca	José Franzoni de Brito	

Fonte: tabela organizada a partir de Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930, Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

* Sem número.

O superintendente João Pedro de Oliveira Carvalho isentou de impostos pessoas pobres e viúvas. Estas isenções, em pleno processo de demolição de casas e cortiços, era uma medida que contribuía para a permanência dos pobres no perímetro urbano. Mas o superintendente Carvalho agia na contramão da política que vingava. E por sua vez o governo estadual continuava desapropriando e demolindo na cidade. Com a resolução 180 de 1919, Carvalho aumentou salário, promoveu funcionários de cargos e fixou em 8 horas diárias o trabalho de operários mensalistas e diaristas a serviço da municipalidade. Pela resolução 200, de 24 de dezembro de 1919, para atender ao aumento da concorrência entre vendedores de peixe, resolveu abolir o imposto dos pombeiros que vendessem peixe no Mercado.⁹⁶² Em 1928, Heitor Blum também isentou, os que não pagavam o imposto predial, da contribuição de uma terça parte dos custos do calçamento. “*As casas isentas do imposto predial, por pobreza, ficam também isentas de contribuir para o calçamento*”.⁹⁶³

Mesmo assim, os gastos com desapropriações aumentaram naquele ano. A maioria dos proprietários, era de mulheres, muitas caíam em pobreza quando ficavam viúvas. Na sociedade da época, dependiam dos homens para ter renda, exceto as de origem africana, as demais mulheres da cidade em geral não desempenhavam nenhum ofício urbano. Em uma só lei, a 469 de 23 de junho de 1919, viúvas foram isentadas do imposto predial urbano. “*Ficam isentas do imposto predial urbano remidas de qualquer dívida ao Município as seguintes viúvas*”.⁹⁶⁴ Algumas viúvas tinham sobrenomes de escravas, como da Costa, inclusive uma Benvinda da Costa.

⁹⁶² Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930, página 86 e 100 referente a 1919. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁶³ Resolução 616, de 27 de outubro de 1928. Códice 340, caixa 30. *Loco citato*.

⁹⁶⁴ Leis do Município de Florianópolis 1918 - 1930. Códice 340, caixa 30, página 45. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Aparecem entre os diferentes casos de isenção, pessoas com mais de uma casa, até com várias. Pessoas citadas como pobres para burlar a superintendência ou conseguir o benefício como favor político, em outros casos nenhuma justificativa era citada na lei que os isentava. Em 23 de junho de 1919, o superintendente Carvalho, em uma mesma lei, a 469, isentou por estarem viúvas, uma Idalina, uma Elisa e quatro Marias. Entre as Marias, havia uma, Melchiades Lopes Tourinho Gomes que além de um nome grande e da casa isenta no Largo Benjamim Constant, número 8, que nunca foi um lugar de pobres, tinha um “prédio” (sobrado) que foi isento no ano seguinte pela lei 483. O prédio (sobrado) ficava na Rua 28 de setembro e foi isento com a condição: “enquanto lhe pertencesse e persistisse seu estado de pobreza” – mesmo uma viúva com uma casa e um sobrado poderia se encontrar realmente em estado de pobreza, principalmente se o sobrado estivesse interditado para servir de cortiços alugados, já que em 1920, havia um contexto desfavorável à manutenção de cortiços na cidade.⁹⁶⁵ Outro caso foi o de Anfrizio Pereira que teve várias casas isentas de imposto. A superintendência isentou sua casa no Largo São Sebastião, número 1, na Praia de Fora, a casa no Largo Floriano Peixoto, número 10, e outra na Rua Almirante Lamego número 13. Anfrizio morava na casa do Largo São Sebastião, porém nesse caso, além de citado como pobre era inválido - a justificativa: “...*enquanto nella residir seu proprietário em estado de invalidez e pobreza*”.⁹⁶⁶ Uma senhora, Olímpia Luiza Carvalho teve duas casas isentas, uma à Rua Trajano, 29 e outra na Rua Conselheiro Mafra, 116 - a principal do comércio - na lei dessa isenção não é citada nenhuma justificativa, possivelmente porque não havia.⁹⁶⁷

De novembro de 1921, até outubro de 1925, não foi decretada nenhuma isenção. Mesmo ainda durante o segundo mandato do superintendente João Pedro de Oliveira Carvalho (10/1/1919 a 15/8/1922), que iniciou as isenções, a superintendência não decretou nenhuma nova isenção nos últimos dez meses de seu mandato. Os superintendentes seguintes não decretaram nenhuma isenção: Olavo Freire Junior (substituto por três períodos entre 16/8/1922 e 30/4/1923); Abelardo Wenceslau da Luz (três períodos entre 14/10/1922 e

⁹⁶⁵ Lei 469, de 23 de junho de 1919. Lei 483 de 8 de maio de 1920. *Ibidem*.

⁹⁶⁶ Lei 496, de 20 de outubro de 1920, páginas 11 e 12 referentes a 1920. *Ibidem*.

⁹⁶⁷ Lei 508, de 15 de outubro de 1921, página 44, referente a 1921. *Ibidem*.

27/9/1924); Antônio Mâncio da Costa (substituto entre 30/01/1923 a 06/3/1923) e André Wendehausen Junior (substituto entre 28/9/1923 a 25/10/1923). Talvez pelos problemas de fraudes nas isenções, ou simplesmente por não concordar com o processo, o superintendente Fulvio Coriolano Aducci decretou em 1924, a lei 535, tornando sem efeito todas as isenções concedidas por motivo de pobreza. Seu decreto estabelecia as condições para as novas isenções e faz supor que até então fraudes, como verifiquei eram comuns.

*“De 1ª de janeiro de 1925 em diante, ficam sem efeito todas as isenções do imposto de décimas urbanas concedidas por motivo de pobreza. D’aquella data em diante as isenções do dito imposto só serão concedidas às pessoas que provarem:
Mulheres sem arrimo sem pensão ou ordenado dos cofres públicos salvo pensão ou ordenado inferior (deveria ser superior) a 60\$000 mensais.
Homens além das exigências anteriores que acharem-se impossibilitados de trabalhar por velhice, moléstia incurável ou deformidade.”*⁹⁶⁸

Com essa lei as isenções poderiam ser suspensas a qualquer tempo e durante o período de Fulvio Aducci nenhuma isenção foi concedida.

Um ano depois, durante a superintendência de Gustavo Adolpho da Silveira, as isenções começaram e atendiam as normas impostas pela lei 535. Em 26 de outubro, pela lei 552, ficaram isentas de dívida ativa do imposto de décimas urbanas, quatro casinhas à Rua Frei Caneca, nos fundos do terreno do prédio número 70, de propriedade de José Franzoni, “... visto ter o mesmo provado a sua incapacidade para o trabalho e extrema pobreza”. José Franzoni é citado em estado de “extrema pobreza”.⁹⁶⁹ Talvez a justificativa da lei não fosse verdadeira, servindo apenas para livrá-lo do imposto, principalmente por que sendo proprietário de quatro casinhas ele era então, na verdade, dono de um cortiço. Os cortiços vinham sendo alvos das demolições na época. Mas talvez suas casas não fossem tão indesejáveis, a pesar de próximo da Praia de Fora – lugar de chácaras dos ricos – as casas estavam no limite do perímetro urbano, a Rua Frei Caneca no antigo bairro da Pedra Grande início do caminho ao Norte para fora da cidade.

⁹⁶⁸ Lei 535, de 13 de novembro de 1924. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Páginas 80 e 81 referentes a 1924. *Ibidem*.

⁹⁶⁹ Lei 552 de 26 de outubro de 1925. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Referente a 1925, página 19. *Ibidem*.

*“Peguemo todas nossas coisas
E fumo pro meio da rua
Apreciá a demolição”.*
Saudosa Maloca (Adoniran Barbosa, 1955)

Falta de moradias para os pobres

A próxima citação demonstra que no início da década de 1920, o processo de expulsão dos pobres do perímetro oficial da cidade estava no auge. O processo havia iniciado durante a segunda metade do século XIX, com a tomada de parte da área central pelo comércio e a classe burguesa, foi acentuado com as políticas de “modernização”, renovação urbana e as políticas sanitaristas, culminaram nas demolições das casas e cortiços em que os mais pobres viviam, primeiro do centro depois ao longo da Fonte Grande e provocou a expulsão dos pobres para os Morros.⁹⁷⁰

“Continua sem solução o serio problema da excashez de habitações, máxime de habitações baratas destinadas ás classes sociais de pequenos recursos. O executivo Miunicipal, attendendo á situação verdadeiramente premente da população, tem permitido a construção sem maiores exigências architectonicas, no Morro do Antão e nas ruas da periferia da cidade, de pequenas casas para moradia de gente modesta. Além disso, na avenida da Paz, dentro da chácara do cessionário d’auella via publica, afastados do alinhamento, permitido fossem conservadas, em character provisório, umas casinhas que já ali existiam.

Aquella medida sobre construcções, acolhida com interesse, ainda que tenha produzido seus efeitos absolutamente não resolve o grave problema, principalmente devido ao elevado preço do material de construção e da mão de obra.

Esta situação que já vem demasiadamente prolongada e cada vez mais aggravada pelas demolições que tem sido feitas para attender ao saneamento e embelezamento da cidade, pede a vossa iniciativa uma solução imediata e compatível com os recursos financeiros do município.”⁹⁷¹ (grifo nosso)

A preocupação com a falta de moradia aos pobres era do superintendente João Pedro Carvalho o mesmo das isenções de taxas prediais aos pobres. Mas Carvalho foi uma voz dissonante entre os superintendentes e

⁹⁷⁰ Esta tese de que a construção da Avenida do Saneamento foi o cume do processo de expulsão dos pobres da área central para os Morros de Florianópolis também é compartilhada pelas conclusões da dissertação de Muller (2000, p. 133).

⁹⁷¹ Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo superintendente municipal capitão João Pedro de Oliveira Carvalho. “O problema das habitações” jornal República, 24 de abril de 1921, página 2. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

demais governantes. Houve preocupações com a falta de moradias para os pobres, e algumas medidas e leis tinham o objetivo de amenizar o problema. Porém, as leis e incentivos públicos foram dirigidos para a construção e reconstrução de casas para as classes abastadas. O problema de falta de moradias para os pobres foi solucionado de forma definitiva com os Morros.

Durante a pesquisa encontrei uma lei decretada sobre imposto dos prédios que beneficiava os mais pobres. A lei 191 de 1903, no governo do superintendente municipal, coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, sobre o arbitramento do imposto dos prédios urbanos: se o prédio fosse habitado por “pessoa pobre” o valor locativo, que era a base para o cálculo do imposto predial, de 10% do valor anual, seria arbitrado em metade ou menos desse valor.⁹⁷² Cinco anos depois, o governo municipal reforçou a tentativa de diminuir o problema da falta de moradias, formulou a lei em 25 de abril de 1908. A lei dispensava de qualquer imposto por seis anos, as casas que fossem construídas, num prazo de dois anos, para moradia dentro do perímetro urbano. Após ter derrubado as casas em que vivia a população pobre na Cidade Nova, as medidas contra falta de moradia não tiveram eficácia. Em julho de 1908, o jornal A Fé comentava a falta de efeito da lei. Os poucos prédios disponíveis não se destinavam aos pobres em razão dos altos preços dos aluguéis. Para reparar o problema causado pelas demolições das casinhas da Praça Pereira e Oliveira e de muitas nas ruas do centro, as novas, que fossem construídas por particulares, não poderiam ultrapassar aluguel no valor de 25\$000 reis mensais, para ser ocupadas por pobres.

“Assim haverá a municipalidade reparado a sua pressa de desapropriar para derrubar as casinhas existentes no local actualmente Praça Pereira e Oliveira e n’outras ruas.

A boa razão esta provando que, antes disso, o executivo municipal deveria arranjar commodos para estabelecer os inquilinos das casas derrubadas.

São sempre de máos efeitos as leis que attentam contra as comodidades publicas”.⁹⁷³

Uma lei similar foi decretada anos depois, em 1920, no final de uma década de intenso processo de demolições. Enquanto as demolições

⁹⁷² Os únicos prédios isentos eram os do Hospital de Caridade e do Asilo de Órfãos. O Dia, 14 de outubro de 1903, ano 3, número 822 (BPESC).

⁹⁷³ “Lei municipal”. A Fé, 6 de julho de 1908, número 168 (BPESC).

continuavam, o Estado tinha interesse que a cidade fosse reconstruída rapidamente e passou a incentivar novas construções. Os interessados tinham apenas que requerer licença à superintendência com o plano de construção do prédio, sem ônus, nem taxas se construído em dois anos. Mas, incidiam nessa época regras e padrões urbanísticos que impossibilitavam a construção de casas simples, acessíveis ao aluguel dos pobres, como ocorreu em 1908.

*“Ficam dispensados de qualquer ônus ou impostos municipaes, durante seis annos, os prédios que forem construídos no perímetro urbano, dentro do prazo de does annos”.*⁹⁷⁴

Em 1912, o inspetor de saúde Joaquim David Ferreira Lima, fez um levantamento junto à companhia de luz e água e a superintendência sobre o total de casas em Florianópolis. Segundo o relatório da inspetoria o total era de 2.595 casas, com um aumento de cerca de 90 novas casas a cada ano. Mesmo assim, Ferreira Lima cita a falta de moradias.

*“Apezar deste augmento, continua a haver muita falta de casas, de onde o facto de se apertarem em uma mesma moradia, como habitualmente se vai verificando, duas e mais famílias”.*⁹⁷⁵

No seu relatório de 1915, Ferreira Lima estimou que o número de casas aumentara em mais 300, alcançando 2.812 conforme os dados da relação que obtivera da companhia de água e luz, conforme o número de “penas d’agua”. Mas acreditava que o número real deveria ser maior – “gato” da água já havia.

“Sabe-se entretanto, que há grupos de duas casas pequenas, que possuem uma só pena e que por isto são contadas como uma; por outro lado existem edificios públicos como o Palácio do Governo, o Quartel da Policia etc. habitadas por grande n. de pessoas (...) em taes condições pois, não será exagerado calcular-se o numero das casas de Florianópolis em 3.000. Se nestes três últimos annos o n. das casas augmentou de cerca de 1/6 das que existiam e se, como se verifica, continua a haver difficuldades para a obtenção de casas para aluguel, é claro que a população também augmentou proporcionalmente ao numero de casas acrescidas, o que força a conclusão de

⁹⁷⁴ Lei 498, de outubro de 1920. Leis do município de Florianópolis 1918 – 1930. Página 12, referente a 1920. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁷⁵ Relatórios do inspetor de saúde, 1913. Códice 54 – 1. Caixa 161, página 17. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

*supor-se que a atual população de Florianópolis é de 20.000 – talvez 21.000”
976 (grifo nosso)*

Em 1920, a superintendência municipal demonstrou preocupação com a falta de habitação com as demolições de áreas pobres. O projeto de uma nova cidade com nova estética, com infra-estruturas modernas e serviços para as elites estava em construção. As possibilidades de aluguéis baratos diminuía e a oferta passou a ser restrita as casas maiores de aluguel mais caro que passavam a ser construídas. Os cortiços eram de propriedade de gente remediada, que solicitava a demolição ao Estado. Preferiam receber uma indenização pelas verbas para desapropriações dos projetos sanitaria, do que arcar com multas, impostos e remodelações arquitetônicas. Assim, avançavam as demolições à medida que atuavam as inspetorias de higiene e a secretaria de obras. Há vários relatos e notícias sobre desapropriações para demolições de casas da velha cidade colonial nos jornais republicanos.

Em 1925, o superintendente Fulvio Aducci publicou a lei 543 de 19 de maio, que tentava incentivar, com a isenção de impostos, a construção do maior número de casas para moradia no menor tempo possível. Uma tentativa de impulsionar um novo setor, o imobiliário. Porém, essa, como as leis anteriores, não resolveria o problema da falta de moradias para os pobres. A prova foi a ocupação dos Morros na década de 1920. Todas as construções, das casas destinadas a aluguel de 50\$ reis, às que fossem construídas na Avenida Hercílio Luz tinham que seguir o “tipo” determinado pela superintendência. Esses “tipos”, dos quais não encontramos os documentos que revelassem suas especificações, talvez as exigências arquitetônicas e estéticas encarecessem a construção. Isso é possível, visto que a Estado e as classes ricas vinham há anos condenando o padrão colonial das casas simples de porta e janela e pretendiam alcançar um novo padrão urbano em relação às construções antigas, e isso foi o motivo de muitas demolições.

Outro fator que pode ter sido decisivo para o fracasso da construção de casas de aluguel barato, é que a lei incentivava por isenção de um longo período - de dez anos - o investidor que construísse dez casas, e talvez não

⁹⁷⁶ Relatórios do inspetor de saúde, 1915. Códice 54 – 1. Caixa 161, página 5. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

existissem capitais suficientes, dispostos a investir nesse negócio. O fato é que a lei também se destinava a construção de casas de alto padrão na Avenida Hercílio Luz e talvez lá tenham se concentrado os investimentos disponíveis na época, em virtude do maior lucro e rendimento com casas voltadas para a população mais rica. Na Avenida Hercílio Luz foram construídas casas de um mesmo padrão, elevado - um desses conjuntos foi construído em frente a Praça Olívio Amorim.

“Ficam isentas das décimas urbanas todas as casas construídas ou terminadas dentro do tempo que decorrer da data desta lei até 1ª de julho de 1927, destinadas exclusivamente a moradia, nas seguintes condições:

- o proprietário que construir uma ou mais casas, quatro (inclusive), gosará a isenção por cinco annos;*
- o que construir cinco ou mais, gosará a isenção por oito annos;*
- o que construir dez ou mais casas, de typo especial, para alugueis entre 50\$ e 80\$ mediante acordo que fará com a Superintendência Municipal, gosará a isenção por dez annos.*
- o que construir casa na Avenida Hercílio Luz submetendo-se ao typo que fôr indicado pela superintendência Municipal, gosará oito annos de isenção”.*⁹⁷⁷

Em abril de 1927, o superintendente Heitor Blum, dificultou ainda mais a construção de casas de aluguel barato com o decreto da lei 581 que obrigava prédios novos ou reconstruções a terem dois pavimentos (contando o “rés do chão”) na área central da cidade. A lei induzia a substituição de todas as antigas casas de porta e janela de aluguel mais barato por sobrados.⁹⁷⁸ Em Novembro, Blum tentou incentivar a construção de casas, por empresas ou particulares, para aluguel, por no máximo de 50 mil réis, que ficariam isentas de impostos por dez anos. Isentava por sete anos as casas construídas para aluguel de no máximo 100 mil réis e por cinco anos as que fossem alugadas por mais de 100 mil réis.⁹⁷⁹ O aumento no prazo de isenção dessa lei em relação às anteriores revela que as demais não vinham surtindo o efeito desejado de reconstrução e para resolver o problema da falta de moradias para

⁹⁷⁷ Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Página 7, referente a 1925. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁷⁸ Lei 581, de 19 de abril de 1927. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30, páginas 7 e 8, referentes ao ano de 1927. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁷⁹ Lei 596 de 3 de novembro de 1927. Leis do Município de Florianópolis. Páginas 19 e 20. *Ibidem*.

os mais pobres. De fato esse problema não foi solucionado na cidade e os Morros foram ocupados, o que foi uma eficaz solução para o poder público.

*“Conceição, eu me lembro muito bem
Vivias no Morro a sonhar,
Com coisas que o morro não tem
Foi então, que lá em cima apareceu
Alguém que lhe disse a sorrir
Que descendo à cidade, ela iria subir”.*
Conceição (Jair Amorim, 1956)

Capítulo XIII

O território dos pobres

“... Há dois annos, seguramente, que Florianópolis se desenvolve de maneira a se transformar de cidade velha que era, em uma Capital elegante e progressista. As construções nestes dois annos, entre edificações novas e reconstruções, atingiram a cento e quarenta prédios, todos de estylo moderníssimo e obdecendo a todos os preceitos e exigências da moderna hygiene”.⁹⁸⁰

A nova cidade pobre

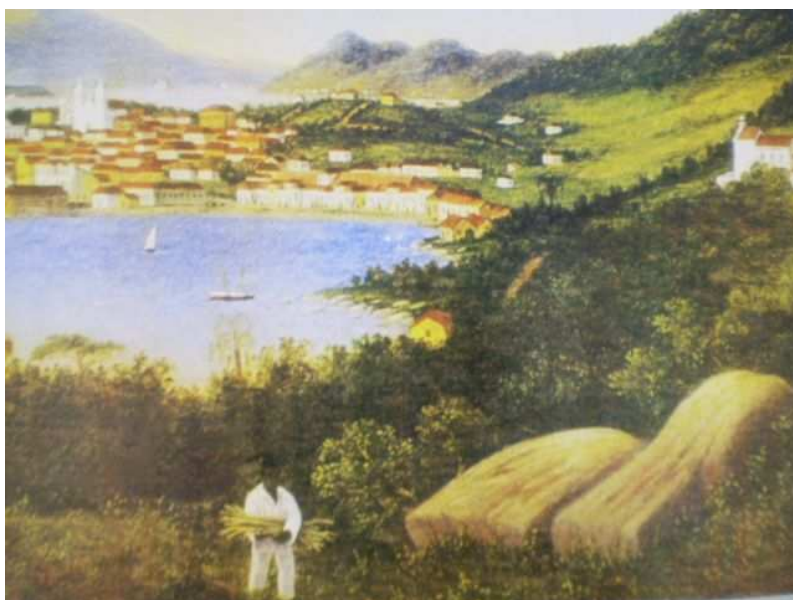
Uma nova cidade estava em construção desde a década de 1920, quando os pobres da cidade, mendigos e imigrantes pobres foram forçados a se deslocar para os Morros. Nos Morros os pobres formaram novas comunidades e a forma de vida nesses novos lugares estava mais ligada às antigas formas de subsistência do que ao novo modo de vida urbano.

Em 1919, estava em curso um processo intenso de ocupação dos morros pela população expulsa do centro da cidade. Frente a essa ocupação, o superintendente João Carvalho proibiu o desmatamento nas cumeeiras por toda linha divisória do perímetro até o córrego do Lessa, para preservar os córregos que abasteciam a cidade. A resolução indica que o desmatamento que vinha acontecendo era decorrente de atividades de subsistência, corte da mata para “roça” e retirada de lenha. Durante o século XIX, quando escravos fugidos e libertos, assim como soldados e pobres procuraram o Morro para se fixar e construir uma casa ou rancho, essas atividades eram comuns. Mas desde o final do século XIX, a intensificação da ocupação dos Morros pelos pobres expulsos das casas de aluguel pelo processo das demolições, as atividades de subsistência passaram a ser visíveis na paisagem, principalmente o desmatamento próximo aos córregos das vertentes. A preocupação de Carvalho era com o abastecimento de água que, desde 1910 era formado por uma rede que captava água nas vertentes do Antão e do Morro da Lagoa da Conceição. Esse sistema substituiu a dependência das três antigas fontes do centro e passou a abastecer uma população muito maior do que a do século XIX.

⁹⁸⁰ “Também nós progredimos”. O Estado, 2 de setembro de 1929, ano XV, número 4.779 (BPESC).

“Considerando, como providencia de sanidade publica, aliás prevista pelo art. 56 do Código de Posturas, a necessidade de conservar-se as matas existentes nas proximidades do perímetro urbano, especialmente no morro a leste da cidade, evitando a dissecação dos mananciais ali existentes, devendo a proibição de derrubadas, quer para roças, quer para o corte de lenha ou madeira, estender-se desde o cume do mencionado morro, e na direção da área urbana.

*Considerando que, a par da providencia aludida, preciso se torna a fiscalização efetiva das aguadas, córregos e cariocas sitas no perímetro urbano; Resolve, “ad referendum” do Conselho Municipal tornar obrigatória a proibição de desmatamento em geral no cume do morro do Antão, em todo seu percurso até a linha divisória do perímetro da cidade, a partir do córrego do Lessa...”*⁹⁸¹



Homem carregando lenha na encosta sul do Morro da Boa Vista. Pintura de Joseph Brüggemann, 1867.

A retirada de madeira dos Morros para construção de casas, embarcações ou como lenha, sempre ocorreu, desde os tempos da póvoa, e era comum durante o século XIX, mas passava a preocupar os que utilizavam a rede de abastecimento inaugurada em 1910. Ao mesmo tempo em que tentava parar o desmatamento nos Morros a superintendência proibiu uma série de atividades no perímetro urbano que tendiam a ser deslocadas para as vertentes. Um fato que aumentou o desmatamento dos Morros foi a ocupação para formar pastos e criar animais, ainda sobre a influência das medidas

⁹⁸¹ Resolução 158, de 29 de janeiro de 1919. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

sanitárias. A resolução 193, de julho de 1919, reeditava a antiga proibição e novas multas para quem plantasse ou replantasse capinzais e tivesse estábulos, estrebarias ou cocheiras, na área do perímetro urbano. As plantações seriam toleradas na “zona suburbana” a partir de 100 metros das ruas do limite do perímetro, ou seja, a partir das ruas a leste significava que eram tolerados nas vertentes dos Morros.

“...continua excluídas as zonas limitadas pelos lados opostos das ruas respectivamente confrontantes, até 100 metros, as quais constituem a zona suburbana onde será tolerado plantaço ou replante, de acordo com a lei, contando que os terrenos que forem alagadiços ou que tiverem águas estagnadas sejam devidamente aterrados ou drenados no prazo que lhes for marcado pela Superintendência.

*Que igualmente fica proibida (...) a instalação de estábulos, estrebarias e cocheiras”..*⁹⁸²

Esses pastos e estábulos proibidos eram os de pequenos sítios que como as chácaras cercavam de Norte a Sudeste o perímetro da cidade. Eram antigos sítios que sempre apareciam nas descrições dos viajantes estrangeiros durante os séculos XVIII e XIX. Peluso (1991, p. 317) se refere a esses pequenos sítios do final do século XIX. Além das chácaras de refúgio dos abastados, havia propriedades de pequenos agricultores que delas viviam. Peluso considerava que essas chácaras e sítios dificultaram a expansão da cidade no início do século XX, “os ricos por não quererem se desfazer de suas áreas de recreação e os agricultores por relutarem em trocar o meio de vida rural pelo citadino”. Porém, essa resistência que Peluso cita, não foi duradoura. Legalmente o perímetro urbano já havia alcançado toda a península entre os morros e as baías, e no final da década de 1920, novas ruas foram abertas na área das chácaras. Além disso, as resoluções sobre proibição de pastos, bananeiras, criação de animais e estrebarias forçaram a mudança de vida desses agricultores que viviam da subsistência nos limites da cidade. As chácaras e sítios que permaneciam, ficavam mais ao Norte e Nordeste do perímetro da cidade e nessa área impediram o deslocamento das populações pobres do centro no início daquela década. Aos pobres tinha restado, ocupar

⁹⁸² Resolução 193 de 29 de julho de 1919. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930, páginas 95 e 96. *Ibidem*

as margens dos córregos e os Morros, pelas dificuldades de permanecer na cidade, principalmente pelas demolições.

Enquanto seguiam as demolições, em 1921, o superintendente municipal capitão João Pedro de Oliveira Carvalho enviou a mensagem ao conselho municipal sobre “O problema das habitações” publicado no jornal República de 24 de abril de 1921 – citada no capítulo anterior. Em 1928, a diretoria de higiene continuava fazendo o serviço de polícia sanitária, inspecionando casas, limpando terrenos, retirando lixo, aplicando intimações sobre limpeza e esgoto, fazendo desinfecções e aplicando multas de 50 mil a 100 mil réis. Mas, por volta de 1927, as demolições sanitárias cessaram, ao menos nos documentos, parecem ter sido completadas. E até 1929, haviam sido construídos 140 novos prédios, erguidos sob as exigências sanitárias e arquitetônicas “modernas”, parte sobre as casas demolidas. Prédios novos no lugar das casas e cortiços, reconstrução da “cidade velha” em “capital elegante”, o processo iniciado durante o século XIX, com a destruição das casinhas de porta e janela para dar lugar aos primeiros sobrados de comércio estava completo no perímetro urbano.⁹⁸³

No final da década de 1920, a cidade apresentava uma outra paisagem urbana, ruas calçadas, aterros, urbanização de largos e praças, redes de iluminação elétrica e de água. Abertura de ruas e avenidas, novos prédios, automóveis circulando pela cidade e cruzando a ponte sobre o Estreito. Nessa nova cidade, novos serviços. Um anúncio no jornal de 1929, apresenta o primeiro serviço de táxi de Florianópolis: *“Precisa de um automovel? Chame pelo número 400. Atende prontamente a qualquer hora do dia e da noite”*.⁹⁸⁴ Outro exemplo desses novos laços foi a formação da rede telefônica intermunicipal em 1927, que começou a ser construída a partir da capital.⁹⁸⁵ A Modernidade urbana que a elite almejava havia sido alcançada e as relações atadas em outra escala, principalmente em relação a influência de outros lugares como o Rio e a Europa. Nos jornais as notícias não eram mais sobre a cidade, as coisas do lugar e seus problemas de insalubridade, os pobres, a

⁹⁸³ O Estado, 2 de setembro de 1929, ano XV, número 4.779 (BPESC).

⁹⁸⁴ O Estado, 9 de julho de 1929 (BPESC).

⁹⁸⁵ André Luiz Santos, 1999.

infra-estrutura, a falta de serviços urbanos ou sobre as disputas políticas. As notícias passaram a tratar dos problemas e temas nacionais e mundiais.

Elegantes casas e edifícios públicos no lugar de velhas casas e cortiços demolidos. O maior peso de todas essas novas mudanças caiu sobre os pobres, que foram obrigados a se deslocar para fora do perímetro urbano, aos Morros. É também de 1927, uma importante referência sobre esse processo, a lei municipal 595, de outubro daquele ano, que permitia a construção de casas de madeira em áreas na periferia da cidade, onde os moradores poderiam abrir ruas, com a condição que não fossem visíveis do centro – que citarei a frente.⁹⁸⁶ As favelas poderiam existir desde que não fosse visível, a lei acabava de revelar um pouco do que compunha todo aquele processo de demolição dos anos anteriores.

O que ocorria em Florianópolis era parte de um processo maior de modificação, transformação e segregação urbana que ocorriam em outras cidades, expresso em mais ampla escala no Rio de Janeiro de onde eram copiados os principais modelos de “modernização” urbana.

“... Vemos todos os dias, a cidade invadir novos bairros, transformando em regiões de residência de famílias abastadas o que até agora eram favelas. Esta nesse caso o Jockey Club, na Gávea, como também estão os novos bairros de Ipanema e do Leblon, os quais até há pouco eram legítimas favelas. Hoje, elles estão cheios de lindos bungallows. Enquanto isso os pobres vão sendo tangidos cada vez mais para longe, ninguém sabe para onde...”⁹⁸⁷

A transformação da cidade colonial entre o final do século XIX, e o final da década de 1920, refletia mudanças sociais: ascensão da classe dos comerciantes; o fim da escravidão; estabelecimento de formas legais que dificultavam o trabalho e a vida dos mais pobres na cidade; as políticas sanitaristas para alcançar um novo modo de vida aos moldes da Europa; demolição dos cortiços e as construções das novas infra-estruturas urbanas: construção de avenidas, redes de água; esgoto; energia elétrica; iluminação pública; novas linhas de transporte; construção de novos prédios públicos. Este

⁹⁸⁶ Lei 595, de 29 de outubro de 1927. Estado de Santa Catharina. Município de Florianópolis. Collecção de Leis e Resoluções de 1927, página 18. Typ. da Folha Nova. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁸⁷ “Casa para os operários”. O Estado, 3 de julho de 1929, número 4.780 (BPESC).

processo de mudanças sociais e urbanas se expressava claramente em Florianópolis da década de 1920.

*“A tranquilidade, a monotonia da vida em nossa terra - agora perturbada pelo crescimento da população, as buzinas azucrinantes dos automóveis, o alarido sonoro dos rádios e o pregão enervante dos camelots – deu ensejo a que fosse outrora considerada lugar próprio para repôso ou estação-de-cura, não falando nas vantagens do preço dos gêneros alimentícios e dos aluguéis de casas de então”.*⁹⁸⁸

Em 1928, o crescimento da cidade seguia três direções: as reconstruções do centro; aberturas de ruas na área das chácaras nas proximidades da Praia de Fora do Mato Grosso e da Pedra Grande e a ocupação dos Morros para moradia.

O mercado de imóveis foi impulsionado na década de 1920. A área ao longo da Fonte Grande passou a ser valorizada depois da canalização do córrego e a construção da Avenida do Saneamento. Nas áreas das antigas chácaras algumas ruas foram abertas. Áreas de expansão para um mercado que não atendia a demanda de casas baratas de aluguel. Em 1929, a prefeitura concedeu a Celso Ramos licença para abrir duas ruas: a Raphael Pinto Bandeira e a Rua Conselheiro Souza Franco na Praia de Fora. A única exigência era que ambas tivessem canalizações de águas pluviais.⁹⁸⁹ No mesmo ano Heitor Blun autorizou a abertura de duas ruas na antiga Chácara Macedo que ficava na Rua Aristides Lobo. A continuação desse processo durante o século XX, envolveu novos agentes sociais, como o Estado Republicano, promotores de especulação imobiliária, imigrantes pobres entre outros. As diferenças sociais passaram a ser mais claras e realçadas no espaço urbano, diferenças, não apenas definida pelas moradia, mas pela localização na cidade. Os pobres agora viviam num contexto social de forte separação, em locais claramente demarcados, nos Morros.

⁹⁸⁸ Alberto Entres e Tito Carvalho. *A ilha dos casos raros*. Guia do Estado de Santa Catarina: suplemento para o ano de 1938. Florianópolis, Livraria Central, 1938

⁹⁸⁹ Resolução 621, de 20 de abril de 1929. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Morros: o novo Desterro

*“Barracão de Zinco sem telhado, sem pintura
La no Morro Barracão é bangalô
Lá não existe felicidade de arranha-céu
Pois quem mora lá no Morro
Já vive pertinho do céu”.*
(Herivelto Martins. *Ave Maria do Morro*. 1942)

Todo o Maciço à leste do perímetro da antiga Desterro e que se estende no centro do distrito sede da atual Florianópolis – que o envolve – teve designações diferentes ao longo da história. A parte Norte do Maciço que cerca o antigo perímetro da cidade do século XIX, era chamada de Morro do Antão. Vários historiadores e memorialistas como Nicolich da Silva (1999, p. 106) explicam que o nome Antão se refere ao português Antão Lourenço Rebolo que foi um dos proprietários de terra no Morro.⁹⁹⁰ Porém nenhum dá referências da época exata que vivera o português. Encontrei uma referência sobre Antão Lourenço Rebolo de 1810, num pagamento de imposto do comércio de escravo – tinha terras e escravos.⁹⁹¹ O médico botânico alemão Robert Ave-Lallement, que esteve na Ilha em 1858, se referiu a uma das colinas como Pico do Sinal, onde ficava o mastro de uma bandeira.⁹⁹² Por conter o pavilhão também era conhecido como Morro da Bandeira. Segundo o que Almeida Coelho descreve do Morro em 1854 (1877, p. 99), no Antão ficava localizado o mastro dos sinais das embarcações que entravam no Porto – o asteamento da bandeira era um sinal de que havia embarcações entrando pela Barra. A “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876

⁹⁹⁰ Silva escreve: Antão Rebolo Lourenço.

⁹⁹¹ Naquele ano, o tesoureiro da câmara de Desterro recebeu o pagamento de meia ciza – imposto cobrado sobre a venda de escravos – de Antão Lourenço Rebolo, na quantia de vinte mil réis, pela venda, por quatrocentos mil réis, dos escravos Manoel, de nação Angola, e Francisco, de nação Benguela, ao tenente José Ferreira da Cunha. Receita das sisas dos escravos 1809 – 1813. Códice 29, página 11. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁹² Robert Ave-Lallement. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). Tradução: Teodoro Cabral. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, São Paulo, Editora da USP, 1980. O dia que Lallement esteve em Desterro também está transcrito em: Páginas Catarinenses de Odilon Nogueira de Matos, 3ª edição, Campinas, editora Pontes, 1993, páginas 71 a 74.

designa todo o Maciço a Leste da cidade como “Morro do Signal”.⁹⁹³ A parte Sul do Maciço era chamada de Morro da Boa Vista, já no século XVIII, é como está designado na “Planta da Villa Capital de Santa Catharina” (1774).⁹⁹⁴

O registro mais antigo, da primeira moradia no Morro é do século XVIII, o de Dona Joana de Gusmão, a conhecida beata, querida pelo povo, que construiu a Igreja do Menino Deus no Morro da Boa Vista. Almeida Coelho escreveu em 1854 (1877, p. 97 e 98), sobre a tradição do que os mais idosos contavam em sua época sobre Dona Joana. Natural de Santos, após a morte do marido, partiu de Paranaguá e peregrinou pelo Sul, por terra, a pé. Em Desterro escolheu para viver o Morro, no mato virgem no lugar onde edificou um pequeno rancho. Deste rancho teria partido várias vezes ao Rio Grande de São Pedro e a colônia do Sacramento pedindo esmolas para construir uma Capela ao Menino Jesus, cuja imagem levava consigo. Voltou para o Morro e construiu junto a sua casinha um pequeno colégio de meninas e iniciou com as esmolas a construção da Capela do Menino Deus, a que hoje existe junto ao Hospital de Caridade. Na época da invasão espanhola em 1777, muita gente se refugiou na Capela sob a proteção da beata, Dona Joana nasceu em 1689 e faleceu em 1779.

O segundo registro mais antigo que encontrei sobre a ocupação nos Morros a Leste da cidade é de 1851, como refúgio de escravos “fugidos”.

*“Da-se 20\$000 reis de gratificação a quem trazer ao abaixo assignado um escravo de nome Luiz, cabra alto e reforçado, fala descançado; consta que anda apraceirado com uma negra também fugida nas imediações dos fundos do Morro da caridade”.*⁹⁹⁵ (grifo nosso)

Ao narrar sua incursão ao Pico do Morro do Sinal em 1858, Avé Lallement diz ter encontrado apenas um homem, um “soldado estropiado”, possivelmente o encarregado de fazer o sinal com a bandeira sobre a entrada de navios nas baías.⁹⁹⁶ Os Morros à Leste da cidade já tinham casinhas na

⁹⁹³ “Planta Topographica da Cidade do Desterro (1876), do acervo da Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

⁹⁹⁴ Original de Jacques Funck. Biblioteca Nacional Mario de Andrade. *Apud* Reis, 2000, página 226.

⁹⁹⁵ O Novo Íris, 24 de junho de 1851, anno II, número 130 (BPESC).

⁹⁹⁶ *Apud* Matos, 1993, página 73.

base das vertentes na década de 1860. Manoel J. D'Almeida Coelho nos da informação disso em 1869.⁹⁹⁷

Um dos principais indícios que comprovam a ocupação dos morros de Desterro durante o século XIX são as repetidas proibições do corte da mata. Em setembro de 1865, soldados da Companhia de Inválidos foram acusados pela câmara de derrubarem a mata nos Morros da cidade. Os ofícios trocados sobre o caso indicam a existência de ranchos e plantações no Morro anteriores a 1865. Em agosto daquele ano, o presidente da província, Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda pediu providencias ao comandante da companhia para impedir que os soldados continuassem as “derrubadas”.⁹⁹⁸ O tenente coronel Antonio Joaquim de Magalhães Castro respondeu a Adolpho, se defendendo das acusações da câmara sobre a “derrubação” da mata, citando o tenente da companhia de inválidos, José Cardoso da Costa que negara que os praças fossem culpados.⁹⁹⁹ José respondera assim a Antônio:

“... declaro que tendo mandado vir a minha presença o Cabo de Esquadra Amorim, e soldado Jose Rabello ambos da companhia de meu comando, os interroguei a respeito do conteúdo da dita copia, e me foi respondido pelo primeiro, que, achando-se destacado no morro do signal já á muitos annos, foi a tempos para lá mandado um destacamento de Guardas Nacionaes, os quaes tomarão o pequeno quartel onde elle morava com sua mulher, e que tendo de continuar ali, e não tendo para onde ir morar, veio falar com o sñh Major Ajudante d’Ordens e este lhe autorizára a fazer um rancho, o que elle autorizado fez um pequeno rancho de capim e rossou a roda do dito rancho para não estar dentro do mato, e plantou alguma verdura para della se servir, mas, que não fez derrubada alguma, e nem pretende; o segundo soldado José Rabello respondeu que tendo encontrado no dito morro um rancho já feito se apossou delle, e apenas tem conservado a roda do rancho rossada, e que também tem plantado alguma verdura para della se servir, ignorando fazer mal com isso.”¹⁰⁰⁰

Na “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876, estão representadas casas no Morro: um grupo de casas no alto da atual Rua Nestor

⁹⁹⁷ Manoel J. D'Almeida Coelho. Província de Santa Catarina - Informação sobre sua Povoação, Villas, Freguesias, Rios, Minas, Lagoas, etc. Desterro, 1869 (Transcrição Paleográfica de manuscrito de José Boiteux). Vilma R. Arrial Bueno. Florianópolis, 1987. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁹⁹⁸ Ofícios de 21 e 29 de agosto de 1865. Ofícios do governador da província à câmara municipal da cidade do Desterro – 1865. Códice 178. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

⁹⁹⁹ Ofício de 28 de agosto de 1865. *Ibidem*.

¹⁰⁰⁰ Ofício de 25 de agosto de 1865. *Ibidem*.

Passos, no entroncamento com o caminho que seguia para a Santíssima Trindade, atual Rua Vieira da Rosa, onde, na década de 1910, foi construída a caixa d'água, o reservatório da primeira rede de abastecimento da cidade e que deu nome ao Morro da Caixa D'Água, também conhecido como Monte Serrat. Nas imediações do caminho que seguia à Santíssima Trindade de Trás dos Montes, a Planta de 1876 representa outras casas dispersas pelo Morro.



Imagem parcial da “Planta Topographica da Cidade do Desterro” de 1876 (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) mostra uma das olarias da cidade na base do Maciço nas proximidades do caminho que seguia pela Tronqueira, atravessava o Morro do Antão até a Freguesia da Santíssima Trindade “de Trás dos Morros”.

A ocupação do Morro não parou com as reclamações da câmara ao exército e aos poucos foi sendo ocupado por quem não tinha uma casa, não tinha meios de comprar um terreno, alugar uma casa, gente da cidade ou de fora, que chegava pelo Porto ou do interior da Ilha. Outro registro, de 1887, informa atividade nos Morros da cidade quando o presidente da província tentou impedir o desmatamento e demarcar os terrenos da província, junto com algumas medidas sanitárias:

“Por Actto de 26 de Fevereiro approvei e mandei executar provisoriamente quatro artigos de posturas – 1ª proibindo o corte dos mangues; 2ª providenciando sobre vendagem de água potável; 3ª sobre a conservação

dos resíduos das cocheiras; 4ª sobre a destruição do matto no morro a leste da cidade".¹⁰⁰¹

"No morro do Antão – trato de fazer demarcar os terrenos que a província possui no morro do Antão n'esta cidade, e que não estavam reputados como pertencentes a ella. Têm sido devastados como "res nutlius" sem opposição de quem quer que fosse".¹⁰⁰²

Em 1894, as vertentes dos Morros da cidade estavam em pleno uso para roças e retirada do mato – geralmente para lenha. A câmara ordenou aos fiscais da freguesia da Santíssima Trindade que proibissem as roças e desmatamento para proteger a água dos córregos, principalmente na vertente da cidade – aos infratores, multas de 30 mil réis.

*"...ordena ao Fiscal da freguesia da Santíssima Trindade que terminantemente prohiba as roçadas e destruição das mattas no morro á leste desta Cidade. A fim de evitar a dissecação dos mananciaes ali existentes, sendo que esta prohibição entende-se desde o cume do mesmo morro até 50 braças para o lado da cidade e 20 braças para o lado oposto..."*¹⁰⁰³

Em 1918, o superintendente municipal Dorval Melchiades mandou desapropriar uma faixa de 15 metros dos terrenos de Antônio José Cardoso, para abrir uma rua entre o alto da Rua Curitibanos, que partia da Praça General Osório, até o Morro e a Rua Lage, que cruzava o Morro do Antão partindo da Tronqueira. O objetivo era a necessidade dos moradores de um atalho que ligasse o caminho do Morro com a Praça General Osório. A abertura desta nova rua, a atual Rua Professor Mario Nappi, ou os trechos que se ligam das atuais: Nova Descoberta e da Servidão Quebra-pote, possibilitou a ocupação de nova área no Morro, a comunidade Nova Descoberta.

"Considerando que torna-se necessária a abertura de uma via de comunicação entre as duas aludidas ruas, de modo a facilitar a passagem, principalmente, aos seus moradores.

¹⁰⁰¹ Relatório do Presidente da Província, de 11 de outubro de 1887, página 86. Rio de Janeiro. Typ. União, 1888. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁰⁰² "Terrenos da província". Relatório do Presidente da Província de 11 de outubro de 1887, página 80. *Loco citato*.

¹⁰⁰³ Portaria 76, de 10 de fevereiro de 1894. Copias de "Officios, Portarias e editaes" da intendência municipal e da Câmara Municipal 1892 – 1894. Códice 276, caixa 51, folha 82. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Considerando que a abertura da aludida rua encurta, de muito a distancia entre a Praça General Osório e o caminho chamado do morro”.¹⁰⁰⁴

A resolução de Melchiades prova que em 1918, o antigo caminho do Morro já estava consideravelmente ocupado com moradores que necessitavam de uma comunicação com a Praça General Osório. Outras áreas do Morro também começavam a ser ocupadas com aberturas de novas ruas nas vertentes. Naquele ano, Melchiades resolveu designar de Jaguaruna, uma rua sem nome oficial que partia da Rua José Veiga em direção ao Morro do Antão entre os terrenos de Carlos Reinisch e os herdeiros de José Joaquim da Veiga.

“Considerando que nela existem mais de dez casas que estão indevidamente consideradas como localizadas á rua Jóse Veiga, por falta de designação própria”.¹⁰⁰⁵



Circo no Campo do Manejo em frente à Nova Descoberta, década de 1930. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Circo no Campo do Manejo. Obra do pintor Hassis, 1957 (Fundação Hassis). As encostas dos Morros já ocupadas.

¹⁰⁰⁴ Resolução 132, de 23 de março de 1918. Estado de Santa Catharina Município de Florianópolis. Coleção de Leis e Resoluções de 1918 e 1919, páginas 25 e 26. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do município de Florianópolis.

¹⁰⁰⁵ Resolução 133, 1918, página 26. *Ibidem*.

Frente à ocupação dos morros pela população pobre, imposta pelas demolições de casinhas e cortiços da cidade antiga, em 1927, o superintendente municipal, Heitor Blum, publicou a lei 595, (que citei anteriormente) que permitia a construção de casas de madeira nos Morros. A publicação da lei constatava o processo em curso de ocupação maciça dos Morros pela população desalojada. Ao permitir a construção de casas de madeira, a lei cedia, e abandonava uma das mais freqüentes imposições durante o processo de modernização e embelezamento da cidade: as posturas que impediam a construção de pequenas casas ou de casas sem os requisitos de dimensão e arquitetura desejados e impostos pelo poder público e a classe dos ricos. Mesmo assim, o texto da lei demonstra que Blum ainda tentava dar continuidade aos processos de “embelezamento e de modernidade” que não incluíam os pobres e a paisagem da cidade que construíam, escondendo-os:

*“Art. 1ª – Ficam permitidas as construções de casas de madeira, com os requisitos hygienicos necessários, em terrenos fóra da zona central da cidade, onde os proprietários possam abrir ruas e praças de forma que as referidas edificações não sejam visíveis das ruas ou praças já existentes”.*¹⁰⁰⁶ (grifo nosso)

A Lei 595 expressa vários aspectos do processo de transferência da pobreza urbana para os Morros. Primeiro, compõe um conjunto de leis, resoluções e decretos que ao longo de décadas formam muito mais um conjunto que expressava os desejos da elite urbana do que contratos sociais com mecanismos para se fazer cumprir. A 595 continuava expressando a preocupação sanitarista e estética que moldaram a geografia histórica da pobreza urbana das primeiras décadas do século XX. Ela expressa a conclusão da divisão social, transformada em uma divisão mais profunda da cidade, divisão do território, divisão espacial.

Uma dessas casas de madeira construídas depois da liberação da lei 595 de 1927, foi a do casal: Dona Silvia da Silva Melo (Dona Santa) e João Cândido da Silva. Em 1929, o casal deixou a casinha em que vivia na Rua

¹⁰⁰⁶ Lei número 595, de 29 de outubro de 1927. Estado de Santa Catharina. Município de Florianópolis. Collecção de Leis e Resoluções de 1927, página 18. Typ. da Folha Nova. Florianópolis, 1918. Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Uruguai, nas imediações da Avenida do Saneamento, e foi para o Monte Serrat. A casinha da Rua Uruguai foi demolida como praticamente todas que existiram nas imediações da Fonte Grande, que desde 1922 era Avenida do Saneamento. Na primeira casa em que viveram no Morro, a beira do antigo caminho para a Trindade (atual Vieira da Rosa), montaram uma pequena venda, numa casinha onde também residiam. Vendiam alimentos: feijão, lingüiça e a boa farinha que vinha de Biguaçu. A venda servia aos vizinhos e aos que atravessavam o Morro. Com as economias da venda, que Dona Silvia guardava numa caixa em baixo da cama, compraram a madeira de lei de um velho barco que seu João Cândido trouxe do Porto de São Francisco. Seu Cândido era Marceneiro e com a ajuda de amigos e vizinhos, em dias de festa, com a comida que Dona Silvia preparava, transformou o velho barco numa das casas de madeira do Morro. Dona Silvia, em 2009, com 103 anos, vive ainda hoje com a filha Alcione e o neto Beto na mesma casa.¹⁰⁰⁷



Casa no Morro da Caixa, construída em 1932. Casa de Dona Santa no Monte Serrat. Uma das casas mais antigas ainda existentes no Morro. Construída com a madeira de lei de uma antiga embarcação do Porto de São Francisco do Sul. Foto: Santos, janeiro de 2009.

Assim, de diferentes formas, as famílias que eram obrigadas a deixar a cidade antiga e procurar os Morros, foram construindo a nova cidade de madeira.

¹⁰⁰⁷ Em 28 de novembro de 2008, entrevistei Dona Silvia da Silva Melo, conhecida como Dona Santa. Nascida em 1906, com 102 anos preserva uma clara memória da aurora de sua vida e do Morro. Dona Santa nasceu na Prainha no sítio de sua avó, um dos sítios que cercavam a cidade pelo lado do Morro, até se casar e mudar para a Rua Uruguai. Dona Santa não se preocupou em lembrar de outros motivos que a fez deixar a cidade antiga com seu marido e procurar o Morro da Caixa D'Água para viver que não fosse “o sossego do Morro”.

Depois da liberação da construção de casas de madeira nos Morros, em junho de 1929, Heitor Blum deu nomes às ruas recém abertas que subiam as vertentes do Antão: a Ângelo La Porta, que subia o Morro partindo do trecho norte da José Veiga; paralela e mais antiga a Rua Irmão Joaquim foi a primeira rua aberta em terrenos da Sociedade Predial e Agrícola Ângelo La Porta e Companhia (próximo ao antigo Tiro Alemão, hoje local de um templo evangélico) e ao Sul desta, a Rua Rio Grande do Sul.¹⁰⁰⁸

Com as demolições dos cortiços, construção da Avenida do Saneamento, canalização da Fonte Grande e expulsão dos pobres, a área do perímetro tradicional passou a ser área de expansão para as classes média e rica. O córrego da Fonte Grande corta a principal área plana da península em que Desterro cresceu. Durante a expansão da cidade na segunda metade do século XIX, a várzea começava a concentrar casinhas e cortiços - do Rio da Bulha. Depois das demolições, com a área valorizada - Avenida do Saneamento – foram construídos prédios públicos e casas que só poderiam ser erguidas segundo rígidas especificações arquitetônicas acessíveis apenas aos mais ricos. Isso forçou uma mudança nas vizinhanças. No trecho da avenida próximo ao Campo do Manejo, as guarnições do Exército e suas estrebarias foram removidas para o continente. A remoção das mulas, cavalos e fim do esterco aliviaram as narinas da classe rica e valorizou mais a área, assim como a remoção dos soldados e suas famílias, que era parte da população pobre que vivia nos becos e cortiços das proximidades do campo do quartel. No trecho seguinte, onde ficavam as casas da Pedreira e na Tronqueira, nas margens da Fonte Grande, onde cortiços e casinhas haviam sido demolidos, abriram espaço para os modernos prédios da cidade: a Escola Normal e ao Instituto Politécnico e de clube da classe rica. Segundo Grisard (1991, p. 208), em 1940 a Diretoria do Clube 12 de Agosto autorizou a compra de um terreno à Avenida Hercílio Luz, sendo o terreno vizinho doado ao clube pelo seu “grande benemérito” Aderbal Ramos da Silva. No trecho em direção a Rua José Jacques foram demolidas todas as casas próximas a avenida e construídas casas sob apurado padrão nas imediações da Praça Amorim. No trecho

¹⁰⁰⁸ Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30, referente a 11 de junho de 1929. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

seguinte foram abertas novas ruas perpendiculares e construído o prédio da Maternidade.

No trecho da margem Sul paralelo ao caminho pela Tronqueira, Wilmar Dias (1947, p. 36) confirma que a avenida construída, ao “cortar” os fundos dos quintais de antigas chácaras passou a valorizar os terrenos que na década de 1930 e 1940 passaram a ser vendidos e construídos.

Não só o saneamento e a construção da Avenida nas margens da Fonte Grande valorizaram a área, mas todas as novas infraestruturas e serviços “modernos” foram instalados: calçamento com paralelepípedos, instalação de linhas de energia elétrica, transporte coletivo, rede de água e esgoto.

Parte dos terrenos da área ficou sem uso até o final da década de 1940. Wilmar Dias (1947, p. 37) escreveu que, só nos anos da década de 1940, as construções “tomaram vulto” e ocuparam toda a avenida. Esse processo expulsou os últimos moradores pobres que ainda viviam na área e que se deslocaram para os Morros.

*“Opera-se também, em face da valorização imobiliária, uma sucessão, deslocando-se, os antigos moradores, de condições inferiores, para outras ruas, a maior parte deles para as novas ruas que, abertas recentemente, começam a subir os “gradient” mais suaves do Morro do Antão”.*¹⁰⁰⁹

Essas novas ocupações adensaram as áreas já ocupadas no século XIX, pelos escravos e libertos que se refugiavam nos Morros ao longo dos caminhos que varavam o Antão para o interior da Ilha. Com esses novos fluxos durante a década de 1920 e 1930, formaram-se as primeiras favelas com a ocupação das áreas mais altas das vertentes. Wilmar Dias faz uma descrição, que apesar de geral é uma das poucas referências sobre as áreas de favelas nos Morros do Antão já consolidadas na década de 1940. Refere-se à Vila dos Industriários, com 100 casas, construídas pelo Instituto de aposentadoria e pensões dos industriários no “subdistrito” de Saco dos Limões, como única, que não era uma favela entre as novas áreas de expansão do perímetro urbano da cidade, entre as áreas residenciais pobres nos Morros. Dias destacava a falta de saneamento, calçamento e transporte nos Morros que na década de 1940 eram áreas residenciais “paupérrimas”, de aspecto “chocante”

¹⁰⁰⁹ Wilmar Dias, 1947, página 37.

e visível à distância (1947, p. 38 e 39). Segundo Dias, na década de 1940, todas as ruas à Leste da Avenida Hercílio Luz em direção e nas vertentes do Antão não tinham calçamento.

A localização da população pobre nos Morros, além das áreas acessíveis pelos antigos caminhos e as áreas menos inclinadas da vertente, seguiu também áreas já desmatadas por ações “sanitaristas” do Governo – então, para acabar com vetores de doenças infecciosas. Segundo Dias (1947, p. 40 e 45), os desmatamentos progressivos operados para fins de saneamento, facilitaram a ocupação deixando áreas livres, “áreas do governo ou de “terra baratíssima” de particulares, ao longo de caminhos sinuosos, sem ter que seguir normas urbanas, transformando em pouco tempo, as áreas mais suaves dos morros em favelas”.

“São essas favelas, na sua maior parte, ocupadas pelo elemento negro que, dadas as condições de extremo pauperismo em que vive, não mais podem manter-se na área peninsular super-valorizada da cidade” (DIAS, W. 1947, p. 45).

A descrição de Dias cita as áreas pobres mais antigas que já estavam incluídas no perímetro urbano em 1943, e as novas que estavam fora do perímetro à época. As antigas já consideradas no perímetro urbano eram, com as designações da época, os Morros: Xapecó, Caixa D'Água; Nova Trento; Elias Paulo e Mocotó, que formavam a periferia da cidade e segundo Dias confirmava, onde predominava a população de origem africana. As novas áreas fora do perímetro urbano em 1943, resultado das últimas expulsões da Avenida Hercílio Luz e dos fluxos migratórios de outros municípios formaram os Morros: da Nova Descoberta; Abissínia; Baco-Baco (no continente) e Inferninho (próximo a Caixa D'Água). Estas são as áreas pobres mais antigas fora do perímetro oficial da cidade. Foram as comunidades mais antigas designadas como “favelas”, entre essas, com início de ocupação durante o século XIX, as atuais comunidades do Monte Serrat e Mocotó.¹⁰¹⁰

¹⁰¹⁰ Em: “Tipos e aspectos do Brasil”, publicado pelo IBGE e o Conselho Nacional de Geografia em (1963, p. 234) Eloísa de Carvalho cita Laudelino Freire sobre o significado de favela, que “designa um arbusto (*Enterolobium ellipticum*) da caatinga baiana, que deu nome a um morro que ficou conhecido na campanha de Canudos, em 1897. Os barracões construídos no Morro da Providencia, próximo da Estrada de Ferro Central do Brasil, para abrigar os soldados que voltaram ao Rio de Janeiro



Morro da Boa Vista, parte Sul do Maciço, final do século XIX. A foto revela grandes áreas desmatadas antes da ocupação. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Morro a Leste da cidade, início da década de 1920. Áreas desmatadas antes da ocupação. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

depois da companhia na Bahia, chamados pelo povo de “favelas”, foram vendidos e alugados à população pobre da cidade depois que os soldados retornaram aos quartéis, o Morro passou a ser chamado então de Favela como o Morro na Bahia. Eloísa de Carvalho cita também o livro “*Habitações Populares*” do engenheiro Everaldo Backheuser, publicado pela imprensa Nacional em 1906, que apontava o problema da procura desse Morro pela população pobre expulsa pelas demolições de casas e abertura de ruas realizadas pelo processo de higienização, saneamento e embelezamento urbanos. Com as demolições “parte da população foi obrigada a se amontoar em hotéis, pensões e casas de cômodos, e a parte mais pobre da população passou a subir os morros”. Então, o nome favela passou a ser um substantivo comum para designar “conjuntos de habitações populares toscamente construídas e desprovidas de recursos higiênicos”.



Morro do Antão com a base das encostas desmatadas, final da década de 1920. Em primeiro plano a Maternidade Carlos Corrêa na Avenida Hercílio Luz. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

No Morro dos avós: o Morro da Caixa (Monte Serrat)

Nossa Senhora do Monte Serrat, Anastácia, era uma negra alta, muito bonita, raptada da África e feita escrava. Com ela havia uma força que curava os escravos judiados, machucados ou doentes, que por isso a adoravam. Foi comprada por um homem, cuja esposa, da negra tinha muito ciúme. Em um dos castigos que a impôs, mandou que a amordaçassem ao ferro. Daquela vez a tortura causou uma chaga infecciosa que levou Anastácia a morte.¹⁰¹¹



“Anastácia” (JAGUARIBE, 2001). Segundo o militar alemão Carl Seidler que relatou aspectos da vida de escravos no Rio de Janeiro e na Ilha de Santa Catarina, o mais detestável dos castigos era o das máscaras de folha de ferro que muitas vezes era aplicado com cadeado aos negros que se embriagavam ou comiam terra (HARO, 1979, p. 310).

¹⁰¹¹ João Ferreira de Souza, o Seu Teco, nasceu em 1936, no Monte Serrat onde vive até hoje. É aposentado e foi funcionário público dos Correios. Entrevistas realizadas em 19 de abril e 11 de outubro de 2005.

Uma imagem de Nossa Senhora do Monte Serrat chegou de navio a Florianópolis em 1927, e foi levada em procissão até a capela no Morro. Desde então, a cada 8 de setembro é realizada a sua festa. A imagem migrou para o Morro com os pobres, essa foi a mesma época da migração da população pobre para os Morros por causa das demolições. O Morro da Caixa D'Água então passou a ser conhecido também como Monte Serrat.

A comunidade do Monte Serrat, na vertente Oeste do Antão, foi sendo formada ao longo do antigo caminho que ligavam Desterro a Santíssima Trindade de Trás dos Montes. As imediações, desse caminho são as áreas de ocupações mais antigas dos Morros da cidade – dos avós dos avós do Morro.¹⁰¹² Durante o século XIX, esse caminho foi ocupado no início da vertente por casinhas de porta e janela. A área bem localizada, era o principal caminho para atravessar o Morro e ficava próximo de olarias. O antigo caminho, atual Rua Vieira da Rosa, é uma estrada íngreme com curvas acentuadas e estreitas, que liga servidões e outros caminhos adjacentes. Os terrenos das primeiras famílias que se estabeleceram no Morro são maiores e estão divididos com diversas casas de filhos, netos e parentes. Um pouco acima da Igreja no caminho principal, existem ruínas de um antigo calçamento e o muro de um terraço feito de pedras. Até esse trecho estão as melhores casas de madeira, algumas pintadas, com telhas de barro e casas de alvenaria, que ao longo dos anos substituíram os antigos casebres de estuque, bambu e barro e as de madeira. Na área plana da cumeeira, o Pastinho, as casas são de madeira ao longo de caminhos estreitos e irregulares.

A formação do Monte Serrat está ligada ao fim da escravidão, ao higienismo da década de 1920 e ao desenvolvimento da construção civil da década de 1950. Houve três fazes de ocupação da vertente do Morro do Antão na área do Monte Serrat. A primeira foi a da lenta ocupação durante o século XIX, por escravos fugidos e libertos e soldados pobres que procuraram as imediações do caminho que atravessava o Morro como local de refúgio. Viviam

¹⁰¹² Este caminho, que sobe a vertente no sentido Sul Norte, hoje, Rua Nestor Passos e Rua Vieira da Rosa é acessada pela Rua Major Costa à Avenida Mauro Ramos e a Rua José Boiteux. Ao longo desse antigo caminho se estendem várias servidões, entre as quais a servidão do Encanamento que liga o Monte Serrat ao Saco dos Limões pela Rua Custódio Fermino Vieira, ao Sul do centro da cidade, a Nova Descoberta, Quebra-Pote, Amador Gonçalves e Pastinho.

em pequenas choupanas de estuque e ranchos de madeira, ao redor dos quais plantavam pequenas roças.¹⁰¹³ A segunda fase ocorreu a partir da década de 1920, decorrente das mudanças urbanas sanitárias que expulsaram os pobres da cidade. A terceira fase ocorreu durante as décadas de 1950 e 1960, com a migração de população negra empobrecida de Biguaçu e Antônio Carlos que buscava trabalho na construção civil, durante o período de grande expansão dessa atividade em Florianópolis, principalmente a década de 1960.

Os primeiros moradores migraram para esta área do Morro também pela localização de córregos, bicas e fontes de água, o que possibilitava as mulheres continuar o trabalho como lavadeiras das famílias do centro da cidade. Com os córregos da cidade canalizados e o fim da escravidão, as famílias abastadas não tinham mais suas escravas domésticas para fazer esse trabalho. As lavadeiras que viviam na Fonte Grande, expulsas pela construção da Avenida do Saneamento procuraram as vertentes dos Morros, em lugares com fontes de água e córregos e lá viveram também das lavações.¹⁰¹⁴

A população do Monte Serrat foi formada principalmente por negros. Durante o século XIX eram escravos fugidos ou negros libertos. Depois da abolição os escravos deixavam as casas dos escravistas na cidade, nos arrabaldes no interior da Ilha e no continente, além das várzeas dos córregos em torno da cidade e procuravam os Morros. Chegavam trabalhadores bobres vindos de localidades do interior e do litoral como descendentes de escravos que viviam no Alto Biguaçu. Seu Teco - morador do Monte Serrat, que entrevistei para essa pesquisa – lembra de Seu Thomás um ex-escravo que foi viver com sua esposa no Morro assim que foi liberto.¹⁰¹⁵ Naquele tempo a comunidade vivia entre as plantações de banana e café e a maioria das pequenas casas era de estuque ou madeira. Nos finais de semana, as crianças brincavam no Pasto do Lima, pegavam frutas no terreno de Dona Candoca,

¹⁰¹³ Para o historiador Buss Araújo (2004), haveria indícios de que os primeiros moradores teriam se fixado já no século XIX. Souza (1992), que realizou mais de 70 entrevistas no Morro para sua pesquisa sobre a comunidade, afirma que a ocupação iniciou por volta de 1860. Comprovei essa hipótese com os fragmentos de relatos e documentos que revelam o início da ocupação do Morro.

¹⁰¹⁴ Para o Monte Serrat, na década de 1950, houve o fluxo migratório do Alto Biguaçu, atual município Antônio Carlos para o Morro, indicado aqui nos estudos de Raulino Reitz (1988), Buss Araújo (2004), e na entrevista que realizei com o senhor João Ferreira de Souza, o Seu Teço, morador do Monte Serrat.

¹⁰¹⁵ Seu Teco. *Ibidem*.

brincavam de burra feita de embaúva (gangorra de girar), os brinquedos eram a pratinha de champinha de garrafa, a bola de mão, pião e pandorga. Em noite de lua, brincavam de esconder e de pegar pelo caminho. “*Aqui era tudo irmão*”. A família de seu Teco migrou do Sapé, no continente, para o Morro e tinha uma venda de verduras no caminho. Moradores da Trindade passavam pela Serrinha e utilizavam o caminho do Morro para ir ao Mercado Público vender verduras. Nos cambões carregavam repolho, alface e leite, na volta trocavam mercadorias com a avó de seu Teco, pelo café e farinha que outros parentes ainda cultivavam no Sapé.¹⁰¹⁶

Parte dos moradores trabalhava retirando lenha do Morro para o fogo de suas casas e para vender para uma olaria localizada onde hoje está o Centro Federal de Tecnologia de Santa Catarina - olaria remanescente das que havia ao longo do sopé das encostas do Antão. As mulheres trabalhavam como lavadeiras nas bicas, os homens: pedreiros; pintores; carregadores com suas galeotas no Mercado Público e como estivadores no porto da cidade. Dos que trabalhavam com os carrinhos no Mercado, Seu Teco lembra de Camilo e Ingó. Nesse tempo, na parte alta do Morro vivia a família de um italiano que fazia vassouras e esteiras com palha das bananeiras do mato. Tinha o seu Tomás e sua esposa, a família de Dona Araci, a família do seu Rosalino, a dos Lino, no Pasto do Lino viviam os Anacleto, na Bica vivia a família do seu Doca - comunistas que trabalhavam com pintura – e seu Juvenal. Alguns foram embora, como a dona Biota, uma das mais antigas. A maioria das casas ficava na parte mais baixa do Morro. Do Hospital da Polícia Militar para cima havia a casa dos Estefane, uma família grande, a casa dos Pinheiro, dos Ventura, um dos fundadores dos Protegidos da Princesa – no Morro do Mocotó - a casa do seu Donga, mais embaixo o sapateiro, a família dos Pepe, a casa de um *alfaiate*, onde hoje mora um senhor aposentado de um banco, mais acima a casa do seu Amador, que era dono dos terrenos daquela área, onde hoje há a servidão Amador. No alto do Morro, acima da caixa d'água, o caminho era muito ruim e as casas precárias, ficavam na mata, a maioria de estuque - bambu e barro - com o trabalho solidário entre os moradores foram sendo substituídas por casas de madeira.¹⁰¹⁷

¹⁰¹⁶ *Ibidem.*

¹⁰¹⁷ Seu Teço. *Ibidem.*

Os mutirões uniam toda a comunidade, as crianças catavam pedras pelo caminho que desenhava o Monte Serrat, assim foi construída a escadaria da Igreja. Os Homens que trabalhavam na cidade, no fim do dia voltavam para o morro e se uniam nas obras de mutirão utilizando as pedras que as crianças catavam durante o dia, enquanto as mulheres preparavam feijoada para o pessoal. Todos os moradores ajudavam a carregar tijolos para a Igreja e madeiras para a construção das casas, como a de Dona Silvia da Silva Melo e João Cândido da Silva, o casal que deixou a Rua Uruguai e fez sua casa no Morro com a madeira de barco. Depois do trabalho de mutirão, era organizado um baile na casa recém construída “para lixar o assoalho” – como o que foi feito na casa dos Silva. Quando as paredes internas eram erguidas cessavam os bailes, a família passava a morar. Quando a luz ainda só chegava à metade do Morro, pouco iluminado pelas lâmpadas de 40 *watts*, todos iam ouvir a novela de rádio na janela da casa do dono da venda, *O direito de nascer*.

A solidariedade era algo muito presente, que fazia parte da vida no Monte Serrat. Os trabalhos de mutirão para construção da creche - luta encabeçada pela Dona Branca com a arrecadação de dinheiro em festas, feiras e barraquinhas - a horta comunitária, o calçamento do caminho principal mostraram a união, força e solidariedade entre as pessoas da comunidade. Só caminhava-se bem pelo caminho principal no mês de setembro. Nesse mês a prefeitura limpava as valas, abria o caminho, aterrava, para a Festa da padroeira em 8 de setembro. O caminho só foi calçado depois que a comunidade começou a se organizar e a fazer reivindicações à prefeitura. As reuniões aconteciam depois das missas do Padre Agostinho.

A partir da década de 1950, o crescimento pela migração para o Morro esteve ligado ao desenvolvimento da construção civil na cidade. Segundo Raulino Reitz (1988, p. 59), com o fim da escravidão, famílias de escravos libertos no Alto Biguaçu (atual município Antônio Carlos) como a dos Cardoso e Costa a princípio permaneceram nas fazendas em que viviam, depois formaram grupos ao longo do Rio Canudos, na Rua Velha, no Bananal, a Oeste da margem esquerda do Rio Negro em Biguaçu. Durante a década de 1950, seus descendentes migraram para Florianópolis para trabalhar na construção civil. O Monte Serrat foi um dos destinos dessa gente. Segundo seu

Teco, as firmas que empregavam esses migrantes no Monte Serrat eram a Inarc, que já não existe mais, a Berreta e a Gonzaga que empregaram a maioria dos migrantes. A Berreta construía principalmente casas, a Gonzaga e a Inarc construía “elefantes” (prédios). Segundo Cunha (1992), a empresa Gonzaga começou a construir na década de 1950, em 14 anos ergueu 81 obras, destas 61 prédios comerciais e residenciais.

O primeiro proprietário do Morro que trabalhava com a família na construção civil chamava-se Cassimiro. Era proprietário da terra em frente à Igreja e parte do Pastinho e vendia lotes para os trabalhadores que se fixavam no Morro. Os lotes eram pequenos, vendidos apenas com recibo. As terras ao lado eram da família de Camilo Fidélis que teria doado o terreno para construção da Igreja. Era uma família grande, também trabalhavam com construção civil. Muitos moradores do Monte Serrat trabalhavam na firma de construção dos Fidélis. Uma área do Morro era da polícia, que foi ocupado por famílias de policiais que há muitos anos sofreram com enchentes no município de Palhoça. Eles construíram suas próprias casas carregando o material Morro acima, ainda na época que não havia calçamento, ajudando uns aos outros na construção das casas.¹⁰¹⁸

Na década de 1950, teve início um processo de verticalização da cidade com os primeiros prédios com mais de 4 andares, um novo período de “modernização” urbana, do primeiro plano diretor da cidade. Nessa década a construção civil teve os maiores investimentos feitos pelo Estado e na década seguinte a indústria da construção civil estava estabelecida. A pesquisa de Nereu do Vale Pereira: “Desenvolvimento e modernização” sobre Florianópolis revelou que a década de 1960, foi a de um marco de mudança no processo de crescimento imobiliário da cidade.¹⁰¹⁹ O crescimento do Monte Serrat estava

¹⁰¹⁸ Segundo Buss Araújo (2004), as famílias dos Cardoso, dos Veloso, Almeida, Barbosa e dos Firmino vieram do interior de Biguaçu, atual município de Antônio Carlos, onde trabalhavam no campo. No Monte Serrat, fixaram-se no Pastinho, comprando terrenos de seu Cassimiro que os vendia com recibo. Formaram a comunidade com os mais antigos, os Barreros, a família do italiano das vasouras e os Forte Campos. As famílias de Biguaçu foram atraídas pelo trabalho de mão-de-obra para a construção civil na capital. Buss Araújo também cita o aumento do fluxo migratório para o Monte Serrat na década de 1950, com os migrantes motivados pelo crescimento urbano da cidade naquela época.

¹⁰¹⁹ “*Desenvolvimento e modernização: um estudo de modernização em Florianópolis*”. Florianópolis. Lunardelli. Segundo Nereu do Vale Pereira a cidade passou a adotar um

relacionado ao crescimento da construção civil, que durante aquela década estava ligado ao impulso imobiliário gerado pela instalação da UFSC. Este processo que Pereira chamou de “modernização” foi marcado por novos padrões de moradia e de novos interesses imobiliários impulsionados por um crescimento urbano que gerou profundas modificações na cidade, principalmente no centro, com a demolição de casas e sobrados de arquitetura portuguesa que foram dando lugar aos edifícios. Tudo construído pelos trabalhadores que viviam nos Morros. Esse período estudado pelo professor Nereu, foi o de estabelecimento de um dos principais agentes produtores do espaço urbano atual de Florianópolis, os promotores imobiliários.

O Monte Serrat além de uma das áreas pobres mais antigas dos Morros de Florianópolis, a área foi historicamente excluída das ações de implantação de infra-estrutura e serviços urbanos da cidade. O exemplo principal é o da rede de abastecimento de água. Para formar esta rede, o governo construiu no Morro, em 1909, um sistema de captação e armazenamento para distribuição de água para o centro de Florianópolis. A comunidade do Monte Serrat, onde estava instalado o reservatório desse sistema de abastecimento, só veio a ter

padrão habitacional de grande porte, a verticalização, um crescimento da construção civil com investimentos do Banco Nacional de Habitação e a mudança de hábitos de morar, com a substituição de antigas residências por apartamentos. Investimentos imobiliários que já faziam uso de pesquisa de mercado e dirigidos para as classes ricas e médias - principalmente funcionários públicos. Os investimentos localizavam-se principalmente no Centro, Praia de Fora e Estreito. O modelo arquitetônico das grandes cidades dos edifícios de apartamentos passou a substituir o casario colonial. As empresas valorizavam os empreendimentos de moradias no centro, a áreas que concentrava as infra-estruturas e os serviços urbanos, o mesmo perímetro privilegiado da época do sanitarismo. Segundo a pesquisa do professor Pereira, metade da classe média residia em casas alugadas, o menor índice de casa própria entre todas as classes, o que moveu esse crescimento. Entre 1960 e 1970, a área licenciada a construção passou de 78 mil para 168 mil metros quadrados (PEREIRA, s/d, p. 101). Também a população urbana teve um crescimento de 63% passando de 79.870 para 125.841 no mesmo período (PEREIRA, s/d, p. 116). Para o professor Pereira foi a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, a partir de 1960, que fomentou esse crescimento imobiliário. A universidade tinha um orçamento três vezes e meia maior que o da prefeitura, além de ter gerado novos empregos e atraído uma classe de renda média de outras cidades e estados. Em 1962, a renda do município tinha sido elevada 47%. *“a cada alteração no índice de emprego na UFSC alteravam-se os índices da construção civil”* (PEREIRA, s/d, p. 102). O novo padrão de residências e o as rendas geradas da UFSC passaram a alimentar o crescimento do setor imobiliário. Apesar da UFSC não estar localizada no centro, esta foi a área que recebeu o maior crescimento como local principal de moradia. Nessa área onde o crescimento imobiliário foi concentrado e conseqüentemente o trabalho na construção civil, fez com que a população que migrara para trabalhar como mão-de-obra procurasse se fixar próximo do centro, nos Morros – como no Monte Serrat.

água encanada mais de setenta anos depois, durante a década de 1980. Segundo o depoimento de seu Teco, o pessoal do alto do morro perto da Bica está sem água até hoje. Os mais ricos tinham água, como um senhor chamado Quinab. Para abastecer a emissora de televisão Rede Brasil Sul (RBS), a companhia de abastecimento de água (CASAN) instalou um duto (cano) que atravessava toda a comunidade – onde casas de moradores não tinham água - até a cumeeira do Morro onde fica a emissora.

Somente em 1952, foram instaladas as primeiras linhas de energia elétrica no Morro. O primeiro plano diretor da cidade, desse mesmo ano, foi baseado em princípios desenvolvimentistas e concebido por urbanistas que consideravam a cidade atrasada em todos os aspectos. No plano, assim era descrito as áreas pobres, que segundo este relato “eram consideráveis”.

*“A existência de núcleos de malocas nas zonas periféricas do centro urbano. Estes núcleos, que tomam conta de Florianópolis, como em outras cidades brasileiras com a feição de verdadeiros aldeamentos primitivos, são a mais viva expressão urbanística de nosso atraso econômico”.*¹⁰²⁰

A comunidade não tinha suas reivindicações atendidas pela prefeitura da mesma forma como eram atendidos os moradores dos bairros oficiais da cidade. Quando reivindicaram o calçamento do caminho principal do Morro, a prefeitura apenas forneceu o material e o pessoal técnico, à comunidade coube todo o trabalho, principalmente o de abrir as valas. O operador da máquina retro escavadeira da prefeitura tinha que ser pago pelos moradores. Cada um dava 500 réis, assim o trabalho na vala ficava *mais descansado*. Os homens reuniam-se na Igreja, Uma turma pela manhã e outra à tarde. A Prefeitura dava o material, a comunidade fazia o serviço. À noite bebendo café trazido pelo Pedro Cassimiro, coordenador, faziam vigia do material para que não fosse roubado, principalmente os tijolos. Também trabalhavam à noite para adiantar o mutirão nos finais de semana. Assim que as obras no Monte Serrat foram feitas. Tudo o que a comunidade do Monte Serrat conseguia *era na luta*, discutindo com os técnicos que sempre apontavam uma série de obstáculos

¹⁰²⁰ RIBEIRO, Demétrio. PAIVA, Edvald. GRAIF, Edgar. *Florianópolis: Plano Diretor*. Porto Alegre. Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952

para atender as reivindicações. Foi pressionando a prefeitura que conseguiram o calçamento o saneamento: a água, o esgoto, o posto de saúde.¹⁰²¹

O alto do Morro, depois da Igreja, foi o último trecho do caminho a ser calçado, onde morava o pessoal que mais trabalhou nos mutirões, o pessoal do Pastinho, da Bica, aos que mais pesavam as dificuldades. Abriram a vala “na base da picareta”, um metro de largura, por um e meio de profundidade, por cerca de 300 metros morro acima. Para fazer o calçamento desse trecho na época do prefeito Esperidião Amim, os técnicos diziam que seria muito caro fazer a obra, principalmente retirar um sólido muro “feito pelos jesuítas”, que obstruía o caminho. A própria comunidade fez um novo mutirão, arrecadou e fez por si só toda a obra por 980 Cruzeiros, o que a prefeitura orçava apenas para a retirada do muro. Outras vezes os engenheiros não ouviam os moradores, como quando reclamaram das pequenas dimensões das escotilhas para escoamento da água da chuva. Fizeram pela ordem técnica, não suportou, e a enxurrada do Natal de 1995 danificou todo calçamento.

*“A prefeitura fornecia 10 tubos, nós tínhamos que fazer a vala, se sobrasse algum tubo a prefeitura diminuía a quantidade na outra cota”.*¹⁰²²

O encarregado da prefeitura que orientava os trabalhos era o Zé Gago, ele ensinou que o trabalho de calçamento tinha que iniciar *de cima do morro*. Seu Teço era um que questionava essa decisão.

– O Zé, porque nós vamos começar de cima, os tubos estão aqui em baixo no Morro, nós temos que levar até lá no alto pelo caminho ainda não calçado?

Os tubos eram deixados pela caçamba da prefeitura no início do Morro e tinham que ser rolados até o alto.

– Não, não, não te mete que tu não sabes de nada!

Então, começaram a calçar pelo alto do Morro. As trovoadas daquele verão desmancharam várias vezes o trabalho de dias. No fim do dia os homens se reuniam depois das trovoadas, sentavam olhavam as lajotas todas soltas, bebiam um vinho e recomeçavam o trabalho no dia seguinte.

Os trabalhos começaram no alto do Morro com cerca de trinta pessoas, quando chegaram em baixo e encontraram com o calçamento da cidade eram apenas oito, os demais foram desistindo. Ai o Zé Gago explicou porque começava o trabalho “por cima do Morro”

– Se o trabalho começasse de baixo, quando o calçamento chegasse na casa do sujeito ele já não tinha tanta vontade de ajudar. Começando de

¹⁰²¹ Seu Teco. *Ibidem*.

¹⁰²² Seu Teco. *Ibidem*.

*cima todos teriam que passar pela lama se o calçamento não chegasse no asfalto da cidade.*¹⁰²³

“Em cada casa que o calçamento chegava as pessoas davam o café para quem trabalhava. A minha incubência era puxar a luz pra trabalharmos a noite. Naquela época os fios eram desencapados, fazíamos duas alças e engatávamos na rede. Assim o pessoal pegava o serviço mais adiantado no sábado e domingo. Foi um trabalho bonito, uns carregando lajotas, outros puxando areia, aquela brincadeira e tal. Chegamos mais em baixo deu outra trovoad. Tudo de novo. Foi indo, foi indo...” (Seu Teco).

As conclusões de Buss (2004, p. 94) sobre a influência da construção civil para a ocupação do Monte Serrat durante a década de 1950, corrobora com a tese de que esse foi o principal processo urbano de Florianópolis ligado ao crescimento do Monte Serrat depois de sua formação. Com a expulsão dos pobres das áreas demolidas no início do século XX, os Morros passaram a direcionar os fluxos migratórios de população pobre que não encontrava mais condições de se estabelecer na cidade tradicional. Empresas de construção civil estimularam a migração de áreas próximas no continente para os Morros da cidade. Parte das terras no Monte foi vendida aos trabalhadores por proprietários de empresas de construção - as empresas empregavam os migrantes e vendiam a eles lotes no Morro.

Até a década de 1950, os moradores ocupavam áreas maiores do que os lotes que eram vendidos aos que migravam para trabalhar na construção civil. Até então os terrenos eram desmembrados para alojar os parentes, formando uma rede de solidariedade que garantia a migração para o Morro. Essa rede de solidariedade entre parentes é descrita por Seu Teco sobre o lugar em que vivem seus parentes depois que deixaram o Sapé, no continente:

“Ali onde eu moro são 102 metros por 92 de frente, então ali moram os meus primos, primas, meus filhos moram todos ali juntos”.

¹⁰²³ “O primeiro carro que subiu o Morro foi um taxi de Biguaçu, com uma mulher ao volante. Com a gestão de Grando na Prefeitura no início da década de 1990, foi instalado o transporte de ônibus para o Morro. Antes muitos compravam na COBAL e gastavam com taxi pra trazer as compras. Hoje falta recapeamento das valas, no Quebra-Pote e na Nova Descoberta eles estão sem saneamento. O pessoal da Caieira dividia a água com o gado que pastava no Morro e a lei do governo Ângela Amim proibia a instalação de água e eletricidade para a comunidade, essa era a forma que ela tinha para resolver o problema das favelas. Não deixavam fazer as ligações porque o terreno era de posse. O terreno era de banco. A luz era por gato, a água de mangueira do cano furado da companhia de água. Não tinham como comprovar residência” (Seu Teco. *Ibidem*).

Essa migração era baseada na solidariedade, no apoio familiar que dividia o pedaço de terreno para a casa, e entre os moradores que ajudavam a trazer os pertences para o Morro e para a construção das casas. Os moradores mais antigos, que procuraram o Morro antes a década de 1950, construíram suas casas nas partes mais baixas da vertente. Os moradores oriundos de Biguaçu e Antônio Carlos que migraram a partir dessa época, se estabeleceram nas áreas mais altas próximas da cumeeira, no Pastinho, em lotes menores, vendidos pelos empreiteiros e empresas ligadas a construção civil. Segundo Seu Teco, também havia uma divisão em relação aos casamentos entre essas famílias localizadas no Pastinho (que Buss também descreve), mas que se diluiu à medida que a comunidade foi se organizando como movimento social apoiado pela Igreja e com a chegada do Padre Agostinho Stahelin em 1954. Em 1968, o governo militar entendeu que o Padre estava organizando uma célula comunista no local e a Igreja então o transferiu. Foi nessa época que a comunidade se organizou e iniciou as reivindicações. Os mutirões para a implantação das principais infra-estruturas e equipamentos sociais coletivos, a Escola Básica Lúcia do Livramento Mayvorne, o calçamento da Rua General Vieira da Rosa, a construção da Horta Comunitária e a fundação da Escola de Samba Embaixada Copa Lorde (1954).¹⁰²⁴

¹⁰²⁴ A chegada do Padre Vilson Groh ao Monte Serrat na década de 1980, acentuou a organização coletiva da comunidade, que segundo Araújo, teve três fazes características: a de retomada dos mutirões para melhorar as condições de infra-estrutura; a melhoria das condições de vida através da geração de emprego e renda, foi organizada uma padaria, uma peixaria comunitária e uma fábrica de sabão e a terceira, que visa a formação e educação de crianças e jovens (ARAUJO, 2004).



Caminho que cruza o Antão, na base do Morro da Caixa, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Casas no Morro da Caixa, início do século XX. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Casinhas no início do Morro da Caixa, década de 1920. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Morro da Caixa, final da década de 1920. Em primeiro plano a Maternidade Carlos Corrêa. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Estrada Vieira da Rosa no Morro da Caixa. Antigo Caminho do Monte Serrat que cruza o Morro do Antão à Santíssima Trindade. Foto: André Santos, janeiro de 2009.



Antiga casinha de porta e janela do século XIX, modificada. No início do caminho que atravessa o Morro do Antão (Rua General Vieira da Rosa). Foto: André Santos, janeiro de 2009.

Mocotó no Morro do Governo

“Com algumas quantias concedidas pelo Ministério do Império em diversas épocas, havia-se começado um aterro em área mui limitada, na praia do Menino Deus, amparado esse serviço por uma tapagem de madeira, que fácil e promptamente desaparecia. De uma barreira próxima partia uma linha de trilhos, pessimamente assentados, que tive de mandar levantar, por abandonados e pelo lamaçal, que em torno se formava”.¹⁰²⁵

Esse foi o início dos aterros da Praia do Menino Deus, que formaram o Largo 13 de Maio, por onde se começou aterrar a Baía Sul. O aterro foi feito para dar fim ao lodo existente na praia, que era o principal local de despejos da época dos “tigres”. Em 1887, a obra estava parada por falta de verbas. O aterro

¹⁰²⁵ Relatório do presidente da província de 11 de outubro de 1887, p. 158. Rio de Janeiro. Typ. União, 1888. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

utilizado até então, era retirado da barreira na base do Morro da Boa Vista, de um local que ficou conhecido como “Morro do Governo” que viria a ser chamado de Mocotó. Desde 1845, pelo código de posturas de Desterro, a câmara autorizava que rochas e aterro para construção e manutenção de estradas, estivas e pontes fossem extraídos dos locais mais próximos. O código previa que os moradores do lugar, em idade de trabalho “filhos e escravos”, prestassem seis dias por ano para esses serviços públicos. Os proprietários das áreas de onde fossem retiradas rochas e aterro ficavam isentos dos dias de trabalho.

*“A pedra e aterro que for necessário, serão tirados nos lugares mais próximos; e seus proprietários serão pela concessão destes materiais dispensados do serviço individual, que lhes pertencer”.*¹⁰²⁶

O Morro era legalmente do Governo, porque, na década de 1870, o governo da província comprou as terras ao Sul do Hospital Militar no Morro da Boa Vista para preservar a água necessária ao nosocômio. No final de 1874, o tenente coronel dos engenheiros Sebastião de Souza e Mello informou ao presidente da província, João Thomé da Silva, sobre as despesas com a compra dos terrenos.

*“cumprindo as ordens de V. Ex. em officio de 14 do corrente mandando anexar as despesas a fazer-se com as desapropriações dos terrenos contíguos áquelles do Hospital Militar da Boa Vista pelo lado do Sul necessárias a conservação das águas para abastecimento do dito Hospital”.*¹⁰²⁷

O engenheiro relatou que o custo seria de 1:760\$000 réis para comprar 88 metros de frente a 25 graus pela “fralda” (vertente) da montanha, partindo do extremo com o primeiro confrontante: Domingos Custódio de Almeida, que servia a armada nacional, no ponto em que terminava sua cerca de espinhos e as plantações, seguindo a linha do fundo de 25 graus até as vertentes da

¹⁰²⁶ Artigo 94, lei 222, de 10 de maio de 1845, página 232. Coleção de Leis 1847 1841. Caixa 1. Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

¹⁰²⁷ Ofício de 23 de dezembro de 1874. Ofícios dos Engenheiros para o Presidente da Província. 1830/1889. SL. 2. Volume 12, página 192. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

montanha, aproximadamente à 220 metros. As desapropriações compreendiam uma “resga” de terreno de Almeida e a maior parte de João José de Souza. A aquisição dessas terras dava ao governo a posse de todos os mananciais da área.¹⁰²⁸

Nas décadas seguintes essas terras, onde vertia a água que abastecia o Hospital do Exército, foram sendo ocupadas por lavadeiras, pescadores, trabalhadores do Porto e do Mercado, pobres em geral que eram expulsos da cidade ou migrantes que procuravam o Morro e lá formavam grupos familiares que se instalavam próximos. A medida que as famílias cresciam os parentes construíam novas casas próximas a dos pais e avós. Durante a noite, um barraco era erguido e mais uma família se instalava.

Um desses grupos de parentes formou-se com a chegada ao Morro do casal Hercílio Montana da Silva e sua esposa Ducina da Silva que era parteira e a mãe de Ducina, Dona Rosalina da Silva, vindos de Santo Antônio de Lisboa, onde viviam da pesca, todos de origem africana. Hercílio veio para a cidade, era soldado da polícia e construiu uma casa de estuque na parte mais alta do Morro. O casal teve apenas uma filha, Lucimar Montana Bittencourt (Luci), que nasceu em 1925. Luci cresceu no Morro e casou com Ademar Bitencourtte (Nem), que era do Morro da Mariquinha. Construíram uma casa de estuque, próxima à dos pais e da avó de Luci. Nem era oficial de alfaiate, trabalhava na alfaiataria de Pedro Mazolla, na Rua Conselheiro Mafra. Luci estudou na antiga escola isolada Dona América, na ladeira do Menino Deus e trabalhou na antiga fábrica de bordados Hoepcke, no alto da Rua Felipe Schimidt. No Mocotó, o casal criava cabras e assim sustentaram quatorze filhos de dezoito nascidos. Dona Luci, hoje com 84 anos, tem 67 netos, 57 bisnetos e dois tataranetos, 12 de seus seus filhos vivem no Mocotó, construíram casas em torno da sua. No Mocotó as famílias cresciam e construíam novas casas, as mais antigas eram de estuque e chão batido com cinzas, que ao longo dos anos foram sendo substituídas por barracos e casas de madeira e alvenaria. Os moradores compravam as caixas de madeira que as lojas do centro da cidade recebiam com as mercadorias. As caixas eram desmontadas e transportadas para o Morro. Viravam paredes das novas casas,

¹⁰²⁸ *Ibidem.*

que tinham latas de querosene como telhas. Todos os vizinhos colaboravam na construção de uma nova casa, quando terminavam, comemoravam dançando o “mazuco” e valsas.

Casas com água das fontes, fogão à lenha e iluminadas com lamparinas. A energia elétrica só chegava às casas da parte baixa do Morro. Na década de 1950, os moradores reivindicavam aos políticos a “luz no Morro”. Dona Luci fez sua reivindicação de forma diferente, compôs um poema sobre a necessidade de energia no Morro, que por intermédio “de um e de outro”, fez chegar às mãos do governador Jorge Lacerda. O resultado foi que: pouco tempo depois, os homens espalharam os fios de energia pelo Morro rumo a cima e Lacerda também subiu o Morro com sua comitiva para a inauguração, num 18 de agosto de muita chuva. O governador fez questão de conhecer Dona Luci, que assou dois cabritos para o seu povo e o do Lacerda.¹⁰²⁹

O Mocotó já vinha sendo ocupado desde o século XIX, principalmente por pessoas de origem africana, por escravos libertos e fugidos. Felipa, nasceu em Santo Antônio de Lisboa e foi escrava de Salim Mansur, um comerciante de Desterro. Felipa alcançou o tempo da libertação e viveu no Morro até completar 134 anos, comemorados em todos os dias primeiro de maio, com muito mocotó e baile.¹⁰³⁰ O Mocotó foi um local procurado principalmente por lavadeiras que viviam próximas das fontes tentando manter o trabalho que nos córregos da cidade não era mais possível. Essas mulheres continuavam fazendo o trabalho que suas mães e avós faziam como escravas. No Morro lavavam as roupas dos ricos, políticos, comerciantes, militares, profissionais liberais, lavavam roupa para os hotéis e para as ordens religiosas, como das internas do Coração de Jesus. As mulheres limpavam as fontes com vassouras de cipó e passavam o dia reunidas lavando roupa nas águas que brotava das pedras do Morro. Da cidade, a vista do Morro do Mocotó era repleta de varais, com roupa secando, como bandeiras coloridas.¹⁰³¹

¹⁰²⁹ Segundo o relato de “Dona” Licimar Bitencourtte, em entrevista para esta pesquisa no dia 16 de março de 2009.

¹⁰³⁰ Felipa era cunhada de Dona Rosalina, avó de Degundo Dona Lucimar Bitencourtte, segundo esta. *Ibidem*.

¹⁰³¹ Em 1983, o governo do Estado de Santa Catarina, regularizou a condição das famílias que ocupavam essas áreas, por uma permuta com o Exército, dessa parte do Morro por outras terras do Estado. Trechos escritos a partir das entrevistas para esta pesquisa de: Irmã Edivirgens Hofer, 76 anos, moradora do Morro do Mocotó desde

As mulheres do Morro eram famosas cozinheiras, requisitadas para trabalharem como empregadas nas casas dos políticos, governantes, deputados e juizes da cidade. Na época da construção da Ponte Independência, as cozinheiras preparavam Mocotó para vender aos trabalhadores da ponte – essa é a origem do outro nome do Morro. Os trabalhadores da ponte também procuravam o Morro para alugar casa, cômodo ou construir um barraco. Zé Bonito era dono de casas de aluguel no pé do Morro e no Estreito. Quem queria ter sua própria casa procurava terra nas partes mais altas próximo da cumeeira, onde ainda havia local desocupado. O povo do Morro também trabalhou na obra da Ponte. No alto do Mocotó e na vertente pro lado do Saco dos Limões retiravam lenha e faziam queimadas pra alguma roça - o Morro da Queimada. Na direção Sul da vertente, o povo criava cabras, como fazia Dona Luci. Com o aumento da população que procurava os Morros para construir uma casa, essa área, antes das cabras e bodes, passou a ser ocupada, originando a comunidade do Morro do Bode.

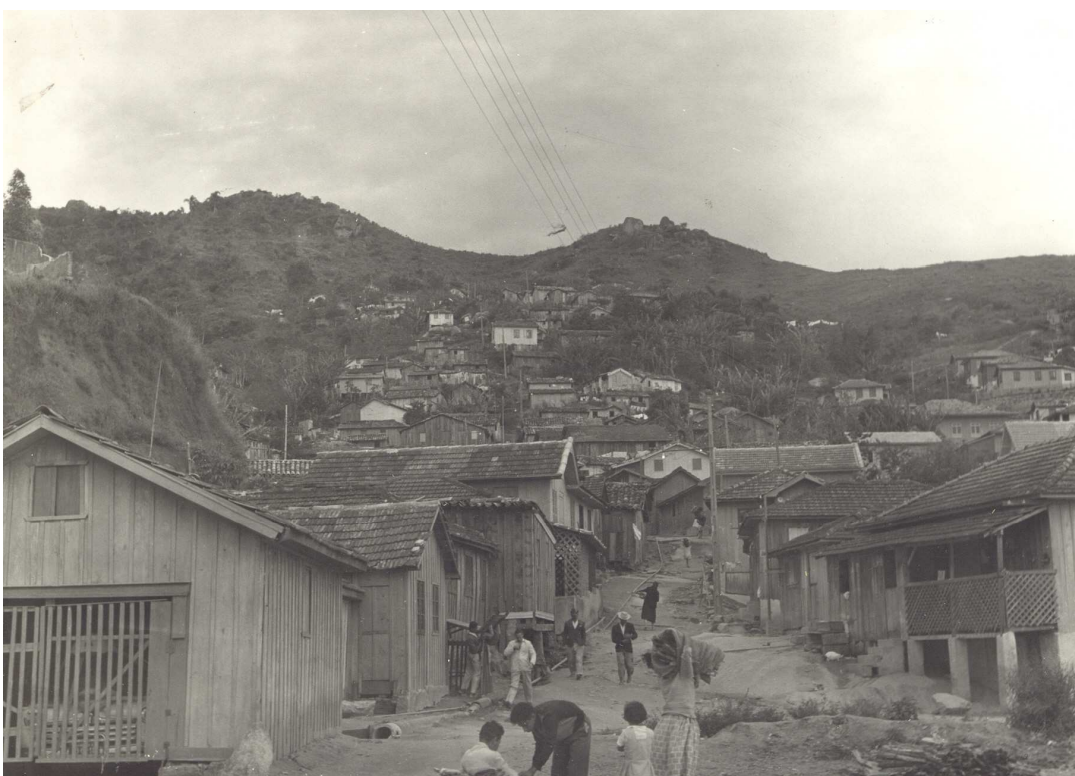
A memória de Dona Lucimar Montana Bittencourte, que ainda vive no Morro, guarda a lembrança de uma prima, Idenê da Conceição que morou nas imediações da Fonte Grande. Segundo Dona Luci, sua prima teria morado em uma casa que ficava entre a Fonte Grande e o Campo do Manejo – na Tronqueira ou no Beco Irmão Joaquim. Sua prima era solteira e deixou a cidade para morar no Mocotó na casa de sua avó Rosalina, poucos anos antes de Dona Luci nascer (Dona Luci nasceu em 1925). Idenê, também era trabalhadora da fábrica de bordados Hoepcke e deixou a cidade para morar no Morro exatamente na época em que a Avenida do Saneamento foi coonstruída, o tempo das demolições nos bairros em torno da Fonte Grande.

A memória de Dona Luci, guarda a lembrança de Idenê, o último e mais precioso registro que encontrei para ligar o povo pobre que viveu na cidade e que aos poucos foi sendo empurrado para fora dela, para os Morros.

1979, entrevista em 9 de março de 2009 e “Dona” Licimar Bitencourtte, entrevistada dia 16 de março de 2009.



Morro da Boa Vista, início do século XX. À direita o Mocotó com as primeiras casas e áreas desmatadas onde a ocupação foi expandida. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



O Mocotó, década de 1950. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

Morros sem fim

Os Morros passaram a ser o refúgio da população pobre do centro. Os fluxos de migrantes pobres que deixavam suas terras ou as perdiam, durante a década de 1940 e 1950, período de grande migração do campo para a cidade, a partir de então, passaram a procurar os Morros. Os únicos lugares em que uma família pobre poderia encontrar uma área, comprar um terreno, ou alugar uma casa próximo do centro de Florianópolis.

Manoel Alves Ribeiro, o seu Mimo, natural de Imaruí, era eletricitista, trabalhou em Florianópolis, na construção da Ponte Hercílio Luz, onde conheceu as sociedades operárias: Liga Operária e União Operária. Com seu amigo, o estivador Álvaro Ventura, começou a ter contato com o movimento anarquista pelo jornal “Plebe” de São Paulo, que era trazido por marinheiros dos navios da companhia Lloyd Brasileiro, e que participavam de organizações revolucionárias. Em 1929, casou-se em Florianópolis com uma moça de nome Titina. A segunda guerra começara e os trabalhadores, como Mimo, passaram pelas maiores dificuldades daquele tempo, principalmente a falta de alimentos. O sonho de sua esposa era possuir uma casinha, mesmo que fosse um rancho de palha, pois frente às dificuldades do tempo, não poderiam pagar aluguel na cidade. Mimo era eletricitista e trabalhava em pequenos serviços esporádicos, como era conhecido por ser comunista não conseguia emprego nas empresas da cidade. Com dificuldades o casal conseguiu comprar um terreno no Morro do Bode e começaram a construir uma casa.

*“Seu Alfredo, meu sogro, propôs-se ajudar na mão-de-obra, pos era ótimo carpinteiro. O morro era completamente coberto de mata e tivemos que abrir uma picada improvisando um caminho e, por aí, conduzir o material (...) Subimos aquele domingo e em muitos outros, até que ficou pronta a nossa casinha, e lá moramos mais de 10 anos. Trabalhávamos a terra até nas noites de lua, plantando toda espécie de hortaliças (...) Seu Alfredo visitava-nos quase todos os domingos, até que veio morar perto de nós. Comprou um terreno e construiu a sua casa”.*¹⁰³²

“No Morro do Bode, onde morávamos, a situação não mudou. De vez em quando havia uma batida da polícia vasculhando os casebres dos trabalhadores. Andavam atrás, diziam os policiais, de alemães da quinta coluna. Mas, nos Morros do Mocotó, do Bode e da Mariquinha, eles sabiam

¹⁰³² Manoel Alves Ribeiro (Mimo). *Caminho*. Florianópolis. Garapuvu, 2001, páginas 45 e 46,

*muito bem que moravam os miseráveis, pobres, cegos, paralíticos, aleijados, mas não havia traidores nem ladrões”.*¹⁰³³

Seu Mimo descreve várias histórias da época dos primeiros moradores dos Morros do maciço granítico. Logo depois da segunda guerra, participou da organização de base do Partido Comunista Brasileiro no Morro do Céu.

*“Éramos todos operários, desde estivadores até barbeiros, garçons, tipógrafos, padeiros. Éramos em fim homens e mulheres de todas as profissões (...) O morro do Céu, no tempo da escravidão negra era um esconderijo dos escravos. Posteriormente foi desbravado e povoado por operários (...) No morro do Bode, onde eu morava (...) Moravam lá mais de 20 famílias e nosso morro já era bastante visitado. Seu Alfredo, com sua família numerosa, muitas moças, dona Neném, viúva de seu Jordelino, encanador, com diversas filhas mocinhas (...) Seu Alfredo vivia contente, tinha construído sua casa não precisava mais pagar aluguel, não comprava lenha para seu fogão de girau, pois lá no morro os fogões eram construídos de tijolos sobre uma plataforma de madeira, que chamávamos de girau (...) seu Alfredo trabalhava sempre. Ótimo carpinteiro, tinha trabalho permanente numa construtora (...) A subida de acesso às nossas casas ainda não era fácil, embora tivéssemos melhorado, valendo-nos de pedras existentes no lugar, que fomos cravando no barro, improvisando as escadas (...) Marçal e Cidália tinham uma vendinha, bem na entrada do morro do Mocotó. Com freguesia certa no morro, seu Marçal nunca deixava faltar nada que se consumia ali: farinha de Barreiros, do engenho do Zé Inácio, a melhor da região, peixe seco escalado, carne seca do Rio Grande, feijão (...) Nossas casas eram bonitinhas, pois eram pintadas e davam uma visão agradável, muito diferente das conhecidas favelas brasileiras. Eram construídas por bons operários, seus proprietários”.*¹⁰³⁴

Seu Mimo relatou várias histórias do povo dos Morros de Florianópolis em seu livro biográfico. Histórias como a da família de Luci. As terras em que os pais dessa moça viveram, onde plantavam arroz, com outras famílias, próximo a Florianópolis, foram tomadas pelo governo que as repassou à colonos europeu – somente os que tinham documentação das terras foram indenizados, os pais de Luci não tinham. De barco vieram para Florianópolis morar no morro do Mocotó, dividindo uma casa com um conhecido que também perdera suas terras no arrozal, seu Xandoca. Ele foi um dos poucos indenizados. Com o que recebeu comprou um barraco no Mocotó dividido com a família de Luci. Conseguiu trabalho de vigia na diretoria de obras públicas.

¹⁰³³ Página 53. *Ibidem*,

¹⁰³⁴ Ribeiro, 2001, páginas 56 a 61.

*“Nesses morros residem os operários, e nas férias, nos domingos, que deveriam descansar, estão carregando uma pedra ou uma tábua para remendar seus barracos”.*¹⁰³⁵



A cidade subindo as encostas dos Morros, década de 1960. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



A cidade nos Morros, década de 1960. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).



Nova Descoberta, década de 1970. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

¹⁰³⁵ Ribeiro, 2001, página 198.

Conclusões da parte V

O processo de demolições em Florianópolis teve duas fases distintas ou dois tipos, em relação aos principais motivos e argumentos que o justificava. A primeira ligada ao contexto higienista, pelo medo de epidemias em função das condições sanitárias da habitação, período entre o final do século XIX, até a década de 1900. A segunda, mais ligada ao contexto de modernização e embelezamento urbano, entre a década de 1910 e 1920.

Nem todas as antigas casinhas de porta e janela foram demolidas, muitas restaram à substituição por sobrados, aos alargamentos de ruas, as demolições para dar lugar aos prédios republicanos, às praças e para o saneamento da cidade. Restaram, modificadas, embelezadas por platibandas, com outra porta no lugar da janela para servir de loja, principalmente no bairro da Figueira, onde novas construções ainda guardam as dimensões de uma braça e meia das antigas casinhas. Em menor proporção ainda há na Tronqueira e uma e outra pelo centro.

As exigências para construções novas, além de refletirem os desejos e aspirações de uma nova estética, externa, que remetia a riqueza, ao “adiantamento”, também refletiu, um novo patamar da técnica de construir. Normas legais, códigos de posturas e leis de ordenamento urbano ligados a novos conhecimentos incorporados a construção da cidade, profissionais, sanitaristas, engenheiros desempenhavam não só atividades técnicas, mas, à política, gestão e administração pública da cidade. Assim, Influenciaram e governaram o estado, as superintendências, as prefeituras, dirigiram as repartições e inspetorias passaram a incorporar novas burocracias, conhecimentos e exigências como as plantas dos projetos. O embelezamento e modernização urbana, nas leis e ações do estado significavam adoção de um novo padrão de construção, caracterizado por tamanho maior e estética de outras cidades, de outros países.

O processo de transformação da cidade realizado pela elite, ao longo das primeiras décadas do século XX, se fortaleceu e ao passar do tempo, tornou “natural” as mudanças na cidade. Do ponto de vista de seus agentes, principalmente a burguesia comercial, suas ações tornaram-se, como analisava Florestan Fernandes (1979, p. 8), “uma consequência objetiva da estrutura econômica da sociedade e não de algo arbitrário”.

A modernização urbana em Florianópolis seguiu um modelo que gerou benefícios aos ricos e segregação aos pobres, reforçou as desigualdades. A política sanitária culminou em demolições de áreas pobres e a expulsão dos habitantes para áreas e condições de maior pobreza - exclusão da cidade que já existia.

Antes da construção da Ponte Independência e do transporte automotivo, a impossibilidade de expansão urbana pela conformação do sítio da cidade de Florianópolis, limitado pelos morros do maciço a Leste e pelo mar nas outras direções, não possibilitou a expansão de novas áreas à classe burguesa. A expansão da cidade para essa classe ocorreria com a ocupação de áreas demolidas, da várzea do córrego da Fonte Grande sobre as áreas de cortiços em que vivia a população pobre.¹⁰³⁶ A partir das primeiras décadas do século XX, os pobres, expulsos dos bicos e bairros demolidos, produziram a expansão do perímetro para os Morros.

¹⁰³⁶ A partir da década de 1940, a expansão da cidade ocorreu com o loteamento das chácaras em torno do centro da cidade. À década de 1960, a expansão urbana ocorreu pelo adensamento das áreas centrais com a verticalização das construções.

CONCLUSÕES GERAIS

Sobre os limites desta pesquisa, é preciso ressaltar o mais relevante, que é o mesmo em qualquer pesquisa sobre o passado. O problema da veracidade dos fatos, nos documentos pesquisados. Muito do que está escrito nas referências são opiniões, paixões e desejos dos que escreviam. Tentei basear a análise dos fatos no maior número possível de referências históricas e de documentos confiáveis, testando-os constantemente sobre seu significado real, norteados por sempre fugir às induções, que podem ser formuladas com facilidade em estudos sobre o passado histórico. Quanto à utilização das obras de memorialistas e historiadores do século XIX, devemos ter reproduzido erros, apesar da tentativa de utilizar notícias, informações e dados relacionados por mais de uma fonte, não reuni conhecimento suficiente sobre esses autores para julgar o rigor de suas narrativas como fonte verdadeiramente histórica – para diminuir minhas dúvidas quanto a utilização dessas fontes me guiei, basicamente pelas mesmas utilizadas por reconhecidos historiadores.

Outro limite desta pesquisa é a necessidade de um estudo mais profundo do desenvolvimento do comércio na cidade em relação aos fluxos de imigrantes estrangeiros entre o final do século XIX e início do século XX. Pois na argumentação sobre as mudanças na cidade, os comerciantes foram agentes centrais nesse processo. Segundo Piazza e Hubener (1987, p. 83 e 84), a partir de 1870, ingressaram no Brasil os “turcos árabes”, principalmente libaneses e sírios. Em Santa Catarina, estabeleceram-se no litoral, nas cidades portuárias e ao longo de áreas com ferrovias. Desenvolveram atividades ligadas ao comércio e tiveram importante participação na vida social e política catarinense. Outro contingente de imigração para a Ilha de Santa Catarina, foi o de famílias gregas em 1912, que participaram intensamente das atividades comerciais e políticas da cidade e do estado.

Outro limite desta pesquisa é o de não conter estudos de alguns eventos históricos relevantes e suas implicações sobre as condições à pobreza na cidade, como a guerra do Paraguai. Segundo Piazza e Hubener (1987, p. 93 e 94), com a guerra houve uma intensa movimentação de tropas em Desterro, cujo porto foi base operacional para passagem de soldados e prisioneiros. Porém, a guerra gerou a necessidade do Brasil produzir combustível como o

carvão de pedra e desenvolver a navegação à vapor. Para este tipo de navegação, Desterro teve diminuída a importância do seu porto. O maior calado dessas embarcações passou a tornar o Porto de Desterro deficiente para os maiores navios. Outro evento histórico importante que deve ser estudado sobre o contexto econômico de Desterro e suas implicações à pobreza é o dos movimentos revolucionários da primeira república, principalmente os conflitos entre republicanos e federalistas entre 1893 e 1894, que tiveram implicações sobre a economia e as finanças catarinenses.

As mudanças na forma e do conteúdo social da cidade, implicaram também novas condições à pobreza urbana. A história geográfica da pobreza urbana de Florianópolis é a transformação e o movimento constante do que define essa condição. As mudanças da condição da pobreza urbana ocorreram com um componente crescente de segregação territorial da população.

As divisões sociais acirradas com o desenvolvimento de uma economia capitalista - em Florianópolis caracterizada pelo comércio ligado ao porto - que conferiu a classe burguesa um poder político e social crescente. Ao mesmo tempo, as classes exploradas e os pobres passaram a sofrer uma crescente segregação social e espacial. Todo esse processo histórico reorganizou o espaço urbano e fundou as bases materiais da cidade que conhecemos. A pobreza urbana reflete a história de uma sociedade cada vez mais dividida.

Houve sempre resistência da população pobre às novas condições impostas para permanecer na cidade. Havia entre a própria classe dos mais ricos os que se posicionavam contra os condicionantes da pobreza, ao lado dos interesses dos escravos, dos mendigos, das lavadeiras, dos trabalhadores urbanos e reagiam frente as diversas formas do processo de marginalização, segregação e expulsão dos pobres da cidade. É provável também que as resistências imediatas não tenham sido registradas e documentadas da mesma forma do que o processo de expulsão. À medida que essa disputa fosse fácil à classe dominante, seu poder aumentava. Um poder, primeiro econômico, que passava a um poder autoritário pela política e pelos instrumentos do Estado, e que se transformava em poder, domínio do espaço urbano, portanto das relações sociais que comandavam a cidade. Mas podemos também considerar que as adaptações dos pobres para continuar trabalhando no centro e a ocupação da várzea dos córregos, dos caminhos e dos morros foi uma forma

de resistência para viver na cidade, a nova cidade, a da periferia, estabelecendo novas relações. Esse processo de autoritarismo urbano foi desempenhado pela elite, na forma de uma oligarquia que fazia prevalecer o interesse dos comerciantes, políticos, empresários. Uma classe que se formava e vivia de forma cada vez mais diferente da pobreza geral. Dominava o discurso, nos palanques e nos jornais defendendo as posturas, leis e políticas sanitaristas, higienistas e modernizadoras, que legitimaram as relações que impediram a vida dos pobres na cidade. A liberdade de subsistência do pobre passou a ser restrita nos aspectos, mais importantes do trabalho e moradia. A igualdade foi soterrada pelos desejos mais superficiais de estética arquitetônica, da legislação com base em preconceito, do poder dominador de uma pequena classe, da intolerância e das injustiças. A elite que se formou da navegação e o comércio transformou a cidade colonial em moderna, uma cidade também negra em uma cidade apenas de brancos, uma cidade dos pobres em uma dos ricos. A cada etapa desse processo a elite urbana lançava suas amarras políticas para conservar o que conquistava e uma ideologia reacionária para avançar. Um processo que a história de transformação do espaço urbano conta e que a cidade expressava.

Durante o século XVIII e o início do século XIX, havia uma pobreza social, mas que não formava uma paisagem dividida, não havia população segregada. Foi com o desenvolvimento da navegação e posteriormente do comércio - o que possibilitou a formação de uma elite econômica durante o século XIX - que a cidade passou conter o que o conceito de riqueza expressava. Riqueza e pobreza coexistiam no mesmo espaço urbano, pobres e ricos conviviam no espaço público urbano.

O aumento das riquezas de uma parcela da população, base na navegação e no comércio, ao longo de um século, além de aumentar as diferenças entre pobreza e riqueza, aumentou também as divisões territoriais na cidade entre ricos e pobres. Casas, cortiços, locais insalubres, de águas paradas, chácaras e casas em locais aprazíveis e com boa água, praias limpas e de despejo, ruas estreitas e sujas, novas ruas e avenidas, bairros de pescadores, marítimos e arrabaldes de quintas dos comerciantes e políticos.

Para os pobres não eram construídas as novas infra-estruturas, nem oferecidos os novos serviços urbanos. A caricata expressão de Hobsbawm

(1977, p. 225) está longe de ser exagerada “as únicas instituições criadas aos pobres foram a taberna e talvez a capela nos lugares pobres por eles mesmos” – como as Igrejas das irmandades negras. A maioria pobre passou a viver em bairros pobres na periferia do centro ao longo dos caminhos para o interior da Ilha. Com o fim da escravidão foram viver nos cortiços em becos, ao longo de áreas desocupadas. Foram expulsos novamente pelo interesse do Estado e das classes ricas em tomar novas áreas e por uma elite branca que implantava mudanças sociais e urbanas que deixava de fora os negros e outros pobres.

Nessa época, o aumento do processo de urbanização brasileira desencadeou o problema sanitário. As idéias do século XIX, que analisavam a sociedade a partir das leis das ciências naturais, sobre superioridade de raças, determinismos do ambiente sobre as relações humanas, idéias de “espaço vital”, positivismo, entre outras foram realçadas. A imigração para a cidade e o movimento do porto aumentava o risco de doenças e epidemias. Para combater essa situação, a elite urbana passou a apoiar uma intervenção cada vez maior do Estado na cidade e na sociedade. A política sanitária classificava a população pobre como atrasada, doente, um impecílio a higiene e passaram a ser alvo do movimento sanitarista que se intensificou até a década de 1920.

Nesse contexto alguns agentes sociais tiveram sua ação ampliada ao nível da cidade, os comerciantes, os editores de jornais, os empresários que investiam na exploração da infra-estrutura e dos serviços na cidade, o estado, principalmente através de seus planejadores, médicos, geógrafo, inspetores, fiscais urbanos, técnicos e engenheiro. Esses agentes agiam com poder para remodelar o espaço urbano. Suas ações acentuaram a divisão social e a segregação urbana. Passaram a defender a remoção de pobres, doentes, mendigos, alienados, abandonados para fora da cidade ou isolados em asilos, hospitais, prisões e orfanatos e para os Morros.

Em Florianópolis, esse processo de remodelação urbana e social seguiu as seguintes etapas: a condenação do modo de vida dos pobres na cidade, dos hábitos, costumes e forma de subsistência; a crítica a tradição e estética urbana colonial e o culto a uma nova arquitetura – “moderna”; a instalação dos serviços e infra-estruturas; formulação de novas leis e posturas urbanas que dificultavam o modo de vida das populações mais pobres na cidade;

condenação das casas coloniais e dos cortiços como focos de epidemias; medidas sanitaristas que incluíam remodelação de casas e sobrados, ruas e praças, abertura de avenidas, aterros e canalização de córregos e rios; demolição dos cortiços e casebres; expulsão das populações pobres pela impossibilidade de reprodução do seu modo de vida no perímetro urbano.

O contexto social que guiava a cultura da elite era o cosmopolitismo modernista carioca, que por sua vez seguia os modelos europeus, principalmente o francês. A cultura urbanística formada a partir da Europa durante o século XIX, influenciou agentes, como o Estado e a classe comercial dominante, os sanitaristas, os engenheiros e urbanistas, que desencadearam um conjunto de práticas sociais que formaram novas territorialidades de poder e de exclusão, expressas claramente no espaço urbano de Florianópolis durante as três primeiras décadas do século XX. Um contexto social e uma organização espacial que dificultou a permanência dos pobres, da reprodução de suas formas tradicionais do cotidiano, que não oferecia novas possibilidades de integração, permanência ou uso da cidade no perímetro oficial. O principal fator foi a dificuldade de acesso a moradia no perímetro urbano. Os projetos urbanos não incluíam alternativas, soluções planejadas ou possibilidades oficiais, legais ou econômicas que incluíssem os pobres que viviam ou migravam para a cidade. A ocupação dos morros foi única alternativa às demolições de casas e cortiços, a falta de moradias baratas nas áreas tradicionais e uma solução da questão da falta de habitação para os pobres por parte do Estado. Os morros eram áreas sem interesse a classe rica e aos especuladores, serviu à ocupação dos desterrados da cidade, isso se tornou a solução do problema da falta de moradia para alguns agentes do Estado para os quais a moradia era um problema a resolver.

Por fim, os processos de embelezamento, remodelação e modernização urbana, além da instalação dos novos serviços e infra-estruturas públicas que serviram exclusivamente aos ricos, possibilitaram o aumento e a concentração do poder, da riqueza e do uso da cidade pelas classes ricas. Foram criadas novas áreas de expansão imobiliária às camadas dominantes dos políticos, comerciantes e profissionais liberais. As demolições reverteram o uso do solo para moradia da classe rica e atividades institucionais de uso seletivo. Porém, para esclarecer todo o processo, ainda estão por ser publicados os atos ilegais

de expropriação, apropriação, de roubo de áreas públicas e dos pobres na cidade que ocorreram naquele período.

Durante o processo de mudanças na cidade a “modernização” urbana, houve dois períodos que transformaram a paisagem urbana. Primeiro a mudança dos agentes econômicos principais e suas atividades, o que implicou em mudanças na organização do espaço urbano. Esse período foi do final do século XIX até a década de 1920, quando a cidade colonial foi completamente transformada pelas leis urbanísticas que impediam principalmente a reprodução das casas de porta e janela e dificultavam a permanência dos pobres na cidade e influenciaram a demolição dos cortiços. Dessa época restaram praticamente apenas os sobrados, que substituíram parte das pequenas casas durante todo o desenvolvimento do comércio ao longo do século XIX. O aumento do poder econômico e político da classe comerciante foi o motor dessa transformação. Durante a década de 1930 e 1940 se fortaleceu o processo de especulação imobiliária com o aumento da comercialização de terrenos e construções de novas casas para os mais abastados e demolição dos cortiços, abertura de novas ruas e o loteamento das chácaras.

Com as mudanças em Florianópolis: construção de avenidas, aterros, destruição dos cortiços e construção de prédios modernos, durante a era e estética modernista – foi construída uma nova paisagem urbana em Florianópolis. Uma paisagem de estética e arquitetura nova, modernista. Essa paisagem se multiplicava pelo mundo, que Lê Corbusier expressava como: “abandono do fato accidental pela geometria”. Mas essa geometria se expressava apenas como instrumento que refletia e facilitava o desenvolvimento e domínio de novas classes na cidade. *“É realmente admirável o que Haussmann soube fazer. E, ao destruir o caos, levantou as finanças do Imperador”* (CORBUSIER, 1992, p. 147). Essa frase do arquiteto demonstra muito do pensamento modernista que não era apenas idéia, mas instrumento de poder e riqueza para as classes dominantes.

A população pobre de Florianópolis foi expulsa do centro. Mesmo em relação à cidade atual do início do século XX, grande parte dos pobres está relativamente próxima ao centro, nos morros. Florianópolis tem características do sítio que ocupa, muito específicas em relação a outras cidades, com áreas

pobres próximas do centro. Uma parte da periferia urbana está localizada no continente e parte em outros municípios. A topografia acidentada pelos maciços graníticos, os manguezais, dunas e lagoas dividem áreas da cidade, muitas de interesse e amenidades para habitar, outras de risco, inóspitas, impróprias ou sem possibilidades de urbanizar legalmente. Essa característica natural do sítio urbano e da Ilha possibilitou a uma parte da população pobre ocupar áreas próximas ao centro: primeiro nas extremidades, nos caminhos para fora da cidade; depois na várzea ao longo do curso do Córrego da Fonte Grande e posteriormente nos Morros - primeiro na vertente Oeste e posteriormente na vertente Leste do Maciço Central, porque o centro reteve historicamente as maiores possibilidades de trabalho, de capital, de comércio e da economia popular dos pobres.

Com a expulsão da população pobre, as demolições de suas casas, processo concentrado na década de 1920, como parte dos projetos de saneamento e demolição das últimas casas dos becos pobres às margens dos córregos, houve uma luta muito intensa das populações pobres para continuar habitando na ilha. A mobilidade urbana para os pobres era quase nenhuma. O transporte de bondes era exclusivo aos ricos e às áreas em que estes viviam. Não havia a ponte Independência inaugurada em 1926 com o nome de Hercílio Luz, o transporte de balsa era precário e caro. A fixação no continente, até 1926, implicava um isolamento ainda maior do centro da cidade e das possibilidades de trabalho, além de gastos com transporte e depois da construção da ponte, com o pedágio. Outro fator era a falta de trabalho no continente. Na maior parte das áreas continentais próximas ao estreito com a Ilha vivia-se da subsistência. Havia poucas indústrias na área continental periférica a Florianópolis, diferente do que ocorria nas grandes cidades e dirigia a formação de bairros operários o mais próximo possível das fábricas. É coerente analisar o isolamento de Florianópolis até as primeiras décadas do século XX, como um fator relevante na localização e formação das áreas urbanas pobres próximas ao centro nos Morros.

Com o processo de demolição das casas em que viviam os pobres, a partir da década de 1930 os fluxos de migrantes pobres para a cidade foram redirecionados. Não havia mais local, bairro, cortiços ou casas de aluguel onde os pobres pudessem viver na cidade. O local em que conseguiam se

estabelecer era o Morro. Prova disso foi o destino tomado pela população pobre, negra que migrou do Alto Biguaçu na década de 1950 para o Monte Serrat, e que foi ligado ao desenvolvimento da construção civil na cidade.

Inspirado nas definições de Milton Santos (1999) sobre os diferentes tipos de pobreza, defini quatro tipos e fases da pobreza urbana de Florianópolis em sua geografia histórica.

A pobreza original, como a que Santos define como “incluída”: a pobreza do isolamento da antiga Desterro e da população durante o século XVIII e primeira metade do século XIX uma pobreza geral e por toda a cidade tradicional. A pobreza relacionada a uma forte separação social decorrente da escravidão, que também era incluída à cidade. A pobreza da separação: a pobreza da cidade que começa a ser dividida uma pobreza que se expressa dividida pela cidade de uma população também dividida entre pobres e ricos, ainda dentro do perímetro urbano, da segunda metade do século XIX até o final da década de 1920. Por fim, uma pobreza imposta pelas dificuldades impostas à permanência e sobrevivência da população pobre no perímetro urbano tradicional. A essa última forma de pobreza, a das primeiras décadas do século XX, que se formou no contexto do higienismo, sanitarismo e modernização urbana, a população pobre foi excluída da área antiga da cidade e forçada a se deslocar para os Morros – difere da de Milton Santos que se refere ao tempo atual da economia globalizada – uma pobreza da exclusão da cidade tradicional aos pobres, a pobreza da expulsão e da ocupação dos Morros, mais ligada às antigas formas de subsistência do que da vida urbana.

Qual é a importância desta tese? A história geográfica do deslocamento dos pobres da cidade para os Morros condicionou os fluxos migratórios de populações pobres que tinham Florianópolis como destino durante a segunda metade do século XX para os Morros. Os Morros formaram uma nova parte da cidade, sem cidadania, mas que localizou as principais comunidades pobres de Florianópolis. Cada uma das novas comunidades formadas tem uma ligação com algum processo específico de determinado tempo histórico da cidade. Determinar essas ligações e esses processos que explicam a formação de cada uma dessas novas áreas pobres pode ser tema para novas pesquisas.

Questões que podem ser formuladas e que ainda não foram respondidas: quais eram as ligações formais da França com o Brasil no início

do século XX, tratados e acordos de cooperação técnica, institucional, cultural no campo da saúde, da engenharia, do urbanismo e do sanitarismo? Quais eram as diretrizes gerais dos projetos sanitaristas urbanos franceses? Quais eram os projetos franceses desenvolvidos para o Brasil? Qual foi a importância da França na formação de técnicos, engenheiros, políticos e intelectuais brasileiros, especificamente dos agentes relevantes aos processos urbanos sanitaristas em Florianópolis?

Fatos relevantes colocam a década de 1880, como a do início das mudanças profundas na cidade: a classe dominante cresceu com o incremento dos comerciantes de origem estrangeira, das migrações; a epidemia de 1882 é o marco do início da influência do higienismo, e das medidas médicas sobre a cidade, principalmente sobre a moradia dos mais pobres.

Se pensarmos nos agentes que construíram Desterro, já como vila teríamos, de forma geral durante o século XVIII, pescadores e desterrados que construíram suas choupanas e ranchos; as casinhas construídas por portugueses e seus descendentes, que trabalhavam na navegação, soldados ou marinheiros que desempenhavam algum ofício urbano. Uma parte havia sido construída a mando do governo para abrigar imigrantes açorianos na vila. As casinhas comuns de Desterro, não foram todas construídas no século XVIII, continuaram sendo construídas durante o século XIX, nas áreas mais afastadas, nas ruas que iam sendo abertas e ao longo das ruas e caminhos para os novos arrabaldes e para fora da cidade. O segundo agente e tão antigo foi a coroa portuguesa que mandava erguer os prédios do governo, os fortes do perímetro da cidade, abrir ruas, praças e pontes. As irmandades e ordens religiosas que construíram igrejas, hospitais asilos e casinhas. Os navegadores construíram estaleiros, galpões e armazéns, os comerciantes depósitos, armazéns, tabernas e sobrados, casinhas e cortiços de aluguel. Soldados, libertos e os pobres em geral construíram choupanas, ranchos e casinhas de madeira nas várzeas dos córregos e nos Morros.

As demolições foram o ápice da expulsão dos pobres do perímetro urbano da cidade, mas, não foram as únicas causas. Muitas pessoas deixaram a cidade muito antes de terem as casas em que viviam demolidas. As proibições de construir casinhas simples, as taxas, o medo de epidemias, as

posturas e resoluções que dificultavam o trabalho e o cotidiano simples na cidade, causavam a expulsão dos mais pobres da área do perímetro urbano.

No início do século XX, a área que hoje é o centro de Florianópolis reunia vários bairros, além do centro comercial e político, hoje é apenas o centro. As canoas, os cavalos à velocidade das carroças e dos bondes uniam os lugares a beira das praias e dos caminhos. Nesse passo lento, os pobres foram sendo expulsos para áreas consideradas afastadas, na dimensão e velocidade da época, para os Morros. Durante décadas a cidade cresceu e envolveu os Morros, onde foi viver a população pobre, porém continuam fora da cidade, continuam sem o que define a cidade, a cidadania, continuam vivendo num desterro.

Ingleses, Florianópolis, 17 de março de 2009

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução de Alfredo Bose. *et all*. São Paulo, Mestre Jou, 1982

ABREU, Mauricio de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. IPLANRIO / Zahar, 1987

ANDRADE, Carlos Alberto Monteiro de. A peste e o plano. São Paulo. USP, 1992

ANDRADE, Djanira Maria Martins. Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC, 1981

ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo. PUC, 1989

ARAUJO, Camilo Buss. A sociedade sem exclusão do Padre Vilson Groh: a construção dos movimentos sociais na comunidade do Monte Serrat. Florianópolis. Insular, 2004

AVÉ-LALLEMANT, Robert (1812 – 1884). Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Tradução: Teodoro Cabral. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, São Paulo, Editora da USP, 1980

AZEVEDO, Álvares de. A Noite na Taverna (1831): Contos Phantasticos. Rio de Janeiro. Maia e Ramos editores, 1878. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

BARBOSA, Renato. Geração Abolicionista. Florianópolis. Imprensa Oficial. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 1940

BIJKER, W. E., HUGHES, P., PINCH, Trevor F. The social construction of technological systems: news directions in the sociology and history of technological. The MIT Press Cambridge. Massachusetts, London, England, 1997, 405 p.

BITTENCOURT, Feijó. A gênese da escravidão *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 173, p. 708 a 737, 1938

BITENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. *In: História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Ana Brancher (organizadora). Letras Contemporâneas. 1999, p. 26 - 39

BOITEUX, Henrique. A Republica Catharinense: notas para sua historia. Rio de Janeiro. Imprensa Naval. 1927

BOITEUX, Lucas Alexandre. Santa Catharina há duzentos annos. *In: Revista do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina*. Florianópolis. Volume II, 3ª e 4ª trimestre de 1913

BOITEUX, Lucas Alexandre. Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina. Volume VIII, 1ª ao 4ª trimestre, 1919

BOITEUX, Lucas Alexandre. Algumas Achegas. *In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*. Florianópolis. Imprensa Oficial, volume II, 1950, p. 459 a 465

BOPRE, Maria Regina. O Colégio Coração de Jesus na educação catarinense (1898 – 1988). Florianópolis, Lunardelli; Colégio Coração de Jesus, 1989

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. Tradução de J. Guinsburg e Tereza C. Silveira da Mota. São Paulo. Perspectiva, 1978

BRITO, Paulo Jose Miguel de Brito. Memória política sobre a Capitania de Santa Catharina (1816). Revista do IHGSC, número 2, volume 1, 1902.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os juízes de fora (Nossa Senhora do Desterro). In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Florianópolis. Imprensa Oficial, volume II, 1950, p. 141 a 245

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro: casas, sobrados, chácaras. Separata de Douro litoral, n. II-III da sexta série. Porto. Tip. da Livraria Simões Lopes [ano?]

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro: notícias, vol. I. Florianópolis. Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro: notícias, vol. II. Florianópolis, Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Vol. 2 Memória. Florianópolis, Lunardelli, 1979

CARDOSO, Paulino Jesus Francisco. Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis 1860/1888. São Paulo. Tese de Doutorado. PUC, 2004

CARDOSO, Ruth. (organizadora) A aventura antropológica. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Tradução: Arlene Caetano. São Paulo. Paz e Terra, 2000

CASTELLS, Manuel. Movimentos sociais urbanos. México. Siglo Veintiuno editores, 1979

CHOAY, Françoise. El urbanismo: utopias y realidades. Tradução: Luis Del Castilho. Barcelona. 2ª edição. Lumen, 1976

COELHO, Manoel Joaquim D'Almeida. Memória histórica da província de Santa Catharina (1854). Desterro. Typ. de J. J. Lopes, 1877

CORBUSIER, Lê. Urbanismo. Tradução: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo. Martins Fontes, 1992

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo Ática, 1989

CUNHA, Josemir. As transformações sócio-espaciais da Avenida Mauro Ramos. Trabalho de conclusão do curso de Geografia. Florianópolis. UFSC, 1992

CUSTÓDIO, Vanderli. Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao uso das várzeas pelo plano de avenidas. *In: Geosul*. Número 38. julho / dezembro 2004, p. 77 97.

DIAS, Wilmar. Florianópolis, ensaio de geografia urbana. *In: Boletim Geográfico*. Florianópolis. DEGC. n. 1, 2 e 3, 1947

ENTRES, Alberto e CARVALHO Tito. A Ilha dos casos raros. Guia do Estado de Santa Catarina: Suplemento para o ano de 1938. Florianópolis. Livraria Central, 1938

FARIAS, Juliana Barreto. MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. *Et al.* Cidades Negras. São Paulo. Alameda, 2006

FERNANDES, Florestan. Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”. São Pulo. Editora Hucitec, 1979

FEYERABEND, Paul. Contra o método. Rio de Janeiro, Francisco Alvez, 1989

FONTES, Henrique. Documentos para o estudo da história catarinense. *In: Revista do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina*. Florianópolis. Volume II, 3ª e 4ª trimenstres, 1913

FONTES, Henrique da Silva. A irmandade do Senhor dos Passos e seu Hospital, e aqueles que os fundaram. Florianópolis. Edição do autor, 1965

FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX. São Paulo/Salvador. HUCITEC – EDUFBA, 1996.

FREYRE, Gilberto de Melo. (1900). Casa-grande & Senzala. 13ª Edição. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1963

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: GASKELL, George. *Et al.* Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis. Vozes, p.64-89, 2003

GOMES, Laurentino 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2007

GRISARD, Iza Vieira da Rosa. A história do Clube Doze de Agosto. *In*: História sócio-cultural de Florianópolis. *Et al.* Coordenador: Osvaldo Ferreira de Melo. Florianópolis. Lunardelli / IHGSC, 1991

HARO, Martim Afonso Palma de (organizador). Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis. 1ª Edição, ALESC, 1979

HARO, Martim Afonso Palma de (organizador). Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis. 4ª Edição, Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996

HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789 1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

HÜBENER, Laura Machado. O comércio da cidade do Desterro no século XIX. Florianópolis. Editora da UFSC, 1981

IANNI, Octavio. CARDOSO, Fernando Henrique. Côr e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade no Brasil Meridional. São Paulo. Brasiliense / Companhia Editora Nacional, 1960

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Conselho Nacional de Geografia. Tipos e Aspectos do Brasil. Edição comemorativa da I Semana da Geografia. Ilustrações de Percy Lau. Rio de Janeiro. 7ª edição, aumentada, 1963

JAGUARIBE, Beatriz. Mapa do maravilhoso Rio de Janeiro. Editora Sextante, 2001

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976

KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

KOWARICK, Lúcio Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994

LAGO, Paulo Fernando. Florianópolis: a polêmica urbana. Florianópolis. Fundação Franklin Cascaes. 1996

LEFEBVRE, Henry. O direito a cidade. 1ª Edição. São Paulo. Editora Moraes, 1991

LEITE, Ilka Boaventura. Ser "Negro": os sentidos da cor e as impurezas do nome. Florianópolis. UFSC, 1981.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: Textos e debates (cadernos). Florianópolis. UFSC, ano 1, n. 1, p. 5 a 37. 1991b

LEME, Maria Cristina da Silva (organizadora), *et al.* Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965. São Paulo. Studio Nobel; Fausp; Fupam, 1999

LUDWIG, Alessandra. Instrução para a mocidade: tentativa de instrução do ensino secundário na província de Santa Catarina nas décadas de 1840 a 1860. Florianópolis. Monografia, História. UDESC, 2005

MARQUES, Eduardo César. O Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas públicas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. São Paulo. FAPESP, 2000

MATOS, Odilon Nogueira de. Páginas Catarinenses. Campinas. Editora Pontes, 3ª edição, 1993

MIRANDA, Antônio Luiz. Os espanhóis na Ilha de Santa Catarina em 1777. *In*: História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX. Ana Brancher e Silvia Maria Fávero Arend (organizadoras). Florianópolis. Editora da UFSC, 2004, p. 93 a 109

MORTARI, Claudia. CARDOSO, Paulino de Jesus. Territórios negros em Florianópolis no século XX. *In*: BRANCHER, Ana (organizadora). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1999, p.83 a 101

MOSIMANN, João Carlos. Ilha de Santa Catarina - 177 : 1778 – A Invasão espanhola. Florianópolis. Edição do autor, 2003

MÜLLER, Glaucia Regina Ramos. A influência do urbanismo sanitista na transformação do espaço urbano em Florianópolis. Florianópolis. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2002

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. Em: História de Santa Catarina no século XIX. Ana

Brancher e Silvia Maria Fávero Arend (organizadoras). Florianópolis. Editora da UFSC, 2001

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das ciências Humanas. São Paulo. Hucitec, 1998

PAIVA, Arcypreste Joaquim Gomes D'Oliveira. Noticia Geral da Província de Santa Catharina. (1864) Desterro. Editor João Ribeiro Marques Typ. da Regeneração, 1873

PAULI, Evaldo. Hercílio Luz: governador inconfundível. Florianópolis. Edição do Estado de Santa Catarina, IOESC, 1976

PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Papeis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis - 1880/1920. Tese de Doutorado. São Paulo. USP, 1992

PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX, 1831 – 1889. Florianópolis, Editora da UFSC, 1995,

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Estudos de Geografia urbana de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Entrevista com o professor Victor Antônio Peluso Júnior. GEOSUL, número 1, 1ª semestre 1986, páginas 90 a 104

PEREIRA, Nereu do Vale (organizador). Memória histórica da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. Ministério da Cultura. Volume 1, 1997.

PEREIRA, Nereu do Vale. Associação Irmão Joaquim, 100 anos de amor ao próximo: história da Associação Irmão Joaquim por ocasião do seu centenário 1902-2002. Florianópolis. Associação Irmão Joaquim, 2002

PEREIRA, Nereu do Vale. Desenvolvimento e modernização: um estudo de modernização em Florianópolis. Florianópolis. Lunardeli, 19[?]

PEREIRA FILHO, Carlos da Costa. Navios na costa: iconografia da costa catarinense. São Francisco do Sul. Associação dos Amigos do Museu do mar. 1994, 141 p., il.

PIAZZA, Walter. HÜBENER, Laura Machado. Santa Catarina: História da gente. Florianópolis. 2ª edição, Editora Lunardelli, 1987

PIAZZA, Walter. A epopéia Açórico-Madeirense 1747 -1756. Florianópolis. Editora da UFSC; Editora Lunardelli, 1992

PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. A capitania de Santa Catarina: alguns momentos. Florianópolis. FFC; Editora Lunardelli; Fundação Catarinense de Cultura, 1993

RAMOS, Átila. Saneamento básico catarinense, Florianópolis, IOES, 1991.

REIS, Nestor Goulart, *et al.* Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2000

REIS, Sara Regina Poyares dos. OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho de. KLUG, João. Carl Hoepcke: a marca de um pioneiro. Florianópolis, Insular, 1999

REITZ, Raulino. Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial. Florianópolis. Editora da UFSC; Lunardelli, 1988

RIBEIRO, Demétrio. PAIVA, Edvald. GRAIF, Edgar. Florianópolis: Plano Diretor. Porto Alegre. Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952

RIBEIRO, Manoel Alves, 1903 – 1994. Caminho. Florianópolis, Garapuvu, 2001

ROSA, Edna Terezinha da. A relação das áreas de cemitérios com o crescimento urbano. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. UFSC, 2003

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens. Lisboa, Europa-América, 1976

SAINT-HILAIRE, Auguste d. Viagem á Província de Santa Catharina (1820). Tradução de Carlos da Costa Pereira. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1936

SANTOS, André Luiz. O desenvolvimento da telefonia em Santa Catarina: das linhas às redes. Florianópolis. Dissertação de Mestrado. UFSC, 1999

SANTOS, Carina Santiago dos. Um lugar chamado Figueira: experiência de africanos e afrodescendentes nas duas ultimas décadas do século XIX. Florianópolis. UDESC, 2005

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. Petrópolis, Vozes, 1979

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo. Hucitec, 3ª edição, 1999

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª edição. Rio de Janeiro. Record, 2001

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. Tradução: Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª edição. São Paulo. Editora da USP, 2003

SANTOS, Milton. O espaço dividido. Tradução: Myrna T. Rego Viana. São Paulo, 2ª edição, EDUSP, 2004

SANTOS, Silvio Coelho dos. Nova História de Santa Catarina. Florianópolis. 4ª edição, Terceiro Milênio, 1998.

SANTOS, Silvio Coelho dos (organizador). *Et. al. Povo e tradição em Santa Catarina*. Coleção: Realidade Catarinense. Florianópolis. Edeme, [ano]

SCHUTEL, Duarte Paranhos. A Massambu (1886). Florianópolis. Editora da UFSC, 1988

SIEBERT, Itamar. Crônica jornalística, sociabilidade e vida familiar na Desterro de meados do século XIX. *In: História de Santa Catarina no século XIX*. Ana Brancher e Silvia Maria Fávero Arend (organizadoras). Florianópolis. Editora da UFSC, 2001

SILVA, Adolfo Nicolich da. Ruas de Florianópolis: resenha histórica. Florianópolis. Fundação Franklin Cascaes, 1999.

SILVA, Célia Maria. O papel do escravo na construção do espaço de Piedade. Geosul. N. 6, ano III p. 53 a 62, 1998.

SIMÃO, Maristela dos Santos. “La vem o dia a dia, la vem a Virgem Maria, Agora e na hora de Nossa Morte”. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860 – 1880). Monografia de História. Florianópolis. UDESC, 2006

SOARES, Teixeira. História da formação das fronteiras do Brasil. Biblioteca do Exército Editora, 1973.

SOUZA, Eronildo Crispim. Estudo da estrutura interna das relações sócio-espaciais da comunidade do Monte Serrat – Florianópolis (SC). Trabalho de conclusão do curso de Geografia. Florianópolis. UFSC, 1992

SOUZA, Rogério Luiz de. Uma história inacabada: cem anos do Colégio Catarinense. São Leopoldo. Unisinos, 2005

SOUZA, Sara Regina Silveira de. A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina séculos XVIII e XIX. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis. UFSC, 1980

TAUNAY, Afonso D'Escragnolle. Cinco peças da velha iconografia. *In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*. Florianópolis. Imprensa Oficial, volume II, 1950, p. 125 a 139

VARZEA, Virgílio. Santa Catharina. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil. 1900

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. *In: Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Pedro de Almeida Vasconcelos e Sylvio Bandeira de Mello e Silva (organizadores). Salvador Editora da UFB, 1999, p.191 a 201

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração. *In: revista: Espaço e Tempo*. GEOUSP. São Paulo, n. 20, pp. 19 a 30, 2006

VAZ, Nelson Popine. Reorganização da área central de Florianópolis: o espaço público do ritual. Florianópolis. UFSC, 1990

VEIGA, Eliane Veras da. Processo Histórico de mutação da paisagem urbana da áreas central de Florianópolis: 1850 – 1930. Florianópolis. Dissertação de Mestrado. UFSC, 1990

VEIGA, Eliane Veras da. Florianópolis Memória urbana. Editora da UFSC / Fundação Franklin Cascaes, 1993

VICENZI, Jacomo. Uma viagem ao Estado de Santa Catharina em 1902. Nictheroy. Typ. Amerino, 1904

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo. Studio Nobel / FAPESP / Lincoln *Unstitute*, 2001

WAGNER, Ana Paula. Uma vida em comum: africanos libertos e seus arranjos familiares em Desterro (1800 – 1819). *In: História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*. Ana Brancher e Silvia Maria Fávero Arend (organizadoras). Florianópolis. Editora da UFSC, 2004, p. 149 a 173

Arquivo Nacional

Correspondência dos governadores de Santa Catarina. Códice 106; 16 volumes, 1752 - 1807.

Correspondência de Santa Catarina sobre assuntos diversos. Códice 107, vol. 1; 1723 – 1808. Arquivo Nacional.

Correspondência sobre contas e receitas da Provedoria da Fazenda de Santa Catarina para o Real Erário. Códice 109; 1763 – 1806.

Correspondência de Santa Catarina: Câmaras. Códice 110, 1762 – 1806.

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Jornais: O Abolicionista O Argos; Brazil; O Cacique; O Catharinense; o Clarão; O Conciliador Catharinense; O Despertador; O Dia; O Estado; O Expositor; A Fé; Gazeta Catharinense; Gazeta Oficial; O Mensageiro; O Novo Iris; A Opinião; A Regeneração; República; e A Semana.

Collecção de Leis do Município de Florianópolis 1904 – 1905

Mensagem do Governo do Estado ao Congresso Representativo

Revista: O Olho

Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina – setor de documentos raros

Annaes da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina. Desterro. Typographia da Regeneração, 1880

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Avisos diverso aos governadores da capitania 1748 – 1804. Acervo 1. Caixa 29. Transcrição Paleográfica de Vilma R. Arriel Bueno. Florianópolis, 1987.

BLUM, Liliana e FOLSTER, Mariléia Regina Martins. Transcrição Paleográfica. Cadastro de Proprietários de Imóveis do Largo do Manejo, 1817. Florianópolis. UFSC, 1999. Caixa 31

Bueno, Vilma R. Arrial. Provincia de Santa Catarina – Informação sobre sua Povoação, Villas, Freguesias, Rios, Minas, Lagoas, etc. Pelo Major Manoel J. D'Almeida Coelho, Desterro, 1869 (Transcrição Paleográfica de manuscrito de José Boiteux). Florianópolis, 1987. Caixa 29.

Livro de Ofícios. Presidente da Província. Janeiro a dezembro de 1882.

MASTELLA, Adriana Silveira. SILVA, Ana Christina da. ZIMMERMANN, Ângela Maria. *Et al.* Cadastro de proprietários de imóveis da Rua da Pedreira de 1817. Transcrição paleográfica. Florianópolis. UFSC, 1999

Mensagens de governo 1920/1928. Caixa 20.

Ofícios do Presidente da Província 1843 a 1862. Inspector de Saúde de 1843 a 1862.

Ofícios dos Engenheiros para o Presidente da Província. 1830/1889. 35 volumes

Relatório de Chefes de Polícia. Códice 50 -1. Caixa 02, Volume 1.

Relatórios do Inspetor de Saúde. Códice 54 – 1.

Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina Guilherme Cordeiro Coelho Cintra à Assembléia legislativa Provincial, em 25 de março de 1872, Desterro. Typ. J.J. lopes.

Relatórios da Hispectoria de Higgiene Publica de Santa Catharina de 15 de julho de 1887

Relatório do Presidente da Província Francisco José da Rocha apresentado à Assembléia Legislativa de Provincial de Santa Catharina em 11 de outubro de 1887, Rio de Janeiro. Typ. União, 1888.

Relatório da Inspectoria de Hygiene Publica do Estado de Santa Catharina, 12/07/1896

Estado de Santa Catharina. Prefeitura de Policia. Relatório de 1ª de junho de 1906 a 31 de maio de 1907. Acervo numero 3, estante 5/6, caixa 02, volume 1.

Relatório apresentado pelo engenheiro Luiz J. da Costa ao governador Vidal Ramos Junior. 1914. Rio de Janeiro Typ. do Jornal do Comércio. Rodrigues & Cia. 1937. V. 1, acervo n. 3 estante n. 5/6, caixa 02, volume 1.

Relatório da Diretoria de Hygiene de Santa Catharina, 1919

Relatório da Diretoria de Hygiene de Santa Catharina, 1920

Relatório da Diretoria de Hygiene de Santa Catharina, 23/02/1927

Relatório da Diretoria de Hygiene de Santa Catharina, 1928

Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas e Finanças em 24/07/1899

Relatório da Directoria de Viação e Obras Públicas, 1921

Saúde e Hygiene Publica. Rio de Janeiro Typografia Nacional. 1978.

Centro de Memória Professor Henrique da Silva Fontes – Hospital de Caridade

Livro de registros de pacientes (indigentes) 17/1/1801 a 23/1/1822

Livro de registros de pacientes (indigentes) 11/10/1841 a 25/8/1851

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Fala do presidente da província João Thomé da Silva, dirigida à Assembléia Legislativa Provincial em 21 de março de 1875. Cidade do Desterro. Typ. J.J. Lopes, 1875

Fala do presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho, dirigida à Assembléia Legislativa de Santa Catharina. 1 de março de 1876. Cidade do Desterro. Typ. J. J. Lopes, 1876

Falla do presidente da província, João Rodrigues Lhopes à Assembléia Provincial de Santa Catharina. Desterro. Typografia de Alex Margarida, 1881

Relatório do presidente da província, Theodoro Carlos de Faria Souto à Assembléia Provincial de Santa Catarina, em 25 de março de 1883. Desterro. Typ do Caixeiro, 1883

Relatório do vice presidente da província de Santa Catharina comendador Francisco Jose D'Oliveira apresentado á Assembléia Provincial na 1ª Sessão

da 12ª Legislatura a 2 de março de 1864. Santa Catharina. Typografia de F. V. Ávila & Cia. 1864.

Relatório do presidente da província de Santa Catharina a Assembléia Provincial de 2 de abril de 1869.

Relatório do presidente da província de Santa Catharina André Cordeiro de Araújo Lima a Assembléia Provincial de 25 de março de 1870.

Relatório do presidente da província, Joaquim Bandeira de Gouvêa à Assembléia Provincial, 26 de março de 1871. Typ. do jornal Província.

Relatório do presidente da província, Pedro Afonso Ferreira, a Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina. 2 de junho de 1873. Cidade do Desterro. Typ. J. J. Lopes.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina. Florianópolis. Livraria Moderna de Paschoal Simone, n. 1 e 2 vol. 1, 1902

Revista do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina. Florianópolis. Volume II, 3ª e 4ª trimestre de 1913

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina. Florianópolis. Volume M, 1ª e 2ª trimestre, 1914.

Revista do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina. Volume IV, 1915,

Revista do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina. Florianópolis. Typ. da Escola Aprendizes Artífices, volume IV, I a IV trimestre, 1916.

Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina. Volume VIII, 1ª ao 4ª trimestre, 1919.

Arquivo Histórico do Município de Florianópolis

Receitas das sisas dos escravos 1809 – 1813. Códice 29.

Ofícios da Presidência Provincial – 1854. Códice 136.

Livro de lançamento das Terras de Arrematação da Câmara Municipal. Ano: 1855 – 1880. Códice 142. Caixa 28.

Ofícios do governador da província à câmara municipal da cidade do Desterro – 1865. Códice 178.

Livro de actos das Sessões da Câmara Municipal da Cidade do Desterro. Secretaria da Câmara Municipal da Cidade do Desterro. 24 de outubro de 1884. Códice 257, caixa 22.

Livro de registro das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal. Registro obrigatório dos terrenos do Patrimônio do Município. 1899 – 1903. Códice 323, caixa 58.

Copias de ofícios, portarias e editais da intendência municipal e da Câmara Municipal 1892 – 1894. Códice 276, caixa 51, 96 folhas.

Estado de Santa Catharina. Colecção de leis e resoluções do Município de Florianópolis 1915 – 1916. Oficina Graphica d' A Fênix. Florianópolis, 1916.

Leis do Município de Florianópolis 1918 – 1930. Códice 340, caixa 30

Livro de atas das reuniões da junta classificatória da província: emancipação de escravos 1875 – 1886, 202 p.

Livro de Registros das Leis, Decretos e Resoluções do Conselho Municipal, sancionados pelo Superintendente e todos os actos e resoluções decretadas pelo executivo, 1899 – 1903. Códice 323, caixa 58.

Arquivo da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

Pasta de Documentos 1750 -1865.

Livro de Anuidades 1861 – 1889. Asento dos Irmãos e Irmãs da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, de 2 de outubro de 1780, em Pasta de documentos avulsos 1745 a 1842,

IBNSRSB. Registro de Irmãos. Florianópolis, 31 de janeiro de 2007

MORTARI, Cláudia e COMERLATO, Fabiana. Transcrição de diversos manuscritos referentes à Irmandade de N. S. do Rosário e de N. S. do Parto. 2000

Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis

Registro de batismos de Escravos

Centro de Memória, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Colecção de Leis 1847 1841. Caixa 1. Fundo AL B. Série 2. D. J. sub – série 2.1

Mensagem do governo, diversos volumes: 1917; 1918; 1919; 1920. Caixa 3.

Mensagem do governador Felipe Schmidt ao congresso representativo em 22 de julho de 1901. Rio de Janeiro. Typ. Aldina, 1901. Caixa 01.

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906. Florianópolis. Gab. Typographico D'O Dia, 1906. Caixa 1.

Mensagem lida pelo Exm. Sr. Coronel Gustavo Richard governador do Estado na sessão de abertura do Congresso Representativo em 5 de Agosto de 1907. Florianópolis. Typ. D'O Dia, 1907. Caixa 1.

Mensagem lida pelo Exm. Sr. Coronel Gustavo Richard governador do Estado na 2ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo, em 2 de Agosto de 1908. Joinville. Typ. Behm, 1908. Caixa 1.

Mensagem lida pelo Exm. Sr. Coronel Gustavo Richard governador do Estado na 3ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo, em 16 de Agosto de 1909. Joinville. Typ. Behm, 1909. Caixa 1.

Mensagem lida pelo Exm. Sr. Coronel Gustavo Richard governador do Estado do Congresso Representativo, em 17 de Setembro de 1910. Florianópolis. Typ. A vapor da Livraria Moderna, 1910. Caixa 1.

Mensagem do governador do Estado ao Congresso Representativo, em 29 de julho de 1915. Caixa 1.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. De Desterro a Florianópolis: o legislativo catarinense resgatando a história da cidade 1836/2005. Florianópolis. 2005

Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Capital. Primeira Vara da Família. Diversos. Caixa 4.

Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense

Juízo da provedoria dos resíduos da cidade do Desterro, província de Santa Catharina. 1874. Caixa F7.